Márcia D'Angelo

**CAMINHOS PARA O ADVENTO DA ESCOLA DE APRENDIZES
ARTÍFICES DE SÃO PAULO (1910–1930): Um Projeto das Elites para
uma Sociedade Assalariada.**

**Dissertação apresentada para o Mestrado em
História Econômica do Departamento de História
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo**

Orientador: Prof.º Dr. Benedicto Heloiz Nascimento.

**São Paulo
2000**

Aos trabalhadores derrotados em seu saber fazer...

Aos meus pais, Raphael e Carolina, por simbolizarem ao mesmo tempo, a música, a fábrica e a oficina de bordados...

Aos meus filhos, Flávia, Daniel e Fernanda, para que percebam a abrangência do processo histórico e nunca percam a motivação para transformá-lo...

Aos meus tios paternos e maternos, D'Angelo e Giamellaro, por representarem os operários das décadas de 1910, 1920, 1930 e pela pouca idade em que foram envolvidos no processo produtivo, em especial às tias Joana Giamellaro e Terezinha Giamellaro da Silva Rocha caracterizando o trabalho infantil do período...

AGRADECIMENTOS

Expresso meus agradecimentos a todos aqueles que contribuíram comigo na elaboração desse trabalho:

Professor Benedicto Heloiz Nascimento, pela paciência e dedicação na orientação

Professores: Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, Wilson do Nascimento Barbosa, Diana Gonçalves Vidal, Maria Antonieta M. Antonacci e Carmen Sylvia Vidigal Moraes, pelas indicações bibliográficas e comentários pertinentes.

Maria Nelma Gomes Coelho, amiga dedicada e fundamental em momentos decisivos, na discussão de temas pontuais, recorrentes e na reestruturação das notas de rodapé.

Márcia (Biblioteca de Letras, Setor de Comutação da FFLCH – USP), pelo acesso à documentos e periódicos de outros Estados.

Pessoal do Setor de Informática da USP: Toninho, Arnaldo, Ricardo.

Pessoal Docente e Administrativo do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET/SP): Francisco Gayego Filho (diretor); Fanny Josefina dos Reis e João Ronaldo Pimenta (Arquivo Morto); Maria de Fátima Cardoso Torres, Carlos Mac'Dowell Figueiredo, Vander Boaventura, Synval Bittencourt Junior (professores); Regina Campolina Lopes Rodrigues, Iracema de Jesus Januário, Ednéia Pasini (Secretaria); Diva Valério Novaes (Setor Administrativo); Sérgio, Gérson, Leandro (xerox).

Pessoal do Arquivo do Estado: Dálbio, Rodrigo, Émerson.

Pessoal do SENAI; Luiz Gonzaga Ferreira (assessor da Diretoria), Suzette (secretária), Roberto Spada (torneios de formação profissional).

Maria do Carmo D'Angelo Campos, irmã, amiga e tradutora e Fabiana P. Barbosa, futura nora e auxiliar na impressão.

Amigos: Zilka Brás Dias (auxiliar na digitação), Angela Pereira Tarquini, Rui Sá Silva, Celso Mauro Pereira Lira, Ruth de Freitas, Rodrigo M. Rubano. Dr. Marcos Prandini, Dra. Ismênia A Figueiredo, pelo incentivo e apoio incondicionais.

“O esforço do historiador...é no sentido de não deixar
essa memória escapar, mas zelar pela sua conservação,
de contribuir na reapropriação desse fragmento de
história esquecida pela historiografia dominante... Não
se trata, simplesmente, de impedir que a história dos
vencidos se passe no silêncio; é necessário ainda,
atender a suas reivindicações, preencher uma
esperança que não pôde cumprir-se”.

Walter Benjamin

Resumo

O objetivo desse trabalho foi caracterizar a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, criada em 1909, como uma instituição que atendia às especificidades de São Paulo na época, como nacionalizar os trabalhadores, majoritariamente estrangeiros. Assim, cuidava-se de transmitir a língua e a cultura brasileira; a disciplina baseada na assiduidade, pontualidade, respeito à hierarquia e principalmente educar os futuros artífices, mestres e contra mestres, através de um ensino racional e “científico”, no sentido de descaracterizar o “conhecimento empírico” desses trabalhadores.

A referida escola, apesar de ter sido criada por Nilo Peçanha, possivelmente, no sentido educar os “desfavorecidos da fortuna”, ilustrando a tese de uma elite brasileira, não representativa do polo dinâmico e que propunha, no Congresso Agrícola de 1878, no Rio de Janeiro, o aproveitamento da mão-de-obra livre pobre e ex-escrava, acabava por corresponder às expectativas da burguesia moderna paulista, que, no mesmo Congresso, fora vencedora ao propor o uso do imigrante no mercado de trabalho livre nacional.

Diferentemente de suas congêneres nacionais. o seu alunado era formado por filhos de operários, profissionais urbanos e pelos próprios operários.

Enquanto isso, e dando continuidade ao projeto da fração de elite “moderna” paulista, houve na década de 1920 a criação da Escola de Mecânica Prática do Liceu de Artes e Ofícios, a criação do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional em 1934 e em 1942 a criação do SENAI, tendo como figura chave o engenheiro suíço Roberto Mange, inaugurando a seriação metódica, com a parcelização da produção e a requalificação por função, indicando um processo que iria ocorrer nas Escolas de Aprendizes Artífices de modo muito mais moroso.

SUMMARY

The purpose of this work was to characterise the “São Paulo School of Apprentice Artificers” (“Escola de Aprendizizes Artífices de São Paulo”), founded in 1909 as an institution to meet the specific needs of the city then, such as nationalising the workers, which were mostly foreigners. Being so, the Brazilian language and culture were taught there, as well as a discipline based on assiduity, punctuality and hierarchical respect ; and above all, the future artificers, masters and quartermasters were educated by means of a rational and “scientific” teaching, aiming to disqualify these workers’ previous “empirical knowledge”.

This school, although having possibly been created by Nilo Peçanha in order to educate the “unfortunate”, illustrating, thus, the thesis of a Brazilian elite which did not represent the dynamic pole and which proposed, at the 1878 Agricultural Congress in Rio de Janeiro, the use of the free, poor and ex-slave work force, in fact turned out to meet the modern São Paulo bourgeoisie’s expectations. At such Congress, this class succeeded when proposing the use of immigrants in the free national job market.

Unlike its national counterparts, the pupils at this school were workmen, their children and urban professionals.

Meanwhile and continuing the project of part of this “modern” elite in São Paulo, in the 1920’s the “School of Practical Mechanics at the Arts Lycée” (“Escola de Mecânica Prática do Liceu de Artes e Ofícios”) was created, as well as the “Railroad Centre for Professional Teaching and Selection” (“Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional”) in 1934 and SENAI in 1942, headed by the Swiss engineer Roberto Mange. An orderly and mass production sequence was then initiated, together with requalification by functions, indicating a process which would take place at the Schools of Apprentice Artificers, but at a much slower pace.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
1. NILO PEÇANHA NO GOVERNO	14
2. AS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES: ANTECEDENTES	21
2.1 As Escolas Profissionais do Estado do Rio.....	22
2.2 O anteprojeto do “Congresso de Instrução”	24
2.3 O Asilo de Meninos Desvalidos	26
3. AS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES : ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	30
3.1 Criação e Inauguração.....	30
3.2 O Ensino de Ofícios	35
3.3 O Curso de Letras e Desenho	45
3.4 Cursos noturnos de aperfeiçoamento.....	51
3.5 Corpo docente.....	52
3.6 A direção das escolas	57
3.7 A Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás	61
4. A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DA PARAÍBA: DISCIPLINAMENTO DO HOMEM POBRE OU O MEDO DAS MULTIDÕES.....	67
4.1 O Aprendizado da Ordem Contra o Medo das Multidões	68
4.2 A Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba e o Contexto de Modernização Conservadora.....	73
4.3 A Função “Estético-Regeneradora” e o Reordenamento para o Trabalho Assalariado	78
4.4 A Resistência na “Instituição Disciplinar”	82
5. A FORMAÇÃO, DISCIPLINAMENTO E NACIONALIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL EM SÃO PAULO	85
5.1 Histórico do Ensino de Ofícios em São Paulo	87
5.2 O Instituto de Educandos Artífices e o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.....	89
5.2.1 O Instituto de Educandos Artífices	89
5.2.2 O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo	90
5.3 Instrução Popular no Império: 1) Oficiais: Instituto de Educandos Artífices, Seminário da Glória 2) Particulares: Colônias Orfanológicas, Instituto Anna Rosa, Liceu dos Salesianos, Escolas Noturnas da Maçonaria.....	117
5.3.1 O Instituto de Educandos Artífices e o Seminário da Glória.....	118

5.3.2 Colônias Orfanológicas	120
5.3.3 A Sociedade Protetora da Infância Desvalida: O Instituto Anna Rosa	122
5.3.4 O Liceu dos Salesianos.....	124
5.3.5. As Escolas Noturnas da Maçonaria	125
5.4 Instituições Educacionais na cidade de São Paulo em 1909: escolas operárias, asilos, orfanatos, liceus, instituto correcional, grupos escolares, escolas particulares e escolas italianas.	129
5.4.1. Escolas Noturnas Operárias.....	130
5.4.2 Orfanatos, Liceus subsidiados e Instituto Disciplinar	132
5.4.3 Grupos Escolares, Escolas Isoladas, Escolas Particulares e Escolas Italianas.....	138
5.5 O Café e a Indústria	147
5.6 São Paulo: Industrialização, Operariado, uma Cidade Estrangeira ..	150
5.7 Como Vive e como Reage a Classe Operária de São Paulo	158
5.8 Conscientizar e Educar os Trabalhadores: os Libertários e a Questão Educacional	167
5.9 A Pedagogia Racionalista.....	168
5.10 Centro de Estudos Sociais, Universidade Popular e Escolas Modernas	172
5.11 A Escola Moderna em São Paulo	178
6. A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE SÃO PAULO E SUA CLIENTELA: FILHOS DE OPERÁRIOS E PROFISSIONAIS URBANOS	186
7. RIVALIDADES POLÍTICAS ENTRE NILO PEÇANHA E OS “MODERNOS” DO PRP	196
8. A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1910: OFICINAS DE OFÍCIOS.....	203
9. O SERVIÇO DE REMODELAÇÃO E A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE SÃO PAULO: DÉCADA DE 1920 .	219
10. A CONSOLIDAÇÃO NA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE SÃO PAULO (1926): SEÇÕES DE OFÍCIOS	240
11. ASPECTOS LEGISLATIVOS DO ENSINO PROFISSIONAL FEDERAL PÓS 1930	255
12. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL EM 1963.....	259
CONCLUSÃO	264
BIBLIOGRAFIA	274
ANEXOS	283

INTRODUÇÃO

A presente dissertação pretende caracterizar a criação da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo em 1909 como uma iniciativa pedagógica do governo federal representativo do Partido Republicano Fluminense (PRF) e ligado ao Paulista (PRP) ou seja, como uma iniciativa da oligarquia cafeeicultora mais tradicional, já que existe uma outra fração de classe, os cafeeicultores do Oeste Paulista, a qual na ansiedade por disputar hegemonia tem um projeto educacional-pedagógico para o Brasil. Essa nova fração de classe, tem seus intelectuais orgânicos ligados ao Jornal O Estado de S. Paulo, e já em 1873 formavam a Sociedade Propagadora da Instrução Pública, criadora do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, iniciativa de particulares, dissidentes do PRP e formadores da Liga Nacionalista e futuro Partido Democrático ¹.

Dessa forma, é nesse contexto de autoafirmação, que este grupo apresenta seu projeto para uma sociedade de classes, demonstrando preocupação com a formação do mercado de trabalho, com a modernização das relações sociais e principalmente com a formação moral do trabalhador, através de valores que disciplinam sua vida dentro e fora da fábrica.

É pertinente que se distinga dois momentos importantes que mobilizaram as elites para a formação da mão-de-obra: o primeiro seria da década de setenta do século passado até a Primeira Guerra Mundial quando se discute se o mercado de trabalho vai ser formado de imigrantes ou de nacionais. Vence a tese imigrantista representativa dos cafeeicultores do polo dinâmico brasileiro com teses discutidas em Congressos Agrícolas ²

¹ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal – A Socialização da Força de trabalho: Instrução Popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo – 1873 a 1934, São Paulo, tese de doutoramento, FFLCH-USP, 1990, p.7.

² Foram dois os Congressos Agrícolas ocorridos no ano de 1878, um no Rio de Janeiro e outro em Recife. Nas Atas do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro fica claro a distinção entre dois projetos de transição para o trabalho assalariado, sendo que “para os lavradores do Oeste Paulista, a transição proposta centra-se na introdução de imigrantes. Eles querem medidas para a concretização desta proposta. Para os lavradores de MG, RJ, ES, a questão do trabalho -basicamente o aproveitamento dos nacionais e libertos – está submetida à maior disponibilidade de capital para a lavoura. No mesmo ano de 1878 foi realizado em Recife outro Congresso Agrícola que reuniu representantes da grande lavoura algodoeira e canavieira. Estes fazendeiros, reclamando de sua exclusão na convocatória para o Congresso realizado no Rio de Janeiro, respondem ao mesmo questionário aí discutido. As reivindicações encaminhadas ao Ministro da

e é viabilizada a imigração subsidiada com toda a valorização que o elemento estrangeiro desperta no imaginário das elites, que o considera portador da ideologia do trabalho e de todos os requisitos disciplinares necessários para o bom desenvolvimento do processo produtivo.

Num segundo momento, que tem início próximo à Primeira Guerra Mundial, o trabalhador estrangeiro passa a ser desvalorizado e taxado de agitador, grevista e até “indisciplinado” comparado ao trabalhador nacional mais dócil e submisso. O período que se inicia e que se desenvolve plenamente na década de 1920 é caracterizado pela preocupação das elites mais “modernas” em formar a nacionalidade brasileira a partir da preparação do trabalhador nacional para substituir a mão-de-obra -estrangeira. Essa preocupação passa pela escolarização, alfabetização, profissionalização da força de trabalho. É nesse momento que fica bem nítida a atuação de determinados grupos liberais ilustrados, representantes da oligarquia de cafeicultores do Oeste Paulista. Eles têm um projeto para formar a nacionalidade brasileira através de um plano nacional de educação que passa primeiramente pela erradicação do analfabetismo em todo o território nacional e procuram espaços institucionais e políticos para divulgarem esse projeto. Tal projeto de formação da nacionalidade brasileira elaborado por esse grupo pretende, a partir de uma concepção positivista, spenceriana, liberal, racionalista, raciológica e laica, construir uma sociedade de classes moderna e industrial.

Portanto, a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, criada pelo decreto 7566 de 23/setembro/1909 em obediência à lei n. 1606 de 29 de dezembro de 1906, pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, provavelmente não representa – e isso se percebe através do próprio discurso que embasa o decreto de criação² – apenas um projeto de

Agricultura apontam no mesmo sentido daquelas encampadas pelos cafeicultores de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Ou seja, mais dinheiro e crédito e menores taxações. Não se sente a falta de braços e os libertos serão mão-de-obra aproveitável para a grande lavoura desde que educados em instituições de ensino agrícola. Isto fará com que eles se adequem, segundo a visão dos fazendeiros nortistas, à nova realidade do trabalho livre”. Lanna, Ana Lúcia D. A transformação do Trabalho, 1989,p.55.

² ... “que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes das lutas pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação” - Considerações do Presidente da República em execução da lei n.1606, de 29 de dezembro de 1906 que cria as Escolas de Aprendizes Artífices. Fonseca, Celso Suckow, História do Ensino Industrial no Brasil, 1986, vol.1, p.177.

“modernização” na profissionalização da mão-de-obra industrial, mas a preocupação com os desvalidos da fortuna. É o discurso do final do Império em que as elites, preocupadas com a formação do mercado de trabalho, ainda discutem o papel que desempenharia o elemento nacional e o elemento estrangeiro.

.Nesse caso, começa a se delinear o perfil dessa elite mais tradicional – que tende a identificar em seus procedimentos a ressonância de demandas de um Brasil ainda não industrializado como foi o caso do sucesso das Escolas de Aprendizes Artífices da Bahia, Pernambuco, Paraíba, cuja população não conta com numero significativo de imigrantes. Ela é preparada através de escolas profissionalizantes para um mercado urbano, que necessita ainda em grande proporção de profissionais artífices como marceneiros, sapateiros, alfaiates, já que as máquinas elétricas e de metal passam a ser utilizadas, no momento, nas grandes indústrias do sudeste.

As determinações federais no âmbito da educação profissionalizante no início da década de 1910 parecem expressar o medo que as elites sentem das multidões que começam a se aglomerar nas principais cidades brasileiras com o final da escravidão e principalmente a repressão à vadiagem, não só através da ação policial, mas através de uma educação preventiva. Essas opções já estão presentes no raciocínio das elites desde a Lei do Ventre Livre (1871) e é possível percebê-las nos discursos dos congressistas e nos referidos Congressos Agrícolas – Congresso do Rio de Janeiro e Congresso de Pernambuco, ambos em 1878 . .

Talvez, o comportamento das elites brasileiras, as quais não representavam o polo dinâmico do país, revelasse mais o interesse de formar um mercado de trabalho a partir da abolição da escravidão, mercado esse constituído principalmente de pobres livres e de ex-escravos, no sentido de dar uma ocupação aos desafortunados... Em localidades que possuíam poucas indústrias. não se poderia exigir preocupação com formação de mecânicos em metalurgia ou formação de operários altamente especializados.. Seria pertinente, no caso, comparar os discursos das diferentes elites quando da criação da Escola de Aprendizes Artífices em todas as capitais nacionais – discurso do então presidente Nilo Peçanha, porta-voz dos ideais das elites tradicionais brasileiras – com o discurso de criação da Escola Masculina e Feminina do Brás – expressão da elite paulista

de vanguarda. Ambas essas escolas são criadas no início da década de 1910 na cidade de São Paulo, parecendo expressar objetivos diferentes na composição de sua clientela.

Ao criar as Escolas de Aprendizes Artífices, objetivando o ensino profissional primário e gratuito, o então presidente Nilo Peçanha considera (Decreto 7566, de 23/ setembro/1909) que devido ao aumento da população das cidades há necessidade de facilitar às classes proletárias os meios que garantam a sua sobrevivência e dessa forma, “habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna “com preparo técnico e intelectual e transmitir-lhes hábitos de trabalho que os afaste da ociosidade, formando cidadãos úteis³. Fica claro nessa argumentação, que as Escolas de Aprendizes Artífices tinham por objetivo dar conta da profissionalização dos pobres em geral, inclusive os filhos de operários e até de imigrantes, como é o caso de São Paulo. Era uma estratégia pedagógica para evitar a vadiagem, contravenção tão reprimida na última década do século passado e início do atual. Na realidade, eram escolas destinadas a ensinar uma série de ofícios artesanais, enquanto que o Liceu de Artes e Ofícios, iniciativa da elite paulista “moderna”, se voltava para a construção civil .Nas Escolas de Aprendizes Artífices funcionavam, entre 1912 e 1926, oficinas de marcenaria, sapataria e alfaiataria e poucos estudos de Mecânica e Metalurgia. Estes últimos eram ofícios vinculados às necessidades da indústria mecanizada, quando os instrumentos de madeira são substituídos por aparelhos mecânicos e de metal. Dessa forma, a indústria necessitava de trabalhadores mecânicos e metalúrgicos ou como seus assalariados ou pelo menos como “pequenos proprietários de oficinas de reparação”, prestando serviços na manutenção de seus equipamentos. Segundo “algumas opiniões” essas Escolas de Aprendizes Artífices teriam tido sucesso nos Estados do Norte e Nordeste “mas não em São Paulo” já que a presença da grande indústria mecanizada não se satisfazia com a aprendizagem de ofícios artesanais. Além disso, o Estado de São Paulo era rico e poderia destinar uma parte de seu orçamento ao ensino profissional, instalando escolas profissionais, o que caracteriza a sua especificidade⁴.

³ Fonseca, Celso Suckow, op. cit. p.177.

⁴ Ribeiro, Maria Alice Rosa (coord.) Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional, Campinas, 1986, p.122.

Entretanto, considerando que a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo não possuía cursos de sapataria e alfaiataria mas principalmente oficinas de mecânica e tornearia, ficam questionadas as proposições anteriores. Verificar até que ponto o ensino na Escola de Aprendizes Artífices Paulista era artesanal e destinado à população exatamente pobre da cidade, é um dos objetivos desta dissertação, não obstante, o discurso do presidente Nilo Peçanha, para as escolas federais de todo o Brasil, as caracterizasse como portadoras de uma educação voltada para a “infância desvalida”.

Apesar dessas observações, é mais “moderna” a exposição de motivos que criava em São Paulo as quatro escolas profissionalizantes (duas na capital e duas no interior). Essas escolas foram criadas em obediência às Leis 1214 e 1245, de 1910 e pelos Decretos 2118-A e 2118-B, de 28 de setembro de 1911, pelo então presidente do Estado Dr. Albuquerque Lins assessorado pelo Dr. Carlos Guimarães. As escolas da capital: Escolas Profissionais Masculina e Feminina começam a funcionar no próprio ano de 1911, enquanto as de Amparo e Jacareí mais tarde, sendo a de Amparo em 1913⁵.

Sobre as escolas profissionais, o Inspetor de Ensino, Guilherme Kuhlmann em 1918 comenta que elas devem formar o cidadão operário consciente de seus deveres e direitos políticos e cumpridor de suas obrigações sociais e morais e que o governo deve encará-las como “veículo seguro de nacionalização”⁶. Portanto, os objetivos da elite paulista “moderna” ao criar suas escolas profissionais estaduais, tem como palavras-chave a formação do operário-cidadão e a nacionalização do mercado de trabalho. Estabelecendo uma comparação com a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo poder-se-ia inferir que nesta, na exposição de motivos de sua criação, não foi explicitado que sua clientela seria educada no propósito do “operário-cidadão” e do mercado de trabalho nacionalizado, mas essa instituição federal de ensino de ofícios trabalhava com a mesma população que suas similares estaduais.

Seria pertinente observar também que as duas escolas da capital (a masculina e a feminina) as quais serviriam de modelo para aquelas que fossem criadas no interior do Estado, estavam localizadas no Brás, bairro de maior concentração operária e o alvo dessas escolas eram os filhos de operários maiores de 12 anos. No Brás aglomeravam-se

⁵ Fonseca, Celso Suckow, op. cit. p.84/87.

⁶ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.214.

casas operárias, pequenas oficinas e fábricas sendo então palco de muitas manifestações e protestos operários além do que, sendo um bairro pobre possuía pouquíssimas escolas de ensino primário⁷.

Mais do que o descompasso entre o crescimento da população operária e as escolas para profissionalizá-las, a iniciativa de instalar escolas profissionais em São Paulo está vinculada à constituição do mercado de trabalho. Vários temas estão presentes na constituição do mercado de trabalho na perspectiva das elites paulistas de vanguarda, ou seja : a nacionalização do trabalho, “o combate à aversão às profissões... manuais” e crítica ao crescente funcionalismo público e a formação do cidadão–operário, isto é, a formação da hierarquia social baseada na cidadania, deveres e direitos civis, morais e político do cidadão⁸.

São Paulo, na década de 1910, tem o operariado constituído pelos imigrantes⁹, os quais, com sua cultura e experiência formam “um padrão de comportamento do trabalhador no mercado de trabalho”. A primeira experiência de assalariamento urbano em massa se dá com os imigrantes e o Estado se instrumentaliza para controlar e conformar o mercado de trabalho estabelecendo uma concepção abrangente da organização social.

O ensino profissional e o processo de qualificação do trabalhador são considerados instrumentos capazes de prover o trabalhador nacional de meios para concorrer com o estrangeiro, mão-de-obra considerada instruída e competente enquanto o trabalhador nacional, por não ter instrução estaria destinado a posições inferiores. A qualificação profissional formal daria legitimidade às diferenças hierárquicas e salariais, mostrando, ainda, a necessidade de instituições que formem o trabalhador nacional ¹⁰. Segundo o Relatório do Secretário do Interior do Estado de São Paulo de 1908-09,as

⁷ Ribeiro, Maria Alice Rosa, op. cit. p.121

⁸Idem., p.123.

⁹ São Paulo na década de 1910, era uma cidade italiana”. Ver sobre o assunto: “São Paulo no emergir da industrialização e do operariado: Uma verdadeira cidade italiana” Blanco Esmeralda Luiz. O Trabalho da Mulher e do Menor na Indústria Paulistana (1890/1920). Dissertação de Mestrado, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977,cap.I, p.6 e seguintes.

¹⁰ idem, p.124

escolas profissionais são o instrumento de “nacionalização do trabalho” e o Estado instalando essas escolas na capital e no interior estaria promovendo a nacionalização do trabalho manual entregue ao operário estrangeiro, o qual ganha salários elevados por falta de concorrência, retirando-se do país depois de satisfeitos os seus objetivos. Esse raciocínio revela o pensamento oficial representativo da elite “moderna” paulista, segundo o qual havia uma escassez de trabalhadores com preparo técnico para ocupar posições superiores dentro da indústria, como mestre, contra-mestre, sendo que esta escassez elevaria os salários. Instruindo o trabalhador nacional em um ofício, as escolas profissionais promoveriam uma maior disputa pressionando os salários para baixo.

A preocupação com o ensino profissional se manifesta nas publicações oficiais em 1908-10 e percebe-se um sentimento anti-estrangeiro. Esse clima carregado está ligado ao protesto operário, a greve, as manifestações pela jornada de 8 horas. A figura do trabalhador imigrante aparece na liderança do protesto operário a ponto do pensamento oficial identificar italiano e anarquista como sinônimos. Esse sentimento negativo com relação ao trabalhador italiano também transparece no discurso oficial em 1918, período de agitações operárias, de greve geral, próximo ao descenso que sofrerá o movimento operário. As milícias na rua reprimem as agitações operárias e isso demonstra a ausência do Estado no “controle sobre o mercado de trabalho”.¹¹

Percebe-se em toda a década de 1910 que a nacionalização do mercado de trabalho é um tema recorrente. O inspetor Guilherme Kuhlman, em seu relatório em 1918 coloca a necessidade de operários nossos, evitando-se a importação de elementos estrangeiros com idéias subversivas e anarquizantes, sendo “uma questão patriótica a difusão das escolas profissionais, veículo seguro de nacionalização”¹²

Nacionalizar a mão-de-obra, excluir o estrangeiro do mercado de trabalho, não significaria apenas a substituição do nacional pelo estrangeiro, mas todo um processo de formação do operário cidadão, cômico de seus deveres e direitos políticos e cumpridor de suas obrigações morais e sociais, segundo o inspetor de ensino profissional.

¹¹ Idem, p.125

¹² Relatório do Inspetor Guilherme Kuhlman, sobre o funcionamento das Escolas Profissionais, in: Anuário de Ensino do Estado de São Paulo. Diretoria Geral da Instrução Pública. São Paulo, 1918, p. 533. Citação de Maria Alice Rosa Ribeiro, op. cit. p.206.

Moldando o operário–cidadão o Estado controla o trabalhador de forma “civilizada” e o trabalhador estrangeiro com tradição e cultura diversas tende a seguir os “cidadãos” moldados no “espírito da brasilidade”.

As escolas profissionais seriam o instrumento de formação desse contingente de “cidadãos–operários” ligados pelo espírito patriótico, disciplinados pelo regime de trabalho fabril e imbuídos de conhecimento de seu ofício. Este contingente formava uma hierarquia social controlada pelo Estado e reproduzida pelo sistema educacional ¹³

A questão do funcionalismo público aparece no discurso oficial ligada à constituição da hierarquia social mencionada. Percebe-se um combate a aversão às profissões manuais e é frequente a assertiva de que “trabalho manual não constitui desdouro nem baixaza”. É apontada a escravidão como origem do preconceito e a alternativa brasileira frente ao desprezo pelos trabalhos manuais teria sido o empreguismo no aparelho do Estado. A criação das escolas profissionais disseminando o ensino de profissões manuais estaria vinculada à valorização destas profissões objetivando esvaziar o empreguismo estatal ¹⁴.

Na realidade, mais do que repulsa às profissões manuais, havia uma opção por regime de trabalho. Era a diferença entre ser assalariado do Estado e ser assalariado do setor privado. Mesmo as camadas mais pobres, mal alfabetizadas preferiam o emprego estatal de contínuo, servente, funcionário da limpeza pública do que ser assalariado da empresa particular. Embora essa diferença entre os regimes de trabalho não façam parte do discurso oficial, fica claro que o mesmo aponta para a fuga do assalariamento da indústria para o Estado, engrossando o inchado funcionalismo público. Dessa forma, o discurso oficial aponta para a necessidade de criar-se “uma atitude favorável ao emprego fabril em detrimento do emprego público”. Portanto, no discurso oficial com relação à constituição do mercado de trabalho os temas se cruzam: nacionalização, criação do cidadão–operário e empreguismo estatal.

¹³ Ribeiro, Maria Alice Rosa. Qualificação da Força de Trabalho: A experiência das Escolas Profissionais do Estado de São Paulo (1911-1942) in Ribeiro, Maria Alice Rosa (coord); Caetano, Coraly Gará e Gitahy, Maria Lucia Caira. Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional, 2.-a ed. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986, p.125.

¹⁴ Idem, p.126.

Além dos temas apontados, proposições recorrentes em todos os discursos da nova elite paulista relacionados à formação de um mercado de trabalho profissionalizado racional e científico, aparece a preocupação de controlar esse mercado de trabalho de forma a fixar o trabalhador nnos municípios do interior. O projeto de criação de escolas profissionais pelo interior, com cursos direcionados às necessidades locais ou regionais, relaciona-se à esse ambicioso projeto.

Um grande contingente de lavradores, sem experiência em atividade industrial se desloca para as cidades próximas nas décadas de 1920 e 1940 e a aprendizagem profissional seria um meio de evitar-se o êxodo para a capital desses trabalhadores, profissionalizando-os para o mercado local. Na época os municípios do interior do Estado possuíam pouca diversificação em seu mercado de trabalho, representado pelo pequeno comércio, estrada de ferro, com oficinas e estações, e burocracia municipal, além do trabalho na agricultura ¹⁵.

As escolas profissionais, em seu início e na década de 1940 constituem, através de sua estrutura de ensino, uma hierarquia social. Havia uma diferenciação na formação de sua clientela: as escolas profissionais formariam o trabalhador qualificado, os institutos, transformados posteriormente em escolas, ministrariam cursos para técnicos, chefes de oficina, calculistas e desenhistas e as escolas superiores formariam engenheiros para a concepção e direção do processo de organização do trabalho e da produção.

A estrutura hierárquica da sociedade, conformada e controlada pelo Estado, continha, também, as escolas profissionais, já que as mesmas eram portadoras da concepção das elites quanto à formação do trabalhador qualificado para a indústria. O mercado caminhava para a desqualificação do trabalhador enquanto as escolas profissionais oficiais objetivavam preparar trabalhadores qualificados para funções intermediárias na indústria , como contra-mestres , condutores de trabalho, supervisores de trabalhadores não qualificados que tiveram como local de disciplinarização não a escola mas a fábrica¹⁶.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

Em suma, as proposições ventiladas pela “moderna” elite paulista e seus intelectuais orgânicos, eram: nacionalização do trabalho, criação do operário-cidadão, a condenação do empreguismo estatal, a valorização do assalariamento industrial e a fixação do trabalhador nas cidades do interior através de uma rede de escolas profissionalizantes na região. A função das escolas profissionais, reprodutoras da estrutura hierárquica da sociedade e formadora de uma camada de trabalhadores qualificados para funções intermediárias no controle de uma massa de trabalhadores não qualificados, parecem caracterizar a ideologia de uma fração de classe que quer se impor, como portadora de um projeto para uma sociedade não simplesmente assalariada mas industrializada e com relações sociais de produção compatíveis. Isso a diferencia das propostas apenas moralizantes da elite cafeeira tradicional, para a qual o ensino profissionalizante seria uma forma de evitar-se a contravenção da vadiagem ou oferecer uma oportunidade de sobrevivência através da formação de artífices ou mesmo contra-mestres, a uma população “deserdada da fortuna”, conforme referência do presidente Nilo Peçanha).

Dessa forma, o objetivo é estudar a criação da Escola de Aprendiz Artífices de São Paulo, num contexto de disputa entre elites para o controle de uma massa de assalariados, que também reagiam através de mobilizações e proposições políticas, sociais ou educacionais-pedagógicas, como se verificava no final do Império com os socialistas, na década de 1910 com os libertários e na década de 1920 com os comunistas.

Assim, a década de 1910, época da criação da Escola de Aprendiz Artífices de São Paulo (1909) é um período de “entusiasmo” pela educação¹⁷ por parte das elites, de extrema repressão ao movimento operário, mas de grande efervescência da ideologia libertária (Ligas, Uniões, bibliotecas, conferências, palestras, Escolas Anarquistas, Universidade Popular).

A Escola de Aprendiz e Artífices de São Paulo era um projeto da elite cafeeira tradicional. Essa Escola, era formadora de artífices, mestres e contra-mestres profissionalizados por ofício, para o mercado industrial paulista, o qual apresentava forte demanda para o setor mecânico. Além disso, as grandes inquietações,

¹⁷ Ghiraldelli, Paulo – Educação e Movimento Operário, S. Paulo, Cortez, 1987, p.25.

do período, como a questão da nacionalização da força de trabalho permeiam o presente trabalho., O questionamento relativo à frequência de “pobres” nessa escola profissional federal, nos leva a crer que possivelmente esses “pobres”, não constituíam a população carente característica das Escolas de Aprendizizes da maioria dos Estados (em especial, a já referida Escola de Aprendizizes da Paraíba), mas formavam um alunado oriundo de famílias operárias ou de outros profissionais urbanos. Portanto, levantamos a hipótese de que a Escola de Aprendizizes Artífices de São Paulo objetivava abastecer o mercado industrializado de São Paulo com mão-de-obra não apenas especializada em trabalhos de madeira, mas também no ramo metal-mecânico que carecia de trabalhadores especializados, assemelhando-se à Escola Profissional Masculina Estadual.

É objeto também de discussão, a problemática da nacionalização do mercado de trabalho e o papel da Escola de Aprendizizes Paulista nessa questão. A origem do alunado e a tentativa de descaracterizar a EAA de São Paulo, como educadora da população carente é outra hipótese. A menor importância da escola federal no contexto paulista, no período, fica por conta da rivalidade política entre setores do PRP, representantes da elite “moderna” de São Paulo, e o presidente Nilo Peçanha, ligado ao PRF, portador de ideais republicanos, considerados “superados ou teses vencidas” qual seja a do aproveitamento da mão-de-obra nacional, “dignificar a pobreza”, num Estado cuja elite optara pela imigração e pela formação do operário-cidadão.

1. NILO PEÇANHA NO GOVERNO

Nilo Peçanha era da cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, ferrenho defensor de Floriano Peixoto, exerceu mandato como deputado federal pertencendo à ala oposicionista do Partido Republicano Fluminense e se manifestava efusivamente no plenário como um parlamentar dissidente sob a orientação do paulista Francisco Glicério, e foi presidente do Estado do Rio de Janeiro e da República..¹⁸

É sugestivo o fato de que Nilo Peçanha em seu efêmero mandato no governo da República tenha se apressado em viabilizar o funcionamento de instituições profissionalizantes. Provavelmente era uma forma de demonstrar o desempenho no poder federal de um representante de um Estado menor, não componente direto dos Estados hegemônicos e mais do que isso, levar para o plano federal projetos educacionais já efetivados em sua gestão como presidente do Estado do Rio de Janeiro (quando fundou escolas profissionalizantes no Estado) numa clara manifestação de compromisso com a educação das camadas populares na iniciação do ensino por ofícios partindo de um elemento dissidente do Partido Republicano Fluminense ¹⁹.

Durante o governo florianista, Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério e Nilo Peçanha trabalharam incansavelmente. Eles reconheciam destemperos e arbitrariedades na ação do chefe do Executivo não obstante não o desampararam. Quintino contornava os obstáculos, conciliava os companheiros, produzindo um ambiente favorável à Floriano com seus artigos no jornal O País. Glicério estabelecia a união da Câmara à Floriano. Dirigia a política de forma ativa e amável preparando o caminho para uma candidatura civil. Nilo, com 25 anos apenas, era também muito ativo e fiel a Floriano. Visitava os ministros militares pedindo-lhes orientações, obtendo oportunidade de emitir suas opiniões. Certa tarde, o Gal. José Simeão lhe fez o seguinte comentário elogioso: “És um demônio de inteligência. Apóias Floriano na esperança ou na certeza de que êle nos dará

¹⁸ Tinoco Brígido. A vida de Nilo Peçanha, Livraria José Olímpio Edit. rio de Janeiro, 1962, pp.79,88,95 e seguintes.

¹⁹ Em 8 de outubro de 1894, como deputado federal, Nilo Peçanha aborda em plenário a educação científica e democrática do povo. “É preciso eliminar velhos erros da legislação atual.” Raciocina que o Estado, como agremiação humana e unidade política tem teorias e deveria intervir no ensino público e “formação do caráter nacional”. Refere-se à Macaulay, elogia o ensino na Alemanha e França e é muito aplaudido. Tinoco. Brígido. op. cit. p.66.

um governo civil, mais tarde. Não sei se nós, militares, seremos despachados em breve. O que tenho certeza é que daqui a dez anos tu serás um dos homens mais importantes deste país.”

Nos discursos do deputado federal Nilo Peçanha, auto proclamado oposição do Partido Republicano Fluminense, observa-se as críticas à política econômica de Prudente de Moraes. Discorrendo sobre nosso crédito no estrangeiro, esmaecido em suas esperanças no nosso renascimento econômico, indigna-se com a “acomodação” da Câmara com as seguintes expressões: as ocorrências levarão “o governo ao fundo, carregando na queda o crédito do País; e não é tolerável nem é patriótico que os eleitos da Nação, sitiados pelo partidarismo e pela intolerância, consintam que a sorte do Sr. Prudente de Moraes seja a sorte da República. É legítimo que liguemos nossas responsabilidades a uma situação que só é criada pela incapacidade dos depositários do poder público? Acaso é justo que confundamos em um mesmo esquife o poder executivo –despercebido da crise, indiferente a ela – e a cumplicidade do parlamento, votando impostos exagerados ao povo brasileiro, quando o Brasil já chegou ao extremo de sua força taxativa?”

Mais adiante Nilo se refere ao arrendamento das ferrovias (submetidas na Europa à concorrência pública) qualificando-a de lesiva à nossa dignidade. Pergunta por que o Presidente repele a cooperação da oposição legislativa parlamentar e não age diante do “monarquismo armado que solapa a República nos sertões do Norte” (referindo-se à Guerra de Canudos). Enxerga com amargura a “falta de energia” de Prudente: “Para os inimigos da paz, para os adversários do regime, S. Ex.^a não teve uma veemência patriótica, um sentimento varonil de crítica e de combate... O Govêrno entendeu preferível – êle que vive do poder para o poder – repudiar o concurso de todos os partidos pela lisonja das camarilhas. Que o faça! Não nos move a ambição pelas responsabilidades do Govêrno da República. O seu legado é um monstro; a sua vida infamou o crédito e conturbou o espírito liberal do país... À face de vós, amigos do govêrno, temos um outro compromisso. É que para nós está morto o processo das aventuras revolucionárias da caudilhagem. E quem o matou não fôstes vós – foi êle o imortal Floriano – sim, mas êste ficou para selar a bancarrota!”²⁰.

²⁰ Tinoco, Brigido, op. cit. pp.94/95.

Enquanto deputado estadual fluminense embora grande opositor de Deodoro e Prudente de Moraes, Nilo era um grande admirador de Campos Sales, sendo que torna-se membro da situação do Partido Republicano Fluminense quando o articulador da “política dos governadores” decide resolver os problemas econômicos financeiros através do funding loan ²¹.

Considerando que Nilo Peçanha era amigo pessoal de Francisco Glicério, Quintino Bocaiúva, Pinheiro Machado e seguidor de Campos Sales, poder-se-ia questionar até que ponto o Partido Republicano Fluminense, agremiação a qual pertencia o citado presidente da República em 1909, se identificava com o setor mais tradicional do PRP e suas teses “menos avançadas” com relação à formação do mercado de trabalho. Em São Paulo, o “Grupo do Estadão”, composto entre outros por Júlio de Mesquita Filho, Prudente de Moraes, Cerqueira César eram representantes de setores mais “modernos”. Esses “progressistas” setores paulistas, se notabilizavam, por exemplo, no campo do ensino profissional com a criação do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo²².

²¹ “Nilo, desde logo, alia-se a Campos Sales. Admira-lhe o desassombro, o sentimento do interesse público. Com 31 anos de idade, começam a fasciná-lo os intrincados problemas econômicos e financeiros. Nesse plano, foi dos mais destemidos colaboradores do poder executivo, escudando-o sempre, arriscando a popularidade ante a massa desiludida pelos impostos e o comércio premido pelas taxas”. Relatando o orçamento da Marinha (1900), encerrando a explanação: “o governo do Sr. Campos Sales realiza o ideal da verdade orçamentária; da proclamação da República até agora, entre as administrações Deodoro, Floriano e Prudente, a única que não excedeu as verbas votadas pelo Congresso foi a do atual presidente”. Tinoco, Brígido – A Vida de Nilo Peçanha, Livraria José Olímpio Edit. págs.104,112.

²² “O Liceu de Artes e Ofícios, parece fazer parte de um projeto mais amplo de modernização econômica empreendido pela fração mais poderosa do setor dominante paulista, cujos representantes irão compor, no primeiro período republicano, as diferentes forças políticas do único partido oligárquico então existente: o Partido Republicano Paulista. Entre os diretores e associados do Liceu de Artes e Ofícios encontram-se tanto expressões do situacionismo perrepista como das principais dissidências e, entre elas, as que vieram a se constituir, na década de 20, no partido Democrático ...No entanto, é importante considerar que coincidentemente ou não, alguns personagens da República, como Campos Salles, Francisco Glicério de Cerqueira Leite e Rodolfo Miranda, nunca fizeram parte do Liceu. Além disso, apesar da prática costumeira de a Sociedade incluir, entre os homenageados pela escola, as autoridades políticas e administrativas do Estado e do partido, a partir do início dos anos vinte nenhum membro da Comissão Executiva do PRP é citado, com exceção de Carlos de Campos e Manuel Pedro Villaboim (do conselho diretor do estabelecimento). Ao mesmo tempo, cabe assinalar que dois dos fundadores e homens fortes do Partido Democrático integraram a diretoria do Liceu: Reynaldo Porchat, seu presidente desde 1915, e Frederico Vergueiro Steidel, do conselho administrativo. Por outro lado, embora a Liga Nacionalista incorporasse elementos do PRP, é inegável que vários de seus componentes vieram a se constituir num dos núcleos de formação do PD, e muitos deles pertencem, na mesma época, à sociedade do Liceu de Artes e Ofícios. Entre esses elementos estão alguns componentes do denominado “grupo do Estado”, que historicamente assumiu a liderança de “sucessivas frentes de oposição ao comando perrepista”. Desde 1895, quando Júlio de Mesquita assume a direção do jornal, do qual terá o controle acionário a partir de 1902, O Estado de São Paulo torna-se o porta-voz dos dissidentes, criando em sua redação um espaço próprio para o debate político. O grupo dissidente ao qual Mesquita se apresenta ligado organiza-se em

Na gestão do governo federal, Afonso Pena (1906-1909) é votada a lei n. 1606 em 29 de dezembro de 1906. Essa legislação possibilita a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, além de versar sobre o ensino agrícola, o ensino profissionalizante e a demarcação das terras indígenas entre outros objetos ²³.

Dessa forma, essa citada lei ficava na dependência de um decreto que efetivamente viabilizasse a criação do Ministério da Agricultura assim como o ensino profissional. Inclusive, os discursos observados nos Annaes do Senado Federal são pertinentes à criação desse Ministério. ²⁴

O governo Afonso Pena não viabilizou esse decreto mas seu governo se caracterizou pela preocupação com as bruscas flutuações do câmbio e sua estabilização tentada pelo seu ministro da Fazenda e contrerrâneo, Davi Campista, ou seja: o Plano Nacional de Valorização do Café e a criação da Caixa de Conversão estabelecidos pelo Convênio de Taubaté (1906); pela reforma do Exército e da Marinha, com novas unidades de combate; a duplicação da rede ferroviária, aproximando-se das zonas produtoras; pelo sucesso de Rui Barbosa chefiando a delegação brasileira à Segunda Conferência da Paz, em Haia. Entretanto a escolha de seu sucessor (ação negada a Rodrigues Alves, seu antecessor) parece ter sido sua maior inquietação. Em nome dessas

torno de Prudente de Moraes e de Cerqueira César. Solucionados os conflitos de 1891, envolvendo Américo Brasiliense, de um lado, e Cerqueira César, de outro, o grupo reintegra-se ao PRP até 1901, quando se coloca contra “a política dos governadores” preconizada por Campos Salles e lança o Partido Dissidente, do qual fazem parte, entre outros, os seguintes integrantes do Liceu de Artes e Ofícios: Adolfo Gordo, Alfredo Pujol, Cincinato Braga, Antônio Cintra, Gabriel Prestes e Cândido Motta. A partir daí ocorrem frequentes rompimentos do grupo com o situacionismo perrepista, geralmente deflagrados em momentos de disputa sucessória por cargos na comissão executiva do partido ou pelo poder do Estado. Até os anos 20, tais conflitos terminaram em reconciliação ou foram devidamente assimilados pelo PRP, quando então a convergência de vários fatores torna possível a organização de um partido de oposição (em 1905 e 1911 o “grupo do Estado” irá apoiar, para presidente da República, as candidaturas “oposicionistas” de Afonso Pena-Nilo Peçanha em detrimento de Campos Salles ou Bernardino de Campos e de Rui Barbosa contra Hermes da Fonseca). A expansão do jornal O Estado de São Paulo, enquanto “instância de produção cultural e ideológica”, e sua consequente transformação em empresa capitalista acompanhou o crescimento político do grupo e sua caracterização em “fração partidária”. Moraes, Carmen Sylvia Vidigal – A Socialização da Força de Trabalho: Instrução Popular e Qualificação Profissional no Estado de São Paulo – 1873 a 1934, Tese de Doutorado – FFLCH USP, São Paulo, 1990,p.105,106.

²³ Annaes do Senado Federal. Sessões de 1 de novembro a 30 de dezembro de 1906, vol. IV Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1907. Annaes da Camara dos Deputados, vol. VII. Sessões de 1 a 30 de novembro de 1906, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Projecto n. 190 C, de 1906, pp.4,5,6,.

²⁴ Annaes da Camara dos Deputados Sessões de 1 a 30 de Novembro de 1906, vol.VII, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1907, Sessão de 1 de Novembro de 1906, p.2 a 7.

preocupações políticas rompe com seu vice Nilo Peçanha (estimulando o presidente do Rio de Janeiro, Alfredo Backer a provocá-lo) e em seguida volta-se contra Pinheiro Machado

Com o falecimento de Afonso Pena em 14 de junho de 1909, Nilo Peçanha assume o governo e apesar de enfrentar grande oposição, governa dezessete meses, sendo sua gestão plena de realizações. Uma de suas primeiras atitudes foi a inauguração do Ministério da Agricultura. A lavoura estava desarticulada, a pecuária estava desorganizada. Correspondendo às exigências da lei n. 1606, é implementado o serviço de inspeção agrícola, a diretoria de indústria animal, postos zootécnicos, o ensino agrônômico, estações experimentais para cana-de-açúcar, aprendizados agrícolas, o serviço de veterinária, o de distribuição de sementes e plantas, o registro de marcas para animais, a diretoria de Meteorologia e Astronomia. Foi também reorganizada a Junta Comercial, o Museu Nacional, o Jardim Botânico, a biblioteca do Ministério, o serviço geológico, matadouros modelos e entrepostos frigoríficos; foram estabelecidos prêmios para a exportação de frutas, a importação de reprodutores, exposições de gado; o serviço de proteção ao índio foi regulado e houve a fundação de escolas profissionais.

Houve também realizações em outras pastas: nas Relações Exteriores foram solucionadas as questões de limites com o Peru e Uruguai, obra devida ao Ministro Rio Branco. No setor militar fundou linhas de tiro em várias localidades. Na pasta da Justiça, mudou o Ginásio Nacional para Colégio Pedro II, codificou as leis processuais do Distrito Federal, criou o patronato oficial dos egressos e liberados das prisões. No Ministério da Viação concretizou o saneamento e dragagem dos rios que deságuam na baía de Guanabara, oferecendo à pecuária e lavoura quatro mil quilômetros de área. Regulamentou os serviços contra a seca. Foi de grande alcance sua política ferroviária, já que valorizava muito as questões relativas aos transportes e comunicações: a Central do Brasil atingiu o rio São Francisco; a São Paulo – Rio Grande ligou a Capital Federal à fronteira meridional; a linha Mato Grosso, construída influiu comercialmente. Inovou o contrato da Leopoldina, que desde o Império ficava paralisada em São Francisco Xavier, onerando a produção fluminense e parte do território mineiro, a Zona da Mata. A paralisação ocorria porque todas as estradas com destino ao Rio terminavam distantes do

porto para fazê-las tributárias da Central. A falta de ligação entre a Raiz da Serra e porto das Caixas fazia com que parte da produção do Espírito Santo e municípios cafeeiros do Norte fluminense escoasse pelo terminal de Niterói. Para solucionar essas questões Nilo Peçanha reformou o contrato da Leopoldina estabelecendo novas obrigações.

No setor financeiro, manteve o equilíbrio do orçamento, lembrando sua gestão como presidente do Estado do Rio de Janeiro (1903–1906) na qual restabeleceu as finanças do Rio de Janeiro, falido e com o salário do funcionalismo muito atrasado, através de aumento da receita sem empréstimos mas cortando cargos, despesas, cobrança do que era devido ao Estado, tributação da lenha consumida nas estradas de ferro, taxando importações estrangeiras com similares na produção fluminense, deslocação do imposto de indústria e profissões dos cofres municipais para os do Estado, redução das tarifas ferroviárias para baratear os preços dos produtos. Dessa forma, transformou o sistema fiscal, evitou a evasão de reservas, bloqueou despesas amparou a produção e chegou a reduzir preços. Além dessas realizações valorizou a indústria pastoril do vale do Paraíba e pastagens salitradas da baixada possibilitando em seis meses remessas de gado para os centros consumidores muito superiores às remessas anteriores ²⁵.

No governo de Nilo Peçanha, a harmonização orçamentária se evidencia com a antecipação do pagamento do funding loan de 1898 e a desoneração das receitas alfandegárias desde Prudente de Moraes. Com esses créditos quitou a dívida de dois milhões em ouro, adquirida no Império, em 1879; transformou os empréstimos de 5% com especiais garantias em empréstimos de 4%, sem garantia. A moeda valorizou-se

²⁵ Ainda a respeito da gestão na presidência do Rio de Janeiro, Nilo construiu escolas profissionais e agrícolas para que nos tornássemos “não um povo de letrados e burocratas, mas uma sociedade de trabalhadores”. Regularizou a instrução primária aumentando a frequência de 5.130 para 15.657. As escolas normais perderam a gratuidade e o pagamento de taxas proporcionou renda ao erário. Também inaugurou o Palácio Presidencial, o Tribunal de Relação, o Horto Botânico em propriedades do Estado, modernizou a capital auxiliado pelos prefeitos Paulo Alves e Dr. Pereira Nunes; construiu pontes metal sobre o Paraíba e outros municípios, para facilitar a circulação de mercadorias, reformou prédios escolares, remodelou a viação urbana, substituindo a tração animal pela elétrica; retirou grande quantidade de loucos das cadeias e os acomodou numa colônia agrícola e após em Vargem Grande, no hospício. Economicamente o Rio de Janeiro transformou-se, recuperou o crédito. Com exceção do café, em crise geral no país, os outros gêneros exportáveis aumentaram suas cifras amparados pela tributação da produção estrangeira, diminuição dos impostos e redução das tarifas ferroviárias. Houve aumento dos laticínios em 200%, do açúcar em 250%.... Foram montadas fábricas, aprimoraram-se as máquinas nas indústrias têxteis, aumentando para dois milhões de quilos a capacidade produtiva. Tinoco, Brígido, op. cit. p. 134,135.

dentro de um seguro planejamento e para isso contribuíram os diálogos entre Nilo Peçanha e Leopoldo Bulhões (Ministro da Fazenda) com os banqueiros paulistas, assim como as conversações entre os dois citados e vários líderes, tais como: Francisco Glicério, Pinheiro Machado, Quintino Bocaiúva, Campos Sales, J. Murinho, Rosa e Silva, Barbosa Lima e Lauro Muller. Com essa meta atingida, a taxa da Caixa de Conversão subiu de 15 para 16, e no final do governo o saldo do tesouro era de cento e sessenta e nove mil contos. Inclusive, Nilo Peçanha chegou a solicitar créditos para as indústrias siderúrgicas e para a eletrificação dos trens dos subúrbios, pedidos considerados megalomaníacos pela imprensa ²⁶.

Seria pertinente, ainda, dizer que Nilo Peçanha foi considerado um estadista e muito elogiado pelo setor do PRP representado principalmente por Campos Sales e Francisco Glicério, elementos que, entre outros, compuseram sob a liderança de Pinheiro Machado, o PRC (Partido Republicano Conservador) em 17/11/1911.²⁷

²⁶ Tinoco, Brígido, op. cit. p.172.

²⁷ Se o fortalecimento do sistema político federativo era garantido pela sedimentação de oligarquias, também a sua fraqueza era de sua responsabilidade: diversamente do quadro imperial, não era permitido que houvesse revezamento dos grupos estaduais no poder. Um dos momentos em que tal revezamento foi até certo ponto efetivado foi no governo Hermes da Fonseca. Aparentemente, a gestão Hermes da Fonseca repousava nas seguintes forças: Rio Grande do Sul e os satélites de Pinheiro Machado (Estados do Norte), Minas Gerais e Pernambuco, o grupo constituído pelos militares ligados ao marechal e pelos políticos familiares do presidente. Essas forças se congregaram para eleger o presidente, mas logo após sua posse elas se dispersam pois os laços eram frágeis e os interesses que as ligavam ao hermismo eram antagônicos. A base política do novo governo era precária, sendo que o presidente não possuía raízes políticas nos grandes Estados. Diferentemente dos presidentes anteriores, o governo federal não era respaldado por “um grande partido unificador que o sustentasse no Congresso Federal”.

“Procurou-se preencher tal lacuna com a rápida criação do Partido Republicano Federal (PRC), (sic) chefiado por Pinheiro Machado, que tentou congregas as forças hermistas ao nível federal”. Assim o Partido foi fundado em 17 de novembro de 1911.

“Aparentemente unidas sob a mesma égide, as correntes políticas do novo partido disputariam ferozmente o controle do campo oficial. Aquelas forças hermistas, fora do poder em alguns Estados, ou que, mesmo de posse dele não desejavam compartilhá-lo, viram surgir o momento de se apoderarem da respectiva política estadual.

Com o auxílio do governo federal vários grupos estaduais foram alijados do poder, iniciando-se o período das ‘salvações’ militares, para ‘a depuração do regime republicano e para defender a democracia’.

Os novos grupos do hermismo, mesmo antes da posse do Presidente Hermes, iniciaram os primeiros movimentos de intervenção nos Estados. Em outubro de 1910 tentou-se contra o Estado do Amazonas, seguindo-se o Estado do Rio de Janeiro cujo controle político era desejado por Nilo Peçanha. Neste último, após as eleições para a sucessão do presidente do Estado (Alfredo Backer) surgiram duas Assembléias fluminenses e dois candidatos eleitos e reconhecidos.

Sob a pressão de um contingente militar que comunicou a tomada do palácio presidencial, Backer se retirou. Tomou posse, então, o candidato escolhido e apoiado pelo centro, ligado a Nilo Peçanha, político hermista que tomava de volta seu feudo político”. Souza, Maria do Carmo Campello, O Processo Político Partidário na Primeira República. Mota, Carlos Guilherme s. Brasil em Perspectiva. São paulo, Difel, 1985, p.203/205.

2. AS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES: ANTECEDENTES

Historicamente, as Escolas de Aprendizes Artífices significam o marco inicial de uma política nacional do Governo Federal no ensino de ofícios. Analisando a estrutura dessas escolas e o seu desenvolvimento durante três décadas (1909-1942), podemos perceber o significado que elas tiveram para o ensino profissional da época²⁸.

A análise dessas escolas profissionais federais de forma generalizada será efetuada apenas num primeiro momento, pois seria pertinente uma análise mais detalhada, num segundo momento, da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo para percebermos melhor as razões de sua especificidade que a tornaram provavelmente menos importante do que suas congêneres nortistas.

Entretanto, antes de efetuarmos uma análise das escolas nas décadas iniciais de funcionamento, talvez fosse concernente nos determos um pouco nas fontes nas quais se inspirou Nilo Peçanha para a criação das Escolas de Aprendizes Artífices. Foram três experiências de ensino profissional, ocorridas antes de 1909, as quais provavelmente se aproximaram mais daquelas escolas federais, quanto às metas e à estrutura interna.

A primeira experiência seria relativa às quatro escolas profissionais, fundadas pelo próprio Nilo Peçanha em 1906 no Estado do Rio de Janeiro; a segunda se refere ao anteprojeto de lei, enviado pelo “Congresso de Instrução”, realizado também no Rio de Janeiro em 1906, ao Congresso Nacional, autorizando o Governo Federal a promover o ensino prático agrícola comercial e industrial, na capital da República e nos estados; e finalmente a terceira experiência foi o Asilo de Meninos Desvalidos, instituído em 1875, no Rio de Janeiro, sendo que mais tarde, em 1910 passa a denominar-se instituto João Alfredo em homenagem ao seu fundador, João Alfredo Correia de Oliveira²⁹.

²⁸ Soares, Manoel de Jesus A. – As Escolas de Aprendizes Artífices – estrutura e evolução, Forum educacional, vol.6,n.3 – jul./set.1982, Rio de Janeiro, p.58.

²⁹ Soares, Manoel de Jesus A. – As Escolas de Aprendizes Artífices e suas fontes inspiradoras in Forum Educacional, 5 (4) Rio de Janeiro, out/dez 1981,p.69.

2.1 As Escolas Profissionais do Estado do Rio

O decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, possibilitou a criação das escolas profissionais pelo então presidente do Estado do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, com o objetivo de habilitar moral e tecnicamente os menores entre 9 e 16 anos, que residiam no estado.

Nilo Peçanha considera, na exposição de motivos do referido decreto que institui as escolas, que não é suficiente ao Estado promover o ensino primário, normal e de humanidades, mas também o ensino profissional, “necessário ao progresso do Estado”, por dizer respeito ao desenvolvimento de suas indústrias e por “facilitar às classes menos protegidas da fortuna ocupação remuneradora para sua atividade”.

Essas escolas foram estabelecidas nas cidades de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul, sendo que as três primeiras possuíam como programa o ensino de marcenaria, carpintaria, alfaiataria e sapataria, e a última notabilizava-se pelo ensino agrícola.

O regulamento das escolas ³⁰estabelecia que o ensino de ofícios habilitaria os aprendizes alunos nas profissões : carpinteiro-marceneiro; sapateiro; correeiro-seleiro; alfaiate; funileiro-bombeiro; sericultor-apicultor; jardineiro.

O decreto de criação das escolas previa que estas deveriam fornecer calçado e roupa ao Corpo Militar do Estado, à Casa de Detenção, à Penitenciária e à Colônia Agrícola de Alienados, assim como o mobiliário necessário às escolas e repartições públicas ³¹.

O governo instituiu anexa a cada escola, um curso noturno de primeiras letras, para os alunos aprendizes e outros interessados em se inscreverem. Nesses cursos seriam ministradas a instrução primária e as noções relacionadas aos ofícios, principalmente desenho e contabilidade.

O ano letivo seria de 10 meses (15 de janeiro a 14 de novembro), o horário era das 8 às 10 horas e das 12 às 16 horas para as oficinas, e das 19 às 21 horas para o curso de letras. Os cursos não tinham duração determinada. Quando o aluno estivesse habilitado, deveria ser

³⁰ Decreto n.º1004, de 11 de dezembro de 1906 – Soares, Manoel de Jesus, A. op. cit.p.70.

³¹ Decreto n.º787, art. 3.º . Segundo o regulamento das escola “as obras da seção de carpintaria, marcenaria, alfaiataria, sapataria, correaria-selaria devem adaptar-se aos fins que o Governo designar” (Decreto n.º 1.004, art.5.º) Soares, Manoel de Jesus A., op. cit. p.70.

entregue à vida prática ³². Concorriam para essa situação a disciplina e o aproveitamento do aprendiz, rigorosamente controlados através de uma “caderneta individual do aluno.”³³.

Os próprios professores é que organizavam os programas dos cursos profissionais e os cursos noturnos seguiam as determinações das escolas primárias do Estado. As verificações da aprendizagem eram feitas à partir desses programas. Os alunos aprendizes considerados inaptos ao exercício profissional no exame final não eram readmitidos. Durante o curso prático ,os professores poderiam pedir ao diretor da escola a eliminação dos alunos aprendizes considerados sem “vocação ou robustez para o trabalho manual”.

Os alunos aprovados recebiam “títulos de capacidade”, através dos quais teriam “preferência para os serviços do Estado em que seja necessário sua aptidão profissional”. Àqueles que não concluíam o curso era conferido atestado de comportamento e frequência ³⁴.

Entretanto, um ano e pouco depois de instaladas, as escola profissionais de Campos e Petrópolis foram extintas por Alfredo Backer, sucessor de Nilo Peçanha na presidência do Estado do Rio. O decreto que extingue as referidas escolas é o de n.º1063, de 27 de dezembro de 1907.

O governa alega motivos financeiros³⁵ mas também reputa que as escolas profissionais de Petrópolis e Campos, após um ano de experiência não corresponderam aos objetivos de sua criação, “sendo quase nula a renda proveniente de suas oficinas e inaproveitáveis para o consumo dos estabelecimentos do estado a que se destinavam os artigos produzidos durante esse tempo ³⁶.

³² Regulamento, Decreto n.º1004, art.5.º.Idem.

³³ Eram conferidos prêmios aos aprendizes de maior frequência e melhor aproveitamento (Regulamento, art. 39). Ibidem.

³⁴ Foi criada uma quinta escola profissional no Estado do Rio de Janeiro pelo Decreto n.º1008, de 15 de dezembro de 1906, na cidade de Rezende, para o ensino agrícola, considerando as quatro escolas profissionais criadas em outras cidades. De acordo com o decreto citado, os motivos da criação da escola agrícola de Rezende são os mesmos das quatro escolas instituídas, “não só porque, pela natureza de seus terrenos, muito aproveitará o ensino agrícola, como também porque, devido a sua situação geográfica, servirá outra zona do estado”. Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p.71.

³⁵ Dizia, o decreto, entre outras coisas, que “não é justo aumentar a despesa pública com serviços adiáveis quando as condições financeiras do estado ainda exigem para o equilíbrio do orçamento o desconto de 15% dos vencimentos dos seus servidores...” Idem.

³⁶ Decreto n.º 1063, Exposição de motivos. Ibidem.

Provavelmente essa atitude do governador Alfredo Backer refletia no plano educacional o recente rompimento político em relação a Nilo Peçanha, na época (1907) Vice Presidente da República. Na realidade Backer (recém “eleito” presidente do Estado do Rio de Janeiro) aliara-se a Afonso Pena, o qual manifesta hostilidade a Nilo, logo no início de sua gestão. Seria concernente uma análise das tendências políticas em jogo, tendo-se em vista as dissidências internas nos partidos republicanos regionais e os confrontos entre grupos que se organizavam ao redor de Campos Sales ou Prudente de Moraes. Essas observações serão melhor enfocadas quando das considerações sobre a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo.

2.2 O anteprojeto do “Congresso de Instrução”

Realizou-se no Rio de Janeiro o “Congresso de Instrução” em dezembro de 1906 e as conclusões desse encontro foram remetidas ao Congresso Nacional como anteprojeto segundo o qual o Governo Federal poderia promover o ensino prático comercial agrícola e industrial, na capital da República e nos estados, por intermédio de um acordo com os governos estaduais no sentido destes pagarem um terço das despesas respectivas³⁷.

Objetivamente, propunha o Congresso de Instrução criar campos e oficinas escolares assim como institutos profissionais³⁸. Os campos e oficinas seriam efetivados nos municípios, variando seu número segundo a população, para alunos das escolas e ginásios, com o objetivo de habilitá-los a manejarem “com destreza e habilidade, os instrumentos do trabalho, sem prepará-los para um ofício determinado”. Os institutos profissionais seriam instituídos (ou subvencionados) em cada estado, “em número correspondente à população” da seguinte forma: cursos diurnos e noturnos, de ensino prático e elementar de agricultura; cursos diurnos e noturnos, de ensino prático elementar de indústria e comércio; escolas de serviço doméstico; internatos de ensino prático agrícola e industrial para menores desamparados e viciosos; campos de demonstração e experiência; cursos agrícolas, comerciais e industriais; cursos de

³⁷ Decreto n.º 1063, Exposição de motivos. Ibidem.

³⁸ Talvez, esse incentivo em nível estadual fluminense refletisse de alguma forma em termos regionais as discussões ocorridas no Senado e na Câmara Federal as quais viabilizavam a criação do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, ocorrida em 29 de dezembro de 1906 através da lei n.º 1606, a qual apontava para a instituição de escolas agrícolas, comerciais e industriais.

aprendizagem de ofícios nos navios de guerra e quartéis; cursos para as praças de pré de aprendizagem agrícola³⁹.

Os cursos industriais de ensino prático elementar eram divididos em preparatórios e técnicos. No preparatório, os alunos cursavam “metódica e gradativamente” as matérias do ensino primário elementar enquanto no técnico, haveria seções de ensino e aplicação (seção de aprendizagem).

A seção de ensino consistiria de variadas cadeiras com disciplinas metódica e gradativamente ordenadas em séries. Existiam 11 cadeiras aplicadas às variadas exigências da indústria: Português, sob o ponto de vista artístico; aritmética prática e geometria plana; desenho linear; elementos de física; estudo prático e especial dos motores animados e “inanimados”; elementos de química orgânica e inorgânica; higiene industrial; noções de tecnologia; elementos de geometria descritiva; estudo de motores a vapor, máquinas fixas e móveis.

A seção de aprendizagem era destinada a alunos de ambos os sexos, maiores de 14 anos, compreendendo as seguintes oficinas: para o sexo masculino: carpinteiro, marceneiro, entalhador, torneiro de madeira, escultura em madeira, gesso e pedra, fundidor de metais, fundidor de tipos, tipografia, litografia, gravura em madeira, gravura em pedra, modelagem, serralheiro, instrumentos de precisão, torneiro de metais; para o sexo feminino: litografia e gravura, tipografia, correios e telégrafos, fabrico de vidros, papelaria, preparo de tecidos.

Além das referidas oficinas, contaria ainda o curso prático com um laboratório de química, um gabinete de física, coleções de história natural e um ginásio.

Essa programação de aprendizagem seria também assumido nos internatos de ensino profissional, em seus “cursos práticos de indústria”, já que a organização do projeto previa a educação da “infância desamparada e viciosa”.

Duas seções consistiam os internatos de ensino profissional: a primeira admitia menores desamparados não viciosos ou insubordinados. A segunda seção admitiria menores expulsos de escolas ou outras instituições de instrução pública; os trazidos por pais e tutores por maus costumes ou insubordinação; os mendigos ou viciosos que perambulassem pelas ruas.

Esses menores, recolhidos ao internato, eram organizados em “famílias” de 30 alunos, com serviços e aposentos separados.

³⁹ Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p.72.

Eram concedidos prêmios individuais aos asilados que se distinguíssem nos estudos, que trabalhassem com assiduidade nas oficinas e que manifestassem exemplar procedimento. Haveria também coletivas recompensas para as “famílias” nas quais seus membros não tinham sofrido punição no período de uma semana.

2.3 O Asilo de Meninos Desvalidos

O Asilo de Meninos Desvalidos foi criado por decreto em 1874 e inaugurado em 1875, pelo Ministro do Império João Alfredo Correia de Oliveira, no Rio de Janeiro.

De acordo com o Regulamento de 1875⁴⁰ subscrito pelo Ministro João Alfredo, o asilo era determinado para “recolher e educar” crianças do sexo masculino com idade entre 6 e 12 anos, excluindo os portadores de defeitos físicos que impossibilitassem a aprendizagem ou o estudo de ofícios. Os asilados que através de seu procedimento não se corrigissem ou prejudicassem a moralidade ou disciplina do estabelecimento seriam despedidos, assim como aqueles que no período de três anos não assimilassem o aprendizado proposto.

Era constituído de três partes, o ensino. Ministrava-se a instrução primária na primeira parte. Na segunda as disciplinas: geometria plana e mecânica aplicada às artes; desenho e escultura; música instrumental e vocal. Os seguintes ofícios eram ensinados na terceira parte: encadernação, tipografia, carpintaria, marcenaria, alfaiataria, tornearia, entalhe, ferraria funilaria, serralheria, sapataria e correaria.

Era fixado anualmente pelo ministro do Império o número de asilados, em dezembro. Terminada sua educação o aprendiz deveria permanecer no asilo por mais três anos, trabalhando nas oficinas. Durante esse tempo, a metade do valor do produto de seu trabalho mensalmente era recolhido à Caixa Econômica e era-lhe entregue quando saísse do asilo. O asilado poderia ser dispensado desse período de trabalho se em troca se dispusesse a pagar a quantia relativa a uma vez e meia o produto máximo anual estipulado.

O asilo era inspecionado por um Comissário do Governo, ao qual cabia expedir o regimento interno do asilo e sancionar os programas das oficinas e aulas, entre outras coisas.

⁴⁰ Decreto n.º 5849, de 9 de janeiro de 1875. Soares, Manoel de Jesus A. op. cit.p.73.

Era constituído dos seguintes dos seguintes elementos o quadro de funcionários: um diretor, professores e mestres de oficina, um escrivão, um almoxarife, um médico, um capelão, repetidores, inspetores de alunos, criados e serventes. A nomeação dos professores precedida de concurso e regulamento específico era feita por decreto.

O diretor do asilo era um “delegado do inspetor geral da instrução primária e secundária do município da Corte...”já que dependia para maiores providências do ministro do Império, através do comissário do Governo.

O produto do trabalho das oficinas, ou fora delas, pelos mestres e alunos do asilo era recolhido trimestralmente ao Tesouro Nacional, o qual no início de cada exercício fornecia ao asilo a quantia necessária às suas despesas.

O Asilo de Meninos Desvalidos era reputado como “importante casa de caridade” e foi considerado quando inaugurado um agente moralizador do povo⁴¹. O referido Asilo, em 1894, por um novo decreto passa a chamar-se Instituto Profissional. Sucederam-se vários regulamentos à partir daí, entretanto não transformaram essencialmente a estrutura interna desse instituto , destinado sempre a “alunos pobres”⁴².

O Instituto Profissional passou a chamar-se em 1910, Instituto Profissional João Alfredo Correia de Oliveira, fundador da instituição original.

2.4 Conclusões

Provavelmente Nilo Peçanha se inspirou nas três experiências relatadas para criar as Escolas de Aprendizes Artífices. Estas possivelmente representaram a propagação, no plano federal, das experiências tentadas no plano estadual, municipal ou particular, antes de 1909, referente à formação industrial da força de trabalho. Essas experiências foram “enriquecidas”

⁴¹ “...como o germe de uma vasta instituição que ramificará por todo o país, moralizando o povo na sua fonte, a infância.” Cf. Fonseca, Celso Suckow da. História do Ensino Industrial no Brasil. Rio de Janeiro, Tipografia da Escola Técnica Nacional, 1961,p.140-1, v.1.

⁴² O Decreto municipal n.º 520, de 5 de abril de 1905, ao aprovar um novo regulamento, assim define o Instituto: “o Instituto Profissional Masculino é um internato destinado a dar aos alunos pobres a educação física, intelectual e moral necessária para o bom desempenho das profissões de que trata o presente regulamento” (art.1.º). Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p.75.

com as recomendações do “Congresso de Instrução” ocorrido em 1906 no Rio de Janeiro, expressas como anteprojeto ao Congresso Nacional. Nilo Peçanha encontrou as condições institucionais no recém criado Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (criado em 1906) que incluía os assuntos relacionados ao ensino profissional entre suas atribuições.

Havia um caráter correcional no caso das escolas estaduais fluminenses e no Asilo de Meninos Desvalidos e essa tendência permanece e fundamenta a exposição de motivos em que é baseado o decreto n.º 7566 de 23 de setembro de 1909 que cria as Escolas de Aprendizizes Artífices⁴³. Nilo Peçanha fala em capacitar os filhos dos pobres com preparo intelectual, fazendo-os adquirir hábitos de trabalho para afastá-los da ociosidade. As quatro escolas profissionais do Rio de Janeiro foram criadas para as “classes menos protegidas da fortuna”, assim como o Asilo de Meninos Desvalidos (1875) o foi, para “recolher e educar” os menores mendigos do Rio de Janeiro. Além disso, a necessidade de criar-se internatos de ensino prático agrícola e industrial para menores viciosos e desamparados era uma das conclusões principais do Congresso de Instrução.

Com relação à estrutura interna, ligada ao aspecto acadêmico e administrativo, também faltou originalidade às Escolas de Aprendizizes Artífices.

De forma análoga às escolas referidas, as escolas federais criadas por Nilo Peçanha separavam o ensino em duas partes: uma parte de caráter teórico (no curso de letras, desenho, no início no período noturno)⁴⁴ e as oficinas, com especialidades que pouco diferiam dos ofícios ministrados nas escolas já analisadas.

Ainda estabelecendo um paralelo entre as escolas estaduais citadas e o Asilo de Meninos Desvalidos e as Escolas Federais criadas, percebe-se que os critérios para a matrícula eram os mesmos: a pobreza e a ausência de defeitos físicos que inabilitassem o candidato para a aprendizagem de ofício⁴⁵.

⁴³ “...não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime”. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909.
Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio 1910 vol. I, Rio de Janeiro, Oficinas da Diretoria Geral de Estatística, 1910, p.210.

⁴⁴ Os cursos noturnos de letras (instrução primária) e desenho constituíam parte essencial dos programas das escolas profissionais aqui consideradas e que precederam as Escolas de Aprendizizes Artífices. Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p.76.

⁴⁵ Esse requisito está particularmente explícito no regulamento do Asilo de Meninos Desvalidos. Idem.

O bom aproveitamento nos estudos e a disciplina eram também nas escolas de aprendizes federais critérios para a concessão de prêmios e determinavam a expulsão ou permanência dos aprendizes na instituição⁴⁶. Não era também novidade das Escolas de Aprendizes Artífices a preocupação com os preceitos morais e a educação cívica dos alunos.

Da mesma forma que no Asilo de Meninos Desvalidos, o trabalho dos aprendizes nas oficinas, compunha a renda das escolas federais, determinada para a compra dos “materiais necessários para os trabalhos das oficinas”. A renda líquida ou saldo, era depositado na Caixa Econômica para distribuição posterior aos alunos das oficinas, em prêmios, segundo a aptidão e grau de adiantamento⁴⁷.

A administração das Escolas de Aprendizes Artífices, sendo muito concentrada nas mãos do ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, se assemelhava no seu período inicial à do Asilo de Meninos Desvalidos, o qual possuía uma direção interna sem autonomia e dependente das ordens ou aprovação do ministro do Império ou do comissário do Governo.

Em suma, as escolas estaduais fluminenses da gestão Nilo Peçanha assim como o Asilo dos Meninos Desvalidos foram experiências significativas para a instituição das Escolas de Aprendizes Artífices, tanto pela sua importância na época da fundação, como pela grande similitude com essas escolas federais, nos objetivos fundamentais e nos elementos de sua estrutura interna. Não obstante não tenha tido sucesso o anteprojeto de lei enviado ao Congresso Nacional pelo “Congresso de Instrução” suas sugestões principais relativas ao ensino industrial foram incorporadas na estrutura das Escolas de Aprendizes Artífices.

⁴⁶ Como vimos anteriormente, o anteprojeto do “Congresso de Instrução” previa prêmios individuais aos alunos que trabalhassem com assiduidade nas oficinas e se distinguíssem nos estudos e por exemplar procedimento, bem como “recompensas coletivas” para as famílias cujos membros não sofressem punição durante uma semana. Ibidem

⁴⁷ A própria “industrialização das escolas”(que já não foi obra de Nilo Peçanha, mas introduzida oficialmente pelo ministro da Agricultura, Miguel Calmon du Pin e Almeida em 1926) já era prevista pelo regulamento do Asilo de Meninos Desvalidos (cf. arts. 17 e 25) Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p.76.

3. AS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES : ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A pesquisa de documentos primários, tais como leis, decretos, portarias e regulamentos, que orientaram oficialmente o funcionamento das Escolas de Aprendizes Artífices foi fundamental para percebermos o processo de implantação dessas escolas, o conteúdo programático e as condições para a aprendizagem de ofícios, para o curso de desenho e letras como também para os cursos de aperfeiçoamento noturnos, direcionados para operários já colocados com o intuito de melhorar-lhes o padrão de conhecimentos. O “rigor” na escolha de professores e mestres de oficina também despertou interesse assim como os decretos destinados a corrigir as deformações administrativas ligadas à falta de preparo na escolha dos primeiros diretores. Também foi importante observar o surgimento da Escola Normal de Artes e Ofícios ,Venceslau Brás, no Distrito Federal para dar um “melhor preparo” aos diretores e docentes para essas escolas federais.

Os relatórios anuais dos diretores das escolas, sintetizados pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e, depois de 1930, condensados pelo Ministério da Educação e Saúde, embora com dados precários, proporcionaram os necessários elementos para apreciação do funcionamento das Escolas de Aprendizes Artífices durante 33 anos, de 1909 a 1942 ⁴⁸.

3.1 Criação e Inauguração

Como já foi citado, o decreto n.º 7566, de 23 de setembro de 1909, expedido pelo presidente da República Nilo Peçanha, criou em dezenove capitais dos Estados da República, as Escolas de Aprendizes Artífices, destinadas ao ensino primário profissional gratuito. Esse

⁴⁸ Soares, Manoel de Jesus A. – As Escolas de Aprendizes Artífices – estrutura e evolução in Forum Educacional vol. 6 n.º3 , jul./set 1982, p. 58

mesmo decreto rezava que essas escolas federais seriam providas pelo Governo Federal através do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio ⁴⁹.

Nilo Peçanha, na exposição de motivos do referido decreto argumentava que o aumento da população urbana requeria que se facilitasse ao proletariado os meios de sobrevivência e dessa forma, se faria mister habilitar os filhos dos pobres com preparo técnico e intelectual, fazendo-os adquirir hábitos de trabalho que os afastasse da ociosidade, sendo dever do Governo Federal formar cidadãos úteis⁵⁰.

Dessa forma, pelas considerações colocadas, fica explícito o caráter “assistencialista” dessas escolas profissionais federais. São instituições que visam dar uma profissão aos pobres como uma medida profilática à contravenção da vadiagem, que tanto amedrontava as elites desde a década de 70 do século passado, quando era discutido no Parlamento a forma de transição para o trabalho livre já que era inexorável o fim da escravidão ⁵¹.

⁴⁹ Os assuntos relativos ao ensino profissional, constavam das atribuições desse Ministério recém criado pelo presidente Afonso Pena, o qual, através do Decreto n.º 1606, de 29 de dezembro de 1906, ratificou a resolução do Congresso Nacional, nesse sentido. Portanto, não houve uma lei específica para a criação das referidas escolas mas uma legislação relativa à instituição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, na qual constava a viabilização do ensino agrícola, comercial e industrial, entre outras determinações *Annaes da Camara dos Deputados Sessões de 1 a 30 de novembro de 1906, Vol.VII, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1907, pp4,5,6.*

⁵⁰ “que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação”. Decreto n. 7.566, de 23 de Setembro de 1909. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio 1910, Vol. I, Rio de Janeiro, Officinas da Directoria Geral de Estatística, 1910, p.210.

⁵¹ Para a compreensão do projeto das elites, na última década do século XIX e inícios do XX, no sentido da organização de uma sociedade assalariada, branqueada e com valores normativos burgueses, seria também importante analisar o papel da polícia, como agente de controle social dentro dessas perspectivas. O trabalho de Boris Fausto (Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo –1880/1924, S.P. Brasiliense, 1984) observa os conflitos urbanos e sua expressão através de contravenções ou criminalidade. O autor utiliza como fontes básicas as estatísticas de prisões e as de inquérito. A primeira fonte demonstra que a atividade policial vai além dos marcos da criminalidade, consagrando a polícia como agente de controle social. A segunda fonte aproxima-se do fenômeno da delinquência, através da responsabilização de pessoas por quebra dos preceitos do Código Penal. A enorme defasagem entre o número de pessoas presas e processadas, revela o significado das prisões como instrumentos de controle social, considerando-se que muitas detenções decorrem de delitos que deixam de ser objetos de inquéritos pela sua pouca importância, ineficiência ou corrupção do aparelho policial, acordos, etc. À partir de 1892, a atividade policial repressiva é crescente, invertendo-se a tendência em meados da primeira década deste século, talvez porque entre 1892/1898 ocorreram profundas transformações na cidade, decorrentes do fim do sistema escravista e da imigração em massa, provocando um acentuado crescimento demográfico. As prisões contravencionais, efetuadas para averiguações, revelam estrita preocupação com a ordem pública, aparentemente ameaçada por infratores das normas do trabalho, do bem viver ou pela figura dos “suspeitos”. É reduzido o número de prisões por medicância, embora muitos mendigos fossem colocados

No início de 1910, começaram a funcionar 19 Escolas de Aprendizes Artífices, nas capitais dos Estados, com datas de inauguração desde 1 de janeiro até 1 de outubro, da seguinte forma:

Inauguração das Escolas de Aprendizes Artífices nas Capitais dos Estados

Escolas de Aprendizes Artífices	Datas de inauguração
do Piauí	1 / janeiro / 1910
de Goiás	1 / janeiro / 1910
de Mato Grosso	1 / janeiro / 1910
do Rio Grande do Norte	3 / janeiro / 1910
da Paraíba	6 / janeiro / 1910
do Maranhão	16 / janeiro / 1910
do Paraná	16 / janeiro / 1910
de Alagoas	21 / janeiro / 1910
de Campos (RJ)	23 / janeiro / 1910
de Pernambuco	16 / fevereiro / 1910
do Espírito Santo	24 / fevereiro / 1910
de São Paulo	24 / fevereiro / 1910
de Sergipe	1 / maio / 1910
do Ceará	24 / maio / 1910
da Bahia	2 / junho / 1910
do Pará	1 / agosto / 1910
de Santa Catarina	1 / setembro / 1910
de Minas Gerais	8 / setembro / 1910
do Amazonas	1 / outubro / 1910

Fonte: ¹ Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p. 59/60 in Fonseca, Celso Suckow da – História do ensino industrial no Brasil. Rio de Janeiro, Tip. Da Escola Técnica Nacional, 1961 v. 1, p. 169.

na categoria de vadios. Pode-se estabelecer três contravenções principais: a vadiagem, a desordem e a embriaguez, sendo que a capoeiragem, considerada um tipo de desordem, era crime pelo art. 402 do Código penal de 1890. A desordem e a embriaguez não são objeto de especial preocupação. A vadiagem é que recebe contínuas referências por não constituir uma quebra acidental da ordem, um vício com consequências pessoais, mas uma maneira de ser delinquente, que investe contra a “lei suprema do trabalho”. Washington Luiz, secretário de Justiça e Segurança Pública, considerava vadios os vagabundos, mendigos válidos, jogadores profissionais, câftens, conforme o art. 399 do Código Penal.

Nessa lista não aparece o Rio Grande do Sul pelo fato de funcionar em sua capital o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre, posteriormente denominado Instituto Parobé⁵². Ficava explícito pelo Decreto n.º 7.763 de 23 de dezembro de 1909 que se existisse em um Estado da República uma instituição do estilo das Escolas de Aprendizes Artífices, subvencionado ou custeado pelo Estado, o Governo federal poderia não instalar aí a Escola de Aprendizes, amparando o estabelecimento do Estado com uma subvenção semelhante “à cota destinada à instalação e custeio de cada escola”⁵³..

A relação acima demonstra que a Escola de Aprendizes Artífices do Estado do Rio de Janeiro não se estabelecera na capital, mas em Campos, cidade natal de Nilo Peçanha. Como Oliveira Botelho, presidente do Estado do Rio de Janeiro recusasse auxílio para a instalação da escola⁵⁴, a Câmara Municipal de Campos através da Deliberação n.º 14, de 13 de outubro de 1909, oferece ao governo federal o prédio necessário⁵⁵.

⁵² O Instituto Parobé era um dos seis institutos que, juntamente com outros estabelecimentos de ensino, constituíam a Escola de Engenharia de Porto Alegre. Esse instituto tinha por finalidade “proporcionar, gratuitamente, aos meninos pobres e filhos de operários, uma educação técnica e profissional capaz de habilitá-los a se tornarem operários e contramestres”. O nome Parobé dado ao Instituto era uma homenagem ao professor João José Pereira Parobé, ex-diretor da Escola de Engenharia de Porto Alegre e criador do ensino profissional técnico no Rio Grande do Sul. Soares, Manoel de Jesus A. op.cit. p.60

⁵³ Decreto n.º 7.763 de 23 de dezembro de 1909, art. 17. Mais tarde, em 25 de outubro de 1911, o Decreto n.º 9.070 aplicava aquele dispositivo ao Instituto Parobé: “Fica mantido como Escola de Aprendizes Artífices do Rio Grande do Sul o Instituto Técnico Profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre, enquanto não for estabelecida a escola da União.” Esta escola nunca veio a existir. Soares, Manoel de Jesus A. Idem.

⁵⁴ Essa situação poderia caracterizar uma desavença política dentro do Partido Republicano Fluminense ou seja; Nilo Peçanha e Oliveira Botelho eram amigos e pertencentes à mesma tendência política dentro do PRF. Ocorre que o senador gaúcho Pinheiro Machado chefe do Partido Republicano Conservador e aliado político de Nilo Peçanha, rompe com este ao articular a intervenção armada e destituição do governador do Amazonas sem a autorização do próprio e envolvendo-o. Cria-se um clima de hostilidade entre Pinheiro Machado e Nilo Peçanha e Oliveira Botelho é envolvido nesse clima optando pelo senador. O resultado, provavelmente, é a falta de incentivo do presidente do Estado do Rio de Janeiro ao projeto do governo federal de instalação de uma escola de aprendizes artífices na capital do Estado. Tinoco Brígido op. cit. p. 164 e 190.

⁵⁵ Fonseca, Celso Suckow da. Op. cit. p. 167. Em 1911, o Decreto n.º 9.070 prevê a criação de uma escola de aprendizes artífices no Distrito Federal “logo que o Congresso habilite o governo com os meios necessários à sua instalação e manutenção”. Em 1918 esse parágrafo é transcrito para o novo Regulamento (Decreto n.º 13.064) – desta vez falando em escolas (no plural) – e incorporado em 1926 pela Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices. Na verdade nunca foram criadas Escolas de Aprendizes Artífices no Distrito Federal. Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p. 60.

Possivelmente, essa exceção ocorrida no Estado do Rio de Janeiro tenha originado a alteração do Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, ou seja: art. 1.º do Decreto n.º 7.763, de 23 de dezembro de 1909, o qual reza que quando na capital não existir edifício nas condições do parágrafo anterior⁵⁶, o governo poderá “criar a escola em outro município” se este oferecer prédio apropriado.

O objetivo dessas escolas federais profissionalizantes era a formação de operários e contramestres, através de transmissão de conhecimentos técnicos e ensino prático necessários aos menores que desejavam aprender um ofício, em “oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessários ao Estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais”⁵⁷.

Foram criados dois cursos noturnos⁵⁸ obrigatórios, como parte de cada Escola de Aprendizes Artífices. Um curso primário para analfabetos e um curso de desenho, “para alunos que carecem dessa disciplina para o exercício satisfatório do ofício que aprenderem”. Posteriormente, esses cursos tornam-se obrigatórios para todos os alunos: o de desenho em 1911, pelo Decreto n.º 9.070, de 25 de outubro de 1911 e o curso primário em 1918, pelo regulamento aprovado pelo Decreto n.º 13.064 de 12 de junho de 1918⁵⁹.

O tipo e a quantidade de ofícios a serem ministrados variariam de acordo com a legislação das escolas, segundo as exigências locais, isto é: “conforme as condições industriais do estado em que a escola funcionar”.

Uma variedade de decretos leis, portarias, regulamentos e instruções alteraram o funcionamento e a regulamentação da Escolas de Aprendizes Artífices. Em 1930, essas escolas

⁵⁶ Nesse parágrafo o decreto diz que “as escolas serão instaladas em edifícios pertencentes à União existentes e disponíveis nos estados, ou em outros que pelos governos locais forem cedidos permanentemente para o mesmo fim”.

⁵⁷ . Decreto n.º 7.763 de 23 de dezembro de 1909, art.2.º in Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p.61.

⁵⁸ . Mais tarde, esses cursos passaram a funcionar durante o dia, reservando-se o turno da noite para os cursos de aperfeiçoamento, criados pelo Decreto n.º 13.064, de 12 de junho de 1918, e destinados aos operários que desejassem “completar seus conhecimentos”. Ver item 4. Idem.

⁵⁹ “obrigatório para todos os que não exibirem certificados de exame final das escolas estaduais e municipais...Quando o aluno já possuir alguns conhecimentos de qualquer dessas disciplinas, será admitido na classe correspondente ao seu adiantamento” (art.3.º). Idem.

passaram para a jurisdição do Ministério da Educação e Saúde Pública, saindo, portanto, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio ⁶⁰.

3.2 O Ensino de Ofícios

Foi estabelecido pelo decreto-lei que criou As Escolas de Aprendizes Artífices, que se instalassem em cada escola até cinco oficinas de trabalho manual ou de mecânica, convenientes ao Estado onde ela estava instalada, segundo as especialidades das indústrias locais. As oficinas eram destinadas aos “menores que pretenderem aprender um ofício”, através do “ensino prático e os conhecimentos técnicos “indispensáveis para a formação de operários e contramestres, meta explícita das Escolas de Aprendizes Artífices⁶¹.

Ficava condicionada à capacidade do prédio escolas ou outras circunstâncias a instalação dessas oficinas. Em 1911, o Regulamento Pedro Toledo,⁶² então Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio do Governo Hermes da Fonseca, possibilitava o aumento do número de oficinas, se houvesse no mínimo 20 candidatos para um novo ofício. Essa possibilidade é ratificada em 1918, pelo Regulamento Pereira Lima⁶³, então ministro da Agricultura, Indústria e Comércio do Governo Venceslau Brás, podendo o diretor da escola criar, as novas oficinas consideradas necessárias.⁶⁴

Foi estabelecido, em 1926, um currículo padrão para todas as oficinas e um “denominador comum” para o ensino em todas as escolas federais. Era a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, promulgada pelo Ministro da Agricultura, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, em 13 de novembro de 1926. Essa Consolidação, influenciada pelo Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico e seu diretor, Engenheiro João Luderitz, também regulava o currículo dos cursos primário e de

⁶⁰ Eram atribuições do novo ministério todos os assuntos relacionados à educação, até então ligados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Em 1937, aquele ministério passou a chamar-se Ministério da Educação e Saúde e as Escolas de Aprendizes Artífices, Liceus Industriais.

⁶¹ Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, art. 2.º.

⁶² Decreto n.º 9070, de 25 de outubro de 1911.

⁶³ Decreto-lei n.º 13.064, de 12 de junho de 1918.

⁶⁴ Ibid. art. 9.º.

desenho, sendo que o primeiro era obrigatório para aqueles que não tivessem certificados de exame final das escolas estaduais ou municipais e o segundo, para os alunos em geral, com exceção daqueles que possuísem algum conhecimento das disciplinas que formavam os dois cursos aos quais seriam encaminhados, de acordo com o seu conhecimento.⁶⁵

A Consolidação, em seu art. 2.º, estipula um currículo para as oficinas, estabelecendo primeiramente, para o primeiro e segundo anos, em paralelo aos cursos primários e de desenho, o ensino de trabalhos manuais, como “estágio pré-vocacional da prática dos ofício”; segundo, que as seções de ofícios que compõem as variadas profissões, no total de nove, seriam criadas na proporção em que seus respectivos compartimentos fossem instalados. A organização das seções estipuladas pela Consolidação é a seguinte:

a) Seção de trabalhos de madeira

- 3.º ano – trabalhos de vime, empalhção, carpintaria e marcenaria;
- 4.º ano – beneficiamento mecânico da madeira e tornearia;
- 1.º ano complementar – construções de madeira, em geral, de acordo com as indústrias locais;
- 2.º ano complementar – especialização.

b) Seção de trabalhos de metal

- 3.º ano – latoaria, forja e serralheria
- 4.º ano – fundição e mecânica geral e de precisão;
- 1.º ano complementar – prática de condução de máquinas e motores e de eletrotécnica;
- 2.º ano complementar – especialização.

⁶⁵ Cf. Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, art. 3.º. Já em 1923, o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico havia apresentado ao ministro um currículo semelhante ao acima referido através do Projeto de Regulamento do Ensino Profissional Técnico, que não conseguiu aprovação. Um outro ítem considerado importante do projeto era a defesa da tese, então polêmica, da “industrialização” das escolas, como “necessária ao desenvolvimento da formação de aprendizes artífices, nos estabelecimentos federais”. Uma experiência já aplicada e aprovada pelos Liceus de Artes e Ofícios, destacando-se aí o de São Paulo, assim como pela Prefeitura do Distrito Federal. Entretanto, somente pela portaria acima referida introduziu-se a “industrialização” nas escolas federais e com ela o funcionamento das oficinas fora das horas regulamentares, com os alunos e com pessoal estranho. Cf. Luderitz, João. Relatório. Apresentado a Miguel Calmon Du Pin de Almeida, Ministro da Agricultura, Indústria e comércio. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas da Lito – Tipografia Fluminense, 1925. P. 265. Idem.

c) Seções de artes decorativas:

- 3.º ano – modelagem (inclusive entalhação) e pintura decorativa;
- 4.º ano – estucagem, entalhação e formação de ornatos em gesso e cimento;
- 1.º ano complementar – construção em alvenaria e cerâmica conforme as indústrias locais;
- 2.º ano complementar – especialização

d) Seção de artes gráficas:

- 3.º ano – tipografia (composição manual e mecânica);
- 4.º ano – impressão, encadernação e fotografia;
- 1.º ano complementar – fototécnica ou litografia;
- 2.º ano complementar – especialização

e) Seção de artes têxteis:

- 3.º ano – fiação;
- 4.º ano – tecelagem
- 1.º ano complementar – padronagem e tinturaria;
- 2.º ano complementar – especialização.

f) Seção de trabalhos de couro:

- 3.º ano – obras de corrieiro;
- 4.º ano – trabalhos de curtume e selaria;
- 1.º ano complementar – obras artísticas e manufatura de couro;
- 2.º ano complementar – especialização.

g) Seção de fabrico de calçados:

- 3.º ano – sapataria comum;
- 4.º ano – manipulação de máquinas;
- 1.º ano complementar – fabrico mecânico de calçado;
- 2.º ano complementar – especialização.

h) Seção de feitura do vestuário:

- 3.º ano – costura à mão;
- 4.º ano – feitura e acabamento;
- 1.º ano complementar – moldes e cortes;
- 2.º ano complementar – especialização.

i) Seção de atividades comerciais

- 3.º ano – dátilo – estenografia;
- 4.º ano – arte do reclamo e prática de contabilidade;
- 1.º ano complementar – escrituração mercantil e industrial;
- 2.º ano complementar – especialização.

Na conclusão de seu artigo 2.º, determina a Consolidação que toda a oficina criada deveria adaptar-se e obedecer à seriação delimitada na organização transcrita acima ⁶⁶.

A ausência de um currículo uniforme, antes de 1926, para as Escolas de Aprendizes Artífices foi muito criticada pelo Serviço de Remodelação ⁶⁷ e apreciado pelo Relatório de João Luderitz ⁶⁸, como uma das causas do mal funcionamento das escolas. Até então, tinham sido

⁶⁶ Nenhuma oficina poderá ser criada “sem que se adapte e obedeça” à seriação delineada na organização... O currículo geral, de que essa seriação é apenas um item (referente exclusivamente à aprendizagem de ofícios), é apresentado no art. 5.º da Consolidação, o qual será transcrito mais adiante, neste texto. Soares, Manoel de Jesus A., op. cit. p. 65.

⁶⁷ Tratava-se do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, a que já nos referimos anteriormente. Criado em 1920, sob a forma de comissão, pelo Ministro Ildefonso Simões Lopes, por sugestão do Diretor de Indústria e Comércio, Araujo Castro, esse serviço tinha por finalidade “examinar o funcionamento das escolas e propor medidas que remodelassem o ensino profissional, tornando-o mais eficiente”. Além dos programas de ensino que, pela sua diversificação, estavam comprometendo a unidade das escolas, à remodelação cabia a construção de prédios escolares “adequados aos fins que se tinham em vista”, a substituição dos mestres de ofício que, “na maioria, não se mostravam à altura da missão”, bem como um melhor aparelhamento das oficinas. Diante da inexistência no país de livros técnicos em português, para uso nas escolas profissionais, esse serviço incluiu, mais tarde, em seu programa, a tarefa de elaborar compêndios relativos à tecnologia de ofícios. Tendo à frente o engenheiro João Luderitz, o Serviço de Remodelação se constituiu, a partir de 1921, de administradores e mestres (ex-alunos) do Instituto Parobé da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Extinto em 1930 pelo Governo Provisório, como veremos adiante, a Remodelação deu lugar à Inspetoria de Ensino Profissional Técnico, dependência do então recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Cf. Fonseca, Celso Suckow da op. cit. p. 187-91, 207 e segs.; sobre a criação e as realizações do Serviço de Remodelação, cf. Luderitz, João. Relatório op. cit. p. 143 e segs. in Soares, Manoel de Jesus A., op. cit. p. 65.

⁶⁸ Luderitz, João, op. cit. p. 143-4.

promulgados dois regulamentos⁶⁹ das Escolas de Aprendizes Artífices, os quais, em sua “excessiva liberdade”, nada estabeleciam sobre as matérias a serem ministradas ou a maneira de ensiná-las. Apenas indicavam “vagamente” que haveria em cada escola, para concretizar a meta de formar operários e contramestres, “...oficinas de trabalho manual ou mecânico, ...mais convenientes aos estados, consultadas as especialidades das indústrias locais” e que “haveria em cada Escola de Aprendizes Artífices dois cursos, o de desenho obrigatório para todos os alunos e o primário, obrigatório para todos os que não exibissem certificados de exame final nas escolas estaduais ou municipais”⁷⁰. Esses regulamentos limitavam o número de oficinas a cinco para cada escola, possibilitando a criação de outras se o diretor propusesse. Estipulavam que o diretor, juntamente com professores e mestres de oficinas, considerando o clima do local de funcionamento da escola, “marcaria o ano letivo e organizaria o horário das aulas e oficinas, submetendo o seu ato à aprovação do diretor-geral de Indústria e Comércio”.

João Luderitz, considerava que esse programa educativo, fixado pelo regulamento de 1918 concedia demasiada liberdade aos diretores das escolas, permitindo que decidissem “mandar lecionar o que lhes parecesse conveniente” e ministrar ensino de oficinas “que supusessem adaptadas ao fim intentado”. Explicava o citado engenheiro, responsável pelo Serviço de Remodelação que se os diretores tivessem prática no tocante ao ensino e administração de oficinas, se fossem técnicos ou professores, se compreenderia a liberdade que o regulamento lhes outorga. Entretanto, segundo ele, com raras exceções esses diretores não eram profissionais, não compreendiam o “movimento industrial de uma oficina” e não utilizavam as “aprendizagens práticas dos ofícios, quanto ao seu valor educativo”, sendo este um complexo problema para um diretor de escola profissional, já que requer prática pessoal de desenho industrial, de tecnologia e dos processos de fabricação⁷¹.

Para João Luderitz, dessa forma, a liberdade excessiva que o programa educativo das escolas de aprendizes concedia a diretores e mestres “despreparados” foi a causa do mal funcionamento das escolas, transformando-as em simples “escolas primárias” nas quais se

⁶⁹ O primeiro, pelo Decreto-lei n.º 9.070, de 25 de outubro de 1911 (Hermes da Fonseca); e o segundo, pelo Decreto-lei n.º 13.064, de 12 de junho de 1918 (Venceslau Brás e Pereira Lima).

⁷⁰ Fica explícito, a importância da formação em escolas oficiais “estaduais ou municipais” talvez para descaracterizar os cursos de alfabetização não oficiais, principalmente os efetuados em escolas operárias estrangeiras, leia-se anarquistas.

⁷¹ Luderitz, João. Op. cit. p. 144 (grifos do autor).

ensinava algo de trabalhos manuais e pelo fato de nelas haver alunos caprichosos e dedicados, havia-se conseguido “adestrar alguns operários”⁷².

Provavelmente, foi com base nesse diagnóstico, que o Serviço de Remodelação administrado por João Luderitz, apresentou ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1923, o Projeto de Regulamento do Ensino Profissional Técnico, o qual objetivava, principalmente, oficializar uma proposta curricular embasada num “critério novo na maneira de fazer a aprendizagem dos ofício”.

A proposta em questão, já estava sendo colocada em prática desde 1920 pelo Serviço de Remodelação, “à medida que as instalações das oficinas permitiam” e consistia nas seguintes modificações: o currículo seria de seis anos, divididos em dois cursos: o “curso de adaptação” de três anos, considerado preparatório para os três anos posteriores, e o “curso técnico profissional”. Enquanto os alunos eram alfabetizados, nos dois primeiros anos, eles executavam trabalhos em tecido e couro; no terceiro ano, faziam trabalhos de madeira, metal e massa plástica; nos últimos três anos, dedicavam-se à latoaria, serralheria, fundição, forja, mecânica, trabalhos em madeira, artes decorativas e gráficas. Dessa forma, o curso de adaptação, com os seus três anos era reservado à alfabetização e trabalhos manuais, ao passo que o curso técnico objetivava ensinar a educação técnica profissional aos alunos conferindo-lhes as seguintes especializações segundo a seção escolhida: carpinteiros, marceneiros ou entalhadores aos que se dedicaram ao setor de madeira; serralheiros-forjadores, funileiros, mecânicos ou fundidores aos do setor metal; compositores ou impressores àqueles das artes gráficas e estucadores ou modeladores aos que preferiram as artes decorativas⁷³.

⁷² “As indicações dos ofícios a serem ensinados nas diversas escolas não obedeceram à nenhum critério industrial, nem tampouco visavam adaptabilidade às indústrias locais. Os cargos de mestre foram preenchidos pelo mesmo sistema, de modo que o que existe de mestranga, não só não corresponde às necessidades de uma produção de oficina como, feitas as distinções individuais, constitui, em matéria de ensino das profissões, um completo desastre. Até inválidos exerceram as funções de mestre de oficina”. (id. Ibid.) in Soares, Manoel de Jesus A.op. cit. p. 66.

⁷³ Cf. Projeto de Regulamento do Ensino Profissional Técnico. Título III, cap. 1. In: Luderitz, João . Relatório. Op. cit. t. 3, cap. 1, p. 265-9. Esse projeto incluía ainda outras medidas de grande alcance, tais como a “industrialização” das escolas (como motivação para a aprendizagem), a criação nelas de seções de interesse feminino, novas bases para a formação de professores, mestres e contramestres, bem como a criação de uma Inspeção do Ensino Técnico Profissional, “órgão central destinado a dar estrutura uniforme a todas as escolas e mantê-las fiscalizadas e articuladas”. Esse órgão só foi criado mais tarde, pelo Decreto n.º 19.560, de 5 de janeiro de 1931, art. 96, alínea II, em substituição ao Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, extinto pelo Governo Provisório em 1930. Como dependência do Ministério da Educação e Saúde Pública, foi essa inspeção regulamentada no mesmo ano

A ausência de um currículo uniforme até o início da Consolidação permitiu que houvesse algum consenso relativo à natureza dos ofícios ministrados nas escolas federais da União, de 1912 a 1926. Percebe-se que esse consenso, aproxima-se do currículo tornado lei pela Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, de 13 de novembro de 1926. Dessa forma, o modelo da especialidade dos ofícios ministrados nas escolas permanece o mesmo até 1926, quando da instalação do currículo único.

Com relação ao regime escolar a Consolidação estabelece inovações apreciáveis. Os dispositivos não foram modificados substancialmente mas o novo regulamento estipulava que levaria quatro anos o aprendizado das oficinas, facultado ao aluno ficar na escola por mais dois anos se por acaso não concluísse o curso no tempo previsto pelo referido regulamento⁷⁴. A Consolidação também estabelecia que o ano escolar seria de 10 meses e que “os trabalhos de oficinas e manuais” não excederiam quatro horas por dia para os aprendizes do 1.º e 2.º anos e de seis horas para os de 3.º e 4.ºs anos⁷⁵. A organização do horário das aulas e oficinas (a critério do diretor⁷⁶, de acordo com os professores e mestres de oficinas e segundo as condições climáticas do local de funcionamento da escola) deveria ser elaborado de forma que as aulas do curso primário, nos três primeiros anos fossem no período da manhã e à tarde as de trabalhos manuais e de desenho.

de sua criação pelo Decreto n.º 21.353. Sua atribuição principal era a “a direção, orientação e fiscalização de todos os serviços relativos ao ensino profissional técnico”(Escola Aprendizes Artífices e demais estabelecimentos ou instituições que recebessem subvenção, prêmio ou auxílio do Governo federal por ministrarem ensino profissional). A direção da Inspetoria foi entregue ao Eng.º Francisco Montojos, que continuou no cargo mesmo após a transformação da inspetoria em Superintendência do Ensino Profissional, em 1934 (Decreto n.º 24.558 de 3 de julho). Mais tarde, em 1937, com a extinção da superintendência, cujos encargos passaram para a Divisão do Ensino Industrial (Lei n.º 378 de 13 de janeiro), Montojos passou a diretor do Ensino Industrial. In Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p.67.

⁷⁴ Esta última cláusula (permissão para o aluno fazer o curso em até seis anos) só aparece em 1918 (regulamento a que se refere o Decreto n.º 13.064 de 12 de junho de 1918), nada constando sobre o assunto nas Instruções de 1909 (Decreto n.º 7.763), nem no Regulamento de 1911 (Decreto n.º 9.070). Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p. 69.

⁷⁵ Cf. Consolidação, art.4.º e 5.º. Essa discriminação quanto ao número de horas para as aulas nas oficinas já havia aparecido com igual formulação no Regulamento de 1911. As instruções de 1909 determinavam que “o aprendizado das oficinas será de três horas por dia”. Idem.

⁷⁶ Ibid. art. 5.º. Essa prerrogativa concedida ao diretor da escola (marcar o ano letivo e organizar o horário das aulas e oficinas) já constava do Regulamento de 1911, porém sob a condição de “submeter o seu ato à aprovação do ministro”. No de 1918, a aprovação compete ao diretor-geral de Indústria e Comércio. Nas Instruções de 1909, o art. 17 diz apenas o seguinte: “O ano escolar abrangerá o espaço de 10 meses, marcados pelo diretor da escola, de acordo com as condições climatéricas do Estado”. Ibidem.

A Consolidação autorizava, sob proposta do diretor, que a quantidade de cinco oficinas determinadas para cada escola poderia ser aumentada, se houvesse espaço no edifício considerado e no mínimo 20 candidatos para a aprendizagem do ofício novo. O que determinava o número de alunos matriculados era a capacidade de cada oficina, facultando a cada aluno a aprendizagem de um ofício apenas, "consultada a respectiva tendência e aptidão"⁷⁷.

Com relação aos programas para os cursos e oficinas, a Consolidação determinava que fossem elaborados pelos professores e mestres de oficinas, assumidos provisoriamente pelo diretor e subordinados à aprovação do ministro⁷⁸. No entanto, ao Serviço de Inspeção do Ensino Profissional Técnico, através de seu encarregado com sede na Capital Federal, é que caberá a promoção, elaboração e revisão "dos programas, regimentos internos, horários, projetos de construção e instalação e de execução de serviços de aprendizagem escolar, para as diversas escolas acima citadas e submetê-los à aprovação superior"⁷⁹.

As escolas de aprendizes, sendo destinadas aos menores "preferidos os desfavorecidos da fortuna"⁸⁰, exigiam os seguintes requisitos para a matrícula: 1) idade de 10 anos no mínimo e 16 no máximo⁸¹; 2) não sofrerem de moléstia infecto-contagiosa; 3) não terem defeitos físicos que o inabilitem para o aprendizado do ofício.

Outra nova providência trazida pela Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, considerada medida de grande alcance foi a industrialização dessas escolas⁸². O Projeto de Regulamentação do Ensino Profissional Técnico (o qual a incluía

⁷⁷ Estas normas já constavam dos regulamentos anteriores. Idem.

⁷⁸ Consolidação. Cit. art. 23. Ibidem.

⁷⁹ Ibid. art. 37. In Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p.70.

⁸⁰ Essa "preferência" dada aos "desfavorecidos da fortuna" está presente nos três regulamentos anteriores à Consolidação. Antes de tudo, ela aparece na exposição de motivos do Decreto Nilo Peçanha que criou as Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909. Idem.

⁸¹ Este requisito variou ao longo dos anos, da seguinte maneira: os Decretos n.ºs 7.566 (criação das escolas) e 7.763 de 1909 (Instruções alterando o decreto anterior) exigiam idade de 10 anos no mínimo e 13 anos no máximo; o Decreto n.º 9.070 de 1911 (regulamento): idade de 12 anos no mínimo e 16 no máximo; o Decreto n.º 13.064 de 1918 (regulamento): idade de 10 anos no mínimo e 16 no máximo. Ibidem.

⁸² Cf. art. 21 – um dos artigos mais longos da Consolidação – que trata da constituição da renda das escolas ("o produto dos artefatos que saírem das suas oficinas e o das obras e consertos por ela realizados"), sua arrecadação e distribuição. Veremos mais adiante o significado para as escolas dessa nova medida tomada pela Consolidação. Idem.

em seus ítems principais) já havia apresentado pela primeira vez ⁸³ a tese de industrialização das escolas mas agora essa proposta tinha o significado de vitória dos que a advogavam como “motivação para a aprendizagem (aprender fazendo trabalhos de utilidade imediata)” contra aqueles que a ela se opunham argumentando ser difícil conciliar aprendizagem e produção, já que a última se imporia à primeira, deturpando a meta das escolas, e acarretando concorrência em desigualdade de condições para as indústrias. Entretanto, para João Luderitz, que reputava a “industrialização” da aprendizagem escolar como ponto básico, ao lado do “regulamento adequado” e da obtenção de recursos orçamentários para melhorar as instalações”⁸⁴, justifica-se a venda da produção das oficinas das Escolas de Aprendizes Artífices, “como produto de comércio, bem acabado e barato”⁸⁵.

Segundo o encarregado do Serviço de Remodelação, o ensino industrial solicitava que o aluno permanecesse na escola, por mais dois ou três anos além do período de “desalfabetização”, ou seja, até aproximadamente 15 anos. Além disso, considerava que para haver alunos nas Escolas de Aprendizes, era preciso que ganhassem “salários ou pagamentos por tarefa”, segundo suas “capacidades produtivas e nunca por diárias”, cujo efeito seria “viciar o aluno na vida de funcionários, com vencimentos certos”⁸⁶.

⁸³ No âmbito estadual e municipal a “industrialização” no ensino profissional já era uma experiência: nos Liceus de Artes e Ofícios, particularmente no de São Paulo, bem como em escolas mantidas pela Prefeitura do distrito Federal. Cf. Fonseca, Celso Suckow da. op. cit. p. 191. Segundo Luderitz, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, cujos dirigentes há muito” enveredaram decididamente para a produção industrial intensificada”, as oficinas produziam anualmente mais de 2.000 contos de móveis, mais de 500 de artefatos de bronze artístico e outros tantos de cerâmica fina. Op. cit. p. 182. Ibidem.

⁸⁴ Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p. 71.

⁸⁵ Defendendo a industrialização, assim se expressava, Luderitz, em 1924: “... a primeira (razão) é de natureza técnica, visto não ser possível que um aluno artífice, nem tampouco artista, aprenda a arte ou o ofício, sem nele praticar, tal qual como dele se vai exigir na concorrência da vida real, isto é, fazendo obra perfeita, no mínimo tempo possível; sem tal adestramento sairia da escola um simples curioso e nunca um aspirante a profissional; a segunda, é de ordem econômica, por não se poder exigir nas atuais condições de dificuldade de vida, que tem de enfrentar o pobre e mesmo o remediado, não se poder, dizia-se, exigir que os pais consentam aos filhos permanecerem na escola além dos 12 anos; com esta idade não se tendo a felicidade de fazer do filho um doutor, mandando-o para os cursos secundários, de humanidades, exige-se dele que comece a ganhar a vida, empregando-se, alguns mesmo em misteres subalternos”. Luderitz, João. Relatório. Op. cit. p. 174.

⁸⁶ Id., ibid., Luderitz tenta mostrar aqui as vantagens da industrialização das escolas sobre o regime das “Associações Cooperativas e de mutualidade, entre os alunos das Escolas de Aprendizes Artífices”, criadas pela Portaria de 7 de agosto de 1912, organizadas de acordo com o art. 27 do Regulamento Pedro Toledo aprovado pelo Decreto n.º 9.070, de 25 de outubro de 1911. Organizadas pelos diretores das escolas, as

A “industrialização”, finalmente adotada pela Consolidação nas escolas significava autorizar os diretores a receberem encomendas das repartições públicas, ou de particulares, sendo que estes forneceriam a matéria prima e remunerariam a escola pela mão de obra e “despesas acessórias”. Entretanto, em alguns casos, “a juízo do diretor” se a escola dispusesse de matéria prima, poderia “realizar empreitada” de labor ou de abastecimento de material ⁸⁷. As horas de trabalho dos alunos seriam pagas, e os mestres e contramestres receberiam uma porcentagem, como remuneração do trabalho fora das horas estabelecidas. Seria deduzida da renda da encomenda, a quota de 8% para a distribuição, com o pessoal administrativo, empregado na escrituração especial e outros trabalhos extras ligados à produção industrial da escola, tudo isso a juízo do diretor. O lucro da escola era de 20%, no máximo, sobre “os preços de custo da obra”⁸⁸.

Aos alunos e ex-alunos das escolas de ensino profissional técnico do ministério ficava assegurada a preferência nas tarefas ou empreitadas nas quais tinham “aptidão especial”, mas também ficava autorizado pela Consolidação, que as escolas admitissem tarefeiros ou diaristas externos à escola⁸⁹, quando a urgência ou o tamanho da encomenda o exigisse. Era da

associações cooperativas e de mutualidade tinham como finalidade “promover e auxiliar todas as medidas tendentes a facilitar a produção das oficinas e aumentar-lhes a renda, sem prejuízo do ensino”, bem como melhorar os trabalhos executados, socorrer os sócios nos casos de acidentes e moléstias, até seis meses em cada ano; desenvolver o sentimento de solidariedade entre os alunos e prover as despesas de enterro de sócios; no final do curso, entregar aos sócios um pecúlio em dinheiro, não excedente de 50% das contribuições feitas, além das ferramentas indispensáveis ao desempenho do ofício. Os fundos da associação eram constituídos, dentre outras contribuições, pelas diárias dos alunos do 1.º e 2.º anos (os alunos de 3.º e 4.º anos, que percebiam diárias maiores, não eram obrigados a contribuir para a caixa de mutualidade), pela percentagem de 5% sobre a renda líquida das oficinas e por auxílios governamentais. Cf. Instruções, aprovada pela Portaria de 7 de agosto de 1912. Mais tarde, o Congresso suspendeu as dotações previstas pelo regulamento das caixas de mutualidade, alegando falta de verbas, o que é interpretado por Luderitz como coibição ao “abuso havido com as diárias aos alunos...” (id., ibid.). In Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p. 71.

⁸⁷ Consolidação... cit. art. 21, art. 2.º, inciso I. Idem.

⁸⁸ Ibid., inciso II. “Independente de encomendas, o diretor poderá mandar que se executem dentro das horas do trabalho ordinário obras industriais à conta dos créditos orçamentários da escola” (ibid., inciso V). Ibidem.

⁸⁹ Esta autorização já constava da Lei n.º 4.632 de 6 de janeiro de 1923, que fixava a despesa geral da República para o exercício de 1923: “A Escola Normal Wenceslau Brás e as Escolas de Aprendizizes Artífices poderão admitir operários para o preparo de encomendas, percebendo estes o salário que for convencionado, a ser pago por conta dos 70% da renda aplicáveis por parte de cada escola na compra de matéria-prima para as suas oficinas, não sendo concedidas outras vantagens aos aludidos operários tarefeiros...” (art. 83). In Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p. 72.

responsabilidade do diretor e do mestre da oficina tal admissão, e o pagamento ficava incluído nas “quotas de mão-de-obra” que constavam do orçamento ⁹⁰.

Dessa forma, com a oficialização da “industrialização” nas Escolas de Aprendizes Artífices, era estipulado, por lei, o funcionamento das oficinas “fora das horas regulamentares, com os alunos e com o pessoal estranho”.

Essa determinação da Consolidação, ou seja: a instituição da “industrialização” das oficinas, foi avaliada posteriormente, por Francisco Montojos, na época diretor da Inspetoria do Ensino Técnico Profissional, como solução, juntamente com a merenda escolar também oficializada através da portaria de 26 de setembro de 1922, ao “problema da evasão de aprendizes”, da rapidez com que os alunos desistiam do ensino, “mal soubessem fazer alguma coisa no ofício, cuja aprendizagem apenas esboçaram”, resultado da ausência de meios da maioria dos menores que procuram esses “educandários”, já que os pais necessitam deles para o “sustento do lar”. Montojos também considera que os aprendizes não vão procurar fora a remuneração que puderem conseguir na escola. Portanto, a industrialização para o referido diretor tem uma finalidade pedagógica tripla: é social e utilitária, desenvolve o “amor ao trabalho” e forma operários eficientes ⁹¹.

3.3 O Curso de Letras e Desenho

O ensino de letras e desenho, além das oficinas, era parte fundamental da organização das Escolas de Aprendizes Artífices, “destinadas ao ensino profissional primário e gratuito”. O Decreto n.º 7.763, de 23 de dezembro de 1909, estabelecia que a instrução nessas escolas seria de quatro anos, abrangendo: o curso primário, o de desenho e o aprendizado de oficinas ⁹².

⁹⁰ Ibid. inciso VIII. Idem.

⁹¹ “... é óbvio que estes últimos (os aprendizes) não irão procurar, fora, ganho que melhormente conseguirão na própria escola. A industrialização tem assim um tríplice fim pedagógico, utilitário e social, pois prolonga a aprendizagem do aluno, aumenta neste o amor ao trabalho, pelo lucro imediato e o põe em contato com a indústria, o comércio e o público em geral, com as honras de operário eficiente. Impossível maior fonte de emulação”. Montojos, Francisco. A inspetoria do ensino profissional técnico. Boletim do Ministério da Educação e Saúde Pública, 1 (1/2); 22-3, jan./jun. 1931. In Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p. 73.

⁹² Os cursos primário e de desenho passaram por algumas alterações ao longo do tempo, de acordo com os sucessivos decretos e regulamentos: primeiro, quanto ao turno: concebidos, de início, como cursos noturnos (cf. os dois decretos de 1909 e as instruções de 1910), passaram pouco tempo depois para o turno da tarde (cf. regulamentos de 1911, 1918 e Consolidação, 1926); segundo, quanto a sua obrigatoriedade: de

Diversamente do ocorrido com o ensino nas oficinas⁹³, o primeiro regulamento das escolas mencionava um roteiro curricular para os cursos primário e de desenho: 1) o curso primário, que funcionaria das cinco da tarde às oito horas da noite, objetivando o ensino de escrita e leitura, aritmética até a regra de três, noções de geografia do Brasil e de gramática da língua nacional; 2) o curso de desenho, que também ocorreria das 17 às 20 horas, abrangeria o ensino de desenho de memória, do natural, decorativo, de formas geométricas, de máquinas e peças de construção, segundo os mais aperfeiçoados métodos⁹⁴. As instruções acrescentavam, como suplemento ao currículo do curso primário, “noções de educação cívica”:

- a) uma vez ao mês, explanações sobre a constituição política do Brasil, para torná-la conhecida pelos alunos, como também os mais importantes republicanos, principalmente os que mais contribuíram para a proclamação da República; b) nos dias de festa nacional, discursos sobre os fatos comemorados; c) havendo oportunidade, revelar biografias dos homens importantes do Brasil, especialmente aqueles que se notabilizaram na agricultura, indústria e comércio⁹⁵.

Esse roteiro expresso nas instruções de 15 de janeiro de 1910, seria utilizado como base para a formulação dos programas, a cargo do diretor da escola, inicialmente, em concordância com professores e mestres⁹⁶ e mediante a aprovação do ministro. No entanto, nos regulamentos de 1911 e 1918, a organização dos programas dos cursos e oficinas foi entregue aos professores

início, obrigatório para os alunos que não soubessem ler, escrever e contar, o curso primário continuou obrigatório para todos os que não exibissem certificados de exame final das escolas estaduais e municipais; o de desenho continuou obrigatório para todos os alunos. Acrescente-se, entretanto, a seguinte ressalva do regulamento de 1918: “quando o aluno já possuir alguns conhecimentos de qualquer dessas disciplinas, será admitido na classe correspondente ao seu adiantamento” (art.3.º). Idem.

⁹³ Sobre o que se deveria ensinar nas oficinas as instruções de 1909 diziam apenas: “O aprendizado de oficinas...versará sobre as diversas artes manuais e mecânicas, de acordo com as condições locais, a juízo do diretor da escola e mediante aprovação do ministro”(art. 3.º, inc. 1.º). Ibidem.

⁹⁴ Instruções...cit. art. 3.0. incisos 2.0 e 3.º In Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p. 74.

⁹⁵ Ibid., art. 5.º.

⁹⁶ “... de acordo com os professores dos cursos primários e de desenho e os mestres das oficinas” sujeitos à aprovação do ministro. Cf. os dois decretos de 1909 e as instruções de 1910 (citados). Idem.

e mestres de oficina, sendo provisoriamente aceita pelo diretor e subordinada à autorização do ministro ⁹⁷.

Entretanto, em 1926, a legislação, ligada à Consolidação, confiou novamente ao diretor da escola, “de acordo com os professores e mestres de oficina”, considerando as “condições climatéricas” do local onde funcionasse a escola, a determinação do ano letivo e a elaboração do horário das oficinas e aulas, submetendo seu ato à ratificação do diretor geral de Indústria e Comércio ⁹⁸. Fora isso, esse regulamento estabelecia que a elaboração do horário deveria determinar que, nos primeiros três anos fossem dadas as aulas do curso primário pela manhã e à tarde as de desenho e trabalhos manuais. Ficava estipulado também que as aulas teóricas e práticas deveriam ter duração “nunca inferior a 50 minutos, de acordo com a seguinte especificação: ⁹⁹

1.º ano	Aulas por semana
Leitura e escrita	8
Caligrafia	2
Contas	6
Lição de coisas	2
Desenho e trabalhos manuais	15
Ginástica e canto	3
Total	36

⁹⁷ Cf. Decretos n.ºs 9.070, de 25 de outubro de 1911, e 13.064, de 12 de junho de 1918. Nesses dois decretos já não aparece o roteiro curricular acima referido, contido nas instruções. Ibidem.

⁹⁸ Consolidação... cit. art. 5.º, parágrafo único. Idem.

⁹⁹ Ibid. incisos II e III. Ibidem.

2.º ano**Aulas por semana**

Leitura e escrita	6
Contas	4
Elementos de geometria	2
Geografia e história pátria	2
Caligrafia	2
Instrução moral e cívica	1
Lição de coisas	2
Desenho e trabalhos manuais	16
Ginástica e canto	3
Total	38

3.º ano**Aulas por semana**

Português	3
Aritmética	3
Geometria	3
Geografia e história pátria	2
Lição de coisas	2
Caligrafia	2
Instrução moral e cívica	1
Desenho ornamental e de escala	8
Aprendizagem nas oficinas	18
Total	42

4.º ano**Aulas por semana**

Português	3
Aritmética	3
Geometria	3
Rendimentos de física	2
Instrução moral e cívica	1
Desenho ornamental e de escala	6
Desenho industrial e tecnologia	6
Aprendizagem nas oficinas	24
Total	48

1.º ano complementar**Aulas por semana**

Escrituração de oficinas e correspondência	4
Geometria aplicada e noções de álgebra e de Trigonometria	4
Física experimental e noções de química	4
Noções de história natural	3
Desenho industrial e tecnologia	9
Aprendizagem nas oficinas	24
Total	48

2.º ano complementar**Aulas por semana**

Correspondência e escrituração de oficinas	3
Álgebra e trigonometria elementar	2
Noções de física e química aplicada	3
Noções de mecânica	2
História natural elementar	2
Desenho Industrial e tecnologia	27
Total	48

No programa dos dois primeiros anos, o item “Desenho e trabalhos manuais”, o qual consta no currículo acima, ministrado paralelamente ao curso primário, constituía-se, de acordo com a Consolidação, “em estágio pré-vocacional da prática dos ofícios”¹⁰⁰. Já, o item Aprendizagem nas oficinas, relativo aos programas do 3.º 4.º anos e 1.º ano complementar, significava especificamente a aprendizagem de ofícios, segundo a Consolidação, em Sessões de ofícios correlatos (nove, no total) constituindo as várias profissões¹⁰¹. O item “Aprendizagem”, com 27 aulas semanais, constava do 2.º ano complementar, sendo a última série do curso, o “momento da especialização na aprendizagem dos ofícios”¹⁰².

O currículo único, universal e obrigatório, era uma relevante novidade inserida na legislação das Escolas de Aprendizes Artífices respondendo à exigência de “normas exatas do que se devia ensinar nesses educandários”, substituindo o “livre arbítrio dos diretores” que decidiam mandar lecionar o que lhes parecesse conveniente¹⁰³.

¹⁰⁰ Consolidação...cit. art. 2.º, inciso I. In Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p. 76.

¹⁰¹ Ibid. Ver o currículo das oficinas, neste texto, à pág. 50.

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ Luderitz, João. Op. cit. p. 143. Soares, Manoel de Jesus A s Escolas de Aprendizes artífices – estrutura e evolução. Forum Educacional, vol.6, .n.º 3, jul/set. 1982, p.76.

3.4 Cursos noturnos de aperfeiçoamento

O regulamento de 1918 ¹⁰⁴ criando os cursos noturnos de aperfeiçoamento, representou novidade para as Escolas de Aprendizes Artífices, autorizando que os operários concluíssem seus conhecimentos e além disso, permitindo que todos os maiores de 16 anos pudessem aperfeiçoar seus pendores artísticos¹⁰⁵.

Os dois cursos noturnos de aperfeiçoamento (primário e de desenho) foram criados pelo novo regulamento, art. 43, sendo oferecidos primordialmente aos operários para que pudessem torná-los mais aptos¹⁰⁶.

Esses dois cursos, com duração de apenas duas horas diárias, não possuíam currículo especial estipulado nem pela Consolidação e nem pelo regulamento. O art. 23 autorizava os professores e mestres de oficina a organizarem os programas os quais poderiam ser aceitos provisoriamente pelo diretor e subordinados à “aprovação do ministro”. A organização do horário ficava à cargo do diretor sendo que a Diretoria-Geral de Indústria e Comércio deveria aprovar ou não o seu funcionamento.

¹⁰⁴ Decreto n.º 13.064, de 12 de junho de 1918. Este regulamento surgiu como consequência da Lei n.º 3.454, de 6 de janeiro de 1918, a qual no seu art. 97, alínea III, autorizava o Governo a “rever os regulamentos das Escolas de Aprendizes Artífices para, sem exceder as verbas orçamentárias, melhorá-lhes o funcionamento e harmonizá-los com a criação dos cursos noturnos”(cf. Lima, J. G. Pereira. Exposição de motivos, de 12 de junho de 1918). In Soares, Manoel de Jesus a. op. cit. p. 77.

¹⁰⁵ “permitindo assim que os operários completem seus conhecimentos, de maneira a poderem auferir maiores resultados do seu trabalho. Releva, aliás, salientar que a matrícula não ficou restrita aos operários. Antes, tendo sempre em vista a vantagem do alargamento da campanha contra o analfabetismo, faculta ainda o ingresso a todos aqueles que o desejarem, uma vez por estes atingida a idade de 16 anos. Dessa maneira, quem por excesso de idade encontrar fechadas as portas dos cursos diurnos nem por isso ficará privado dos meios de aperfeiçoar suas aptidões artísticas deparando-se-lhe, para tanto, os cursos noturnos, organizados a bem dizer, como útil complemento dos primeiros”. Lima, J. G. Pereira, op. cit. Já em 1915, o Deputado Mário Hermes apresentava à Câmara Federal um projeto de criação de cursos noturnos de aperfeiçoamento. Idem.

¹⁰⁶ “destinados principalmente a ministrar aos operários conhecimentos que concorram para torná-los mais aptos nos seus ofícios”. Criados para funcionar anexos às Escolas de Aprendizes Artífices, e considerados como “assistência ao operário já colocado... destinados a melhorar o padrão dos seus conhecimentos”, os cursos noturnos de aperfeiçoamento ofereceriam àqueles vantagens inestimáveis, como opina, entre outros, Francisco Montojos: “... basta assinalar o desenvolvimento intelectual, com o qual pode capacitar-se de seu real valor, e os conhecimentos de desenho, indispensáveis a todas as profissões técnicas. O horário noturno lhe facilita o estudo. Servem ainda esses cursos para atrair o operário a um centro de atividades úteis a ele próprio e à coletividade, extremado-o de ambiente muitas vezes nocivo ao seu espírito mal formado”. (Montojos, Francisco. Ensino industrial. Rio de Janeiro, MES, Comissão Brasileira Americana do ensino Industrial, série B, 1949. V.5,p.37-8). Ibidem.

Aos professores primários e de desenho das escolas, cabia dar os cursos de aperfeiçoamento e ao diretor, segundo autorização do regulamento, ministrar um curso prático de tecnologia, sempre que possível.

Além dessas determinações, os cursos de aperfeiçoamento seriam regulados pelas cláusulas a eles pertinentes no regulamento.

3.5 *Corpo docente*

O corpo docente das Escolas de Aprendizes Artífices, formado por professores e mestres de oficina, foi objeto de rigorosas e insistentes críticas efetuadas pelo Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico (1920-1930). Suckow da Fonseca considera, que os professores provenientes do ensino primário não tinham noção do que se deveria ensinar no ensino profissional. Segundo o mesmo autor, os mestres provinham das oficinas ou fábricas e eram homens sem base teórica, com aptidão somente para transmitir conhecimentos empíricos aos alunos¹⁰⁷. Devido a essa situação da mestrança e do professorado ser considerada grave, o regulamento de 1911 exige “comprovada competência” para professores dos cursos primários e de desenho e para dirigir as oficinas permite o contrato no país ou no estrangeiro, de “profissionais de reconhecida competência”¹⁰⁸. O Regulamento Pereira Lima, em 1918, ratifica essas exigências acrescentando que o preenchimento dos cargos de professores, mestres e contramestres seja efetuado mediante concurso¹⁰⁹.

Não obstante as providências acima tomadas, em 1920, o Serviço de Remodelação ainda tecia severas críticas ao corpo docente das escolas e à qualidade de ensino, por consequência. O

¹⁰⁷ “os mestres viriam das fábricas ou oficinas e seriam homens sem a necessária base teórica, com capacidade apenas de transmitir a seus discípulos os conhecimentos empíricos que traziam”. Fonseca, Celso Suckow da op. cit. p. 168. In Soares, Manoel de Jesus A. op. cit.p. 78.

¹⁰⁸ “...profissionais de reconhecida competência para dirigirem as oficinas”. Decreto n.º 9070, de 25 de outubro de 1911, arts. 18 e 19. Idem.

¹⁰⁹ “o provimento dos cargos de professores e adjuntos de professores e de mestres e contramestres seja feito mediante concurso de provas práticas, presididas pelo diretor da escola e de acordo com as instruções que para tal fim forem expedidas”. Decreto n.º 13.064, de 12 de junho de 1918, arts. 19 e 20. As instruções para o provimento dos cargos do corpo docente, de que trata a citação, foram expedidas mais tarde e incorporadas pela Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, no seu art. 19. Ibidem.

Relatório Luderitz considera que os cargos de mestre foram ocupados sem critério, sendo que a mestrança não corresponde na produção de oficina e nem no ensino das profissões. As funções de mestres de oficina seriam preenchidas até por inválidos¹¹⁰. Reconhece, no entanto, que em algumas escolas o ensino primário e de desenho era de boa qualidade e acaba por lamentar a má orientação dos professores já que o regulamento não especifica o programa para cada matéria e o método¹¹¹.

Também Francisco Montojos, chefe da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico¹¹², fez rigorosas críticas aos mestres, considerando-os operários atrasados, semianalfabetos, ensinando o que aprenderam sem nenhuma técnica¹¹³. Inclusive, aqui fica bem nítida a proposta científica e racional que permeava o pensamento das elites desde as últimas décadas do século passado e que aos poucos se aplicava em todos os setores da vida urbana: racionalização e desodorização do espaço urbano para disciplinar o proletariado¹¹⁴ assim como a interferência racional na conduta dos trabalhadores¹¹⁵ objetivando em última instância, racionalizar o trabalho dentro da fábrica para dominar a atuação da classe operária fora da fábrica¹¹⁶. A racionalização da aprendizagem viria como complemento dessa proposta para formar uma força de trabalho apta a

¹¹⁰ ... os cargos de mestre foram preenchidos sem nenhum critério, “de modo que o que existe de mestrança, não só não corresponde às necessidades de uma produção de oficina como, feitas as distinções individuais, constitui, em matéria de ensino das profissões, um completo desastre. Até inválidos exerceram as funções de mestres de oficina”. Luderitz, João. Op. cit. p. 144. Idem.

¹¹¹ “devido a excessiva liberdade do regulamento, que nada fixa e nada diz sobre matérias e modo de lecioná-las”. Id. Ibid.

¹¹² Órgão que substituiu, em 1931 (Decreto n.º 19.560, de 5 de janeiro de 1931, art. 96, alínea II), o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico. In Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p. 79.

¹¹³ “Os mestres (...) escolhidos, na maior parte entre operários atrasados, quase analfabetos muitos, iam ronceiramente, quando o faziam, ‘ensinando’ a meia-dúzia de crianças aquilo que aprenderam de outros iguais a eles, por processos coloniais, isto é, sem nenhuma técnica, sem nenhuma pedagogia e não raro por processos truculentos”. E, embora reconheça que “quanto ao ensino de letras (...) foram mais felizes as escolas, pois, na maioria delas, se encontram corpos docentes à altura do seu mister (...) em se tratando do desenho, embora sempre tenha havido professores bem regulares e até bons, o ensino ministrado não se compadecia com a finalidade toda técnica de tais educandários de ofícios e artes aplicadas”. Soares, Manoel de Jesus A, op cit. p.79.

¹¹⁴ Rago, Margareth – Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil, 1890-1930. R.J. Paz e Terra, 1985.

¹¹⁵ Teixeira, Palmira Petratti – A Fábrica do Sonho: Trajetória do Industrial Jorge Street. R.J., Paz e Terra, 1990.

¹¹⁶ Antonacci, M. Antonieta M. – A Vitória da Razão(?) O Idort e a Sociedade Paulista. S.P. CNPq, Edit Marco Zero, 1993.

aumentar a produtividade à partir do controle de tempos e movimentos estipulados pelo Taylorismo, tendência que fica bem clara com a atuação do suíço Roberto Mange e sua Escola de Mecânica Racional, em 1923 (Curso de Mecânica Prática, anexo ao Liceu de Artes e Ofícios).

João Luderitz, considerava que tal diagnóstico sobre o corpo docente das Escolas de Aprendizes Artífices exigia urgentes providências ao Serviço de Remodelação recém-criado¹¹⁷. Dessa forma, foram contratados anualmente , à partir de 1920, mestres e contramestres educados em estabelecimentos nacionais de educação técnica , como também profissionais brasileiros especializados no estrangeiro por conta do Ministério¹¹⁸.

Luderitz caracterizava como “delicada” a questão dos docentes das escolas, afirmando que os mestres de artes e ofícios deveriam ter qualidades de professor e mestre de oficina já que não se pode separar os conhecimento de redação, contabilidade, matemática, física, química, etc.. da aplicação imediata, sob pena de se ficar no ensino complementar ou seguir pelos cursos técnicos acadêmicos os quais não apresentam utilidade prática para o aluno¹¹⁹.

¹¹⁷ Francisco Montojos parece insinuar que a incompetência técnica do corpo docente das escolas foi, entre outros, um dos principais motivos que levou o ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Simões Lopes, ao “feliz empreendimento”, a criação do Serviço de Remodelação, com o objetivo de corrigir os males existentes e “dar vida efetiva às escolas”: “Estudada a situação, uma das primeiras medidas foi a de contratar engenheiros para inspecionarem e mesmo dirigirem, quando necessário, algumas escolas, além de mestres para as oficinas respectivas – técnicos em trabalhos de madeira ou de metal, de artes decorativas, gráficas etc. O que deu, logo, os melhores resultados’ (op. cit.). Soares, Manoel de Jesus a As Escolas de Aprendizes Artífices – estrutura e evolução, Forum Educacional vol.6, n.º3 – jul./set. 1982, p.79.

¹¹⁸ ”Daí que a partir de 1920, foram contratados anualmente turmas de mestres e contramestres formados em estabelecimentos nacionais de educação técnica, para reforçar a mestrança das escolas, além de profissionais brasileiros que, tendo feito especialização no estrangeiro por conta do Ministério, passaram a dedicar ‘seus melhores esforços na reforma deste importante departamento de ensino do Governo federal” Luderitz, João, op. cit. p.228, in Soares Manoel de Jesus a, op. cit. p.79.

¹¹⁹ “Quem vai ensinar o segredo das artes e dos ofícios tem que ter (...) as duas qualidades reunidas, a do professor, e a do mestre de oficina visto que não se podem separar os conhecimentos humanísticos de redação e de contabilidade, matemáticas elementares e aplicadas, rendimentos de ciências natural, física e química elementar, etc., da imediata aplicação que tais princípios de ensino têm na organização de projetos e orçamento dos artefatos do desenho industrial, geométrico e ornamental e da tecnologia de cada arte ou ofício, sob pena de se cair ou no simples ensino complementar ou então avançar pelos cursos técnicos acadêmicos adentro, fazendo o aluno perder tempo em coisas que não lhe podem ser de utilidade na vida prática”. Trecho de um discurso pronunciado por Luderitz em 1922, em Aracaju, como encarregado do Serviço de Remodelação e representando o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, na inauguração do Instituto Coelho de Campos, mantido pelo governo do estado de Sergipe. (cf. Luderitz, João. Op. cit. p. 228). As preocupações modernizantes do chefe do Serviço de Remodelação iam mais além quando, no mesmo discurso, ele acrescentava: “o ensino profissional técnico é especializado no que respeita ao preparo literário do futuro artífice, aceitando o princípio de que há pressa na formação do operariado nacional e de que sem cercear-lhe as justas aspirações de aperfeiçoamento na sua profissão, não se deve de

Essa inquietação com a qualificação do corpo docente das escolas gerou alterações nos regulamentos, principalmente à partir do Regulamento de 1918 com relação aos cargos de professores e adjuntos, de mestres e contramestres de oficinas. Da nomeação dos professores através de portaria do ministro ou o contrato de mestres e contramestres, efetuado pelo diretor sujeito à aprovação do ministro¹²⁰, o “provimento” dos cargos do corpo docente das escolas passou a ser efetuado através de concurso de provas práticas¹²¹. Os dispositivos contidos na Consolidação para o preenchimento de cargos do corpo docente das escolas constava de numerosas normas burocráticas e de rígidas exigências, em contraste com os dispositivos dos primeiros regulamentos.

A Consolidação determinava que o exame de habilitação, ocorreria na presença de uma comissão designada pelo diretor-geral de Indústria e Comércio, formada pelo diretor da escola, como presidente, e dois examinadores preferencialmente estranhos à escola.¹²²

O exame, no caso da escolha de professor, adjunto de professor do curso primário e de desenho consistiria nas seguintes matérias:

- português
- aritmética prática
- geografia (especialmente do Brasil)
- noções de história do Brasil
- instrução moral e cívica
- caligrafia (para os candidatos do curso primário)
- geometria prática (para os candidatos do curso de desenho)

modo algum incutir no espírito de um proletário a veleidade de querer ser um doutor”(id. Ibid.). In Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p. 80.

¹²⁰ Instruções...cit. art. 25. Idem.

¹²¹ ... “mediante concurso de provas prática, sem prejuízo das demonstrações orais e escritas indispensáveis para o cabal julgamento de aptidão dos candidatos”. Consolidação... cit. art. 19. Ibidem.

¹²² Ibid. No mesmo artigo, a Consolidação estabelece, com minúcias, o procedimento da realização do exame: provas escritas e orais e provas práticas, conforme a natureza das disciplinas e o curso a que se destina o professor (primário ou de desenho).

Para o preenchimento dos cargos de mestre ou contramestre de oficina, o exame de habilitação observaria o processo realizado com a escolha dos professores e adjuntos, com algumas alterações:

A) O concurso, seria baseado na matéria do programa oficial aprovado, com os acréscimos que a comissão examinadora assim o exigisse, sendo precedido de um exame sobre:

- leitura corrente
- geometria prática
- noções de geografia
- fatos principais de história pátria
- aritmética prática
- escrita
- rudimentos de escrituração mercantil
- desenhos aplicados à arte da respectiva oficina

B) O exame tratado no item acima iniciar-se-ia pela parte oral (as primeiras quatro disciplinas), e em seguida a escrita (ditado e resolução de três questões de aritmética prática relacionadas com os trabalhos da oficina e utilizados para um balancete ou conta, etc) e, finalmente a prova gráfica (de desenho).

C) Os candidatos considerados habilitados seriam encaminhados à avaliação prático-técnica de oficina, a qual duraria, para cada candidato, o tempo determinado pelos examinadores.

Uma ata, lavrada em duas vias e assinada pelos membros da comissão, registraria a decisão (secreta) do concurso, além disso, o diretor da escola remeteria à Diretoria-Geral de Indústria e Comércio os requerimentos dos concorrentes respectivos documentos, as avaliações escritas prático-gráficas e informações reservadas sobre a moralidade e merecimento de cada candidato¹²³.

¹²³ Ibid. Ao diretor de Indústria e Comércio caberia também anular o concurso caso viessem a ocorrer irregularidades na realização do mesmo ou preterição de algumas formalidades exigidas. Idem.

Em suma, em casos de dúvida na decisão para a aprovação dos candidatos a professor e mestre, seriam admitidos aqueles com maior capacidade profissional, moral havendo preferência pelos brasileiros natos¹²⁴.

3.6 A direção das escolas

Segundo João Luderitz e Francisco Montojos uma das grandes dificuldades das Escolas de Aprendizes Artífices se ligava à composição de seu pessoal administrativo, principalmente com relação à direção¹²⁵. Esse foi também um dos motivos que mobilizaram o ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Ildefonso Simões Lopes, em 1920, a criar, recomendado pelo diretor de Indústria e Comércio, o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, que objetivava “orientar a educação ministrada ao proletariado nas Escolas de Aprendizes Artífices...”pela supervisão fiscalização e reforma dessas escolas, observando especialmente a sua administração.

Luderitz, na exposição de motivos relativa ao Projeto do Regulamento do Ensino Profissional Técnico¹²⁶, explica que havia urgência na remodelação para haver eficiência nesses estabelecimentos no sentido de proporcionarem aos cidadãos a aquisição de um ofício¹²⁷.

Em 1931, Francisco Montojos, descrevendo a evolução das Escolas de Aprendizes Artífices e o papel do Serviço de Remodelação, depois de 1920, considerava que essas escolas não produziram os efeitos desejados principalmente devido aos interesses políticos ocorridos na

¹²⁴ “serão preferidos os candidatos que aliarem à competência profissional maior capacidade moral e os que forem brasileiros natos”. Ibid. In Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p. 82.

¹²⁵ O corpo administrativo das Escolas de Aprendizes Artífices teve sempre a mesma composição: um diretor, um escriturário e um porteiro-almoxarife

¹²⁶ Luderitz, João. Op. cit. p. 235-8. Esse projeto, como vimos anteriormente, não chegou a ser aprovado.

¹²⁷ “Doze anos de experiência indicavam a urgência de uma remodelação, indispensável para tornar esses estabelecimentos mais eficientes, uma vez que os resultados, se bem interessantes e benéficos, não eram proporcionais ao dispêndio feito e ao grande empenho em facilitar a aquisição de um ofício a cada cidadão”. Id., ibid.

administração pública, sendo que os diretores nomeados nunca tinham se dedicado às artes e ofícios¹²⁸.

À partir de 1918, o cargo de diretor das escolas deixou de ser de nomeação por decreto¹²⁹, passando a ser preenchido através de “concurso de documentos de idoneidade moral e técnica”¹³⁰ realizado pela Diretoria-Geral de Indústria e Comércio. Depois de verificada a vaga, o diretor-geral do referido órgão apresentava ao ministro a lista com os nomes dos três candidatos considerados mais aptos para a escolha¹³¹. Esse regulamento também autorizava o Governo a contratar profissionais estrangeiros para dirigir as oficinas, “quando for conveniente ao serviço”.

Ao incorporar, em 1926, as diretrizes acima, a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, conferia deveres novos aos diretores, referentes à “industrialização” das escolas (introduzida pela Consolidação), à manutenção da disciplina “indispensável ao ensino” e à “boa ordem da administração”¹³².

¹²⁸ “... esses educandários, a despeito do grande ideal de que se originou a sua criação, não puderam, de logo produzir os efeitos desejados. Razões de várias ordens concorriam para entrar qualquer incremento tentado, sendo a maior delas a dos interesses políticos que, infelizmente, sempre se mostraram lesto em intrometer-se na pública administração, até mesmo nas instituições, em que se demanda competência sobretudo técnica... os diretores, na quase-totalidade, nomeados para o cargo por contingências, eram personagens que a artes e ofícios nunca haviam dedicado, carência que não poderia suprir a boa vontade de alguns”. Montojos, Francisco. Op. cit. p. 21. Diagnóstico semelhante sobre os diretores das escolas já havia feito João Luderitz alguns anos antes – como vimos anteriormente – pouco depois de assumir a chefia do Serviço de Remodelação.

¹²⁹ Ver os Regulamentos de 1909 e 1911.

¹³⁰ Segundo Celso Suckow da Fonseca, era a primeira vez que a legislação federal consignava uma exigência nesse sentido. Para o ministro Pereira Lima, a nomeação por concurso de professores e diretores dos nossos estabelecimentos de ensino profissional, era a forma pela qual seriam apuradas as “idoneidades legítimas”, conferindo-se ao desempenho desses cargos a “importância que não podem deixar de ter, em vista de seu fim educativo”(Exposição de motivos do Decreto n.º 13.064, de 12 de junho de 1918). In Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p. 83.

¹³¹ Decreto n.º 13.064, de 12 de junho de 1918, art.18.

¹³² Pelo Regulamento de 1918, os diretores, além da atribuição de inspecionar as aulas e tomar as “providências necessárias à regularidade e eficácia do ensino”, também têm o dever de “admoestar ou repreender os alunos, conforme a gravidade da falta cometida e até mesmo excluí-los da escola, se assim for necessário à disciplina, dando imediatamente, neste caso, conhecimento à Diretoria-Geral de Indústria e Comércio”. Estabelece ainda, que é da competência dos diretores além dos itens do regulamento, “promover o desenvolvimento dos serviços de oficinas nas escolas, aceitando encomendas das repartições públicas ou dos particulares...e permanecer no estabelecimento, durante as horas de trabalho diurno e noturno, a fim de melhor zelar pelo cumprimento de suas ordens, e manter a disciplina indispensável ao ensino e à boa ordem da administração”. Consolidação...cit. art. 12, incisos 9 e 10.

A frágil autonomia administrativa das Escolas de Aprendizes Artífices chega a chamar a atenção. A criação de órgãos intermediários gerou a descentralização administrativa, a qual acompanhou o desenvolvimento das escolas até a sua conversão em Liceus Industriais ¹³³ e não alterou a dependência dessas escolas com relação ao Estado. O Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico fortaleceu essa dependência, criando o currículo escolar único e o estabelecimento de rígidas normas, sintetizadas na Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices. Dessa forma, o provimento do quadro administrativo e do corpo docente das escolas, era atribuição do ministro de Estado, já que à essa pasta se vinculavam as escolas ¹³⁴.

Inicialmente, sob a responsabilidade da Inspetoria Agrícola ¹³⁵, em 1918 a fiscalização das escolas passou para a competência da Diretoria-Geral de Indústria e Comércio, a qual passou a ter a “direção superior” das mesmas entre os seus encargos ¹³⁶. Esse item do decreto anterior foi incorporado e ampliado e assim, em 1926, a Consolidação criou o Serviço de Inspeção do Ensino Profissional Técnico, com muitas atribuições referentes às Escolas de Aprendizes Artífices. Afora “orientar a educação ministrada nas escolas, seria de sua competência: exercer vigilância para garantir o caráter educativo da atividade industrial das escolas e ao cumprimento dos serviços estipulados pelos regulamentos ¹³⁷”.

¹³³ Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. Esta lei no seu art. 37 transforma a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás e as Escolas de Aprendizes Artífices em liceus, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus. In Soares, Manoel de Jesus A. op. cit. p. 84.

¹³⁴ A contratação do escriturário (com funções próprias e eventual substituto do diretor) e do porteiro-almoxarife sempre foram feitas uma por decreto e a outra por nomeação do diretor e confirmação do Ministro. Idem.

¹³⁵ Cf. Instruções...cit. art. 24. Ibidem.

¹³⁶ Decreto n.º 13.064, de 12 de junho de 1918, art.40. Idem.

¹³⁷ passou a ser da competência desse serviço: velar pelo caráter educativo do funcionamento industrial das escolas, e pela “execução de todos os serviços previstos pelos regulamentos em vigor; propor a transferência de diretores, mestres, contramestres e demais pessoal técnico e administrativo; promover e elaborar a organização e a revisão dos programas, regimentos, horários, projetos de construção e instalação e de execução de serviços de aprendizagem escolar e submetê-los à aprovação superior; “promover as promoções e as substituições do pessoal técnico e administrativo, tanto contratado como efetivos das escolas, bem como organizar instruções para as comissões de concursos necessários ao provimento dos cargos previstos pelos regulamentos; propor os contratos de professores, mestres e contramestres, e... apresentar ao ministro, em época conveniente, o relatório anual dos respectivos trabalhos”. Consolidação...cit. art.38. Ibidem.

A criação, em 1931, da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico¹³⁸, parece ter se inspirado nesse serviço de intermediação. Essa Inspetoria, era dependente do Ministério da Educação e Saúde Pública, recém-criado do qual agora são integrantes as Escolas de Aprendizes Artífices, sob a jurisdição até então do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

A Inspetoria do Ensino Profissional Técnico substituíra o Serviço de Remodelação, extinto pelo Governo Provisório em 1930 e dessa forma, tinha as mesmas prerrogativas do Serviço de Inspeção (direção, fiscalização, orientação), criando em seu regulamento “as funções de inspetor-geral e de inspetores, em número de quatro”, para fiscalizarem as várias escolas federais. Essa inspetoria, em 1934, transformou-se em Superintendência do Ensino Profissional¹³⁹, diretamente subordinada ao ministro da Educação e Saúde Pública.

Foi dada nova estrutura ao Ministério da Educação e Saúde Pública (houve a supressão da palavra pública)¹⁴⁰ em 1937, a Superintendência do Ensino Profissional foi extinta, e os seus encargos foram transferidos para a Divisão do Ensino Industrial, agora órgão do Departamento Nacional de Educação¹⁴¹.

Em 1942, essa organização foi alterada novamente com a “promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial”.

¹³⁸ Decreto n.º 19.560, de 5 de janeiro de 1931, art. 96, alínea II. In Soares...cit. p. 85.

¹³⁹ Decreto 24.558, de 3 de julho de 1934. Este decreto, entre outras coisas, previa: a) uma expansão gradativa do ensino industrial, com anexação às escolas existentes de seções de especialização, de acordo com as indústrias regionais; b) a criação de novas escolas industriais federais; c) o reconhecimento oficial das instituições congêneres estaduais, municipais e particulares, desde que adotassem a organização didática e o regime das escolas federais e se submetessem à fiscalização da superintendência. Idem.

¹⁴⁰ Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. Ibidem.

¹⁴¹ Francisco Montojos passa, então, de superintendente a diretor do ensino industrial. Idem.

3.7 A Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás

A Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás foi criada em 1917, pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal¹⁴², tendo como objetivo formar professores, mestres e contramestres para as instituições de ensino profissional, e professores de trabalhos manuais para escolas primárias¹⁴³ municipais. A finalidade dessa nova instituição era formar mestres para as escolas profissionais do sexo masculino, como também preparar professores de trabalhos manuais para as escolas municipais primárias¹⁴⁴.

Entretanto, após sua inauguração ocorreu um acordo entre a União e a Prefeitura do Distrito Federal¹⁴⁵ e a Escola ficou submetida ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, com a mesma característica que possuía, no sentido de formar os mestres “das escolas de educação industrial técnica do mesmo ministério”¹⁴⁶.

A Escola Venceslau Brás passou da alçada municipal para a jurisdição federal provavelmente devido às dificuldades do governo da União para o provimento de pessoal capacitado as Escolas de Aprendizes Artífices. Era grande a preocupação, nos meios governamentais, com a formação da “mestrança nacional” por razões assinaladas no Relatório do Serviço de Remodelação

¹⁴² Decreto n.º 1800, de 11 de agosto de 1917. Inaugurada apenas em 1918 (9 de novembro) teve a escola o seu primeiro regulamento dois dias antes, 7 de novembro de 1918. O início do seu funcionamento, entretanto, só se deu a 11 de agosto de 1919, ‘assim mesmo sem as oficinas, postas a trabalhar no ano seguinte’(cf. Fonseca, Celso Suckow da op. cit. p. 525). In Soares...cit. p.85.

¹⁴³ Regulamento da Escola Venceslau Brás. Decreto n.º 1.283 (municipal) de 7 de novembro de 1918, art. 1.º. Idem.

¹⁴⁴ Luderitz, João. op. cit. p.207. Ibidem.

¹⁴⁵ Decretos n.ºs 13.721 (federal) de 14 de agosto de 1919 e 2.133 (municipal) de 6 de setembro do mesmo ano. Idem.

¹⁴⁶ Luderitz, João. op. cit. p. 208. Luderitz esteve na direção da escola normal durante alguns meses e “procurou, neste curto lapso de administração direta e mesmo antes e depois, indiretamente, influir sobre uma movimentação mais intensa e adequada das aprendizagens escolares, para ambos os sexos...”(id. Ibid.)

relacionadas à falta de elites de profissionais técnicos e às limitações das Escolas de Aprendizes Artífices “na formação do operariado nacional”¹⁴⁷.

O projeto da criação, em âmbito federal, de uma escola normal de artes e ofícios que objetivasse a formação de professores “para o ensino industrial” já havia ocorrido anteriormente com aqueles que se preocupavam com a “formação do operariado nacional” especialmente após as “dificuldades” apresentadas na composição do corpo docente das Escolas de Aprendizes Artífices¹⁴⁸.

Até seu fechamento, em 11 de junho de 1937¹⁴⁹, a Escola Técnica Venceslau Brás teve um regulamento e dois regimentos internos¹⁵⁰. Como iniciativa do Engenheiro C. A. Barbosa de Oliveira, diretor interino na época, o primeiro regimento interno objetivava dirimir as dúvidas relacionadas ao regulamento em vigor e estipular normas adequadas para se efetivar a educação industrial¹⁵¹.

¹⁴⁷ ... “a não existência ainda no Brasil de “elites de profissionais técnicos, que possam constituir o professorado especial para o ensino das artes e dos ofícios, nas escolas industriais de aprendizes artífices, aprendizados e patronatos agrícolas, cursos de mecânica prática, liceus de artes e ofícios etc.”. bem como o fato de existirem, em âmbito federal, somente as Escolas de Aprendizes Artífices, “cuja esfera de ação, por ser local, não deve passar de certos limites, os quais devem abranger o preparo de operários e, no máximo, o de candidatos a contramestres”, não se satisfazendo inteiramente, com isso, “o fim intentado, da formação do operariado nacional”. Luderitz, João. op. cit. p. 207. In Soares, Manoel de Jesus a, op. cit. p.86.

¹⁴⁸ Em seu Manifesto de 1914, teria dito Venceslau Brás, ao falar sobre as escolas profissionais: “Funde a União pelo menos um instituto que se constitua um viveiro de professores para as novas escolas a que me referi”. In Soares...cit. p. 86.

¹⁴⁹ Quando começou a ser demolida para, no local, ser construída a Escola Técnica Nacional, atual Centro Federal de Educação Técnica. Idem.

¹⁵⁰ O regulamento municipal (já citado) foi baixado pelo Decreto n.º 1.283, de 7 de novembro de 1918; o primeiro regimento interno (federal), aprovado, em 1.º de julho de 1924, pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon du Pin e Almeida; e o segundo regimento interno, de 30 de agosto de 1926, aprovado pelo mesmo ministro. Ibidem.

¹⁵¹ ... e “estabelecer as normas adequadas de um bom funcionamento, em condições de se poder de fato ministrar a educação industrial, adaptadas, porém às exigências do antigo estatuto escolar, ainda não-revogado”. Luderitz, João. op. cit. p. 208. Apesar de ter alterado substancialmente o regulamento existente, o regimento interno não tornou este sem efeito. A esperança de Luderitz e de sua equipe era a de que a remodelação completa da regulamentação da Escola Venceslau Brás, considerada inadequada, fosse incluída na reforma do ensino profissional técnico, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, cujo projeto, apresentado em 1923, não conseguiu, entretanto, aprovação. Idem.

A Escola Venceslau Brás, à partir de seu regimento interno, abolia a formação de contramestres e de professores de trabalhos manuais, formando unicamente professores e mestres para escolas profissionais da União¹⁵². Continuava mista¹⁵³, com regime de externato e oferecia os cursos: ¹⁵⁴.

- a) de trabalhos de madeira;
- b) de trabalhos de metal e
- c) de mecânica e eletricidade para o sexo masculino;
- d) de economia doméstica;
- e) de costuras e
- f) de chapéus para o sexo feminino;
- g) de artes decorativas e
- h) de atividades comerciais para ambos os sexos

Com o regimento interno, os cursos que, segundo o regulamento eram de quatro anos, passaram a ser de seis anos para ambos os sexos, com as disciplinas:

português e educação cívica;
 matemática aplicada às indústrias;
 geografia industrial e história das indústrias;
 desenho à mão livre e geométrico;
 francês;
 física e eletricidade;
 química industrial,
 história natural;
 higiene;
 pedagogia;
 contabilidade industrial;

¹⁵² Regimento Interno da Escola Normal de Artes e ofícios Venceslau Brás, 1924, art. 1.º. Ibidem.

¹⁵³ Exclusivamente masculina até 1921, a escola se tornou mista pelo Aviso n.º 163 de 28 de outubro de 1921, do ministro da Agricultura que autorizava o diretor a criar uma seção de prendas e economia doméstica, destinada a alunos do sexo feminino. No mês seguinte, começavam a funcionar as oficinas de bordados, costura e flores artificiais. Idem.

¹⁵⁴ Regimento Interno da Escola Normal de Artes e ofícios Venceslau Brás, art. 2.º. Ibidem.

estenografia e datilografia;
modelagem e trabalhos manuais.

De acordo com o curso escolhido, havia também aulas de tecnologia (cursos a, b, c e g), mecânica industrial e eletrotécnica (curso c).

As oficinas de madeira e metal eram frequentadas pelos alunos do sexo masculino, nos dois primeiros anos, sendo que, nos anos seguintes se especializariam no curso escolhido. As oficinas de economia doméstica e costura eram frequentadas pelas alunas nos dois primeiros anos, e nos anos seguintes se especializariam no curso escolhido¹⁵⁵.

Luderitz considerava o corpo docente “excelente”, contando com “vultos de destaque na engenharia e no professorado nacional”, sendo composto por professores e adjuntos, mestres e contramestres.

A Congregação da Escola era presidida pelo diretor e constituída pelos professores adjuntos, sem a participação dos mestres das oficinas. Tinha como função discutir, estudar e aprovar “os programas de ensino das cadeiras e oficinas; estipular a metodologia e a orientação no ensino; escolher as comissões que examinariam os concursos; escolher por classificação os candidatos ao professorado na escola; nomear as “comissões de exame e de redação da revista escolar”.

O diretor era responsável pela administração da Escola sendo para tanto, auxiliado por muitos funcionários (secretário, almoxarife, escriturários, inspetores de alunos, guardiãs de alunas, serventes, contínuos, etc.), tendo como atribuições a supervisão, fiscalização, manutenção da ordem e disciplina, observando as leis e regulamentos¹⁵⁶.

Comprovadas a ausência de moléstia infecto-contagiosa¹⁵⁷ e a idade mínima de 12 anos, os pretendentes à Escola Venceslau Brás eram aceitos por meio de exames que compreendiam

¹⁵⁵ Ibid., arts. 4.º, 5.º e 6.º. In Soares ...cit. p. 88.

¹⁵⁶ ... o diretor tinha como funções, entre outras: “superintender e fiscalizar os trabalhos, mantendo a ordem e a disciplina, observando e fazendo observar as leis, os regulamentos e as determinações do ministro... admitir e dispensar livremente o pessoal subalterno; aplicar ao pessoal docente, administrativo e discente as penalidades que forem de sua alçada”. Ibid. arts. 17 e 18.

¹⁵⁷ Ao lado dessas duas exigências para a inscrição do candidato à admissão pela escola, a existência em alguns dos inscritos de defeito físico que fossem “incompatível com os cargos de mestre ou professor”, continuaria obstáculo à diplomação do aluno. Neste caso, “ser-lhe-á permitida a matrícula, sem que esta, todavia, lhe assegure direito a qualquer dos diplomas expedidos pela escola. Em tal hipótese, será exigida

duas provas escritas, uma gráfica e uma oral. Aos estudantes das Escolas de Aprendizes Artífices aprovados no 4.º, 5.º e 6.º anos era permitido o direito de matricular-se respectivamente nos 1.º, 2.º e 3.º anos da escola, sem a dependência do exame.

Finalizados os cursos, era conferido o diploma de mestre (de acordo com a especialidade) aos alunos que concluíssem o quinto ano de cada um dos cursos respectivos; e de professor ao aluno diplomado mestre que concluísse o sexto ano. No entanto, o diploma só era concedido ao aluno ou aluna que se submetesse a uma prova didática.

Conferidos os diplomas, os seus portadores poderiam ser preferencialmente nomeados professores e mestres dos estabelecimentos de ensino profissional federais, como também levados a se aperfeiçoarem no estrangeiro em suas especialidade¹⁵⁸.

A Escola Venceslau Brás, sendo organizada, através de decreto presidencial ¹⁵⁹ como lugar de estágio obrigatório (cursos de aperfeiçoamento) para os alunos das Escolas de Aprendizes Artífices de todo Brasil, era considerada insuficiente pelo Serviço de Remodelação principalmente pela questão da distância¹⁶⁰. Cogitava-se então da criação de mais duas escolas e as sugestões recaíam sobre o Instituto Lauro Sodré, em Belém e o Parobé, em Porto Alegre¹⁶¹.

Segundo Suckow da Fonseca, o predomínio do elemento feminino na Venceslau Brás teria descaracterizado a Escola cujo objetivo principal era a formação de mestres para o ensino profissional. As moças matriculadas aí formavam-se professoras de estenografia, datilografia,

declaração escrita do candidato, assistido por seu representante legal, se for menor"(ibid. art. 43, inciso 1.º) In Soares... cit. p. 89.

¹⁵⁸ ...para o “aperfeiçoamento no estrangeiro em especialidades que se relacionem com a sua capacidade técnica”. Ibid. arts 51 e 62. Deixaremos de fazer qualquer alusão ao novo regimento da Escola Venceslau Brás, de 1926 (referido anteriormente) por não trazer esse documento nenhuma mudança substancial que alterasse significativamente o regimento interno de 1924, que acabamos de apresentar. Idem.

¹⁵⁹ Decreto n.º 15.774, de 6 de novembro de 1922. Segundo este decreto, os alunos das Escolas de Aprendizes Artífices “só poderão fazer estágio no estrangeiro, quando não o puderem realizar, a juízo do ministro, na Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Brás”(art. 9.º). Ibidem.

¹⁶⁰”quão difícil se torna, a alunos do extremo norte ou do remoto sul, virem fazer estágio prolongado de dois ou três anos na escola normal desta capital, depois de já terem cursado as escolas regionais de artífices...”Luderitz, João. op. cit. p. 209. Idem.

¹⁶¹ ... impunha-se, então, a criação de “pelo menos mais duas escolas normais, uma para a zona norte e outra para a zona sul do território nacional, visto já existir a que serve à zona central”. As sugestões do Serviço de Remodelação “recaíram sobre os institutos Lauro Sodré, de Belém do Pará, e Parobé, da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Além das excelentes condições de adaptabilidade que ofereciam esses institutos, eram considerados de grande relevância os serviços por qualquer um deles prestados “à causa da educação profissional técnica nacional”. Id. Ibid. In Soares...cit. p. 90.

economia doméstica e modas, sendo que as escolas nas quais se aprendiam ofícios demandavam pessoas capacitadas para “ensinar trabalhos em madeira, metal ou eletricidade”.¹⁶²

¹⁶² Soares, Manoel de Jesus A, op. cit. p.90.

4. A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DA PARAÍBA: DISCIPLINAMENTO DO HOMEM POBRE OU O MEDO DAS MULTIDÕES

Pretendemos caracterizar com o presente trabalho, pelo menos dois tipos de trabalhadores urbanos formados pelas Escolas de Aprendizes Artífices. Em decorrência da própria legislação pertinente permitir o surgimento de oficinas relacionadas às “ indústrias locais”¹⁶³ e considerando-se que as escolas foram criadas em regiões bem diversas, é possível caracterizar a maioria das escolas como realmente formadoras de profissionais urbanos autônomos, como marceneiros, alfaiates, serralheiros, sapateiros, tipógrafos. Entretanto, em regiões com o desenvolvimento industrial já em andamento, como Rio de Janeiro e principalmente São Paulo, cidades nas quais a demanda por mão-de-obra industrial se faz presente, é visível a importância da formação de mecânicos, torneiros e eletricitistas.

É possível, que embora a finalidade dessas escolas federais fosse “amparar o pobre, o desfavorecido, o deserdado”, esse objetivo tenha “extrapolado” em algumas regiões onde era premente não o assistencialismo para com o pobre, mas a sua formação como operário, num contexto de “nacionalização da mão-de-obra” e racionalização da aprendizagem e do trabalho fabril.

Dessa forma, tomaremos como exemplos do primeiro caso, a formação de profissionais urbanos na Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba. O segundo caso ficaria por conta da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, influenciada pela especificidade de São Paulo como polo dinâmico da economia devido ao café e como centro industrial da nação.

Segundo Almiro de Sá Ferreiro¹⁶⁴, a origem da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba liga-se ao processo de evolução do ensino industrial no país, destinado ao disciplinamento do homem pobre, ao controle social e reordenamento para o trabalho assalariado, no Nordeste.

¹⁶³ No Decreto n.º 7566, de 23.09.1909, estão delineadas as características dos estabelecimentos criados e as exigências para o alunado: b) cada estabelecimento podia contar com até cinco oficinas de trabalho manual ou mecânico que fossem mais convenientes e necessários ao Estado em que se instalasse a Escola, consultando-se, quando possível, as indústrias locais. In Vasconcelos, Itamar de Abreu. *Do Artífice ao Técnico*. Edição ETFPE - Recife, 1991,p.9.

¹⁶⁴ Ferreiro, Almiro de Sá – *A Escola de Aprendizes Artífices no Estado da Paraíba: Processos Disciplinares e de Reordenamento para o Trabalho Assalariado*. Série Documental: Relatos de Pesquisa, n.º19, jul./1994 MEC – INEP.

O período inserido entre 1919 e 1940 é fundamental para se perceber as origens e evolução do ensino industrial no Brasil, considerando-se as políticas públicas dirigidas para a formação da estrutura de uma sociedade moderna do trabalho.

A análise tradicional atribui às escolas federais o papel de formação da mão-de-obra qualificada no processo de desenvolvimento da produção manufatureira-fabril, do início do século, desconsiderando que a origem dessas Escolas de Aprendizes Artífices, mantém uma relação estreita com a aparelhagem de um mecanismo de controle social, no qual as “instituições disciplinares buscam integrar o homem despossuído à nova ordem de trabalho que se instala”¹⁶⁵.

Portanto, a função estético-regeneradora ligada à introjeção de uma ética nova do trabalho, bem visível, por exemplo, na Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, dentro de um processo mais complexo e amplo incluindo asilos de mendicidade, prisões, hospícios, assume um modelo de disciplina para alcançar os objetivos para os quais foi criada.

4.1 O Aprendizado da Ordem Contra o Medo das Multidões

A Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, assim como as demais, foi criada pelo Decreto n.º 7.566, de 23.09.1909, pelo então presidente Nilo Peçanha, fato considerado um dos pilares iniciais da “política de intervenção estatal na formação da força de trabalho no Brasil”.

Entre os fatores que indiretamente influenciaram a criação das Escolas de Aprendizes Artífices sobressai-se o Encilhamento, que foi responsável pela febre de grandiosos empreendimentos e pela formação de fantásticas indústrias. No entanto, o Encilhamento teria contribuído, passado a inicial euforia, para que, na primeira metade do século XX o número de indústrias desse um salto quantitativo, de 636 empresas durante a Proclamação da República para mais 3.362, em 1909 ¹⁶⁶.

¹⁶⁵ Ferreiro, Almiro de Sá, op. cit. p. 9.

¹⁶⁶ Fonseca, Celso Suckow – História do ensino industrial no Brasil. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, v.1,p.173-174.

Dessa forma, o crescimento em vinte anos foi extraordinário. A indústria não crescera apenas quantitativamente mas suas necessidades eram mais complexas, exigindo homens com “conhecimentos especializados” e o estabelecimento do ensino profissional ¹⁶⁷.

Entretanto, parece ser pouco provável que somente a quantidade de fábricas existentes em 1909 (3.998 unidades) fosse responsável pela criação dessas escolas profissionais. A localização e o dimensionamento das 19 Escolas de Aprendizes Artífices, “não correspondiam “à distribuição das empresas manufatureiras, especialmente aquelas que requeriam mão-de-obra qualificada ¹⁶⁸.

Foram essas escolas localizadas “nas cidades-foco de decisão política”, isto é, nas capitais dos estados, baseada em critérios políticos, já que provavelmente nessas capitais, que eram os maiores centros urbanos do país, é que havia maior necessidade de mão-de-obra treinada e onde poderiam ocorrer surtos de rebeldia e insubmissão popular “de maior peso e repercussão nacional”¹⁶⁹.

Partindo-se desse pressuposto, os motivos desse empreendimento oficial poderiam estar relacionados com o processo de crescente urbanização, gestação da classe operária, ligada à organização de movimentos proletários reivindicativos. O crescimento do número de vadios, o “inchamento” das cidades, a desordem pública, “a tentativa” de desarticular os conflitos sociais e os movimentos operários de todo o país também foram fatores imediatos que mobilizaram a postura política do estado nessa direção. Bresciani ¹⁷⁰ refere a persistente confluência do trinômio máquinas, multidões e cidades, que norteia essa “preocupação com o ordenamento, com a organização dos homens para a sociedade do trabalho”.

Parece ter tomado conta das classes dominantes brasileiras, depois dos primeiros protestos e revoltas da classe trabalhadora, o medo das multidões citadinas, tema de literatos, sociólogos e estudiosos do século XIX. Era clara a articulação do movimento operário no país,

¹⁶⁷ Fonseca, C. S. op. cit.p.174.

¹⁶⁸”não correspondiam à distribuição especial das empresas manufatureiras, supostamente as demandantes da força de trabalho que viria a ser qualificada”. Cunha, Luiz. As escolas de aprendizes artífices e a produção manufatureira. Revista da Educação da UFF, Niterói, v. 10, n.1e2, p. 53-67, jan./jun.jul/dez. 1983. In Ferreiro, A de S. op.cit. p.10.

¹⁶⁹ Ferreiro, A S. op.cit p. 10.

¹⁷⁰ Bresciani, Maria S.M. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza,(S.l.: s. n.) Brasiliense 1985, , p.39. In Ferreiro, Almiro de Sá, op. cit. p.10..

na primeira década do século XX, com o internacionalismo. Imprensa operária, congressos, associações de mutualidade e resistência, e importantes movimentos grevistas ¹⁷¹ – foram registradas 111 greves no período 1900/1910 – demonstrando a força dessas mobilizações à partir do século passado ¹⁷².

De outro lado, no mesmo período, os vadios, os desocupados, os mendigos, os ladrões e todos os excluídos e marginalizados “começavam a se agrupar nas grandes cidades” desafiando a ordem estabelecida.

O questionamento do reverendo Solly, na cidade de Londres em 1868, comparando o contingente policial às centenas de milhares de indivíduos violentos e “desordeiros”¹⁷³, teria extrapolado o espaço e o tempo, ecoando também no Brasil, onde o processo de urbanização e industrialização se iniciava. O medo dos movimentos sociais, das greves, da superpopulação, que ocorria de modo veloz, piorando as condições sanitárias, de moradia, de alimentação, evidenciando a necessidade da pacífica incorporação dos desocupados, do homem pobre e expropriado, ao mundo do trabalho para que a estabilidade social não ficasse comprometida ¹⁷⁴.

Esse espectro do medo causado pelas multidões, que atingia as elites brasileiras, aliado às experiências vivenciadas em grandes cidades como Paris e Londres, vai estimular, ao lado de outras necessidades, uma política governamental que tem por base a construção de hospícios, asilos, arsenais militares, prisões, casas correccionais e escolas profissionais, objetivando também controlar os desocupados e vadios. É o início da institucionalização de formas para minimizar ou evitar o perigo da desordem social.

À Afonso Pena, através de sua plataforma de governo, coube a iniciativa de expressar e materializar a junção do pensamento positivista ¹⁷⁵, com os interesses empresariais, que

¹⁷¹ Sobre o movimento operário na Paraíba e suas particularidades, ver Rubim, Antonio Albino Canelas. Movimentos sociais e meios de comunicação: Paraíba; 1917/21. João Pessoa: UFPB, 1983. (NDIHR.Textos), p. 14-48. In Ferreiro...cit. p. 10.

¹⁷² Hardman, Francisco Foot, Leonardi, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil; das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982, p.332-336. Idem.

¹⁷³ ...”o que pode fazer uma força policial de 8.000 ou 9.000 homens contra 150.000 indivíduos violentos e rufiões, os quais, numa situação de excitação suficiente podem ser vistos na metrópole investindo contra a lei e a ordem?” Bresciani, op. cit. p. 85. Ibidem.

¹⁷⁴ Bresciani, op. cit. p. 478.

¹⁷⁵ Mendes, Raimundo T. A incorporação do proletariado na sociedade moderna. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1908. In Ferreiro...cit.p.11.

consideravam a criação de estabelecimentos técnico-profissionais como opção para a consolidação da idéia central de ordem, progresso e desenvolvimento industrial.

Quando de seu manifesto à nação, Afonso Pena se referiu à fundação de escolas profissionais, no sentido de contribuírem para o progresso das indústrias, fornecendo-lhes operários instruídos e hábeis e mestres ¹⁷⁶.

Em virtude de sua morte prematura, o referido presidente não pôde colocar em prática esse “ideal”, cabendo a seu sucessor, Nilo Peçanha, sancionar a fundação das 19 escolas de aprendizes, estabelecendo as bases oficiais do sistema de ensino profissional federal no Brasil.

A justificativa introdutória do Decreto n.º 7.566, revela em suas entrelinhas, os motivos reais da fundação dessas escolas profissionalizantes. O presidente destaca alguns conceitos chave, que constituíam a base das preocupações das elites, na época: “...aumento constante da população das cidades... habilitar os ... desfavorecidos da fortuna... adquirir hábitos de trabalho profícuo.... os afastará da ociosidade...vício ...crime.. formar cidadãos úteis à nação”¹⁷⁷.

Fazendo uma leitura crítica do mencionado decreto, pode-se depreender que a motivação desse empreendimento teria sido “conter os deserdados em seus próprios limites sociais, evitando as desordens populares” ¹⁷⁸, além de formação de um contingente de mão-de-obra necessário às atividades produtivas.¹⁷⁹

¹⁷⁶ Em 15 de novembro de 1906, ao assumir a Presidência da República, Afonso Pena disse em seu Manifesto: “ A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”. Não obstante essas palavras fossem ditas com pouco entusiasmo, elas representavam uma “evolução do pensamento dos dirigentes do país”, já que era a primeira vez que em sua Plataforma de governo um Presidente da República fazia referência a tal assunto. Fonseca, Celso S. op. cit. v.2, p.172.

¹⁷⁷ “... o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios para vencer as dificuldades sempre crescente da luta pela existência, que para isto se torna necessário não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-lo adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime, que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à nação”. Fonseca, Celso s. op. cit.v.2 p. 177.

¹⁷⁸ Ferreiro, Almiro de Sá. A Escola de Aprendizes Artífices no Estado da Paraíba: Processos Disciplinares e de Reordenamento Para o Trabalho assalariado. Série documental: Relatos de Pesquisa, n.19, jul./1994, MEC, Brasília/1994.

¹⁷⁹ Ferreiro, Almiro de Sá. A Escola de Aprendizes Artífices no Estado da Paraíba: Processos Disciplinares e de Reordenamento para o Trabalho Assalariado. Série Documental: Relatos de Pesquisa, n.19, jul/1994., MEC, Brasília/1994, p.11.

Rebuscando o legado imperial/escravocrata para investigar a origem do ensino profissional no Brasil, pode-se detectar que o castigo, a prisão e a subordinação foram símbolos que articularam um processo em que as relações de produção eram marcadas por trabalho e coerção.

As “relações escravistas de produção” desde os tempos coloniais, eram um desestímulo para a orientação da força de trabalho no sentido do artesanato e manufatura. Provavelmente a subordinação do trabalhador teria sido uma das razões que impediram o desenvolvimento das corporações de ofício no Brasil colônia, já que os senhores viam seu subordinado como coisa sua¹⁸⁰.

Desde os tempos coloniais, coagia-se a transformação de homens livres em operários. Naturalmente essa situação somente ocorria com aqueles homens livres que social e politicamente não tinham condições de opor resistência. Esse procedimento também ocorria com os menores, os abandonados, os órfãos, os desvalidos, que não podiam opor resistência e eram conduzidos pelo Estado, por meio do juízes e Santas Casas de Misericórdia, aos arsenais militares e da marinha, onde internados se submetiam à aprendizagem de ofícios manufatureiros¹⁸¹.

Na gênese das escolas de aprendizes artífices, também percebe-se, além de vestígios de múltiplo preconceito relativos ao trabalhador nacional, ao imigrante e às atividades manuais, vistas como “destinadas aos desvalidos da fortuna”, a tentativa do poder oficial em demonstrar interesse pelas camadas urbanas, que assumiram nova configuração e exigiam mudanças no tipo do ensino ministrado no país.

Esse ensino, era reservado de forma prioritária ao academicismo e à formação de uma elite privilegiada de “doutores”, reforçando o “status quo das classes dominantes e reproduzindo a questão secular da dualidade social brasileira entre “favorecidos e desfavorecidos”¹⁸².

¹⁸⁰ ...”a subordinação do trabalhador (a inclinação exagerada dos senhores/empregadores de ver o setor produtor/subordinado como coisa sua), como uma das razões pelas quais as corporações/irmandades de ofício não tiveram, no Brasil Colônia, o desenvolvimento verificado em outros países”. Cunha, Luiz A. op. cit. p.48.

¹⁸¹ Cunha, Luiz A., op. cit. p. 48-49.

¹⁸² Teixeira, Anísio. Educação não é privilégio. Rio de Janeiro. J. Olympio, 1957, p.35-37. In Ferreiro, Almiro de Sá, op cit. p. 12.

O preconceito contra o trabalho manual era evidente. O ensino superior “é destinado a ilustrar” os filhos das classes dirigentes, em contraposição à profissionalização de grau elementar e médio ¹⁸³.

A iniciativa da criação dessas escolas profissionalizantes significa uma investida ambígua e tímida, ancorada mais em oferecer uma resposta às pressões sociais do que, exatamente, “atender à demanda de mão-de-obra do mercado de trabalho”, já que na maioria dos 19 Estados contemplados com as escolas citadas esse mercado era incipiente, com exceção de São Paulo e Rio de Janeiro, os quais possuíam indústrias para absorver pessoal “qualificado de nível inicial”¹⁸⁴.

4.2 A Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba e o Contexto de Modernização Conservadora

O empreendimento do governo federal viabilizando a criação de uma escola de aprendizes artífices na Paraíba não foi casual ou iniciativa altruísta da administração da União, mas foi a consequência da junção de fatores econômicos, sociais e especialmente, políticos; integrando compulsoriamente um processo de formação de mão-de-obra que começara nos anos iniciais da República.

Inicialmente, a questão intrigante é o por quê da instalação desse gênero de escola na Paraíba. Considerando-se esse Estado, pobre, desindustrializado e de pouco peso político na conjuntura nacional, quais as razões que justificariam incluir a Paraíba nesse amplo plano do governo federal?

¹⁸³ “Entre nós, essa velha concepção e organização de ensino superior ainda prejudica a evolução desse grau de ensino, isto porque a escravidão que abolimos há tão pouco tempo, trouxe até nossos dias o preconceito, que se manteve pelas nossas condições incipientes de desenvolvimento econômico, fazendo com que o ensino profissional, no consenso geral, se destine especialmente àquelas classes e o anel e o grau sejam ainda aspiração das classes ricas para seus filhos, independentemente da aquisição e domínio de uma profissão definida”. Lemme, Paschoal. Estudos de educação. Rio de Janeiro: Tupã, 1953, p.168-169. Idem.

¹⁸⁴ Cf. classificação de Araújo Filho, Maurício Leite. Indústria têxtil e indústria química. Rio de Janeiro: SENAI, 1962. Ibidem.

Na época, a Paraíba e sua capital estavam incluídas na perspectiva emergente da formação para o trabalho já que as elites nordestinas indicavam essa necessidade, segundo se observa em jornais, documentos e pronunciamentos da época ¹⁸⁵.

Historicamente, as tentativas de inclusão da Paraíba no plano do capitalismo internacional são evidentes. São exemplos desse fato: as exportação do açúcar e do algodão, a participação em exportações internacionais e nacionais ¹⁸⁶ os planos de construção de porto de Sanhauá ¹⁸⁷, e a integração, via porto do Recife, ao sistema de transportes marítimos através do Loyd Brasileiro.

Entretanto, as condições adequadas e ideais para a expansão industrial estavam longe de oferecer uma justificativa em si mesma plausível para o desenvolvimento no Estado, do ensino industrial, em resposta a um mercado de trabalho disponível.

Na verdade, com relação ao processo de industrialização na Paraíba, pode-se inferir, que os primeiros investimentos industriais teriam ocorrido logo no início da República sem, entretanto, conseguir expressão quantitativa, sendo que essas iniciativas foram realizadas com empresários e capitais estrangeiros. Dessa forma é que, por exemplo, surgem na década última do século XIX, o engenho Central, depois usina São João, com a participação do capital holandês; a fábrica de Tecidos Tibiri, uma fábrica de óleo de caroço de algodão, criada pelo alemão Kronke, a Saboaria Lemos, etc. ¹⁸⁸.

No entanto, é à partir dos anos dez e vinte deste século que surgem investimentos industriais paraibanos, permitindo o surgimento de algumas poucas prensas hidráulicas para algodão, novas usinas de açúcar, modestas tecelagens, pequenas fábricas de óleo vegetal e fábrica de cigarro.

¹⁸⁵ Diniz, Ariosvaldo da S. A Maldição do trabalho: homens pobres, mendigos, ladrões... no imaginário das elites nordestinas; 198(?) - 1930. João Pessoa, 1988. Dissertação (Mestrado) – UFPB, P. 67-95. In Ferreira, Almiro de Sá, op cit.p.13.

¹⁸⁶ Hardman, Francisco Foot. Brasil na era do espetáculo: figuras de fábrica nos sertões. In: Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências. Fortaleza: UFCE, NEPS: Imprensa Universitária, 1986. V.1. p.14-15. Idem.

¹⁸⁷ Joffely, José. Uma negociata do oligarquismo – o caso do Porto Sanhauá. In: José Octávio (coord.). Capítulos de História da Paraíba. Campina Grande, Grafset, 1978. P.176-288. Ibidem.

¹⁸⁸ Mariz, Celso. Evolução econômica da Paraíba. 2.ed. João pessoa: Ed, União, 1978, p.23-24. Idem.

Pode-se citar, baseando-se no Censo Industrial de 1907 – três anos antes da criação da escola de aprendizes – que havia em torno de 36 fábricas, ligadas à produção de bebidas, fumos, calçados, têxtil e sal, somando 1.161 empregados dos 136.000 operários brasileiros. Estabelecendo-se uma comparação com a situação industrial do país em 1907 (2980 unidades), a Paraíba detinha somente 1,2% das fábricas e 0,85% do operariado nacional.

Além disso, essas indústrias limitavam-se a acanhadas oficinas artesanais, com raras exceções ¹⁸⁹, revelando um quadro de dificuldades e debilidades materiais na gênese das primeiras fábricas paraibanas ¹⁹⁰.

Apesar da Paraíba ter sido na época, um dos maiores produtores nacionais de algodão, esse fato não possibilitou a expansão de uma indústria têxtil nativa potente. Entretanto, houve a influência da atividade algodoeira na “modernização”¹⁹¹ do Estado e a introdução de vários mecanismos de descaroçar algodão. Fora isso, registra-se a presença de duas grandes fábricas têxteis na Paraíba: a fábrica Tibiri, fundada em 1892, em Santa Rita, e a Cia de Tecidos Rio Tinto, em 1924, na cidade do mesmo nome.

Também a cana-de-açúcar exerceu influência sobre a “modernização” do Estado por meio do “usinismo” com seus novos processos tecnológicos e métodos organizativos de trabalho, os quais implantavam os engenhos centrais e as modernas usinas.

Com o advento da “modernização conservadora” – espécie de transição entre o velho e o novo, permitindo que algumas transformações fossem efetuadas para que a totalidade permanecesse a mesma, sendo que Eisenberg ¹⁹² considera uma modernização sem mudança – a realidade se concretizava de forma diacrônica e assimétrica em todas as regiões do Brasil.

¹⁸⁹ Ferreira, Lúcia. Fontes para a história da industrialização do Nordeste: 1989/1980. Relatório parcial de indicadores da evolução industrial urbana na Paraíba. João Pessoa: UFPB, NDIHR. (198-), p.7-8.

¹⁹⁰ ...”em condições igualmente difíceis surgem as primeiras fábricas da Paraíba e os núcleos iniciais do proletariado naquele Estado; os trabalhadores do couro da fábrica São Francisco; os químicos das firmas Seixas Vergara, além de estabelecimentos menores, todos eles anteriores a 1910 como cortumes, serrarias, fábricas de cigarros e bebidas’. Hardman, Francisco Foot, Leonardi, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte. São Paulo; Global, 1982, p.288.

¹⁹¹ Octávio, José. A Paraíba e a década de vinte. In: Bastos, Abguar et.al. João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30. João Pessoa: Secretaria de Educação, 1979, p.172-173. In Ferreira...cit.p.14.

¹⁹² Eisenberg, P. Modernização sem mudança: a indústria açucareira e Pernambuco; 1840-1910. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1977.

Sintetizando esse período em termos da economia paraibana, com destaque para o processo de industrialização, percebe-se quatro pontos essenciais: 1) indústria incipiente e dependente das atividades primárias (algodão, açúcar e pecuária); 2) domínio quase absoluto dos ramos têxtil, químico e de alimentação; 3) indústria artesanal com reduzidas concentrações de trabalhadores; 4) mobilizações operárias proporcionalmente débeis devido à desarticulação e isolamento com outros setores do movimento trabalhista

Não obstante essa conjuntura pouco favorável, a cidade de Parahyba, hoje João Pessoa, passou de um aglomerado urbano pequeno em 1860 para em 1920 atingir 28.800 habitantes,¹⁹³ enquanto as elites paraibanas e seus representantes no poder, começavam no início do século XX a se preocupar com a “modernização e o reordenamento do seu espaço urbano”, em resposta ao “inchamento” que ocorria em decorrência da “liberação da mão-de-obra dos campos”. Parece que a Parahyba estava vivendo a morte gradual e lenta da figura do artesão e o surgimento de uma nova sociedade a qual tinha como modelo nuclear a fábrica, fruto do imaginário burguês¹⁹⁴.

Esse processo de “inchamento” gerou problemas urbanos ligados às péssimas condições de higiene, saúde habitação e emprego, levando os governantes do período, João Machado (1908-1912), Castro Pinto (1912-1915), Camilo de Holanda (1916-1920) e Sólon de Lucena (1920-1924), a efetivarem administrações dirigidas para a “modernização do Estado e em especial da capital.

É nesse contexto de uma sociedade em transição, fundada economicamente no “agrarismo”, comércio exportador do algodão e do açúcar e numa indústria artesanal, que a Escola de Aprendizes Artífices começa suas atividades (5/1/1910) provisoriamente funcionando nos porões do edifício da Força Pública, na Praça Aristides Lobo, permanecendo até 23 de setembro de 1929 nessa localidade cedida pelo governo.

Dessa forma, a escola esteve 19 anos sob a direta influência do meio militar, convivendo com o estilo manu militari, fato importante na formação de seus alunos.

Os “meninos desvalidos” de 12 a 16 anos compunham basicamente a clientela da escola, que cursava em regime de semi-internato, durante o dia, o curso normal. Fora isso, à partir de

¹⁹³ Prefeitura Municipal de João Pessoa, 1978, p.42. Idem p.15.

¹⁹⁴ Ferreira, op. cit. p. 15.

1918 a escola passa a desenvolver um curso de aperfeiçoamento, no período noturno endereçado aos “operários” que compunham a força de trabalho da região.

Foram muito difíceis os primeiros anos de funcionamento da escola, e os obstáculos iam da precariedade das instalações até a falta de material escolar. Ilustrando essa situação pode-se assinalar que as carteiras escolares e outros materiais importantes para as atividades regulares da escola vieram sob forma de doação, importadas dos EUA.

Inicialmente, o primeiro diretor da escola, o professor Miguel Medeiros Raposo estabeleceu o funcionamento dos cursos primário e de desenho, das oficinas ¹⁹⁵ de alfaitaria, marcenaria, sapataria (instaladas em 17/01/1910), encadernação, (28/02/1910) e serralheria (21/05/1910). Essas “habilitações” foram provavelmente escolhidas em função da realidade econômica do Estado, para o qual não caberia outras qualificações. Essas determinações eram possíveis à partir do artigo 2.º do Decreto 7566, que concedia ao diretor da escola, a definição da oferta dos cursos mediante a pesquisa das potencialidades do mercado.

Entre 1910/39, embora houvesse um número considerável de matrículas (9.228 alunos), a quantidade de diplomados era bem reduzida, chegando a não haver nenhum concluinte em alguns anos letivos. O período 1919/1939 apresentou apenas 70 diplomados, somente 0,76% do total dos ingressantes e uma média de três alunos diplomados anualmente ¹⁹⁶.

Esse fraco desempenho era a fundamental preocupação dos professores da escola, que em depoimentos sucessivos afirmavam o estado de pobreza crônica dos alunos e os problemas correlatos ¹⁹⁷.

Em 26 de outubro de 1921, assume a direção da Escola de Aprendizes da Paraíba o professor Eugênio Gomes Outeiro, permanecendo no cargo até novembro de 1922, com a designação do professor Coriolano de Medeiros para a diretoria, cargo que foi efetivado em 27 de outubro de 1926. Coriolano de Medeiros permaneceu no cargo até 1940 e sua presença foi

¹⁹⁷ “Nos dias de chuva, a baixa frequência é considerável, sendo de lamentar o estado em que esses meninos se apresentam nas aulas: descalços, com a sua única roupa encharcada, sobrevivendo a gripe. Quase todos apresentam aspectos doentio, pálidos, raquíticos e sem coragem para os trabalhos escolares”. Professora Anília Sá.

“Muitas dessas crianças são auxílio de famílias, apanhando níqueis em fretes das feiras de quartas e sábados carregando água dos chafarizes e combustível das capoeiras mais próximas para as necessidades domésticas”. Professora Analice Barros. Ministério da Educação e Saúde, 1940, p.16. In Ferreiro, Almiro de Sá, op.cit.p.16.

marcante na condução da escola, especialmente na construção do edifício-sede, situado na avenida João da Mata, o qual passa a abrigar a escola à partir de 1929.

Dessa forma, fica demonstrado que a criação da Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, em princípio, não encontrou respaldo nas “ condições materiais concretas para o apoio sociocultural da população”¹⁹⁸.

Analizando rapidamente a economia paraibana nas duas primeiras décadas do século XX, fica claro que a manufatura local incipiente não era motivação para a instalação de uma escola dessa espécie.

Outro obstáculo para a plena aceitação desta escola originava-se na introjeção de uma secular idéia inculcada na população local, a qual enxergava o trabalho manual mais acentuadamente do que no Centro-Sul como penitência e castigo, decorrência de uma tradição escravista que caminhava ao lado da base econômica do Estado, limitada às atividades primárias, baseadas na produção do algodão, do açúcar e da pecuária.

4.3 A Função “Estético-Regeneradora” e o Reordenamento para o Trabalho Assalariado

Com alguma sensibilidade histórica e um esforço de interpretação das entrelinhas dos documentos oficiais, nos anos iniciais do século atual, pode-se perceber, na história da Parahyba, a existência de um discurso modernizador baseado na necessidade do equilíbrio social e da harmonia, em consequência do crescimento rápido da cidade e da emergente ameaça das “classes perigosas”¹⁹⁹.

As duas vertentes do discurso modernizador, o econômico e o estético²⁰⁰, traziam somente um receio, ou seja: a ameaçadora presença do homem pobre na cidade, em grandes levadas, resultado imediato da “liberação da mão-de-obra escrava” e das secas no sertão.

¹⁹⁸ Ferreiro, Almiro de Sá, op. cit. p. 17.

¹⁹⁹ Ver, entre outras, as seguintes obras: Nóbrega, Apolônio. História republicana da Paraíba. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1950; Mariz, Celso. Apanhados históricos da Paraíba. 2.ed. João Pessoa: UFPB, 1980; Rodrigues, Walfredo. Roteiro sentimental de uma cidade. São Paulo: Brasiliense, 1961; Martins, Eduardo. União Jornal e história da Paraíba, João Pessoa: União, 1978. In Ferreiro...cit. p.17

²⁰⁰ Koury, Mauro G. P. Trabalho e disciplina (os homens pobres nas cidades do Nordeste: 1889-1920). In Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências. Fortaleza: UFCE, NEPS: Imp. Universitária, 1986. V.1n. Idem.

Entretanto, mesmo considerando-se o cruzamento delas – a estética e a econômica – com a política, o viés da função estético-regeneradora coloca-se hipoteticamente como alternativa central para compreender e explicar o fenômeno discutido.

A Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba, enquanto função estética, se associa aos asilos orfanatos, hospícios ²⁰¹ e outras instituições que na época objetivam “enclausurar” a marginália – incluídos aí, os “vadios”, os desordeiros”, desocupados”, etc., os integrantes das chamadas “classes perigosas” ²⁰² – com o objetivo de “limpar” a cidade dessa “gentalha” que “ameaçava a ordem pública e a estabilidade de uma sociedade” a qual ainda não desenvolvera “mecanismos de defesa” no sentido de concentrar essas massas em locais circunscritos espacial e socialmente. Nessa interpretação, a cidade da Parahyba se incluía entre os centros urbanos nos quais a ocorrência da “desordem” poderia, com maior intensidade, se manifestar.

Enquanto função regeneradora, a referida escola reeduca e recupera o “novo homem livre”²⁰³ transformando-o em “possível cidadão”, qualificando-o para o trabalho. Dessa forma, a escola torna-se mais um elemento no sentido da integração à sociedade do homem urbano pobre.

Ao controlar, confinar, disciplinar e regenerar o homem, busca a instituição “inserir-lo no organismo social (solidariedade orgânica), o qual deve ser harmônico e por natureza avesso ao conflito”²⁰⁴.

A atividade da escola na perspectiva “estético-regeneradora” além de entrelaçar seus dois objetivos maiores: formar artífices – para atender os pequenos estabelecimentos fabris e as oficinas artesanais – e formar “pré-operários”²⁰⁵, para o sistema fabril que se esboçava, trazia também consigo uma carga ideológica baseada na propagação da “ética do trabalho”, que

²⁰¹ Coelho, Heronides Filho. A psiquiatria no país do açúcar e outros ensaios. João Pessoa: A União, 1977. Ibidem.

²⁰² Fausto, Boris. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1980/1924). São Paulo: Brasiliense, 1984. P.30-91: Criminalidade e controle social. Idem.

²⁰³ o “novo homem livre” como aqui empregado quer dizer os recém-libertos (ou seus dependentes) do escravismo, em processo de desraizamento – vivendo ou recém chegados nas cidades_ , e disponíveis para vender sua força de trabalho. Nesse sentido, o “homem livre” se confunde com a própria noção de “homem pobre” por ser despossuído de bens e proprietário, apenas, de sua força de trabalho (cf. Koury, 1986, p. 134). Ibidem.

²⁰⁴ Durkheim, Émile. Educação e sociologia. 8.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972 apud Freitag, Barbara. Escola, estado e sociedade. São Paulo: Moraes, 1980, p.15. Idem.

²⁰⁵ A noção de pré-operário é aqui empregada no sentido de um projeto de operário, ou seja, de um operário em construção. Ferreiro...cit. p.18.

relevava os hábitos de exatidão, ordem, racionalidade, submissão, pontualidade, bom uso do tempo (introjeção de um relógio moral), adequada utilização dos instrumentos de trabalho, traçando dessa forma o “perfil do bom trabalhador”²⁰⁶.

A escola tencionava, principalmente, introduzir uma nova mentalidade na vida privada do aprendiz, fortalecendo aspectos morais, destacando as atitudes de bom pai, honestidade, cuidado com higiene e saúde, ligados a modelos de vida ascética ²⁰⁷, os quais possibilitam o disciplinamento da vida social, dos instintos sexuais e dos vícios, canalizando as energias para a obtenção da mais-valia ambicionada pela empresa capitalista ²⁰⁸.

Contudo, em 1926, com a remodelação do ensino industrial, ela começa a exercer um papel duplo de escola e fábrica, concomitantemente. Esse fato ocorre pela “industrialização das oficinas”, na qual a escola se transforma numa empresa produtiva que atende a demanda do mercado local. Nesse caso, ela exerce uma função produtiva e pedagógica. Nesse momento, os seus alunos são ao mesmo tempo aprendizes e operários; produzidos instrucionalmente no contexto da Escola-Produção e produtores manufatureiros.

Nessa peculiar configuração, observa-se uma tendência da escola de aprendizes para introjetar em seus alunos, e por extensão em seus familiares, a “ética do trabalho”. Para alcançar esse objetivo é escolhida a “instituição disciplinar”²⁰⁹. Essa “instituição disciplinar” é parte integrante de uma sociedade disciplinar em que a “prisão se parece com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se parecem com as prisões”²¹⁰.

É dentro desse modelo disciplinar que se pode inserir as escolas de aprendizes artífices, e entre elas a da Paraíba. Essas instituições eram “aparelhos” privilegiados nos quais se desenvolveriam as “práticas pedagógicas” direcionadas para a formação do cidadão e do

²⁰⁶ Thompson, Edward. Tradición, revuelta y consciencia de clase. Barcelona: Ed. Crítica, 1979. Cap.: Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In Ferreiro...cit. p.18.

²⁰⁷ Weber, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 4.ed. São Paulo: Pioneira, 1985, p.110-132. Idem.

²⁰⁸ Kuenzer, Acácia Z. Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1986, p.50-60. Ibidem.

²⁰⁹ Foucault, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 4. Ed. Trad. Por M.P. Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1986, p.173-199. In Ferreiro...cit. p.19.

²¹⁰ Idem.

trabalhador desejável. Dessa forma, as técnicas disciplinares vão ser aplicadas “pelo olhar que a tudo vê”, não mais com a intenção de punir para banir, mas “para integrar o indivíduo ao corpo social”²¹¹.

Com referência à questão da disciplina, a escola de aprendizes se sobressaia pelo rigor excessivo, sendo que esse tipo de regime era considerado responsável pelo aumento das matrículas ²¹².

A característica da escola era voltar-se para as “crianças infelizes” as quais eram educadas, ou adestradas, através da força coercitiva do ensino obrigatório, da coação da política e da vigilância dos juízes no sentido de obrigá-las a frequentar as aulas. Inclusive o diretor Coriolano de Medeiros sugere a adoção do código de menores, o ensino obrigatório e a punição dos pais discordantes, para que os filhos da “baixa classe” fossem instruídos e obtivessem uma profissão honesta ²¹³.

Ensinar para o desenvolvimento utilizando-se de seres dóceis, sem vontade própria, condicionados a produzir para o estado e a indústria, em troca da possibilidade de ascender à classe média – a qual também repelia o ensino profissional e valorizava o ensino academicista e propedêutico – era o objeto dessas opiniões. Assim ficava evidente que o ensino para os deserdados da sorte tinha um viés correcional.

Ainda sobre a disciplina no preparo de “corpos dóceis para o trabalho”, é pertinente observar que a instrução militar foi adotada na escola da Paraíba – aliás foi uma das primeiras escolas a adotá-la – sendo que, para instruir militarmente seus alunos, foi nomeado em 1922 um oficial reformado como o instrutor da Escola Militar, associada à escola estudada.

O adestramento militar, com o fardamento obrigatório, os exercícios militares, a ginástica sueca, o corte zero de cabelo, a rigidez do horário e a convivência e influência do quartel da Força de Polícia, durante 19 anos, confirmam o atrelamento histórico do ensino militar à profissionalização.

²¹¹ Ferreiro op. cit. p. 19.

²¹² ... onde a “disciplina verificada era tida como responsável a contar de 1920, pelo acréscimo substancial das matrículas”. Ministério da Educação e Saúde, 1940, p.5. Idem.

²¹³ ...”Coriolano de Medeiros... seu diretor... o responsável pela sugestão extremada de se adotar o código de menores, a existência do ensino obrigatório e a punição dos pais dissiduosos, como um meio de “baixa classe” ter filhos instruídos, exercitando uma profissão decente e honesta”. Ministério da Educação e Saúde, 1940. In Ferreiro...cit.p.19.

Sendo assim, a militarização do ensino profissional caminhava junto com a automação, o adestramento e a docilidade dos corpos que eram habilitados para se integrarem ao “sistema de fábrica”.

A Escola do Povo Operário, denominação pronunciada pela Sr.^a Luíza Silva Luderitz²¹⁴ não deixava muito espaço para atividades que desviassem a atenção dos aprendizes de suas tarefas diuturnas. O prédio-sede em sua arquitetura demonstra um misto de prisão, convento e fábrica.

Não havia espaço para salões de reuniões, atividades culturais ou recreio dos alunos. As salas e suas desconfortáveis dimensões não permitiam atividades que integrassem os alunos. Inclusive, o desdém pelas atividades esportivas era indicativo do “clima de fábrica”, no qual o desvio da atenção dos trabalhadores poderia trazer prejuízos para a manutenção da disciplina e da ordem²¹⁵.

Pelo exposto fica claro que o projeto arquitetônico assim como a ausência de atividades aglomeradoras eram objeto de observação do sistema, que analogamente ao “sistema de fábrica” priorizava comportamentos e atitudes relacionados estritamente com a “rudeza do trabalho”.

4.4 A Resistência na “Instituição Disciplinar”

Destacar somente as questões da disciplina, da obediência e do conformismo seria depreciar a outra vertente – observada nas entrelinhas do relatório de Coriolano de Medeiros – na qual a resistência manifesta-se pela evasão escolar, do absentéismo às aulas por parte dos alunos, a vadiagem, as críticas de professores e diretor da escola com relação às questões trabalhistas e salariais; e problemas relacionados à estrutura socioeconômica, à falta de demanda

²¹⁴ Ministério da Educação e Saúde, 1940, p.31.

²¹⁵ Descrevendo e comentando os inconvenientes do projeto arquitetônico da escola, (Projeto-Padrão – elaborado pelo Ministério pertinente), Coriolano de Medeiros faz as observações seguintes: “ A planta, talvez por economia, não cogitou de um salão para reuniões, de uma sala para desenho, de compartimento onde se pudessem localizar gabinetes de Física, Química e História Natural: nem anexou um terreno, uma área para recreio ou formatura dos alunos’. Sobre o conceito de esporte esse diretor emite a seguinte opinião: “O esporte no Brasil está apenas arregimentando um numeroso exército de indivíduos que se alheiam de qualquer ocupação útil, para se invalidarem ainda em plena idade”. Ministério da Educação e Saúde, 1940, p.4 e 27. In Ferreiro ... cit.p.20.

de mão-de-obra formada pela escola e outras questões que denotam rastros e pistas de uma rebeldia não contada e nem contida.

A resistência manifestada pelos aprendizes é percebida através dos relatórios enviados pelo diretor ao Ministério da Educação e Saúde, nos quais as observações da direção da escola prendia-se às dificuldades dos operários se acomodarem a métodos e disciplina ²¹⁶.

No tocante às questões salariais e trabalhistas de funcionários e professores percebe-se um clamor social referentes aos baixos salários e o adicional noturno ²¹⁷.

Com relação ao horário de trabalho é o próprio diretor que narra a exploração contida numa extensa jornada ²¹⁸.

O diretor também se refere à inobservância da legislação trabalhista na escola com relação aos extranumerários, relatando que os docentes da escola perdendo o estatuto de funcionários públicos são prejudicados ²¹⁹.

. Essa resistência confirma a tese que “a escola é um local de luta, o teatro em que se defrontam forças contraditórias” porque faz parte do Capitalismo ser contraditório ²²⁰. Dessa

²¹⁶ “Em maioria, o operariado (ref. Curso Noturno de Aperfeiçoamento) traz para a escola as mesmas maneiras rudes do meio onde vive, encaixilhadas nas mais extravagantes e pretensiosas idéias. Não quer acomodar-se a programas, a métodos”. “...É justificável, até certo ponto, a ojeriza do operário ao programa que a Escola lhe impões (...) perturbando, a cada instante, a ordem, a disciplina”. “... São meninos adestrados na vida livre das praças, das ruas, dos mercados, dos porões de quartel e de prisões, da vadiagem, em suma, pevertidos pelos próprios pais ou responsáveis, indivíduos sem profissões, nômades, desinteressados, por completo, da instrução dos filhos e êstes, se vão à escola, é pelo esforço de algum padrinho, de algum compadecido que vê dentro de pouco tempo anular-se sua boa vontade (...) Também concorrem à matrícula, na Escola, filhos de famílias distintas: êstes, porém, com a sua prosápia, com as suas maneiras independentes, constituem o martírio dos professores, a intranquilidade das classes”. Ministério da Educação e Saúde, 1940, p.10 e 5. In Ferreiro...cit. p.21.

²¹⁷ “Não há professor ou adjunto de professor que, de boa vontade, trabalhe duas horas durante a noite, com direito de receber somente tão minada gratificação (960\$000). E a tabela de 1918, ainda é a mesma que hoje (1939) se paga, não obstante, o tempo decorrido, malgrado as leis trabalhistas declararem que o serviço noturno vale o dobro ao executado durante o dia”. (idem, p. 10). Idem.

²¹⁸ “Os serventes e o porteiro entram para o serviço diário às sete horas, terminando-o às vinte e uma, com intervalo de uma hora para o almoço e outra para o jantar. Trabalham doze horas e, se assim não suceder, não poderão cumprir o que é de sua alçada. O Diretor e o Escriturário trabalham, no mínimo, nove horas”. Idem p. 113. Ibidem.

²¹⁹ “na docência dêste estabelecimento como na das congêneres, há uma classe que se salienta pelo desamparo em que vive, a partir do dia em que perdeu o atributo de funcionários públicos. Leigo na matéria, não deixamos, entretanto, de utilizar-nos da ocasião avançando umas palavras em favor desses desprotegidos que têm experimentado vicissitudes tremendas, privação de vencimentos nas férias, perda do direito de licença, mesmo para tratamento de saúde, insegurança no cargo e, nestes últimos tempos, retardo de quatro a cinco meses, todos os anos, na percepção dos vencimentos, para aflição do lar e gáudio dos agiotas”. Idem, p. 33. Idem.

forma, deve-se ter em conta o fato de que a escola de aprendizes em seu fazer-se, também incluiu em seu processo dialético o “germe do inconformismo” diante de uma condição social que oprime e se baseia numa lógica perversa de “mutilação simbólica”²²¹.

²²⁰ “... e isto porque já faz parte da essência do capitalismo ser contraditório, agir contra ele próprio, criar os seus “próprio coveiros”. Snyders, Georges. Escola, classe e luta de classes. Lisboa: Moraes, 1976. In Ferreiro...cit.p.22.

²²¹ Idem.

5. A FORMAÇÃO, DISCIPLINAMENTO E NACIONALIZAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL EM SÃO PAULO

O objeto de análise da presente dissertação é a Escola de Aprendizizes Artífices de São Paulo. Entretanto, foi pertinente o estudo de sua congênere na Paraíba, no sentido da mesma servir como paradigma para analisarmos o fenômeno em São Paulo. No centro dinâmico do país, a escola de aprendizes liga-se à montagem de um mecanismo de controle social no qual a instituição disciplinar visa integrar à nova ordem de trabalho que se instala, o homem despossuído, considerando-se, no caso, que essa classe que vende sua força de trabalho em troca de salário é em sua grande maioria estrangeira.

Dessa forma, a escola de aprendizes paulista não desempenha também um papel exclusivo de formação de mão-de-obra qualificada para a produção industrial mas principalmente possui a função “estético-regeneradora”, procurando introjetar uma nova ética de trabalho, adotando para tanto, um modelo disciplinar, semelhante às escolas congêneres, para sua específica clientela.

A questão urbana ligada ao “inchamento das cidades”, o crescimento do número de vadios, a desordem pública, os movimentos operários e os conflitos sociais adquiriram em São Paulo a sua plenitude, já que a cidade paulista era o palco de constantes greves, movimentos sociais e um visível superpovoamento, sentido na época pelas enormes levas de imigrantes que afluíam à cidade, piorando as condições sanitárias, de moradia, alimentação, evidenciando a necessidade de incorporar pacificamente os expropriados ao mundo do trabalho.

Em suma, pode-se inferir que também na cidade paulista ocorreu o fenômeno da “modernização conservadora,” no sentido da perenidade do poder das oligarquias dentro de um contexto marcadamente industrial e nessa conjuntura, a escola de aprendizes paulista desempenhou a função estético-regeneradora à medida que reeduca o “novo homem livre” transformando-o em possível cidadão, qualificando-o para o trabalho, dando-lhe um espaço na estrutura social. A formação de artífices e de operários para as indústrias tinha o seu componente ideológico ligado à disseminação da ética do trabalho nos hábitos racionais, pontualidade, bom uso do tempo, etc. formando o “bom trabalhador”. Este, assim, ganharia um espaço, subalterno,

na ordem social, ajudando a afastar possíveis perigos de conflitos e desordens que afetassem os interesses estabelecidos.

No entanto, com todas essas confluências de objetivos e realizações, seria pertinente a verificação mais detalhada da especificidade da escola de aprendizes paulista com referência à:

- 1) escolas existentes na capital paulista no período (1908/1909): escolas públicas, asilos e orfanatos, escolas particulares, destacando-se as escolas italianas;
- 2) razões da instalação da escola num Estado rico, com um desenvolvimento industrial razoável e de grande peso político nacional;
- 3) composição de sua clientela, se realmente os “meninos desvalidos” representavam o alunado da escola ou se os filhos de imigrantes ou pequenos comerciantes é que o caracterizavam;
- 4) quais as dificuldades da escola, uma instituição federal num Estado que impunha seus interesses frente à União, uma vez que o criador das escolas de aprendizes federais, Nilo Peçanha, não era exatamente o aliado político ideal para o presidente paulista Albuquerque Lins;
- 5) quais as dificuldades da escola e como ela era conceituada pelos representantes da elite do Estado identificado como o pólo dinâmico do país;
- 6) quais as oficinas que funcionavam nessa escola federal paulista, o número de matriculados, o número de diplomados segundo as habilitações escolhidas; qual o destino dessa força de trabalho “qualificada”;
- 7) como a escola de São Paulo enfrentou a industrialização das oficinas à partir de 1926, com a remodelação do ensino industrial a partir da qual a escola exerce o duplo papel de escola e fábrica;
- 8) quais os indícios de que a referida escola representava uma “instituição disciplinar”; qual a influência do adestramento militar; como se poderia supor que havia um “clima de fábrica” no ambiente e como esse “ethos correccional” era considerado pela direção;
- 9) quais os resultados do investimento na transmissão da ética do trabalho (ordem, racionalidade, submissão, pontualidade, utilização adequada dos instrumentos de trabalho), com relação aos alunos, aos professores, funcionários e diretor. Havia rastros visíveis em São Paulo de uma rebeldia que pudesse revelar inconformismo frente a uma realidade opressora?
- 10) qual o significado dessa instituição federal, que formava mão-de-obra por ofício, num contexto de “qualificação” da mão de obra industrial, considerando-se que em 1923 é criado o Curso de Mecânica Prática do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, cuja racionalização da aprendizagem serviu de base para a criação, em 1934, do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, com o objetivo de formar mecânicos para as ferrovias e, posteriormente, em 1942, do SENAI.

5.1 Histórico do Ensino de Ofícios em São Paulo

A exemplo do que acontecia na Europa, os portugueses introduziram no Brasil, desde remota data, as corporações de ofício. E assim, as profissões manuais passaram a ser ministradas aos jovens aprendizes pelos mestres de ofício, em suas tendas de trabalho. As Câmaras Municipais exerciam o controle das corporações de ofício, regulando-lhes os salários, nomeando-lhes os mestres encarregados da transmissão dos conhecimentos técnicos das profissões.

Essa situação perdurou até a primeira Constituição do Império, outorgada por D. Pedro I em 1824 ao Brasil, a qual determinava em suas “Disposições gerais e garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros”, artigo 179, ítem XXV: “Ficam abolidas as corporações de ofícios, seus juízes, escrivães e mestres”.

Com essa determinação, D. Pedro I extinguiu o único reduto no qual se ministrava ensino de ofícios, e a Província de São Paulo, onde estavam bem organizadas as corporações, viu-se sem uma lei ou instituição que as substituísse no momento. Durante um período, nenhuma iniciativa foi tomada referente à aprendizagem dos trabalhos industriais, nem por parte do governo ou de instituições particulares.

Os meninos pobres, preferentemente os da classe dos expostos, eram destinados para as oficinas da fábrica de ferro de S. João d’Ipanema ou para os arsenais de guerra e marinha da Côrte ou ainda para a Casa dos Educandos, inaugurada em 1844, na cidade de São Paulo, pelo Presidente da Província, Manuel da Fonseca Lima e Silva.

Essa instituição, conhecida também como Casa dos educandos de Santana, Seminário de Santana ou Casa de Educação dos meninos pobres da Imperial cidade de São Paulo (como é citada nos documentos oficiais da época), não continha em seu regulamento alguma determinação definindo claramente o estabelecimento como direcionado à aprendizagem de ofícios. Havia um “mestre de primeiras letras, que ensinava ler escrever, contar, noções de Gramática, Aritmética, Geometria e Álgebra.

Entretanto, os órfãos e expostos abrigados ali, aprendiam também ofícios, todavia fora da instituição, já que a Casa dos Educandos não era dotada de oficinas próprias, sendo que a parte prática dos trabalhos de ofício ocorriam em oficinas particulares.

Essa situação fica documentada no Relatório do Presidente de São Paulo, no ano de 1851, no qual o Governo havia emprestado a João Guilherme Einbglér “como auxílio à sua fábrica de fundição e galvanismo, sita na cidade de São Paulo, a quantia de seis contos de réis, obrigando-se ele a manter em dita fábrica como aprendizes oito meninos maiores de 12 anos do Seminário de Santana”.²²²

Já em 1855, as autoridades reconheciam que era absurdo colocar os alunos em oficinas, já que eram admitidos à Casa dos Educandos desde a idade de seis anos. Dessa forma, foi regulamentado que os trabalhos em oficinas seriam obrigados somente aos que tivessem 12 anos completos.

Com relação à disciplina, o Regulamento da Casa dos Educandos elaborado em 1844, denota um “grande avanço pedagógico” com relação às penalidades impostas aos alunos. Os castigos corporais são abolidos, e em substituição “adotar-se-ão os que possam ofender o amor próprio e o estímulo infantil e criar emulação”.²²³

Dez anos após o regulamento da Casa, o Governo autorizava, através da Lei 30, artigo 28, de 10 de maio de 1854, a criação de uma ou duas oficinas para habilitar os alunos em ofícios mecânicos, dispendendo para tanto até 2:000\$000.

Depois de alguns anos, a Lei n.º 47, de 7 de maio de 1857, artigo 50, autorizava o Governo da Província aceitar pensionistas internos na Casa dos Educandos de Santana.

Finalmente, em 18 de abril de 1868, através da Lei 57, artigo 68, era extinto o Seminário de Educandos, sendo que o Governo se encarregaria da sorte dos pensionistas e da internação no Colégio de São Paulo dos “educandos filhos de voluntários da pátria”, ou de soldados que participavam da Guerra do Paraguai.

²²² Fonseca, Celso Suckow História do Ensino Industrial no Brasil, 5.º v. Rio de Janeiro, SENAI, 1986p.66.

²²³ Dos Castigos: Art. 15.º - Ficam inteiramente proscritos da casa os castigos corporais e, em lugar dêles, adotar-se-ão os que possam ofender o amor próprio, o estímulo infantil e criar emulação. As pequenas faltas podem ser corrigidas da maneira seguinte: 1.º) Por decente repreensão; 2.º) de cinco minutos até meia hora de estudo no tempo de descanso ou recreio; 3.º) estar de pé em cima de um banco até um quarto de hora; 4.º) reclusão solitária no escuro ou retirado (sendo graves as faltas); 5.º) estar sentado no banco do desprêzo, em que esteja pintada a figura de um burro, desde uma hora até todo o tempo que durar a aula; 6.º) trazer sobre o ventre e atado à cintura com barbante, um papel com letreiro em maiúsculo de vadio, ou descuidado, ou desordeiro, ou comilão, ou outra qualquer palavra que publique o vício, defeito ou culpa, em que incorrer o educando. Fonseca, Celso Suckow – op. cit. p. 67.

5.2 O Instituto de Educandos Artífices e o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo

5.2.1 O Instituto de Educandos Artífices

O Vice-Presidente da Província de São Paulo, Vicente Pires da Mota, assinava em 5 de julho de 1869, a Lei n.º 26, que estabelecia a Força Policial, inserindo nela “dispositivos criando uma companhia de menores”, os quais receberiam instrução primária e ensino de ofícios mecânicos.²²⁴

Para implementar essa determinação, foi criado pelo governo do Estado de São Paulo, em 1874, o Instituto de Educandos Artífices, regulamentado em 3 de janeiro do respectivo ano e aprovado através da Lei n.º 52, artigos 5.º, 6.º e 7.º, de 24 de abril de 1874.

A Lei que autorizava o regulamento do referido Instituto, também permitia ao Governo dispendar até 30:000\$000 na sua montagem, incluindo o aluguel do prédio, sustento, vestuário, tratamento dos alunos e pagamento dos empregados.

Dessa forma, nascia em São Paulo o Instituto de Educandos Artífices, dispondo de legislação e verba destinadas à construção de seus departamentos, incluindo as oficinas.²²⁵ Não havia, na Província nenhuma instituição que ministrasse concomitantemente a parte teórica e prática.

A Casa dos Educandos, que começara suas atividades ensinando somente cultura geral, obtendo depois autorização em 1854 para instalar oficinas em sua sede, fora extinta em 1868.

No entanto, o Instituto de Educandos Artífices estabelecia em seu regulamento a mesma finalidade secular: “Esta instituição tem por fim facilitar aos meninos pobres e desvalidos a sua

²²⁴ “Art.º 6.º - Fica criada uma companhia de menores, anexa ao corpo policial, nela serão admitidos unicamente órfãos pobres de toda a província e também filhos de voluntários da pátria, de militares, de guardas nacionais e de soldados do corpo policial, que tenham servido na presente guerra do Paraguai, não excedendo a referida companhia o número de 60 menores.

Art. 7.º - A companhia terá quartel distinto do corpo policial e existirá sob diverso comando.

Art. 8.º - Os referidos menores serão sustentados, vestidos e tratados, quando enfermos, à custa da província, receberão, também, instrução primária elementar e ensino de ofícios mecânicos e poderão ser empregados convenientemente no serviço policial.

Art. 9.º - O Presidente da Província fica autorizado para no respectivo regulamento que expedir para execução do disposto nos artigos supra, determinar a organização da companhia, marcar a idade para admissão dos menores e prestação de serviço, o tempo que devem permanecer no corpo policial e também para criar a escola de instrução primária e as oficinas, estabelecendo provisoriamente os vencimentos dos professores e mestres e igualmente ordenar todas as providências convenientes para o bom êxito da instrução”. Fonseca, Celso Suckow, op. cit. p.68/69.

²²⁵ Regulamento do Instituto de Educandos Artífices de São Paulo, Fonseca, Celso Suckow. História do Ensino Industrial no Brasil, Rio de Janeiro, SENAI, 1986, p.185.

educação industrial”. Era sempre para os desvalidos, os pobres, os desamparados, os órfãos, os expostos, os miseráveis, os abandonados, os surdos-mudos, os cegos, que os governos reservavam o ensino de ofícios. “Tôda a vez que se notava uma quebra dessa linha de conduta, dessa norma de ação, o gesto não era governamental, vinha de particulares, de sociedades civis”.²²⁶

5.2.2 O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo

O surgimento das estradas de ferro, em São Paulo, modificaria sua economia e sua morfologia social.

Desde 1867, a São Paulo Railway, entre Santos e Jundiaí cortava 139 quilômetros do território de São Paulo.

Nos centros urbanos daquela Província se processaria uma maior condensação da população. A imigração, que se iniciara em 1827, com a chegada à São Paulo de 995 alemães, tornaria a população heterogênea e com atividades diversificadas. A população urbana representada por “capitalistas”, comerciantes, artesãos, funcionários públicos, intelectuais, que não tinham muita possibilidade de expansão de suas atividades, encontrariam condições de desenvolvimento devido à facilidade das comunicações.

A indústria, ainda incipiente, contava com a imigração para resolver as dificuldades de mão-de-obra “especializada,” já que em São Paulo não era possível obtê-la. Os imigrantes traziam para cá os conhecimentos técnicos, a mentalidade e experiência industrial “cristalizada”, uma vez que provinham de locais nos quais as indústrias haviam atingido uma fase mais adiantada.

Não obstante, se a chegada de estrangeiros abastecia de mão-de-obra “especializada” as indústrias paulistas, concorrendo para o seu desenvolvimento, afastava os trabalhadores nacionais das profissões manuais. Isso se explica, porque esses trabalhos, inicialmente eram executados somente por escravos, tornando-os desprezíveis aos olhos do “povo”, sendo que, com a chegada dos operários estrangeiros, estes é que vão desempenhá-los quase que

²²⁶ Idem, p. 70.

exclusivamente, aumentando a aversão da “população” “pois ninguém queria se igualar ao imigrante, que inicialmente, era desprezado e olhado com maus olhos”.²²⁷

Em 1872, o Recenseamento da Província de São Paulo mostrava que na Capital haviam 80,69% de brasileiros empregados na indústria e apenas 19,31% de estrangeiros. Entretanto, em 1895, o Relatório de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo, registrava no mesmo local, 22,11% de brasileiros e 77,89% de estrangeiros empregados naquele setor. Dessa forma, os que provinham de meios mais adiantados, obtinham os encargos profissionais e desenvolveriam a indústria.

Recuando ainda para 1872, percebemos que a maioria da mão de obra das oficinas e fábricas era formada de brasileiros, os quais não tinham conhecimentos técnicos ou experiência. Foi nesse ambiente e percebendo a situação que “paulistas cultos e inteligentes” liderados pelo Conselheiro Carlos Leôncio da Silva Carvalho, fundaram em 14 de dezembro de 1873, na capital da Província, a Sociedade Propagadora da Instrução Popular.

Nessa época, as sociedades particulares que pretendiam incrementar a instrução profissional e a indústria, estavam em voga. O poder público encarava o ensino de ofícios, com uma visão assistencialista aos órfãos e menores abandonados. Devido a isso, as sociedades privadas se encarregaram de desenvolver o ensino profissional, objetivando incrementar as indústrias. Ocorreu assim na Inglaterra, na França e em outros países da Europa. No Brasil também, já havia surgido a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 1828, no Rio de Janeiro e, em 1856, a Sociedade Propagadora das Belas Artes, que se propunha criar um Liceu de Artes e Ofícios; em Pernambuco, em 1836 fundou-se a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, instalada em 1841, a qual faria funcionar posteriormente em Recife outro Liceu de Artes e Ofícios.

Também em São Paulo era propício o ambiente para tal iniciativa. Dessa maneira, foi fundada em 14 de dezembro de 1873, sob inspiração do Conselheiro Carlos Leôncio da Silva Carvalho, que representava “um grupo de homens de ação”, a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, na capital da Província de São Paulo.

Em 7 de fevereiro de 1874, ocorre a inauguração das aulas de um curso primário, que funcionava no período noturno, das 18 às 21 horas. Essas aulas iniciais noturnas compreendiam: primeiras letras, Caligrafia, Aritmética, Gramática Portuguesa, Sistema Métrico. Foram

²²⁷ Fonseca, Celso Suckow, op. cit. p.71.

ministradas pelos professores Carlos Augusto Ferreira e Silveira Caldeira e posteriormente por Gabriel Franzen a uma centena de alunos. Em 1882, é ampliada a escola noturna, organizada sob a denominação de Liceu de Artes e Ofícios, funcionando dessa forma à partir de 1.º de setembro do referido ano.

A proposta agora era “ministrar gratuitamente ao povo os conhecimentos necessários às artes e ofícios, ao comércio, à lavoura e às indústrias”.²²⁸ Para alcançar tal fim, houve a ampliação do curso primário, a criação de um curso de artes e ofícios especial, de um curso de agricultura, de comércio e aulas complementares e suplementares de Português, Inglês, Francês, Geografia, Cosmografia, História Universal, História Pátria, História da Arte e da Indústria, Estética, Higiene, Anatomia, Psicologia, Direito Natural e Constitucional e Economia Política. Era vasto e de nível elevado o programa traçado.

As matérias eram divididas em dois grupos segundo a determinação do currículo: o grupo de Ciências Aplicadas e o de Artes.

O grupo de Ciências Aplicadas compreendia: Aritmética, Álgebra, Geometria, Geometria Descritiva, Zoologia, Física e aplicações, Geologia e aplicações, Botânica, Química, Mecânica, Estereotomia e Agrimensura.

Alinhavam-se no grupo de Artes: Desenho Linear, de Figura, Geométrico, de Ornato, de Flores, de Paisagem, de Arquitetura, Caligrafia, Gravura, Escultura de Ornatos e Artes, Pintura, Estatuária, Música, Modelação e Fotografia.

Nessa época estavam matriculados no Liceu, nos variados cursos, 622 alunos, com frequência superior a 500, revelando o interesse da população local pelo estabelecimento.

Foram três os endereços iniciais da instituição: a Sociedade Propagadora da Instrução Pública foi instalada na rua de São José n.º 5; na fase inicial do Liceu de Artes e Ofícios transferiu-se para a Rua Boa Morte n.º 17, permanecendo aí durante três anos; em 1885, mudou-se para a Rua do Imperador n.º 5, local onde se estabelecia com uma biblioteca de 5000 volumes e um Museu Pedagógico, adquirido, pelo Conselheiro Leôncio de Carvalho, na França.

O auxílio do governo veio em 1884, quando era reconhecida a utilidade pública do Liceu. A referida instituição recebeu 4:000\$000 para aquisição de livros e objetos necessários. Em 21

²²⁸ Fonseca, Celso Suckow, op. cit. p.73.

de novembro desse mesmo ano, inaugurava-se a primeira exposição de trabalhos escolares, com a presença da Princesa Isabel, a qual ofertou 500\$000 para serem repartidos em prêmios.

Em 1885, A Assembléia Provincial votava uma subvenção de doze contos de réis, medida ratificada pelo Governador Almeida Couto. Em novembro do referido ano, o Liceu recebia a visita do Imperador, acompanhado do Presidente da Província, do Ministro da Agricultura e outras personalidades. O Imperador, nessa ocasião assistiu a aulas, efetivou a inauguração do Museu Pedagógico e doou à casa um conto de réis.

Mais uma demonstração de apreço ao Liceu foi em 1888, quando o Governo Provincial lhe concedeu uma loteria valendo cento e vinte contos.

A procura dos cursos era animadora. Em 1885, 511 alunos se matricularam; em 1886, 594, em 1887, 680 e em 1888, 738.

A proclamação da República, em 1889, inicialmente perturbou o crescimento do Liceu, haja visto que seu diretor, Conselheiro Leôncio de Carvalho, afastou-se por se incompatibilizar com o novo governo estadual. Domingos Jaguaribe e Rangel Pestana, grandes apoiadores de Leôncio de Carvalho, abandonaram também a instituição devido a motivos particulares, ligados à viagem para o exterior e participação em comissões políticas importantes.

Nesse período de certa insegurança a casa é administrada pelo seu secretário, Teixeira da Silva, que impossibilitado de receber o subsídio estadual, mantinha o Liceu com o auxílio dos associados, somente. Abria-se um período difícil para o Liceu. Em 6 de setembro de 1893, com a eclosão da revolta da Armada, a situação se agravou, já que o recrutamento atingiu os alunos.²²⁹

Realmente, a adversidade perseguia o Liceu. No mesmo ano de 1893, a instituição foi despejada pelo proprietário do prédio, com a remoção dos móveis e objetos para a igreja de S. Gonçalo. Essa mudança foi prejudicial ao Liceu, pois desapareceram livros de ponto e atas, livros da biblioteca e outros objetos de valor.

²²⁹ O professor Antonio Gabriel Franzen, que lecionara no Liceu desde os primeiros tempos, dizia em relatório apresentado em 1894: “Aberta a matrícula na época legal, concorreram os alunos em avultado número, reabrindo-se a escola cheia de animação, e serenamente caminhavam seus trabalhos, quando em meio do ano veio a revolta perturbá-la. Abriu-se o recrutamento que obrigou a retirada de muitos alunos, e, não obstante, ainda a escola continuou a funcionar, mas não sendo sequer respeitados os passaportes dos estrangeiros, fui obrigado a fechar a escola, porque completa foi a retirada. Serenados os ânimos, em vista da energia desenvolvida pelo Governo, em diminuto número voltaram os alunos... Há dois anos que a mão da fatalidade tem caído sobre este estabelecimento, tão digno de melhor sorte”. In Fonseca, Celso Suckow, op. cit. p. 77.

Não obstante os problemas atravessados pela entidade, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo foi solidário para com seu congênere do Rio de Janeiro. Houve um incêndio, em fevereiro de 1893 no Liceu de Artes e Ofícios carioca e a diretoria e a instituição paulista promoveu um concerto musical para arrecadar verba destinada à reconstrução do Liceu do Rio.

Os pertences do Liceu foram transportados da Igreja de São Gonçalo para sua sede nova, na Rua de Santa Teresa 22, a qual não era adequada, pois não dispunha de acomodações necessárias. Em 1894, o Dr. Domingos Jaguaribe ocupou a Presidência da Diretoria e seu contato com o Secretário do Governo, Dr. Cesário Mota, lhe valeu a promessa de concessão ao Liceu de um prédio com oficinas próprias e a volta do subsídio de doze contos.

A eleição da nova diretoria foi realizada em 20 de janeiro de 1895, os eleitos foram: Presidente: Dr. José A. de Cerqueira Cesar; Vice-Presidente: Dr. F. P. Ramos de Azevedo; 2.º Vice-Presidente: J. F. de Almeida Junior. É escolhido para Diretor Geral do Liceu o Dr. Ramos de Azevedo.

Em 1896, a instituição novamente muda de sede, da Rua de Santa Teresa para o prédio ligado à igreja dos Remédios, em frente ao Largo Sete de Setembro e Rua Onze de Agosto. Após essa mudança, eram dadas novas diretrizes ao ensino do Liceu pelo Dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo. As dificuldades tinham sido superadas e se iniciara um período importante em que o estabelecimento figuraria como “instituto padrão do ensino profissional”.²³⁰

O Liceu firmou-se definitivamente sob a orientação de Ramos de Azevedo, sendo que foi possível a instalação das oficinas, com a construção de sua sede na Avenida Tiradentes. Até então, os aprendizes praticavam nas oficinas do Instituto de Educandos Artífices e nas indústrias particulares. Entretanto, somente em 1902, iniciou-se a aprendizagem prática nas instalações do Liceu. Ela se iniciava com somente 53 aprendizes nas oficinas de marcenaria e serralheria; três anos após, contava com 807 na caldeiraria, fundição de bronze e metais finos, modelação, escultura em madeira, obras de ebanistaria ou na marcenaria ou serralheria.

Pela perfeição dos trabalhos de seus alunos e organização de seus administradores, o Liceu de Artes e Ofícios era considerado pelos paulistas, como o mais eficiente estabelecimento do ensino industrial do Estado.

Depois dessa sequência cronológica e factual referente ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, seria pertinente uma análise mais profunda do caráter do estabelecimento, tanto com

²³⁰ Fonseca, Celso Suckow, op. cit. p. 81.

relação ao Sistema Oficina-Escola e o Ramo da Construção Civil, como a vinculação sócio-econômica dos sócios da Sociedade Propagadora da Instrução Popular com o capital cafeeiro.

Como já foi cogitado, o Liceu de Artes e Ofícios destaca-se entre as instituições voltadas para o ensino profissional em São Paulo, nos anos setenta do século passado. A criação desta escola liga-se à iniciativa privada que dirigia seus investimentos para as ferrovias, movimentava-se pela imigração subsidiada, abria novas fazendas de café e fundava as primeiras fábricas da capital paulista. O evento de inauguração do estabelecimento tinha um tom de cruzada da elite paulista da época, liberal e positivista. Em dezembro de 1873, reuniram-se para fundar a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, o Dr. Leôncio de Carvalho, professor da Faculdade de Direito, o Conselheiro Martin Francisco, o Capitão Azevedo Marques, o Senador Souza Queiroz e outros, cuja finalidade era “ministrar ensino noturno e gratuito às classes menos favorecidas”.²³¹ E assim tem início a Sociedade Propagadora de Instrução Popular: a iniciativa privada viabilizando o ensino para operários em São Paulo dos anos setenta.

Foram crescendo as classes da escola noturna e foram divididas em: menores, adultos, alunas, primeira e segunda categorias. Abrem-se ao público uma série de conferências. Candido Barata e Caetano de Campos falam sobre higiene e fisiologia comparada, outros abordam História e Ciências sociais. Ampliam-se os cursos. Cria-se o complementar e o artes e ofícios, além do curso primário. A biblioteca permanece aberta, são publicados livros de divulgação.

Nos dois anos iniciais houve uma frequência de 422 alunos, o que era razoável numa cidade com uma população urbana de 19.347 habitantes, em 1872.²³² A Faculdade de Direito nos anos sessenta do século passado possuía 600 alunos. O governo do Estado contribui com uma subvenção de 2:000\$000 para a Sociedade Propagadora. Nestes anos, além desta instituição havia somente uma escola noturna na cidade, provida pela Loja América e dois estabelecimentos voltados para o ensino profissional, o estadual Instituto de Educandos Artífices e o Dona Ana Rosa, criado à partir de uma herança testamentária.

²³¹ No discurso de Martin Francisco, na cerimônia de abertura dos cursos, percebe-se a filosofia que norteava a Sociedade Propagadora: “É na ignorância que se encontra a origem da anarquia e a estatística dos crimes aumenta na razão direta do obscurantismo. A sociedade não desenvolverá pacificamente seus elementos civilizados, senão nos felizes tempos em que o princípio autoritário se torna harmônico com o princípio intelectual”. *Correio Paulistano*, São Paulo, 10/02/1874. In Ribeiro, Maria Alice Rosa. *Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional*. Campinas, Edit. UNICAMP, 1986, p.21.

²³² Ribeiro, Maria Alice Rosa, op. cit. p.22.

Entretanto, São Paulo, desde 1822 era capital do Estado. Essa situação facilitou o estabelecimento do comércio bancário na cidade nos anos oitenta. A relação entre o negócio bancário e o de café é conhecida. O café, implica em várias atividades: aquisição de terras, recrutamento de trabalhadores, direção e organização da produção, transporte, comercialização nos portos, interferência na política financeira e econômica, contatos oficiais. Essa diversidade exige que os fazendeiros tenham residência na capital da Província.

A chegada dos fazendeiros em parte explica, o aumento populacional da cidade de 1872 a 1886. Abrem-se novos bairros residenciais, são loteadas e urbanizadas chácaras, há grande especulação imobiliária. Esta vinda também estimula o artesanato, o comércio local e a indústria leve. Em 1887, a capital paulista continha três tecelagens, uma cerâmica, cinco fundições, quatro fábricas de artefatos de madeira, uma de mobília, uma de fósforos, uma de produtos suínos, duas de chapéus e centenas de oficinas de artesãos e pequenas fábricas. Certos melhoramentos urbanos realizados na década de sessenta, já foram encontrados pelos fazendeiros, tais como: melhoramentos nos serviços de água, ruas pavimentadas, um matadouro novo. Alguns problemas urbanos teriam sido contemplados com verbas estaduais, já que a cidade passou a ser sede da burocracia provincial.

Nas duas últimas décadas do século passado ocorre a imigração subsidiada. Os operários e artesãos são também imigrantes trazidos para a cafeicultura. Em 1878, permanecem na capital 198 dos 424 imigrantes subvencionados. Em 1888, ficam em São Paulo 1.322 dos 3.955 que chegaram. A Hospedaria dos Imigrantes, construída em 1882 é fundamental na formação do mercado de trabalho da cidade. Há um fluxo contínuo à São Paulo: fazendeiros à procura de mão-de-obra e imigrantes em busca de emprego. Nesta cidade em rápida transformação é que se projeta uma escola para operários.

Os cursos da Sociedade Propagadora de Instrução Popular são reorganizados e ampliados em 1882, sendo orientados para o ensino profissionalizante. Além do curso primário e do complementar, são organizados o de Artes e de Ciências Aplicadas. A escola agora denomina-se Liceu de Artes e Ofícios. As mudanças e fatos importantes já foram considerados: mudança para o prédio da Escola Normal, utilização das oficinas do Instituto de Educandos Artífices ou estabelecimentos industriais; governo dobra a subvenção, a frequência é de 600 alunos.

Também já foram abordados os fatos no início da República: dificuldades do Liceu com a agitação republicana e a Revolta da Armada, professores e diretores se afastaram com a luta

política ocorrida com o advento da República, a frequência dos alunos foi prejudicada com o recrutamento obrigatório ligado à Revolta da Armada; havendo corte temporário da subvenção estadual; prédio requisitado; objetos da escola guardados na Igreja de São Gonçalo. No entanto, as atividades foram regularizadas em 1895, com perspectivas de ampliação. Bernardino de Campos era o Presidentado Estado, quando foi votada uma lei concedendo cem contos de réis para a construção de um prédio para o Liceu pela primeira Assembléia Legislativa, sendo concedido em 1895 um terreno para o prédio. Era então vice-presidente do Liceu o famoso engenheiro-construtor Ramos de Azevedo, o qual havia construído palacetes e edifícios públicos em São Paulo. O referido engenheiro muito trabalhou pela construção do edifício em frente à Estação da Luz. Os trabalhos foram iniciados em 1897 e em 1900 instalaram-se os cursos primários e de artes e ofícios.

Mudaram-se para o novo prédio 576 alunos, 6 professores do curso primário e 2 do curso de escultura e pintura. Foi reorganizado o ensino industrial. À partir de então vão se configurando o sistema oficina-escola e o ramo da construção civil. Uma primeira turma, em 1902, com 53 aprendizes remunerados trabalha nas recém-abertas oficinas de serralheria e marcenaria, as quais funcionam para o mercado das indústrias de construção civil e mobiliário. A manutenção da escola é cada vez mais garantida pelo produto do trabalho das oficinas. Em 1905, já são 807 os alunos matriculados: seis classes para o ensino primário, cinco de ensino de desenho, uma de modelagem em gesso, barro, etc... uma para pintura, três para instrução profissionalizante, abrangendo: corte e sambladura de madeiras com aplicação na marcenaria carpintaria, ebanestaria, a talha de ornamentação em relevo, a união e curvamento do ferro e aplicação na caldeiraria, ferro forjado e serralheria. Nessa época, recebia medalha de ouro na Exposição Industrial de Saint-Louis, nos EUA, em 1904, por um conjunto de vitrines giratórias em estilo “art-nouveau”. Obteve novos prêmios, participando também da Exposição Industrial no Rio de Janeiro, em 1908.²³³

Com a doação do governo estadual de terreno hoje situado entre as ruas João Teodoro e Cantareira, ocorreu uma nova ampliação do prédio. Foram aproveitados os materiais de uma exposição de produtos para a Exposição do Rio e foram erguidos entre 1910 e 1911 barracões para as oficinas das várias “artes e ofícios” relacionados à construção civil e mobiliário. Isso possibilitou à oficina de marcenaria o espaço necessário para execução de trabalhos como

²³³ Ribeiro, Maria Alice Rosa, op. cit. p.25.

vagões-dormitórios para a Sorocabana, com carroceria em madeira de lei e detalhes de ornamentação interna, acabamento e aparelhagem.

Dessa forma, um terceiro trabalho industrial relacionado com a escola se sobressai: o ferroviário. Lembrando-se que Ramos de Azevedo, que dirigiu o Liceu de Artes e Ofícios durante trinta anos iniciou sua carreira construindo ferrovias no interior do Estado. Esta conexão se estreitou com a criação em 1923, do Curso Profissional de Mecânica, ampliação do já existente Curso de Mecânica Prática. São enviados para São Paulo, os aprendizes das ferrovias Paulista, Mogiana, Sorocabana e São Paulo Railway, durante quatro anos para aperfeiçoamento no Liceu, em curso dirigido por Roberto Mange. Foi criada, inclusive, uma seção de Psicotécnica no curso com o auxílio do Instituto de Higiene de São Paulo. Dessas conexões é que mais tarde surge o “Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional”.

Entretanto, essa ligação será uma segunda linha de trabalho derivada da base de orientação do Liceu, ocorrendo num segundo momento, sendo que sua criação não provocará a diminuição dos cursos tradicionais. A ênfase da orientação do referido estabelecimento, no período, liga-se aos ramos da construção civil e mobiliário. A razão para essa situação é que neste momento São Paulo está sofrendo um processo de crescimento e urbanização acentuado. Em 1890, a população do município da capital paulista é de 64.934 enquanto em 1900 é de 239.820

Desenvolvimento da População Paulistana

Ano	População do Município	Porcentagem de	Taxa Geométrica
		Crescimento	Anual de Crescimento
1872	31.385	-	-
1886	47.697	52%	3%
1890	64.934	36%	8%
1900	239.820	168%	14%
1920	579.033	141%	4,5%
1934	1.060.120	83%	4,5%
1940	1.337.664	26%	4,5%

Fon tes: Censos de 1890, 1900, 1920, 1940 e Araújo Filho, J.R. de “A População Paulista”, in A Cidade de São Paulo, vol II. Ribeiro, Maria Alice R. op. cit. p. 26.

É grande o salto entre 1890 e 1900. A imigração subsidiada, a construção de ferrovias, a migração de libertos e caboclos, oriundos do Vale do Paraíba, a chegada de fazendeiros do interior e o começo da industrialização influem na urbanização da cidade. São Paulo, modesta e

pequena nos início da década de setenta, menor que Niterói, Cuiabá, São Luís ou Fortaleza, transforma-se em grande centro industrial nos subsequentes sessenta anos. Foi totalmente alterado o velho centro da cidade. As velhas construções de taipa foram derrubadas, as ruas alargadas praças foram abertas. “Projetou-se um melhor acesso entre a cidade velha e a cidade nova, riscando-se no ar, entre duas colinas o Viaduto do Chá. E tudo à moda européia”.²³⁴ Novos bairros vão surgindo: Campos Elíseos, Av. São Luiz, Consolação, Liberdade, Cambuci, Vila Deodoro. A cidade chega a Vila Mariana, Santo Amaro, em 1886 e continua a crescer em todas as direções. É feito o loteamento de Higienópolis e a Avenida Paulista é aberta entre 1890-1894.

Em curto espaço de tempo opera-se uma transformação arquitetônica. Uma série de casarões construídos na década de oitenta (palacete dos Paes de Barros, Souza Queiroz, Barão de Tatuí) denotam a chegada dos primeiros artífices italianos, que se dirigem à construção civil. Suas técnicas diferiam das dos portugueses pedreiros, que trabalhavam no litoral e Rio de Janeiro. Os alicerces de tijolos eram preferidos aos de pedra, na carpintaria utilizavam parafusos ao invés de pregos, modificando as estruturas de certas madeiras. Entretanto, o trabalho dos primeiros arquitetos é que modifica o ar provinciano da cidade, edificando prédios com vários andares.

Em São Paulo, no início dos anos vinte, o ramo da construção civil já era complexo e grande, merecendo revista própria e com informações sobre: “1.º) Leis do país referentes a favores, regulamentos e praxes sobre construções. 2.º) Especificações, obras-típos, preços, especificações de preços para trabalho de construção, ...projectos-típos economicos, orçamentos e preços correntes. 3.º) Notas sobre processos, novidades, idéias recentes a respeito do melhor aproveitamento dos materiais e da mão-de-obra. 4.º) indicadores de todos os profissionais, fornecedores e comerciantes no ramo de construções.”²³⁵

É comentado também o crescimento da cidade, sendo que a revista apresenta um gráfico do número de prédios o qual triplica nos 20 anos iniciais do século.

É profunda a conexão entre estas transformações e o ensino profissional desenvolvido no Liceu. Existe grande incrementação e diversificação de todo um ramo industrial e outros interligados a ele. Essa situação implica na demanda por “trabalhadores qualificados” no ramo

²³⁴ Salgado Loureiro, Maria Amélia. A Evolução da Casa Paulistana e a Arquitetura de Ramos de Azevedo, Voz do Oeste/Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, 1981. In Ribeiro, Maria Alice R. op. cit. p.27.

²³⁵ A Construção em São Paulo. S. Paulo. Dezembro, 1923, n.º1. In Ribeiro, Maria Alice R. Idem.

apresentado. Nas três décadas iniciais do século, as opções assumidas pelo Liceu, revelam sensibilidade a essas demandas e principalmente um convívio estreito com as necessidades específicas das atividades, bem como grande disposição para atendê-las.

Desde o início do século, o Liceu se constituiu num “verdadeiro estabelecimento comercial de produção direta”, ²³⁶ contratando obras, assumindo encomendas, confeccionando manufaturados e artefatos de corrente comércio. Dessa forma, funcionava concomitantemente como uma empresa, defrontando-se com problemas semelhantes de suas congêneres no ramo. Neste estabelecimento, o aluno trabalhava” tomando seu lugar na metódica divisão de serviço que compete a uma oficina moderna de grande produção, trabalhando como aprendiz, como auxiliar, como operário, com utensílios próprios ou dirigindo diversos maquinismos ...”²³⁷ Era o aspecto fundamental da escola. Deveria o aluno efetivamente trabalhar numa empresa grande, na produção para o mercado. A prática diária ensinaria o significado da eficiência, necessária à qualquer empresa lucrativa, da disciplina e da hierarquia.

Era necessário que o aluno conhecesse “seu lugar”, sua posição na empresa, seu posto de trabalho, o que significava integrá-lo na “metódica divisão de serviço que compete a uma oficina moderna de grande produção”. Ele deveria passar também pelos diversos graus hierárquicos de aprendiz, auxiliar e operário, os quais garantiam a existência e vigor dos postos superiores na oficina; mestre, contra-mestre, gerente. Aliás, desde sua admissão nas oficinas, recebia o aprendiz um salário pequeno, o qual crescia no decorrer de sua habilitação até atingir o salário de um operário. Desde cedo, portanto o aluno era colocado no papel e posição de trabalhador.

Também havia uma preocupação com a lucratividade da empresa, já que o Liceu não tencionava sobreviver apenas de donativos ou subvenções. Dessa forma, eram as obras contratadas “... em concorrência com o nosso mercado, distribuídas segundo o método de tarefas, de jornal, de forma a pontear-se o custo e o lucro dos diferentes trabalhos e processos econômicos de mais perfeita e rápida execução”.²³⁸ As contas das oficinas eram vinculadas ao escritório central do Liceu, com funcionamento semelhante a qualquer estabelecimento comercial.

²³⁶ Severo, Ricardo. O Estado de S. Paulo, 9/12/1917. In Ribeiro Maria Alice R. op. cit. p. 28.

²³⁷ Porchat, Reinaldo. O Estado de S. Paulo, 23/12/1915. In Ribeiro, Maria Alice R. Idem.

²³⁸ Relatório do Dr. Siqueira Campos em 1911 (diretor do Liceu), citado por Severo, Ricardo. In Ribeiro, Maria Alice R. op. cit. p.29.

Uma das características fundamentais da proposta educativa do Liceu era a auto-suficiência da escola. Era importante distinguir os objetivos da escola da “benemerência” característica do ensino profissional que se destinava a outro público (asilos, orfanatos, etc...). Essa auto-suficiência ou superação do “assistencialismo” estimulava a eficiência e “representava umas das condições básicas para a indústria nascente”.

Segundo um dos diretores da escola, Ricardo Severo, a proposta educativa do Liceu era a viabilização das “oficinas-escolas” substituindo as “escolas-oficinas”. A oficina seria a ênfase da proposta. Assim sendo, a melhor forma de formar um operário útil à empresa é através de uma empresa com esta finalidade. Essa empresa não seria uma escola comum, com oficinas ligadas à prática profissional do aluno mas ao contrário, produziria para o mercado como uma empresa, na qual o aluno desempenharia o papel que assumiria no final do treinamento. Completariam a instrução pelo trabalho, aulas noturnas relacionadas ao ofício a ser aprendido. A importância do trabalho da escola é apontada também por Severo: “... a grande indústria-escola seria mais lucrativa (ainda o Liceu é bom exemplo) do que a pequena escola profissional, sempre dispendiosa, incompleta e por vezes de discutível utilidade prática ...” Tem endereço certo este tipo de argumento. A necessidade de trabalhadores qualificados, nos anos vinte e trinta, sustenta um debate que avalia as experiências coetâneas. Talvez, os ecos desta proposta, da grande indústria-escola, tenham encontrado continuidade nas escolas ferroviárias e no SENAI.²³⁹

O alcance da ação do Liceu pode ser melhor avaliado quando analisamos a trajetória de seus operários. Estes, eram utilizados por outras empresas (ou pelo Liceu) como operários disciplinados e competentes, assim como podiam tornar-se instrutores de seu ofício. Eram operários formados pelo Liceu, em 1917, alguns mestres, professores e adjuntos da Escola Profissional Masculina da Capital, da Escola de aprendizes Artífices, das escolas normais de Pirassununga, Guaratinguetá e Pinhal. No Liceu, inclusive, sete seções eram orientadas por alunos antigos. Trabalhar por conta própria era a terceira opção para o oficial que se formava no Liceu. O crescimento urbano rápido garantia oportunidades ao eletricitista, mestre-pedreiro ou ao carpinteiro.

Nas duas décadas iniciais do século, realizaram-se no Liceu obras de arquitetura externa e interna, mobiliários e decorações para hospitais, bancos, grandes edifícios públicos, hotéis e igrejas (o revestimento para a capela de Dublin, Irlanda, por exemplo). Estes trabalhos atendiam

às demandas do processo acelerado de urbanização paulistano concorrendo para a criação e propagação dos valores da época.

Os artefatos e obras eram de vários estilos (o período é denominado de ecletismo na história da arquitetura paulistana), sendo todos eles bem elaborados exigindo grande habilidade profissional. Havia grande empenho no Liceu em executar os projetos exatamente segundo as encomendas. O centro da cidade, assim como seus espaços e construções nobres mudam com a linguagem usada nos interiores e fachadas dos edifícios. Havia continuidade entre construção e mobiliário elaborados pelo Liceu, ocorrendo várias vezes a preparação de um único projeto incluindo ambos.

Os trabalhos de marchetaria e ebanistaria tiveram boa aceitação em 1908. Eram obras de marcenaria especializada com aplicações metálicas, encrustações e embutidos. Era utilizado jacarandá, ébano e pau-santo. Nos artefatos de madeiras nacionais eram aplicados insculpturas ou estampas de marfim, madrepérola, osso, metais ou tartaruga. Eram desenvolvidos processos novos de conservação, secagem e utilização de madeiras de lei nacionais, nos trabalhos com muitos detalhes. Para tanto, em 1909, foram instaladas estufas especiais para a secagem de madeiras.

Foram também adquiridos modelos, materiais e utensílios para um curso prático de instalações e canalizações sanitárias. Um prático americano foi contratado durante dois anos para orientar o curso. O jornal O Estado de S. Paulo argumentava, na época: “A deficiência em nosso meio de operários competentes neste gênero de trabalhos, justifica plenamente a montagem de uma oficina-escola de engenharia sanitária, indispensável em uma cidade, onde a execução das leis fundamentais de higiene implica a existência desses profissionais”.²⁴⁰

Ramos de Azevedo, Carlos Eckman, Maximiliano Hehl, Hausler, Victor Dubugras e outros arquitetos da época, romperam com o velho colonial, servindo-se de outros estilos: neogótico, neoclássico, neocolonial, normando, “cottage”, mourisco, etc. Entretanto, antes da primeira guerra foi o estilo “art-nouveau” que predominou, com suas flores e espirais. Dentre os importantes nomes do “art-nouveau” encontramos os mestres do Liceu de Artes e Ofícios: Adolfo Borione e Luiz Scatolini em ornatos; Amadeo Zani e Willian Zadig em escultura e os arquitetos Ramos de Azevedo, Domizziano Rossi e Claudio Rossi. Nos numerosos executores

²³⁹ Ribeiro, Maria Alice R. op. cit. p.30.

²⁴⁰ O Estado de S. Paulo, São Paulo, 2/8/1910. In Ribeiro, Maria Alice R. op. cit. p.31.

anônimos possivelmente encontraremos os seus alunos. Como o “art-nouveau” estimulava todas as artes aplicadas, deve ter influído para formar no Liceu, profissionais bem versáteis. Com a guerra, de 1914 a 1918, foi fabricado na escola obras de serralheria artística e mecânica antes importadas.

Quanto à qualificação oferecida no Liceu nessa época, há necessidade de mais reflexão. O mercado requer um operário disciplinado, responsável, assíduo, submisso a uma hierarquia burocratizada. De forma geral, há demanda por pessoal qualificado para ocupar posições diferentes dentro das empresas.

A direção da escola e em especial Ramos de Azevedo, demonstravam clara compreensão das implicações contidas na produção de níveis diferentes de “qualificação”. A opção era a formação de simples operários (centenas deles alfabetizados nas aulas noturnas do Liceu) ou oficiais e mestres (algumas dezenas que se aperfeiçoavam em dois ou quatro anos em oficinas da escola) até o “pessoal superior”, para o qual sonhava-se fundar uma Escola de Belas Artes, além da Politécnica.

Entretanto, há especificidades referentes ao ramo ao qual se destina a qualificação, cuja proposta original vai sofrendo transformações. O processo de trabalho na construção civil, combina o uso de máquinas (nas fundações) com o trabalho manufatureiro (as tarefas são muito especializadas e divididas) e até artesanal (na fase de acabamento). Também esta combinação encontramos no ramo mobiliário (o qual se separa aos poucos do ramo das construções).

Sendo assim, fala-se na formação de “operários completos” no setor da construção civil, o que não ocorre no ramo têxtil. Os “maquinismos” pertencem ao Liceu, mas as ferramentas de trabalho nas oficinas, são fornecidas ao operário.²⁴¹ No entanto, nota-se já uma preocupação com o controle do tempo de produção e com a especificação das tarefas em seus mínimos detalhes, nos métodos de trabalho do Liceu. Em sua construtora, Ramos de Azevedo procurava cumprir severamente os estabelecidos cronogramas. A formação oferecida pelo Liceu era respaldada pela produção para o mercado e com esse objetivo o atributo acima referido (rigor e grande responsabilidade na entrega das encomendas) era cultivado nos operários.

A hierarquia expressa no regulamento da escola manifesta a tensão que caracteriza a manufatura, já que esta “segrega os trabalhadores, isolando-os em sua tarefa específica”, ou “...a

²⁴¹ “...o Liceu fornece a ‘banca’ adequada a sua guarda’. Artigo 22.º do Regulamento da Oficinas”. Liceu de Artes e Ofícios. São Paulo, 1934, p.5. In Ribeiro, Maria Alice R. op. cit. p.33.

totalização do trabalhador coletivo é função particular, função do mestre ...”.²⁴² É este que passa as instruções, impede os atrasos, organiza a cooperação. O mestre é “um elo secundário na cadeia de poderes”.²⁴³ Para compreender a função do mestre em sua oficina e na empresa-escola como um todo é necessário entendermos a hierarquia dentro da escola. Ela era composta na seguinte ordem: Gerente Geral, Gerente Técnico-Artístico, Chefe de Oficina, Mestre-Geral, Contramestre.

Cabia ao Gerente-Geral “a organização dos orçamentos de obras e seus contratos, compras e vendas, pagamentos, recebimentos liquidações”.²⁴⁴ Nestas tarefas, nenhum outro funcionário do Liceu poderia substituí-lo. Fora isso, ele era o encarregado de admitir e demitir o pessoal auxiliar e operário das seções que estivessem a seu cargo, elaborando folhas de salários e serviços, quadros, estatísticas, gráficos da produção e do trabalho. Competia ao Gerente Técnico Artístico, colaborar com as decisões do primeiro e dirigir as seções de projetos, organização, composição, desenhos e modelação, acompanhando as realizações e o funcionamento das várias seções do Liceu do ponto de vista da arte profissional e da técnica, orientando as manufaturas e as oficinas-escolas. Competia a ele, portanto: os cálculos, estudos, desenhos, modelos e a metodização técnica do trabalho respectivo.

Era atribuição dos chefes de oficina a execução do trabalho e do ensino propriamente ditos, que ele dividia entre os mestres e contra-mestres. De acordo com o Regulamento eram suas prerrogativas: 1) organizar o plano e detalhes de execução das obras entregues em sua oficina, distribuição de serviços e administração; 2) ensino técnico da profissão artística ou industrial a todos os aprendizes e operários; 3) direção da oficina, mantendo a higiene, ordem e disciplina, fiscalizando o cumprimento rigoroso deste regulamento; 4) zelar pelos prédios, materiais, utensílios e máquinas em sua guarda, sendo responsável pelos prejuízos dentro da oficina ou fora, em serviço do Liceu; 5) relatar à gerência todos os fatos ocorridos em sua oficina relativos à disciplina ou ao serviço; 6) administrar e dirigir os serviços com a melhor

²⁴² Ferro, Sérgio. *O Canteiro e o Desenho*. São Paulo, Projeto, 1982, p.23. In Ribeiro, Maria Alice R. op. cit. p.33.

²⁴³ Idem. *Ibidem*.

²⁴⁴ Artigo 29.º do “Regulamento das Oficinas” ..., p.7 . In Ribeiro ... op. cit. p. 33.

economia e técnica, objetivando a perfeita execução da obra e os interesses do estabelecimento; fiscalizar e ordenar os mestres e contra-mestres da respectiva oficina.²⁴⁵

Aos mestres cabia auxiliar, obedecer e substituir os chefes de oficinas nestas tarefas todas, além de permanecer efetivamente na oficina durante o período de trabalho. Acompanhavam o trabalho manual de cada aprendiz em termos da técnica profissional, seu ensino perfeito e o individual aperfeiçoamento. Os contramestres eram substitutos e auxiliares dos mestres, assim como subordinados destes.

Dessa forma, cabe ao gerente artístico a concepção do plano geral da obra, colocando-o dentro de cronogramas, orçamentos e estudos estabelecidos pelo gerente geral. Ao chefe de oficina e/ou ao mestre-geral cabem a organização e detalhamento desse plano geral, além da distribuição do serviço. O código de todos eles é o desenho. O oficial do Liceu executa o serviço dominando sua leitura. Aprendizes e auxiliares o ajudam, na medida em que se alfabetizam no novo código.

O Regulamento do Liceu de Artes e Ofícios de 1934, realça a relação entre mestres e aprendizes, quando se refere à disciplina. Nesse documento, a disciplina “nunca aparece como ponto pacífico”, internalizada sem necessidade de detalhamento. Diversamente dessa idéia, são bem especificadas as normas de conduta referentes ao comportamento dos aprendizes nas “cláusulas disciplinares”.²⁴⁶

Havia, inclusive um artigo no regulamento apontando para a contenção de eventuais excessos de “zelo” dos mestres: “...os chefes de seção e oficinas, mestres e contra-mestres devem manter na sua seção ou classe a mais rigorosa disciplina, sem maltratar por forma alguma os seus subordinados”.

As “oficinas-escolas” preservavam a hierarquia profissional das indústrias, embora em suas oficinas houvesse a convivência da produção em série, da manufatura, do artesanato e até da arte. Era a produção “enquanto processo de valorização e reprodução do capital”. Era esta a proposta da “oficina-escola”: salientar bem o lado de “oficina” para atender melhor sua função de “escola” dirigida para a indústria.

²⁴⁵ Artigo 31.º do “Regulamento ...”, p.7. In Ribeiro, Maria Alice Rosa, op. cit. p.34/35.

²⁴⁶ Regulamento..., p.3/4. In Ribeiro...op. cit. p.35.

Não era esta a proposta do conselheiro Leôncio de Carvalho e seus “beneméritos”. Entretanto, ao proporem “iluminar” os “desfavorecidos da fortuna”, estavam reconhecendo a alfabetização ligada à mística do trabalho “como atributos necessários ao trabalhador”. Ao se criar um mercado de trabalho, cria-se ao mesmo tempo uma “figura de trabalhador”. Incide nos requisitos da qualificação todo um conjunto de representações, portanto, a qualificação é histórica também neste sentido mais amplo.

Mais tarde, nas décadas iniciais do século XX, persiste um declarado cunho moralizante, principalmente nas solenidades escolares e festas nas quais ocorriam discursos a operários e alunos sobre “a moralidade da luta pela instrução popular e o catecismo do trabalho como guia no caminho da vida e no cumprimento dos deveres cívicos”.²⁴⁷ Este caráter se manifestava na disciplina diária como forma de inculcar os valores do trabalho profundamente.

Rezava o regulamento da escola: “O aluno será admoestado por três faltas seguidas de frequência sem justificação e demitido por cinco faltas nas mesmas circunstâncias. Por faltas cometidas em relação ao comportamento e aplicação, o aluno sofrerá as penas de admoestação, suspensão temporária e demissão, a juízo do Inspetor e do Diretor Geral”.²⁴⁸

O comportamento, a assiduidade e aplicação eram valores incutidos insistentemente desde o início.

Dentre as muitas normas de comportamento, segundo o regulamento, era expressamente proibido: “... d) suspender ou abandonar o trabalho antes das horas marcadas sem licença prévia; e) permanecer inativo ou circular ociosamente pelas oficinas e passagens; f) não cumprir ou executar mal as ordens de serviço, retardar demasiadamente a obra a realizar, danificar propositalmente os materiais, utensílios e máquinas que lhe forem confiados; g) entreter conversa ou alterar durante o trabalho, ofender por ameaças ou injúrias os seus superiores e companheiros, cometer atos ou usar gestos e expressões contrárias à moral e aos bons costumes; h) distribuir nas oficinas ou ler, durante o período de trabalho, jornais, livros e escritos, discutir questões sociais, religiosas ou políticas.”²⁴⁹

Além destes valores, neste contexto de condenação moral da “inatividade” e do “ócio”, insistia-se também na pontualidade. O “bom operário” devia conservar uma conduta “impecável”

²⁴⁷ Severo, Ricardo O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, 1933. In Ribeiro...op. cit. p.36.

²⁴⁸ Regulamento das Escolas... in Severo, Ricardo, op. cit. p. 87. Ribeiro. ... cit. p.36.

²⁴⁹ Regulamento das Oficinas. In Ribeiro...cit. p.37.

pautada pelos “bons costumes”, evitando totalmente os atrasos, faltas, reclamações e discussões. Entretanto, essas preocupações só adquirem sentido concreto quando defrontadas com o movimento operário paulistano das duas décadas iniciais do século, bem ativo no ramo das construções, principalmente entre os mestres, os quais usavam sua “habilidade” para aumentar seu poder de barganha, como um argumento a mais. Atrasos, faltas, reclamações e discussões eram parte de uma luta surda, às vezes menos, às vezes mais auto-consciente, explícita e organizada.

Não é estranho, portanto, que se proíba nas Oficinas do Liceu, no regulamento de 1934 a entrada de “questões sociais, religiosas e políticas”.

Na versão do regulamento do Liceu de 1943, sob nova redação, continua a mesma linguagem. No artigo referente lê-se: “É expressamente proibido distribuir dentro de qualquer seção do Liceu, durante as horas de trabalho ou fora delas, quaisquer jornais, revistas, livros, impressos ou folhetos; lê-los ou comentá-los; discutir ou provocar discussão sobre questões raciais, políticas ou religiosas”.

Agora a proibição foi ampliada para todo o Liceu, não só as oficinas e em qualquer horário, não só de trabalho. Abrange os comentários sobre estas questões, não só a leitura. Essas determinações sugerem que se não houve o protesto, ao menos as discussões sobre aquelas questões devem em algum momento ter cruzado os portões do liceu provocando na redação do regulamento maior rigor.

Entretanto, é mais significativo perceber que foram banidas do texto da proibição as “questões sociais” (consideradas “inexistentes” pelo discurso oficial daqueles anos) e substituídas por “questões raciais”. Esta expressão ganha um sentido bem determinado no contexto da guerra e do nazi-fascismo, após “uma ofensiva ideológica ligada a ‘nacionalização’ do trabalhador”.

A conduta individual era minuciosamente regulamentada, a aplicação de penalidades cometidas nas oficinas denotava a separação entre a competência policial e particular. Em caso de roubo, dano ou desvio de qualquer objeto, mercadoria, matéria-prima, utensílio ou máquina, o operário era denunciado à Polícia para o devido processo, além de demitido. As faltas cometidas em casa dos clientes ou outros locais, quando se estava à serviço do Liceu, eram consideradas, para efeitos de penalidade legal ou regulamentar como se em seu “território”.

Enfim, não eram admitidos no Liceu, maus elementos, mesmo que fossem bons artífices. Assim, não é de se estranhar a referência encontrada na imprensa operária sobre os trabalhadores do Liceu como refratários à participação direta no movimento operário, que agitava a cidade.²⁵⁰

Em suma, foi abordado o destaque especial para a disciplinarização do operário, linha de conduta essa antiga, remontando aos tempos da criação do Liceu. Foi também abordada a formação de uma hierarquia ligada às características “do processo de trabalho na indústria da construção civil e do mobiliário”, desde os anos iniciais do século. Foi assinalada também, a criação da escola-oficina, na qual os mestres e oficiais recebiam prêmios por produção. Falta notar as transformações delineadas nos anos trinta, as quais significam um marco na periodização da qualificação.

Estas são mudanças na concepção da qualificação, elabora-se “um outro estereótipo do que seria um “bom operário”. Neste momento, não mais inspira confiança a figura do imigrante, “bom europeu, frugal e laborioso”. Duas décadas de atuante movimento operário, nas quais tiveram que ser feitas concessões, principalmente aos que possuíam uma habilidade (como a maioria imigrante dos mestres da construção civil), nutriram o mito do estrangeiro agitador.

Na década de vinte já havia no mercado de trabalho da cidade, trabalhadores brasileiros qualificados nas várias escolas profissionais existentes: religiosas, particulares, estaduais, federais ou ligadas a empresas particulares, embora essas instituições não fossem numerosas ou sintonizadas com as necessidades das indústrias. Almejava-se a formação do operário eficiente e integrado aos objetivos da empresa e da Nação, um cidadão útil ao Estado e um profissional.

Foi ampliado e acentuado o tom cientificista e técnico, presente nos apelos à moral e ao asseio, no final do século passado, datados da campanha sanitária. Agora higienistas e psicólogos se lançam à seleção do material humano mais apropriado às várias funções da indústria. Em 1923, em caráter experimental foi organizado um laboratório de psicotécnica no Liceu de Artes e Ofícios, ligado ao Curso Profissional de Mecânica. Essa experiência foi aprofundada principalmente no ramo ferroviário.

Como o período era de burocratização do controle, o Liceu também sofreu essas influências. Para verificar moléstia contagiosa ou defeito físico que incompatibilize o aluno com o ofício destinado era necessário passar pelo consultório médico mas além disso exigia-se agora

²⁵⁰ Magnani, Silvia. “A classe operária vai à luta: a greve de 1907 em São Paulo” in: Cara a Cara, n.º 1, maio, 1978. Ribeiro...cit. p.39.

documentos de identidade e idoneidade de acordo com o regulamento de 1934. Passam a ser mais considerados os certificados de habilitação profissional, razão pela qual o Liceu procura enquadrar seus cursos na vigente legislação.

Neste processo é importante, o Código de Ensino, de 1933, que funciona como um padrão, um controle, definido pelo Estado, de como deve ser o ensino, ou de como deve ser o ensino profissional. É indício de efetiva aplicação do Código o fato do Liceu se interessar em “enquadrar” seus cursos no mesmo.

Esta espécie de controle é parte de uma série de modificações ocorridas na década de trinta, as quais aparecem mais legíveis ou cristalizadas em 1942, com a Lei Orgânica do Ensino Industrial e a criação do SENAI. A intenção não é mudar apenas o ritmo da qualificação mas mudar a concepção da qualificação. Talvez o Código de Ensino de 1933 representasse um passo nesse rumo.

A experiência do Liceu no período estudado, deve ter inspirado a “nova proposta” que foi aberta com a criação do SENAI.

O destaque conferido ao Liceu de Artes e Ofícios, deve-se ao fato desta instituição ter servido de paradigma a ser seguido pelos demais estabelecimentos profissionais nas primeiras décadas do século. Além disso, ela delimitou claramente, através de documentação, o real escalonamento ou hierarquia verificado nas oficinas das escolas profissionais ou mesmo nas escolas-oficinas ou fábricas do período, e o significado e alcance das funções de aprendizes, mestres e contra-mestres, considerando que a “qualificação” deveria atingir não a todos os operários, mas principalmente aqueles que tinham funções de comando. Pelo menos essa era a proposição até a criação das escolas ferroviárias.

Fica faltando caracterizar melhor as implicações dos beneméritos fundadores do Liceu com a elite paulista mais dinâmica, aquela proveniente dos cafeicultores do Oeste Paulista, já que esta valoriza tanto o ensino profissional em entidades particulares como o próprio Liceu como se empenha na criação imediata das Escolas Profissionais Estaduais (1911) logo após a criação da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo (1910).

Dez anos após a criação da Sociedade Propagadora da Instrução Popular, em 1883, foi fundado o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, mantido por ela, assinalando uma fase nova na história do ensino profissional na Província.

No início, surge a Propagadora para ensinar através de cursos gratuitos e noturnos, “os conhecimentos indispensáveis ao cidadão e ao operário”²⁵¹. Já nesse momento, sua proposição manifesta um caráter inovador diferenciando-a das outras instituições da época.

À frente de um grupo de cidadãos, o conselheiro Carlos Leôncio de Carvalho, clama a seus pares no sentido de que “o vigoroso espírito de associação” dos paulistas, verificado no desenvolvimento material da província e nas úteis empresas, se manifestasse também em empreendimentos ligados ao progresso moral²⁵².

Para eficácia maior dessas importantes empresas econômicas, “era essencial uma outra”, a qual, “difundindo as luzes”, a instrução entre o povo, elevasse “pela expansão da inteligência, o nível da moralidade e da autonomia social”²⁵³. Dessa forma, seriam oferecidos “aos estabelecimentos da indústria operários inteligentes, morigerados, amigos do trabalho e, como infalível corolário de tais premissas, melhores produtores e de mais fácil direção, porque sobre eles atuará o estímulo do pundonor, que não se encontra no homem máquina”²⁵⁴.

A efetivação dessa difícil empresa, “cujos proveitos refletem em todos os outros”, cabia ao cidadão, pois, “em matéria de ensino, e sobretudo desse ensino que forma o espírito do homem e aponta-lhe os seus direitos e deveres, ao próprio povo compete educar o povo, limitando-se o governo à posição de mero auxiliar”²⁵⁵.

Dessa forma, a instituição fundada pela “Propagadora” não se apresenta como uma entidade de assistência social aos menores órfãos, aos pobres, expostos ou abandonados, mas “como uma empresa da iniciativa privada” determinada a cumprir objetivos complementares e simultâneos: “atender às demandas de um mercado de trabalho em constituição”, qualificando e dando encaminhamento às diferentes profissões os cidadãos livres, o que só seria realizado mediante a submissão do povo às regras da moral social. A instrução popular é considerada “a

²⁵¹ O Correio Paulistano, Editorial, “Um apelo à iniciativa privada”, 29/11/1873. In Moraes, Carmen Sylvia Vidigal. *A Socialização da Força de trabalho: Instrução Popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo – 1873 a 1934*. Tese, USP, 1990., p.45.

²⁵² Idem. Ibidem.

²⁵³ O Correio Paulistano. Editorial, Sociedade Propagadora da Instrução Popular, 15/132/1873. In Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. Idem.

²⁵⁴ O Correio Paulistano, Editorial, “Um apelo à iniciativa privada”, 29/11/1873. Idem.

²⁵⁵ Idem. Ibidem.

vacina civilizadora, o sagrado dever higiênico de que pende diretamente o destino das coletividades humanas”²⁵⁶.

Em discurso de inauguração das aulas da Propagadora, o conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, um de seus diretores, ao se referir à importância da educação escolar dos setores populares, não evidencia o seu caráter de obra benemérita, mas descreve as justificativas e aspirações do ideário burguês, no qual os ideais liberais de igualdade e soberania popular ligam-se a um determinado conceito e uso da educação e da ciência. Sendo assim, seus apelos aos paulistas não se sustentam na caridade como maneira do agir social, mas recorrem aos direitos e deveres da cidadania para a “construção e/ou manutenção da harmonia na vida em sociedade”. Dessa forma, a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, ao manifestar práticas novas inauguradas por uma classe “em processo de constituição, se identifica com um novo tempo histórico”.²⁵⁷

Leôncio de Carvalho, cuidadosamente caracterizava a iniciativa, na sua criação, como afastada de qualquer vínculo político, não obstante fosse ele “um dos mais humildes soldados do partido liberal”. A finalidade da instrução popular não pertencia “a essa ou aquela bandeira de partido”, era “uma idéia nacional”.²⁵⁸

A proposta ganhou adesão imediata e numerosa dos paulistas. A sociedade se formou com 135 associados em menos de um mês, obtendo dinheiro e donativos, provenientes da cidade de São Paulo e de toda a Província.

Como fora proposta, a associação era pluralista politicamente, dando-lhe maior credibilidade e maior durabilidade. Para Leôncio de Carvalho, o fato de se acharem congregados naquela sociedade nomes de todos os chefes políticos, era uma demonstração de que os partidos políticos em São Paulo, militando sob bandeiras diversas, caminham fraternalmente juntos “quando assim o exigirem os interesses da pátria”.

Assim sendo, encontram-se entre os agentes sociais realizadores da Sociedade Propagadora, conservadores, liberais e republicanos. O aspecto que caracteriza melhor a maioria dos associados é sua comum origem social: fazer parte do setor dominante da sociedade paulista,

²⁵⁶ O Correio Paulistano, Editorial, “Sociedade Propagadora da Instrução Popular”, 15/12/1873. In Moraes...op. cit.p.46.

²⁵⁷ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.46.

²⁵⁸ O Correio Paulistano, Editorial, “Um apelo à iniciativa privada:”, 29/11/1873. In Moraes... op. cit. p.47.

enriquecida com o café ou cana de açúcar. Esse projeto de educação reuniu um grande número de representantes do grupo mais poderoso desse setor social, o do grande capital cafeeiro.

Estão relacionados na lista dos que compuseram a Propagadora, em 1873, os fazendeiros principais da Província, donos de grandes propriedades, algumas instaladas durante a economia açucareira, principalmente no Oeste Paulista, as quais se constituiriam em “propriedades quase auto-suficientes”: as famílias Silva Prado (o barão de Iguape, Antônio Prado, Martinho e seus filhos Martinho e Antônio), Queiroz Telles, Souza Queiroz, Paes de Barros e entre outros, Joaquim Bonifácio do Amaral, Elias Pacheco Jordão, Raphael Sampaio.²⁵⁹

Essas e mais algumas famílias acumularam capital durante o século XIX, empregando-o em vários setores. É provável encontrá-las ligadas em negócios comuns, nas sociedades de imigração, como acionistas nas empresas ferroviárias, bancos, em empresas de serviços urbanos e, com frequência menor no comércio de exportação e importação.²⁶⁰

A diretoria definitiva da Sociedade Propagadora da Instrução Popular estava eleita em dezembro de 1873, reunindo-se numa sala da Faculdade de Direito. Compunham essa diretoria o dr. Carlos Leôncio de Carvalho (presidente); senador Francisco de Souza Queiroz (vice-presidente); conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrade (vice-presidente); desembargador Bernardo Gavião, dr. Rodrigo Silva, conselheiro Pires da Motta e capitão Joaquim Roberto de

²⁵⁹ Saes, Flávio. A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira – 1850/1930, São Paulo, ed. Hucitec, 1986. In Moraes...cit. p.48.

²⁶⁰ O barão de Iguape, o velho Antônio da Silva Prado, meio irmão de Martinho da Silva Prado, fixou-se em São Paulo no início do século dezenove e, além de proprietário de fazenda e engenho de açúcar foi acionista – ao lado de Francisco de Souza Queiroz, do barão de Itapetininga, barão de Tietê e Jaime da Silva Telles – e presidente da única instituição bancária existente na província naquela época (1857), a Caixa filial do Banco do Brasil. Martinho Prado e seus filhos abrirão grandes fazendas nas proximidades de Ribeirão Preto, zona nova do Oeste Paulista, aparecendo na década de 1870 como importantes acionistas das Companhias Paulista de Estradas de Ferro (da qual Martinho – o pai – foi diretor já na sua fundação). Fazendo parte da diretoria da Cia Paulista encontra-se também Francisco A de Souza Queiroz (filho do brigadeiro Luis Antônio e irmão do barão de Limeira, Vicente de Souza Queiroz). Esses dois fazendeiros do Oeste Paulista irão se interessar ainda por negócios de exportação – naquele momento monopolizado por casas estrangeiras – e, em 1873, aparecem como proprietários das firmas comerciais Martinho Prado & Wright e Souza Queiroz & Vergueiro, respectivamente. Na década de 70, a família Prado também surge como acionista da Cia Mogiana de Estrada de ferro, de cuja diretoria farão parte: Antônio Queiroz Telles, conde de Parnaíba – advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo e, ao mesmo tempo, grande proprietário de fazenda de café em Mogy-Mirim – José Egydio de Souza Aranha, dr. Antônio Pinheiro de Ulhoa Cintra (barão de Jaguará), coronel Joaquim Quirino dos Santos e Antônio Manuel Proença. Na mesma época, os Paes de Barros (considerados os introdutores do café no Oeste Paulista) e os Pacheco Jordão são acionistas majoritários da Ituana. Maiores informações sobre as origens da economia cafeeira (seus fazendeiros e seu capital) e a importância das ferrovias na formação do grande capital em São Paulo, consultar Saes, Flávio, op. cit. 1986, p.55-56. In Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.49.

Azevedo Marques. Os drs. João Pedro de Almeida, Américo de Campos e Clemente Falcão de Souza compuseram a comissão de redação dos estatutos.

Outros bem votados para a diretoria foram: conselheiro João da Silva Carrão, dr. Theodoro Reichert, Dr. José Maria Correa de Sá e Benevides, tenente-coronel Paulo Delfino Fonseca, Luiz Gama, dr. João Mendes, dr. Dutra Rodrigues, dr. Delfino Pinheiro de Ulhoa Cintra, dr. Nicolau de Souza Queiroz e outros.

Analisando mais detalhadamente, observa-se que dos 19 citados, 11 tinham curso superior, já que havia a presença do dr. antes da indicação nominal. Desses 11, nove eram bacharéis em Direito (dois diretores e quatro professores da Faculdade de Direito de São Paulo), excetuando-se dois; o senador Souza Queiroz, formado na faculdade de Coimbra e Theodoro Reichert, médico.

Constata-se também que fazem parte da diretoria os proprietários de duas casas bancárias fundadas antes de 1870 na cidade de São Paulo (meados dos anos 60), os srs. Theodoro Reichert e Bernardo Gavião. As mensalidades e jóias da sociedade eram pagas na casa de sua propriedade, casa bancária Ribeiro & Gavião.

É importante assinalar, ainda, que quatro dos cinco maiores acionistas e primeiros diretores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, compunham a Propagadora, sendo que três eram parte de sua diretoria: Martinho Prado, F.A de Souza Queiroz, Bernardo Gavião Peixoto e Clemente Falcão de Souza Filho.²⁶¹

Esses dados apontam para significativas mudanças que estão acontecendo na Província, especialmente as ligadas ao “ritmo de formação de sociedades”. De acordo com Flávio Saes, até 1868, apenas haviam sido fundadas em São Paulo duas sociedades nacionais. Entre 1868 e 1880, o autor assinala a presença de 26 novas sociedades, inclusive a maioria sendo empresas de porte, quatro estradas de ferro, Paulista, Ituana, Sorocabana e Mojiana, dois bancos, cinco empresas de serviços urbanos e outras.

Esse momento de expansão do grande capital cafeeiro em direção a outros setores da economia é denominado “espírito de associação”, na época, aparecendo vinculado à crítica da centralização do Estado Monárquico. No campo econômico como no educacional, São Paulo –

²⁶¹ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p. 49.

devido ao seu “espírito de associação,” demonstrava auto-suficiência perante o Governo Central.²⁶²

Sobre o perfil político da diretoria eleita, pode-se dizer que ela reflete assim como os seus associados, uma organização pluralista, agrupando elementos de diversos partidos existentes. Entretanto, como nos fatos citados, a tendência mais atuante e forte era a que portava propostas de reformas sociais passando da crítica à oposição sistemática ao governo monárquico, por meio do programa liberal e republicano.

Respalado por princípios liberais, que se apresentam renovados pela incorporação de elementos do pensamento científico do século XIX, esse grupo social pretende reorganizar a sociedade existente. Tendo o positivismo como referencial teórico, tais pessoas entendem o conhecimento da realidade, da qual consideram-se os únicos portadores, “como pressuposto para a ação,” já que somente a posse do saber científico poderia viabilizar as soluções dos problemas sociais.

Através de uma metodologia que transfere a abordagem do universal ao particular, o discurso liberal-cientificista trata a realidade nacional de forma fragmentária, subdividindo-a em vários campos (economia, educação, administração, etc), apreendidos e criticados isoladamente. Com a pretensão de serem os representantes “das aspirações universais da sociedade”, os liberal-cientificistas julgarão através de critérios científicos ou pretensamente científicos a validade das instituições sociais.

Sua arma principal era a “recuperação das idéias e dos princípios liberais”, cogitando da liberalização completa dos costumes. A “secularização da política”, o “enraizamento do Estado no social” fazem parte desse momento histórico.²⁶³

Era necessário combater o obscurantismo do regime monárquico e promover a emancipação política da nação; separar a igreja do Estado; construir a ‘opinião pública’ e o cidadão através da eliminação do analfabetismo e da miséria do povo; derrotar a centralização do estado imperial e a irracionalidade administrativa, empecilho para o desenvolvimento econômico do país e uma das causas da pequena produtividade da economia; transformar as relações de

²⁶² Saes, Flávio, 1986, op. cit. p.80. In Moraes...op. cit. p.50.

²⁶³ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit.p.50.

trabalho, com trabalhadores livres e introdução de imigrantes europeus, vistos como “agentes civilizadores”.²⁶⁴

Essas proposições, mais o empenho dos representantes do grande capital cafeeiro, nesse momento histórico em participar dos fatos políticos, revelam uma rearticulação interna das frações da classe dominante e destas frente ao “novo personagem histórico” no espaço social, o trabalhador assalariado. Em decorrência disso ocorre, também, a rearticulação das formas de dominação social e de expressão política dessa classe.

Não obstante, os republicanos participem da “elite modernizante” e sistematizem suas aspirações de reformas, como seus mais combativos elementos, não se pode confundí-los com essa elite. “A ação modernizadora das relações sociais obedece à necessidade objetiva de assegurar ao capital cafeeiro seu movimento produtivo no interior da sociedade brasileira, o que implica a existência de interesses comuns entre seus representantes naquele momento”.²⁶⁵ Dessa forma, os fazendeiros, republicanos, conservadores e liberais, se encontram associados nos mesmos negócios, nas sociedades de imigração, nas companhias ferroviárias e outros.²⁶⁶

²⁶⁴ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, *A Socialização da Força de trabalho: Instrução Popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo- 1873 a 1934*. Dissertação de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da FFLECH da USP, São Paulo, 1990, p.50.

²⁶⁵ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.51.

²⁶⁶ “As primeiras experiências com trabalho de imigrantes – as colônias de parceria – acontecem após a extinção do tráfico negreiro, em 1850, justamente na fase de estabelecimento da produção cafeeira na região campineira do oeste de São Paulo (em 1851, pela primeira vez, a exportação de café pelo porto de Santos supera a exportação de açúcar). O grupo de fazendeiros engajados nessa experiência pioneira consta da relação de associados da Propagadora. Além do próprio senador Vergueiro, encontram-se Francisco Antônio de Souza Queiroz (sua firma já citada, em sociedade com Vergueiro – a Souza Queiroz & Vergueiro –, além do comércio, também se dedicou ao negócio da imigração), José Elias Pacheco Jordão, Joaquim Franco de Camargo, Luís Antônio de Souza Barros, Joaquim Bonifácio do Amaral e Luciano Teixeira Nogueira, todos ligados mais tarde às ferrovias. Como se sabe, as experiências de parceria se encerrarão sem maior sucesso, com o retorno do trabalho escravo e novas tentativas de introdução do trabalho do imigrante só irão ocorrer, em novas bases, em fins da década de 1870. No entanto, importa lembrar que já em 1871 se forma a Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração, com Antônio Prado na presidência. Essa associação, com auxílios governamentais, promovia a imigração e trazia os trabalhadores imigrantes para os fazendeiros interessados. Ver, a respeito, Beiguelman, Paula, *A formação do povo no complexo cafeeiro. Aspectos políticos*. São Paulo, Pioneira, 1978. e Saes, Flávio, op. cit. 1986. Como entidades para defesa dos interesses “de classe”, tem-se notícia, pelos jornais, além do Clube da Lavoura de Campinas (1876), da existência da União Agrícola Paulistana, fundada em 1874, com José Vergueiro na presidência, e da Sociedade Auxiliadora do Progresso da Província, em 1877, cuja diretoria eleita era composta, entre outros, pelo barão de Três Rios, Antônio Prado, comendador Aguiar Barros, Raphael Paes de Barros, dr. Rodrigo Silva, Vieira de Carvalho, Américo Brasiliense e Elias Chaves (Correio Paulistano, 9/1/1877)”. Moraes, Carmen Sylvia vidigal, op, cit. p.51.

É nessa teia de relações que se deve compreender a iniciativa de educação popular moldada pela escola da Propagadora, criada pelo “escol da sociedade paulista da época, de constitucional liberalismo” e “conduzida pela nova corrente do positivismo filosófico para a obra regeneradora de cultura e civilização”.²⁶⁷

O “escol da sociedade paulista”, significa basicamente, a “vanguarda” da lavoura cafeeira, os grandes fazendeiros e seus aliados políticos jornalistas, intelectuais, profissionais liberais e professores.²⁶⁸

A insistência na compreensão da origem social dos fundadores beneméritos da Sociedade Propagadora de Instrução Popular e depois do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo ocorre tendo em vista um paralelo com a fundação da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, entidade federal, criada no início do período republicano (1909) por um presidente da República, Nilo Peçanha, membro do Partido Republicano Fluminense. A efetivação de seu projeto educacional (19 escolas profissionalizantes espalhadas pelo país) deve ter atendido a uma aspiração nacional, referente àquelas elites não pertencentes ao polo dinâmico da economia brasileira e portanto preocupadas com a educação/profissionalização da população que se aglomerava nas cidades e que eram descendentes dos pobres nacionais livres e mesmo de ex-escravos. Em termos de Brasil era outra a proposta. À exceção de São Paulo e talvez do Estado do Rio de Janeiro, cuja escola de aprendizes não se fixara na capital mas na cidade de Campos, as demais capitais brasileiras não foram palco de intensa urbanização vinculada ao complexo cafeeiro, estradas de ferro, industrialização e choque cultural provocado com a chegada de imigrantes europeus. Em Porto Alegre houve esse contato mas num outro contexto, baseado na possibilidade de acesso à terra, apontando para o surgimento da pequena propriedade rural e abastecimento das regiões vizinhas.

É com esse viés que abordaremos oportunamente o significado social da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo e sua contradição básica: foi fundada numa perspectiva nacional de educação do proletariado ou subproletariado emergente e egresso da escravidão,

²⁶⁷ Severo, Ricardo, op. cit. 1934. In Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.51.

²⁶⁸ “O apoio da imprensa parece ser , fundamental como veículo de divulgação e propaganda dos empreendimentos. O Correio Paulistano não apenas publicava gratuitamente os avisos, notícias e artigos sobre a Propagadora, como ofereceu seus escritórios como local para inscrição de sócios. Seu dono e redator chefe na época, Joaquim Roberto de Azevedo Marques, associado da Propagadora sogro de Francisco Quirino dos Santos – o dono da Gazeta de Campinas e grão mestre da Loja Independência – inicialmente do Partido Liberal, vai aderir ao movimento republicano, aparecendo como delegado na Convenção de Itu em 1873”. In Moraes, Carmen S. V. op. cit. p.51.

enquanto que a capital paulista possuía grande contingente de imigrantes²⁶⁹ e ativas organizações operárias, devendo a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, tratar também com essa situação.

No entanto em São Paulo ocorria uma luta surda entre as elites dirigentes do PRP, que se relacionavam de modo *sui generis* com o presidente Nilo Peçanha. Possivelmente os setores menos “progressistas” desse partido, os republicanos históricos como Campos Sales, Francisco Glicério e outros, é que respaldavam o presidente em São Paulo, já que tão logo inicia-se o funcionamento da Escola de Aprendizes Paulista (1910), os representantes da elite dinâmica de “cafeicultores modernos”, criam a Escola Profissional Masculina da Capital (1911), assim como a Escola de Artes e Ofícios Carlos de Campos (Escola Feminina da Capital), dando sequência à filosofia educacional liberal, positivista de formação do operário-cidadão que já caracterizara a fundação da Sociedade Propagadora e Liceu de Artes e Ofícios. Além disso, a ausência de divulgação da escola federal pela imprensa da época (Correio Paulistano e O Estado de S. Paulo) ou mesmo a superficial alusão a ela pelos relatórios do Secretário do Interior (através do Anuário do Ensino do Estado de São Paulo), revelam, talvez, o descaso que as elites paulistas, as mais “avançadas” do país, dispensavam à uma escola profissionalizante de nível federal e portanto ligada a um governo central e congênere às de outros estados.

5.3 Instrução Popular no Império: 1) Oficiais: Instituto de Educandos Artífices, Seminário da Glória 2) Particulares: Colônias Orfanológicas, Instituto Anna Rosa, Liceu dos Salesianos, Escolas Noturnas da Maçonaria

²⁶⁹ “... a exploração capitalista do trabalho, realizada por meio do assalariamento, não é uma equação que possa ser resolvida de forma simples. Esse processo supõe criar relações sociais de produção que levem ao domínio do capital sobre o trabalhador. É preciso, pois, expropriá-lo num duplo sentido: de um lado, produzir condições materiais que metamorfoseiem a pessoa em força de trabalho, impedindo sua reprodução autônoma e obrigando-a a se transformar em mercadoria que se vende no mercado de trabalho; de outro, é preciso condicioná-lo, no sentido de se “convencer” a se incorporar no processo produtivo, aceitando a situação de assalariado ao invés de escolher outra alternativa de vida: o tortuoso processo de produzir força de trabalho, geralmente impregnado de acentuada dose de violência institucional e privada, implica, assim, tanto transformações materiais, em que o acesso à terra é um ponto fundamental, como mudanças culturais e ideológicas que geram no trabalhador a ‘disposição’ de ingressar na disciplina do processo produtivo. No caso da economia paulista, os volumosos fluxos imigratórios tornaram, em certa medida, desnecessário subjugar a mão-de-obra nacional, pois o braço estrangeiro foi suficientemente numeroso para satisfazer as necessidades do capital agrário e industrial em expansão. Ademais, essa constante injeção externa de braços, de antemão expropriados material e culturalmente, ao mesmo tempo recriava as condições de drástica exploração e espoliação emperantes nas fazendas, e, pelo menos nas áreas novas, alijava os nacionais do processo produtivo ...”. Kowarick, Lúcio. Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. Edit. Brasiliense, São Paulo, 1987pp.113/114.

5.3.1 O Instituto de Educandos Artífices e o Seminário da Glória

Com o objetivo de resolver o problema dos abandonados e órfãos, o governo da Província fundou em 1824, na capital, o Seminário de Sant'Anna, asilo para meninos órfãos, e em 1825 o Seminário da Glória, para as meninas. .

O Seminário dos Educandos de Sant'Anna, extinto em 1868, foi substituído pelo Instituto de Educandos Artífices, criado em 1874. O regulamento que normatiza o funcionamento desse estabelecimento revela o caráter rígido disciplinar que o marcava. Estabelecido em companhia militar ligada ao corpo policial, essa instituição objetivava "facilitar ao menino pobre e desvalido a sua educação industrial, impedindo assim que por falta dela se desviem do amor ao trabalho e se tornem maus e prejudiciais cidadãos".²⁷⁰

Os objetivos do Seminário da Glória, segundo os primeiros estatutos, eram atender à "mísera orfandade do sexo feminino cuja pobreza é poderoso veículo de tantos costumes e vícios que desgraçadamente transmitidos pelas mães às filhas tanto influem na depravação e estraga geral dos costumes".²⁷¹ Está claramente explicitada a função moralizadora da instituição. A mulher das camadas populares, mais que o homem é vista como portadora de degenerescência e perversão. Abandonada à "sua própria natureza" se tornaria escrava de seus vícios e paixões.

Se o caráter militar caracterizava as instituições para meninos, os estabelecimentos femininos eram organizados tendo como modelo o convento. O Seminário foi dirigido por senhoras não religiosas, nomeadas pelo presidente da Província, até 1870. Depois de 1871, sua Segunda fase é iniciada, a casa fica aos cuidados das Irmãs de São José de Chambery, mas a instituição permanece subvencionada e submetida em termos de fiscalização e autoridade ao governo da Província.

Segundo a documentação, a educação oferecida às meninas pouco se modificou desde a criação do Seminário até os anos 1870, ou seja; durante os seus quase 50 anos de existência o tipo de orientação se harmonizava com os costumes escravocratas da sociedade, de organização patriarcal, a qual negava à mulher o desenvolvimento intelectual, sendo apropriado aos fins de obra assistencial destinada às órfãs "sem fortuna", categoria "inferior" de criança.

²⁷⁰ Regulamento do Instituto dos Educandos Artífices, aprovado pela Lei n. 52, de 24 de abril de 1874. In Moraes, Carmen S. V. op. cit. p.19.

²⁷¹ Estatutos de 10 de agosto de 1825, APESP, Registro de Documentos de Ouro enviados ao Ministério Público, 1820-1847, Livro 216, lata 78, n. de ordem 436, p.36. In Moraes...cit. p.25.

Semelhante aos meninos educandos artífices, nas décadas de 1870 e 1880, a instrução das meninas também se limitava ao ensino de escrita, leitura e aritmética, além das prendas domésticas e trabalhos de agulha e linha.

Observa-se, portanto, que a atuação do governo da província nos últimos anos do Império, no campo da instrução pública, limitou-se a umas poucas aulas de ensino primário e à preservação de duas casas para crianças abandonadas e órfãs, uma para o sexo feminino e outra para o masculino, de caráter assistencialista. Havia descompasso entre as recomendações propostas pelos presidentes das províncias com relação ao melhor preparo dos jovens, os objetivos propostos, e a atitude da Assembléia, que negava os pedidos de recursos para a manutenção de oficinas práticas de aprendizagem e criação de novos cursos.

Essa situação evidencia a crônica desatenção do Governo Provincial com relação a uma atitude mais resoluta no processo de constituição de um mercado de trabalhadores livres e nacionais, ao lado do mercado de escravos. Entretanto, não se deve relegar a importância dos desvalidos e órfãos, isto é, dos pobres livres e nacionais, na formação da força de trabalho. Eles estiveram presentes “na abertura das primeiras ferrovias, no alargamento dos portos e nos primeiros ofícios manufatureiros”.²⁷² O Estado tinha noção de sua importância: quadros das companhias militares da armada brasileira foram compostos por eles, na Guerra do Paraguai, onde lutaram e morreram, e “dessas camadas projetou-se a constituição de um aparelho militar do tipo moderno”.²⁷³

²⁷² De acordo com Stein, “os empresários da indústria têxtil recrutavam a sua mão-de-obra não especializada nos orfanatos, nos juizados de menores, nas Casas de Caridade e entre os desempregados das cidades do litoral. Ao se utilizarem dessas fontes de mão-de-obra, os proprietários das fábricas asseguraram o desenvolvimento de um segmento industrial da economia brasileira, convertendo-se, ao mesmo tempo, em benfeitores e filantropos; ambos os papéis estavam entrelaçados, e disso tinham plena consciência os empresários e os observadores da época. (...) Os empresários tinham a visão ampla e difundida de que os pobres eram uma classe dada à indolência, se não fosse coagida a trabalhar. Foi com grande satisfação que os editores de um jornal de uma província de São Paulo saudaram a fundação da fábrica São Luís, em 1869, que empregava ‘crianças e mulheres (...) nas máquinas, as primeiras empregando o tempo desperdiçado no ócio em trabalho útil e as mulheres empregando o seu tempo de modo mais vantajoso’. De acordo com a concepção da época, “o trabalho remunerado de “centenas de órfãos e crianças abandonadas” nos asilos, nas instituições de irmãs de Caridade e nas sociedades beneficentes iria substituir a ‘caridade privada’ e aliviar o ônus fiscal da sociedade”. STEIN, Stanley J., *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950*, Rio de Janeiro editora Campus, 1979, p.66. In Moraes, Carmen S. V. op. cit. p.30.

²⁷³ Coerentemente, “o Império brasileiro expunha as companhias de aprendizes e outros institutos congêneres no rol das criações nacionais. (...) Já em 1876, por exemplo, no livro que apresentava oficialmente o Brasil na Exposição Universal da Filadélfia, lá estavam os estabelecimentos de caridade (que incluíam asilos de desvalidos, além de santas casas, leprosários e hospícios) e lá estava, com destaque, o item relativo às casas de correção, oferecendo dados sobre a produção das oficinas desses presídios (...)

5.3.2 Colônias Orfanológicas

Os jornais da época criticavam a falta de atenção do governo imperial com a instrução pública, a situação era considerada calamitosa. Era rejeitado pelos articulistas tanto as instituições criadas pelo Estado como as religiosas. Proclamavam a urgência de uma nova educação, a qual somente poderia advir da iniciativa particular.

Perante a incompetência administrativa provincial, só a “boa vontade e os “esforços dos paulistas” superariam essa situação, provendo a Província de “escolas populares e associações destinadas a melhorar a instrução pública”, como colocando-a a par culturalmente de suas estradas de ferro, sua pujança econômica e dos melhoramentos feitos pela agricultura e trabalho industrial organizados em vários pontos.²⁷⁴

À frente desses empreendimentos está o fazendeiro de café, especialmente o originário do Oeste Paulista. Reconhecidos como a fração mais dinâmica e poderosa do grande capital cafeeiro, que está em processo de conformação e expansão, nesse momento histórico, esses cafeicultores se responsabilizarão pela formação do mercado de trabalho livre e aplicação do capital, além da lavoura, em vários negócios : nos bancos, no comércio, na indústria, especialmente de estradas de ferro e de transportes urbanos, e nas nascentes empresas de serviços públicos.

Politicamente, muitos desses fazendeiros organizaram um novo projeto para o Brasil, exigindo um governo republicano. No momento de sua divulgação, o projeto liberal republicano, buscando legitimar-se, demarca também um momento “ de tomada de consciência da classe para a classe”. Isso significava desenvolver a consciência, nos pares, da necessidade “da afirmação do poder da iniciativa privada em todas as esferas da sociedade, impondo-a ao poder centralizado do Estado Imperial”.²⁷⁵

concluindo, afinal, que o sistema penitenciário preferível ‘e mais em harmonia com os preceitos da ciência’ é aquele que melhor equaciona o generoso empenho de fazer da pena, também, meio de educação’.
HARDMAN, Francisco Foot, Trem Fantasma. A Modernidade na Selva, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p.91. in Moraes, Carmen S. V. op. cit. p. 30.

²⁷⁴ Correio Paulistano, Editorial, 16/1/1874. Cit. Moraes, Carmen S. V. op. cit. p.30.

²⁷⁵ Moraes, Carmen S. V. op. cit. p.31..

A defesa da liberdade de ação dos particulares e restrição do poder do Estado, pressupostos da posição liberal, com idéias traduzidas primeiramente na descentralização ou autonomia das províncias e depois no federalismo, orientaram o grupo republicano em seu comportamento. Não obstante, a ação modernizadora não se limita, na época, à afirmação política de cunho realizador dos republicanos, ela foi seu principal agente, identificada na vanguarda de diversos movimentos; na lavoura, na indústria, no comércio, no ensino, no lazer.²⁷⁶

A iniciativa particular investe em vários empreendimentos, na década de 1870, inclusive na instrução popular. Condenando a atuação do Estado no amparo e instrução da classe miserável e abandonada, a iniciativa particular deveria remediar a situação criando maneiras eficazes e novas de “melhorar a condição de vida social”.

Nesse sentido, o juiz municipal de Casa Branca, funda na província, colônias agrícolas de menores, convencido da urgência de se levar a educação ao povo para que esse, juntamente com a classe “socorrida pela fortuna” organizasse a base de um governo representativo, argumentando que nos Estados Unidos o governo auxiliava a iniciativa particular até em termos de instrução.

Essa autoridade considerava que não era suficiente ensinar os menores a escrever, ler e contar, mas que essa instrução deveria ser acompanhada do “trabalho moralizado”.

Dessa forma, uma autoridade municipal se propõe a auxiliar a particulares na organização de colônias de trabalho e ensino agrícola aos menores abandonados e órfãos, com vistas a habilitá-los para os “serviços da lavoura”.²⁷⁷ As colônias foram consideradas úteis em vários aspectos e enxergadas não somente como instituições beneficentes, mas componentes de interesse econômico: preparando crianças “para o trabalho e independência” sem onerar o Estado, formando “cidadãos úteis, criados na escola do trabalho”, elas poderiam tornar-se “fontes benéficas de riqueza nacional”, “viveiros dos agricultores nacionais”, e proporcionar maiores lucros na agricultura.

Ainda na Província de São Paulo, em 1877, formou-se uma colônia orfanológica na Fazenda São Paulo das Cachoeiras, a qual, segundo o contrato entre os proprietários, Srs. Gomes e Montt, e o juiz de menores, receberia, no início, 30 menores órfãos de 12 a 16 anos, sadios e robustos, que não seriam remunerados no primeiro ano, “sendo os seus serviços de verdadeira

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ A PSP, “As colônias Orfanológicas”, 19-2, 26-9-1875 e 17-11-1877. In Moraes ...cit. p.33.

aprendizagem levados em conta do ensino, alimento e roupa que receberão”.²⁷⁸ A partir do segundo ano eles receberiam um pequeno salário que cresceria anualmente. ²⁷⁹os proprietários forneciam aos menores “sustento, vestuário e todo o tratamento no caso de moléstia, compreendendo médico e botica; a cuidar deles com carinho; a dar-lhes educação moral e religiosa; a ministrar-lhes ensino primário, isto é, ler, escrever e contar; a ensinar-lhes os serviços compatíveis com as forças dos mesmos menores, segundo o uso dos estabelecimentos desta ordem”.

Posteriormente, o jornal A Província de S. Paulo noticia que, nessa colônia, órfãos e trabalhadores livres conviviam, sendo todos cearenses. A agricultura nela prosperava. Após cinco anos de criação das colônias, os trinta órfãos “já acostumados ao trabalho”, substituíam os empreiteiros nas plantações. O empreendimento era considerado um sucesso, em relação à ‘boa ordem’, aos trabalhadores “obedientes e cumpridores de seus compromissos”. Os srs. Gomes e Montt publicamente agradecem todos os que colaboraram, inclusive na compra da fazenda: são nomes de pessoas envolvidas em grandes empreendimentos econômicos, entre os quais líderes republicanos, louvando as tentativas do uso do braço livre.²⁸⁰

5.3.3 A Sociedade Protetora da Infância Desvalida: O Instituto Anna Rosa

Em 1874, o presidente da Província, João Theodoro Xavier, solicita à Assembléia Legislativa a fusão, em um só estabelecimento, da instituição de ensino e educação industrial a ser fundada pelo senador Souza Queiroz com o espólio da finada sra. Anna Rosa Araújo e do Instituto de Educandos Artífices, conservando o governo alguma interferência. Como não houve acordo,

²⁷⁸ A PSP, As colônias agrícolas para menores, 19/2/875.

²⁷⁹ No segundo ano, os órfãos teriam direito ao salário de 50\$000; no terceiro, ao de 60\$000; no quarto ao de 70\$000; no quinto e sexto de 80\$000 e no sétimo, oitavo e nono de 100\$000. A PSP, Colônia Orfanológica de São Paulo da Cacheira, (Seção livre), 7/3/1879. É interessante notar, que, nessa mesma época – 1874 –, a fábrica de velas da Companhia de Luz Steárica, empresa organizada por Mauá e outros capitalistas, alugava escravos à razão de 20\$000 réis por mês. O preço de um escravo era, então, 1:015\$000. Lobo, Eulália Lahmeyer, “Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares”. In Revista Brasileira de Economia, 25 (4), out/dez. 1971, p.235-265. Cit. Moraes, Carmen S. V. op. cit. p.34.

²⁸⁰ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.34/35.

solucionou-se criar uma sociedade sem fins lucrativos, organizada com a herança de d. Anna Rosa e donativos de importantes cidadãos.²⁸¹

Dessa forma, em 1875, foi criada na cidade de São Paulo, a Sociedade Protetora da Infância Desvalida a qual, segundo seus estatutos, objetivava a educação de meninos desvalidos através da instrução primária, incluindo a religiosa e moral e princípios elementares das ciências que os habilitem para exercícios de artes e ofícios, principalmente da agricultura.

Como o caráter da obra era assistencial, voltada para as crianças órfãs, pobres e abandonadas, como as instituições oficiais, o regulamento do estabelecimento se assemelhava ao Instituto de Educandos Artífices com relação à admissão de meninos, que deveriam ter entre 7 e 14 anos, com saúde satisfatória, não ser aleijado de forma a inabilitá-lo ao trabalho e serem vacinados. Os menores deixariam o estabelecimento após três anos de permanência, caso contrário a casa deveria ser indenizada. Seriam recebidos menores enviados pelos juízes de órfãos ou preferencialmente educandos patrocinados pelos sócios. O regime de internato fornecia aos meninos desvalidos, fora a instrução gratuita, “casa, alimento, médico e botica, roupa para uso diário e uniforme, mestres, ferramentas de ofício, livros e todo o necessário”.²⁸²

Não havia substanciais diferenças entre essa instituição e a oficial referente aos fins sociais a atingir, sendo as mesmas, as propostas no plano de ensino. Como nas demais instituições, em 1876, por exemplo, ensinavam-se as matérias relativas às primeiras letras a 94 alunos. Na aprendizagem de ofícios funcionavam algumas oficinas: em 1858, dos 51 alunos que saíram do Instituto, 13 obtiveram a profissão de carpinteiro; 8 de pedreiro; 8 de funileiro; e somente um sem ofício, sendo que 34 já estavam empregados.

O trabalho nas oficinas se organizava de maneira a que os alunos produzissem para o estabelecimento, em suas necessidades internas e para encomendas externas. A frequência inicial era sempre a alfaiataria e depois outros ofícios. Os trabalhos manufaturados eram expostos e vendidos ao público, sendo o dinheiro arrecadado encaminhado para a reposição de gastos e formação de pecúlio para os órfãos.

A assiduidade dos relatórios denota a preocupação dos mantenedores em diferenciar o estabelecimento particular do oficial com relação ao tratamento oferecido aos órfãos. Essa atitude

²⁸¹ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.35.

²⁸² Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.35/36.

está presente nos relatos sobre as condições do prédio e no acompanhamento profissional dos “egressos da casa”. A diretoria empenha-se em integrar os diplomandos no mercado de trabalho exíguo, existente. A profissionalização dos jovens egressos do instituto, aliado ao comportamento “moralizado e ordeiro” era um importante critério para definir a utilidade social do estabelecimento.

5.3.4 O Liceu dos Salesianos

Nos moldes de estabelecimento benemérito para recolhimento, instrução e profissionalização de órfãos e abandonados, foi criado, na capital da Província de São Paulo, pela iniciativa particular, o Liceu dos Salesianos.

O Liceu do Sagrado Coração de Jesus, instituição religiosa fundada pelos padres salesianos em 1885, com o fim de “ministrar educação moral e religiosa consorciada ao ensino profissional da infância, principalmente pobre e desamparada”, contou com colaboradores católicos “filantrópicos” da Província.²⁸³ Em 1885, chegaram a São Paulo, para instalar e administrar o estabelecimento os padres salesianos Lourenço Giordano e João Bologna, residentes em Montevidéu.

A instituição funcionava, no final de 1886, com 24 alunos internos e 54 externos, contando com as oficinas de alfaiataria, encadernação, sapataria e carpintaria. Em 1888, após dois anos, foi criada a oficina de tipografia, com equipamento importado, moderno e atualizado. Segundo documentos do próprio diretor a maioria das publicações da igreja brasileira do período foram impressas por essa oficina.

²⁸³ Referendando seu apoio à idéia da construção de um liceu pela Igreja e reivindicando auxílio do “espírito generoso” e filantrópico dos paulistas”, principalmente dos católicos, o jornal da Arquidiocese de São Paulo deixa claro o intuito de contrapor o Liceu ao estabelecimento leigo recentemente fundado pela Sociedade Propagadora de Instrução Popular. “É transcendente a vantagem que há de vir à nossa sociedade paulista da fundação desse estabelecimento de instrução sólida e profissional, que se tornará, sem dúvida, o primeiro e mais belo deste gênero, nesta adiantada província. (...) Será, pois, vergonhoso, se a generosidade dos paulistas não for bastante, para se abrir um Liceu nessa capital, e ramificar pelo interior uma instituição tão útil, e em tempos de tamanha necessidade. Para o católico tem esta casa, que se vai levantando, um cunho que não convém dissimular: é o trabalho santificado pela Religião. Alguns tem prometido seu óbulo e têm sido retardatários; agora é o tempo em que se precisa’. Arquidiocese de São Paulo, Circular de 10 de agosto de 1882, São Paulo, 12 (11):411-419, set. 1911, cit. por Isau, Manuel, O Ensino Profissional nos Estabelecimentos de Educação dos Salesianos. Tese de mestrado, Departamento de Educação – PUC/RJ, mimeo.1976. In Moraes, Carmen S. V. op. cit. p.39.

Como nas instituições leigas criadas para a infância desvalida, esse Liceu contava, além das aulas nas oficinas, com o ensino das primeiras letras, da aritmética, aulas de catecismo e de música.

Tal como outros estabelecimentos dirigidos por religiosos, o Liceu dos Salesianos sofreu também críticas severas de leigos, maçons e republicanos. O jornal *A Província de S. Paulo*, publicava uma dessas críticas, em sua Seção Livre, afirmando que os salesianos eram “uma filial da Companhia de Jesus” e que os jesuítas, “lobos vestidos de ovelhas”, como dominavam a educação das classes ricas de ambos os sexos, almejavam, através do institutos de ensinamentos de artes e ofícios, zelar pela educação “de uma classe que vai ser poderosa, a que fica entre o operário e o capitalista, isto é: o mestre de ofício”.²⁸⁴ Diante dos fatos, indagava ao presidente da província se deveria permitir um estabelecimento desse, com “intuitos, no mínimo, misteriosos” e com os defeitos dos internatos dirigidos por religiosos, defeitos prejudiciais a uma boa educação intelectual, física e moral.²⁸⁵

Sobre esse assunto algumas vezes se manifestou Francisco Rangel Pestana, possivelmente referindo-se ao instituto oficial e ao liceu dos salesianos: “A ciência da educação condena os grandes internatos que não podem deixar de ser conventos ou quartéis. Ora, a Província de São Paulo, com seus adiantamentos, com as suas necessidades industriais, não precisa de mais estabelecimentos para formar padres ou soldados”.²⁸⁶

5.3.5. *As Escolas Noturnas da Maçonaria*

As farpas entre os defensores da escola laica e os padres reproduzem na área educacional, os choques ocorridos em nível social mais amplo. É o momento em que as forças maçônicas e republicanas, as quais muitas vezes aparecem identificadas, se movimentam no

²⁸⁴ A PSP, Seção Livre, Lyceu do Sagrado Coração de Jesus. 18/4/1885. Um artigo escrito pelos padres e datado de 18/9/1885 procura responder aos ataques sofridos e, segundo eles, desfechados “por uma certa propaganda que toma o ódio por generosidade, a violência por política e o despotismo por liberdade”. Para o padre Senna Freitas, autor de um dos artigos, “o número dos desgraçados filhos de famílias que vagueiam pelas ruas sem emprego, sem profissão” já justificavam plenamente a existência do liceu de artes e ofícios, “cujo fim, essencialmente humanitário, se dirige a fornecer à adolescência pobre, ao par de uma educação cristã, uma arte ou ofício qualquer, em harmonia com a sua vocação; o que tende a desenvolver consideravelmente a indústria e a agricultura da nossa província”. Idem, 19/9/1885. Cit. Moraes, Carmen S. V. op. cit. p.39.

²⁸⁵ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.39.

²⁸⁶ Moraes, Carmen Sylvia vidigal, op. cit. p.40.

sentido da laicização da sociedade, separação do Estado e Igreja, ou seja: a liberalização plena do país. Era pré-condição social para a implantação da República, o desenvolvimento do “espírito laico, científico e positivo”.

No governo monárquico não havia para a maioria da população canais institucionais de participação política. Não havia nação constituída.

Os liberais cientificistas, no momento da pregação republicana, colocavam que para a consolidação e legitimação do Estado nacional era imperativo a construção da nacionalidade, pressupondo o exercício da cidadania pela maioria do povo brasileiro marginalizado, através de reformas jurídicas e políticas. A educação era considerada uma das mais importantes entre as reformas cogitadas. Era urgente a erradicação da ignorância por meio da instrução popular, fundamental dever do Estado que se pretende representante legítimo da nação. Segundo o ideário republicano liberal, somente através da educação ocorreria a transformação do indivíduo em cidadão produtivo e consciente de seus deveres cívicos e direitos, capaz de exercer seus direitos políticos, o voto, na escolha dos representantes e a voz, para a opinião pública.²⁸⁷

Nesse momento histórico, o combate ao analfabetismo e a difusão do ensino ao povo, seguia os intuitos imediatos e práticos da propaganda e a preciosos objetivos políticos: a conformação da cidadania, o alargamento das bases de participação política do país, imprescindível para a legitimação do Estado Republicano.

Além da luta parlamentar propondo reformas que instituíssem a obrigatoriedade da instrução primária na Província e a liberdade de ensino, garantidas a primeira pelo projeto dos “radicais” Jorge Miranda de Cerqueira Leite e Manoel Ferraz de Campos Salles e a segunda pela ação do político liberal Leôncio de Carvalho, a campanha grande pela instrução popular é deflagrada pela maçonaria republicana e depois, pelos clubes republicanos na Província de São Paulo.²⁸⁸

Foram as Lojas Maçônicas, as primeiras a criar escolas ou aulas noturnas para a alfabetização de adultos, trabalhadores livres ou escravos na Província.

A maçonaria brasileira, divulgadora das idéias iluministas, dos ideais emancipadores e liberais, foi introduzida no Brasil no século XVIII pelos jovens colonos filhos dos proprietários de

²⁸⁷ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. pp.40/41.

²⁸⁸ Moraes, Carmen Sylvia, op. cit. p.41.

terras e escravos, que estudavam nas universidades européias, principalmente em Portugal e França e obteve destaque político na primeira metade do século XIX, no processo de emancipação e formação do Império Nacional.²⁸⁹

Entretanto, a história da maçonaria brasileira não se finda nos fatos ligados à independência política do Brasil, mas está relacionada aos acontecimentos ligados à implantação do regime republicano.

Durante esse período, fracionados na disputa pelo poder, os setores dominantes se utilizaram da sociedade maçônica “como mais uma entre as várias formas de organização por eles criadas”, chegando mesmo a atuar como partido político na clandestinidade, quando era ilegal a luta partidária aberta.²⁹⁰ A maçonaria, dividida, no final da década de 1860, instrumentalizava os conservadores na defesa da monarquia constitucional como também os partidários da república. A maçonaria republicana, em 1875, liderada pelo grão-mestre Joaquim Saldanha Marinho, se aglutina no Grande Oriente dos Beneditinos, conseguindo se impor definitivamente. Passa a chamar-se Grande Oriente Unido, com a adesão de muitas lojas dissidentes do Grande Oriente do Lavradio, reunindo 169 lojas e quase aniquilando pela sua força e extensão o Grande Oriente do Visconde do Rio Branco.

Nessa época da história republicana, ser maçom significava um compromisso, “o selo de uma aliança em torno de ideais e interesses comuns”, hipótese reforçada devido ao fato dos altos graus da hierarquia maçônica pertencerem aos comprometidos com a propaganda e construção do Estado Republicano.

Na década de 70, as lojas ligadas ao Grande Oriente Unido do Brasil criaram várias escolas e aulas noturnas nas quais organizaram bibliotecas, debates e palestras de caráter político.

A Loja América, foi uma das precursoras do movimento, em 1873, sustentando uma biblioteca popular e uma escola noturna do sexo masculino, com 156 alunos matriculados com idades entre 10 e 40 anos, em geral operários e filhos de operários.²⁹¹

²⁸⁹ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.41.

²⁹⁰ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.40.

²⁹¹ Os srs. Francisco Antônio de Moura e José Luiz Flaquer exerciam, simultaneamente, as funções de diretores e professores da escola, que, por sua vez, era inspecionada por uma comissão composta por Américo de Campos, Vicente Rodrigues e Luiz Gama. O Correio Paulistano, 11/11/1873; 19/11/1873; 20/2/1874. Cit. Moraes, Carmen S. V. op. cit. p.43.

Em 1874, as aulas noturnas mantidas pela Loja União e Fraternidade, de Mogi-Mirim iniciam suas atividades. Destinada à instrução primária do sexo masculino e gratuita, a escola, na época com 23 alunos, ficou também sob os cuidados de uma comissão de maçons.

A Loja Independência de Campinas, também em 1874, criou uma aula noturna para instruir homens pobres livres e escravos. Em 1875 contava com 42 alunos de 5 a 56 anos. Em 1878 seus cursos se ampliaram com a introdução do ensino de gramática portuguesa, aritmética, geometria e história pátria lecionadas a 214 alunos, 191 livres e 23 escravos.

Também em 1874 A Loja Cruz d'Oeste, de Araraquara funda uma escola noturna para trabalhadores livres e escravos, os quais deveriam, apresentar por escrito o consentimento de seus senhores.

Seguindo esse exemplo, as Lojas Regeneradora de Tatuí e Constância de Sorocaba sustentam aulas noturnas de alfabetização de crianças e principalmente adultos; A Loja Fraternidade, de Taubaté, inaugura uma Biblioteca Pública Popular, com local de encontros e palestras dos republicanos e maçons; o Clube Republicano de Itú sustentava uma escola noturna com 40 alunos. Em 1875 o Instituto Novo Mundo é inaugurado em Itú, para oferecer gratuitamente instrução livre aos filhos dos pobres. Eram lecionadas gratuitamente as aulas de: português, história, geografia, retórica e francês. A aula de português era à noite para que os órfãos e meninos pobres da fábrica de tecidos dos srs. Anhaia e Angelo pudessem frequentá-la. Em 1883 o Centro Positivista de São Paulo inicia seu curso gratuito noturno destinado ao proletariado.

A ação da Maçonaria não se limitava a abrir e sustentar escolas. Sua atividade era extensiva a várias obras beneficentes: prestar auxílio às vítimas de epidemia, aos pobres, aos flagelados da seca do Nordeste, promover “atos filantrópicos” como libertar escravos, por exemplo.

5.4 Instituições Educacionais na cidade de São Paulo em 1909: escolas operárias, asilos, orfanatos, liceus, instituto correcional, grupos escolares, escolas particulares e escolas italianas.

Em relatório apresentado em 1910, pelo Secretário do Interior Dr. Carlos Augusto Guimarães ao Presidente do Estado Albuquerque Lins, o referido secretário lamenta os esforços que dispende com o ensino sem que obtenham o resultado esperado. O secretário comenta que “o ensino tem melhorado e a população escolar augmentado, principalmente nos grupos escolares (entretanto) ainda é elevadíssima a porcentagem de creanças, em idade escolar, que ficam sem ensino por falta de escolas”, embora procure, “com todo o zelo e dedicação ... e de accôrdo com os recursos orçamentarios votados pelo Poder Legislativo para esse imprecindível serviço, dar-lhe maior desenvolvimento...nos moldes da moderna cultura pedagogica”.²⁹²

Depois de solicitar crédito “de 10 mil contos para este fim, visto não serem sufficientes as verbas orçamentarias...”o secretário paulista pede atenção ao “ensino profissional, (e sua) deficiencia ...”. Argumenta que o Estado não deve mais adiar “a organização deste serviço, principalmente nesta Capital, onde é extraordinaria a quantidade de creanças, filhos de operarios que não podem receber instrucção profissional correspondente á sua posição social”.²⁹³

O secretário citado pede 500 contos do “alludido emprestimo, para a installação de dois institutos, um para o sexo feminino no qual sejam ensinadas todas as profissões domesticas, com um curso annexo de enfermeiras, e outro para adultos do sexo masculino onde se ministre o ensino de diversas profissões manuaes, como as de ferreiros, pintores, pedreiros, etc...” considera que esse institutos deveriam funcionar “nesta Capital, em bairros operarios[para servirem] de modelo para outros que ... possam ser creados”, inclusive em cidades do interior “que delles hajam mister”.²⁹⁴

Mencionamos esse Relatório para destacar a preocupação das autoridades paulistas com os filhos de operários que não podiam receber instrução profissional. Dessa forma, fica explícito que o foco das preocupações não era com qualquer criança sem intrução profissional mas os filhos dos operários, não obstante o ministro em sua petição de verba para a construção de dois institutos

²⁹² Secretaria do Interior, Relatório de 1910 apresentado pelo Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães, 1912, Casa Garraux, S. Paulo, p.16.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ Idem.

profissionais argumente que essa aplicação deve ser feita “sem prejuízo do plano de construção de prédios para instrução primária” e lamente a elevada porcentagem de crianças sem ensino por falta de escolas.

De qualquer forma, seria pertinente um comentário sobre o ensino para operários, as escolas e os cursos noturnos.

5.4.1. Escolas Noturnas Operárias

Na gestão de Bernardino de Campos, novo governo republicano paulista, foi aprovada a lei que criava os cursos noturnos, aprovada em 8 de setembro de 1892 e regulamentada em 27 de novembro de 1893. A referida lei estabelecia os cursos noturnos considerando-se a “urgente necessidade (de) dar educação à população operária. Destinava-se ao sexo masculino, visando “ministrar conhecimentos indispensáveis aos menores de 16 anos, que, por seus afazeres, durante o dia, não podem frequentar escolas”.²⁹⁵ Em 1895, o secretário do Interior, Alfredo Pujol, solicita ao Congresso Legislativo a ampliação do número dos cursos noturnos. Em 1897, não obstante Dino Bueno, secretário do Interior de Campos Salles, propusesse a desativação dos cursos noturnos por acarretarem despesas para o Estado, existiam 22 funcionando em 1907, sendo que eram ministrados “por professores das escolas diurnas” os quais recebiam cem mil-réis mensais de gratificação.

Em 1909, assume a direção-geral da Instrução Oscar Thompson, que resolve “melhorar” os cursos noturnos instituindo escolas noturnas para adultos e menores “sob a regência de professores que só delas se ocupassem”.²⁹⁶ Nesse ano mesmo, é autorizado pelo Legislativo a criação de 50 escolas preliminares na capital, para crianças operárias e também em outras cidades do Estado.²⁹⁷ Deveriam os estabelecimentos localizar-se próximo das fábricas, favorecendo as empresas que possuísem instalações adequadas ao seu funcionamento (iluminação, prédio). O governo nomearia e pagaria os professores, os quais receberiam 250 mil-réis por mês, pagamento equivalente aos professores de escolas preliminares diurnas. Segundo a lei, o horário das aulas seria determinado pela administração das fábricas e não poderia haver além de 50 alunos em cada

²⁹⁵ Art. 69 do Regimento Interno de 26 de julho de 1894. In Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.142.

²⁹⁶ Lei n.º 1195, de 24 de dezembro de 1909. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1914. p.41-2.
Idem.

²⁹⁷ Lei n.º 1.184, de 3 de dezembro de 1909. Idem p.143.

escola. A matrícula se restringia a “alunos operários e filhos de operários, priorizando-se o atendimento de crianças analfabetas”.

Entretanto, desses estabelecimentos criados, apenas um foi provido no interior, próximo à Fábrica Carioba, em Vila Americana, e na capital somente oito; junto às Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, Fábrica Nacional de Fósforos Segurança, Fábrica de Calçados Melilo, Cia Cerâmica S. Caetano, Cia. Ítalo-Brasileira de Chapéus e na Fábrica de Vidros Santa Marina.

Concomitantemente são criadas escolas masculinas para adultos (57) “a serem localizadas em centros de população operária”. Em 1910, foram instituídas mais dez escolas dessas nos bairros operários de São Paulo, como Barra Funda, Brás, Cambuci, Lapa e Bom Retiro, com uma frequência de 503 alunos. No interior 13 foram providas, junto às Fábricas Votorantim e Santa Rosália, localizadas em Sorocaba, e em Jundiaí, para trabalhadores da Ponte de São João e na Estação de São Caetano, para os operários da Cia Mecânica, totalizando 516 alunos matriculados. No ano de 1917, existiam no estado 139 escolas e cursos noturnos, 92 no interior e 47 na capital, com 7.763 alunos.²⁹⁸

Essas escolas funcionavam todas as noites, no horário das seis e meia às nove horas, compreendendo as seguintes matérias: leitura, escrita, linguagem, aritmética e noções de geometria, desenho, higiene, educação moral e cívica e aplicações das ciências físico-naturais. O programa dessas disciplinas era especialmente dirigido ao aluno operário. Dessa forma, os exercícios escritos e orais englobavam conteúdos das “lição de cousas” enfocando as “qualidades, emprego, uso e propriedades de corpos e objetos de uso frequente nas artes e indústrias”. Os alunos exercitavam o estudo da língua por meio de redação de cartas, recibos e composições sobre a sociedade, a família e a vida operária.

Perpassavam ao programa escolar de forma geral, o imaginário dos dominantes sobre qual deveria ser a moral e a vida operária, sua ânsia de favorecer o condicionamento do trabalhador através “da inculcação de valores dignificadores do trabalho e da moral burguesa compatíveis com a sociedade industrial. Algumas aulas, por exemplo, destinadas à leitura suplementar deveriam conter livros que ‘contribuam para a educação da vontade, onde são narrados os triunfos da perseverança e exaltadas as alegrias da vida ativa, fecunda e tranquila do trabalhador honesto’. Alguns tópicos do programa demonstram a preocupação com a

²⁹⁸ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.143.

internalização da nova dimensão requisitada pela produção moderna. Na “lição de cousas”, um dos itens tratava da “vida metódica, das vantagens da distribuição acertada do tempo”. Ligada à temporalidade que deveria ser assimilada, também aparece a urgência de se cultivar no trabalhador comportamentos condizentes com a sociedade capitalista, ou seja: administrar bem o dinheiro, economizar e utilizar as caixas econômicas. Os sentimentos patrióticos deveriam ser desenvolvidos através de palestras relativas aos “direitos e deveres dos cidadãos”: “o direito e o dever de votar”, “o dever de respeitar as leis, de acatar e prestigiar as autoridades constituídas”. Certos temas eram voltados para os imigrantes, como as vantagens da naturalização.²⁹⁹

Em suma, as escolas noturnas operárias foram criadas anteriormente mas “melhoradas”, na gestão de Oscar Thompson, diretor geral da Instrução Pública em 1909. Exatamente neste ano, ocorre o decreto de criação das Escolas de Aprendizes Artífices nos 19 estados considerados. Considerando-se que em São Paulo essa escola federal vai atender a uma clientela formada de filhos de profissionais urbanos e operários, seria pertinente observarmos os estabelecimentos da época que abrigavam e educavam os órfãos, os “pobres” e os abandonados e infratores.

5.4.2 Orfanatos, Liceus subsidiados e Instituto Disciplinar

Em 1909, eram treze os asilos e orfanatos existentes na capital de São Paulo, a saber : Asylo do Bom Pastor, Casa Pia de S. Vicente de Paula, Externato Patrocinio de S. José, Orphanato Sta. Anna, Instituição da SS.^a Fam.^a do Ypiranga, Escolas do Circulo de S. José, Asylo de Orphãos Desamparados de N.^a S.^a Auxiliadora – Ypiranga, Casa da Divina Providencia, Externato Santa Cecilia, Orphanato Cristoforo Colombo, Escola Parochial Sta. Cecilia, Abrigo Sta.Maria, Lyceu do S.^o Coração de Jesus, Ass.^o Fem.^a Beneficente e Instructiva. Esses estabelecimentos eram subsidiados pelo Estado, assim como o Lyceu de Artes e Ofícios, razão pela qual a referida instituição figura na tabela, inclusive recebendo o subsídio maior: de 100:000\$000, enquanto a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva e o Liceu do Sagrado Coração de Jesus recebiam respectivamente: 15:000\$000 e 36:000\$000.³⁰⁰

²⁹⁹ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.146.

³⁰⁰ Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1908-1909, pp. 348/349.

Escolas Subvencionadas da Capital (1908)

DENOMINAÇÕES	CURSOS	MATRICULADOS
1.Asylo do Bom Pastor	Preliminar	96
2.Casa Pia de S. Vicente de Paula	“	334
Externato Patrocinio de S. José	“	220
3.Orphanato Sta. Anna	“	49
4.Instituição da SS. ^a Fam. ^a do Ypiranga	“	30
5.Escolas do Circulo de S. José	“	138
6.Asylo de Orph. Desamp. de N. ^a S. ^a Auxiliadora – Ypiranga	“	50
7.Casa da Divina Providencia	“	58
8.Externato Santa Cecilia	“	
9.Orphanato Cristoforo Colombo	“	263
10.Escola Parochial Sta. Cecilia	“	142
11.Abrigo Sta Maria	“	96
12.Lyceu do S.º Coração de Jesus	Prel. Tech. Profiss.	698
13.Ass.º Fem. ^a Benefic. E Instructiva	Preliminar	543
14.Lyceu de Artes e Officios		1440
Total Geral		2717

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1908-1909, pp.348/349.

Dessas instituições citadas poderíamos destacar algumas informações sobre a Associação Feminina Beneficente e Instructiva e o Liceu do Sagrado Coração de Jesus.

A Associação Feminina Beneficente e Instructiva “foi fundada em 17 de Novembro de 1901 pela professora D. Analia Franco e mais vinte senhoras”. A Associação mantinha e dirigia 38 instituições³⁰¹, fornecendo instrução a 1140 crianças, sendo 127 internas. O ensino era gratuito.

O Lyceu De Artes e Officios do Sagrado Coração de Jesus, situado entre as alamedas Nothmann, Andradas, Glette e Barão de Piracicaba, foi entregue como patrimônio em 1886 à Congregação Salesiana que o dirige. Ele “Destina-se a receber os filhos da classe operaria, de preferencia orphãos, e proporcionar-lhes uma educação intellectual, moral, religiosa, artistica e

³⁰¹ “Actualmente a Associação mantem e dirige as 38 instituições seguinte: 17 escolas maternas na Capital; 9 escolas maternas no Interior; 1 lyceu feminino, na Capital; 1 escola nocturna para operarios, na Capital; Asylo e crêche, na Capital comprehendendo: 1 asylo para creanças de ambos os sexos; 1 crêche; 4 officinas, de costura, flores, chapéus e typographia; 1 albergue diurno para creanças; 1 assistencia; 1

industrial”. O seu programa abrangia três cursos: 1) o preliminar, de acordo com o programa dos Grupos Escolares do Estado, conferindo aos alunos o diploma para se matricularem no curso profissional ou comercial; 2) o profissional dividido em 10 graus, segundo as aptidões e vocações dos inscritos, abrangendo as seções: “typografia, impressão, fundição de typos, estereotypia, galvanoplastia, encadernação, pautaço, alfaiataria, officinas de calçados, carpintaria, marcenaria com os annexos de envernização e torneio, officinas de pedreiros, serralheiros e ajustadores mechanicos, e marmoraria;³⁰² 3) o curso técnico comercial, o qual compreendia três anos, contendo as seguintes matérias: “portuguez, francez, inglez, allemão, arithmetica commercial, contabilidade mercantil, calculo logarithmico, algebra, geometria practica, trigonometria, geographia, historia do Brazil, sciencias physicas e naturaes, calligraphia, desenho, historia da civilização, noções de direito comercial, de mercadorias, de economia, mimio-graphia e dactilographia”.

Fora esses cursos, com “provas finaes theóricas e práticas, em exames, o Lyceu mantinha aulas particulares de “musica vocal e instrumental, declamação, pintura, piano e gymnastica”. Os trabalhos efetuados na seção profissional “mereceram o “Grand Prix” e medalhas de ouro, nas exposições de S. Luiz e da Capital” realizadas na época (1909). Havia no internato 17 professores e no externato 11. Em 1909, estavam matriculados nos diversos cursos os seguintes alunos: “Internos, 298, sendo 50 gratuitos; Externos, 400, sendo 200 gratuitos”.³⁰³

Não obstante seu caráter profissionalizante e assintencionalista, parece que o Liceu de Artes e Ofícios do Sagrado Coração de Jesus, oferecia uma formação geral interessante, principalmente no Curso Técnico Comercial, talvez por influência de seu Curso Colegial Regular, uma vez que a entidade possuía também o Collegio do SS. Coração de Jesus, o qual oferecia ensino preliminar e secundário, com 120 alunos matriculados em 1908.³⁰⁴

Quanto aos menores abandonados e infratores, restava-lhes o Instituto Disciplinar.

Oscar Thompson, em 1918, constatava que funcionavam 176 grupos escolares nos 196 municípios do Estado, 31 escolas reunidas, 1595 escolas isoladas, 1098 particulares e 358

gabinete de arte dentaria; 1 escola de musica”. Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1908-1909, p.344.

³⁰² Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1908-1909, p.339.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1908-1909, p.346.

sustentadas pelas Câmaras Municipais, atendendo 232.621 crianças. Diante dessa situação o referido diretor da Instrução Pública em sua segunda gestão, a convite de Altino Arantes, presidente do Estado, indaga sobre o que fizeram as 247.543 crianças restantes, e a resposta é: nada, ou seja, “umas vagaram pelas ruas, outras ficaram em casa, num perfeito ócio, outras foram abusiva e criminosamente introduzidas nas fábricas, e outras ainda acompanharam os pais nos serviços da lavoura”.³⁰⁵

O estabelecimento criado no Império para abrigar menores foi fechado antes do advento da República. A exceção de poucos institutos particulares a Província encontrava-se privada desse tipo de instituições. A situação era grave, no entender do chefe de Polícia, Bento Pereira Bueno³⁰⁶. Em 1896, no relatório ao Secretário do Interior, denunciava a existência de avultado “número de crianças abandonadas vagando pelas ruas, maltrapilhas e famintas, esmolando às vezes por conta de outrem, na mais triste degradação, e das que se envolviam em casos policiais “como auxiliares de gatunos ou autores de pequenos furtos”. Perante a essa realidade e na ausência de “escolas e oficinas industriais” as quais no seu intendmento conseguiam em outros países “bons resultados”, propunha que esses menores fossem internados “nos estabelecimentos de caridade já existentes, concedendo-lhes o governo subsídios relativos ao número de crianças que lhes fossem confiadas”. Ele acreditava que, dessa maneira, o Estado exerceria “nobre função”, resgatando “do vício e da miséria as crianças que nela nascem ou que para ela deponham”.³⁰⁷

O governo de Bernardino de Campos, cria o Instituto Disciplinar, em 1902, com a finalidade de “sanar essas dificuldades”. É instalado no bairro do Tatuapé, e logo considerado medida insuficiente segundo o Secretário da Justiça “frente às proporções do problema”. Era destinado a abrigar os menores do sexo masculino com idade entre 9 e 21 anos, os “pequenos mendigos, vadios, viciosos, abandonados”, incluindo os condenados pelo Código Penal vigente, por infração. Essa instituição era subordinada à Secretaria da Justiça, ficando sob a inspeção do chefe de Polícia, e objetivava promover “a regeneração dos menores criminosos e corrompidos”.

³⁰⁵ Annuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1918, p.25. In Moraes, Carmen Sylvia Vidigal op. cit. p.157.

³⁰⁶ Bento Pereira Bueno, sócio-honorário do Liceu de Artes e Ofícios, foi chefe de Polícia no governo de Campos Salles e secretário do Interior na gestão de Rodrigues Alves e durante o governo de Bernardino de Campos (1900 a 1904). In Moraes, Carmen Sylvia vidigal, op. cit.p.160.

³⁰⁷ Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça pelo chefe de Polícia Bento Pereira Bueno, em 31 de janeiro de 1896, p.175, cit. por Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.160.

Para conseguir esse objetivo se propunha a “incutir hábitos de trabalho, a educar e a fornecer instrução literária e profissional (...) de preferência, a agrícola”.³⁰⁸

De acordo com a imprensa ou relatórios dos Secretários do Interior, até essa data, é possível que, quando condenados, os “delinquentes de menor idade”, ficassem em prisões juntamente com os “criminosos comuns”.³⁰⁹

Diariamente, os meninos recebiam instrução primária, através das seguintes matérias: “leitura, princípios de gramática, escrita e caligrafia; cálculo aritmético sobre números inteiros, frações e sistema métrico decimal; rudimentos de ciências físicas, químicas e naturais, aplicáveis à agricultura; desenho a mão livre.”. Em 1909, é criada pelo governo uma escola noturna no estabelecimento, nomeando para o cargo o professor Antônio de Almeida Júnior.

Também, constavam da programação aulas de música instrumental e vocal, regidas por professor “contratado pelo governo estadual”. Essas aulas de música, as de canto coral e ginástica, assim como os exercícios militares, se realizavam nos domingos e feriados. Fora as atividades escolares, os menores eram “empregados na agricultura, sobretudo na horticultura, floricultura, arboricultura, (...) na criação do gado, de aves domésticas e nos demais trabalhos congêneres”. Já estava previsto que o diretor poderia criar as oficinas que considerasse necessárias para o ensino das artes e ofícios, com a autorização do governo.

Para “adequar o ensino dos ofícios ao mercado de trabalho urbano”, é solicitado por Sampaio Vidal, verbas ao Congresso Legislativo, para “instalações industriais propriamente ditas, oficinas mecânicas, de marcenaria, sapataria e outras”. O presidente Carlos Augusto Guimarães, em 1914, comunica a instalação definitiva das oficinas do Instituto Disciplinar da Capital: com “manifesta economia para os cofres públicos”, estavam funcionando e atendendo as encomendas as seções de mecânica, carpintaria, funilaria, fundição e colchoaria. No ano seguinte são realizadas reformas no velho e insalubre prédio da Avenida Celso Garcia, no Brás, para melhoria, ampliação e reorganização das oficinas.

A colchoaria, era a oficina que auferia maiores receitas. Por causa dela “o estado economizava mais de quarenta contos por ano”. Eram fabricados no Instituto todos os colchões necessários às repartições públicas. O estabelecimento também produzia “diversas obras” para a

³⁰⁸ Regulamento do Instituto Disciplinar, Cap. 1., p. 90, cit. por Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p. 160.

³⁰⁹ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.160.

Secretaria da Justiça; eram feitas lá “todas as esquadrrias para o 2.º batalhão e para o Instituto correcional de Taubaté”. Inclusive, o secretário aventava a possibilidade do estabelecimento chegar a se auto-sustentar.³¹⁰

Por disposição regimental, o produto do trabalho realizado no Instituto era dividido em duas partes, sendo uma “renda do Estado”, e a outra “distribuída proporcionalmente entre os menores, como pecúlio, quando saírem do estabelecimento”. A quantidade mensalmente recolhida, seria “depositada na Caixa Econômica em cadernetas especiais individuais”.

Os menores também eram empregados “nos serviços de lavanderia e cozinha do estabelecimento” além de trabalharem nas oficinas e frequentarem as aulas primárias. Dessa forma, cabia aos meninos executar todos os serviços domésticos, não apenas ‘como medida de economia’ mas possivelmente como “mais um recurso disciplinar para a reeducação dos delinquentes”. Na elaboração do “novo *sujeito moral*”, além do aprendizado dos ofícios era fundamental “o aprendizado da própria virtude do trabalho”.³¹¹

Objetivando o controle do comportamento dos internos, é organizado pelo poder disciplinar “um sistema de corretivos” que incluía, “além dos mecanismos ajustadores punitivos, os compensatórios, voltados para a gratificação dos indivíduos”. Dessa maneira, previa o regulamento, como recompensas “a inscrição no quadro de honra; os lugares de honra na mesa; o suprimento de frutas; os bons pontos; as insígnias de distinção; os empregos de confiança; os passeios especiais; os elogios em particular ou em público; os prêmios de qualquer natureza ou em dinheiro; as cadernetas da Caixa Econômica”.

O presidente do Estado, Altino Arantes, em 1916, relata ao Legislativo que “a repressão à vadiagem”, encaminhando para o Instituto Disciplinar e Correcional ‘um grande número de desocupados’, contribuiu para “diminuir consideravelmente do quadro dos delitos, os furtos e os assaltos à propriedade”. Os satisfatórios resultados obtidos por estabelecimentos do gênero, justificavam os sacrifícios empregados em sua criação e manutenção: ‘o pequeno delinquente, o pequeno desocupado, removidos (...) para um meio de trabalho e moralidade, quase sempre se regeneram. Forças perdidas que eram para a sociedade, para ela voltam revigoradas e sãs’.³¹²

³¹⁰ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.163/164.

³¹¹ Idem, p.164.

³¹² Idem, p.166.

É interessante observar, algumas semelhanças entre o Instituto Disciplinar e o ensino profissionalizante, em especial o ministrado nas Escolas de Aprendizes Artífices da União, ou seja: o ensino primário – ou preliminar –, as oficinas, o regime disciplinar, produção das oficinas para abastecimento externo e a industrialização das mesmas, a possibilidade da instituição se auto-sustentar, as recompensas pelo bom comportamento.

Possivelmente esse sistema escolar refletia a preocupação com a contravenção da vadiagem, suas implicações e a moralização do trabalho com sua ética agora baseada em tempos e movimentos. Daí a rápida preparação da criança e do adolescente no ensino profissionalizante ou no correccional também profissionalizante.

Até agora nos detivemos com o “ensino popular”, alguns explicitamente com tendência profissionalizante, ministrado em escolas operárias, asilos, orfanatos, liceus e instituto correccional, portanto em instituições religiosas ou laicas, na capital paulista por volta de 1909, subsidiadas pelo Estado. Talvez fosse pertinente abordarmos um pouco o ensino regular através dos grupos escolares, para depois observarmos as escolas particulares e as escolas italianas já que São Paulo, na década de 1910 era uma cidade com grande contingente de população italiana.³¹³

5.4.3 Grupos Escolares, Escolas Isoladas, Escolas Particulares e Escolas Italianas

Em 1909, eram 24 os grupos escolares na capital de São Paulo, espalhados nos vários bairros do município, com as seguintes denominações: Arouche, Avenida, Barra Funda, Belemzinho, Bella Vista, Bom Retiro, Braz 1.º, Braz 2.º, Braz 3.º, Cambucy, Carmo, Lapa, Liberdade, Maria José, Moóca, Pary, Prudente de Moraes, Sta. Ephigenia, Sant’Anna, Sto. Antonio, S. João, Sul da Sé, Triumpho, Villa Mariana.³¹⁴

Em 1908, o movimento dos Grupos Escolares, era o seguinte:

³¹³ Blanco, Esmeralda Luiz. O trabalho da mulher e do Menor na Indústria Paulistana (1890/1920). Dissertação de Mestrado, História, FFLCH, USP, São Paulo, 1977, cap.I, p.6.

³¹⁴ Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1908-1909, p.104.

Movimento dos Grupos Escolares em 1908

Grupos Escolares	Matriculados
1.Sul da Sé	337
2.Carmo	578
3.Liberdade	412
4.Cambucy	525
5.Móoca	396
6.Braz 1.º	665
7.Braz 2.º	368
8.Braz 3.º	613
9.Pary	730
10.Arouche	730
11.Barra Funda	370
12.São João	285
13.Santa Iphigenia	335
14.Triumpho	595
15.Prudente de Moraes	598
16.Santo Antonio	389
17.Bella Vista	389
18.Maria José	364
Escolas Reunidas	
1.Belemzinho	205
2.Bom Retiro	221
3.Lapa	167
4.Avenida	265

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1908-1909, p.100 e 102. Não fazem parte da referida tabela os grupos escolares de Sant'Anna e de Villa Mariana porque foram criados em 1909.

Além dos Grupos Escolares havia também 98 Escolas Isoladas³¹⁵ espalhadas nos bairros da capital paulista, atendendo à demanda populacional da época. Eram escolas organizadas por “professores”, ou mais frequentemente normalistas, com um responsável por cada “escola,” sendo que 32 eram estabelecimentos masculinos, 33 femininos, 31 mistos e 2 de cursos noturnos.³¹⁶ Já as escolas particulares totalizavam 32 estabelecimentos em sua maioria oferecendo o curso preliminar e secundário, a saber:

³¹⁵ Escolas Isoladas eram escolas públicas, localizadas em bairros periféricos ou regiões rurais, regidas por professores normalistas ou professores em início de carreira.

³¹⁶ Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1908-1909 pp.144/145/146/147.

Escolas e Colégios particulares da Capital em 1909

Denominações	Cursos	Matrículas
1.Instituto Serosoppi	Preliminar e secundário	20
2.Gymnasio Livre Ordem e Progresso	Preliminar e secundário	70
3.Collegio Stafford	Preliminar e secundário	90
4.Collegio de Sta. Anna	“ “	120
5.Instituto D. Anna Rosa	“ “	109
6.Collegio das Damas de Sto. Agostinho	“ “	84
7.Externato Ivanck	“ “	36
8.Collegio Sta Ignez	Inf. Prel. e secundário	220
9.Externato S. José	“ “ “	812
10.Externato Sta Maria e Jardim da Infância	Preliminar e secundário	37
11.Escola Americana	Prel. Inf. Secundário	645
12.Escola Allemã de Villa Marianna	Preliminar	74
13.Collegio do SS. Coração de Jesus	Prel. E secundário	120
14.Escola Allemã	“ “	190
15.Escola Allemã de Villa Marianna	“ “	80
16.Collegio Kuhlmann	“ “	181
17.Escola Particular	“ “	14
18.Externato Sto Antonio	“ “	14
19.Collegio Coração de Jesus	“ “	14
20.Collegio São	“ “	160
21.Collegio Mackenzie	Secundário	170
22.Escola Sta. Thereza	Preliminar	150
23.Collegio Tamandaré	“	44
24.Collegio Moreira	Prel. e secundário	41
25.Escola St. Adalberto	Prel. e Jar. de inf.	293
26.Gymnasio Lusitano	Prel. e secundário	47
27. “ Diocesano	“ “	199
28.Ass. Christã de Moços de S. Paulo	Secundário	91
29Curso de Aprendiz da Light and Power	Preliminar	58
30.Escola Particular da Lapa	Preliminar	53
31.Escola Particular da Lapa	Preliminar	45
32.Collegio Italiano da Immaculada Conceição	“	86

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1908-1909 pp.346/347.

Portanto, o total de matrículas nas escolas e colégios particulares em 1909 era de 4394 alunos.³¹⁷ Pode-se considerar, que entre essas escolas existiam muitas estrangeiras alemãs, americanas, italianas, e por esse motivo boa parte delas possivelmente não se caracterizava por um ensino “nacionalizante”. Dessa forma, para calcularmos, aproximadamente, o número de escolas “nacionais” existentes na capital paulista teríamos que somar o número de grupos escolares (24) à quantidade de escolas isoladas (98), perfazendo um total de 122 estabelecimentos, sendo que excluímos do cálculo, as escolas profissionalizantes como o Liceu do Sagrado Coração de Jesus e o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, alguma outra escola particular brasileira e os asilos e orfanatos. Essa quantidade de escolas (122) chega a ser somente um pouco superior aos estabelecimento escolares italianos que funcionavam na cidade de São Paulo num total de 85 escolas, fora as Escolas Anarquistas, no mesmo período, possivelmente ministrando aulas em língua italiana, a História e cultura italianas. Essa situação era objeto de preocupação das autoridades competentes da época.

ESTATÍSTICA DAS ESCOLAS ITALIANAS
Pertencentes à “Unione Magistrale Italiana”

DENOMINAÇÕES	CURSOS	MATRÍCULAS
1.Instituto “Giuseppe Garibaldi”	Preliminar	132
2.Scuola Italiana” Rosa Covoni”	“	45
3. “ “ “Vittorio Alfieri”	“	69
4.Scuola Italiana “Ludovico Antonio Muratori	“	89
5.Instituto Educativo “Ciro Menotti”	“	26
6.Scuola Italiana	“	79
7. “ “ “Principessa Iolanda”	“	35
8.Scuola Italiana “Edmondo de Amicis”	“	57
9.Scuola Italiana “Principe di Piemonte”	“	104
10. “ “ “Giosué Carducci”	“	83
11.Scuola Italiana “Indipendenza”	Preliminar	53
12. “ “ di Riccardo Parziali	“	52
13.Scuola Italiana “Principessa Mafalda”	“	76
14.Scuola Italiana “Duca D’Aosta”	“	48
15.Scuola Italiana Mixta “Duca degli Abruzzi”	“	67
16.Scuola Italiana “Alessandro Manzoni”	“	39
17.Instituto “Lievore”	“	191
18. “ “Dante Alighieri”	“	128
19.Scuola Italo-Brasileira “Annita	“	74

³¹⁷ Annuario do Ensino do Estado de São Paulo 1908-1909 pp.346/347.

Garibaldi”		
20.Scuola “Italia”	“	66
21.Collegio Italo-Brasiliano “Marco Aurelio Severini”	“	115
22.Instituto “Principe di Carignano”	“	44
23.Instituto Italo-Brasiliano “Alessandro Manzoni”	“	144
24.Scuola Italiana	“	98

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São paulo 1908-1909 p.350.

ESTADÍSTICA DAS ESCOLAS ITALIANAS

Pertencentes á “Federazione delle Scuole Italiane” em 31 de agosto de 1908

TITULO	DIRECTORES	ALUMNOS MATRICULADOS
BRAZ		
Aurelio Saffi	Carolina Limongelli	61
2.Italiana	Tereza sarti	75
3.Studio e Lavoro	Salomone Rosea	197
4.Regina Margherita	Sorelle Magrini	237
5.S. Maria di Loreto	Orsola Antico	39
6.Vittoria Colonna	Maria Ragazzi Chiozzi	90
7.GB. Vico	Antonio Peduti	65
8.Speranza	Giuseppe Sebastiani	91
9.Amor di Patria	Angelo Arena	91
10.Guglielmo Ferrero	Concettina D’Amelio	105
11.Santa Lucia	Elvira Tedesco Tuzzi	83
12.Torquato Tasso	Giovanni Toscano	73
13.Princ. Giovanna	Adalgisa Tassini	64
14.Mariangela (nocturna)	Nicola Dé Gennaro	85
15.M. R. Imbriani	Martinelli Clara	66
16.Vittoria Colonna	Anita D’Amelio	27
17.S. Lorenzo	Antonietta Maffei	63
18.Vicenzo Gioberti	Francesco Antico	46
19.Móoca	Quaranta Leanza Giovanina	40
20.Eleonora d’ Arborea	Davide Dessana	56
21.Vittorio Emanuele III	Placido Egano	80
BOM RETIRO		
22. Italiana	Cav. Luigi D’Angelo	33
23.Vittorio Emanuele II	Ettore Maragoni	177
24.Regina Margherita	Carlota Teller isipato	67
25.L’Educatrice	Ianuzzi Rosina	69
26.Progresso	Raffaello Fighera	77
27.Laica	Eurico Davini	77
28.Ugo Foscolo	Luigi Panno	63
29.Centro Educativo	Luigi Egano	46
BARRA FUNDA		
30.Gallileo Galilei	Eurico Tassini	68

31.Italo Francese	Rinaldo Teani	93
32.Immacolata	Alfonsina Ardinghi	89
33.Vittorino da Feltre	Alberto Tonissi	62
34.Maria Ausiliatrice	Giovanini Bisson	23
LAPA		
35.Avvenire	Angelo Gaeta	62
BEXIGA		
36.Mario Rapisardi	Antonio Do Marco	83
37.Principe Amedeo	Pascoale Falco	63
38.Luigi Settembrini	Alessandro Sarmo	113
39.Iolanda di Savoia	Cosmo Macri	90
40.Eroe dei Due Mondi	Antonio Panzarella	70
41.Primo Maggio	Francesco Agnello	189
42.Regina Elena	Carmela Meligeni	47
CENTRO		
43.Principi Carignano	Francesco Andreacchi	65
44.Aless. Manzoni	Michele Cipparrone	67
45.elena Cairoli	Secondo Cazzuola	64
46.Stella d'Italia	Affonso Calabresi	82
47.Dio e Patria	Cipriano Dell'Acqua	77
48.Roma Intangibile	Pasquale Fanete	64
49.Italiana	Gaetana Favoino	56
50.Convitto Manziane	Michele Toralbo	42
CAMBUCY		
51.Cornelia Gracco	Massimilla Sturari	65
52.G. Leopardi	Valenti Romano	86
CONSOLAÇÃO		
53. Sempre Avanti Savoia	Francesco Pedatella	70
PONTE GRANDE		
54.Giovanni Bovio	Tito Omero Forti	82
PONTE PEQUENA		
55.Princ. Mafalda di Savoia	Eufemia Allessandri	58
VILLA MARIANA		
56.Regina Elena	Luigi Visco	69
57.Gino Galiano	Amalia e Amadori Carrezzato	47
58.Regina Margherita	Franc Spera	67
LIBERDADE		
59.Giordano Bruno	Filorete Fondacari	88
VILLA BUARQUE		

60.Volere è Potere	Ernesto De Mutus	56
LARGO GUAYANAZES		
61.Gymnasio Ordem e Progresso	Dr. Alfredo Paulino e Eng. Fred. Spicacci	21
Total geral		4. 623

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1908-1909 pp.351/352/353.

O Inspetor Geral do Ensino em 1908, professor João Lourenço Rodrigues, em relatório apresentado ao Secretário do Interior, comenta que existe em funcionamento no Estado “um numero consideravel de escolas estrangeiras” e indaga se esses estabelecimentos nos quais o “portuguez não é lingua official, podem offerecer ao Estado reaes vantagens como auxiliares do governo na ministração do ensino preliminar”. Considera também as dificuldades “de conseguir logar em nossas escolas publicas, em vista da desproporção entre o numero de candidatos á matricula e a lotação desses estabelecimentos, como tambem, o desejo de que seus filhos aprendam a lingua patria, faz com que os estrangeiros domiciliados em nosso paiz, principalmente os italianos, procurem escolas particulares”.³¹⁸

O referido inspetor justifica a preferência da colonia italiana por essas escolas nas quais as crianças “aprendendo a lingua, a geographia e a historia da Itália, aprendem, por isso mesmo a amar a Italia”. Entretanto, considera que essas escolas protegidas pelo governo italiano e não auxiliadas pelo governo do Estado, estão “lentamente (se) afastando de nós e, cada vez mais, (...) italianizando o ensino”. Dessa forma, considera “taes escolas serão ... perniciosas em seus effeitos, porque preparam de brasileiros natos, uma geração futura de italianos que serão , em face das nossas leis, cidadãos brasileiros, terão de partilhar connosco a vida nacional, serão chamadas um dia a desempenhar um papel em nossa organização economica e política”.³¹⁹

Considerando a impossibilidade de fiscalizar as escolas estrangeiras pelo Estado já que o mesmo não dispões de inspetores suficientes, o Inspetor Geral propõe a utilização das escolas estrangeiras “como auxiliares na ministração do ensino, sujeitando-as a um regimen uniforme de organização e fazendo inspeccionar assiduamente o seu funcionamento”através do aumento do numero de inspetores “de dez para quinze”. Preocupado com o ensino de lingua portuguesa, de geografia e da história do Brasil, considerados “em plano secundario” em quase todas as escolas

³¹⁸ Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, p.43.

³¹⁹ Idem, ibidem.

italianas, coloca a necessidade de considerar ‘bem como a nossa geographia e historia, como materias essenciaes, porque as crianças que frequentam as escolas estrangeiras, são em sua maioria naturaes do Brazil e, como cidadãos brasileiros, devem ser educadas’.

Sobre esse assunto, ainda se pronuncia outra autoridade. O inspetor escolar Sr. Miguel Carneiro Junior, em seu relatório de final de ano, referindo-se ao ensino da lingua nacional em escolas estrangeiras coloca que “A Lei n.º 489 de 29 de Dezembro de 1896 torna obrigatório o ensino da lingua nacional, bem como a da geographia e da historia do Brazil, nas escolas estrangeiras. Como, porém, essa lei não está regulamentada, o inspector escolar só pôde averiguar si nessas escolas é ou não feito tal ensino”. Segundo êle, isso não é suficiente, pois o inspetor precisaria “verificar si esse ensino se faz realmente e bem; precisa conhecer a feição que o mestre dá ao ensino, a extensão e o limite do curso; ...conhecer enfim, si essas escolas estão nacionalisadas”.³²⁰

Segundo o referido inspetor, a regulamentação da citada lei é “necessidade inadiavel”. Para êle, se o governo estadual inspecionar assídua e regularmente as escolas estrangeiras, exigindo segundo a lei “o ensino bem feito da lingua vernacula, da geographia e historia do Brazil”, para que “os alumnos que as frequentam sejam preparados como cidadãos brasileiros para as necessidades da nossa vida social, é natural” que êle as auxilie “em proporção ao que dellas exija e na medida dos benefícios que ellas pôdem prestar ao Estado”.

Incorporando as escolas estrangeiras no trabalho de educação nacional, o inspetor coloca que as escolas italianas perfazem “um effectivo de quasi 5000 crianças matriculadas”. Para o governo “fornecer ensino gratuito a todo esses alumnos, deveria crear mais de cem escolas” acarretando uma despesa anual para o Estado “superior a trezentos contos”.³²¹ Considerndo que “o ensino, nestes estabelecimentos seja convenientemente regularisado, elles podem prestar bons e reaes serviços”, declara que “não é natural” que esses serviços não sejam compensados já que “proporcionam ao Estado uma economia tão avultada”.

Referindo-se a uma “despesa annual, talvez inferior à decima parte do que seria necessário para se dar ensino gratuito ás crianças que frequentam escolas estrangeiras”, o inspetor sugere o fornecimento de livros, materiais escolares e um professor para o ensino “da

³²⁰ Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, p. 43 e seguintes.

³²¹ Idem.

língua nacional, geographia e historia”. Dessa maneira os professores teriam “uma justa compensação” pelo serviço “que delles se exige em bem da instrucção pública do Estado e, com tal beneficio, daremos o primeiro passo para nacionalisar as escolas estrangeiras”.

Também o Dr. Oscar Thompson, em discurso pronunciado em 1907 para os professores normalistas, abordando o problema da assimilação do estrangeiro e seus filhos, coloca em dúvida “a nacionalisação das escolas unicamente pela influencia das leis”. Considerando “o magno problema da actualidade” a necessidade de “nacionalisar, abrazilizar o immigrante adulto, assim como seus filhos, quer nascidos aqui, quer fóra...”.

Referindo-se a exemplos de outros países, lembra a experiência do educador norte americano Sir William Harris, como superintendente das escolas em S. Louis, Missouri, com a colônia alemã, a qual “estabeleceu escolas para seus filhos, educando-os em plena America como si estivessem na Allemanha”. Essas escolas alemãs estavam em toda parte e “a nova geração americana-allemã estava crescendo allemã e sem saber falar o inglez”. O referido educador americano, pediu uma lei ao Congresso “tornando obrigatório o ensino do inglez em todas as escolas e collegios estrangeiros” e colocou seus auxiliares para fiscalizar essa determinação. As escolas “passaram a ter professor de inglez, mas os alumnos continuavam a falar o allemão”. Considerando que o “espírito da educação continuava allemão...(e que) ...naquelas escolas fazia-se o allemão...”, o educador mandou construir uma bem organizada escola americana ao lado de cada escola alemã, sem contudo obter resultados satisfatórios.

Por fim, lembrou de mandar “ensinar o allemão nas escolas publicas do bairro teutônico, justamente naquellas cuja missão era americanisar os filhos dos teutonicos”. O resultado foi satisfatório, as escolas alemãs logo desapareceram já que os alemães compreenderam a falta de necessidade de “despender dinheiro com a educação dos filhos em escolas allemãs”.

Entretanto, para Oscar Thompson, o problema para nós exigia outra solução: “precisamos nacionalisar o estrangeiro pela nacionalização de suas escolas, visto não podermos fornecer a todos escolas públicas”.³²²

Fica explícito com todas essas referências das autoridades educacionais da época, a grande preocupação com as escolas estrangeiras, em especial as italianas na cidade de São Paulo, com o currículo desnacionalizante dessas escolas e fundamentalmente com a forma de nacionalizá-las.

³²² Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, p. 43 e seguintes.

Devemos considerar também, já que foram citadas, que pelas pesquisas efetuadas, as Escolas Anarquistas, denominadas Escolas Modernas, embora com filosofia racionalista e organizadas por representantes operários, na época majoritariamente estrangeiros, não se caracterizavam por um ensino que priorizasse a língua e culturas estrangeiras, pelo contrário, propunham-se a um ensino "racional e científico", contra o preconceito religioso e almejando uma sociedade sem divisão de classes. O método utilizado compreendia aulas ao ar livre, exercícios, excursões educativas, à partir do cotidiano dos alunos, priorizando a atividade e o trabalho já que o trabalho era considerado "o fundamento do princípio educativo", e, portanto, propunha-se a uma educação ligada à vida. Não consta, portanto, na literatura referida, que esse tipo de escolas ensinassem em língua estrangeira e priorizassem o ensino de geografia e história de outros países.

Em suma, esse momento histórico situado na década de 1910, se notabilizava pela preocupação das elites nacionais e em especial as paulistas com a educação da emergente população urbana que se aglomerava nas cidades, que inchavam rapidamente por todo o país. No caso de São Paulo, a preocupação se voltava especialmente para a camada estrangeira que formava a recém organizada classe operária. É nessa perspectiva que tentamos compreender a criação das Escolas de Aprendizes Artífices de São Paulo, ou seja, como parte de um movimento explícito das elites paulistas através de seus representantes, para nacionalizar, disciplinar, adestrar e condicionar essa classe, substituindo seu saber fazer considerado "empírico" por um conhecimento "racional e científico" ministrado em escolas profissionalizantes.

5.5 O Café e a Indústria

Na República Velha o processo do desenvolvimento capitalista brasileiro ocorre em dois estágios: primeiro se efetiva através da expansão cafeeira e depois, concomitante à essa expansão, a produção capitalista é coroada pela industrialização³²³.

O desenvolvimento industrial brasileiro seguiu um curso limitado a regiões determinadas; desde os seus inícios, o parque industrial brasileiro inclinou-se a se consolidar em

³²³ Silva, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Ômega, 1981, p.19. In Ghiraldelli, Paulo. Educação e Movimento Operário. São Paulo, Cortez Editora, 1987, p.36.

regiões de grandes plantações de café, ou seja; nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal e principalmente São Paulo ³²⁴.

A gênese da indústria brasileira se insere nas transformações econômicas ocorridas desde o final do Império até as décadas finais da Primeira República. Ligado ao processo de expansão da economia cafeeira surgiu a progressiva extinção do trabalho escravo e a adoção do trabalho assalariado. A imigração, destinada a fornecer braços para a lavoura, foi opção de alguns Estados, em especial do Estado de São Paulo. Essa determinação resolveu o problema da mão-de-obra para o campo, e possibilitou o “crescimento de um mercado urbano de força de trabalho e de bens de consumo manufaturados”³²⁵. O trabalho assalariado adotado, na realidade era a manifestação de um processo de transformação material provocada pelo aumento das estradas de ferro, bancos e outros vetores de desenvolvimento, básicos para o surgimento da industrialização. Inicialmente, o parque industrial era concentrado no Distrito Federal-Rio de Janeiro, depois em São Paulo, que se transforma no centro industrial brasileiro, gerando o crescimento em todos os setores da economia.³²⁶

O Brasil registrou em 1907 151.841 operários, dos quais 31% estavam no Rio de Janeiro (inclusive o Distrito Federal), 14,7% no Estado de São Paulo, 10% no Rio Grande do Sul e 6,1% em Minas Gerais. Em 1920, havia 297.006 operários no território nacional, sendo que o Estado de São Paulo registrava pelo censo, 28,8% dessa quantidade, o Rio de Janeiro-Distrito Federal 24,6%, Rio Grande do Sul 8,3% e Minas Gerais 6,3%. Esses Estados juntos, segundo o censo de 1920, eram responsáveis por 68% do proletariado industrial do Brasil ³²⁷.

Em 1907, o Distrito Federal continha 662 empresas/indústrias com 167.120 contos de capital e 34.850 operários. São Paulo possuía 326 empresas, com 127.702 contos de capital e 24.186 operários. Em 1920, após treze anos, possuía o Distrito Federal 1542 empresas com 441.669 contos de capital e 56.517 operários, enquanto São Paulo contava com 4.145 empresas,

³²⁴ Idem, p.79. Idem.

³²⁵ Cano, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, Difel, 1977, p.257. In Ghiraldelli...cit.p.36.

³²⁶ “Café, agricultura, transportes, indústria, comércio e finanças cresciam, assim, dinâmica e integradamente ampliando consideravelmente o potencial de acumulação do complexo paulista”. Cano, Wilson, op. cit. p.257. In Ghiraldelli ...cit. p.37.

³²⁷ Koval, Bóris. História do proletariado brasileiro. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982, p.126. Idem.

537.817 contos de capital e 83.998 operários. Em 1929 o Distrito Federal possuía 1937 indústrias, um capital de 641.661 contos e 93.525 operários. São Paulo contava com 6.923 empresas, com um capital de 1.101.824 contos e 148.376 operários ³²⁸. Não obstante os erros ocorridos nos censos, e considerando as indústrias com um crescimento linear entre os anos de 1907 e 1929, a taxa de crescimento da indústria carioca ficou em 57,9% enquanto a de São Paulo foi de 299,9%.

Outro dado relevante é o que diz respeito à formação da “grande Indústria”. Os estabelecimentos que possuíam um capital igual ou superior a 1000 contos e mais de 100 operários eram considerados “grandes empresas” na época. Em 1907, em São Paulo essas empresas respondiam por mais de 85% do capital industrial, enquanto no Distrito Federal essas “grandes empresas” eram responsáveis por 70% do capital industrial local. Semelhante situação ocorria em relação ao operariado: 80% dos operários paulistas pertenciam às “grandes empresas”, enquanto no Distrito Federal a porcentagem era de 57% ³²⁹.

Também era característica da industrialização brasileira, no período, a ausência de fábricas de maquinaria pesada, leia-se: indústria de bens de capital. Em 1920, a maior parte da produção industrial brasileira ficava com o setor de consumo semidurável, na seguinte proporção: 40% com o setor de alimentos, 27% com a indústria têxtil, 8,2% com o setor de confecções. O restante era representado pelo setor químico: 7,9%, pela metalurgia: 3,4% e apenas 0,1% pela fabricação de máquinas ³³⁰.

Pelo exposto, começa a ficar nítido que a situação de São Paulo era por demais específica no contexto geral brasileiro. Considerado o polo dinâmico do país à partir de toda a infraestrutura que a economia cafeeira lhe propiciou em termos de urbanização e industrialização, a capital paulista era local para onde afluíam milhares de imigrantes europeus, sendo que as crises sucessivas da economia cafeeira influía no seu êxodo para a capital onde havia a oportunidade de trabalharem nas fábricas.

Possivelmente, essa composição sócio-econômica *sui-generis* de São Paulo e suas consequências ligadas às organizações e mobilizações operárias teriam contribuído para que a

³²⁸ Silva, Sérgio, op. cit. p.79. Ibidem.

³²⁹ Idem, p.77-83. In Ghiraldelli ...cit. p.38.

³³⁰ Koval, Bóris, op. cit. p.123. Idem.

Escola de Aprendizes de São Paulo se diferenciava de suas congêneres nacionais não apenas nos cursos de suas oficinas mas em todo o projeto para a introjeção dos valores disciplinares na formação do bom trabalhador já que na referida cidade não era apenas educar uma mão-de-obra considerada mal preparada e displicente mas principalmente nacionalizá-la dentro de uma educação brasileira que substituísse o saber fazer operário adquirido nos ofícios dentro da fábrica, pela racionalização da aprendizagem e por extensão, da produção ³³¹

Dessa forma, questionando o conhecimento dos operários estrangeiros considerando-os “empíricos” e integrando um movimento mais amplo de nacionalização e “requalificação” da sua mão-de-obra industrial, a escola de aprendizes paulista provavelmente se assemelhava e se somava, embora a elite paulista não o divulgasse, às escolas profissionalizantes de São Paulo, na época, em especial, à Escola Profissional Masculina do Brás.

5.6 São Paulo: Industrialização, Operariado, uma Cidade Estrangeira

A expansão da lavoura cafeeira no Oeste paulista e ligada à essa atividade, a indústria e os primeiros operários, surgem no quadro sócio-econômico da região na última década do século XIX, manifestando sua maior expressão na cidade de São Paulo, eixo vital dentro do complexo cafeeiro.

A capital paulista, na época, integrada no mecanismo de exportação do café através do porto de Santos e beneficiária do desenvolvimento da extensão ferroviária, transforma-se “em centro de transporte, em entreposto humano e comercial, em centro bancário e de negócios”³³² e até em mercado para abastecer as fazendas, voltadas unicamente para a produção do café, em suas necessidades básicas.

Além disso, a cidade paulista torna-se residência urbana dos fazendeiros, os quais em suas atividades de organização e administração das sociedades de estradas de ferro, de

³³¹ Antonacci, Maria Antonieta Martinez. A Vitória da Razão (?) O IDORT e a Sociedade Paulista. São Paulo, Editora Marco Zero, p.55-57.

³³² Wilhelm, Jorge – “A metropolização da cidade de São Paulo”. In: Comunidade e Sociologia no Brasil; leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil (por) Florestan Fernandes, organizador. São Paulo, Editora Nacional, Editora da USP, 1972, p. 206. Cf. Blanco, Esmeralda Luiz – O trabalho da Mulher e do Menor na Indústria Paulistana (1890/1920). Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1977, p.6.

constituição das companhias de colonização e imigração, para associar-se aos bancos, tratar de seus interesses de classe e participar dos problemas políticos, “depara-se com a necessidade de “uma convivência urbana”³³³. O fazendeiro, “verdadeiro empreendedor capitalista”, morando na capital, toma contato com o comércio do café e impelido pelos lucros deste, aumenta as suas atividades urbanas e até se transforma em pioneiro da indústria, em parte financiando a sua instalação.

É também relevante para essa fisionomia nova de São Paulo no final do século XIX, a imigração européia, com mais intensidade à partir de 1880, suprimindo de mão-de-obra as fazendas cafeicultoras do Oeste Paulista e, em 1888, substituindo definitivamente o trabalhador escravo.³³⁴

Dessa forma, São Paulo então assume a função de “entrepasto humano” no qual o fazendeiro, obtendo informações relativas ao “número de trabalhadores disponíveis e da sua qualidade”³³⁵, pessoalmente ou através de seus “genros ou filhos, encarregados por escrito”³³⁶, contrata os imigrantes, que acomodados na Hospedaria do Brás, ansiosamente aguardam o momento de serem encaminhados aos cafezais na esperança de melhorarem as condições de vida³³⁷. A Hospedaria, construída na mesma década, provoca “um progresso da cidade no espaço” decorrente dos amplos edifícios, modestas pensões e pequeno comércio que surgem nas ruas

³³³ Monbeig, Pierre – “La croissance de la ville de São Paulo”, *Revue de Géographie Alpine*, XLI: 59-97, 1953 (artigo em “Reprografia”. USP, Serviço de documentação), p.84. In Blanco, Esmeralda Luiz, op. cit. p.7.

³³⁴ Blanco, Esmeralda Luiz. O trabalho da Mulher e do Menor na Indústria Paulistana. Dissertação de Mestrado, História, FFLECH, USP. São Paulo, 1977, p.7

³³⁵ 238.Piccarolo, Antonio – L’Emigrazione Italiana nello Stato di S. Paulo. São Paulo, Livraria Magalhães Editora, 1911, p.113. Idem.

³³⁶ “A Província de S. Paulo”, 30 de maio de 1888. Apud Beiguelman, Paula – “A grande imigração em São Paulo”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo (3) : 99-116, 1968, p.109. In Blanco...cit. p.8.

³³⁷ No período de 1881 a 1890, 41,75% dos imigrantes entrados no Brasil vêm para o Estado de São Paulo; de 1894 a 1903 essa porcentagem eleva-se para 53,73% e na década seguinte para 55,58% (Diegues Júnior, Manuel – imigração, Urbanização e Industrialização (estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil), Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1964. De 1887 a 1920, o movimento migratório para o Estado atinge o total de 1.733.059 imigrantes (Camargo, José Francisco de – Crescimento da População no Estado de São Paul e seus aspectos econômicos (Ensaio sobre as relações entre a Demografia e a Economia), São Paulo, USP, Faculdade de filosofia, Ciências e Letras, 1952 (Boletim n.º 153 – Economia Política e História das Doutrinas Econômicas n.º1), v.1. Ibidem.

circunvizinhas, desencadeando entre a cidade e o campo “um movimento de fazendeiros à procura de mão-de-obra e de trabalhadores agrícolas em busca de engajamento”³³⁸.

No princípio do século vinte, a cidade de São Paulo aumenta e progride na mesma proporção do alargamento e da prosperidade da cultura do café. É uma grande cidade de negócios, na qual o café após as colheitas se concentra antes de ir para Santos. É o “mercado central” onde o dinheiro circula rápido, recebendo grande contingente de imigrantes que se distribuem como ondas pelas regiões cafeeiras.³³⁹

Entretanto, entre esses imigrantes, são muitos os que acabam por se fixar na zona urbana, contribuindo para a urbanização de São Paulo. Além da ampliação do mercado consumidor, o imigrante europeu, em especial o italiano, que aflui numa quantidade maior, também insere novos hábitos de consumo. O crescimento da população se dá em ritmo vertiginoso, principalmente próximo ao centro, devido ao comércio, serviços públicos, finanças, recreação, representando a expansão comercial e industrial da Capital, que se transforma numa cidade “estrangeira”³⁴⁰.

O ex-escravo, que vem do interior “em busca das oportunidades de trabalho livre,”³⁴¹ não tem condições de concorrer com o trabalhador branco, é conduzido “ao desajustamento econômico, à regressão ocupacional e ao desequilíbrio social”³⁴². Contrastando com essa situação, ao imigrante a cidade oferece oportunidades de ascensão social, sendo que alguns se projetam econômica e socialmente através do comércio ou da pequena indústria ³⁴³. Outros,

³³⁸ Monbeig, Pierre – op. cit., p.86. Idem.

³³⁹ Denis, Pierre – O Brasil no século XX. Lisboa, José Bastos & Cia. Editores, s.d., p.145/146. In Blanco Esmeralda, Luiz, op. cit. p.9.

³⁴⁰ Fernandes, Florestan – A integração do negro à sociedade de classes. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP, MEC, 1964, p.9.

A população da cidade de São Paulo que é de 64.934 habitantes em 1890, eleva-se, em 1900, a 239.934 habitantes (Matos, Odilon Nogueira de – “A cidade de São Paulo no século XIX”. Revista de História, X (21-22): 89-125, 1955). Em 1905, 1910, 1915 e 1919, São Paulo contém, respectivamente, 300.000, 375.000, 472.000 e 526.000 habitantes, atingindo, em 1920, o total de 579.033 habitantes (Petrone, Pasquale – “A cidade de São Paulo no século XX”. Revista de História, São Paulo, X (21-22): 127-170, 1955). Idem.

³⁴¹ Fernandes, Florestan – op. cit. loc. cit. In Blanco...cit. p. 10/11.

³⁴² Idem, p. 30. Idem.

³⁴³ Em 1920, “dos estabelecimentos industriais existentes no Estado de São Paulo, organizados sob a forma de firmas individuais”, 64,2% pertence a estrangeiros, especialmente a italianos (Camargo José Francisco de – op. cit., p.258). In Blanco...cit.p.10.

homens, mulheres, menores e crianças, famílias inteiras, sentindo-se atraídos pelo desenvolvimento do setor terciário e pela industrialização, acabam formando “o primeiro contingente operário da capital”³⁴⁴.

A ampliação do setor secundário liga-se à crescente urbanização da cidade. Devido ao baixo preço dos terrenos e à facilidade de transporte dos produtos, desenvolvia-se o parque industrial paulistano às margens do Tamanduateí e Tietê, junto às estações ferroviárias e ao longo das estradas de ferro. Os estabelecimentos industriais – atraídos pelas ferrovias, com as quais estavam em comunicação através de desvios, eram fator de atração da população operária. Há o predomínio daqueles estabelecimentos de porte pequeno e médio, pequenas oficinas, fabriquetas e ateliers de caráter doméstico, criando uma nova paisagem em bairros como o Bom Retiro, Brás, Moóca, Água Branca, Ipiranga, refletindo a função industrial da cidade ³⁴⁵.

Nos referidos bairros concentram-se próximos às mais expressivas indústrias casebres e cortiços, – a habitação do operariado, coexistindo com “tendas de sapatarias, marcenarias, fábricas de massas, graxas, óleos, de tintas de escrever, fundições, tinturarias, fábricas de calçados, manufaturas de roupas e chapéus, que funcionam em estalagens, em fundo de armazéns, em resumo: em lugares que o público não vê”³⁴⁶.

³⁴⁴ Blanco, Esmeralda L. – op. cit. p.10, loc. cit.

³⁴⁵ Conforme esclarece Warren Dean, “é impossível ter-se uma noção exata das primeiras manifestações do sistema fabril de São Paulo”(Dean, Warren – A industrialização de São Paulo (1880-1945). São Paulo, Difusão Européia do Livro, Editora da USP,1971, p.19/20). Contando com apenas 32 fábricas em 1889, a Capital contém, no princípio do século, cerca de 100 estabelecimentos industriais, quando, de acordo com Reclus, ‘A indústria paulista compreende já todas as manufaturas e fábricas que produzem os objetos de consumo e de uso ordinário’(Reclus, Elisée – Estados Unidos do Brasil. Rio – Paris, Ed. H. Garnier, 1900, p.327. Apud Matos, Odilon Nogueira de – “A cidade de São Paulo no século XIX”, P.111). In Blanco...cit.p.11.

³⁴⁶ Bandeira Júnior, Antonio Francisco – A indústria no Estado de São Paulo em 1901. São Paulo, Tipografia do “Diário Oficial”, 1901, p.11.

A pequena indústria realmente apresenta-se bastante ativa em São Paulo. Ainda em 26 de janeiro de 1913, “O Estado de S. Paulo” publica, à página 15, anúncios nos seguintes termos: “Precisa-se alugar casa ou barracão que sirva para instalar uma indústria com maquinismo, Carta com preço sob S., no escritório desta redação”; “Casa para indústria. Compra-se uma para pequena indústria, no Bairro do Brás, Ofertas à caixa, 845”; “Casa. Precisa-se para fábrica de cigarros, com comodidade para família. Trata-se à rua S. Bento n.22 (sobrado) – Fábrica”. Idem.

No Brás, assim como em outros bairros, instalam-se “dia a dia”³⁴⁷, “Fábricas de todos os tipos, com máquinas aperfeiçoadas, com aparelhamento elétrico ou a vapor, ou pequenas oficinas”.

Alinham-se ao lado de pequenos estabelecimentos, instalados às vezes na residência do proprietário – às vezes o único trabalhador ou então auxiliado pela família e poucos operários – fábricas que produzem “desde alimentos até máquinas de beneficiar café, atestando a diversificação da produção industrial, embora funcionassem às vezes em prédios mal adaptados. Entre as diversas indústrias existentes: de confecções, de bebidas, de chapéus, de calçados destacam-se as fábricas de tecidos, de algodão, juta, seda, lã em relação ao valor de sua produção e da mão-de-obra empregada, que é constituída principalmente de mulheres, de menores e de crianças de ambos os sexos”³⁴⁸.

Embora o Estado de São Paulo tenha adquirido maior expressão industrial à partir da última década do século XIX, fundamentada na produção de bens de consumo duráveis, “bens destinados a satisfazer as necessidades mais diretas da população (...) nos setores da alimentação, do vestuário e dos utensílios domésticos”³⁴⁹, em 1910 se coloca na liderança da produção nacional, com mais de 30.000 operários, entre homens, mulheres, menores e crianças, a maioria deles de origem européia, especialmente italiana. Isso significa a preponderância do imigrante europeu na população operária de São Paulo, não obstante essa imigração houvesse sido orientada objetivando os interesses da grande lavoura. Ao lado do imigrante espontâneo, que permanece nas cidades, somam-se aqueles que fogem do campo para as cidades, constituindo-se em elemento formador do operariado urbano paulista.³⁵⁰

³⁴⁷ Torres, Maria Celestina Teixeira Mendes – O Bairro do Brás. São Paulo, Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1969 (História dos Bairros de São Paulo, 1) p.164. In Blanco, Esmeralda Luiz, op.cit.p.12.

³⁴⁸ Em 1920, as indústrias alimentícias do Estado empregam, em 1267 estabelecimentos, 11.213 operários, numa média de 9 operários por estabelecimento, sendo de 119.432:538\$ o valor de sua produção; o setor têxtil, com 247 estabelecimentos, emprega 34.825 operários, 141 por estabelecimento, em média, sendo de 141.802:392\$ o valor de sua produção (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1.º de setembro de 1920, V (1.ª parte), INDÚSTRIA. Rio de Janeiro, Tip. da Estatística, 1927). In Blanco, Esmeralda Luiz, op. cit. p.12.

³⁴⁹ Cenni, Franco – Italianos no Brasil. São Paulo, Livraria Martins Editôra, s.d., p.211/212.

³⁵⁰ “Entre 1871 e 1930, mais de 1373.000 imigrantes italianos vieram para o Brasil”. Trento – Do outro lado do Atlântico: Um século de Imigração Italiana no Brasil. São Paulo, Nobel, 1989.
“Essa imigração foi desejada e facilitada pelos governos federal e estadual, principalmente de São Paulo, que criou, em 1884, uma Central de Imigração para organizar as viagens e a colocação desses

Na primeira década do século vinte era grande o número dos colonos que “deixando as fazendas onde estiveram empregados” se fixam na cidade, trazendo “às suas indústrias nascentes a oferta de uma mão-de-obra barata”³⁵¹. Os colonos que abandonam a fazenda depois da colheita não se empregam nas fazendas vizinhas, e todo ano a colheita marca um novo movimento de migração da população rural para os centros urbanos. Assim é que as cidades do estado e a própria capital “estão povoadas de antigos imigrantes que deixaram o trabalho agrícola”³⁵².

Em inquérito realizado nos estabelecimentos industriais do Estado, nos quais as máquinas absorvem milhares de operários de ambos os sexos, e grande “número de menores, a contar de 5 anos” Bandeira Júnior, em 1901, constata essa preponderância do estrangeiro, sobretudo do italiano, na população operária de São Paulo, na qual o elemento nacional não constitui “nem ao menos dez por cento!”³⁵³.

Impulsionado pelas condições insatisfatórias nas fazendas ou pelas crises da economia cafeeira e vendo seu ideal de acesso à propriedade da terra frustrado, o imigrante às vezes originário de centros urbanos europeus e portanto de profissões urbanas, vencido um ano de contrato nas fazendas, encaminha-se para as cidades, frequentemente a Capital, buscando “atividades semelhantes à sua profissão de origem”.

Dessa forma, a indústria funciona como polo de atração da mão-de-obra rural, especialmente pelas disparidades entre os salários agrícolas e os industriais, discrepâncias mais nominais do que reais, mas que constituem o elemento de atração da cidade sobre o rurícola ³⁵⁴.

trabalhadores nas fazendas do interior do Estado. A maioria era enviada para as terras onde os conflitos entre proprietários e colonos tornavam-se constantes porque as promessas e contratos não eram cumpridos. Segundo Cenni, “no início do século, a crise do café agrava estas relações e o governo italiano intervém, proibindo em 1906, o repatriamento dos italianos de origem e, em 1920 o decreto Prinetti proíbe a subvenção da viagem dos imigrantes”. Cenni, F. op. cit. Em função desses conflitos e da precária condição de vida nas fazendas de café, um considerável número de italianos, sobretudo meridionais, não queria permanecer no campo. Suas metas eram as cidades, o trabalho nas indústrias ou o trabalho como artesãos. Ser proprietário de uma pequena oficina ou indústria familiar fazia parte do sonho dos imigrantes e muitos lutaram por isso”. Damiani, Miguel Paulo – I Nostri Damiani. Esboço Histórico-Genealógico da Família Damiani. São Paulo, 1998, p.39.

³⁵¹ Denis, Pierre – op. cit., p.146. In Blanco...cit.p.13.

³⁵² Idem, p.199.

³⁵³ Bandeira Júnior, Antonio Francisco – op. cit., p.13. In Blanco...cit.p.14.

³⁵⁴ Camargo, José Francisco de – Êxodo Rural no Brasil. São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (USP), 1957.Idem.

O recrutamento direto da mão-de-obra européia deve ser acrescido aos dois fatores considerados. Esse recrutamento era realizado pelos industriais do Estado de São Paulo, especialmente pelo setor imigrante desse empresariado, o qual tendia “a contratar ou ajudar pessoas oriundas de seus próprios países”³⁵⁵. No início de suas atividades, Francisco Matarazzo coloca em prática essa solidariedade a qual “parece ser característica quase invariável do empresariado imigrante em toda a parte”, pagando “a passagem de rapazes de sua cidade natal”, dotados das habilidades por eles solicitadas ³⁵⁶.

O recrutamento direto de trabalhadores estrangeiros, permeado de solidariedade, parece se relacionar à falta de mão-de-obra especializada ressentida por alguns setores industriais, exacerbada em certos períodos pelo déficit do movimento migratório ³⁵⁷ e pelas “dificuldades” de se introduzir o trabalhador nacional no setor secundário, segundo as fontes da época. O almanaque da “Antártica”, anota em 1904, referindo-se ao operariado da Vidraria “Santa Marina” constituído na maioria de franceses, cujo salário são “estabelecidos em contratos legalmente feitos em França”,³⁵⁸ e de poucos italianos, que “todas as tentativas têm sido baldeadas para introduzir os nacionais naquele serviço”³⁵⁹, esclarecendo que o velho forno da fábrica “em breve estará outra vez trabalhando, desde que cheguem os operários mandados buscar para esse fim”³⁶⁰.

São poucas as referências a respeito da mão-de-obra nacional, talvez devido à sua insignificante “participação na formação dos primeiros núcleos operários de São Paulo,” como também com relação aos imigrantes de outros Estado do Brasil, os quais, somam entre 1887 e 1920, 67.878 trabalhadores no Estado de São Paulo.

³⁵⁵ Dean, Warren – op. cit., p.61. In Blanco, Esmeralda Luiz op.cit. p. 15.

³⁵⁶ Blanco, Esmeralda Luiz, op. cit. p.15.

³⁵⁷ Mertzig, Lia Romano Leite – As dificuldades de adaptação do imigrante no Estado de São Paulo. Repatriação e reemigração. 1889/1920. São Paulo, 1977 (Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). In Blanco, Esmeralda Luiz, op. cit. p.15.

³⁵⁸ “O Estado de S. Paulo”, 4 de março de 1901, p.2. Idem.

³⁵⁹ Almanaque da “Antarctica” para 1905. Primeiro ano. São Paulo, Tipografia D. Amicucci, 1904, p.31. Ibidem.

³⁶⁰ Idem, p.26. In Blanco, Esmeralda Luiz, op. cit. p.15.

Entretanto, as observações sobre a superioridade técnica e a experiência de trabalho em indústria relacionada à mão-de-obra estrangeira são constantes: “O italiano é essencialmente artista”, observa em 1901 Bandeira Júnior ³⁶¹; o operariado da Fábrica de Calçados da E. B. da Rocha & Cia., “especialmente contratado na Europa”, é “bastante habilitado”, o qualifica em 1903 “O Estado de S. Paulo” ³⁶². São sugestivos os anúncios publicados nesse mesmo jornal sobre o assunto: “Jovem diplomado na Escola de Tecelagem de Milão, prático em teares mecânicos de fazenda e fitas em máquinas Jacquard, Ratierre e Vincenzi, oferece seus serviços”, possuindo “bons documentos de sua perícia”³⁶³; “Mestre chegado há poucos dias da Itália, com 20 anos de prática para montagem e trabalho, procura empregar-se como mestre e contra-mestre” em “Fiação de algodão e lã”³⁶⁴; “Contra-mestre moldista, italiano, ocupado em grande fábrica, querendo sair se oferece “a “fabricantes de calçados”, dando “referências de primeira ordem”³⁶⁵.

Portanto, na formação do operariado urbano paulista, a participação do imigrante europeu e especialmente do italiano é bem expressiva. Em estudo sobre a indústria paulistana, Pasquale Petrone observa que a primeira fase industrial da cidades, desenvolvida entre 1890/1914 coincide com “fase áurea da imigração italiana”³⁶⁶, época em que chegam ao Estado 809.650 imigrantes italianos, sendo que 387.990 vêm na década de 1892 a 1901. Após esse ano ocorre um decréscimo até 1910, quando a imigração volta a ser importante e boa parte dessa população se fixa na zona urbana.

Em relação às indústrias têxteis, tomando-se os 9.724 operários inventariados em estabelecimentos da Capital pelo Departamento Estadual do Trabalho em 1912, 1.677 são nacionais, 612 de nacionalidade ignorada e 7.435 estrangeiros, dos quais, 5.996, italianos. Em

³⁶¹ Bandeira Júnior, Antonio Francisco – op. cit. p. 10. In Blanco, Esmeralda Luiz, op cit.p.16.

³⁶² “O Estado de S. Paulo”, 2 de janeiro de 1903, p.2. In Blanco, Esmeralda Luiz, op. cit. p.16.

³⁶³ “O Estado de S. Paulo”, 27 de janeiro de 1909, p.7. In Blanco, Esmeralda Luiz, op. cit. p. 17.

³⁶⁴ Idem, 9 de novembro de 1909, p.10. In Blanco, Esmeralda Luiz, op. cit. p.17.

³⁶⁵ Idem, 26 de fevereiro de 1913, p.13. In Blanco, Esmeralda Luiz, op. cit. p.17.

³⁶⁶ Petrone, Pasquale – “As indústrias paulistanas e os fatores de sua expansão” (Sep. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, (14); 26-37, julho de 1953, p.27). In Blanco, Esmeralda Luiz, op. cit. p.18.

quantidades bem inferiores aparecem espanhóis, portugueses, franceses, alemães, ingleses, sírios e japoneses³⁶⁷.

Durante a primeira guerra, a corrente imigratória ficou reduzida, retomando o ritmo à partir de 1919. Embora no período de 1914 a 1918 tenha havido a diminuição do fluxo imigratório, é ainda significativa nesses anos de guerra, a participação do imigrante na força de trabalho. O período provoca perspectivas novas à indústria paulista e o desenvolvimento industrial que ocorre, contribui “para que novas correntes imigratórias prefiram ficar nos centros urbanos”³⁶⁸. Dessa forma, em 1920, dos 83.998 operários empregados nas 4.145 indústrias do Estado, que contribuem com 33% da produção do país, aproximadamente 50% são ainda estrangeiros³⁶⁹.

Em suma, no período de 1890 a 1920, o Estado de São Paulo sofre profundas alterações sócio-econômicas, e na Capital elas têm um maior ímpeto. Torna-se irreversível o desenvolvimento da cidade, sua paisagem urbana modificada com a cafeicultura do Oeste, se altera mais ainda com a industrialização. O aumento demográfico e a ampliação dos setores secundário e terciário estão diretamente ligados à imigração. O operariado urbano torna-se expressivo, sendo seu principal núcleo o bairro do Brás, “uma verdadeira cidade italiana”,³⁷⁰ como o era em certos aspectos a própria Capital. Entretanto, a industrialização carrega consigo problemas sociais, e a vida urbana adquire um novo ritmo ditado pela indústria e a questão social.

5.7 Como Vive e como Reage a Classe Operária de São Paulo

³⁶⁷ “Condições do trabalho na indústria têxtil do Estado de São Paulo”. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, Ano I, n.os. 1 e 2, 4.º trimestre de 1911 e 1.º de 1912, p.74/75. In Blanco, Esmeralda Luiz, op. cit. p.18.

³⁶⁸ Diégues Júnior, Manuel – op. cit., p.56. In Blanco, Esmeralda Luiz, op. cit. p.18. Segundo José Francisco de Camargo, em 1920, 24,7% da população estrangeira que ingressa no Estado de São Paulo permanece na Capital (Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos, Volume I). Idem.

³⁶⁹ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1.º de setembro de 1920, V (1.ª parte), Indústria. Rio de Janeiro, Tip. Da Estatística, 1927. In Blanco...cit.p.19.

³⁷⁰ Piccarolo, Antonio e Lino Finocchi – op. cit., p.139. Idem.

Uma nova paisagem urbana é inaugurada pela industrialização na cidade de São Paulo no século passado: formam-se os primeiros núcleos de população operária nos bairros industriais, junto às fábricas e oficinas. São “bairros mistos, industriais e residenciais a um só tempo”³⁷¹. O crescimento demográfico penaliza a cidade com seus efeitos: há falta de “habitações decentes e baratas”³⁷² e a conveniência de morar “perto do lugar de emprego dada a insuficiência e o alto custo do transporte”³⁷³ acabam confinando os trabalhadores nas habitações coletivas. Num processo de degradação moral, pois “famílias inteiras e numerosas” são impulsionadas a viver “em locais estreitos, pouco arejados, insalubres”³⁷⁴.

Nos bairros paulistanos: Brás, Bexiga, Água Branca, Bom Retiro, Ipiranga e outros com aspecto peculiar devido à industrialização, cortiços e casebres se multiplicam próximo às fábricas, em “ruas infectas, sem calçamento”³⁷⁵, denunciando a situação sócio-econômica precária do trabalhador. Morando em casinhas, pequenas e insuficientes para a população que abrigam, ou habitações coletivas, dormindo em hotéis-cortiços, nos quais o aglomerado de pessoas excede o razoável. A população operária, ainda, se abriga em vendas, nos cômodos alugados nos fundos de depósitos de madeira ou outros materiais, nos terrenos onde havia oficina de canteiro, nas cocheiras, estábulos, cortiços improvisados, sem condições de habitabilidade³⁷⁶.

Consequência da modificação de diversos sobrados “por meio de divisões e subdivisões dos primitivos aposentos”, caracterizam-se os cortiços pela “má qualidade e impropriedade das construções”, pela carência de prévio saneamento do terreno onde se acham construídos”, pela “falta de capacidade e má distribuição dos aposentos, quase sempre sem luz e sem a necessária

³⁷¹ Petrone, Pasquale – “A cidade de São Paulo no século XX”, p.130. In Blanco...cit. p.20.

³⁷² Morse, Richard M. – Formação Histórica de São Paulo (de Comunidade a Metrópole). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970 ,p.297. Idem.

³⁷³ Idem.

³⁷⁴ “Fanfulla”, 14 de outubro de 1898, p.2.Ibidem.

³⁷⁵ Torres, Maria Celestina Teixeira Mendes – op. cit., p.167. Idem.

³⁷⁶ Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das habitações operárias do Distrito de Santa Ifigênia, apresentado ao cidadão Dr. Cesário Motta Júnior, M. D. Secretário dos Negócios do Interior do Estado de S. Paulo, em 28 de Março de 1894. São Paulo, Tipografia a vapor de Vanorden & Comp. , 1894, p.260/261. In Blanco...cit.p.21.

ventilação’, assim como pelo desprezo das mais comensais regras de higiene doméstica ³⁷⁷. Abrigando diversas famílias, “não são senão casas de dormida a que se adicionam alguns cômodos para uso comum: uma sala com vários fogões improvisados para uso de todos, umas latrinas pessimamente instaladas, e compridos corredores com iluminação insuficiente”³⁷⁸.

Essas observações datadas de 1893 e relativas ao Distrito de Santa Ifigênia e reveladas pela Comissão de Exame e Inspeção das habitações Operárias desse local, podem ser extensivas aos bairros operários em geral, nos quais a falta de higiene, a insalubridade, o excesso de moradores caracterizam as habitações.

O inspetor sanitário Dr. Evaristo da Veiga, no mesmo ano de 1893 faz as seguintes observações com relação aos bairros do Brás, Bexiga e Bom Retiro: que existem igualmente nessas localidades casas “com acomodações para 6 ou 8 pessoas”, abrigando “em completa promiscuidade, 30 a 40 indivíduos”.³⁷⁹ Ele também se refere aos diversos “casarões”, que em várias ruas da Capital, inclusive a rua da Consolação, “durante a noite” alojam centenas de pessoas “sem luz, sem ar”, num ambiente pernicioso à moral, à saúde, no qual a “cor escura das paredes, as elevações do assoalho, os utensílios e roupas esparsos pelo quarto, tudo revela a maior imundície que se pode imaginar”³⁸⁰.

Qualificando esses “recantos imundos” como indescritível”, o Inspetor Sanitário em questão, em seu relatório, lamenta a ausência de uma legislação que permita “providenciar radicalmente”, considerando a construção das vilas operárias, “o único meio possível de saneamento”³⁸¹.

A citada Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias do Distrito de Santa Ifigênia propõe como solução para os problemas presenciados, obrigar a reforma dos cortiços

³⁷⁷ Idem, p.260.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ Da Profilaxia das Moléstias Infecto-contagiosas e especialmente do Colera-Morbus no Estado de São Paulo. Relatório apresentado à Administração Sanitária do Estado pelo inspetor Sanitário Dr. Evaristo da Veiga. In: Relatório apresentado ao Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Cesário Motta Júnior, Secretário dos Negócios do Interior em 28 de Março de 1894. São Paulo, Tipografia de Vanorden & Comp., 1894, p.93. In Blanco...cit.p.22.

³⁸⁰ Idem.

³⁸¹ Idem.

existentes, impedir a construção de novos e com relação aos já condenados, “desapropriá-los, demoli-los e substituí-los por vilas operárias”³⁸².

Decorrência provável dessa investigação, as condições dos cortiços e a edificação das vilas operárias tornam-se objeto de regulamentação municipal e estadual nessa década ainda, instituindo-se no planos estadual e municipal, respectivamente de 1894 e 1895, as primeiras disposições com relação às “habitações das classes pobres”³⁸³.

Entretanto, as legislações pertinentes, estaduais e municipais, que tratam do problema das habitações coletivas, não conseguem atingir os objetivos a que se propõem. São elas: o Decreto Estadual n.º233 de 1894 que estabelece o Código Sanitário do Estado proibindo a construção de cortiços e cuidando “para que desapareçam os existentes”³⁸⁴; o Decreto n.º 394 de 1896, que regulamenta o Serviço Sanitário Estadual e trata das habitações coletivas; a Lei Municipal n.º134 de 1895 que regulariza a Polícia Sanitária do Município.

Pressionado por alugueis muito caros, que comprometem “além de um-terço” de seu parco salário e pelos custos excessivos dos gêneros de primeira necessidade, continua o operário a viver no ambiente insalubre e promíscuo das habitações coletivas. Bandeira Júnior, em 1901, sintetiza as condições dessa população de São Paulo: “Nenhum conforto tem o proletário nesta opulenta e formosa Capital. (...) As casas são infectas, as ruas, na quase totalidade, não são calçadas, há falta de água para os mais necessários misteres, escassez de luz e de esgotos”³⁸⁵.

Ganhando apenas “para pagar um quarto estreito, sem luz nem ventilação, numa forçosa promiscuidade com seres racionais e irracionais”, mal domiciliada, ainda a população operária é mal alimentada. Provendo-se “em pequenos negócios” e de quantidades pequenas, os operários “pagam sempre mais caro tudo quanto necessitam”, sobretudo os gêneros alimentícios³⁸⁶.

³⁸² Relatório da Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias do Distrito de Santa Ifigênia, apresentada ao cidadão Dr. Cesário Motta Júnior, M. D. Secretário dos Negócios do Interior do Estado de S. Paulo. In: Relatório apresentado ao Senhor Doutor Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Cesário Motta Júnior, Secretário de Estado dos Negócios do Interior em 28 de Março de 1894. São Paulo, Tipografia a vapor de Vanorden & comp., 1894.

³⁸³ Decreto Estadual n.º 233 de 2 de março de 1894, Capítulo V. In Blanco... cit. p.23.

³⁸⁴ Idem, Capítulo V, artigo 138. In Blanco, Esmeralda Luiz, op. cit. p.23.

³⁸⁵ Bandeira Júnior, Antonio Francisco – op. cit., p.14. In Blanco... cit. p.24.

³⁸⁶ “Jornal Operário”, 29 de outubro de 1905, p.3. in Blanco, Esmeralda Luiz, op. cit. p. 24.

Em suma, essa é a realidade da vida operária no Brás, Bom Retiro, Água Branca, Lapa, Ipiranga e outros bairros da Capital, nos quais são exceção as vilas operárias e onde, ainda em 1906, o jornal O Estado de S. Paulo aponta um “inquietador” aumento das habitações coletivas³⁸⁷.

O Departamento Estadual do Trabalho, em 1912, cita os bairros operários como os mais atingidos pela “carestia dos produtos alimentícios”, não apenas devido aos recursos parcos de sua população, mas porque os preços são mais elevados nessas localidades. Mencionando o bairro do Brás, no qual “se acha aglomerada cerca de metade dos operários da Capital”, imputa o acontecimento “à enorme divisão do seu comércio, à venda a crédito e à venda em diminuta quantidade”, acrescentando: “As vendas e botequins, devido à falta de exigência das nossas autoridades, funcionam, principalmente a dos bairros habitados pelo elemento operário, em locais acanhadíssimos, sem higiene, onde não há o menor indício de asseio. Nas pequenas vendas e botequins, os gêneros além de mais caros são de qualidade inferior e, não raro, é a clientela lesada no peso e na medida”³⁸⁸.

Piorando ainda essa questão do alto custo de vida, os alugueis dos casebres e cômodos habitados pelo trabalhador tornam deficitária a remuneração do trabalho. Fora isso, esclarece o citado Departamento, em 1912, que dos poucos “industriais que se preocupam com o problema das habitações operárias (...) nenhum o faz com o intuito humanitário ou altruísta”³⁸⁹. O Serviço Sanitário do Estado, no ano seguinte admite que “o problema das casas para operários” ainda “espera solução”, já que não considera “aceitável o critério corrente de se permitir a construção de cortiços disfarçados, verdadeiras colmeias, a que chamam vilas operárias, pomposamente, e onde pouco entram o sol e o ar, dispondo apenas de alguns metros quadrados de terreno livre para recreio, em que o poço abastecedor de água dos moradores, fica distante alguns metros ...apenas da fossa latrina”³⁹⁰.

³⁸⁷ “O Estado de S.Paulo”, 16 de fevereiro de 1906, p.2. In Blanco, Esmeralda Luiz, op. cit. p.24.

³⁸⁸ “Custo dos artigos de primeira necessidade”. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, Ano I, n.º 3, 2.º trimestre de 1912, p.355. In Blanco ...cit. p.26.

³⁸⁹ “Condições do trabalho na indústria têxtil do Estado de São Paulo”. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, Ano I, n.os.1 e 2, 4.º trimestre de 1911 e 1.º de 1912, p.40. Idem.

³⁹⁰ Serviço Sanitário do Estado de São Paulo – Diretoria Geral – Relatório de 1913 apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Guilherme Álvaro, Diretor Geral do Serviço Sanitário, em comissão. São Paulo, Tipografia do “Diário Oficial”, 1917, p.14. In Blanco ... cit. p.27.

Voltando ao argumento, em 1914, descreve “o que de insalubre encerram, entre nós, as chamadas ‘vilas operárias’, onde o sol mal penetra, onde os aposentos, destinados em geral a famílias numerosas, têm superfície e cubagem acanhadas, onde falta o terreno livre para garantir, ao menos, a insolação das paredes das construções” concluindo: “em torno de um pátio cimentado, de algumas dezenas de metros de superfície, alinham-se lado a lado casinhas raquíticas, de porta e janela, contendo dois ou três aposentos acanhados, dando para o quintalete também cimentado, onde o gabinete sanitário e, muitas vezes, o poço de água potável, roubam ainda o espaço livre”³⁹¹.

Refletindo a insatisfação do trabalhador, os movimentos operários têm no aumento de salários, ou no pagamento dos atrasados, sua reivindicação principal, como nas décadas de 1890 e seguinte, revelando o nível salarial insuficiente em relação ao alto custo de vida, realidade agravada com a primeira grande guerra, tendo a sua culminância na greve geral de 1917. As greves refletem a miséria material da população operária assim como a sua miséria social. Os bairros operários constituem-se em síntese dos problemas sociais mais graves. São as regiões mais insalubres da Capital, considerando-se a péssima infra-estrutura que possuem e as condições higiênicas e morais precárias das habitações nas quais se aglomeram a sua população.

Os índices de criminalidade e de delinquência juvenil, agressões, roubos, revelando a violência, a desordem reinante no cortiço, “viveiro de mexeriqueiros que o mantém em um contínuo estado de guerrilha”³⁹², nas ruas e quarteirões desses bairros, também são reflexo da pobreza, do ambiente moralmente degradante do cortiço, da doença.

As medidas no sentido de melhorar as condições de higiene dos bairros e habitações operárias não provocaram sensível alteração da realidade. No Brás, Bexiga, Bom Retiro, Ipiranga, Moóca e outros bairros operários a presença de cortiços e casebres é uma realidade ainda no final da segunda década deste século. Falta de higiene e de ordem, que pode “ser atribuída à pobreza, aglomeração e necessidade de trabalharem fora as mulheres, para aumentar

³⁹¹ Serviço Sanitário do Estado de São Paulo – Diretoria Geral – Relatório de 1914 apresentado ao Exmo Sr. Dr. Guilherme Álvaro, Diretor Geral do Serviço Sanitário, em comissão. São Paulo, Tipografia do “Diário Oficial”, 1917, p.13/14. Idem.

³⁹² “Fanfulla”, 30 de novembro de 1902, p.2. In Blanco...cit. p.30.

as rendas domésticas”³⁹³. Construções velhas, baixas, sem luz, úmidas, pouco arejadas; subnutrição, insalubridade, doenças, criminalidade, miséria material e social caracterizam as habitações e bairros operários da Capital, sendo que o Brás, “o maior e mais populoso dos nossos quarteirões industriais”,³⁹⁴ oferece “uma fisionomia de tragédia”³⁹⁵.

Tecendo críticas sobre a maneira “como vive o povo de São Paulo,”³⁹⁶ aglomerado em cortiços sem higiene, e sofrendo privações que a cada dia se tornam mais agudas, o jornal *Fanfulla* propõe soluções já cogitadas anteriormente: construção de casas baratas e higiênicas, regulamentação dos aluguéis das vilas operárias, considerados elevados, criar quarteirões populares e não permitir a elevação dos aluguéis de casas em geral, os quais representam “a quota mais elevada” do orçamento operário, “o terço da renda doméstica”³⁹⁷, levando mulheres, menores e crianças a suprir com seu trabalho o déficit mensal da família operária.

Foram baixos os níveis salariais da classe operária no período, devido à grande disponibilidade de mão-de-obra provocada pelos contínuos fluxos migratórios. Esses precários níveis salariais puderam ser mantidos pelos industriais devido ao deslocamento dos imigrantes do campo para a cidade no final da década de 1890, buscando condições melhores de sobrevivência no trabalho urbano. Também a massiva presença de mulheres e crianças ajudou a empurrar “para baixo” o salário do operário adulto³⁹⁸.

Eram bastante penosas as condições dos trabalhadores urbano-industriais desde os fins do século XIX e inícios do século XX. Era muito extensa a jornada de trabalho, que variava de 10 a 14 horas por dia, chegando a se prolongar por mais tempo ainda. Foram registrados casos nos quais o trabalho diário era de 15 horas, na fábrica têxtil Santa Rosália, na periferia de Sorocaba,³⁹⁹ e até de 17 horas, na fábrica Mariângela Matarazzo, na qual os operários trabalhavam das 5 às 22 horas, sem interrupção, em 1907.

³⁹³ Morse, Richard M. – op. cit. p.298. In Blanco ... cit. p.31.

³⁹⁴ “*Fanfulla*”, 14 de maio de 1919, p.3. Idem.

³⁹⁵ Idem.

³⁹⁶ Idem, 13 de maio de 1919, p.3. Ibidem.

³⁹⁷ Idem, 15 de maio de 1919, p.3. Idem.

³⁹⁸ Decca, Maria Auxiliadora Guzzo de – *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930*, São Paulo, Atual, 1991, p.12.

³⁹⁹ Idem, p.13.

Ao longo da República Velha foi constante a luta do operariado pela jornada de 8 horas de trabalho. Um exemplo disso, foi a greve de 1907, um movimento em defesa da jornada de 8 horas, que eclodiu em São Paulo atingindo Santos, Ribeirão Preto e Campinas. Ela foi desencadeada na construção civil, na indústria alimentícia e metalúrgica abrangendo posteriormente os gráficos, empregados da limpeza pública, sapateiros e têxteis. O movimento foi violentamente reprimido, sendo que obtiveram vitórias parciais apenas alguns setores operários.

Após esse episódio ocorreram agitações para a conquista das 8 horas de trabalho diário envolvendo setores operários, que obtiveram vitória fácil. No entanto, os industriais rompiam com os acordos firmados relativos aos horários de trabalho. Em 1912, foram registradas greves devido ao não cumprimento da jornada de 8 horas de trabalho pelos industriais. A legislação trabalhista ou social era inexistente. O operariado urbano e fabril não tinha direito ao descanso semanal remunerado, férias ou licença remunerada para tratamento de saúde, aposentadoria, etc.⁴⁰⁰. Na década de 1920, algumas leis sociais começaram a ser elaboradas e aplicadas: a lei sobre acidentes de trabalho (1923), a lei Elói Chaves sobre aposentadorias e pensões (1923) e a lei de férias (1926).

Os anos iniciais do século vinte, foram um momento de ascendente e intensa mobilização operária, ocorrendo contínuas paralisações de várias categorias de trabalhadores. “O período de 1903 a 1908 é rico em greves”⁴⁰¹. Sucedem greves por aumento de salário, por redução da jornada, por condições mínimas de trabalho. As reivindicações se repetem: diminuição da jornada de trabalho para 8 horas sem diminuição dos salários; aumento salarial; descanso semanal de 36 horas seguidas, normalmente sábado à tarde e domingo, chamado “semana inglesa”; contra a repressão policial ao movimento sindical; contra o aumento do custo de vida; pela regulamentação do trabalho da mulher e do menor⁴⁰².

⁴⁰⁰ Idem, p.14.

⁴⁰¹ Giannotti, Vito – Reconstruindo Nossa História, 100 Anos de Luta Operária no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1988, p.20.

⁴⁰² A. C. Operária – História da Classe Operária no Brasil, Resistência: de 1888 a 1919. 1985, Rio de Janeiro, p.44.

Em fins de 1905, em São Paulo, é criada a Federação Operária de São Paulo (FOSP). Realiza-se no Rio, em 1906, o I Congresso Operário Brasileiro, com 43 delegados de 28 organizações operárias de todo o país. Foi um marco dessa primeira época das lutas operárias. O congresso teve preponderância anarquista, com as seguintes idéias básicas : a organização operária deve ser federativa e não centralizada; o sindicalismo deve ser de resistência e não assistencialista; contra as visões reformistas dos agentes da Igreja e do Governo; antiparlamentarismo, significando a não participação no processo político eleitoral pois o importante é a ação direta da classe operária.

Em 1915, é criado em São Paulo, o Comitê de Defesa Proletária que liderou a greve de 1917 ⁴⁰³.

De 1908 a 1912 há um refluxo da luta operária com a polícia dismantelando associações e sindicatos. Eram constantes as torturas, prisões e expulsões de operários. Apesar da repressão, ocorreu em 1908, a famosa greve dos trabalhadores do porto de Santos, os quais trabalhavam 18 horas por dia. Inclusive, em 1907, foi promulgada a lei Adolfo Gordo, a qual “previa a deportação dos imigrantes que professassem o anarquismo, o socialismo ou que, simplesmente, lutassem por seus direitos”⁴⁰⁴. Em 1908 ocorreu a greve dos portuários de Santos os quais trabalhavam 18 horas por dia. O movimento foi reprimido duramente ocorrendo várias mortes de trabalhadores. Entretanto, entre 1917 e 1920 o movimento operário ressurgiu novamente com grande força.

A greve ocorrida em julho de 1917 em São Paulo, talvez tenha sido uma das mobilizações mais importantes ligadas à questão das condições de vida. Transformou-se em grande movimentação popular de alcance político enorme já que ultrapassou o âmbito exclusivamente operário. Afora as reivindicações operárias por condições melhores de trabalho, essa greve geral colocou na pauta reclamações e pedidos de melhoria das condições de consumo das camadas mais pobres da população paulista ⁴⁰⁵.

No ano de 1917, várias greves se realizam no Recife; no Rio, é decretado o estado de sítio, fechando os sindicatos e proibindo toda manifestação. Os anos de 1918 e 1919 são anos de

⁴⁰³ Giannotti, Vito, op. cit. p.22.

⁴⁰⁴ Decca, Maria Auxiliadora Guzzo de, op. cit. p.17.

⁴⁰⁵ Idem.

greves violentas. Luta-se pela jornada de 8 horas, por aumentos salariais. Em Campinas, em 1920, há uma greve de ferroviários. Nesse mesmo ano de 1920, realiza-se o III Congresso Operário Brasileiro no Rio de Janeiro.

A classe operária, nesta época, se encontra enfraquecida pela repressão policial, estado de sítio, expulsão de estrangeiros agitadores e pela divisão interna entre anarquistas, comunistas e católicos, sendo reprimidas e destruídas as organizações operárias ⁴⁰⁶.

Durante a primeira década do regime republicano, os socialistas predominaram no Movimento Operário brasileiro. Entretanto, na primeira década do século XX, sobretudo após o I Congresso Operário em 1906, os socialistas cedem a hegemonia para os libertários, isto é, os anarquistas e anarco-sindicalistas.

Anarcossindicalistas e anarquistas se identificam com relação aos princípios da negação da propriedade privada, do Estado, da Igreja, e também quanto ao projeto de reconstrução social; a diferença existia com relação aos meios e táticas empregadas na concretização desses preceitos.

Os libertários, anarquistas e anarcossindicalistas, centralizam na via educativa a sua atuação, executada por meio da propaganda oral e escrita, em jornais, folhetos, livros, revistas, conferências, comícios, além de piqueniques, festas, peças teatrais, a fim de divulgar “o ideal libertário de emancipação social, tornar compreensível a exploração capitalista assim como propagandear os meios de ação dos trabalhadores, tais como: boicote, greve, sabotagem, atos de protesto para se atingir a “greve geral revolucionária e expropriadora” e a sociedade nova, igualitária e livre ⁴⁰⁷.

5.8 Conscientizar e Educar os Trabalhadores: os Libertários e a Questão Educacional

A rede pública de ensino, deixava a desejar na Primeira República. Não existia efetiva participação do poder público na construção e manutenção de uma rede de ensino, em todo o território nacional. Enquanto isso, os postulados do anarquismo condenavam as iniciativas do Estado no campo da educação e a teoria anarquista não desse conta da realidade nacional dos

⁴⁰⁶ Idem, p.23.

⁴⁰⁷ Idem, p.21.

anos 1910. Dessa forma, se configurou certo arrefecimento da batalha dos trabalhadores a favor do ensino público e gratuito.

Entretanto, durante a Primeira República, os libertários não lidaram com desenvoltura com a postura que reprovava o ensino público. Independente das vanguardas, as massas queriam escolas para seus filhos, e consideravam o governo responsável pela condição de descaso do ensino popular. A imprensa operária libertária procurava catalisar a frustração popular relativa á falta de escolas. Tecendo críticas à política educacional do governo, a imprensa operária revelava nas entrelinhas, certa tendência de responsabilizar o Estado pela educação dos trabalhadores. O jornal popular do Brás, dirigido pelo militante libertário Edgar Leuenroth, assumiu os reclamos populares relativos à omissão do Estado no sentido da educação básica ⁴⁰⁸.

Assim, a imprensa operária não só se manifestava à respeito da falta de vagas nas escolas, como também as condições péssimas do ensino eram criticadas pelas vanguardas do operariado ⁴⁰⁹.

5.9 A Pedagogia Racionalista

À partir do início do século atual, o Movimento Operário representando os matizes da ideologia libertária, teceu críticas mais profundas à sociedade brasileira a qual se baseava na “ordem e progresso”.

Em relação à sociedade civil, os libertários menosprezavam os partidos políticos e combatiam a Igreja. Na esfera da sociedade política os libertários atacavam o Estado e a

⁴⁰⁸ “No Braz, onde é mais densa a população, na maioria constituída de operários, então é uma calamidade. Os pais voltam com as pobres crianças para casa, sem poderem matriculá-las, sendo alegado sempre, como causa da recusa, a falta de lugares (...) Por essa ocasião começam os pais a tratar de conseguir uma apresentação deste ou daquele influente que lhes faculte a matrícula de seus filhos; (A matrícula nas escolas, Folha do Povo, São Paulo, n.5, ano1, 12-04-1908). Idem p.105.

⁴⁰⁹ “Correm à matroca as cousas da instrução pública em São Paulo, e particularmente nesta capital. As matrículas foram feitas com uma espantosa irregularidade e com um proteccionismo que desgoutou muitos pais de família. Além disso , em diversos grupos foram supridos diversos anos como o quarto e o quinto , com grande prejuízo para os alunos que não podem seguir para o curso secundário , ou pelo menos ficam atrasados de um ano , e isso sem necessidade alguma nem tampouco com fim de economizar alguns contos de réis , porque julgamos que os respectivos titulares não serão privados dos cargos e ordenados. No ano passado ficaram suspensas durante 2 meses as aulas no Grupo Escolar da Bela Vista , não porque absolutamente necessário , pois tratava-se apenas de um pequeno conserto de uma parede , mas assim quis quem pode e manda”, In Ghiraldelli , Paulo op.cit p.105/106.

máquina do governo republicano. Ao criticarem o aparelho do governo os libertários rejeitavam as medidas referentes à política educacional da República. Essas críticas chegaram ao nível das formulações pedagógico-didáticas e, dessa maneira estabeleceram um conjunto de insatisfações face ao “cotidiano escolar do país”.

Sob a hegemonia do anarco-sindicalismo, o Movimento Operário, acabava colocando no mesmo plano Estado, Igreja, partidos etc. Tais organismos por representarem a burguesia deveriam ser combatidos. Foram os núcleos libertários feministas os mais intransigentes em função da alteração dessas idéias. Reunidas no Grupo Emancipação Feminina, as feministas-anarquistas incentivavam as mães a rejeitar o ensino que promovia idéias sobre a religião ou o Estado ⁴¹⁰.

Provavelmente, o Grupo Emancipação Feminina, foi o precursor na visão do professor enquanto transmissor da ideologia das elites dominantes. Essa interpretação a respeito das relações pedagógicas se aprofundou no Movimento Operário, diretamente influenciada pelas feministas militantes. Analisando as mensagens de sala de aula e discutindo o papel do professorado, as libertárias feministas colocavam em cheque o “conteúdo ideológico do ensino” proporcionado às camadas populares pelas escolas oficiais ⁴¹¹.

Constatando que a escola era foco doutrinador a serviço dos interesses das “camadas dirigentes” os libertários aumentavam seus ataques ao ensino estatal ⁴¹².

⁴¹⁰ “Mau grado o falso ensino que o clero e o Estado lhes proporciona, poderíamos destruir sua funesta obra quotidianamente com nossas palavras (...) É mister destruir a idéia de religião, Estado, pátria, lei (...) Mães, não continueis a cultivar a ignorância de vossos filhos (...)” Biagiotti, Clementina. Um conselho às mães. Nosso Jornal, Rio de Janeiro, 01-10-1923. In Ghiraldelli, Paulo, op. cit. p.109.

⁴¹¹ “O professorado, assalariado do Estado, tem unicamente o interesse de transmitir aos seus alunos os mesmos ensinamentos que lhes foram ministrados. Respeito à pátria, ao estado, à religião, a defender a pátria! Mas o que é pátria? perguntarão, admiradas as crianças que nada têm de seu, que vivem em casas miseráveis, que frequentam a escola porque a caridade lhes fornece alguns meios (...) Que terão de defender essas crianças que precisam abandonar a escola muito cedo para empregar-se em qualquer fábrica e ganhar míseros tostões (...)” Boni, Carolina. À mocidade das escolas. Nosso Jornal, Rio de Janeiro, 01-05-1923. Idem

⁴¹² “Está evidente à simples apreciação, o quanto de nocividade resulta da dependência em que a instrução contemporânea vive para com o Estado Altamente lastimável é este protetorado sobre uma instituição social que necessita de uma liberdade própria, e mais plena e completa possível (...)O povo custeia, e os governos administram (...) As escolas públicas primárias e superiores fornecem uns programas instrutivos, cuidadosamente compilados pelos governos e consoantes com os seus interesses econômicos, políticos etc. (...)” Lima, Efren. A instrução e o Estado. A vida, Rio de Janeiro, n. 03, 31-01-1915. Idem, p.110.

Não seria despropositado considerar que o discurso das vanguardas libertárias exprimia de certa maneira o pensamento dos intelectuais ligados às elites dominantes. Nas décadas de 1910 e 20 houve um certo “entusiasmo pela educação “ou otimismo pedagógico”. Considerando as reelaborações produzidas pelo Movimento Operário, os parâmetros gerais do discurso pedagógico e educacional aproximavam-se do pensamento das elites intelectuais. Tal qual o “entusiasmo pela educação”, as vanguardas operárias dos anos 1910 acreditavam no poder da educação e na urgência da propagação da escola básica ⁴¹³ pelo território nacional. Analogamente ao “otimismo pedagógico”, o pensamento pedagógico libertário, influenciado pelo contexto da Guerra, almejava a edificação de uma escola nova, com métodos novos, capazes de formar uma juventude desembaraçada dos preconceitos antigos ⁴¹⁴.

Para as vanguardas libertárias, repensar a escola e a metodologia pedagógica não era tarefa difícil. Desde o século XIX, o movimento anarquista internacional se preocupava com esses temas, sendo que a imprensa operária brasileira introduziu esses debates no bojo das vanguardas proletárias urbanas durante a Primeira República. Foram analisados e discutidos pela imprensa operária brasileira os pensamentos libertários do século XIX como Robin, e do século XX, como Ferrer.

Nesse contexto, os termos marcantes do período foram “Educação Integral” retirada do pensamento de Robin, e “Ensino Racionalista”, inspirada em Ferrer. Desde o início do século, foram traduzidos artigos sobre Educação Integral, pela imprensa operária. O jornal O Amigo do

⁴¹³ É preciso captar as semelhanças e as diferenças entre o que propunham as elites e o que desejavam os trabalhadores. Enquanto Olavo Bilac desencadeava sua campanha pelo serviço militar obrigatório, e as “ligas nacionalistas ou anti-analfabetismo” divulgavam uma proposta pedagógica acoplada ao militarismo e ao xenofobismo, os libertários, ao contrário, optavam por proposta distinta. Só como exemplo, pode-se citar o “órgão do sindicato de construção civil” de Bagé, que publicava constantemente, o slogan; “quartéis não! escolas sim!”. O que revelava não só uma distinção entre as propostas dos libertários e as das elites, como também encarnava uma resposta direta às campanhas da Liga Nacionalista de São Paulo. Solidariedade Obreira, Bagé, n.42, 1921. Idem p.111.

⁴¹⁴ “(...) A escola surge, então, como o grande instrumento de realização dos ideais liberais. Forja-se, a partir da Segunda metade do século XIX, a idéia da ‘escola redentora da humanidade’. Desencadeia-se a campanha pela escola pública, universal e gratuita. Surgem os chamados ‘sistemas nacionais de ensino’. No século atual, especialmente a partir da primeira grande guerra, as esperanças depositadas na escola resultam frustradas. A escola que nascera com a missão de ‘redimir os homens de seu duplo pecado histórico: a ignorância, miséria moral, e a opressão, miséria política’, revelou-se incapaz de levar a bom termo aquele objetivo. Acreditou-se, então, que a razão do fracasso não estava na escola como tal, mas no tipo de escola de que se dispunha. Consequentemente manteve-se a crença na ‘escola redentora da humanidade’. Todavia, para que ela pudesse desempenhar seu papel, era mister reformar a escola. Desencadeia-se, então, o movimento da escola nova”. Saviani in: Trigueiro, 1983: 28. Idem.

Povo, traduzia da revista francesa *Regeneration*, a concepção de Robin sobre a Educação Integral ⁴¹⁵.

Ganhou destaque em algumas publicações do Movimento Operário, a questão educação-trabalho, permanente no pensamento de Robin. O jornal *Folha do Povo* publicou artigos de Carlos Delon, propagador internacional da Educação Integral, abordando a questão trabalho-educação ⁴¹⁶.

A idéia básica na proposta de Educação Integral, segundo as experiências pedagógicas de Robin, era dar grande importância à atividade e ao trabalho, já que o trabalho era considerado o “fundamento do princípio educativo”. A produção era a vida do homem e “uma educação ligada à vida” deveria considerar a “atividade produtiva do homem”.

O jornal *A Lanterna*, nos anos 1910, desenvolveu a questão ensino-trabalho, ao traduzir textos de Delon ⁴¹⁷. Além das propostas de Educação Integral de Robin, os libertários publicavam a obra pedagógica de Ferrer.

O pensamento pedagógico do educador espanhol diferia das proposições de Robin. Ferrer abordava o conceito de co-educação de forma *sui-generis*. Além da convivência entre sexos opostos, a co-educação abrigaria na mesma escola, na mesma sala de aula, crianças de diferentes classes sociais para evitar os sentimentos de ódio resultante da luta de classes, quando a escola era exclusiva de uma ou outra classe social.

⁴¹⁵ “(...) educação integral é a educação que tende a cultivar, a desenvolver paralela e harmoniosamente todas as faculdades do ser humano (...) Abraça as divisões habituais chamadas educação física, educação intelectual educação moral (...) A educação física tem por domínio o desenvolvimento muscular e cerebral (...) A educação intelectual tende ao desenvolvimento simultâneo de todas as faculdades sem exceção (...) No que diz respeito à educação moral a parte do ensino é pouca coisa. É que a moralidade, assim como a razão, é uma resultante: resulta do conjunto”. A educação integral. O Amigo do Povo: São Paulo, n.37, ano II, 24-10-1903. Idem p.113.

⁴¹⁶ “(...) Toda educação que não prepara a criança para esse duplo papel, que não tende a fazer dela ao mesmo tempo um trabalhador, no mais largo sentido da palavra, um ser inteligente e um ser ativo, é uma educação incompleta e estéril”. Delon, Carlos. Sobre educação infantil. *Folha do Povo*. São Paulo, n. 24, 30-08-1908. Idem p.113.

⁴¹⁷ “Mas conhecer, adquirir noções, não é tudo, o homem deve realizar o seu pensamento, trabalhar. É uma necessidade do homem transformar tudo a sua volta (...) é o trabalho industrial, no ponto de partida, condição necessária da conservação da vida (...) Deve, pois, fazer parte da educação geral uma primeira iniciação no trabalho e no pensamento. Porque nos trabalhos adequados a sua idade e escolhido de modo que deixem lugar à iniciativa pessoal, dar-lhe-ão o feliz hábito da atividade (...). Delon, Carlos. Método de ensino. *A Lanterna*, São Paulo, n.69, ano X, 04-02-1911. Idem p.114.

Os grupos anarco-sindicalistas imbuídos do pensamento de Ferrer, admiravam menos os ranços liberais das teses e mais as idéias combativas favoráveis ao proletariado. Os pronunciamentos ligados à uma pedagogia que lutasse ao lado dos explorados se sobrepunham aos textos sobre co-educação de classes sociais ⁴¹⁸.

Assim, os militantes anarquistas brasileiros, instruídos pelas leituras dos pedagogos anarquistas europeus e instrumentalizados por essas teorias, partiram para a concretização desses pensamentos, nas décadas de 1910 e 1920.

5.10 Centro de Estudos Sociais, Universidade Popular e Escolas Modernas

Possivelmente, a iniciativa mais fecunda e espontânea em matéria de instrução popular, tenha sido a formação de vários “Centro de Estudos Sociais”.

Os Centros de Estudos Sociais multiplicaram-se no Brasil todo e nas grandes cidades como São Paulo e Rio, se multiplicaram nos bairros. Eram esses centros, pequenas associações de libertários, que almejavam reunir trabalhadores para discutir idéias anarquistas. Era rápida a criação dos Centros, sem grandes empreendimentos. Era suficiente uma sala e alguns móveis para resguardar a “biblioteca social” da entidade. Os sócios eram angariados entre os trabalhadores urbanos e elementos das “camadas médias”. Os membros do Centro se educavam dentro das teorias libertárias, através do “ensino mútuo”; os mais experientes militantes, em geral os estrangeiros, lideravam as discussões e faziam contato com as editoras européias libertárias para conseguirem livros e periódicos para o Centro.

⁴¹⁸ “(...) A verdadeira questão, a nosso ver, consiste em servirmo-nos da escola como meio mais eficiente para chegar à emancipação completa, isto é: moral, intelectual e econômica da classe operária. (...) A emancipação proletária só pode ser obra direta e consciente da própria classe operária, da sua vontade de se instruir e de saber. (...) O povo trabalhador se continuar na ignorância permanecerá escravizado pela Igreja e pelo Estado, isto é, pelo capitalismo representando essas duas entidades. Pelo contrário, se se inspirar na razão e na ciência, o seu interesse bem compreendido breve o impelirá a pôr termo à exploração, a fim de que o trabalhador se possa tornar árbitro dos destinos humanos. Trata-se por conseguinte, a nosso ver, de pôr, antes de tudo, a classe operária em estado de compreender estas verdades. À medida que nos sindicatos essas verdades elementares vão penetrando cada vez mais entre os trabalhadores adultos, tentamos fazê-las entrar igualmente nos cérebros das crianças e adolescentes. Estabelecamos um sistema de educação pela qual o homem possa chegar a conhecer, depressa e bem, a origem da desigualdade econômica, a mentira religiosa, o malefício do patriotismo guerreiro e as rotinas e todas as demais que o mantêm na escravidão. Não é o Estado, expressão da vontade de uma minoria de exploradores, que pode ajudar-vos a atingir esse objetivo. Essa ilusão seria a pior das loucuras”. As idéias de Ferrer. O Sindicalista, Porto Alegre, n.3, ano IV, nov. 1924. Idem p. 115.

Desde o final do século XIX, os libertários cogitavam sobre a criação desses Centros, para servirem de ponto de reunião de trabalhadores ⁴¹⁹.

O segundo empreendimento de caráter educativo que envolveu os libertários foi a Universidade Popular.

A Universidade Popular foi criada no Rio de Janeiro, em 20 de março de 1904; poucos anos antes do Movimento Operário ser influenciado decisivamente pelo anarco-sindicalismo. Embora a Universidade Popular fosse dirigida para trabalhadores, ela não era dirigida por trabalhadores. Diferentemente dos Centros de Estudos, A Universidade Popular não estava vinculada direta e exclusivamente ao Movimento Operário. Era uma iniciativa de intelectuais e literatos anarquistas, contando também com o apoio de alguns socialistas. Possivelmente, a Universidade Popular relacionava-se menos às tendências anarco-sindicalistas e mais ao pensamento anarquista.

Durante vários meses a imprensa libertária publicou discursos longos realizados na época da fundação da Universidade Popular. Geralmente, esses discursos tocavam num ponto essencial para os libertários, ou seja: encaminhar os trabalhadores para a ‘obtenção de uma visão “racionalista e científica do mundo”’ ⁴²⁰.

Os objetivos da Universidade Popular eram ministrar ao proletariado esse “ensino superior positivo”, assim como tornar-se um centro de cultura e lazer o qual reunisse os trabalhadores por meio de atividades artísticas e libertárias ⁴²¹. A imprensa libertária publicou o programa de aulas da Universidade Popular. As aulas iniciavam às terças feiras e terminavam nos sábados.

⁴¹⁹ “(...) Um pequeno ponto de apoio poderia ser criação de um Centro de Estudos Sociais, aonde o operário trocará seus hábitos de tavernas, igrejas e jogos de todas as classes, trindade estúpida que o embrutece e o desmoraliza, pelo estudo constante da Sociologia ...” Tática conveniente . O Despertar, Rio de Janeiro, n.03, 03-12-1898. Idem, p.118.

⁴²⁰ “(...) Um único ensino convém ao proletariado – é o ensino superior positivo, científico e filosófico, o ensino que comunique conhecimentos verdadeiros e precisos...” Carvalho, Elysio. Conferência. O Amigo do Povo, São Paulo, n.50, ano II, 16-04-1904. Idem p.121.

⁴²¹ “A Universidade Popular, que se dirige a todos os homens de boa vontade, sem distinção de crença ou de partido, tem por fim: fundar um ensino superior metódico para o povo, organizar conferências periódicas sobre todos os assuntos suscetíveis de interessar os trabalhadores, fundar um museu social e uma biblioteca, realizar representações de arte social, saraus musicais, festas literárias, excursões científicas, artísticas e expansivas, publicar um boletim que seja órgão da associação, estabelecendo, enfim, um centro popular tendo por fim às vezes o prazer e a instrução – e a união moral entre os cooperadores”. Universidade Popular. O Amigo do Povo, São Paulo, n.48, ano II, 02-04-1904. Idem.

Eram aulas-palestras com assuntos autônomos e compactos para não impedir a continuidade do curso àqueles que perdiam alguma palestra. Não havia burocracia, bastava que o trabalhador entrasse na Universidade, pagasse 1\$000 de taxa e já estava matriculado nos cursos.

É possível, que o fracasso da Universidade se relacione com a erudição dos mestres contrastando com a vida cultural do proletariado. Os professores da Universidade Popular eram literatos e doutores, alguns bem alheio ao Movimento Operário. O professor de História das Civilizações, por exemplo era Rocha Pombo.

Após poucos meses de funcionamento a Universidade Popular esmorece. A revista libertária, *Kultur*, a qual incentivara a Universidade, considerando que ela “iria libertar o proletariado da tirania” anunciava o seu fechamento em outubro de 1904 ⁴²².

A terceira realização educacional dos libertários foi a criação de várias Escolas Racionalistas ou Escolas Modernas.

Preocupados com a educação dos filhos, os libertários optaram por entidades capacitadas de assumir a educação do adulto, do trabalhador, como também das futuras gerações.

Em 1913, o II Congresso Operário Brasileiro definira que não serviam à classe operária o ensino fornecido pelas escolas do Estado e da Igreja, e era necessário que a educação das crianças do proletariado fosse assumida pelos sindicatos. Os libertários já esboçavam determinações no sentido de criar escolas, mesmo antes desse Congresso. Com a morte de Francisco Ferrer em 1909, as lideranças libertárias resolveram dar continuidade à obra do educador espanhol no Brasil.

Apoiados pelo jornal *O Amigo do Povo*, imigrantes italianos envolveram-se com a criação da Escola Libertária Germinal. Foi através desse jornal que foi feita a campanha pela fundação da escola ⁴²³, no início do século XX.

⁴²² Universidade Popular. *Kultur*, Rio de Janeiro, n.4, set. 1904. In Ghiraldelli, Paulo, op. cit. p.122.

⁴²³ “convite para uma comemoração, com palestras no Teatro Andrea Maggi’ (Rua do Imigrante, 180), da morte dos ‘mártires de Chicago’; evento para recolher fundos para fundar a ‘Escola Libertária Germinal’ (...).

O governo italiano, por via consular, fornece às escolas ‘ortodoxas’, livros, cadernos, cartões murais etc.; a nós, que nada podemos nem queremos esperar dele, só nos resta um caminho; a Solidariedade Revolucionária”. *Pró-escola Libertária Germinal. O Amigo do Povo*, São Paulo, n.38, ano II, 08-11-1903. Ghiraldelli, Paulo: Educação e Movimento Operário. São Paulo, Cortez, 1987, p.123.

Após quase um ano de funcionamento, da Escola os pais de alunos estavam com dificuldades para pagar o ensino e então os libertários buscaram uma alternativa para a manutenção do estabelecimento ⁴²⁴.

A Escola Libertária Germinal foi uma dos empreendimentos libertários bem sucedidos. A imprensa operária vangloriava-se desse fato ⁴²⁵.

Durante a Primeira República, muitas outras escolas foram criadas com esse espírito. Os militantes iniciavam o processo, organizando uma festa no sentido de angariar fundos. Aceitava-se, depois, a colaboração de pessoas não necessariamente vinculadas às correntes libertárias. Intelectuais de baixa classe média, pequenos comerciantes, jornalistas da imprensa operária etc. às vezes simpáticos à certas opiniões libertárias, como a defesa do ensino cientificista e o anticlericalismo, acabavam colaborando com suas escolas.

Em Porto Alegre havia o grêmio Instrutivo Eliseu Réclus, dirigido para lidar com a “educação operária”. Junto com o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira e do Clube Instrutivo e Recreativo 1.º de Maio, entre 1907/1911, houve a iniciativa de construção de escolas nos bairros industriais de Porto Alegre, sendo que o próprio Grêmio manteve durante muito tempo uma escola libertária ⁴²⁶.

⁴²⁴ “Hoje à noite realizar-se-á no Teatro Gargi do Bom Retiro uma festa com Loteria de objetos oferecidos por companheiros em favor da ‘Escola Libertária Germinal’, que toma desenvolvimento. Os organizadores pretendem achar nesta festa um número suficiente de pessoas dispostas a dar mensalmente 500 réis, tornando possível aos pais de família o pagamento de 2\$000 réis mensais por cada criança com a vantagem dos livros e cadernos gratuitos. Camaradas! Arranquemos a criança ao padre e ao governo!”. Escola Libertária Germinal. O Amigo do Povo, São Paulo, n.54, ano II, 11-06-1904. Ghiraldelli, Paulo. Educação e Movimento Operário. S. Paulo, Cortez, 1987.

⁴²⁵ “Trabalhadores!... Há 15 meses que funciona com êxito verdadeiramente surpreendente no Bairro do Bom Retiro (Rua Solon, 138) uma escola elementar racionalista, para ambos os sexos. A praticabilidade e a rapidez dos métodos aplicados nesta escola souberam despertar tantos interesses e tantas simpatias que, hoje, um bom núcleo sempre crescente de homens de boa vontade assegura-lhe o material escolar para distribuir, gratuitamente, todo ano, aos alunos e – com uma cota mensal de 500 réis a título de incitamento – permite reduzir o pagamento mensal de cada criança a 2\$500 réis. Quem duvide da superioridade do ensino libertário sobre qualquer outros métodos, é convidado a visitar a nossa escola, das 9 horas ao meio-dia e da 1 às 3 da tarde. Trabalhadores! Pensai no futuro de vossos filhos!”. Escola Libertária Germinal. O amigo do Povo, São Paulo, n.63, ano III, 26-11-1904. Idem.

⁴²⁶ “O Grêmio Instrutivo Eliseu Réclus, que tem por fim a instrução e educação proletária, comunica aos operários desta capital que acham-se funcionando as suas aulas à Rua Conceição, n. 22. Lecionam-se as seguintes matérias: Primeiras Letras: Diariamente das 7 às 9 da noite. Português e Aritmética: segundas, quartas e sábados das 8 às 9 da noite. Desenho: segundas, quartas e sextas das 8 às 10 da noite. Palestras: Domingo das 9 às 12 horas do dia’. A Luta, Porto Alegre, n. 52, 01-06-1910. Idem, p.124.

Mesmo antes dos anos 1920, as escolas libertárias admitiram normalistas formadas pelas escolas oficiais e estudantes universitário que se preocupavam com o “ensino racionalista”, o “ensino livre”. A Escola Livre 1.º de Maio, fundada em 1911, no Rio de Janeiro, era dirigida pelo operário Pedro Matera, entretanto o estudante de medicina Vicente Wanderley ministrava aulas de biologia levando as crianças ao zoológico ⁴²⁷.

Um ano antes da morte de Ferrer, em 1908, as idéias sobre ensino racionalista, “ensino livre” fervilhavam no meio sindical das grandes cidades. Daí em diante avolumou-se o número de escolas criadas por sindicatos e associações de trabalhadores. A Liga Operária de Campinas mantinha uma escola libertária com a direção de Adelino de Pinho ⁴²⁸.

Foi um dos grandes empreendimentos do Movimento Operário interiorano, a Escola Social da Liga Operária de Campinas. Adelino de Pinho era um militante libertário aguerrido, envolvido com a questão da educação popular e possivelmente se transferiu de São Paulo para Campinas para dirigir a Escola Social. A postura teórica e metodológica adotada na Escola Social foi explicada por Adelino de Pinho em conferência promovida pela Liga Operária ⁴²⁹.

Para Adelino de Pinho o que importava é que a Escola Social valorizasse mais o processo de ensino e menos os resultados, esquecendo os prêmios e castigos ⁴³⁰.

⁴²⁷ Escola Livre 1.º de Maio. A Lanterna, São Paulo, n. 105, ano X, 23-09-1911. Idem, p.125.

⁴²⁸ “Não é de agora que se discute aqui sobre a necessidades da fundação de escolas livres, baseadas nos moldes das congêneres de outros países, destinadas à educação dos filhos do povo (...) Entre os esforços para a consecução de tal intuito está o da Liga Operária de Campinas, que já mantém uma dessas escolas. Em fevereiro de 1907, inaugurou essa associação, em sua sede, a Escola Social, para cujo fim foi feita uma subscrição de associados. A escola montada com um boa mobília tem funcionado até hoje com regular número de alunos (...) Realizou-se no Domingo uma assembléia para tratar da construção de um prédio. A Comissão para cuidar desse assunto é: José Piovesan, José Fonseca, Mas Stephan, Ramón Durán, Vítório Mezzalina e Carmine d’Abruzzo’. Pelo ensino livre. Folha do Povo, São Paulo/Braz, n. 22, 16-08-1908. Idem, p.126.

⁴²⁹ “Como professor da Escola Social cumpre-nos, hoje, o dever de falar-vos sobre assuntos que se relacionam com a instrução e a educação das crianças (...) Estamos em época de férias. Estamos em época de encerramento escolar e estamos mais do que tudo em época de exames. Muitos de vós tereis perguntado a razão de não termos realizado os exames a exemplo do que fazem as outras escolas. Sim; não se realizam aqui exames, pela muito simples razão de que os consideramos um absurdo. Os exames são um atentado contra a verdadeira instrução. Todos vós deveis conhecer pessoas que, apesar dos seus atestados e diplomas de exames de cursos que frequentaram, não passam de uns verdadeiros ineptos, incapazes e inexperientes. Já vede, pois, que o fato de ter feito exames nada prova sobre a competência de qualquer indivíduo’. Pinho, 1909. Discurso pronunciado na Liga Operária de Campinas em 13-12-1908. Idem, p.126.

⁴³⁰ “Cada criança deve ser julgada segundo seu próprio tipo, educada para seu próprio dever, recompensada por seu justo elogio. O esforço é o que unicamente merece elogios, não o resultado. É uma questão que não depende do estudante ter sua habilidade maior ou menor do que a doutro indivíduo; trata-se de saber se faz

A Escola Social deveria educar as crianças primeiro no alfabeto e depois no trabalho. O trabalhador deveria ser educado para ser trabalhador e jamais, segundo Pinho, a Escola Social deveria permitir que filhos de trabalhadores se transformassem em burocratas ⁴³¹.

Nessa época em que se desenvolvia a Escola Social de Campinas, em São Paulo, no bairro da Água Branca, os operários vidreiros fundaram uma escola para os filhos dos trabalhadores. As lideranças libertárias coligadas com os socialistas promoveram um ato de fundação da entidade, registrado pela imprensa operária ⁴³²

Concomitante às iniciativas da Água Branca, em Campinas, surgia um movimento por todo o Estado de São Paulo no sentido de fundar uma “Escola Moderna” nos moldes do estabelecimento de ensino, com o mesmo nome criado por Ferrer na Espanha.

O resultado desse movimento foi que nos anos 1910 houve a criação de várias Escolas Modernas nas grandes cidades brasileiras. O movimento parece ter sido mais intenso no Estado de São Paulo; havia escolas modernas mesmo nas pequenas cidades do interior.

Na cidade de São Paulo funcionaram a Escola Moderna n.1 e a Escola Moderna n.2, dirigidas respectivamente por João Penteadó e Adelino de Pinho. Funcionou sob a direção de José Alves a Escola Moderna de São Caetano.

tudo o que pode com suas aptidões naturais. Cada menino nasce com uma capacidade mental determinada e absolutamente limitada: por sua natureza é apto para umas coisas e inapto para outras. Toda beleza, felicidade e poder de sua vida dependerão de seu contentamento, fazendo devidamente tudo o que pode, desempenhando tranquilamente seu papel (...) Pinho, 1909. Idem, p.127

⁴³¹ “Mas retorquir-me-ão, o diploma dá vantagens, oferece probabilidades de se poder alcançar um emprego, de se poder deixar o trabalho manual, a oficina, a fábrica, a viver com menos esforços, com mais conforto, mais bem acomodado. Sim, o diploma é a condição para concorrer a tudo isso, mas os trabalhadores devem cogitar em não fazer de seus filhos burocratas. Os trabalhadores devem esforçar-se sim, mas em fazer de seus filhos bons trabalhadores manuais, bem sábeis nos seus misteres, bem aptos em seus ofícios, capazes de viver trabalhando e lutando. (...) Talvez vos admireis de que eu faça a apologia do trabalho manual, hoje, quando o trabalho é considerado um estigma, como uma condenação vibrante para aquele que o exerce. Sim; o trabalho, como atualmente está organizado, é um verdadeiro estigma, uma verdadeira condenação. Mas não se pode por isso condenar o trabalho. (...) O trabalho é uma fonte perene, inexaurível de vida. (...) Ele é a mola propulsora de todo o progresso, de toda a civilização, de toda a felicidade’ Pinho, 1909. Idem, p.127.

⁴³² “Uma boa iniciativa tomou os sindicalistas dos vidreiros de Água Branca: a fundação de uma escola racionalista naquele bairro. Para esse fim realizou domingo passado na Lapa uma conferência o colega Alceste de Ambrys, ilustrando o conceito da escola racionalista (...) Edmundo Rossoni concluiu explicando o funcionamento prático da dita escola”. Pró-ensino racionalista. Folha do Povo, São Paulo, Braz, n.70, 02/03-06-1909. Idem.

Em Cândido Rodrigues funcionou sob a responsabilidade de Elvio Nervi uma Escola Moderna ⁴³³. Em Bauru, havia a Escola Moderna mantida pelo marceneiro e professor Joseph Jubert ⁴³⁴.

No final dos anos 1920 já havia arrefecido o movimento educacional libertário. Algumas iniciativas tentavam salvar as aparências mas se conseguia pouco. Um exemplo dessa situação foi a insistência do Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas de São Paulo na fundação de um Atheneu de Cultura Popular ⁴³⁵. Não havia mais o entusiasmo das décadas anteriores.

5.11 A Escola Moderna em São Paulo

Por volta de 1909-1910, em São Paulo, grupos de libertários começaram a se reunir com o objetivo de fundar uma Escola Moderna, que continuasse a experiência, no Brasil, da Escola Moderna de Barcelona. Os libertários se reúnem em 1910, através da Comissão Pró-Fundação da Escola Moderna de São Paulo. Compunham o grupo: Leão Aymoré (guarda-livros), José Sanz Duro (negociante), Dante Ramenzoni (industrial), Tobias Bore (artífice) e Luiz Damiani, Edgar Leuenroth, Orestes Ristori, Neno Vasco (jornalistas) ⁴³⁶.

Observando a profissão dos membros da Comissão, aparentemente a Escola Moderna era uma iniciativa alheia ao Movimento Operário. Entretanto, sua relação com o Movimento Operário dava-se através dos jornalistas, os quais eram militantes notórios do movimento sindical, verdadeiros líderes da vanguarda do proletariado urbano da Primeira República e organizadores de greves. Eram eles, que na prática decidiam os caminhos da referida Comissão.

⁴³³ A Lanterna. São Paulo, n. 149, 27-07-1912. Nesta edição existe um registro sobre a existência de um segundo responsável pela escola de Cândido Rodrigues, o professor Ângelo Bandoni. O jornal noticiava que Bandoni deveria viajar à Capital. Juntamente com duas alunas, para proferir palestras sobre "lutas e esperanças do proletariado" e "propagandistas populares". In Ghiraldelli, Paulo, op. cit. p.129.

⁴³⁴ Joseph Jubert Rivier era imigrante francês, nascido em Lyon. Analogamente aos outros diretores de Escolas Modernas, foi sindicalista ativo. Foi preso em Sorocaba no início dos anos 10. A imprensa operária desenvolveu uma vasta campanha em prol de sua liberdade. Não foram encontrados documentos substanciais sobre sua atividade em Bauru. A Lanterna, nn. 187-192, 198 e 204, do ano de 1913. Idem.

⁴³⁵ Atheneu de Cultura Popular. Spartacus, São Paulo, n.256, 12-01-1927. In Ghiraldelli, Paulo, op.cit. p.130.

⁴³⁶ A Terra Livre, São Paulo, n. 66, ano IV, 19-01-1910. Idem.

Em seguida, no bairro do Brás, formava-se uma Segunda Comissão, a qual almejava apoiar a primeira. Sua composição era a seguinte: Aniello Pasciullo (negociante), Álvaro Moreira (proprietário), Egistro Coli (artista), Ana Pasciullo (professora). O jornal A Lanterna noticiava a criação dessa comissão e publicava as várias listas de contribuição vindas do interior do Estado destinadas à fundação da Escola Moderna. Batatais mandava 87\$000; Jardinópolis, 192\$000; Franca, 172\$000; São José do Rio Pardo, 60\$000; Casa Branca, 50\$000; Mococa, 87\$000. Foram poucas as cidades que não contribuíram ⁴³⁷.

No intuito de angariar fundos, a Comissão Pró-Fundação da Escola Moderna de São Paulo trabalhou muito, tanto na capital como no interior. Um exemplo disso foi o empenho de Orestes Ristori, saindo pelo interior de Estado, exibindo filmes, realizando palestras, distribuindo listas de subscrição em benefício da Escola Moderna ⁴³⁸.

Fora isso, ainda a Comissão publicou palestras proferidas por adeptos do Ensino Racionalista. Foram publicados, num livreto de 1910, além de uma conferência do Dr. Maurício de Medeiros sobre os “novos métodos de ensino”, promovida pela Comissão, os Estatutos Gerais da Liga Internacional para a Educação Racional da Criança, os quais, entre outras coisas, enumeravam os princípios que deveriam orientar a Escola Moderna, tais como; o apego ao “ensino experimental e científico”, os ensinamentos da “moderna psicologia”, a liberdade, etc. ⁴³⁹.

Tais princípios, em geral, eram aceitos por muitos segmentos sociais livres de qualquer ligação com o anarco-sindicalismo ou com o Movimento Operário. A simpatia por um ensino cientificista e o anticlericalismo eram posturas assumidas por setores militares, grupos positivistas, higienistas, médicos, maçons, etc. Esses grupos, existentes na maioria das grandes cidades, terminavam apoiando a iniciativa da Escola Moderna dos Libertários.

⁴³⁷ A Lanterna, São Paulo, São Paulo, n. 23, ano IV, 19-03-1930. Idem, p.132.

⁴³⁸ A Terra Livre, São Paulo, n. 65, ano IV, 01-01-1910. Idem.

⁴³⁹ Medeiros, Maurício. O ensino racionalista. Rio de Janeiro, Escola Moderna, 1910. In Ghiraldelli, Paulo, op cit. p.132.

Dessa forma, por simples simpatia à qualquer tipo de pensamento modernizante ou por vínculo à colônia italiana, bom número de pessoas das mais distantes cidades do interior de São Paulo, colaboraram com a fundação da Escola Moderna ⁴⁴⁰.

Além do empenho nas campanhas pelo interior paulista, os libertários dirigidos pela Comissão Pró-Fundação da Escola Moderna, realizaram festas para angariar fundos, velha prática do Movimento Operário; sendo que a colônia italiana de Santos organizou uma delas ⁴⁴¹.

Depois de quatro anos de esforços, foi fundada a almejada instituição em 13 de maio de 1912, composta de duas unidades. A Escola Moderna n.1, situada à Rua Saldanha Marinho, 66, no bairro do Belenzinho ⁴⁴² e a Escola Moderna n.2, situada na Rua Muller, e posteriormente na Rua Oriente ⁴⁴³.

Com a criação das Escolas Modernas, a imprensa operária publicou incessantemente o anúncio de funcionamento dos novos estabelecimentos ⁴⁴⁴.

Foi entregue pela Comissão Pró-Fundação da Escola Moderna, o estabelecimento n.1 a João Penteado e o n.2 a Adelino de Pinho.

João Penteado era militante do Movimento Operário e um estudioso da pedagogia de Ferrer, entregando-se totalmente ao empreendimento libertário educacional. Seguindo à risca os ensinamentos de Ferrer, procurou efetivá-los na Escola Moderna n.1.

⁴⁴⁰ Em Ibitinga, cidade do interior paulista, a exemplo dos diversos grupos de colaboradores que existiam no Estado todo, também foi encontrada uma lista de pessoas que remetiam dinheiro para a fundação da Escola Moderna. Entre outros, constava dessa lista: Nicola de Batista (agricultor, possuía automóvel, pertencia ao “Club de fotografia”); Francisco Stocco (proprietário de barbearia); Rossigali (proprietário de trole de aluguel); Vicente Mariotti (agricultor). Correio de Ibitinga, Ibitinga, n. 03, 01-12-1910. Idem p.132.

⁴⁴¹ “Santos – La sera 16 corr. questa Federação Operária – sempre forte e vivace, malgrado le increditabili violenze contro di essa perpetrare dalla polizia – há tenuto al Colyseo Santista una festa riuscitissima a beneficio della Scuola Moderna”. La Scure, São Paulo e Rio de Janeiro, n. 7, ano I, 28-05-1910. Idem, p.133.

⁴⁴² Posteriormente a Escola Moderna n. 1 mudou-se para a Avenida Celso Garcia, 262, onde funcionou até ser fechada pela polícia em 19 de novembro de 1919. Idem.

⁴⁴³ A Lanterna, São Paulo, n. 213, 18-10-1913. Idem.

⁴⁴⁴ “Escola Moderna n. 1 – Curso Primário: Rudimentos de Português, Aritmética, Caligrafia e Desenho. Curso Médio: Gramática, Aritmética, Geografia, Princípios de Ciências, Caligrafia e Desenho. Curso Adiantado: Gramática, Aritmética, Geografia, Noções de Ciências, História, Geometria, Caligrafia, Desenho e Datilografia. Para alunas também: Corte e Costura, Bordado. Custos: Curso Primário ou Médio 4\$000; Curso Adiantado 5\$000. Escola Moderna n.1. A Plebe, São Paulo, n. 14, 22-09-1917. Idem.

O Movimento Operário brasileiro, lembrando Gramsci que considerava a imprensa “a escola dos adultos,” encarava a atividade jornalística como uma tarefa pedagógica. João Penteado pensava da mesma maneira e baseado na prática de Ferrer na Espanha, usava a imprensa como recurso didático pedagógico. A Escola Moderna possuía dois jornais; o primeiro com caráter pedagógico denominado “O Início”, trazendo atividades do cotidiano escolar e redações dos alunos e o segundo, posterior, denominado Boletim da Escola Moderna n.1, contendo artigos sobre o Ensino Racionalista, estatísticas e relatórios internos da Escola Moderna, comemorações de importantes datas do Movimento Operário, etc.

O Boletim da Escola Moderna era porta-voz da instituição. Comemorava datas “esquecidas” pela sociedade, como o “18 de março,” relativo à Comuna de Paris – ou recuperar o sentido de certas datas, como o “1.º de Maio,” relativo à morte dos trabalhadores de Chicago.

O Boletim n.1 da Escola Moderna trazia artigos de Pinho de Riga – Adelino de Pinho, provavelmente – notas sobre aulas de francês do imigrante italiano Cleto Trombete, aulas de Desenho pela professora Isabel Ramal; um texto de Ferrer de 1907, frisando que a Escola Moderna deveria encarregar-se do ensino “racional e científico” contra o “preconceito religioso” e por uma educação que almejassem uma sociedade “sem divisão de classes”⁴⁴⁵.

Nos números posteriores do jornal havia a comemoração de datas importantes para o Movimento Operário, sendo que o número dois trazia um artigo de João Penteado enaltecendo a Comuna de Paris e a Revolução Russa⁴⁴⁶.

As correntes do Movimento Operário que se desgarravam do anarco-sindicalismo, também tiveram espaço no Boletim da Escola Moderna. Astrogildo Pereira, que discutia situações e temas nacionais, o que não era bem visto pelo anarco-sindicalismo, participou do jornal com artigos que estabeleciam comparações entre Ferrer e Tiradentes⁴⁴⁷.

⁴⁴⁵ Guardia, F. Ferrer. Racionalismo humanitário. Boletim da Escola Moderna, São Paulo, n. 1, ano I, 13-10-1918. Idem, p.134.

⁴⁴⁶ “(...) Sonhadores, utopistas! Digam o que quiserem os conservadores. A verdade, porém, é que os fatos estão aí para desmenti-los. O ideal despontado na Comuna de Paris, depois de uma série de anos, agora se evidencia de novo, triunfante e belo, lá pelas bandas da Rússia, que acaba de acordar deixando as convulsões do pesadelo czarista para se entregar a uma vida nova e feliz (...). Penteado, João. Salve, 18 de Março. Boletim da Escola Moderna, São Paulo, n. 2, ano I, 18-03-1919. Idem, p.135.

⁴⁴⁷ Pereira, Astrogildo. Lição fecunda. Boletim da Escola Moderna, São Paulo, n. 4, ano I, 01-05-1919. Idem.

Nas Escolas Modernas, o cotidiano era preenchido com exercícios e excursões educativas. O professor Penteado caminhava com os alunos pela cidade de São Paulo. Esses passeios eram considerados ‘aulas ao ar livre’; se avistassem algum animal haveria uma discussão sobre zoologia, a ida a locais históricos ilustrava uma explicação sobre história e geografia, etc. Esses passeios serviam também para a prática de hinos e cantos enaltecendo a paz, a mulher e a criança. Voltando à escola, os alunos faziam descrições e redações sobre o ocorrido, sendo esses trabalhos publicado pelo jornal "O Início" ⁴⁴⁸.

Além desse trabalho escolar havia os “exercícios epistolares” sendo estes elaborações de cartas e descrições de ambientes. Em geral, os exercícios epistolares eram descrições de festas, ambientes internos relativos à casa do aluno ou à sala de aula. Para os alunos mais velhos os temas das redações seriam atuais e sociais ⁴⁴⁹.

⁴⁴⁸ “Na nossa Escola se realizam exercícios de composição e descrição, que são dados aos alunos, gradualmente, todas as semanas, a fim de que eles aprendam, de modo prático a escrever seus pensamentos (...).

Para que os leitores possam aquilatar do valor destes trabalhos, publicamos nesta secção alguns destes exercícios: Descrição: Nossa Visita à Escola n. 2. Sábado, dia 20 de junho de 1914, nós fomos visitar a Escola Moderna n.2, da qual é professor Adelino de Pinho. Saímos daqui a 1 hora, descemos a Rua Saldanha Marinho e pegamos a Avenida Celso Garcia. Nela vimos dois carretéis grandes de canos para encanamento de gás e mais dois pequenos, de arame grosso, para a rede elétrica. Eu vi também uma preta tocando viola na mesma avenida.

Depois chegamos ao Jardim da Concórdia e vimos o Teatro Colombo. À frente dele vimos belos anúncios de fitas cinematográficas. Dalí nos dirigimos à Escola Moderna n. 2. Nela nos demoramos até as duas e meia. Fomos bem recebidos.

Os meninos de lá recitaram e cantaram e nós também fizemos a mesma coisa. O professor Adelino de Pinho também recitou e nos fez uma saudação. Na volta o Carlos Lampo descontentou ao nosso professor, porque brigou com um pobre menino que estava distribuindo anuncios na rua. Foi bom o passeio. Eu gostei de ouvir os cantos e recitativos daqueles colegas – Pedro G. Passos”. Exercícios escolares,. O Início. São Paulo, , n. 2, 04-10-1915. Idem p.136.

⁴⁴⁹ “A Guerra Européia – Um desses dias conversava eu com um dos meus amigos sobre a guerra, e ele me perguntou:

- Qual é a tua opinião sobre esta guerra infernal?
- Eu, meu querido amigo, que queres que eu te diga? O meu desejo é, em primeiro lugar, acabar com esses governadores, imperadores, reis e finalmente com burgueses de todas as classes que são os causadores desta monstruosa catástrofe, na qual tantas pessoas inocentes morrem deixando suas famílias num mar de tristeza e desconsolações, como por exemplo acontece às famílias desses que foram d’aqui para aquele tremendo matadouro. Deixaram aqui mulheres e filhos na mais espantosa miséria. E por quê? Para que? Para defender o quê? – Nada! ... Somente para morrerem como cães naquele matadouro infernal, onde sucumbem milhares e milhares de seres humanos por causa desses vagabundos de que te falei.

Esta é a minha opinião.

São Paulo, 9 de agosto de 1916.

João Bonilha, (16 anos). Exercícios vários. O Início, São Paulo, n. 3, 19-08-1916. Idem, p.137.

Não obstante efetivarem um fecundo trabalho educativo, contando com o apoio de setores progressistas não filiados ao Movimento Operário, as Escolas Modernas enfrentaram a cerrada oposição de setores da Igreja e do Governo Paulista durante toda a sua existência.

Desde 1910, quando a Escola Moderna era ainda um projeto para os militantes libertários, os jornais católicos combateram ferozmente tais estabelecimentos. A imprensa operária democraticamente publicava o ataque dos conservadores para depois revidar⁴⁵⁰.

Os ataques duraram todo o período de fundação das escolas mas, nos anos 1910, com o crescimento do movimento anarco-sindicalista o discurso da Igreja foi atenuado. Entretanto, após as inúmeras porém malogradas greves de 1917, 1918 e 1919, no final da década, os setores conservadores voltaram a atacar o Movimento Operário, sobretudo as lideranças intelectuais libertárias.

Em outubro de 1919, explodiu uma bomba numa casa no Brás, matando quatro anarquistas⁴⁵¹. O governo e a polícia usaram o ocorrido para reprimir os libertários induzindo que a explosão havia sido um “erro de cálculo nos planos anarquistas de tomar o poder”. Diziam os industriais que as bombas demonstravam que os anarquistas se preparavam para um ataque armado.

Esse acidente foi pretexto para o governo paulista fechar os estabelecimentos. Dessa forma, o Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo, ainda em 1919, fechou os estabelecimentos, sob a alegação que as Escolas Modernas “não cumpriam as exigências legais”⁴⁵².

João Penteado lutou contra a justiça republicana, mas esta venceu e fechou as portas das Escolas Modernas⁴⁵³. Embora representasse uma derrota ao movimento libertário, esse episódio

⁴⁵⁰ “Quando do ano passado Barcelona foi teatro do mais atroz vandalismo, nenhuma pessoa sensata julgaria que os anarquistas daquela cidade encontrassem partidários decididos entre nós (...) Mas infelizmente assim não sucedeu: todo mundo já sabe que em São Paulo trata-se de fundar um instituto para a corrupção do operário, nos moldes da Escola Moderna de Barcelona, o ninho de anarquistas de onde saíram os piores bandidos (...) ora, uma tal casa de perversão vai constituir um perigo máximo para São Paulo”. A Escola Moderna e os católicos. A Lanterna, São Paulo, n. 17, ano IV, 05-02-1910. Idem p.137.

⁴⁵¹ Nesse acidente faleceu José Alves, diretor da Escola Moderna de São Caetano. In Ghiraldelli, Paulo, op. cit. p.138.

⁴⁵² O fechamento se deu sob alegação de que exigências legais, relativas ao aspecto físico do prédio, não estavam sendo cumpridas. Todavia, surgiu também o caso da denúncia de um pai de aluno, inimigo pessoal de Penteado, que acusou a escola de incutir “idéias anarquistas na juventude”. O próprio Diretor da Instrução Pública de São Paulo, em ofício encaminhado a João Penteado ordenando o encerramento das escolas, não escondeu sua preocupação diante dos ensinamentos da escola que visavam “a propagação de idéias anárquicas e a implantação do regime comunista no país”. Idem p.138.

deixou claro ao Movimento Operário a divergência de interesse entre o seu projeto pedagógico e as bandeiras propostas pelas elites dirigentes embutidas no “entusiasmo pela educação”.

Nos anos 1910, as elites intelectuais, através das “ligas nacionalistas” atuaram no sentido de acabar com o analfabetismo. Foram muitos os elementos das camadas trabalhadoras cooptados pela atuação das “Ligas”. O episódio das Escolas Modernas conteve os ímpetus dos trabalhadores, colocando-os em postura crítica e reflexiva com relação ao discurso em favor da educação popular da burguesia.

A Plebe, jornal libertário, tentava desmascarar as “ligas nacionalistas” com a tese insistente de que a preocupação dos setores dirigentes com a educação não beneficiaria o proletariado ⁴⁵⁴.

Maurício de Lacerda foi um dos que, como tantos, criticavam o governo pelo fechamento das Escolas Modernas e as “Ligas Contra o Analfabetismo” acusadas de “omissão e hipocrisia”, por compactuarem com a “violência do governo paulista”, que fechava escolas “mesmo contra a vontade de estudantes e pais de alunos” ⁴⁵⁵..

⁴⁵³ Penteado chegou a remeter uma carta a um ministro do Tribunal de Justiça de São Paulo. Num dos trechos da carta, Penteado procurava demonstrar que as diferenças ideológicas entre ele e o ministro se explicavam pela origem de classe:

“(…) V. Exa. Tem mais de 60 anos talvez, segundo penso. Pois conheci-o como Juiz municipal no tempo do Império, em Jaú, quando eu apenas contava dezena de anos e V. Exa., então, jovem, presumivelmente com uns trinta anos perlustrava a carreira profissional, em que ainda hoje se distingue, tendo atingido a elevada posição, que atualmente exerce, nesta capital, como Ministro da Justiça.

E se V. Exa. fizer um esforço de memória, lembrar-se-á do menino que há uns bons trinta e dois anos, em Jaú, fazia o trabalho de carteiro particular, levando-lhe correspondência da casa de seu velho pai, Joaquim Camargo Penteado, que era o agente do correio da cidade, para a casa de V.Exa. que, com o seu amigo Dr. Herculano de Gouveia, ilustrado médico, habitava a Rua das Flores.

Aquele menino era eu.

Como V.Exa. está vendo, há entre nós a diferença de duas dezenas de anos, pouco mais ou menos, o que, além da diversidade de meio e de condição social, bem justifica o antagonismo de idéias que, socialmente, nos divide, sem que, todavia, de minha parte, possa resultar a menor soma de antipatia ou de ódio pessoal contra V.Exa., a quem peço a devida vênia, para, por estas linhas, protestar contra as asserções feitas por V.Exa. com referência ao anarquismo e à Escola Moderna (...)” Carta de João Penteado ao ministro Miguel de Brito, do Tribunal de Justiça de São Paulo. Apud Luizetto, Flávio V. Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional. São Carlos, UFSCar, 1984. In Ghiraldelli, Paulo, op. cit. p.139/140.

⁴⁵⁴ “É fato curioso, havendo uma Liga Nacionalista com o escopo de matar o analfabetismo nesta terra de bandeirantes, ninguém deu fé que dita instituição protestasse contra o ato abusivo e prepotente dos governantes mandando encerrar escolas numa terra de analfabetos, onde a maioria da população não sabe ler, o que é considerado o maior flagelo que aflige o Brasil. É que todos, gregos e troianos, como bons burgueses que se prezam ser, entendem que a escola é muito boa só quando tem o fim de fortalecer o pedestal da exploração burguesa. A não ter a escola essa missão, acabe-se com a escola”. A Escola Moderna ou Racional. A Plebe, São Paulo, n. 54, 28-02-1920. In Ghiraldelli, Paulo, op. cit. p.140.

⁴⁵⁵ Lacerda, Maurício. A escola na prisão. A Plebe, São Paulo, n. 51, 07-02-1920. Idem.

Novos protestos surgiram nos anos subsequentes. O tema da repressão às Escolas Modernas voltou a ser tocado pelos líderes do Movimento Operário. Entretanto, a década de vinte trazia para o país novas perspectivas, e as discussões dos anos 10 pareciam coisa do passado frente ao dinamismo da sociedade urbanizada do final da Primeira República.

6. A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE SÃO PAULO E SUA CLIENTELA: FILHOS DE OPERÁRIOS E PROFISSIONAIS URBANOS

Possivelmente não era a maioria dos filhos de operários que frequentava as escolas racionalistas libertárias, até porque o número de alunos dessas instituições era reduzido.⁴⁵⁶ A população operária em São Paulo, em sua maioria imigrante européia, sobretudo italiana, alvo de intensas propagandas pró alfabetização das Ligas Nacionalistas, provavelmente se utilizavam das escolas italianas que existiam às dezenas na capital paulista ou até mesmo escolas públicas

⁴⁵⁷ Havia sempre a urgente necessidade de colocação dessas crianças nas fábricas mesmo antes de completarem 12 anos. No caso das escolas profissionalizantes, o Liceu de Artes e Ofícios, o Liceu Coração de Jesus (Salesiano) a Escola de Aprendizes Artífices, por exemplo, e posteriormente a Escola Masculina do Brás, poderiam contar com uma clientela “mais seleta,” que podia evitar ou adiar por mais tempo a venda de sua força de trabalho aos empresários fabris.

Talvez, a origem da clientela da escola federal de aprendizes paulista não diferisse muito daquela das escolas citadas, ressaltando-se que o nível de evasão escolar nesses estabelecimentos era uma prova de que os apelos dos pais para que o orçamento doméstico fosse completado com o trabalho desses menores era relevante.

Sob o ponto de vista das elites paulistas, havia a urgente necessidade de nacionalizar a mão-de-obra imigrante, até para melhor controlá-la em suas mobilizações. A escola de uma forma geral, e a profissionalizante em particular, iniciaria o aluno nos ofícios, nas primeiras letras, contas e rudimentos de cultura geral, sendo que os valores nacionais da língua, costumes e hábitos disciplinares permeavam todo o aprendizado.

⁴⁵⁶ Em 1915, as duas Escolas Modernas que funcionavam em São Paulo contavam com os seguinte número de alunos: Escola Moderna n.º1: 60 alunos; Escola Moderna n.º 2:50 alunos. Anuario do Ensino do Estado de São apulo, 1915. In Relação de estabelecimentos de ensino particular que funccionaram na Capetal em 1915. Anexos quadro VIII.

⁴⁵⁷ Em 1909, havia 24 Grupos Escolares na capital paulista, segundo o Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1908-1909, p.104. Além dos Grupos Escolares havia também 98 Escolas Isoladas, espalhadas nos bairros da capital, segundo o Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1908-1909, p.102. Ainda havia 32 escolas e colégios particulares, incluindo algumas estrangeiras; Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1908-1909, pp346/347. Havia também 85 escolas italianas;segundo o Anuario do Estado de São Paulo 1908-1909, pp.350/351/352/353.

Isso não seria diferente, no caso da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo inaugurada em 24 de junho de 1910. Ela foi instalada provisoriamente, em um prédio da Avenida Tiradentes, no centro da cidade, sendo que ainda em 1910 sua sede foi transferida para o bairro de Santa Cecília, na rua General Júlio Marcondes Salgado, local onde permaneceu 65 anos.

Sobre esse assunto pronunciou-se o “Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Pedro de Toledo, no ano de 1911”, em Relatório ao Presidente da República. O referido ministro enaltecia o ensino profissional na formação de operários e contramestres para as indústrias modernas e, também destacava a formação de cidadãos úteis à pátria.⁴⁵⁸

Outras alusões referentes a escola como o veículo para o progresso da nação, pode ser observada no Relatório de 1912, quando o Ministro Dr. Pedro de Toledo se refere ao caráter progressista da escola e o recebimento de diárias pelos alunos para evitar sua evasão.⁴⁵⁹

Ainda sobre o tema poderíamos citar, o relatório apresentado por Oscar Thompson, Diretor da Instrução Pública, ao Secretário do Interior de São Paulo, embora revele um discurso nítido de nacionalização da mão-de-obra imigrante, autêntico das elites paulistas representadas pelas autoridades pedagógicas do Estado, autoridades essas que valorizam mais as iniciativas do próprio Estado na formação da mão-de-obra industrial, quando referindo-se à educação do imigrante. Considera que os poderes públicos estaduais têm feito muito pouco no sentido de integrá-los à população e interessá-los na vida cívica. Dessa forma, entende a educação desses estrangeiros como um “problema social de máxima importância para o nosso progresso

⁴⁵⁸ “O ensino profissional adoptado nas Escolas de Aprendizes Artífices, creadas pelo dec. n. 7566 de 23 de Setembro de 1909, em cada um dos Estados da República, constitue um dos elementos efficazes para a formação de operarios e contra-mestres, os quaes, pela sua instrucção, actividade e moral, devem achar-se em condições de corresponder às exigencias da industria moderna. Desde, pois, que as differentes industrias vão offerecendo sempre novos progressos nas suas multiplas applicações, convém que a capacidade dos operarios se vá tambem accentuando, pelo conhecimento e manejo dos instrumentos, appparelhos e machinas, constantemente aperfeiçoados.

Nesta conformidade, aquelles que tiverem aproveitado o aprendizado dessas escolas, formarão uma classe de cidadãos que, sabendo dignificar a pobreza, irão prestar, certamente, serviços uteis á sua patria”. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, 1910-1911, vol. 1, p. 311. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

⁴⁵⁹ “Dentre as primeiras creações do Ministério da Agricultura Industria e Commercio destaca-se, pela sua importancia a das escolas de aprendizes artífices, que em pouco mais de dois annos conseguiram demonstrar a sua grande utilidade, retirando da ociosidade e do vicio um sem numero de menores, instruil-os e ensinál-os a trabalhar, concorrendo assim para o progresso e desenvolvimento industrial do paiz”. E referindo-se ao regulamento approvedo pelo decreto 9070, de 25 de outubro de 1911: “...Os alumnos do 3.º e do 4.º anno perceberão respectivamente as diarias de 600 e 800 réis. Esta disposição visa impedir que elles procurem empregar a sua actividade na industria particular antes de concluido o curso e tem a sua justificativa no facto de já poderem produzir bastante os de dois annos de aprendizagem.

economico e aperfeiçoamento moral, problema cuja solução compete ao perseverante trabalho das nossas escolas”⁴⁶⁰

Consultando o livro de matrícula da Escola de Aprendizizes de São Paulo, em 1925 ⁴⁶¹ percebe-se entre 82 matriculados: 13 alunos com sobrenomes supostamente italianos. Os pais dos alunos eram, na maioria, profissionais urbanos, a saber: 13 operários, 5 mecânicos, 2 marceneiros, 8 militares, 1 vidreiro, 2 fundidores, 1 ajustador, 2 pedreiros, 1 cozinheiro, 1 alfaiate, 2 encanadores, 1 eletricista, 1 serralheiro, 1 oleiro, 1 carpinteiro, 3 carroceiros, 1 colinário, 1 doméstica, 6 motoristas, 2 agricultores, 8 empregados públicos, guarda livros,

⁴⁶⁰ “Entre nós..., deve o immigrante ser surpreendido no campo de sua actividade que, em geral, é a propriedade agrícola, a fabrica e os bairros das grandes cidades. Nesse campo se localiza elle, trabalha e produz em beneficio proprio e do Estado. Donde, impõe-se aos poderes publicos: a) educar seus filhos menores de 12 annos nascidos aqui ou no estrangeiro b) educar os adultos. Os que se aboletam nas cidades, facilmente se matriculam nas escolas diurnas, quando menores, e nas nocturnas, quando adultos, aprendendo, numas e noutras, a falar a nossa língua e recebendo noções elementares de arithmética, geo graphia e historia patria: os que se estabelecem nos campos e nas fabricas, distantes dos centros urbanos, vivem, crescem e prosperam, na completa ignorancia da lingua, do meio, dos usos e costmes nacionais, dos nossos recursos, suppondo que o Brasil é aquella gleba de terra que cultiva e á qual circunscreve a sua actividade.

Nessa gleba e nessas fabricas, permanece elle longos annos, com a só preocupação de economizar para o futuro e do commodo regresso á sua patria, inteiramente estranho á vida social e politica do pais que lhe dá hospitaleiro gasalhado e fartura. É verdade que em certos bairros, nalgumas fazendas e em poucas cidades, já mantém o Estado escolas, cuja matricula acusa, exclusivamente, filhos de estrangeiros; tão escasso, porém, é o numero dellas, que a sua influencia, em prol das condições actuaes do immigrante, não chega a ser apreciavel. Urge, pois, cuidar – e seriamente – da educação desse elemento material e ethnico.

A nosso ver, deve essa educação começar desde o instante em que se lhe abram as portas da “Hospedaria”, onde se lhe deparem quadros estatísticos da nossa vida agricola, commercial e politica, e receba, através do cinematographo, ensinamentos sobre o Brasil e seus Estados, desenrolando-se-lhe aos olhos filmes que lhe dêem, immediatamente, conta dos nossos recursos e lhe mostrem as nossas culturas, nas grandes e pequenas propriedades agricolas,... os nossos bancos...e, sobretudo, de individualidades estrangeiras que aqui aportaram, como elle, meros immigrantes, e que, á força de trabalho e economias, adquiriram fortuna, bem – estar e posição social... devem desvendar-se-lhe, na tela cinematográfica, em plena flagrancia e actividade, as nossas escolas e as nossas officinas, a fim de que se lhe desperte o interesse pela propria educação e pela dos filhos. Assim, o immigrante já sairá da “Hospedaria” com uma idéa approximada do pais, dos seus recursos e das garantias que lhe offerece a terra e a acção administrativa.

No campo ou na fabrica, para onde o atirar a sorte, deve elle encontrar a escola genuinamente brasileira, caracteristicamente local, que tenha por base o ensino da lingua e das tradições nacionais... A solução, pois, do problema da educação do immigrante reside na escola, que já o deve esperar na localidade do seu destino, offerecendo-lhe todas as vantaggens para a matricula, e accomodando-se, ainda que nos seus primeiros tempos, ás suas necessidades e aos seus habitos. O escopo principal dessas escolas será o de ensinar a lingua portuguesa para mais depressa estabelecer um intercambio affectuoso entre nacionais e estrangeiros. Oscar Thompson - Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1917, vol1, p.128/129.

⁴⁶¹ Os Livros de Matrículas da década de 1910, assim como relatórios de diretor ou outros documentos pertinentes, não foram encontrados no estabelecimento ou outra localidade, concluindo-se então que essa rara documentação foi destruída.

1 seleiro, 1 datilógrafo, 6 negociantes, 7 comerciários ou comerciantes, 1 fiscal, 1 protético, 2 veterinários.

Essas constatações levam a crer que na década de 20 havia um grande contingente, até mesmo chegando a ser maioria de nacionais na composição do operariado ou de profissionais urbanos.

Uma outra situação caracterizava a composição do operariado e por extensão, o perfil do alunado da Escola de Artífices paulista na década de 10. Então, o operariado era essencialmente estrangeiro, imigrante, com formação profissional por ofício, nos casos de mestres e contra-mestres. As razões que levaram à alteração da composição do proletariado paulista estavam ligadas à proximidade da Primeira Grande Guerra, quando a imigração sofreu um notável descenso e às constantes greves e mobilizações operárias da primeira década e década de 1910, principalmente após as greves de 1906 e 1907, com o encaminhamento da Lei Adolfo Gordo que previa a deportação de imigrantes considerados indesejáveis⁴⁶². Essas determinações estavam no bojo de um movimento de reorganização fabril em que o saber-fazer operário por ofício vai ser questionado em nome da organização racional e científica do trabalho do taylorismo.⁴⁶³

⁴⁶² “Conforme estudos a respeito das lutas, reivindicações e mobilizações do operariado paulista, percebe-se que desde a conjuntura de 1906/7, pelo lançamento de greves de solidariedade e pela participação em agremiações sindicais, trabalhadores organizados conseguiram, progressivamente, enfrentar tentativas patronais de alterações nas condições de trabalho e de recrutamento dos trabalhadores, atingindo relevantes conquistas em termos de controle sindical sobre o mercado de trabalho. Significativamente, um dos ‘exemplos de sucesso de controle do mercado de trabalho pelos sindicatos é o caso dos sindicatos de construção civil (pedreiros, carpinteiros, pintores) de Santos que, em 1909, conseguem impor o controle do mercado de trabalho da categoria... Bem antes da situação crítica do final dos anos 10, respondendo ao exercício da dominação patronal no mundo fabril e reagindo a alterações da ordem que lhes eram impostas, sinais desse enfrentamento fizeram-se sentir. Num ambiente extremamente hostil e repressor em relação a questões sociais, como o da Primeira República, trabalhadores paulistas tentaram se precaver e preservar seus tempos, espaços e poderes, com as formas e estratégias que lhe foram possíveis. Tratando de suas condições de trabalho e de vida, em seus órgãos de imprensa, associações e congressos, chega-se a encontrar referências à necessidade de meios para ‘reforçar as organizações dos diversos ofícios’ e denunciar imediatamente toda e a mais ligeira infração aos acordos estabelecidos” pelas conquistas da greve geral de 1907, onde operários especializados paulistas alcançaram a maioria de suas reivindicações”. Antonacci, Maria Antonieta M. op. cit. p. 41/43.

⁴⁶³ “Em São Paulo, a preocupação em organizar e administrar cientificamente o processo de trabalho pôde ser seguida no setor industrial, a partir do final da Primeira Guerra, através de alguns exercícios e estudos... estava em curso, em São Paulo, uma crise no setor fabril”. A “relação entre ordem da produção e produção da ordem, constituidora de formas de controle global, ao ser enunciada por um dos maiores líderes industriais de então” – Roberto Simonsen em discurso aos operários e companheiros da Companhia Construtora de Santos em 1918 falava em ‘evitar a todo transe que sejam trazidas para o nosso Brasil as lutas de classe’ e diante da “tremenda luta econômica que se vai travar”, impunha a necessidade da moderna organização do trabalho. Estruturar as empresas para “a máxima economia na produção pela realização da máxima eficiência”, implicava novas relações com os trabalhadores, para que “imperem os

Embora não tenham sido localizados na Escola de Aprendizizes de São Paulo os livros de matrícula da década de 1910 ⁴⁶⁴ pode-se dizer que em São Paulo, no referido período, as autoridades se preocupavam com o aumento da população dos bairros operários, já que esses bairros não dispunham de escolas “onde as crianças pudessem, além de aprender a ler, a

verdadeiros princípios da cooperação entre patrões e operários” – evidencia que, para restaurar a normalidade da fábrica, novas tecnologias de organização do trabalho e da sociedade estavam a caminho.” Simonsen ainda expõe mais elementos. Considera a disciplina militar, imposta pelo rigor dos carrancudos feitores, um foco de conflitos e propõe substituí-la pela “disciplina inteligente e consciente, advinda do exato conhecimento que o operário tem “da natureza do seu trabalho”. Questões de disciplina, autoridade e vigilância, personificadas e concentradas nos patrões, mestres e contramestres, são avaliadas como nocivas porque não possuíam critérios objetivos para estabelecer as condições de trabalho e de remuneração, provocando a deterioração e a recomposição da ordem fabril.

“A nova organização do processo de trabalho...fundamentada nos princípios de Taylor, aparece na fragmentação e departamentalização das atividades”, instaurando “nova autoridade e hierarquia de poder. Técnicos especializados, com um saber teórico advindo de um ‘sólido preparo’ – formação acadêmica que lhes garantia uma pretendida objetividade diante dos conflitos de interesses – assumiram o planejamento das tarefas dos trabalhadores, determinando cientificamente as condições de execução e de remuneração do trabalho’.

Através desses procedimentos, a disciplina militar, despótica e irresponsável “cedeu lugar à disciplina científica, com a autoridade competente, neutra e impessoal dos técnicos, enquanto o ‘saber-fazer’ dos trabalhadores no processo de trabalho passou a ser cientificamente administrado”. Repudiando as formas “discricionárias de autoridade e a má orientação dos patrões que concorriam para que os trabalhadores se organizassem em feição de classe, recorrendo a técnicos como árbitros do social, representando uma ordem onde não haveria conflitos entre empregados e empregadores – uma vez que o mundo do trabalho estaria sendo regido pela ciência – Simonsen deixava perceber mais do que uma crise do patronato em suas relações com os trabalhadores, mas o advento do corporativismo.

Suas propostas de redefinição das relações sociais de trabalho à partir dos princípios científicos – nos quais se embutiam mecanismos para, ao invés do patronato tratar seus trabalhadores como “uma massa única”, “individualizar competências” – e suas argumentações relativas à incorporação econômica dos trabalhadores “na competitividade do mundo capitalista, despolitizando suas ações e negando a inevitabilidade do mundo capitalista”, apontavam para a reconstrução da sociedade através de novas imagens de representação social.

A modernização do processo de trabalho contém a elaboração de um discurso científico técnico, o qual estabelece cálculo para precisar como fazer, em que tempo, com que custos, assim como a relação produção/remuneração. Também contém a elaboração de um discurso de cooperação e harmonia social a partir da “complementariedade capital/trabalho, que resulta da organização científica e promove a incorporação de indivíduos no sistema estabelecido”.

O trabalhador que seria integrado por meios econômicos, “para ampliar suas capacidades produtivas e eliminar suas dimensões políticas, era individualizado, desvinculado do seu trabalho, desenraizado de suas experiências sócio-culturais, desarticulado de solidariedade de classe. Dessa forma, o taylorismo coloca seus propósitos: “completar a desapropriação dos trabalhadores – uma vez que o ‘saber-fazer profissional é... um capital nas mãos dos operários” – e integrá-los como indivíduos decompostos e sem identidade, na sociedade moderna”. Expondo seus propósitos, o taylorismo demonstra suas vinculações: baseado no positivismo e evolucionismo, projeta o corporativismo o qual pretendeu concretizar uma ficção positivista, “a incorporação do operariado na ordem dominante, para a solução dos problemas sociais”. Antonacci, Maria Antonieta M, *idem* p.37/40.

⁴⁶⁴ Foram localizados livros de matrícula à partir de 1925, entretanto, na numeração do dito material constava o número 2, levando a crer que o número 1, correspondente a 1910 até 1925 está desaparecido.

escrever, adquirir uma profissão”⁴⁶⁵ As autoridades se voltavam principalmente para os filhos de operários que não encontravam estabelecimentos para “receber instrução profissional correspondente à sua posição social”⁴⁶⁶.

Esta preocupação pressupõe que as autoridades estaduais estabeleciam uma nítida distinção entre os desvalidos, os pobres em geral e os filhos de operários. Os primeiros compunham a infância abandonada, para a qual a rua era a moradia, o trabalho e o lazer. Para eles, havia estabelecimentos disciplinares, cujo objetivo era domar os instintos “anti-sociais”, com caráter mais correccional do que profissional. As autoridades estaduais não buscavam os miseráveis para compor a clientela das escolas profissionais, mas os filhos de operários que receberam em casa e “incorporavam normas de comportamento, aceitas socialmente como hábitos de trabalho disciplinado e respeito à autoridade”⁴⁶⁷.

Se o discurso para a criação das escolas profissionais estaduais, isto é da Escola Profissional Masculina do Brás e da Escola Profissional Carlos de Campos, era esse, possivelmente o contexto paulista não poderia corresponder a outra determinação, embora a exposição de motivos para a criação das Escolas de Aprendizes Artífices da União definisse que esses estabelecimentos visavam os “desvalidos da fortuna”, o lumpem proletariado. A cidade de São Paulo na primeira década, era povoada por uma população operária alienígena, que num primeiro momento serviu aos interesses das elites no sentido de transmitir a ideologia do trabalho. Entretanto, num segundo momento, correspondendo à proximidade da Grande Guerra, com drástica redução na entrada líquida de imigrantes aliada às mobilizações para lutas e greves, provocam nas elites uma necessidade de desvalorizar o elemento estrangeiro e valorizar a mão-de-obra nacional⁴⁶⁸. A força de trabalho estrangeira deveria ser “nacionalizada” no sentido de

⁴⁶⁵ Ribeiro, Maria Alice Rosa, op cit. p.121.

⁴⁶⁶ Relatório da Secretaria do Interior in Ribeiro, Maria Alice R....Idem.

⁴⁶⁷ Ribeiro, Maria Alice Rosa, op. cit. p. 122.

⁴⁶⁸ “... A questão central reside na secular descrença que sempre pairou sobre o segmento nacional, que continuou sendo considerado inapto e indisciplinado para o trabalho, na medida em que a indústria paulista contou com vasta oferta de braços estrangeiros; expropriados no seu país de origem, para cá vieram os imigrantes com a motivação de fare l’America, e, para tanto, submetiam-se aos drásticos horários e regulamentos de uma disciplina despótica na esperança de enriquecer, mas que, na imensa maioria das vezes, reproduziu uma condição proletária marcada por flagrante pauperismo. Nesse quadro de relegação, couberam ao trabalhador nacional das zonas urbanas de São Paulo os serviços mais aviltados, como o emprego doméstico e outras atividades classificadas como “mal definidas” e “não declaradas”, nas quais estavam incluídos o trabalho pesado e ocasional que tarefeiros de todo tipo praticavam na cidade dos

primórdios da industrialização. O Correio Paulistano de 9/8/1902, jornal que representava os interesses da cafeicultura comentava; O nosso camarada nacional não é necessário lidar com ele para se ficar convencido de que hábil, como nenhum outro para todo e qualquer serviço, é entretanto incapaz de se sujeitar a um trabalho continuado, e de que, mesmo no momento da mais urgente necessidade, não haverá argumento que o decida a trabalhar quando não queira, por costume ou mero capricho”.

“A propalada vadiagem dos nacionais passou a se mostrar inconsequente quando o sistema imigratório começou a diminuir, a partir de 1914”. O fornecimento de imigrantes para o café foi deveras abalado com o início da Primeira Grande Guerra. Além das drenagens de braços para a agricultura, a Guerra provocou a queda na vinda de estrangeiros, sendo que entre 1915 e 1919, entraram apenas 23% do contingente do quinquênio anterior – 1910-1914: 362.898; 1915-1919: 83.684; 1920-1923: 141.227 – Malgrado a canalização de trabalhadores das cidades para o interior, empenho que mobilizou o governo de São Paulo a partir de 1913, esse deslocamento se anulava pela trajetória daqueles que, mais numerosos, faziam o percurso inverso. Enquanto a injeção estrangeira manteve-se abundante, a renovação do estoque que deixava as fazendas pode ser facilmente repostas por novas levadas. Mas quando, com a guerra, elas escassearam, tornou-se necessário mobilizar mão-de-obra que tradicionalmente pôde ser relegada pelas atividades mais prósperas e dinâmicas da economia agrária”.

Dessa forma, o discurso dominante se refere à recuperação do braço nacional: “a ‘degenerescência de nossa raça’, a ‘imprestabilidade absoluta de nossos homens’ são preconceitos do pessimismo que dizem muito de perto com um relevante problema....à questão sempre momentosa da mão-de-obra para a lavoura....a mão-de-obra agrícola em São Paulo tem de ser estrangeira e tem que ser fornecida pelo Poder Público aos fazendeiros, em abundância e ininterruptamente...Qual pode ser, pois a solução? A contínua, ininterrupta introdução de imigrantes? Onde os buscar? ...a experiência ensina que só um limitadíssimo número de países no-los fornecem...Se o pânico de 88, produto de uma política imperiente, tornou necessária a imigração em grande escala, nada nos aconselha a escravizarmos indefinidamente a este pauperismo. ... enquanto durar a guerra, não teremos imigração terrencial...a verdade fundamental nesta questão é que à lavoura faltam braços, não porque o país não os tenha, mas porque não são aproveitados...Isto contribui enormemente para deixar na ociosidade uma reserva considerável de braços num ano de imigração escassa como este (1916) e o anterior, que tornou possível o incremento da produção”. Relatório de Luiz Ferraz ao Exmo. Sr. Dr. Candido Motta, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, “Localização dos Trabalhadores Nacionais”, Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, VI, n.22. 1917, pp.5, 6, 7, e 12. In Kowarick, Lúcio – Trabalho e Vadiagem São Paulo, Brasiliense, 1987, pp.118/122.

O grande cafeicultor, privado do abastecimento de imigrantes, busca braços no Nordeste. As regiões assoladas pela seca, são as mais aventadas. Em 1915, por ocasião da grande seca, a experiência se concretiza, pela primeira vez, e através do fornecimento de passagens gratuitas pelo governo federal, alguns grandes fazendeiros recebem cinco mil cearenses para trabalhar em suas lavouras.

Em “Contribuição para o Estudo da Adaptação dos Cearenses como Colonos nas Lavouras de São Paulo, André Betim Paes Leme, gerente da “The San Paulo Coffee States Co. Ltd. – Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, n.34 e 35, ano VII, São Paulo, 1919, p.138 – o autor evidencia que a mão-de-obra é subaproveitada no Norte do país, e que antes das limitações impostas pela guerra, “o trabalhador nacional sempre foi considerado, aliás sem razão, como inferior ao estrangeiro, e, a não ser para zonas reconhecidamente insalubres, ninguém o procurava”, sendo que essa corrente imigratória seria de alcance extraordinário para o futuro econômico de São Paulo. Referindo-se à serventia do braço nacional, argumenta: “Habitados a uma vida sem aspirações e uma incerteza absoluta do dia de amanhã, quando chegam a São Paulo, mostram, na sua maior parte, pouca ambição e daí uma natural indolência. Verdade é que esta indolência ... é também em grande parte devida ao seu estado de fraqueza. ... Homens como estes, está claro, precisam de ser tratados, e uma vez livres da infecção que os abate e tonificado seu organismo ... em pouco tempo tornam-se elementos de trabalho senão melhores pelo menos iguais aos estrangeiros”.

Da mesma forma que os potentados agrários antes haviam enaltecido as virtudes do imigrante, argumento utilizado para canalizar enormes recursos através de subsídios governamentais, recriando abundante oferta de força de trabalho, era imperioso reverter o discurso objetivando arregimentar a mão-de-obra nacional: a secular percepção segundo a qual os nacionais eram vadios, corja inútil imprestável para o trabalho disciplinado estava sendo minada. A instabilidade e indisciplina no trabalho deixaram de ser marcos inerentes à índole dos nacionais, no discurso dominante. “Não se trata mais de aversão congênita para trabalhar, fruto de espírito errante por natureza ou de uma mentalidade falsa e viciada, propensa, devido a

incorporar os valores de “brasilidade”, enquanto que trabalhadores que migravam de outros estados poderiam ocupar os cargos do operariado agora transformados paulatinamente em funções dentro da fábrica, a qual se modernizava através de máquinas tecnologicamente mais avançadas. As mulheres e crianças poderiam ocupar as funções que não requeriam conhecimento profundo de ofícios.

Na década de 1920, a introdução “da gerência científica e de inovações tecnológicas, com a reconstituição do trabalho e dos trabalhadores a partir de seus princípios e normas” foi seletiva e política, baseada em padrões de produtividade e critérios de disciplina, segundo as condições de luta/negociação e as relações entre patrões e trabalhadores, em vários ramos industriais.

uma degeneração irremediável, à vida fácil, ao alcoolismo e à imoralidade de toda sorte. Ao contrário, tradicionalmente estigmatizado de apático, preguiçoso ou vagabundo, o braço pátrio poderia e deveria ser regenerado, pois sua indolência era consequência do abandono a que fora relegado: afinal, ele já havia provado sua bravura na exploração de terras adversas, como as da Amazônia, onde fora “o mais corajoso e heróico dos colonos”, indivíduo, enfim capaz de suportar a penúria e a dor, atributos ‘que só possui o nosso sertanejo do Norte’.

A desambição passa a ser considerada parcimônia de alguém que não busca lucro fácil, se contenta com pouco e, sobretudo, não reivindicar; a inconstância é encarada como versatilidade e aptidão para aprender tarefas novas; a indisciplina transforma-se em dignidade e brio. O andarilho vai para onde dele se necessitar, o gosto por brigas e aventuras transmuta-se em coragem e destemor para realizar arriscados serviços, e a desconfiança é virtude para rejeitar espúrias idéias, tão em voga nessa época. A indolência não provém da preguiça ou vadiagem mas da falta de oportunidade para trabalhar, seus vícios são agora encarados como resultado da miséria da qual é preciso retirá-lo.

A comparação da- mão-de-obra nacional com o estrangeiro é frequente, nesse processo de recuperação dos nacionais, e nessa disputa estes saem vitoriosos. Era necessário reativar o mercado de trabalho com a continuidade da vasta oferta de braços, básica condição “para o sistema produtivo manter inalterada a feroz exploração do trabalho” que os movimentos grevistas colocavam em cheque. Para os grupos dominantes “havia o risco de infiltração do ‘vírus anarquista’ de origem estrangeira, estranho à ‘índole pacífica’ das ‘tradições pátrias’, mais susceptível de contaminar o imigrante”. Nesse aspecto também se reconstrói a imagem do trabalhador nacional, o qual, diferentemente do estrangeiro, trabalha a módicos preços, aceita sem reclamar qualquer tarefa, não lançando mão de paralisações.

Nos escritos da grande imprensa e nas mensagens parlamentares, consonantes com os interesses da cafeicultura paulista, surge uma outra humanidade para o nacional, pária secular de uma vida sem sentido. “É a humanidade do trabalho, forjada por um capitalismo que necessita transformá-lo em mão-de-obra que se submeta e aceite as regras ditadas pelas engrenagens produtivas”. Nova imagem do nacional era esculpida”... “pode ser reputado superior ao europeu, e pelas seguintes razões é um ótimo trabalhador: pela resistência, pela fidelidade aos compromissos, pela capacidade de aprender, pelo espírito de ordem”.

Uma mudança radical na ampliação do mercado de trabalho estava em gestação, no sentido da substituição do estrangeiro pelo nacional. Entre os anos 1915-1919, a mão-de-obra nacional totalizava a quarta parte – 21.239 ou 20% – dos imigrantes que entraram no Estado, sendo que no seguinte quadriênio, esse contingente representava 23% dos trabalhadores que ingressaram em São Paulo ou 41380. Era “uma tendência que se revertia” e que iria adquirir proporções volumosas na década de 30. A segunda geração da classe trabalhadora estava sendo fecundada, composta crescentemente de nacionais, sendo que esse processo desembocaria anos mais tarde na economia urbano-industrial. Kowarick, Lúcio op.cit. p.127/129.

Realizando a instrução racional escolar e o rápido treinamento de aprendizes, por tarefa/função, esses técnicos – grupo formado por pesquisadores do Instituto de Higiene, sob coordenação de Geraldo de Paula Souza, e de Roberto Mange, o qual contava para as suas experiências na Escola Profissional de Mecânica, criada em 1923, com a colaboração dos engenheiros Monteiro Camargo e João Fleury da Silva, e do médico Benjamin Ribeiro, montando exames de saúde – “desvalorizavam as experiências operárias de transmissão de saberes e habilidades na oficina, como a qualificação por ofício”.⁴⁶⁹ Além disso, criaram condições para quebrar formas de autonomia e controle dos trabalhadores organizados. Em nome da eficácia tecnológica e produtiva, da razão técnica, do desenvolvimento nacional e do progresso, foi articulada a substituição de trabalhadores zelosos de suas capacidades e prerrogativas. “A substituição de trabalhadores e de suas qualificações” – problema complexo devido a seus envoltimentos sócio-culturais e inclusive já vivenciado pelo empresariado paulista quando do apelo aos imigrantes estrangeiros – ao ser socialmente formulada, aponta para uma situação de conflito social ocorrido em São Paulo, cuja solução prevista estaria “em novas concepções de trabalho e de trabalhador”.⁴⁷⁰

Um trabalho organizado cientificamente e um trabalhador nacional, planejado pela administração científica, pela mecanização e pelas possibilidades de melhorar a condição de vida dos trabalhadores advindos de contingentes migrantes e de setores urbanos marginalizados, ocuparam no imaginário das elites dominantes o lugar do “empírico” trabalho por ofício e do “rebelde” trabalhador imigrante”. Concretizando-se historicamente, em meio a pressões, opções e confrontos de vários matizes e origens, sem ser linear, geral e uniforme, a elaboração desse novo trabalho e trabalhador aumentou a heterogeneidade das relações e processos de trabalho, ampliando as práticas patronais e operárias, assim como as maneiras de convívio “entre trabalhadores diferente e inversamente. qualificados”⁴⁷¹

Tencionamos, entretanto, levantar a hipótese de que o discurso de Nilo Peçanha, destinando as Escolas de Aprendizes Artífices da União aos “desvalidos da fortuna”, ficou diluído em São Paulo, uma vez que o polo dinâmico brasileiro vivenciava, na época, passagem da primeira

⁴⁶⁹ Antonacci, Maria Antonieta M. op. cit. p. 68/70.

⁴⁷⁰ Idem, p.70.

⁴⁷¹ Antonacci, Maria Antonieta M. A vitória da Razão (?) O IDORT e a Sociedade Paulista. São Paulo, Ed. Marco Zero, 1993 p.71.

década para a década de 1910 uma situação de grandes conflitos entre capital e trabalho em consequência dos quais as elites começam a refletir a emergência da “nacionalização” dessa força de trabalho alienígena, assim como a expulsão dos elementos considerados “perniciosos”.

Era o início de um processo em que o questionamento da força de trabalho estrangeira vai ser uma constante, culminando, no final da década de 1910 com a proposta aberta de utilização da mão-de-obra nacional, agora devidamente valorizada, através de um discurso modificado das elites, já que o trabalhador nacional não trazia a experiência de lutas, reivindicações e mobilizações.

O decreto de criação das Escolas de Artífices de São Paulo (1909) ocorre dois anos após a greve geral de 1907, em São Paulo, e possivelmente a fundação da escola em 1910, trazia para as elites paulistas um alento no sentido de ajudar a nacionalizar os filhos de imigrantes e melhor condicionar essa força de trabalho, culturalmente diversa e agitada.

Os alunos da escola de São Paulo, não eram os meninos desvalidos, como na maior parte dos Estados, para os quais havia asilos e entidades correcionais ⁴⁷²mas descendentes de operários ou profissionais urbanos que deveriam ser treinados numa disciplina diferente de sua cultura ou organização dentro e fora da fábrica. A Escola seria, uma forma de reação pedagógica das elites paulistas para darem conta daquela “cidade de imigrantes”, embora a iniciativa fosse federal e Nilo Peçanha, representante do Partido Republicano Fluminense, possivelmente, não fosse o aliado político ideal de Albuquerque Lins, presidente do Estado em 1910.

⁴⁷² Em 1909, eram treze os asilos e orfanatos existentes na capital paulista: Asylo do Bom Pastor, Casa Pia de S. Vicente de Paula, Externato Patrocínio de s. José, Orphanato Sta. Anna, Instituição da SS.^a Fam. do Ypiranga, Escolas do Circulo de S. José, Asylo de Orphãos Desamparados de N.^a S.^a Auxiliadora – Ipiranga, Casa da Divina Providencia, Externato Santa Cecília, Orphanato Cristoforo Colombo, Escola Parochial Sta. Cecilia, Abrigo Sta. Maria, Lyceu do S.^o Coração de Jesus, Ass.^o Fem.^a Beneficente e Instructiva. Para menores abandonados e infratores havia o Instituto Disciplinar criado em 1902, pelo governo de Bernardino de Campos. Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1908-1909, pp 348/349 e Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.160.

7. RIVALIDADES POLÍTICAS ENTRE NILO PEÇANHA E OS “MODERNOS” DO PRP

Sobre as rivalidades políticas entre a ala mais “avançada” do PRP, representada pelos cafeicultores do Oeste Paulista, que haviam desde a década de 1870 investido capital em estradas de ferro, sociedades de imigração, indústrias, bancos; cujos nomes desfilam como sócios honorários do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, e o restante da oligarquia fundiária do Estado, os republicanos históricos do PRP ou dos demais partidos republicanos dos estados, vale salientar que, possivelmente a rivalidade advinha da postura que o governo federal assumia com relação ao câmbio. A baixa cambial, embora comprometesse as reservas do país e aliada a um período de queda dos preços do café pudesse representar um perigo de bancarrota do Estado,⁴⁷³ normalmente garantia bons lucros aos cafeicultores, e até constituir-se-ia num incentivo à industrialização. A alta cambial, não obstante fosse adotada para sanear as finanças do país, desgostava os latifundiários do café pois lhes comprometia os lucros, reduzindo o seu ganho em moeda nacional.⁴⁷⁴

⁴⁷³ “A República, proclamada quando o câmbio alcançara a casa de 27 d e a libra esterlina valia menos de 9\$, nove mil réis, descambou logo para a experiência dos bancos emissores e transtornou os planos de conversibilidade monetária. O abuso do papelismo engendrou hábitos perdulários na vida pública e fomentou em escala nunca vista a especulação até as culminâncias monstruosas e desmoralizadoras do encilhamento. Em tal atmosfera de jôgo e desonestidade a política se transviou para as graves dissensões de que provieram os golpes de Deodoro, o contragolpe de Floriano e como remate dessas lutas ingratas a sublevação no sul e a revolta da marinha. O câmbio refletiu logo os desmandos da política e da desorientação financeira. O extraordinário é que, em face de tantos dislates, a queda monetária não se haja precipitado mais depressa, resistência que se explica pelo nível relativamente satisfatório da produção agrícola, quer dizer sobretudo a cafeeira, e pela circunstância de o país haver sustentado a situação à custa das reservas de ouro deixadas pelo Império. “(...) Nesse período, em que as experiências bancárias de permeio com os abalos políticos, produziram efeitos tão nocivos para o crédito nacional e para a estabilidade da fortuna particular ... A classe agrícola, principalmente a de São Paulo, reergueu-se rapidamente e beneficiou-se com os preços satisfatórios do café, graças aos quais se cobriram os deficits de outras produções. Por outro lado, os lastros-ouro dos bancos emissores constituíram sólidas garantias de que o govêrno se socorreu nas horas difíceis para sustar maior baixa cambial e fazer remessas urgentes, destinadas a pagar os juros da dívida pública ou saldar despesas ocasionadas pela guerra civil”. Soares Júnior, Rodrigo, Jorge Tibiriçá e sua época, , São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958, p. 377.

⁴⁷⁴ O govêrno Prudente de Moraes “Govêrno ... cercado de obstruções políticas, teve que arcar com a terrível herança financeira da revolta, devido à qual tendiam a se implantar em caráter permanente os velhos hábitos de especulação e agiotagem fomentados pelo emissionismo e a contínua depreciação monetária. A baixa dos fundos brasileiros no exterior suscitava críticas e sarcasmos, e no estrangeiro se anunciava que o Brasil em breve se veria compelido a solicitar a benevolência dos credores. Na verdade a baixa cambial aumentava desmedidamente os juros da dívida externa e já em 1895 a tensão atingia proporções alarmantes”.

Campos Sales e seu ministro da Fazenda Joaquim Murtinho, consideravam as quedas de preço do café e baixa cambial, resultados não só da especulação monetária mas também do binômio imigração/produção cafeeira desmesurada, e dessa forma, fundamentavam a alta cambial.⁴⁷⁵ A postura enérgica e até radical de Murtinho/Campos Sales provocou protestos especialmente dos “membros da Dissidência paulista, ocorrida em 1901”. Essa Dissidência

“o ministro da Fazenda Rodrigues Alves, ... denunciou no seu relatório de 1895, como fator saliente da baixa cambial, a especulação de bancos que consignavam lucros extraordinários em seus balanços e outros elementos perturbadores que auferiam lucros fáceis. Nos fins de 1894 os saques feitos pelos bancos incriminados excediam de milhões de libras o valor das letras sobre que deviam assentar. Vendiam-se massas de cambiais sem relação com os recursos do mercado supridor de letras, de sorte que com a dificuldade de encontrar cobertura começou o expediente dos adiantamentos com pesados depósitos em dinheiro. (...) A queda de câmbio, cujas cotações assustavam tanta gente e correspondiam a constantes mudanças no custo da vida, fizera dizer a um observador financeiro: ‘Quem noutros tempos tinha cem contos era quase milionário; há poucos anos era um homem rico: se hoje os tem não passa de remediado e, positivamente, ficará pobre com os cem contos, se continuar esta instabilidade no valor da moeda’. Queixavam-se outros do ‘mil réis papel que esburaca pelo fundo todos os pés-de-meia das economias do povo’. As taxas de câmbio de 1894 em diante registram um declínio que o governo não logra deter nem com um empréstimo de seis milhões de libras ao tipo de 85, a fim de liberar o mercado”. Idem, pp.389/390/391.

⁴⁷⁵ “Estava o país atolado na crise cambial e coagido a suspender os juros da dívida externa. A custo se conseguira o acordo denominado fundig-loan, contrato destinado a evitar a declaração da bancarrota. Para Campos Sales e Murtinho, uma obrigação sobrelevava a qualquer outra no momento: valorizar o meio circulante. As emissões e a instabilidade cambial haviam criado condições de estímulo fictício no mercado de crédito e de capitais. Após a República, o país atravessara um ‘período de reformas e delírios de grandezas’. Agora importava reparar os erros cometidos. Para o governo, em contrário a tantas opiniões de críticos e descontentes, o empréstimo de 10 milhões de libras com a respectiva condição de resgatar papel-moeda ao câmbio de 18, assinalava um acordo pelo qual os credores eram os primeiros a desejar a restauração financeira do Brasil”.

“Em 1898, passados alguns anos de prodigalidades financeiras, experiências monetárias desregradas e lutas civis, o país se encontrava empobrecido e asoberbado pela crise do café. Murtinho não considerava tal crise a expressão de uma decadência do trabalho nacional, mas de uma ‘degradação econômica consequente à aplicação viciosa desse trabalho na produção de um gênero excessivo no mercado’.... de fato, a superprodução cafeeira se verificara como efeito da inflação, através dos altos preços – papel do café e da exagerada compra de terras a que esses lucros induziram os lavradores, entusiasmados pela expansão das culturas. Sob o influxo de enormes levas de imigrantes operava-se rapidamente a multiplicação dos cafezais, em grande parte destinados a reter colonos e pagar a mão-de-obra. Esta proliferação da cafeicultura promoveu plantações de alto custo e engendrou, na opinião de Murtinho, fenômeno comparável ao que ocorreu na indústria, onde haviam criado empresas que só podiam sobreviver à custa de um ultraprotecionismo. Era mais um argumento contra a pseudo-abundância de capitais decorrentes de emissões que diluíam o valor real do meio circulante, e, sobre facultarem negócios de puro imediatismo, provocaram excitação desordenada nas atividades agrícolas”.

“O ministro resume os pontos substanciais de sua tese por meio de um confronto entre duas crises, a financeira e a econômica, simetricamente apresentadas e oriundas da ‘produção’ exagerada do meio circulante saturado de papel-moeda e da excessiva produção de café em relação ao consumo. Explicava então que os especuladores, munidos do estoque de papel-moeda, não precisavam comprá-lo para pagamento da produção nacional e impunham o preço, da mesma forma que os importadores de café, armados de vasto estoque do gênero, ditavam as cotações no mercado. Assim diagnosticada a causa da crise, surgiam naturalmente os remédios indicados pela situação: reduzir o volume do papel de curso forçado de maneira a adaptar o meio circulante ao valor real das transações e adaptar a produção de café ao consumo. Soares Júnior, Rodrigo, op. cit. pp.427/428/429.

organizada ao redor de Prudente de Moraes, era composta de nomes dos “mais brilhantes da política paulista e figuras de grande projeção intelectual... entre elas Antônio Mercado, Cesário Mota, Júlio Mesquita, Alfredo Pujol, Silvestre de Lima, Cincinato Braga e outros vultos”⁴⁷⁶, cuja oposição a Campos Sales nos cenários federal e estadual tomou principalmente por alvo a política que consideravam derogadora dos verdadeiros princípios republicanos e que denunciavam como o poder onímodo e onipotente do Catete”.⁴⁷⁷

⁴⁷⁶ Como já foi referido, “Campos Salles, Francisco Glycério de Cequeira Leite e Rodolfo Miranda nunca fizeram parte do Liceu. Por outro lado, embora a Liga Nacionalista incorporasse elementos do PRP, é inegável que vários de seus componentes vieram a se constituir num dos núcleos de formação do PD, e muitos deles pertencem, na mesma época, à sociedade do Liceu de Artes e Ofícios. Entre esses elementos estão alguns componentes do denominado ‘grupo do Estado’ que historicamente assumiu a liderança de ‘sucessivas frentes de oposição ao comando perrepista’. Desde 1895, quando Júlio de Mesquita assume a direção do jornal, do qual terá o controle acionário a partir de 1902, *O Estado de São Paulo* torna-se o porta-voz dos dissidentes, criando em sua redação um espaço próprio para o debate político. O grupo dissidente ao qual Mesquita se apresenta ligado organiza-se em torno de Prudente de Moraes e de Cerqueira César. Solucionados os conflitos de 1891, envolvendo Américo Brasiliense, de um lado, e Cerqueira César, de outro, o grupo reintegra-se ao PRP até 1901, quando se coloca contra a ‘política dos governadores preconizada por Campos Salles e lança o Partido Dissidente, do qual fazem parte, entre outros, os seguintes integrantes do Liceu de Artes e Ofícios: Adolfo Gordo, Alfredo Pujol, Cincinato Braga, Antônio Cintra, Gabriel Prestes e Cândido Motta’. Deve-se inferir, que “O Liceu de Artes e Ofícios parece fazer parte de um projeto mais amplo de modernização econômica empreendido pela fração mais poderosa do setor dominante paulista, cujos representantes irão compor, no primeiro período republicano, as diferentes forças políticas do único partido oligárquico então existente: o Partido Republicano Paulista. Entre os diretores e associados do Liceu de Artes e Ofícios encontram-se tanto expressões do situacionismo perrepista como das principais dissidências e, entre elas, as que vieram a se constituir, na década de 20, no Partido Democrático”. Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. pp.105/106.

⁴⁷⁷ Murtinho considerava o papel-moeda, simples título de dívida, sendo que “(...) a destruição de parte desse elemento, diminuindo os encargos do devedor, aumenta o seu crédito e o valor dos títulos que ficam em circulação. ‘Queima-se o veículo, mas o valor a ele incorporado passa-se, depois da incineração, para o papel que fica na circulação’. Essa foi a teoria do resgate, efetivada para valorizar a moeda e cumprir as cláusulas do funding. “(...) Quanto ao café, mostrou-se Murtinho totalmente infenso a qualquer intervenção do governo no mercado. Dizia ele que os governantes não dispunham de poder sobrenatural para derogar *leis naturais* e que à lavoura é que cabia modificar uma organização viciosa para que ‘esses capitais não se transformassem em elementos de destruição da fortuna nacional’. Abstencionista radical no que se referia à valorização cafeeira, declarou textualmente no relatório de 1900: ‘O governo deixou que a produção de café se reduzisse por *seleção natural*, determinando-se assim a liquidação e a eliminação dos que não tinham condição de vida, ficando ela na mão dos fortes e dos mais bem organizados para a luta”. “É natural que esse radicalismo um tanto destoante dos processos brasileiros levantasse clamores e até ondas violentas de protesto. Remédio tão drástico contra a super-produção revoltou a classe agrícola”. Além dessas recriminações “Uma das acusações mais insistentes proferidas contra Campos Sales se relaciona com a política dos governadores, criação atribuída ao presidente por adversários que ainda lhe imputaram a culpa de haver instituído aquele sistema o predomínio das oligarquias estaduais. À essa arguição, que serviu de tema para muitas censuras e ataques no parlamento e na imprensa, respondeu Campos Sales em seu livro da *Propaganda à Presidência*, que ele havia realizado, e em plena concordância com a doutrina federalista que sempre professara, a ‘política dos Estados’, pois sempre entendera que nas várias unidades componentes da União é que residia a força política e não na Capital da República, onde se agitam multidões tumultuadas. Necessitava o presidente, como confessa claramente, de uma agremiação de forças úteis, que constituíssem um ‘grande partido do governo, exclusivamente

Pode-se observar que essa Dissidência Paulista opositora de Campos Sales sendo composta de “ilustres” nomes da sociedade local, abrigava figuras ligadas à produção cafeeira do Oeste Paulista, e que no governo Nilo Peçanha, o qual, sendo aliado político e admirador da política econômica de Campos Sales, também será alvo das mesmas críticas, uma vez que o referido membro do PRF, político influente, presidente do Rio de Janeiro e na época presidente da República, também optará por uma política econômica de alta cambial, como medida de saneamento financeiro, através de seu ministro da Fazenda Leopoldo Bulhões.

Entretanto, em nível estadual, os interesses dos cafeicultores paulistas, ameaçados com a possibilidade de perderem uma grande safra, com a queda ainda maior dos preços do produto, tiveram na gestão do presidente estadual eleito, Jorge Tibiriçá, um grande aliado. O referido presidente do Estado, um importante cafeicultor “bandeirante”, no período 1904/1908, lidera a resistência ou investida paulista, no sentido de viabilizar a política de valorização do café, deliberada pelo Convênio de Taubaté – 1906 – assim como milita “incansavelmente” para o estabelecimento da Caixa de Conversão. Deve-se ter em conta, que nesse momento histórico é Rodrigues Alves – também paulista – o presidente da República, sendo que o mesmo procura seguir as determinações de Campos Sales, no sentido da manutenção da alta cambial.

A gestão de Jorge Tibiriçá, abrange dois períodos presidenciais da República: o de Rodrigues Alves e de Afonso Pena. Rodrigues Alves, representante último da trindade de presidentes paulistas e “correligionário de Tibiriçá”, já que ambos pertenciam ao Partido Republicano Paulista, manteve relações cordiais com seu colega do Estado até o início da “campanha pela valorização do café”. Nessa conjuntura, afastaram-se os dois governantes, devido à diferenças de doutrinas e programa. A postura política de Tibiriçá, congregando os Estados cafeeiros em volta da defesa do produto e da Caixa de Conversão separou o governo paulista do Catete.

Rodrigues Alves, fiel ao programa de Campos Sales, repudiava a Caixa de Conversão e pendia para a valorização do meio circulante. Considerava abusiva “a aliança de três Estados”,

dedicado aos interesses da administração da República’. Firmado no conceito de que ‘o que pensam os Estados, pensa a União’, Campos Sales opôs essa política à dos que pretendiam obter a revisão do estatuto de 1891 e entre os quais se alistaram os membros da Dissidência Paulista, ocorrida em 1901”. Essa Dissidência “Nascida inicialmente de divergências e de uma certa rivalidade há muito tempo latentes entre Prudente e Campos Sales... levou a luta pessoal para o terreno dos princípios e se erigiu em defensora da liberdade partidária e eleitoral em face da intervenção do executivo na verificação de poderes e na autonomia do Congresso”. Soares Júnior, Rodrigo, op. cit. pp.430/ 435/436/437.

articulada por Tibiriçá com o objetivo de reclamar uma política que contrariava a política de câmbio alto de Leopoldo Bulhões, seu ministro da Fazenda.

O presidente Tibiriçá, representava o intérprete das aspirações dos cafeicultores paulistas, contando com auxiliares, hábeis negociadores do acordo com Minas Gerais e Rio de Janeiro, dentre os quais Glicério e Cândido Rodrigues, os quais se comunicaram com os delegados mineiros e fluminenses. Glicério comunicava em abril de 1905, as dúvidas do presidente fluminense Nilo Peçanha, sobre o plano e realçava a simpatia de Serzedelo Correia.

É interessante observar, que a escolha de Afonso Pena, mineiro, e Nilo Peçanha, fluminense, para presidente e vice-presidente da República, respectivamente, ocorre nessa perspectiva da política paulista, liderada por Jorge Tibiriçá, de conseguir aliados para a viabilização do Convênio de Taubaté ou seja: a efetivação da política de valorização do café e estabilização cambial em nível baixo, através da Caixa de Conversão.

Com o governo Afonso Pena, retorna a cordialidade entre o governo Federal e São Paulo. O referido presidente prestigia a lei 1575 de 6 de dezembro de 1906, a qual institui a Caixa de Conversão. Solicita ao Congresso que autorize o endosso da União para o empréstimo de 3 milhões de libras exigido por São Paulo para cumprir compromissos ligados à valorização do café. Trabalham harmoniosamente as políticas de São Paulo e Minas, aproximação salientada por Glicério num banquete a Carlos Peixoto. Na administração Afonso Pena, as finanças foram confiadas à Davi Campista.

Com a morte de Afonso Pena, em 14 de julho de 1909, e a ascensão de Nilo Peçanha a situação se modifica. A pasta da Fazenda é entregue à Leopoldo Bulhões, partidário da alta cambial. Desta feita a Caixa de Conversão “desmoronou” voltando a ocorrer as oscilações monetárias.⁴⁷⁸ Essa situação, embora criticada pelos partidários da baixa cambial, os cafeicultores paulistas, era elogiada por Campos Sales, que considerava Peçanha “um dos mais vivos políticos da República” e argumentava: “seu governo continua a ter, não mais os meus aplausos, mas a minha franca admiração. V. já conquistou a simpatia e o poio do sentimento nacional. Todos vêm com grande contentamento que o país volta ao régimen das boas normas e da ordem na administração”.⁴⁷⁹

⁴⁷⁸ Soares Júnior, Rodrigo, op. cit. p.569.

⁴⁷⁹ Tinoco, Brígido, op. cit. pp.172/173.

Desse modo o saneamento financeiro estabelecido por Campos Sales adquiriria continuidade no governo de Nilo Peçanha.

Assim, é possível que os motivos pelos quais a administração de Nilo Peçanha sofria ataques de seus adversários políticos estivessem embasados em sua política de câmbio alto, desagradando os cafeicultores paulistas, que através de seus representantes em nível educacional subestimavam seu projeto de criação em São Paulo de uma Escola de Aprendizizes Artífices nos moldes de suas congêneres espalhadas por mais 18 Estados do Brasil. Também poderíamos inferir que Nilo Peçanha não era o aliado preferencial das elites “modernas” paulistas⁴⁸⁰ porque era representante de uma oligarquia cujas atitudes na política econômica e educacional procuravam responder às demandas e dificuldades do Brasil como um todo e não especificamente o Estado de São Paulo, polo dinâmico da economia brasileira e com uma classe operária, no início da década de 1910 majoritariamente estrangeira.⁴⁸¹

⁴⁸⁰Posteriormente, em sua campanha como “aspirante à Presidência da República” pela Reação Republicana (1921), visita vários Estados, sem contudo conseguir visitar São Paulo: “Nilo pretendeu falar ao povo de São Paulo e negaram-lhe garantias. O presidente daquela unidade federativa recusou-lhe o teatro e cassou o direito de reunião. Impedido de dirigir-se pessoalmente à comunidade paulista, enviou-lhe esplêndido manifesto, palpitante e atual. Começa por esclarecer ao executivo de São Paulo que não é contra ninguém, nem se cuida de ambição política. A Reação Republicana deseja, em favor de todos os brasileiros, sacudir ‘nos seus fundamentos uma organização política viciada e pervertida de cerca de cem anos e onde ora dominavam os imperadores, depois as autocracias, mas onde acaba de chegar a voa do povo...o povo brasileiro, Esse grande paciente, insensível e tutelado, se levanta e já compreendeu que o Brasil lhe pertence; as velhas máquinas de compressão se desconjuntam e se despedaçam aos primeiros atritos da opinião pública...”. Tinoco, Brígido, op. cit. p.264.

⁴⁸¹ Nilo Peçanha, em seu manifesto enviado à São Paulo em época da campanha da Reação Republicana aborda a questão operária e uma legislação mais humanitária, o que possivelmente não deve ter agradado à “burguesia industrial paulista”. Analisando a situação da agricultura, da viação, do ensino, o “delírio econômico-financeiro”, a legislação trabalhista, acrescenta: “...o mundo não pode ser mais o domínio egoístico dos ricos e só teremos uma paz de verdade e uma paz de justiça, quando nas nossas propriedades, nas nossas usinas, nos nossos campos e nas nossas consciências, sobretudo, forem tão legítimos os direitos do trabalho como os direitos do capital. Não é mais lícito negar as conquistas assinaladas do espírito público, que nos estão impondo cada dia uma legislação mais humana e mais liberal, em benefício dos trabalhadores. Não é mais possível a nenhum govêrno brasileiro deixar de respeitar, dentro da ordem, a liberdade operária, o pensamento operário, a associação operária, em tôda a amplitude da nossa Constituição, como não é mais possível deixar de ver, nos dias de hoje, ao lado da velha economia política de ontem, uma nova economia social a disciplinar centenas de instituições, de idéias e de forças até aqui inertes e ignoradas. (...) Narra o drama do operário das cidades, do camponês abandonado, das mulheres que operam nas minas, atreladas a carros, como “bêstas de tiro”, de crianças que trabalham atoladas na lama, e exclama: “Dizei, senhores, se há quem se possa julgar feliz diante de tanta infelicidade!”Concorda em que foi abolida a escravidão negra, mas por aqui “ainda vivem essas oligarquias vorazes, que fizeram da política uma indústria e do Brasil uma feitoria de meia dúzia de mandões”. E, depois de defender a valorização do homem e da terra, soma, ainda, à mensagem: “A base dessa política é a liberdade mesma: liberdade de pensamento, liberdade de cultos, liberdade de profissão, liberdade de comércio, liberdade de crenças, a liberdade sempre”. Tinoco, Brígido. A Vida de Nilo Peçanha. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Edit., 1962,p.264/265.

Até poderíamos raciocinar num alcance maior, em termos de considerar Nilo Peçanha um herdeiro direto dos representantes dos Estados que propunham no Congresso Agrícola de 1878, no Rio de Janeiro, o aproveitamento da mão de obra nacional, através de escolas agrícolas profissionalizantes e até com salários razoáveis para incentivo, em contraposição aos vencedores da proposta imigrantista, os modernos cafeicultores do Oeste Paulista. Os agricultores dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, participantes do Congresso do Rio e depois respaldados pelo Congresso de Recife, no mesmo ano, eram, inclusive cafeicultores de regiões tradicionais no cultivo do produto e acreditavam que aumentando o incentivo do governo para a agricultura seria possível o aproveitamento de livres e libertos nacionais, desde que educados adequadamente. Foram tese vencida pelos “modernos” paulistas cafeicultores os quais efetivaram a substituição da mão de obra nacional pela estrangeira nas fazendas.⁴⁸²

Provavelmente, as elites paulistas consideravam a escola de aprendizes insuficiente ou talvez até irrelevante, haja visto a falta de comentário na imprensa e as reduzidas referências no “Anuário do Ensino do Estado de São Paulo”. Logo no ano seguinte (1911) o próprio Albuquerque Lins viabiliza a criação das Escolas Profissionais Estaduais, inclusive com maior divulgação e discurso mais “moderno”⁴⁸³. As escolas criadas destinavam-se não aos “desfavorecidos da fortuna” mas aos filhos de trabalhadores assalariados no sentido de formar o “operário cidadão”⁴⁸⁴. Na realidade, essa distinção na prática não existia, em São Paulo, pois parece que a clientela tinha a mesma origem assim como existia uma certa semelhança nos tipos de oficinas.

⁴⁸² Vide Nota n.º 2 , p.2.

⁴⁸³ Decreto n. 2118 – B de 28 de setembro de 1911, Regulamento das Escolas Profissionais da Capital de São Paulo, Cap.1, art. 1.º: “As Escolas Profissionais da Capital são estabelecimentos destinados ao ensino de artes e officios a alumnos do sexo masculino, e de economia domestica e prendas manuaes a alumnos do sexo feminino”. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo 1911, São Paulo, Typographia Do Diario Official. Observa-se, pelo exposto, que os estabelecimentos criados não se destinam aos “desfavorecidos da fortuna” mas simplesmente a alunos do sexo masculino e feminino.

⁴⁸⁴ A especificação de que as escolas profissionais do Estado deveriam formar o “operário cidadão” fica clara no discurso do Inspetor de Ensino Guilherme Kuhlmann, em 1918: “As Escolas profissionais formarão o cidadão operário, cômico de seus deveres e direitos políticos cumpridores das suas obrigações sociais e morais. Serão uma força viva de progresso e um fator de riqueza para o país.... É uma questão patriótica a difusão das escolas profissionais. Os governos devem encará-la como um veículo seguro de nacionalização”. In Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.214.

8. A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE SÃO PAULO NA DÉCADA DE 1910: OFICINAS DE OFÍCIOS

Estabelecendo uma comparação entre as oficinas da Escola Profissional da Capital e a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, à partir do Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, encontramos, entre 1911 e 1913, os seguintes registros:

Escola Profissional Masculina da Capital: n.º de alunos: 344

Cursos	Matrículas
Mecânica	73
Latoaria	11
Tecelagem	18
Pintura	52
Carpintaria	34
Nocturno de desenho profissional	166
Total	344

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1911-1912, p.573.

Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo (da União)

Oficinas	Matrículas
Mecânica	57
Marcenaria	39
Entalhador	44
Electricidade	21
Torneiro	19
Diversos (ouvintes)	26
Total	206

Fonte: Fonte: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1913, p.79.

Percebe-se que a Escola Profissional Masculina tinha oficinas ligadas à indústria têxtil, como tecelagem, pintura, entretanto não possuía, nesse momento, curso de eletricidade ou torneiro. A referida escola ministrava curso de latoeiros, mas ambas possuíam a maior parte dos alunos matriculados no curso de mecânica. Dessa forma, poder-se-ia inferir, que a Escola Profissional de São Paulo fosse mais “incrementada” no sentido de oferecer aos seus alunos cursos talvez mais ligados aos trabalhos de “metal,”

como latoeiros ,entretanto, o curso de torneiro, incluído no currículo da Escola de Aprendizes de São Paulo não consta das oficinas da época, na referida escola.

No ano de 1914, a Escola Profissional Masculina apresentou 572 alunos⁴⁸⁵ matriculados, enquanto a Escola de Aprendizes Artífices contou com 601:

Escola de Aprendizes Artífices - Alumnos matriculados (1914)

Cursos e Oficinas	Matrículas
Curso Primário	200
Curso de Desenho	201
Oficina de Mecânica	73
“ “ Marcenaria	43
“ “ Escultura	52
“ “ Torneiro	18
“ “ Electricidade	14
Total	601

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, p.143. Dados não compatíveis com o Relatório do Ministério da Agricultura de 1914 o qual registra para o referido ano um total de 151 alunos matriculados na Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo. Talvez o cálculo do Anuário se baseasse na soma dos alunos das oficinas (151) acrescido das matrículas do curso primário (151) e curso de desenho (151), mas mesmo assim ainda ocorre muita diferença.

Pelos Relatórios do Ministério da Agricultura, podemos observar maiores detalhes do movimento das oficinas da Escola de Aprendizes de São Paulo em 1912:

Escola de São Paulo (1912)

Installada a 24 de Junho de 1910

Officinas e Cursos	Matrícula	Frequência média
Officina de marcenaria	24	22
“ “ esculptura em madeira	30	26
Officina de mecanica	29	24
“ “ torneiro	12	8
“ “ electricidade	18	13
Total	113	93
Curso primario	113	40
“ de desenho	113	45

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura 1912, p.275.

⁴⁸⁵ Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1914, p.147.

Producto dos artefactos vendidos: 979\$700

Artefactos producidos: mesas, estantes, guarda-comidas, bancos, porta-chapéos, oratorios, pés torneados para mesas, camas, balaustres, toilettes, porta-toalhas, cabides, porta-vasos, braços para lavatórios, cantoneiras, porta-cartões, frontaes para armarios, parafusos, descansos para ferros de engommar, espetos, pás para fogão, etc., na importancia total de 2:343\$000.

A critério de comparação, no mesmo ano (1912), a Escola da Parahyba registrava:

Escola da Parahyba - Installada a 5 de Janeiro de 1910

Officinas e Cursos	Matrícula	Frequência Média
Officina de marcenaria	21	17
“ “ alfaiataria	35	28
“ “ sapataria	18	14
“ “ encadernação	25	20
“ “ serralheria	35	28
Total	134	107
Curso primario	124	76
“ de desenho	134	31

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura 1912, p.275.

Producto dos artefactos vendidos: 4:435\$620

Artefactos producidos: santuarios, carteiras, tamboretas, estantes, molduras, ternos de brim, uniformes, sapatos, polainas, sandalias, perneiras, encadernações, livros em branco, pastas para papel, grades de ferro, Bandeiras e portões de ferro, etc., na importancia total de 4:435\$620.

A comparação da Escola de Artífices de São Paulo com a sua congênere da Paraíba resulta na constatação de que as oficinas correspondiam à realidade regional ou local. Enquanto os cursos de São Paulo tinham uma maior demanda para mecânica, escultura e marcenaria, secundados por tornearia e eletricidade, na Paraíba a procura maior era dirigida para alfaiataria, serralheria e encadernação, secundadas por marcenaria e sapataria, mostrando um mercado de profissões urbanas e até autônomas. Vale também registrar no ano considerado (1912) a superioridade quantitativa da produção de artefatos da Paraíba: 4:435\$620 contra 979\$700 de São Paulo.

Nos anos subsequentes da década de 1910, a situação das oficinas na escola federal paulista continua sinalizando para uma maior procura no setor de mecânica, até porque era grande a demanda para essa especialidade tanto nos estabelecimentos fabris como nas ferrovias.

Segundo o Relatório do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Pedro de Toledo ao Presidente da República é o seguinte o quadro de São Paulo em 1913:

Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo (1913)

	Matrícula			Frequência Média	Eliminações
Officinas e Cursos	1.ºa.	2.º	total		
Mecânica	41	16	57	35	23
Marcenaria	29	10	39	25	25
Escultura	29	15	44	22	7
Tornearia	10	9	19	13	28
Electricidade	21	-	21	10	6
Total	130	50	180	-	89
Curso Primario	130	50	180	52	89
“ de Desenho	130	50	180	52	89

Fonte: Relatório do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio 1913, Rio de Janeiro Imprensa Nacional, 1913, p.257

Producto dos artefactos vendidos: 1:050\$860.

Artefactos produzidos: um locomovel, typo Wolf, de 1 cavallo; esquadros, sutas, graminhos, prumos, reguas, compassos, pequenas engrenagens, porcas, parafusos; meia guarnição para sala de jantar, meia guarnição para dormitório de solteiro, escrivatinhas para senhoras, lavatorios, mesinhas, estantes, guarda-vestidos, guarda-casacas, camas, commodas, creados-mudos; frontões de varios estylos, mensulas e capiteis, porta-toalhas, medalhões de figuras, retratos, porta-jornaes, almofadas, cantoneiras; maçanetas, pés para armarios, balaustres, botões, puxadores, cabides, bastidores, columnas para vasos, porta-chapéos, supportes para gaiolas, camas, porta-toalhas; pilhas, pendulos para demonstração de electricidade estatica, interruptores, garrafas de Leyde, motores electricos, dynamos de corrente continua, machina para enrolamento de bobinas, bobinas para campainhas, telephones, etc., no valor total de 6:837\$295.

Nesse ano, em que a Escola de Aprendizes Paulista produzia um locomóvel, motores elétricos e máquinas para enrolar bobinas, entre outros produtos, caracterizando a formação de aprendizes para o desempenho de funções dentro de oficinas e fábricas, enquanto que a Escola da Paraíba dava sequência ao seu ensino para as profissões de alfaiate, serralheiro, secundadas pela marcenaria, encadernação e sapataria, ofícios urbanos os quais não denotavam grande demanda para estabelecimentos industriais. Entretanto, ainda é notável a superioridade quantitativa da produção e das vendas do Estado nordestino sobre São Paulo, pois a Paraíba, produziu e vendeu: 7:261\$100, enquanto que São Paulo, vendeu : 1:050\$860, e produziu: 6:837\$295.

Escola de Aprendizes Artífices da Parahyba (1913)

Officinas e Cursos	Matrícula			Frequência Média	Eliminações		
	1.ºa	2.º	total		1.ºa	2.º	total
Serralheria	24	27	51	36,6	4	-	4
Marcenaria	14	11	25	18,2	-	2	2
Alfaiataria	35	20	55	37,5	3	3	6
Encadernação	18	21	39	25,6	3	5	5
Sapataria	8	13	21	11,4	1	3	4
Total	99	92	191	-	8	13	21
Curso Primario	99	92	191	68,2	8	13	21
Curso de Desenho	99	92	191	52,3	8	13	21

Fonte: Relatório do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio 1913, Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1913, p.253.

Producto dos artefactos vendidos: 7:261\$100.

Artefactos produzidos: cantoneiras de ferro, pés de estantes, forjas, instalações para agua, chapas de ferro, grampos, parafusos, tanques de ferro, martellos; étagères, bancos de madeira envernizados, taboletas, cabides, toilettes, camas, guarda-louças; ternos de brim e de casimira, calças, paletots, costumes para creanças; encadernações diversas, livros em branco, pastas para papel; sapatos para meninos, sandalias, botinas, etc., na importância total de 7:261\$100.

As oficinas da Escola de São Paulo são assim relatadas pelo então Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Manoel Edwiges de Queiroz Vieira, em 1914:

:Escola de Aprendizes Artífices do Estado de S. Paulo(1914)

Officinas e Cursos	Matricula					Frequência Média	Eliminações				
	1.ºa	2.º	3.º	4.º	total		1.ºa	2.º	3.º	4.º	total
Mecanica	25	17	6	-	48	42	12	2	4	-	18
Marcenaria	20	10	3	-	33	31	14	1	1	-	16
Entalhador	18	6	5	-	29	27	4	1	-	-	5
Torneiro	10	5	4	-	19	15	3	1	2	-	6
Electricidade	12	10	-	-	22	16	18	4	-	-	12
Total	84	48	17	-	151	-	41	9	7	-	57
Curso primario	84	48	17	-	151	45	41	9	7	-	57
Curso de desenho	84	48	17	-	151	39	41	9	7	-	57

Fonte: ¹ Relatório do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio – 1914, Rio de Janeiro, Typographia do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, p.152.

Nesse mesmo ano, a escola da Paraíba apresentava o seguinte quadro:

Escola de Aprendizes Artífices do Estado da Parahyba (1914)

Officinas e Cursos	Matricula					Frequência Média	Eliminações				
	1.ª	2.º	3.º	4.º	total		1.ª	2.º	3.º	4.º	total
Marcenaria	12	11	6	-	29	21,7	-	-	-	-	-
Encadernação	13	13	6	-	32	20,6	-	-	-	-	-
Alfaiataria	39	13	12	-	64	44,6	-	-	-	-	-
Serralheria	29	10	15	-	54	38,6	-	-	-	-	-
Sapataria	13	4	5	-	22	13,6	-	-	-	-	-
Total	106	51	44	-	201	-	-	-	-	-	-
Curso primario	106	51	44	-	201	65,2	-	-	-	-	-

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio 1914, Rio de Janeiro, Typographia do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, p.149.

Artefactos produzidos: estantes, forjas, cabides, camas, ternos de brim, de casemira, calças, costumes para crianças, encadernações diversas, pastas para papel, sandalias, botinas, etc., tudo na importância de 8:551\$320.

Estabelecendo uma comparação entre as duas escolas podemos inferir que o número de alunos para as respectivas oficinas ou cursos era maior na Paraíba (201 nos Cursos primário e de Desenho e um total de 64 alunos na oficina mais concorrida, a Alfaiataria) do que em São Paulo (151 nos Cursos primário e de Desenho e um total de 48 alunos na oficina mais concorrida, a Mecânica). Além disso não ocorreram eliminações, no caso da Escola da Paraíba enquanto em São Paulo esse afastamento total perfêz uma soma de 57 alunos. Esses dados demonstravam que a Escola da Paraíba, com seus cursos e oficinas direcionados para profissões urbanas talvez atendesse mais os seus objetivos do que sua congênere paulista.

Também em 1914, a Escola Profissional Masculina da Capital, criada por decreto de 28 de setembro de 1911, e instalada em 17 de novembro do mesmo ano, apresentava os seguintes dados:

Escola Profissional Masculina da Capital (1914)

Pessoal Docente e Administrativo da Escola Profissional Masculina de São Paulo:

Director: Prof. Aprigio de Almeida Gonzaga

Professor de Arithmetica: Alfredo de Barros Santos

Professor de Desenho: José Gonzaga

Mestre de Mechanica: Adelino Brighett

Mestre Marceneiro: Miguel Daurea

Matrícula em 1914: 572 alumnos nos diversos cursos. Fonte: Anuario do Ensino do Estado de s. Paulo, 1914, p.75.

A observação fica por conta das poucas oficinas que apresentavam seus respectivos mestres, Mechanica e Marcenaria, sendo que as demais, Latoaria, Tecelagem e Pintura provavelmente estavam com falta de mestres. Além disso, poder-se-ia considerar a superioridade numérica dos alunos matriculados nos cursos dessa escola profissional paulista (572) com a escola de aprendizes federal, no mesmo ano (1915), o que já denotaria uma diferença considerável.

Essa situação transforma-se com os dados de 1915, dados esses apresentados pelo Diretor Geral da Instrução Publica, João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior ao Secretário do Interior, Dr. Altino Arantes

Escola Profissional Masculina da Capital (1915)

Pessoal Docente e Administrativo da Escola Profissional Masculina de São Paulo

Director: Prof. Aprigio de Almeida Gonzaga

Professor de Arithmetica: Alfredo de Barros Santos

„ „ Desenho: José Gonzaga

Mestre de Mechanica: Nabor Gama

Mestre de Marceneiro: Miguel Daurea

Mestre Tecelão: Francisco Maffei

Mestre Ferreiro: Luiz Gracio

Mestre Fundidor: Manoel Boulhosa

Mestre de Plastica: William Zadig

Mestre de Pintura: José Barchitta

Ajudante de Desenho: Ernesto Biehrendt

„ „ „ : Francisco Sansone

„ „ Mechanica: Guilherme Hubert

„ „ Marcenaria: Lucas de Pierro

„ „ Tecidos: Está vago

„ „ Ferraria: Eduardo Alves Pereira

„ „ Fundição: Sebastião Lopes

„ „ Plastica: Ferdinand Fric

Ajudante de Pintura: José Sarogozza

Encarregado das Machinas: Domingos Nusdeu

Forneiro: Jeronymo Luciano de Lima

Zelador: Ernesto Mugnaine

Servente: Amadeu Rabello de Andrade

Servente: Florentino de Oliveira

„ : José Galdino

„ : Antonio de Souza

Mestre Funileiro; Ernesto Noak

Ajudante: Pedro de Freitas

Matrícula em 1915: 613 alumnos nos diversos cursos.

A Escola funciona em dous periodos, das 8 às 4 da tarde e das 7 às 9 da noite.

Matrícula diurna: 413

„ nocturna: 200

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1915, p.78.

No mesmo ano de 1915, a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo apresentava o seguinte quadro:

Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo (1915)

Matricula no curso primario	225
„ „ „ de desenho	225
„ na officina de mecanica	98
„ „ „ „ marcenaria	46
„ „ „ „ esculptura	50
Matricula na officina de torno	14
„ „ „ „ electricidade	17

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1915, Annexos Quadro VII.

Neste caso, poder-se-ia inferir que a Escola de Aprendizes Paulista demonstrava ser mais modesta que a Escola Profissional Estadual Masculina, considerando-se a quantidade e diversidade de mestres em suas respectivas oficinas tais como: Tecelagem, Ferraria, Fundição, Plástica, Pintura. Além disso, os dados quantitativos relacionados ao número de alunos são ilustrativos: Escola de Aprendizes: 225 matriculados no ano de 1915, para 613 matrículas na Escola Profissional Masculina da Capital no mesmo ano.

Também são ilustrativos os dados referentes à relação de estabelecimentos de ensino particulares que funcionaram na Capital em 1915, limitados às duas Escolas Modernas que funcionavam na época:

Escolas Modernas na Capital Paulista (1915)

n.º de ordem		Total de alumnos
55	Escola Moderna n.º 1	60
60	Escola Moderna n.º 2	50

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1915. In Relação de estabelecimentos de ensino particular que funcionaram na Capital em 1915. Annexos Quadro VIII.

Esse destaque das escolas anarquistas, significa que elas constavam do quadro oficial, sendo portanto até o momento, reconhecidas como estabelecimento de ensino regular, e a sua quantidade de alunos (110) equivale a 48% do número apresentado pela Escola de Aprendizes da União (225) e 17% da Escola Profissional Estadual (613).

Entretanto, os dados de 1916, refletem melhor a dimensão da Escola de Aprendizes Artífices, pois além dos dados numéricos com relação à matrícula nos respectivos cursos, apresentam o pessoal administrativo da escola:

Escola de Aprendizes Artífices do Estado de São Paulo (1916)

Matriculas

Officina de Mechanica	79
„ „ Entalhador	56
„ „ Marcenaria	42
„ „ Torneiro	16
„ „ Electricidade	21
Curso de Desenho	214
Total	428

Observação: Todos os alumnos matriculados frequentam o Curso Primario da Escola.

Pessoal Administrativo: (Vide Anexo)

Director – J. E. Silveira da Mota

Escrepturario – Heitor Lousada Teixeira

Porteiro – José Joaquim de Lemos

Professores:

José Camanho da Costa – C. Desenho

Claudio Ideburque C. Leal Neto – C. Primario

Adjuntos:

Arthur de Lima Pereira – C. Desenho

Glycerio Rodrigues Filho – C. Primario

Mestres de Officinas:

Antonio Eugenio Ferreira – Mechanico

Ricardo Cipicchia – Entalhador

Nicolau Marotta – Torneiro

Alberto Piramo – Marceneiro

Eugenio Bruno Severino – Electricidade

Contra-Mestres

Columbano Abranches – Mechanico

Manoel Portella Marim – Entalhador

Luiz Daffre – Marcenaria

Servente:

João Antonio Baptista

Horario da Escola: aulas das 8 às 9 1/2h.

Officinas das 10 às 14 h.

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo , 1916, p.104.

Esses dados apresentados pelo pelo Diretor Geral de Instrução Pública ao Secretário do Interior Dr. Oscar Rodrigues Alves, em 1916, vislumbram o perfil da escola. Existiam 5 oficinas, com seus respectivos mestres e 3 contra-mestres; 2 cursos (primário e de desenho) com seus respectivos professores e adjuntos, além do pessoal administrativo – diretor, escripturário, porteiro e servente – totalizando 16 pessoas envolvidas.

Se estabelecermos uma comparação com o pessoal docente e administrativo da Escola Profissional Masculina da Capital - diretor, 2 professores, 8 mestres, 10 ajudantes, 1

encarregado, 1 forneiro, 1 zelador, 4 serventes, totalizando 28 pessoas envolvidas – perceberemos que a escola estadual se sobressai cada vez mais, demonstrando uma maior infraestrutura, já que dispunha de uma série de oficinas diferenciadas e possivelmente mais “modernas”, como tecelagem, plástica, pintura, etc. Talvez por dispor de mais verbas, por representar o Estado mais rico da União, a Escola Profissional Estadual demonstrava um desenvolvimento cada vez maior, haja visto, inclusive o número de matrículas em 1916 : “811 alumnos nos diversos cursos”.⁴⁸⁶ Com quase o dobro de alunos – 811 da escola estadual para 428 da escola federal paulista – a Escola Profissional Masculina sobressaia-se, embora ambas tivessem que preparar seu alunado, que possivelmente deveria ter origem semelhante, nos ofícios e para oficinas e fábricas.

Ainda em 1916, há o registro das Escolas Modernas que funcionavam regularmente na Capital, com o mesmo número de alunos, situação meio isolada frente aos 428 alunos da Escola de Aprendizes e 811 da Escola Profissional Paulista. Talvez, isso denotasse os resultados de uma política educacional até deliberada, com relação à educação dos filhos de imigrantes, uma vez que tanto as escolas anarquistas como as oficiais citadas disputassem a mesma clientela, não obstante as citadas escolas racionalistas não fossem exatamente profissionalizantes, por não disporem de oficinas.

Escolas Modernas na Capital Paulista (1916)

Escola Moderna n.º 1 60 alumnos

Escola Moderna n.º 2 50 alumnos

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1916. In Relação dos estabelecimentos de ensino particular que funccionaram na Capital em 1916.

Segundo o Relatório do Ministério da Agricultura de 1916 apresentado pelo Ministro da Agricultura Indústria e Comércio, Dr. José Rufino Beserra Cavalcanti, referente ao movimento de 1915 das Escolas de Aprendizes da União, os dados das escolas são acrescidos dos alunos que concluíam os cursos, apresentando uma proporção muito pequena de formandos em relação às matrículas, sendo que em São Paulo o quadro até que atinge mais de uma dezena.

⁴⁸⁶ Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1916, p.38.

Escola de Aprendizes Artífices da Parahyba (1915)

Officinas e Cursos	Matricula					Frequência Média	Eliminados
	1°	2°	3°	4°	total		
Alfaiateria	36	12	8	5	61	39	
Marcenaria	13	7	4	2	26	22	
Serralheria	37	12	8	5	62	46	
Encadernação	8	11	4	3	26	13	
Sapataria	21		4		25	14	
Total	115	42	28	15	200	134	
Curso primario	115	40	29	10	194	89	
Curso de desenho	115	41	29	15	200	80	

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1916, p.111.

Terminaram o curso 3 aprendizes.

Artefactos produzidos: ternos de roupa, mesas, quadros, bancos, livros, etc., na importância total de 3:636\$400.

Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo (1915)

Officinas e Cursos	Matricula					Frequência Média	Eliminados
	1°	2°	3°	4°	total		
Mecanica	54	29	8	7	98	36	
Marcenaria	33	9	3	1	46	18	
Entalhador	29	9	5	7	50	34	
Electricidade	6	6	4	1	17	7	
Torneiro	7	2	2	3	14	6	
Total	129	55	22	19	225	101	100

Fonte: Relatório de Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1916, p. 118.

Concluíram o curso 11 aprendizes, sendo 4 mecânicos, 5 entalhadores e 2 torneiros.

Artefactos produzidos: mesas, estantes, etc., na importância de 3:616\$500.

Estabelecendo-se uma comparação entre as duas escolas federais, podemos inferir que a Escola de São Paulo, produziu um número maior de artífices (11), salientando-se os do curso de mecânica (4), possivelmente o curso mais concorrido na capital paulista, haja visto a grande demanda dos estabelecimentos fabris. A Escola da Paraíba formou 3 aprendizes, não discriminados, mas provavelmente ligados à alfaiataria e serralheria, dando continuidade às tendências anteriores de produzir profissionais urbanos possivelmente autônomos. Com relação à produção de artefatos, as duas escolas se equivalem, questionando aquela tendência da Escola de São Paulo ser superada em produção por sua congênere nordestina. Entretanto, o registro de

artigos ficou, no caso de São Paulo, por conta de artigos de marcenaria ou entalhação, não caracterizando bem a importância do curso de mecânica.

Através do Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1917, relatado pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Oscar Thompson, fica explícito que o pessoal docente e administrativo da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo não sofreu alteração, tomando-se por base o Relatório do Ministério da Agricultura de 1916. Assim sendo, os cargos eram ocupados pelas mesmas pessoas:

Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo (1917)

Pessoal Administrativo

Director: J. E. Silveira da Motta

Escrepturario: Heitor Lousada Teixeira

Porteiro: José Joaquim de Lemos

Professores:

José Camanho da Costa – Desenho

Claudio Ideburque C. Leal Netto – Curso Primario

Adjuntos:

Arthur de Lima Pereira – Desenho

Glycerio Rodrigues Filho – Curso Primario

Mestre de Officinas:

Antonio Eugenio Ferreira – Mecanico

Ricardo Cipicchia – Entalhador

Nicolau Marotta – Torneiro

Alberto Piramo – Marceneiro

Eugenio Bruno Severino – Electricista

Contra-Mestres;

Columbiano Abranches – Mecanico

Manoel Portella Marin – Entalhador

Luis Daffre – Marcenaria

Servente:

João Antonio Baptista

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1917, v.2, p.43.

Desse quadro repetitivo de 1916, percebe-se que a boa parte de mestres e contra-mestres tinha sobrenome estrangeiro.

A Escola Profissional Masculina da Capital, consta no próprio Anuário do Ensino de 1917, mantendo inalterado o quadro docente e administrativo.⁴⁸⁷

Através do Anuario do Ensino do Estado de São Paulo de 1919, relatório apresentado ao Snr Dr. Secretário do Interior por Oscar Thompson, “Director Geral da Instrucção Publica” podemos observar o seguinte quadro de pessoal administrativo e docente na Escola de Aprendizizes Artífices de São Paulo:

Escola de Aprendizizes Artífices do Estado de São Paulo (1918)

Pessoal Administrativo

Director: J. E. Silveira da Motta

Escrepturario: Heitor Lousada Sobrinho

Porteiro almoxarife: José Joaquim de Lemos

Professores:

José Camanho da Costa – Desenho

Diogenes Rolim de Albuquerque – Curso Primario

Mestres de officinas;

Luiz Daffra – Carpinteiro de moldes para fundição

Ricardo Cipicchia – Entalhador

Nicolau Marotta – Torneiro em madeira

Alberto Piramo – Marceneiro

Eugenio Bruno Severino – Mecanica e electricidade

Contra-mestres

Columbiano Abranches – Mecanica e electricidade

Manuel Portella Marin – Entalhador

Francisco Casella – Marcenaria

Serventes:

João Antonio Baptista

Joaquim Francisco Ramos

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1919, p.553

Matriculas:

Curso Diurno: Aulas de desenho, instrucção primaria e officinas – 200

Curso Nocturno de aperfeiçoamento: Aulas de desenho profissional e instrucção primaria – 200.

Matricula geral: 400. Total em 1918: 150

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1919, p21..

Escola Profissional Masculina da Capital (1918)

Creada por decreto de 28 de setembro de 1911 e installada em 17 de Novembro do mesmo anno.

Pessoal Adminstrativo e Docente

Director; Aprigio de Almeida Gonzaga

Auxiliar do Director: Alfredo de Barros Santos

Professor de Calculo Arithmetico e Geometrico: (vago)

⁴⁸⁷ Idem, p.36.

„ „ Lingua Materna e Educação Moral e civica: (vago).
 „ „ Geographia e Historia do Brasil (vago).
 „ „ Desenho Profissional: (vago)
 Escripitarario: (vago)
 Mestre Mecanico: (vago)
 „ (vago)
 „ Ferreiro; Luiz Graccio
 „ Escultor: Fernando Frick
 „ Fundidor: Guilherme Hubert
 „ Electricista: Cesar Franceschelli
 „ Pintor: José Barchitta
 „ Torneiro: Manuel Botta
 „ Entalhador: Angelo del Debbio
 „ Marceneiro: José Pereira Maia
 „ „ auxiliar: Ernesto Credidio
 „ Tecelão; Francisco Maffei
 Ajudante Mecanico: Eduardo alves Pereira
 „ Ferreiro: (vago)
 „ Electricista: (vago)
 „ Pintor: José Saragazza
 „ Fundidor: Sebastião Lopes de Oliveira
 „ Tecelão: Astrogildo de Mello
 „ Calculo Arthmetico e Geometrico: Reynaldo de Araujo Gonzaga
 „ Torneiro: José Rogerio
 „ Entalhador: (vago)
 Ajudante de Desenho Profissional: Ernesto Berrendt
 „ „ „ de Ornato: Francisco Sansoni
 „ „ Esculptura: (vago)
 „ „ Marcenaria; Domingos Nusdeo

Zelador-almoxarife: Benedicto Soares Pompeu

Auxiliar do Zelador: Ernesto Mugnaini

Torneiro: João Roso

Servente: João Pinto de Souza

„ : JoséGaldino de Souza

„ : Bento Fernandes

„ : Ernesto Theodoro Xavier

„ ; Estevam Natalicio de Lima

„ : Claro Soares⁴⁸⁸

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, p.280.

Matricula em 1918: 956 total

639 total em 1918⁴⁸⁹

Fonte: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1919, p.21.

Estabelecendo-se uma comparação entre as duas escolas profissionalizantes podemos inferir que a Aprendizagem Artífices possuía 4 funcionários administrativos, 2 serventes, 2

⁴⁸⁸ Idem, p.280.

⁴⁸⁹ Idem, p.21.

professores, 5 mestres, 3 contra-mestres, enquanto a Escola Profissional Masculina da Capital, tinha um número 2,56 vezes maior de funcionários docentes e administrativos, a saber: 3 administrativos, 2 zeladores, 6 serventes, 1 torneiro, 4 professores, 12 mestres, 13 ajudantes de mestres, de oficinas das mais variadas, como: pintura, fundição, tecelagem, tornearia, escultura, etc.

Possivelmente o governo paulista investia mais verba na Escola Profissional da Capital e esta se desenvolvia plenamente, embora a sua congênere da União também se notabilizasse por formar mestres e contra-mestres para as oficinas e estabelecimentos fabris.

Dessa forma, depreende-se que durante a década de 1910, a Escola de Aprendizes Artífices Paulista possuía as oficinas de marcenaria, mecânica, eletricidade, torno em madeira e carpintaria de moldes para fundição. Portanto, oficinas que formavam artífices, mestres e contra-mestres por ofícios, sem especializações, na linha da formação do “operário- completo” tão defendida por Aprígio Gonzaga⁴⁹⁰, diretor da Escola Profissional Masculina. Além dessas

⁴⁹⁰ “... o sistema de educação técnica adotado nas escolas profissionais oficiais combina o ensino teórico e o ensino prático, em oficinas, para a formação do *operário completo*. O método de ensino baseava-se nas concepções de Victor Della Vos, utilizando-se da seriação metódica de modelos introduzida pelo engenheiro russo na aprendizagem prática realizada nas oficinas. Além da educação completa, visava-se a *educação integral do trabalhador*, evitando-se a especialização dentro do mesmo ofício. Segundo esta orientação, o aluno deveria passar por todas as oficinas onde a matéria-prima de seu trabalho sofria modificações de forma e acabamento. Assim, por exemplo, na mecânica, o aluno que escolhia esta profissão iniciava o seu curso trabalhando a frio; passava, então, para a série de exercícios a quente – serraria, fundição e ferraria; depois, à ajustagem em tornos, construções e montagens. Era-lhe vedado *especializar-se* em qualquer dessas tarefas que compunham o ofício do mecânico. E, como admitia, Aprígio Gonzaga, ‘mesmo na execução das lições, nunca especializamos, ensinamos a iniciar e a concluir uma obra completa. Baseado no desenho, onde, após uma ligeira preparação geométrica, os alunos enfrentam o desenho profissional, sempre do natural, em escalas exatas, todas as construções são apoiadas em plantas e moldes executados pelos alunos, que, desse modo, aprendem a ver a necessidade e a aplicação do desenho, cuja leitura lhes facilita a construção e evita a contínua presença do mestre’. Na opinião do diretor, esta organização pedagógica consistia, para o operário, uma garantia segura contra ‘a mecanização das profissões manuais, que, dia a dia, mais se impões no ‘labor saving.’, dispensando a cooperação do homem ou a participação do operário’. O sistema de *educação técnica integral* tinha a vantagem de possibilitar ao egresso aperfeiçoar-se em qualquer ramo de seu ofício e, em caso de necessidade, deslocar-se sem dificuldades de um para outro ramo da sua profissão. Aprígio Gonzaga colocava-se radicalmente contra a especialização, que, para ele, significava o ‘determinismo industrial’ ou antes, ‘o cativo do homem à fábrica, à indústria’. A missão da escola profissional não se restringia a ‘fazer o operário’, a dar-lhe meramente a ‘memória da execução de uns tantos trabalhos ou exercícios, para atirá-lo de pois à fogueira das fábricas ou usinas’. Seria vergonhoso que ao Estado coubesse ‘tão ridícula missão’ de predestinar os jovens para determinados ofícios. Se assim fosse, tal tarefa caberia melhor às fábricas e não às escolas profissionais, que ‘não teriam razão de ser’.

O modelo pedagógico de uma escola que educasse “pelo trabalho para o trabalho”, ardorosamente defendido pelo diretor do ensino profissional de São Paulo, pode ser caracterizado como uma proposta que não se esgota no adestramento técnico do trabalhador, mas – ao contrário- entende a “prática material de qualquer profissão “como um dos aspectos constantes nos objetivos do ensino profissional: a formação moral do operário, sua constituição em cidadão apto, competente, operoso, moralizado; ‘na era atual, o

oficinas, havia o Curso Primário e o Curso de Desenho. A escola se apresentava modesta, frente à maior quantidade de oficinas e cursos da Escola Profissional Masculina, em 1919. Neste ano, a referida escola estadual apresentava os seguintes cursos: Cálculo Aritmético e Geométrico, Língua Materna, Educação Moral e Cívica, Geografia e História do Brasil e Desenho Profissional; e as seguintes oficinas: mecânica, ferraria, fundição, escultura, electricidade, pintura, tornearia, entalhação, marcenaria, tecelagem.⁴⁹¹ Fica evidente que nessas oficinas havia uma maior especificação com relação à mecânica, ferraria e fundição, por exemplo, sendo que os alunos percorriam todas as oficinas correlatas para sua escolha na profissionalização. Essa tendência fica estipulada para as escolas profissionais federais, em 1920, com o Serviço de Remodelação, tentativa de resolução dos “pontos de estrangulamento” das 19 escolas criadas pelo governo federal, ou mais exatamente em 1926 com a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices.

obreiro educado e consciente de seus deveres e direitos, unido ao patrão, no trabalho comum, será a base do progresso e da prosperidade em que assentará a Pátria a grandeza de suas instituições’. Portanto, à escola profissional caberia ‘educar a personalidade, mais do que instruir’. Vidigal, Carmen Sylvia, op. cit. pp. 221/222.

⁴⁹¹ Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. 1919, p 21

9. O SERVIÇO DE REMODELAÇÃO E A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE SÃO PAULO: DÉCADA DE 1920

Como já foi referido, é criado o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional, em 1920, objetivando “examinar o funcionamento das escolas e propor medidas que remodelassem o ensino profissional, tornando-o mais eficiente”. Ainda cabia ao Serviço citado, a construção de prédios escolares ‘adequados aos fins que se tinham em vista’, substituir os mestres de ofício, considerados na maioria “inadequados, e aparelhar melhor as oficinas. Como não existiam no país livros técnicos em português, para utilização nas escolas profissionais, foi incluído no programa do Serviço a elaboração de compêndios ligados à tecnologia de ofícios.

Na realidade o Serviço de Remodelação havia feito uma inspeção nas escolas profissionais federais e rastreara seus “pontos de estrangulamento”, considerando-as precárias, “tanto a nível de suas condições físicas e materiais quanto ...ao seu funcionamento didático-pedagógico”.⁴⁹² Eram as seguintes as dificuldades dessas escolas federais, na avaliação do Serviço de Remodelação, órgão criado sob a responsabilidade do Engenheiro João Luderitz, diretor do Instituto Parobé, de Porto Alegre, importante referência para as escolas profissionais do governo federal: os edifícios geralmente não eram adequados para conter as escolas profissionais; havia o abandono da escola pela maioria dos poucos alunos antes de concluí-la, já que utilizavam os conhecimentos adquiridos para procurarem emprego; eram deficientes e inadequadas as oficinas; inexistia campo neste tipo de ensino para recrutar pessoal especializado; havia variações dos programas de ensino de uma escola para outra; constantemente havia falta de material didático; inexistia um conceito definido claramente sobre escola profissional, etc. Luderitz considerava desalentadora a situação dos professores e mestres, uma vez que os professores provinham dos quadros do ensino primário, “não trazendo, por essa razão, nenhuma idéia do que necessitariam lecionar no ensino profissional” e os mestres “viriam das fábricas ou oficinas e seriam homens sem a necessária base teórica, com capacidade, apenas, de transmitir a seus discípulos os conhecimentos empíricos que traziam”.⁴⁹³

⁴⁹² Franco, Luiz Antonio Carvalho, *O Ensino Técnico Industrial Federal: das escolas de aprendizes artífices às atuais escolas técnicas federais*, São Paulo, Cenafor, 1985, p.16.

⁴⁹³ É interessante observar, que esse discurso de substituição dos “antigos mestres”, em geral estrangeiros e formados *empiricamente nas oficinas* e, devido a isso, portadores de “*graves vícios técnicos* e de valores *perniciosos*”, ainda é feito na Escola Profissional Masculina, em 1934, quando Horácio da silveira,

Os técnicos especializados que compunham o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, tentaram superar os problemas rastreados pelo seu diagnóstico. Foram feitas melhorias em prédios e instalações das escolas; foram elaborados compêndios relativos à tecnologia de ofícios; foi padronizado em 1926, o currículo das oficinas em todas as escolas. Inexistia, antes dessa data um currículo uniforme, já que os regulamentos das escolas “nada fixavam e nada diziam sobre as matérias a serem ensinadas e sobre o modo de lecioná-las”.

Em suma, se o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, criado em 1920, sob a forma de comissão, pelo Ministro Ildefonso Simões Lopes, à partir da sugestão de Araújo Castro, Diretor de Indústria e Comércio, tinha por objetivo inspecionar o funcionamento das escolas e propor medidas que remodelassem e tornassem esse ensino mais eficiente, essas medidas foram transformadas em lei somente em 1926, com a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, promulgada em 13 de novembro de 1926, pelo Ministro da Agricultura Miguel Calmon Du Pin e Almeida.

A abrangência dessa legislação já foi abordada, entretanto, vale referir que, além do currículo padrão para as oficinas, estabelecendo um estágio pré-vocacional nos dois primeiros anos e depois seções de ofícios compondo as nove profissões, a duração de quatro anos para o curso das oficinas, a regulamentação dos cursos primário e de desenho, a duração do ano letivo, o aumento da quantidade das oficinas, os programas para os cursos e oficinas, a Consolidação traz como novidade a industrialização dessas escolas federais, considerada “vantajosa”, sob o regime das “Associações Cooperativas e de mutualidade, entre os alunos das Escolas de Aprendizes Artífices”.

Tencionamos abordar esse processo de aplicação da remodelação do ensino através de reformas assim como a legislação pertinente, tendo como referencial a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, durante a década de vinte. Nossa proposta é perceber até que ponto as Escolas de Aprendizes Artífices, em especial a de São Paulo, seguiram a tendência da Escola Profissional Masculina ou mesmo a do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, no sentido da qualificação da mão de obra, através da aprendizagem por ofício – a qual após 1926 se desdobra

substituto de Aprígio Gonzaga na direção dessa escola, clamava por solução desses problemas.. Segundo esse novo diretor, simpático às idéias de Mange sobre a aprendizagem científica, os novos mestres, “cientificamente preparados”, segundo os modernos preceitos pedagógicos, exerceriam influência benéfica sobre seus alunos futuros. Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p.228.

numa série de seções profissionais – e qual o papel da industrialização das escolas nesse processo.

Segundo o Relatório do Ministério da Agricultura de 1920, a Escola Wenceslau Braz, transferida para a União, deveria prover-se de oficinas e instalações para formar professores e contramestres destinados às Escolas de Aprendizes Artífices⁴⁹⁴, numa clara tentativa de substituir os atuais professores e mestres desses estabelecimentos, considerados “inadequados” por basearem-se em estudos não profissionalizantes, no caso dos professores, ou em aprendizado “empírico”, no caso dos mestres. Também nesse relatório de 1920, o ministro da Agricultura Indústria e Comércio Ildefonso Simões Lopes, reclama da desatenção dos governos estaduais para a necessidade de cessão de prédios para a instalação das escolas.⁴⁹⁵

Ainda em 1920 a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo é assim referida, no relatório do ministro: “Realisaram-se nesta Escola as provas do concurso para provimento dos cargos de professor e adjunto do ensino primario, sendo classificados em 1.º e 2.º lugares os candidatos inscriptos Glycerio Rodrigues Filho e Diogenes Rollim de Albuquerque. Nas epocas regulamentares, matricularam-se nos cursos diurno e nocturno 400 alumnos tendo funcionado regularmente as aulas de letras e desenho e mais os aprendizados de marcenaria, entalhe, tornearia e carpintaria de moldes de fundição e mecanica. Foram diplomados 5 alumnos, 3 em mecanica, 1 em entalhe, 1 em marcenaria. Renda arrecadada 2: 482\$120; fornecimento ás officinas: 1:593\$200; premios aos alumnos 248\$219; auxilio á Caixa de Mutualidade: 496\$438 ; saldo recolhido á Delegacia Fiscal 144\$333.

Em 1918 a Escola de Aprendizes Paulista, tinha um número de matrículas equivalente, – 400 alunos matriculados entre cursos diurno e noturno. O número de oficinas era o mesmo: 5,

⁴⁹⁴ “A ‘Escola Wenceslau Braz’, transferida para a União, assumirá futuramente, perante as Escolas de aprendizes Artífices, função identica à da Escola de Agricultura e Medicina Veterinaria na organização do ensino agronomico. Remodelada como escola media, conforme permittem suas condições actuaes, deve ser provida das officinas e instalações de que carece urgentemente, para o fim de preencher as funções que lhe competem na formação de professores, contra-mestre e operarios destinados ás Escolas de Artífices, Aprendizados e Patronatos Agricolas ...” Relatório do Ministério da Agricultura 1920. Relatório apresentado ao Presidente da Reppublica pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura Industria e Commercio Ildefonso Simão Lopes, Rio de Janeiro, 1920, p.336.

⁴⁹⁵ “A União mantém Escolas de Aprendizes Artífices em 19 Estados da Republica, subvencionando, no do Rio Grande do Sul, o Instituto Technico de Porto de Porto Alegre. Continuaram desattendidos, por parte de alguns governos estaduais, os constantes appellos aos mesmos feitos por este Ministerio, quanto á cessão de predios para a conveniente instalação desses estabelecimentos, concorrendo esse facto para maior emproficuidade e insufficiencia dos resultados obtidos... Idem.

com as mesmas denominações: carpintaria de moldes para fundição, entalhação, tornearia, marcenaria, mecanica, omitindo-se eletricidade. Enquanto isso, na Escola Profissional Masculina, o número de matrículas em 1920⁴⁹⁶ é de 883, sendo que os cursos desta são os seguintes; Mecanica – ferraria, fundição, ajustagem e torneado – Marcenaria – torneado em madeira, entalhação construção de móveis; Electricidade; Pintura; Curso nocturno. Havia, portanto uma diferença de 5 para 8 em termos de número oficinas entre a Escola de Aprendizes de São Paulo e a Escola Profissional Masculina da Capital, sendo que se percebe, nesta escola, uma divisão das seções profissionais, as quais o aluno deveria percorrer, sem especializar-se, determinação que ocorrerá em 1926 nas Escolas de Aprendizes, com a legislação pertinente à Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices.

Ainda, analisando o relatório de 1920, sobre a Escola de Aprendizes de São Paulo, podemos observar que o número de diplomados em 1920 (5) é menor que os registrados em 1915, já citados (11). Também podemos concluir que não havia ainda o sistema de industrialização na escola, mas a produção das oficinas, à partir dos dados registrados de renda, distribuição de prêmios para alunos, Caixa de Mutualidade e Delegacia Fiscal. Deve-se perguntar, também à título de comparação, até que ponto a Escola profissional Masculina e mesmo o Liceu de Artes e Ofícios exerciam influência no encaminhamento das decisões relativas às Escolas de Aprendizes Federais, ou mais precisamente, como os representantes da elite ilustrada e dinâmica paulista, aquela que criou o Liceu e também influenciou na criação da Escola Profissional Masculina estabeleciam um modelo a ser seguido.

Na realidade, na época, parece que é do Rio Grande do Sul, ou mais especificadamente, da Escola de Engenharia de Porto Alegre⁴⁹⁷ e sua Escola Profissional denominada Instituto Parobé⁴⁹⁸, que provém os parâmetros da reforma do ensino profissional federal, como se os

⁴⁹⁶ Annuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1920-1921, São Paulo, p.442 e p. 61.

⁴⁹⁷ “A Escola de Engenharia, fundada em 1896 em Porto Alegre, destinou-se à constituição de um grupo técnico superior que contribuísse com seus estudos para a racionalização da produção industrial gaúcha. Desta preocupação não esteve ausente a formação de uma mão-de-obra qualificada, que também contribuísse para aquele processo com a sua habilitação profissional adequada. Paralelamente ao seu conteúdo racionalizador da produção, voltado para o intento de produzir mais e melhor a fim de aumentar a lucratividade das empresas, o ensino profissional para os operários teve também a sua preocupação disciplinar e moralizadora, consoante a norma republicana de eliminar o potencial de conflito pela educação”. Pesavento, Sandra Jatahy, *A Burguesia Gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho* (RS: 1889-1930), Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988, p.175.

⁴⁹⁸ “Em 1906 foi inaugurado o estabelecimento – Instituto Técnico Profissional Benjamin Constant –, com um elenco de disciplinas que tanto envolviam noções gerais ministradas numa escola comum, quanto desenvolviam conhecimentos técnicos aplicados aos diversos ofícios. No seu início, o estabelecimento

contou com 15 crianças, que o governo almejava se tornassem “cidadãos úteis à República”, contribuindo com o seu trabalho inteligente para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da indústria nacional. Em 1908, já muito melhor estruturado, o Instituto Benjamin Constant já contava com 144 alunos, distribuídos entre um curso elementar e um curso profissional, arcando a municipalidade com todo o material necessário para o estudo, além de ferramentas e matérias-primas para o ensino dos ofícios. Neste mesmo ano, fora criada uma taxa profissional de 2% para o auxílio à Escola de Engenharia, a fim de dotar o Instituto de melhoramentos, tais como a ampliação das suas instalações, a aquisição de novas máquinas, a montagem de oficinas e a contratação, na Europa e nos Estados Unidos, de pessoal habilitado para o ensino. Em 1909, este imposto foi elevado para 4%, sendo metade destinada ao Instituto Técnico Profissional e metade para o Instituto de Agronomia e Veterinária.

O Instituto Benjamin Constant receberia também auxílio anual do governo do Estado, o que se converteria em propaganda para o próprio governo, que colocava entre suas metas prioritárias, ao lado dos transportes, o apoio ao ensino profissional. Esta atuação do Estado levaria o intendente da capital a declarar sobre as crianças que frequentavam a escola: ‘satisfeitos, bendizem o nome de Borges de Medeiros’. O estabelecimento de ensino profissional era, neste caso, o local onde a ‘infância desfavorecida da fortuna’ encontrava ‘os elementos de educação para tornar-se um cidadão útil à sua Pátria e à sua família’. Referia *A Federação* sobre o Instituto Técnico Profissional: O sistema consiste em estimular e cultivar as aptidões especiais do aluno, de modo a obter o máximo aproveitamento, pondo-se ao seu alcance os materiais necessários. (...) Em suas oficinas as crianças pobres, salvas da vadiagem corruptora, aprendem um ofício que as torna aptas a trabalharem para viver e fortalece-lhes o caráter, preparando-se, assim, o adulto do futuro para ser útil a si mesmo e à sociedade. Ali se ensina desde as profissões mecânicas, a escultura e modelagem, a galvanoplastia e fototécnica, até a arte tipográfica, de impressão e encadernação. Ao mesmo tempo que procurava preparar as elites, ideologicamente o governo se apresentava como ‘benfeitor dos humildes’, ao habilitar mão-de-obra para as fábricas. O princípio positivista da ‘proteção dos fortes aos fracos’ encontrava neste ponto uma das suas formas de realização. O governo podia inclusive vangloriar-se de que, em 1910, quando a União passou a se ocupar com a organização do ensino técnico e profissional (A criação do ensino industrial no Brasil teve como base o decreto 7566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo presidente Nilo Peçanha que fundou, para o desenvolvimento do ensino profissionalizante, as Escolas de Aprendizes de Ofícios) este ensino já se encontrava instalado há anos no estado, em sólidas bases...

O intendente reforçava suas idéias com a citação de trecho da mensagem de Borges de Medeiros à Assembléia: De fato, preparando os filhos de operários e meninos pobres ao exercício das artes mecânicas, a escola os tornará capazes de dirigir fábricas e oficinas, habilitando-os a dispensar o concurso de mestres e oficiais estrangeiros para aqueles serviços.

A exposição do intendente revela claramente que a iniciativa do governo ia ao encontro dos interesses da burguesia industrial sob vários aspectos. Por um lado, habilitava tecnicamente a mão-de-obra, adestrando-a para o trabalho fabril; por outro, o conteúdo moral do processo educativo refreava os impulsos e tornava dócil a força-trabalho, aparando conflitos. Além disso, a formação profissional de um contingente interno de mão-de-obra dispensaria a custosa prática de importar do estrangeiro operários qualificados.

Em suma, reproduziam-se na esfera governamental aquelas medidas levadas a efeito pela iniciativa privada, do tipo das escolas anexas às fábricas ou de estabelecimentos como o *Gewerbe Schule*, custeados pela burguesia industrial. Os objetivos, no caso, eram praticamente os mesmos, pois resultavam em proveito para as fábricas, com virtual aumento de sua lucratividade e assentamento do controle empresarial sobre o operariado.

Nos anos subsequentes, a atuação do governo concentrou-se em difundir cada vez mais o ensino técnico entre o operariado, preparando-o para o trabalho fabril, e em divulgar novos processos que pudessem ser reaproveitados pelo capital. Segundo raciocinava o governo, só a grande indústria utilizava convenientemente as máquinas e, para operá-las, era preciso mão-de-obra qualificada.

O Instituto Técnico Profissional Benjamin Constant da Escola de Engenharia de Porto Alegre, que, como vimos, contava com a subvenção da União e do Estado, da Intendência e da própria Escola de engenharia, em 1918 passou a chamar-se Instituto Parobé, em homenagem ao ex-diretor da escola, João Pereira Parobé, então falecido. Dentre as atividades integrantes do seu plano de ensino, o Instituto, agora Parobé, promovia visitas aos estabelecimentos fabris da capital, a fim de que os alunos pudessem observar *in loco* o trabalho industrial. Tem-se notícias de visitas efetivadas à fábrica de Alberto Bins, pelos aprendizes da secção de metais, e à fábrica de Germano Steigleder Sobrinho, pelos aprendizes da secção de trabalho em madeira; a

interesses da burguesia industrial gaúcha, vinculados à dominação do capital sobre o trabalho, se efetivassem também através da educação profissional do operário, com o objetivo de formar uma mão de obra ordeira e preparada tecnicamente, aliás, uma forma de contraposição ao movimento operário tão ativo⁴⁹⁹ na década de 1910, também no Rio Grande do Sul.

De qualquer forma, vale registrar, que a industrialização das Escolas de Aprendizes federais iniciam-se em 1926, enquanto as “seções industriais” das escolas profissionais estaduais teriam começado em 1917, portanto, com uma diferença de 9 anos⁵⁰⁰

uma fábrica de fiação e tecidos de F. G. Bier & Cia; e à fábrica de louças de barro de Montigny”. Pesavaneto, Sandra Jatahy, op. cit. pp.176/177/178/179.

⁴⁹⁹ “A greve de 1906 marcou o primeiro grande enfrentamento entre o capital e o trabalho mediante um conflito coletivo. Para os operários, o evento foi assinalado pela criação da FORGS que, sob liderança anarco-sindicalista, representaria o operariado gaúcho, nos anos subsequentes, em suas reivindicações. O Decreto legislativo 1637, de 5 de janeiro de 1907, possibilitando a criação dos sindicatos profissionais e das sociedades cooperativas, legitimou a sua existência, com o que se poderia chamar autonomia sindical. Para o empresariado industrial, a greve de 1906 motivou também a reunião da fração de classe para a adoção de medidas comuns ante interesses específicos ameaçados. Reafirmava-se, contudo, a não interferência do Estado no mercado de trabalho, remetendo o empresário à negociação do conflito com os operários. Pesavento, Sandra Jatahy, op. cit. p.158.

O Estado seria levado a intervir, ‘quando necessário’, na manutenção da ordem. O problema da repressão era associado a um componente moral, no qual a posição do governo procurava aparecer despida do seu caráter coercitivo para assumir um conteúdo de ‘severidade paternal’. Idem p.159.

(...) A partir da primeira greve geral em 1906, vários outros conflitos se sucederam no estado, atingindo as cidades de Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Cachoeira do Sul, Livramento, Bagé, Santa Maria, Alegrete, São Jerônimo, e envolvendo diferentes categorias de operários, que, em termos gerais, reivindicavam jornada de 8 horas, aumento salarial e pagamento de salários atrasados; ou contra redução no salário, más condições de trabalho no ambiente fabril, maus tratos e ofensas dirigidas por funcionários mais graduados aos operários; ou ainda em solidariedade a companheiros demitidos. Os empresários, por seu lado, a cada incidente grevista que afetava um ramo da indústria em seu conjunto, uniam-se para contrarrestar a ação proletária. Em Rio Grande, por ocasião da greve dos operários da construção civil em dezembro de 1913, procuraram recrutar pessoal da Argentina para substituir os grevistas nas obras. Pesavento...cit.p. 161/162.

(...) No decorrer da década de 20, permaneceu a praxe de o governo não intervir nas negociações entre o capital e o trabalho, salvo quando fosse a pedido dos industriais, para garantir a segurança nas fábricas... Idem p.174.

(...) Uma coisa, contudo, era reprimir o conflito, quando ele se exteriorizasse; outra era previni-lo, coibindo o seu surgimento por meio de práticas que, no entender do partido governista, implicavam a ‘incorporação do proletariado à sociedade moderna’. Já se viu que, neste caso, os processos mais adequados poderiam vir através da educação e da moral, disciplinando o proletariado, habilitando-o ao trabalho fabril e pautando sua conduta por normas desejáveis ao convívio urbano, tarefa que foi alvo de preocupação do governo desde o início da República”. Pesavento...cit. p.175.

⁵⁰⁰ “A partir de 1917, começam a funcionar as *seções industriais* que se destinavam a cumprir dois objetivos considerados complementares: aperfeiçoar a capacidade profissional dos alunos, funcionando como ‘uma perfeita escola industrial’, e, ao mesmo tempo, aumentar as receitas das escolas, ajudando-as nas despesas que as verbas governamentais muitas vezes não chegavam a cobrir. Nestas seções industriais trabalhavam sob remuneração, os alunos diplomados e os mais adiantados dos respectivos cursos, produzindo mobiliários artísticos, máquinas para a lavoura, etc., para o mercado. Os cursos de

No relatório do Ministério da Agricultura de 1921 referente à Escola de Aprendizes de São Paulo, há registro da construção do novo edifício da escola, possivelmente porque o Serviço de Remodelação diagnosticava os edifícios inadequados, da dificuldade para o preenchimento do cargo de mestre de mecânica e eletricidade e o mau funcionamento das oficinas, situação atribuída aos “mestres”. Nestes termos, o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Ildefonso Simões Lopes se exprime: “Prosseguem com a desejada presteza as obras do novo edifício da Escola. Foi por duas vezes posto em concurso o cargo de mestre de macanica e electricidade, não se inscrevendo concorrente algum. Matricula total dos cursos diurnos e nocturnos, 330 alumnos. Os cursos de letras e de desenho funccionaram bem, não assim os das officinas, attribuindo o director o facto á negligencia dos mestres. Renda recolhida á Delegacia Fiscal; 1: 989\$185”.⁵⁰¹

O Relatório do Ministério da Agricultura de 1922, apresentado pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio Miguel Calmon du Pin e Almeida ao Presidente da República, refere-se à construção do novo edifício da escola de aprendizes paulista, instalação de oficinas, aquisição de ferramentas e máquinas, possivelmente revelando a atuação do Serviço de Remodelação na tentativa de resolver os “problemas” pertinentes às Escolas de Aprendizes por seus técnicos. Assim se expressava o ministro, com relação à Escola de São Paulo: “Na Escola de Aprendizes Artífices de S. Paulo, terminada em 1921 a construção do novo edifício, em terreno doado pelo governo Estadoal, foram iniciados os trabalhos de adaptação e instalação de officinas, as quaes importaram em cêrca de 80:000\$, inclusive aquisição de machinas e ferramentas.”⁵⁰²

Nesse mesmo relatório o ministro ainda se refere à dificuldade dos diretores das 19 Escolas de Aprendizes Artífices para obtenção de “créditos para custeio” e com relação à

aperfeiçoamento foram organizados na escola da capital e na de Amparo. Para o diretor da última, Horácio da Silveira, as seções industriais vinham oferecer aos recém-diplomados um campo próprio para o seu desenvolvimento técnico, tornando-os mais aptos ‘a vencer, na luta da competência, os operários estrangeiros’. Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. pp220/221.

⁵⁰¹ Relatório do Ministério da Agricultura 1921, p.367.

⁵⁰² Relatório do Ministerio da Agricultura 1922. Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro da Agricultura Industria e Comércio Miguel Calmon du Pin e Almeida, anno de 1922, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p.140.

“deficiência do pessoal administrativo”.⁵⁰³ Sobre a Escola de Aprendizes Artífices do Estado de S. Paulo, assim se pronunciou o ministro:

Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo (1922)

“Matrícula – Cursos: 239. Frequencia Média: 83:

Matricula e frequencia por officina:

Matricula – Mecanica e electricidade 57, marcenaria 60, carpintaria de moldes 34, entalhador 70, torneiro 18.

Frequencia Media – Mecanica e electricidade 24,5, marcenaria 23,2, carpintaria de moldes 14,8, entalhador 18,6, torneiro 5,2.

Curso nocturno – Matricula: 223 alumnos.

A Escola está definitivamente installada em edificio proprio, em terreno doado pelo Governo do Estado de S. Paulo.

Merendas – Foram distribuidas na importancia de 295\$600.

Saldo da Caixa de Mutualidade 12:035\$705.”

Fonte:Relatório da Agricultura 1922. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional p. 151.

Ainda neste relatório, o ministro da Agricultura Miguel Calmon du Pin e Almeida se refere à Exposição do Centenário e a boa representação das Escolas de Aprendizes no evento, destacando os esforços do “pessoal do Serviço de Remodelação”.⁵⁰⁴

No mesmo ano, a Escola Profissional Masculina apresentava o seguinte movimento:

Escola Profissional Masculina da Capital (1922)

Cursos	Matricula geral	Diplomados
Mechanica:		
Ferraria, Serralheria, Fundição, Ajustagem e Torneado	168	
Marcenaria:		
Torneado, Entalhção, Ebanestaria em geral	158	34
Pintura	76	
Funilaria e electricidade	73	
Curso Nocturno	44,8	15
Total	923	49

Fonte: Anuario do ensino do Estado de S. Paulo 1922-1923, p.93.

⁵⁰³“Durante o anno as 19 Escolas de Aprendizes Artifices, cujos directores lutam com difficuldades para obter, em tempo util, a distribuição de creditos para custeio, e com a deficiencia do pessoal administrativo (...). Idem, p. 142.

⁵⁰⁴ “Foram bem representadas na Exposição do Centenario as Escolas de aprendizes Artifices, concorrendo muito para isso os esforços empregados pelo pessoal do Serviço de Remodelação. Os mostruarios exhibidos constituiram uma demonstração do grande serviço que prestam taes estabelecimentos de ensino. Relatório do Ministério da Agricultura 1922, Rio de Janeiro Imprensa Nacional, p.140.

A porcentagem de frequência no curso diurno foi de 80,6% e no noturno de 50%. Houve no corrente ano 254 eliminações nos diversos cursos.

Pode-se considerar a diferença enorme: de 239 matriculados na Escola de Aprendizes Paulista para 923 para a Escola Profissional Masculina da Capital, mesmo considerando as 254 desistências da última escola, são 669 alunos para 239. Como já nos referimos, os cursos de Mecânica e Marcenaria na escola estadual possuíam mais oficinas especializadas, embora os alunos tivessem que percorrê-las todas para se profissionalizarem. Essa sistemática, como já nos referimos, vai ser implementada nas escolas federais com as determinações da Consolidação em 1926. Por enquanto, a Escola de Aprendizes de São Paulo continuava com suas 5 oficinas sem mais especificações.

Através de Relatório do Ministério da Agricultura de 1923, apresentado pelo ministro da Agricultura, Indústria e comércio Miguel Calmon Du Pin e Almeida, podemos observar primeiramente uma série de medidas e realizações efetuadas à partir das determinações do Serviço de Remodelação, nas várias escolas profissionais federais, sendo que nos deteremos apenas nas decisões pertinentes à escola paulista e seu movimento no referido ano.

Inicialmente o ministro comenta os ótimos resultados do sistema de compras de artigos e matéria prima organizado pelo Sistema de Remodelação, através de concorrência administrativa e nomenclatura organizada. Foram dessa forma adquiridos livros e material com redução⁵⁰⁵ de 20% no preço.

Está também registrado no relatório do ministro a instalação de oficinas mais adequadas com ferramentas e máquinas apropriadas.⁵⁰⁶ Refere-se também à reforma das oficinas, assunto ventilado desde 1920, designando para as escolas várias seções de ofícios, correspondentes à várias oficinas, projeto diversas vezes apresentado mas não

⁵⁰⁵ “(...) Foi ensaiado nesse anno, com optimos resultados, o systema de compras de artigos de expediente e de materia prima para todas as escolas por meio de concurrencia administrativa realizada na Directoria Geral de Contabilidade e mediante uma nomenclatura previamente organizada pelo Serviço de Remodelação. Adquiriram-se, assim, livros e demais material de aulas e escriptorio com a redução de 20%, além de se haver facilitado o serviço das escolas, que lutavam com difficuldades locais para abertura de concurrencias em praças de pouco desenvolvimento commercial”. Relatório do Ministério da Agricultura 1923, Rio de Janeiro, imprensa Nacional 1926, p.241.

⁵⁰⁶ “Além de cuidar da construcção de obras novas e da reconstrucção e reparos dos edifícios de algumas escolas, a attenção do Serviço de Remodelação voltou-se para a installação de officinas adequadas ao ensino, com machinas e ferramentas apropriadas”. Relatório do Ministerio da Agricultura 1923, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926, p. 241.

efetivado devido às “instalações ainda imperfeitas dos estabelecimentos”. Seriam instaladas oficinas de trabalhos de couro e tecidos, para os dois primeiros anos, enquanto ocorria a alfabetização; oficinas de trabalhos manuais de madeira, chapa de metal e massa plástica, para o terceiro ano e, para os três últimos anos oficinas de trabalhos de metal, latoaria, serralheria, forja, fundição e mecânica, de trabalhos de madeira, de artes gráficas e decorativas. Dessa forma os alunos seriam alfabetizados nos três primeiros anos e especializados em ofícios técnicos nos três últimos anos, compondo as profissões relativas a cada oficina frequentada.⁵⁰⁷

É pertinente observar-se que esse projeto será melhor especificado e transformado em lei em 1926, com a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizizes Artífices, sendo que o assunto já foi abordado no capítulo relativo Criação e Inauguração das Escolas de Aprendizizes Artífices. Entretanto, percebe-se que o estabelecimento de seções de ofícios já era um projeto discutido desde 1920, quando do início da reforma do ensino profissional através do Serviço de Remodelação. Pode-se inferir também, que o modelo para tal modificação do sistema de oficinas, possivelmente teria relação com o *sistema de educação integral* desenvolvido na Escola Profissional Masculina da Capital, na qual os alunos passavam por todas as “tarefas” ligadas às determinadas profissões, sendo-lhes no entanto, negada a especialização somente nesses setores.,⁵⁰⁸ tal como recomendava o diretor Aprígio Gonzaga. Pelas observações do

⁵⁰⁷ “Continuou a ser observado o criterio estabelecido desde 1920, quando se iniciou a reforma, installando-se em cada escola as seguintes officinas: trabalhos de couro e tecidos para os dois primeiros annos, frequentados por analphabetos; trabalhos manuaes de madeira, chapa de metal e massa plástica para o terceiro anno; trabalhos de metal (como latoaria, serralheria, forja, fundição e mecanica) trabalhos de madeira (em geral) artes gráphicas e decorativas, para os tres ultimos annos dos cursos, de modo que os alumnos, fazendo a sua previa desanalphabetização nos tres primeiros annos, frequentam nos tres successivos um dos grupos citados acima, de officios technicos, podendo especializar-se, como marceneiros, entalhadores ou carpinteiros, os de trabalhos de madeira; funileiros, serralheiros-forjadores, mecanicos e fundidores, os de trabalhos de metal; impressores ou compositores, os de artes graphicas; e modeladores e estucadores, os de artes decorativas. O Serviço já apresentou diversas vezes o projeto pormenorizado para a reforma completa do Ensino Profissional Technico, mas as tentativas nesse sentido esbarram na difficuldade de se realizar o desideratum com as installações ainda imperfeitas dos estabelecimentos actualmente existentes nas capitaes dos Estados”. Relatório do Minsterio da Agricultura 1923, p.242.

⁵⁰⁸ “No que se refere aos cursos práticos, a escola masculina da capital mantinha os cursos de mecânica, marcenaria, pintura e decoração e eletricidade. O curso de mecânica, desdobrava-se em ferraria, fundição, ajustagem e fresagem (a partir de 1922), nas quais os alunos aprendiam a realizar tarefas de natureza artesanal. Assim como no Liceu de Artes e Ofícios, visava-se a *formação integral do obreiro*, capaz de dominar todas as elaborações da mesma matéria-prima – sua única especialidade –, alternando-se apenas

ministro da Agricultura em seu relatório, os alunos das escolas de aprendizes percorreriam uma série de oficinas pertinentes aos trabalhos de metal, de madeira ou artes gráficas e decorativas. Entretanto, não se percebe a preocupação em proibir a especialização nas oficinas pertinentes às seções de ofícios, ao analisarmos o referido relatório: “(...) podendo especializar-se, como marceneiros, entalhadores ou carpinteiros, os de trabalhos de madeira (...)”. Se o projeto considerado, depois melhor definido e transformado em lei, com a Consolidação (1926), agrupava ofícios correlatos em seções as quais os alunos deveriam percorrer, representando uma “formação integral do aluno” à exemplo da Escola Profissional Masculina, pelo menos teoricamente não havia a explicitação de um discurso contra a especialização, como ocorria neste último estabelecimento por parte de seu diretor.

na aprendizagem das operações técnicas em que se apoiavam os exercícios fundamentais da arte escolhida. Conforme o método proposto por Victor Della Vos, os alunos deveriam executar, nos três anos de mecânica todas as séries educativas e tecnológicas. Terminada a série preparatória, “educativa e média”, os trabalhadores começavam a produzir profissionalmente. Os trabalhos iniciais, baseados no sistema *slojd*, tinham por objetivo iniciar os alunos no manejo dos instrumentos, de acordo com alguns princípios de ordem higiênica e fisiológica. Iniciava-se, em seguida, a aprendizagem na seção de ferraria, onde os educandos se iniciavam nos trabalhos de ferro, a frio e quente, aprendendo a distinguir as diferentes espécies de ferro e aço, a maneira específica de tratá-los, a temperar e apontar ferramentas, a forjar peças para montagem de máquinas, etc.

Terminado o período na ferraria, os alunos passavam à oficina de fundição e, depois, para a de ajustagem. Sob a mesma orientação, exercitando-se através de séries de progressiva dificuldade, aprendiam a tornear peças em madeira, que serviriam de molde, “preparação de terra”, machos, fusão de zinco, cobre e ferro com os quais faziam ligas. Na seção de ajustagem, exercitavam-se na tornearia de metais, aprendendo a fazer e ajustar roscas, limar, tornear peças para máquinas. Nestas oficinas, os alunos aprendiam a construir, montar e desmontar caldeiras, bombas, tubos injetores, etc.

Como no curso anterior, a marcenaria procurava fazer de cada aluno um *obreiro completo*, introduzindo-o na prática das operações fundamentais porque passava a madeira “em seu tríplice aspecto de evolução para o molde – o ornato, o torneado e entalhação”. De acordo com o *método integral* – cada aluno deveria vencer sozinho todas as dificuldades da peça modelo: aprenderia, em primeiro lugar, a levantar a planta do modelo; em seguida, a cortar e preparar a madeira; a ajustar, colocar e tornear as peças, e, finalmente, a fazer as aplicações de entalhe, apresentando o móvel inteiramente acabado. Nesta oficina, os alunos passavam por um período bem maior de treinamento preliminar dirigido ao desenvolvimento da habilidade e destreza manuais exigidas no trabalho profissional. Assim, para que alcançassem “as vantagens educativas reformadoras do trabalho manual” e se preparassem para séries puramente técnicas, eram obrigados a um período de um ano de *slojd*, no qual realizavam a série de exercícios-modelo e eram iniciados na série profissional e industrial.

O curso de *Pintura e decoração* organizava-se em séries de exercícios técnicos e desenhos, nos quais os alunos eram progressivamente exercitados durante três anos. A primeira série consistia em trabalhos de cal, desenho e decoração; a Segunda, trabalhos a cal e óleo – *decoração média*; a terceira, trabalhos a óleo – *decoração fina*.

O curso de *Elettricidade*, embora considerado “um dos cursos técnicos de maior futuro no Brasil”, apresentava problemas de funcionamento, pois não só a matéria-prima utilizada nas oficinas, importada e excessivamente cara, era difícil de se obter, como havia grande dificuldade em prover o cargo de mestre, devido à falta de pessoal técnico capacitado”. Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p. 219/220.

Além desses pareceres o ministro Miguel Calmon Du Pin Almeida, no referido relatório menciona que as escolas de Santa Catarina, Paraná, S. Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, tendo recebido “algumas benfeitorias”, iniciaram o “ensino industrial, por grupos de ofícios” necessitando para tanto da contratação de mestres e contra-mestres “contractados pelo Serviço de Remodelação” para ensinar a tecnologia dos ofícios, desenho industrial, física e química.⁵⁰⁹

Possivelmente, a Escola de Engenharia de Porto Alegre e seu Instituto Parobé estavam para as Escolas de Aprendizes Artífices da União, como a Escola Politécnica e o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo estavam para a Escola Profissional Masculina da Capital. Em São Paulo, atuava Roberto Mange, engenheiro suíço, professor da Escola Politécnica e da Escola de Mecânica Prática do Liceu, criada em 1924, o qual gozava da simpatia de Horácio da Silveira, diretor da Escola Feminina. A equipe gaúcha, oriunda do Instituto Parobé, ligado à Escola de Engenharia de Porto Alegre, em que compunha o Serviço de Remodelação, talvez representasse para o ensino federal, a mesma autoridade que a Escola Politécnica e seus engenheiros exerciam sobre o Liceu de Artes e Ofícios e sobre a Escola Masculina da Capital, já que seus mestres e ex-alunos (do Instituto Parobé) eram contratados como mestres e contra-mestres em outras escolas da União. Inclusive, é significativo observar os cursos que funcionavam no Instituto Parobé após 1919, sob a direção do engenheiro João Luderitz: “2 cursos elementares e 2 técnicos, onde seriam ministradas, além das matérias necessárias aos principiantes, aulas especiais de desenho geométrico, ornamental e industrial, com a respectiva técnica própria de cada ofício.”⁵¹⁰ Os cursos do Instituto Parobé estavam funcionando com aulas diurnas para

⁵⁰⁹ “Todavia, certas Escolas, tendo recebido algumas benfeitorias, como as de Santa Catarina, Paraná, S. Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, já iniciaram o ensino industrial por grupos de ofícios. Foi preciso, naturalmente, destacar para alguns desses estabelecimentos mestres e contra-mestres contractados, uma vez que o pessoal effectivo não tem habilitações suficientes para ensinar a tecnologia dos ofícios, o desenho industrial, a physica e a chimica elementares. Em syntese, pode-se concluir que melhorou sensivelmente a educação profissional technica com o ensino ministrado pelos mestres e contramestres contractados do Serviço de Remodelação”. Relatório do Ministerio da Agricultura 1923, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p.242.

⁵¹⁰ “No final dos anos vinte, portanto, já estavam caracterizadas as duas posições com relação à qualificação do trabalhador; a de Aprígio Gonzaga, que ocupava o mais alto cargo da hierarquia do ensino profissional no Estado e, a de Roberto Mange, identificada com as concepções dos liberais reformadores e seus aliados, os educadores da renovação educacional. O fato de Gonzaga não constar entre os entrevistados do Inquérito de Fernando de Azevedo, em 1926, é mais uma indicação do seu afastamento progressivo do grupo “ilustrado”. Em 1934, no governo de Armando de Salles Oliveira, seu nome é

meninos pobres e filhos de operários e noturnas para meninose para aperfeiçoamento de operários.⁵¹¹

Durante a década de 1920, o Instituto Parobé aumentou sua atividade no sentido de transformar-se num estabelecimento modelo de ensino profissional e técnico, através de disciplinas ligadas às várias habilitações requeridas pela indústria da época. Ao lado das disciplinas “ordinárias ... de cursos secundários”, as quais constituíam o ensino formal, havia a parte profissional cuja aprendizagem era efetivada através da “prática nas oficinas, simultaneamente com as noções teóricas”.

No final da década de 1920, o Instituto Parobé possuía as secções: “construção mecânica (modelador e fundidor, modelador de fundição, mecânico construtor), construção metálica (latoeiro, forjador, serralheiro e serralheiro construtor), trabalhos em madeira (estofador e vimeiro, marceneiro, carpinteiro e tufilheiro, escultor e torneiro), artes do edifício (modelador em barro, pintor decorador, estucador e escultor), artes gráficas, fototécnica (fotógrafo, gravador, autotipista, fototécnico), tipografia (compositor, paginador, impressor e gramatológrafo), curso feminino com trabalhos domésticos e rurais, costuras e bordados, padaria e preparo de conservas”.⁵¹²

Dessa maneira, o Instituto Parobé qualificava mão-de-obra para as indústrias que “ainda demandavam a destreza manual do artífice ou operários que acionassem máquinas

preterido para exercer a direção da recém-criada Superintendência do Ensino profissional. Em seu lugar é nomeado Horácio da Silveira, diretor da escola feminina, simpático às idéias de Mange, com quem já trabalhara – como representante da Secretaria da Educação – na elaboração de um plano geral de organização do ensino profissional ferroviário, articulado pelo poder público e as empresas particulares”. Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p. 227/228.

⁵¹¹ “Na sua política de expansão, o Instituto Parobé inaugurou em 1919 um novo curso gratuito noturno para meninos e para aperfeiçoamento de operários. Segundo *A Federação*, a atividade se enquadrava no espírito das metas que o presidente da República Wenceslau Braz havia imprimido ao ensino técnico profissional. (...) Era solicitado, no ato da inscrição dos alunos, um atestado de pobreza passado pela autoridade municipal do distrito de residência ou um atestado de operário, passado pelo chefe da fábrica em que o mesmo trabalhasse. Dado o grande número de inscritos, foi necessário criar novas turmas no decorrer do ano de 1919. As aulas diurnas contavam com 404 alunos, 372 do curso elementar e 88 do curso técnico; o curso noturno era frequentado por 205 alunos, entre adultos e menores... (...) Segundo informações oficiais, muitos dos ex-alunos ingressavam nas indústrias como aprendizes dos ofícios para os quais se tinham habilitado... O próprio desenvolvimento do processo industrial no estado, com a introdução de maquinaria, requeria um tipo especial de operário... a tecnificação da empresa implicava um processo de qualificação/desqualificação da força-trabalho, uma vez que, se permitia por um lado a incorporação de mulheres e crianças, por outro exigia trabalhadores melhor preparados. Pesavento, Sandra Jatahy, op. cit. p.179/180.

⁵¹² Pesavento, Sandra Jatahy, op. cit. p.181.

mecânicas”. O setor da denominada ‘indústria natural’, típica do Estado e caracterizada pelo beneficiamento da matéria-prima do setor primário, ficava excluída das preocupações do estabelecimento. Este setor, o qual concentrava “maior aplicação da tecnologia”(a indústria têxtil, da cerveja, do vinho, da banha, as grandes empresas), era objeto das atenções da Escola de Engenharia, que divulgava por meio de sua revista *Egatea*, os recursos científico-tecnológicos novos e colocados à disposição, dos empresários. Portanto, “através do complexo técnico-profissionalizante montado pela Escola de Engenharia e seu Instituto Parobé, se abarcava a questão da mão-de-obra e da racionalização da produção para o conjunto do parque industrial gaúcho”.⁵¹³

Essas constatações são pertinentes, pois vai se delineando o referencial para as Escolas de Aprendizes Artífices da União e no caso a de São Paulo. As secções de ofícios, que serão melhor determinadas em 1926 com a Consolidação, já eram uma realidade no decorrer da década de 1920 no Instituto Parobé. Isso permitiria dizer que a burguesia industrial gaúcha, que fazia alianças e disputava hegemonia dentro do PRR, possuía na Escola de Engenharia de Porto Alegre e no seu Instituto Parobé, um local de produção de tecnologia e qualificação da mão-de-obra, sendo que é justamente nos “representantes pedagógicos do ensino e da racionalização da produção” dessa burguesia sulina que o ensino federal profissional se respalda.

Avançando mais no raciocínio, poder-se-ia cogitar se não havia, de forma encoberta e velada, a possibilidade de uma “disputa” de projetos, pelo menos em nível educacional correspondentes à essas duas frações de classes burguesas “industriais” gaúcha e paulista, no sentido das mesmas, ao disputar a hegemonia dentro de seus respectivos partidos republicanos, durante a República Velha, elaborarem uma forma de educar a população brasileira, ou formar o mercado de trabalho segundo seus princípios de racionalidade da produção e da aprendizagem.

Até que ponto isso realmente ocorreu, ou seja: se essas duas frações de classe com suas respectivas instituições paradigmáticas, Liceu de Artes e Ofícios, Escola Profissional Masculina e, futuramente, a Escola de Mecânica Prática do Liceu, o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional e por fim o SENAI, no caso da burguesia “moderna paulista”, e a Escola de Engenharia de Porto Alegre e o Instituto Parobé, no

⁵¹³ Idem, p.182.

caso da burguesia industrial gaúcha, realmente rivalizavam ou diferiam muito em seus projetos pedagógicos no sentido de racionalizar o ensino, a formação e treinamento da mão-de-obra industrial ou no peso que atribuíam à educação para “redimir” a sociedade brasileira e resolver suas crises na década de vinte. E, em que medida essas posturas teriam influído no processo de substituição das oligarquias tradicionais paulista e mineira pela oligarquia gaúcha, quando da falência do modelo agro-exportador e emergência da República Nova, no pós trinta é algo a ser pesquisado. O assunto demanda estudo, mas realmente o predomínio da oligarquia gaúcha após a bancarrota dos cafeicultores paulistas, ilustra o fato de que o Rio Grande do Sul, “3.^a potência” da República Velha, era o Estado melhor preparado política e economicamente para a sucessão federal ao findar a década de 1920.

De qualquer forma, aqui nos interessa a influência do Instituto Parobé na reforma do ensino profissional das escolas de artífices federais e a documentação é farta em prová-lo. Inclusive, ao consultarmos os inúmeros relatórios do Ministério da Agricultura, nas décadas de 1910 e 1920⁵¹⁴, não consta o movimento da Escola de Porto Alegre, talvez, porque, desde a legislação de 1909 – decreto de Nilo Peçanha pertinente à criação das Escolas de Aprendizes Artífices – consta que o ensino federal de Porto Alegre seria representado pela escola já existente denominada Instituto Parobé. Essa escola fazia parte do ensino federal profissional, mas parece que possuía certo nível de autonomia e importância, uma vez que produziu inspetores para as demais escolas, assim como mestres e contra-mestres para a remodelação desse ensino.

Essa importância do Instituto gaúcho pode ser observada, voltando-se ao Relatório do Ministério da Agricultura de 1923, no qual, ainda, o ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida relata a publicação de livros de tecnologia, cursos de desenho e dois quadros murais de zoologia e mineralogia impressos pelo Serviço de Remodelação para o ensino de “lição de cousas” através de “especimes nacionaes”. Refere-se também à distribuição nas escolas do Manual Cívico do Dr. Araujo Castro e da História Natural

⁵¹⁴ Em 1925, foi organizado o Relatório do Engenheiro Luderitz, o qual apresenta especificamente a produção gaúcha no Instituto Parobé e a importância do trabalho do Serviço de Remodelação nas demais Escolas de Aprendizes Artífices da União.

de Rocha Pombo.⁵¹⁵ Provavelmente essas determinações emanadas do “Serviço” tencionavam instrumentalizar “científicamente” as escolas no sentido de “racionalizar”, sistematizar e uniformizar os currículos, através de livros e manuais, substituindo um ensino considerado empírico e desarticulado.

Além disso, o quadro de mestres, inspetores, técnicos também era proveniente do Instituto Parobé, como se verifica pelas observações do ministro relativas aos contratos com ex-alunos do referido instituto e alguns mestres. Refere-se também aos técnicos contratados, ressaltando que o engenheiro João Luderitz continua, em 1923 na chefia do Serviço.⁵¹⁶

Nesse ano de 1923, o movimento da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo foi o seguinte:

⁵¹⁵ “Aproveitando, ainda em 1923, a disposição orçamentária que autoriza a publicação de livros de tecnologia e cursos de desenho, o Serviço fez imprimir dois quadros muraes de zoologia e mineralogia, organizados no Museu Nacional pelos desenhistas lithographos contractados, afim de distribuir entre alumnos das Escolas de Aprendizes Artífices este optimo elemento de ensino de lição de cousas, com especimes nacionaes, em substituição aos que, até então, eram importados do estrangeiro. Tambem se distribuiram pelas escolas os livros de ensino Manual Civico, do Dr. Araujo Castro, e Historia Natural, do Sr. Rocha Pombo”. Relatório do Ministerio da Agricultura 1923, p.243.

⁵¹⁶ “Foram em 1923 lavrados contractos com Leora James, ex-diretora da Escola Doméstica de Natal, Waldomiro Fettermann, Aristides Brasil Travassos Alves, Mariom da Silva Marques e Luiz Domingues da Silva Marques, ex-alumnos do Instituto Parobé, renovando-se os dos mestres Paulino Diamico, Ladislau Stowinski e Tebyriçá de Oliveira e do contramestre Francisco Pandolfo. Prosseguiram as inspecções periodicas ás escolas dos Estados pelos technicos contractados (...) Continuou em 1923 na chefia do Serviço o respectivo encarregado, engenheiro João Luderitz, auxiliado pelo inspetor engenheiro Lycerio A. Schreiner, que substituiu o encarregado durante as suas viagens de inspecção ao sul e ao norte do paiz, tendo o inspetor Antonio Hilario Travassos Alves continuado na direção da Escola de Aprendizes Artífices do Estado do Rio de Janeiro”. Idem.

Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo: 1923

Matriculas 230		Frequencia Media 108
Officinas	Matriculas	Frequencia Media
Mecanica e electricidade	72	35
Carpintaria e molde para fundição	36	18
Marcenaria	56	25
Entalhador	48	25
Torneiro em madeira	16	5
Produção		3.935.\$890
Renda		107.\$275
Cursos Nocturnos	165	
Merenda	Quantidade 25.603	Valor 12:800\$560

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio 1923, Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1926, p.254.

Comparando os quadros 1923/1922, percebemos que na matrícula houve um decréscimo de 9 alunos e com relação às oficinas, a nomenclatura é preservada, sinal de que as seções de ofícios, ainda não tinham sido implementadas:

Quadro Comparativo; Matrículas na Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo 1922/1923

Matrículas	1922	1923
	239	230
Officinas		
Mecanica e electricidade	57	72
Marcenaria	60	56
Carpintaria e molde para fundição	34	36
Entalhador	70	48
Torneiro em madeira	18	16
Curso Noturno	223	165

Fontes: Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio 1922, p.151. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio 1923, p.254.

Com relação ao número de matriculados nas oficinas podemos observar que houve uma demanda maior para o curso de mecânica e eletricidade, carpintaria e moldes para fundição enquanto que nas outras oficinas, marcenaria, entalhador, torneiro em madeira, houve uma diminuição de matrículas do ano de 1922 para 1923, o mesmo ocorrendo com o curso noturno.

Analisando-se o ano de 1924, o ministro da Agricultura, Miguel Calmon du Pin e Almeida refere-se à manutenção do Serviço de Remodelação e à renovação dos contratos do pessoal envolvido por dois anos, considerando-se a situação do ensino profissional técnico e a reforma proposta.⁵¹⁷ O referido ministro também comenta as dificuldades para viabilizar as reformas até físicas dos prédios das escolas de aprendizes federais, que provavelmente seriam modificações relativas à incrementação das oficinas, inclusive no tocante à escola de São Paulo.⁵¹⁸ São citadas também a aquisição de máquinas e ferramentas para as “secções de construções mecânicas e metálicas e de trabalhos de madeira das Escolas de Aprendizes Artífices de S. Paulo, Cuyabá e Natal”⁵¹⁹. Percebe-se nesse registro a movimentação efetuada pelo Serviço de Remodelação para incrementar as seções de ofícios: seções de construções mecânicas e metálicas e de trabalhos de madeira, futuras seção de trabalhos de metal, seção de trabalhos de madeira, oficializadas pela Consolidação em 1926.

⁵¹⁷ “Verificada, após tres annos de experiencias, a verdadeira situação em que se acha o ensino profissional technico e firmada a orientação a seguir na reforma, ficou resolvido fosse o Serviço de Remodelação mantido dentro dos moldes que lhe vinham sendo impressos. Para esse fim, foram mandados renovar por dois annos os contractos do pessoal que nelle se achava servindo’. Relatório do Ministerio da Agricultura 1924, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1928, p.369.

⁵¹⁸ “Carecendo os edificios das Escolas de S. Paulo, Campos e Florianópolis de que se ultimassem os serviços de reforma iniciados em 1921, projectaram-se as respectivas obras addicionaes, e, depois de approvados os planos, orçamentos e especificações, abriram-se as necessarias concorrências, as quais, porem, tiveram de ser annulladas por motivos varios... Absorvidos todos os saldos revigorados desde 1923,...a dotação orçamentaria de 1924, para obras, não foi possivel cogitar de ...outros projetos de novos edificios, como os das Escolas de Recife e Curityba, devendo ...ser aberta em 1925, concorrência publica, ...para o inicio dessas construções, como ainda para a ultimação das dependências projectadas na da Parahyba, ...de Florianopolis, Campos e S. Paulo...” Relatório do Ministerio da Agricultura 1924, p.370.

⁵¹⁹ “Tendo em vista as necessidades verificadas, promoveu-se a aquisição de machinas e ferramentas para as secções de construcções mecânicas e metálicas e de trabalhos de madeira das Escolas de Aprendizes Artífices de S. Paulo, Cuyabá e Natal. As respectivas compras, realizadas mediante concorrência administrativa, importaram em cerca de 19:000\$ para a Escola de S. Paulo, 61:000\$ para a de Cuyabá e 39:000\$ para a de Natal... Idem.

São mencionados também pelo ministro a impressão de cadernos de desenho para alunos do curso preliminar “serem iniciados racionalmente naquella disciplina”⁵²⁰, assim como a encomenda ao Instituto Parobé de modelos tecnológicos para as seções de artes decorativas, trabalhos de madeira e trabalhos de metal. É citada também a generalização de compêndios e falta de uniformidade para o ensino de humanidades e a deliberação do Serviço de Remodelação à esse respeito. Uma comissão de profissionais, nomeada em 1924, decidiria a adoção de livros escolares mediante a análise dos compêndios utilizados nas 19 escolas, deliberando pela adoção dos considerados mais adequados.⁵²¹

É pertinente observar a preocupação com a racionalização, uniformização e escolha de “livros mais adequados”, no sentido de substituir o que era considerado empírico, sem uniformidade e de livre escolha pelo que os técnicos do Instituto Parobé, ligado à Escola de Engenharia de Porto Alegre consideravam “científico”, mais adequado e digno de ser uniformizado para as 19 Escolas, inclusive para a de São Paulo, Estado cuja fração de classe burguesa ligada à indústria também procurava racionalizar o ensino e a prática de ofícios em suas escolas profissionais, Liceu de Artes e Ofícios, Escola Masculina da Capital, Escola de Mecânica Prática e Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional.

O movimento da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo foi o seguinte em 1924:

⁵²⁰ Foram distribuidos a todos os estabelecimentos compendios de historia natural e do Brasil, no valor de 8: 850\$000. Ainda mediante concurrencia administrativa mandaram-se imprimir 1000 exemplares de cada um dos dois cadernos de exercicios preparatorios de desenho, destinados a proporcionar aos alumnos analphabetos do 1.º anno do curso elementar oportunidade de serem iniciados racionalmente naquella disciplina”. Relatório do Ministerio da Agricultura 1924, p.371.

⁵²¹ “Foi encommendada ao Instituto Parobé, da Escola de Engenharia de Porto alegre, a execução de series de modelos technologicos para as secções de artes decorativas, trabalhos de metal e trabalhos de madeira. Em vista da falta de uniformidade e generalização de compendios para o ensino de humanidades, foi nomeada, em 1924, uma commissão composta de profissioaes em assumptos de ensino para deliberar sobre a adopção de livros escolares. Em virtude de tal resolução, o Serviço de Remodelação solicitou a remessa de exemplares dos compendios em uso nas 19 Escolas tendo as respectivas administrações enviado, com a relação dos alumnos de cada classe, collecções completas dos livros adoptados, preços local de aquisição, nomes dos fornecedores, etc. Desse modo, está a comissão julgadora habilitada a fazer um juizo claro e perfeito sobre a verdadeira situação do ensino ministrado nas escolas e deliberar sobre a adopção dos compendios mais adequados”. Relatório do Ministerio da Agricultura 1924, p.371.

Escola de aprendizes Artífices de São Paulo (1924)

Matrícula: 180 aprendizes, sendo 78 na oficina de mecanica, 38 na marcenaria, 40 na de entalhador, 21 de carpintaria de moldes e 3 na de torneiro.

Frequencia média: 92 nos cursos, 21 na oficina de mecanica, 19 na de marcenaria, 31 na de entalhador, 11 na de carpintaria de moldes e dois na de torneiro. **Produção:** A produção das oficinas elevou-se a 4: 887\$540.

Renda: A renda arrecadada foi igual a 2: 259\$710.

Caixa de Mutualidade: Em 31 de dezembro o saldo existente era de 11: 140\$030.

Merendas: Foram distribuidas 17.325, no total de 8: 489\$250.

Curso Nocturno: Matricula; 160, frequencia média: 36.

Fonte: Relatório do Ministerio da Agricultura 1924, p.380.

Estabelecendo uma comparação com o quadro de 1923 percebemos que há uma tendência para diminuição das matrículas nas oficinas, embora o curso de mecanica seja o mais procurado e se destaque com um número um pouco maior de alunos:

Matrícula na Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo: quadro comparativo 1923/1924

Matrícula	1923	Frequência Média	1924	Frequência Média
	230	108	180	92
Oficinas				
Mecânica	72	35	78	21
Marcenaria	56	25	38	19
Entalhador	48	25	40	31
Carpintaria de moldes	36	18	21	11
Torneiro	16	5	3	2
Curso Noturno	165		160	36

Fontes: Relatório do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio 1923, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926, p.254. Relatório do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, 1924, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, p.380.

Além da diminuição das matrículas em geral na Escola de São Paulo⁵²² e o ligeiro aumento do número de alunos para a oficina de mecânica, considerando-se a frequência média, o número de alunos se reduz bastante de 1923 para 1924, justamente num período de rastreamento do ensino profissional nas Escolas Federais pelo Serviço de

⁵²² A Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba apresentava em 1924 o seguinte movimento: “Matricula- 370 aprendizes, sendo 87 na oficina de marcenaria, 134 na de serralheria, 99 na de alfaiataria, 15 na de sapataria e 35 na de encadernação. Frequencia média – 207 nos cursos, 44 na oficina de marcenaria, 75 na de serralheria, 59 na de alfaiataria, 15 na de sapataria e 28 na de encadernação... Curso nocturno – Matricula: 60 alumnos; frequencia média: 31”. Relatório do Ministerio da Agricultura 1924, p.377.

Remodelação e possíveis reformas para a implantação das seções de ofícios e racionalização/uniformização das matérias teóricas e práticas.

10. A CONSOLIDAÇÃO NA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE SÃO PAULO (1926): SEÇÕES DE OFÍCIOS

Através do relatório de 1926, elaborado pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio Geminiano Lyra Castro, podemos perceber que as reformas propostas pelo Serviço de Remodelação continuavam em ritmo crescente, com construções e término de obras em determinadas escolas, reparos na Escola de São Paulo, aquisição de máquinas e ferramentas para possibilitar o funcionamento das oficinas, assim como “material miúdo”, livros, cadernos, matéria prima para as oficinas, combustível, material para desenho e trabalhos manuais.⁵²³ Além disso o ministro menciona que houve prosseguimento na “publicação e distribuição de guias para trabalhos manuais”⁵²⁴, numa clara demonstração de que o Serviço de Remodelação, constituído por técnicos do Instituto Parobé, não apenas detectava falhas nas estruturas físicas das escolas e respectivas oficinas, passíveis de construções e reformas, mas também efetivava o projeto, já citado, de maior racionalização, uniformidade, centralização e monitoramento do ensino teórico e prático, tendo em vista uma aprendizagem “científica”.

⁵²³ “Com a importancia de 300 contos, prevista na lei da despesa do alludido exercicio, pôde o Serviço terminar as obras do novo edificio da Escola de Aprendizes Artifices de Minas Geraes e, Bem assim, activar as da Escola da Bahia, onde ainda se achavam por terminar os pavilhões de officinas e por construir o refeitório e a moradia do porteiro. Foi, igualmente, possível reencetar as construções nas Escolas de Santa Catharina e Parahyba. Além disso, foram feitos pequenos reparos nas Escolas de São Paulo, Rio Grande do Norte, Pará e Amazonas...

Continuou a ser feita durante o anno a aquisição de machinas e ferramentas destinadas a completar as installações existentes, bem como a iniciar outras, de accôrdo com a orientação de dotar, gradativamente, as escolas de aprendizes artifices com a aparelhagem indispensavel. Taes compras, realizadas mediante concurrencia administrativas, importaram ... 400\$200 para a Escola de Belém...

Distribuiu-se a todas as escolas, de accôrdo com as suggestões dos respectivos directores, material miudo na importancia total de réis 6: 413\$400. Releva notar que cada escola foi dotada, no inicio do exercicio, com creditos para compras nas respectivas sédes e destinadas principalmente á manutenção dos serviços das officinas, conforme a discriminação abaixo: ... Parahyba: 3. 000\$000....São Paulo: 5. 000\$000...

Foram, igualmente, adquiridos livros, cadernos, artigos de expediente e de desenho, materia prima para as officinas, combustivel, etc., por meio de concurrencias, tendo sido effectuadas as seguintes remessas de material: ... São Paulo: 1: 880\$000 ... Rio de Janeiro: 9: 687\$840.

As expedições acima referidas effectuaram-se de accôrdo com os pedidos dos directores das diversas escolas. Entretanto, além desses supprimentos, o Serviço de Remodelação ainda adquiriu, para o seu gabinete e para todas as escolas, materiaes diversos, principalmente para desenho e trabalhos manuais, na importancia de 36: 000\$000, aproximadamente. A distribuição de credito, por escola, para aquisições locais, foi a seguinte: Parahyba: 8:000\$000 ... São Paulo: 8:000\$000 ...” Relatório do Ministerio da Agricultura 1926, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, p.241 e seguintes.

⁵²⁴ “Prosseguiu durante o anno a publicação e distribuição de guias para trabalhos manuaes”. Idem.

É registrado também pelo ministro, a portaria de 13 de novembro, na qual ficam “consolidados os dispositivos concernentes às escolas de aprendizes artífices” determinando a preservação de um corpo de contratados, segundo o regulamento com o objetivo de estabelecer uma inspeção permanente nas escolas federais.⁵²⁵

Analisando-se o teor da Consolidação, relatado pelo ministro, percebemos que o artigo 1.º define o campo de atuação das escolas, ou seja: as escolas de aprendizes artífices deveriam ministrar “gratuitamente o ensino profissional primário (elementar e complementar).⁵²⁶ Os objetivos das escolas também são esmiuçados, no sentido das mesmas formarem operários e contra-mestres, através do ensino prático e conhecimentos técnicos aos menores que ‘pretenderem aprender um ofício’ existindo para tanto oficinas de trabalho manual ou mecânico convenientes aos Estados em que elas se localizem e às indústrias locais.⁵²⁷

Essas determinações traziam algumas novidades com relação aos decretos anteriores, ou seja: o decreto 7.566 de 23/ setembro/1909, correspondente à criação das escolas o Decreto 9.070 de 25/outubro/1911 – Regulamento Pedro de Toledo – o qual dispunha sobre obrigatoriedade do curso de desenho e o aumento do número de oficinas se houvesse o mínimo de 20 candidatos e o Decreto 13.064 de 12/junho/1918 – Regulamento Pereira Lima – o qual ratificava o anterior com relação à criação das oficinas consideradas necessárias pelo diretor e a obrigatoriedade do curso primário. Como já foi mencionado, fica estabelecido em 1926, uma uniformização do ensino nas escolas federais e um currículo padrão para todas as oficinas.

⁵²⁵ “Com a portaria de 13 de novembro ficaram consolidados os dispositivos concernentes às escolas de aprendizes artífices, prevendo a manutenção de um corpo de contratados, para a inspeção permanente dos estabelecimentos que funcionaram nos Estados”. Relatório do Ministério da Agricultura 1926, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p.242.

⁵²⁶ “ Art. 1.º Em cada um dos Estados da República, o Governo Federal manterá, por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, escolas de aprendizes artífices, destinadas a ministrarem gratuitamente o ensino profissional primário (elementar e complementar).
Parágrafo único. Serão também criadas no Distrito Federal escolas de aprendizes artífices, logo que o Congresso habilite o Governo com os meios necessários à sua instalação e manutenção”. Idem p.243.

⁵²⁷ “Art.2.º Nas escolas de aprendizes, procurar-se-á formar operários e contra-mestres ministrando-se o ensino prático e os conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretenderem aprender um ofício havendo para isso as oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes aos Estados em que funcionarem as escolas, consultados, quanto possível, as especialidades das indústrias locais.
Parágrafo único. Estas oficinas serão instaladas à medida que a capacidade do prédio escolar, o número de alunos e demais circunstâncias o permitirem a juízo do Governo”. Idem.

A Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizizes Artífices, influenciada pelo Serviço de Remodelação do Ensino Profissional e o Engenheiro João Luderitz, seu diretor, regulava também o currículo dos cursos primário e de desenho, uma vez que o primeiro era compulsório para os alunos que não possuísem diploma de escolas municipais ou estaduais e o segundo para todos a não ser para os que tivessem conhecimento das disciplinas que formavam os cursos, aos quais seriam encaminhados segundo o seu conhecimento. Dessa forma, o regulamento dos currículos já representava um grande passo para o estabelecimento de um denominador comum para as escolas, no sentido de uniformizá-las e supervisioná-las constantemente, tarefa maior desse Serviço, em prol de uma aprendizagem científica e racional, nos moldes do Instituto Parobé da Escola de Engenharia de Porto Alegre, da qual provinha o engenheiro Luderitz.

Entretanto, a maior novidade ficava por conta da implementação das seções de ofícios, que à exemplo do Instituto Parobé, estabelecia nove seções de ofícios, correspondentes à nove profissões. Como etapa anterior à prática de ofícios ficava determinado que concomitante ao curso primário e de desenho, nos dois primeiros anos, haveria um estágio pré-vocacional, com a aprendizagem de trabalhos manuais.⁵²⁸

As seções estabelecidas, e suas oficinas correspondentes eram as seguintes: a) Seção de trabalhos de Madeira; b) Seção de Trabalhos de Metal; c) Seções de Artes Decorativas; d) Seção de Artes Gráficas; e) Seção de Artes Textéis; f) Seção de Trabalhos de Couro; g) Seção de Fabrico de Calçados; h) Seção de Feitura do Vestuário; i) Seção de Atividades Comerciais. Analisando um pouco as três primeiras seções e suas oficinas correspondentes, inclusive as mais procuradas na Escola de Aprendizizes de São Paulo, já que as duas primeiras envolvem o trabalho de mecânica, observamos o seguinte: na Seção de Trabalhos de Madeira o aluno percorria no 3.º ano oficinas de vime, empalhação, carpintaria e marcenaria; no 4.º ano oficinas de beneficiamento mecânico da madeira e tornearia; no 1.º ano complementar: construções de madeira de

⁵²⁸ “ I. Nos dous primeiros annos, parallelamente aos cursos primarios e de desenho, haverá aprendizagem de trabalhos manuaes, como estagio prevocacional da pratica de officios. II. As seções de officios correlativos que compõem as diversas profissões, nove ao todo, crear-se-ão á medida que se forem installando os respectivos compartimentos”. Relatório do Ministerio da Agricultura 1926, Rio de Janeiro Imprensa Nacional, p.244.

acordo com as indústrias locais; 2.º ano complementar: especialização. Na Seção de Trabalhos de Metal o aluno percorria no 3.º ano oficinas de: latoaria, forja e serralheria; no 4.º ano: oficinas de fundição e mecânica geral e de precisão; no 1.º ano complementar: prática de condução de máquinas e motores e de eletrotécnica; 2.º ano complementar: especialização. Na seção de Artes Decorativas o aluno percorria no 3.º ano as oficinas de modelagem e de pintura decorativa; no 4.º ano: oficinas de estucagem, entalhação e formação de ornatos em gesso e cimento; no 1.º ano complementar: construção em alvenaria e cerâmica segundo as indústrias locais; 2.º ano complementar: especialização.

Comparando essas seções com as oficinas de mecânica, marcenaria, entalhação, tornearia e carpintaria de moldes para fundição percebe-se que esses cursos ficaram diluídos nas três seções mencionadas, ou seja: marcenaria, tornearia, carpintaria na Seção de Trabalhos de Madeira. Mecânica agora pertence à Seção de Trabalhos de Metal, com todas as especializações – latoaria, forja, serralheria, fundição, mecânica geral e de precisão, condução de máquinas, motores e eletrotécnica, sendo que o beneficiamento mecânico da madeira pertence à Seção anterior, Seção de Trabalhos de Madeira. A entalhação, a qual pertence à Seção de Artes Decorativas era praticada nas oficinas de Modelagem e Estucagem, entalhação e formação de ornatos.⁵²⁹

Possivelmente essas seções de ofícios representavam um aprofundamento e uma especialização das nove profissões consideradas, marcenaria, mecânica, entalhação, tipografia, tecelagem, couraria, sapataria, alfaiataria, contabilidade. Entretanto, essa especialização era inerente à profissão escolhida, no sentido do aluno percorrer todas as oficinas pertinentes à ela *e não a especialização numa área apenas*, latoeiro ou forjador, por exemplo. Entretanto, se a Consolidação citava a formação em nove profissões, pelo menos não havia por parte dos implantadores da reforma, um discurso semelhante ao de Aprígio Gonzaga no sentido de condenar totalmente a especialização enquanto diversificação das profissões citadas, o que nos leva provavelmente a crer que o modelo de educação profissional da Escola de Engenharia de Porto Alegre e seu Instituto Parobé talvez não significassem, no momento, a radical “organização racional do ensino

⁵²⁹ Ver art. 2.º da Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices e a organização das seções determinadas por essa legislação, in Soares, Manoel de Jesus, op. cit. pp.63/64.

profissional” a exemplo do que Roberto Mange estabelecia na Escola de Mecânica Prática do Liceu em 1924⁵³⁰ e posteriormente no Ensino Ferroviário.

Voltando ao Relatório de 1926, no qual o ministro da Agricultura Geminiano Lyra Castro comenta a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de aprendizes Artífices, valeria a pena destacar a padronização dos cursos primário e de desenho, com a discriminação para todas as escolas de um currículo uniforme, e determinadas matérias que não deveriam ser ministradas em períodos posteriores, quando ficava à critério dos mestres e dos diretores das escolas a escolha do programa. São várias as matérias introduzidas de forma padronizada, mas poderíamos citar, por exemplo, entre outras: Ginástica e canto, no 1.º ano; Instrução Moral e Cívica no 2.º ano;

⁵³⁰ “Segundo Mange, o marcante desenvolvimento industrial do Estado no período – com o aparecimento de indústrias mecânicas de certo porte e a elevação do número de pequenas oficinas mecânicas – resultara em aumento significativo da demanda de profissionais qualificados. Para garantir a oferta da mão-de-obra adequada no mercado, era urgente que se institucionalizasse sua formação. A seu ver, a organização de escolas profissionais mecânicas, ‘com cursos normalizados e metódicos’, era indispensável ‘ao progresso’ da indústria e da agricultura. Tratava-se de um ‘problema de ordem econômico industrial, social e nacional’: ‘Para a indústria, as vantagens são evidentes: *boa segura e rápida execução do trabalho, diminuição de custo e aumento de rendimento*. A sociedade adquire aí *elementos sãos, de caráter disciplinado, conscientes de seus deveres e suscetíveis de exercerem, pelo exemplo, benéfica influência sobre as classes laboriosas*. Por sua vez, o Estado tem nesse artífice, formado um *cidadão laborioso e ordeiro, fator seguro de seu progresso*’.

A produção deste tipo de operário, ‘elemento de valor positivo’, para a empresa, tornar-se-ia possível através da implantação de um plano ‘racional e científico’ de ensino. Embora não exista nenhuma fonte que permita reconstruir com exatidão o funcionamento do curso de mecânica do Liceu de Artes e ofícios, é bastante razoável supor – com base nos escritos de Mange, anteriores e posteriores à experiência – que os métodos de aprendizagem utilizados significaram a tentativa de ampliação e aprofundamento das diretrizes de Victor Della-Vos, agora iluminadas pela concepção taylorista do trabalho e pela contribuição substantiva da Psicotécnica.

(...) a Escola Mecânica adquiriu a configuração de um verdadeiro ‘laboratório experimental’, onde se iniciou a pesquisa e sistematização de inúmeras práticas pedagógicas, que vieram a ser aplicadas mais tarde em outras indústrias do país e acabaram por influenciar a concepção educacional do tempo. O caráter experimental da escola pode ser verificado já em seus propósitos de ajustar a formação dos operários aos requisitos de qualificação das empresas, o que implicava conhecer, após observação cuidadosa, toda as operações que compõem as diferentes tarefas de um ofício, ou seja, decompô-lo em seus elementos simples; em seguida, classificar e reduzir o saber apropriado em regras, modelos, formas, ou seja, devolvê-lo ao trabalhador na forma de *método de trabalho* que pareça mais rentável aos interesses do capital. O trabalhador recebia, então, ‘instruções de *como* e em *quanto tempo* realizar sua tarefa parcelizada’. Assim, pela transmissão dos *conhecimentos especializados* restritos à execução de uma tarefa específica, Mange procurava reduzir o tempo destinado à aprendizagem profissional e, ao mesmo tempo, aproximar a qualificação operária das exigências da produção industrial. Sobre a urgente necessidade da organização destas atividades, a Revista do IDORT assim se pronuncia: ‘Ao contemplar o mundo do trabalho, distinguem-se logo duas grandes classes de operários: 1. os qualificados; 2. os não qualificados. Os primeiros são os que têm habilitação especial par certo trabalho. Os segundos são os que não a têm. Os serviços de orientação e educação profissionais visam qualificar trabalhadores, isto é, guiá-los para a profissão que mais lhes convém e dar-lhes competência especializada (...)’”. Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. pp. 210/211/212/213.

Geometria, Geografia e história pátria no 3.º ano; Rudimentos de física no 4.º ano; Física experimental e noções de química no 1.º ano complementar; Noções de física e química aplicada no 2.º ano complementar.⁵³¹

Possivelmente, era o tipo de ensino ministrado no Instituto Parobé, no qual o ensino primário era separado do relativo aos ofícios. “Considerava-se aquele ensino como uma adaptação ao profissional e nêle se cuidava, durante quatro anos, de alfabetizar os alunos, que entravam com cêrca de dez anos de idade; depois, passavam os educandos ao curso profissional, onde eram ministrados os conhecimentos técnicos relativos à profissão escolhida. Desta forma, o ensino de ofícios começava no quinto ano de frequência à escola e se prolongava por mais quatro, após o que ainda havia um quinto ano destinado à especialização. Com essa disposição os alunos só completavam os cursos quando tinham, aproximadamente, dezenove anos”.⁵³²

Aliás, seria pertinente considerar as observações do engenheiro Luderitz com relação ao ensino do Liceu de Artes e Ofícios em São Paulo até para caracterizar a importância que a instituição profissional gaúcha e sua equipe técnica proveniente do próprio Instituto Parobé ou mesmo da Escola de Engenharia de Porto Alegre davam à formação geral para o ensino profissional, provável ranço da filosofia positivista que respaldava todo o projeto de formação profissional no Rio Grande.

Comentando a intensa industrialização das oficinas do Liceu no decorrer dos anos, “adquirindo muito mais os contornos de uma empresa e colocando os objetivos educacionais em plano secundário”, o diretor do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional, órgão criado pelo Ministério da Agricultura em 1921 para diagnosticar a situação das escolas profissionais federais do país, João Luderitz, refere-se aos objetivos da instituição, que de inicialmente escolares, ‘passaram a ser, depois, exclusivamente de interesse fabril, mantendo apenas o ensino primário noturno para os aprendizes...” O

⁵³¹ Soares, Manoel de Jesus. As Escolas de aprendizes Artífices - - estrutura e evolução. Forum Educacional, v.6, n.º 3- jul/set. 1982, p.75/76.

⁵³² “Outra característica que diferenciava profundamente o ensino na Parobé daquele ministrado nas escolas federais, era a que se relacionava com a maneira de fazer o aluno percorrer as diferentes oficinas. Nas escolas de aprendizes artífices cada aluno permanecia, durante os quatro anos de curso, em uma só oficina, especializando-se; no Instituto Parobé, ao contrário, durante os quatro primeiros anos profissionais, o jovem frequentava um grupo de oficinas correspondentes a uma mesma família de ofícios, na base de uma por ano, especializando-se somente no quinto ano”. Fonseca, Celso Suckow, História do Ensino Industrial no Brasil, Rio de Janeiro, SENAI, 1986, V.1p. 202.

referido engenheiro gaúcho, caracteriza o Liceu como um gênero de estabelecimento “único no país”, observando que “existe ali o regime da aprendizagem espontânea; o aluno entra pequeno, analfabeto quase sempre; vai para uma oficina, percorrendo, em vários anos, as diversas especializações de um grupo de ofícios correlativos e feita, após cinco ou seis anos, sua prática na profissão, *aprendeu também a ler e escrever e desenhar, um pouco*; sai um homem feito, ótimo operário”. Entretanto, fazendo as ressalvas ao funcionamento da escola, “aponta a insuficiência de sua *educação geral*, considerando-a ‘incompleta sob o ponto de vista técnico, uma vez que não se ministra o ensino de rudimentos de ciências elementares e tecnologia das profissões’”.⁵³³ Dessa forma, fica ressaltado a importância que o Serviço de Remodelação vai dar à formação geral no ensino profissional e o conteúdo das matérias de formação geral, o qual é implementado com a Consolidação nas escolas de aprendizes federais em 1926.

A outra inovação incrementada com a reforma padronizadora da Consolidação foi a efetiva industrialização das Escolas de Aprendizes Artífices da União. A produção das oficinas, enquanto prática da aprendizagem já era uma realidade desde o início do funcionamento das escolas, a novidade fica por conta da produção para o abastecimento de particulares e a introdução, se necessário, de pessoal estranho à escola como operários contratados para obras determinadas. Assim, a Consolidação em seu artigo 25, inciso 1.º rezava: “Os directores das escolas de ensino profissional technico ficam autorizados a acceitar encomendas das repartições publicas, ou dos particulares, se quem as faz fornece a materia prima e paga á propria escola a mão-de-obra e as despesas accessorias”. Ou mais adiante :”Os alumnos e ex-alumnos das escolas de ensino profissional technico do Ministerio terão sempre preferencia nas empreitadas ou tarefas para que tenham aptidão especial”.⁵³⁴

Dessa maneira fica registrada a reforma no ensino profissional técnico federal, em 1926, pela Consolidação, a qual visava com a padronização do ensino primário e de

⁵³³ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. pp. 207/208.

⁵³⁴ Com relação à contratação de mão-de-obra estranha á escola, assim determinava a Consolidação: “Quando o vulto ou a urgência da encomenda exigir o emprego de diaristas ou tarefeiros estranhos á escola, elles poderão ser admittidos sob responsabilidade do director e do mestre da respectiva officina, correndo o pagamento pelas quotas de mão de obra constante do orçamento”. Relatório do Ministério da Agricultura 1926, p.255.

desenho, a introdução das seções de ofícios e a industrialização das escolas, obter um maior controle sobre a aprendizagem profissional e a produtividade desse ramo de ensino. O tipo de qualificação implementado, não chega a ser uma qualificação por função, mas, ainda, por ofícios, à medida que os alunos percorrem grupos de ofícios para se aperfeiçoarem ou se especializarem numa profissão de forma completa e não em tarefas parcelizadas, como na formação de mecânicos da Escola de Mecânica Prática do Liceu, ocorrida na mesma década de 1920.

Nesse ano de 1926 foi registrado pelo referido Ministro da Agricultura o seguinte movimento da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo:

Escola de Aprendizes Artífices do Estado de São Paulo: 1926

Cursos		
Officinas	Matriculas	Frequencia média
Carpintaria de moldes para fundição	4	2
Entalhador	22	14
Marcenara	19	10
Mecanica	72	32
Torneiro	3	2
Total	120	60
	Produção	Renda
Carpintaria de moldes para fundição	438\$600	20\$600
Entalhador	123\$900	101\$900
Marcenaria	782\$000	522\$000
Mecanica	732\$000	9\$500
Torneiro	12\$000	-
Total	2:088\$500	653\$300

Fonte: Relatório do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio 1926, Rio de Janeiro, Imprensa nacional 1828, p.269.

Merendas

Distribuíram-se, durante o anno, 13.974 merendas na importancia de 6; 987\$000.

Cursos Nocturnos

Matriculas: 168

Frequencia Media: 38

Caixa de Mutualidade

O saldo existente em 31 de dezembro era de 13: 065\$562.

Podemos observar pelo quadro exposto a importância do curso de Mecânica tanto em número de matriculas, como em produção, sugerindo que na década de vinte era grande a demanda para mão de obra “qualificada” em mecânica. Entretanto, se fizermos um quadro comparativo 1924/1926 perceberemos que a Escola de Aprendizes Artífices

de São Paulo apresentava um decréscimo de alunos nos cursos e oficinas, de forma geral, com um ligeiro aumento no curso noturno.

Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo: quadro comparativo 1924/1926

Cursos e Oficinas	Matrícula:1924 Média	Frequência	Matrícula:1926 Média	Frequência
Curso Diurno	180	92	120	60
Oficinas				
Mecânica	78	21	72	32
Marcenaria	38	19	19	10
Entalhador	40	31	22	14
Carpintaria de moldes	21	11	4	2
Torneiro	3	2	3	2
Curso Noturno	160	36	168	38

Fontes: Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio 1924, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, p.380. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e comércio 1926, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, p.269.

Passando-se para o Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1927, o Ministro da Agricultura Geminiano Lyra Castro, registra que ocorre o desenvolvimento das Escolas de Aprendizes Artífices, já que os trabalhos de remodelação construíram edifícios amplos e novos, montaram máquinas modernas e contrataram técnicos. Com referência ao ensino, ele considera que se antes estava sujeito a ‘diversas orientações locais’, foi sistematizado pela Consolidação assegurando a “aprendizagem racional dos ofícios correlativos” e uniformização dos planos dos diretores.⁵³⁵

Refere-se, também, o ministro ao concurso de habilitação para todos os instrutores, no sentido de “melhorar a situação dos docentes em exercício”, numa clara explicitação do abandono do ensino considerado “empírico” e o advento de uma aprendizagem “racional e científica” através de professores e mestres concursados.⁵³⁶

⁵³⁵ “Accentua-se cada vez mais o desenvolvimento das Escolas de aprendizes Artífices, pois, desde que foram iniciados os trabalhos de remodelação, tem augmentado o numero de estabelecimentos beneficiados com edificios novos e amplos, montagem de machinas modernas e distribuição de technicos diplomados por institutos congeneres. O ensino, outrora subordinado a diversas orientações locais, foi systematizado pela recente Consolidação dos dispositivos referentes às mesmas escolas, as qual assegura o desenvolvimento de aprendizagem racional dos officios correlativos e uniformiza o plano de acção dos respectivos directores”. Relatório do Ministério da Agricultura 1927, Rio de Janeiro, 1929, p.257.

⁵³⁶ “Com o objetivo de melhorar a situação dos docentes em exercicio, annunciou-se, com a devida antecedencia, o concurso de habilitação para todos os instrutores, com o fim de se prepararem para o necessario exame, que foi effectuado com toda a regularidade”. Idem.

Enfatizando os benefícios da Consolidação, aprovada por portaria de 13 de novembro de 1926, o ministro declara que o programa organizado “*orienta e systematiza* o ensino theorico-pratico e desdobra as differentes profissões em séries de officios, que obedecem a uma *correlação racional*, assegurando o futuro desenvolvimento destes uteis estabelecimentos”. Refere-se também, à sugestões para programas definitivos . Quanto às oficinas, registra que foram feitas adaptações ao novo plano ou criadas algumas suplementares no sentido de viabilizarem “as séries de officios correlativos”.⁵³⁷

Quanto à matrícula e frequência o ministro considera que há um aumento gradativo⁵³⁸, situação que não se verifica na Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, como pode ser verificado pelo movimento da escola no período e quadros anuais comparativos. Com relação ao curso noturno de aperfeiçoamento, o ministro Geminiano se refere a um “numero avultado” de operários que nele se matricularam⁵³⁹. Nesse caso, realmente houve um ligeiro aumento das matrículas do Curso Noturno na Escola de Aprendizes Paulista de 160 em 1924, para 168 em 1926, entretanto verificou-se uma queda em 1927 para 138 Dessa forma as considerações do ministro referentes às matrículas não condizem com a real situação da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo.

Com referência à merenda escolar, a referida autoridade federal admite que ela colabora para o “desenvolvimento physico dos aprendizes mais desfavorecidos, como tem contribuido ... para o equilibrio da frequencia”, numa clara alusão de que as escolas, mesmo com as reformas oficializadas pela Consolidação, destinava-se também aos “desfavorecidos da fortuna”⁵⁴⁰

⁵³⁷ “Foram adaptadas ao novo plano as officinas existentes, tendo sido creadas algumas outras suplementares, com o intuito de se completarem as séries de officios correlativos. Com o augmento de frequencia serão fundadas outras, subordinadas ao mesmo criterio (...)”. Relatorio do Ministerio da Agricultura 1927, p.257 e seguintes.

⁵³⁸ “A matricula e frequencia augmenta gradativamente”. Idem.

⁵³⁹ “O curso nocturno de aperfeiçoamento mereceu a atenção dos operarios, que nelle se matricularam em numero avultado”. Idem.

⁵⁴⁰ Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio 1927, Rio de Janeiro 1929, pp.257 e seguintes.

Sobre a metodologia do ensino o ministro considera-a “facilitada com a publicação de livros sobre trabalhos manuais, organizados de accôrdo com os methodos preconizados por autores allemães e americanos, cujos processos foram adaptados às nossas condições mesológicas”⁵⁴¹, o que explicita a procedência da literatura técnica e dos métodos que serão empregados, ou seja: importados da Alemanha e Estados Unidos. Além disso o ministro se refere à “bibliographia dos varios estabelecimentos”, a qual, segundo ele “vae sendo enriquecida com a publicação recente de manuaes relativos às seguintes aprendizagens: modelagem, moldação, cartonagem, empalhação e estofaria”⁵⁴², ilustrando a determinação do Serviço de Remodelação agora transformada em lei, de publicação de manuais, para padronizar e possivelmente controlar melhor o ensino.

A lista de técnicos contratados para a Remodelação do Ensino Profissional denota a importância desse grupo composto por chefia, inspetores, professores, mestres e desenhistas citados⁵⁴³. Preservando o engenheiro gaúcho João Luderitz como chefe do Serviço de Remodelação, os inspetores: engenheiro Lycerio Schreiner “em exercício na direção da Escola de Aprendizes Artífices do Estado da Bahia”; o engenheiro Francisco Montojos, na inspetoria do “ensino technico”; a professora Martha Willner, professora na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz; Ladislau Stowinski, no gabinete do Serviço de Remodelação como mestre de artes decorativas; Waldomiro Fetterman, na Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo e Augusto Faria, no gabinete do Serviço de Remodelação, como desenhista, possivelmente ficava assegurada a efetivação de uma orientação mais técnica, racional, sistemática e “científica” para o ensino teórico-prático profissionalizante das Escolas de Aprendizes Artífices da União.

Com relação ao movimento da Escola de Aprendizes Artífices no Estado de São Paulo, foi registrado o seguinte:

⁵⁴¹ Idem.

⁵⁴² Relatório do Ministerio da Agricultura 1927, p.257 e seguintes.

⁵⁴³ “Continuam a prestar serviços technicos como contractados para a Remodalação do Ensino Profissional: Engenheiro João Luderitz, chefe do Serviço de Remodelação; Engenheiro Lycerio Schreiner, inspetor em exercício na direção da Escola de Aprendizes Artífices do Estado da Bahia; Engenheiro Francisco Montojos, inspetor do ensino technico; Martha Willner, professora de actividades commerciaes, em exercicio na Escola Normal de Artes e Officios Wenceslau Braz; Ladislau Stowinski, mestre de artes decorativas em exercicio no gabinete do Serviço de remodelação; ... Waldomiro Fetterman, em exercicio na Escola de aprendizes Artífices do Estado de São Paulo; ... Augusto Faria, desenhista, em exercicio no gabinete do serviço de Remodelação... Relatório do Ministerio da Agricultura 1927, p. 257 e seguintes.

Escola de Aprendizes Artífices no Estado de São Paulo: 1927

Cursos	Matricula: 184	Frequencia Media: 71
Officinas	Matricula	Frequencia Media
Mecanica	52	31
Marcenaria	37	22
Carpinteiro de moldes	40	22
	Produção	Renda
Trabalhos de metal	329\$400	335\$000
Trabalhos de madeira	2:050\$421	1:565\$766
Artes decorativas	172\$900	216\$700
	2:502\$721	2:117:466

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e commercio 1927, Rio de Janeiro, 1929, p.268.

Caixa de Mutualidade

O saldo da Caixa era até 31 de dezembro de 1927 de: 7:436\$365

Curso Nocturno

Matricula: 138

Frequencia: 32

Analisando esse movimento da Escola de Aprendizes de São Paulo em 1927, observa-se que o número de oficinas diminuiu de 5 para 3, ou seja: deixaram de constar as oficinas de Entalhação e de Torneiro. Provavelmente essas denominações não foram consideradas já que a primeira – Entalhação compunha agora as Seções de Artes Decorativas e a Tornearia a Seção de trabalhos de Madeira ⁵⁴⁴Tal raciocínio é possível, inclusive pelos registros de produção e renda verificados nesse quadro, os quais são relativos a três tipos de seções: Trabalhos de metal, Trabalhos de madeira e Artes decorativas. Podemos inferir, com esses dados, que na época eram somente essas três seções que funcionavam na Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo. Percebe-se, também que o número de matrículas nos cursos e nas oficinas aumentou, embora, o curso de Mecânica tenha sofrido um decréscimo de 72 em 1926, para 52 em 1927.

⁵⁴⁴ Relatório do Ministério da Agricultura. 1927, 268.

Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo: quadro comparativo 1926/1927

Oficinas e Cursos	Matrícula1926 Média	Frequência	Matricula1927	Frequencia
	120	60	184	71
Oficinas				
Mecanica	72	32	52	31
Marcenaria	19	10	37	22
Carpinteiro de moldes	4	2	40	22
Entalhador	22	14	-	-
Torneiro	3	2	-	-
Curso Noturno	168	38	138	32

Fontes: Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio 1926, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, p.269. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio 1927, Rio de Janeiro, 1929, p.268.

Para entender o movimento das matrículas da Escola nas duas décadas consideradas e percebermos as tendências, há necessidade de um quadro desse período, baseado essencialmente nos Relatórios do Ministério da Agricultura pesquisados:

Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo: Matrículas nas décadas de 1910 e 1920

	1912	1913	1914	1915	1920	1921	1922	1923	1924	1926	1927
Oficina.	113	130	151	129	200	165	239	230	180	120	184
Curso Noturno	113	130	151	130	200	165	223	165	160	168	138
Total	226	260	302	259	400	330	462	395	340	288	322

Fontes: Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio de 1912, p.275. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio 1913, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1913, 257. Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio 1914, Rio de Janeiro, Typographia do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, p.152. Relatório do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio 1916, p.118. Relatorio do Ministério da Agricultura 1920, Rio de Janeiro 1920, p.341. Relatório do Ministerio da Agricultura 1921, Rio de Janeiro, Papelaria e Typographia villas Boas, 1921, p.367. Relatório do Ministério da Agricultura 1922, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p.151. Relatório do Ministério da Agricultura 1923, Rio de Janeiro, Imprensa nacional 1926, p.254. Relatório do Ministério da Agricultura 1924, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928, p.380. Relatório do Ministério da Agricultura 1926, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1928, p.269. Relatório do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio 1927, Rio de Janeiro, 1929, p.268.

Observando os dados computados, fica nítido que na década de 1910, houve um número ascendente de matrículas nas oficinas e nos cursos noturnos, primário e de desenho. O auge desse processo foi 1920.

Já na década de 1920, as matrículas são superiores à 200 em alguns anos iniciais e depois as matrículas tendem a decair, para em 1927 ascender, pelo menos com relação às oficinas, pois nesse ano o movimento do curso noturno foi menor que no ano anterior. Dessa forma, o discurso do Ministro da Agricultura no último relatório citado (1927) , pôde discorrer sobre o aumento gradativo da matrícula nas oficinas em 1927, verificado em São Paulo.

Com relação aos Livros de Matrículas consultados pudemos observar o seguinte: foi possível a localização somente do Livro 2, o qual se inicia com o ano de 1925 e vai até a década de 50. O Livro 1, que conteria informações da década de dez não foi localizado, possivelmente deve ter sido “deteriorado”. Esse Livro 2 consultado, traz informações sobre a década de vinte nos seguintes termos: a grande maioria dos alunos é brasileira; os pais dos alunos são profissionais urbanos, serralheiros, carpinteiros, marceneiro, sapateiros, pintores, operários, trabalhadores do comércio, motoristas, funcionários públicos, pedreiros, militares, alguns protéticos, escultores, enfermeiros e até lavradores, negociantes, etc. Eram bem poucos os filhos de domésticas, de cocheiros, de faxineiros, denotando que a Escola não era frequentada em São Paulo pelos muito pobres,. Como já nos referimos, a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo era uma escola que acolhia os filhos de trabalhadores urbanos, principalmente aqueles cuja profissão se não era diretamente ligada às fábricas, eram prestadores de serviços ⁵⁴⁵ A idade dos alunos variava entre 12 e 29 anos, mas a maioria se inseria na faixa entre 12 e 20 anos⁵⁴⁶

Outra observação é que são registradas no Livro 2 as opções pelas oficinas já conhecidas: Mecânica, Marcenaria, Entalhação, Tornearia, mas a demanda maior ficava para a Mecânica, seguindo a tendência do período e ilustrando os Relatórios do Ministério da Agricultura já analisados.⁵⁴⁷ Somente à partir de 1928 é que há registro de matrículas não mais nas oficinas consideradas, mas nas seções de ofícios, : Seção de Trabalhos de Metal, Seção de Trabalhos de Madeira e Seções de Artes Decorativas,

⁵⁴⁵ Livro de Matrícula da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo 1925, pp. 1 a 15.

⁵⁴⁶ Livro de Matrícula da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo 1925 a 1928. pp.1 até 55.

⁵⁴⁷ Livro de Matrícula da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo 1925 a 1928, pp. 1 até 55.

sendo que a primeira, a de Trabalhos de Metal, que inclui a mecânica, é a mais procurada.⁵⁴⁸

De 1928 até 1930, há registros de matrículas⁵⁴⁹ nas seções de ofícios. Após 1930, ocorrem anotações à partir do ano 1956⁵⁵⁰, portanto não há notificações do período entre 1931 e 1955, no qual percebe-se uma nítida diferença com relação à época anterior. Os cursos oferecidos não mais se enquadram em seções de ofícios relativos às seções de trabalhos de metal, madeira ou artes decorativas determinadas pela Consolidação em 1926, mas as matrículas são relacionadas a cursos de fundição, serralheria, marcenaria, mecânica e até cerâmica. Provavelmente, esses cursos recebiam influência da seriação metódica e da *qualificação por função*, que já há algum tempo dominava as escolas profissionalizantes, sendo que o SENAI se notabilizava pela “*formação da mão-de-obra qualificada de área restrita*”, segundo o sr. Luiz Gonzaga Ferreira, ex-diretor da Escola Roberto Simonsen do SENAI. De acordo com a seriação metódica, os alunos deveriam “identificar as operações, a repetição dessas operações, estabelecendo um comportamento ideal, observando o funcionamento das máquinas sem se preocuparem com o domínio total daquele ofício”, lembrando as orientações de Taylor e Fayol.

Dessa forma, podemos dizer que após a Revolução de 1930, o Ensino Profissional passou por reformas, e em especial o Ensino Profissional Federal também foi atingido por essas transformações. A Consolidação havia criado em 1926, o Serviço de Inspeção do Ensino Profissional Técnico, o qual deveria exercer vigilância para garantir o caráter educativo da atividade industrial das escolas e o cumprimento dos serviços determinados pelos regulamentos.

⁵⁴⁸ Livro de Matrícula da Escola de aprendizes Artífices de São Paulo 1928, p.29 em diante.

⁵⁴⁹ Livro 2 de Matrículas, Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, p.29 e seguintes.

⁵⁵⁰ Livro de Matrículas, p.54.

11. ASPECTOS LEGISLATIVOS DO ENSINO PROFISSIONAL FEDERAL PÓS 1930

Em 1931 é criada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, já dependente do Ministério da Educação e Saúde Pública recém criado, desvinculando as Escolas de Aprendizizes Artífices do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. O Serviço de Remodelação foi extinto em 1930 pelo Governo Provisório, sendo que o Serviço de Inspeção relativo à Remodelação foi substituído pela Inspetoria do Ensino Profissional Técnico com as mesmas prerrogativas de direção, fiscalização, orientação cujo regulamento criou o cargo de inspetor-geral e quatro inspetores para fiscalizarem as escolas federais. Em 1934, essa inspetoria transformou-se em Superintendência do Ensino Profissional, prevendo entre outras coisas, a expansão do ensino industrial com anexação de seções de especialização às escolas existentes reconhecimento das instituições congêneres estaduais, municipais e particulares, à medida que adotassem a didática e o regime das escolas federais, além de se submeterem à fiscalização da superintendência. Essa superintendência era subordinada diretamente ao ministro da Educação e Saúde Pública.

Em 1937, a Superintendência do Ensino Profissional foi extinta e seus encargos foram transferidos para a Divisão do Ensino Industrial, a qual passou a órgão do Departamento Nacional de Educação, tendo Francisco Montojos como diretor do ensino industrial, ao invés de superintendente. Em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Industrial, efetivada pelo Decreto-lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942, alterava novamente essa organização, já que valorizava o ensino profissional “uma vez que, daí por diante, seria ele de segundo grau, ficando em paralelo com o ensino secundário”. Inclusive, uma semana antes desse Decreto-lei n.º 4.073, havia sido concretizada a criação do SENAI, pelo Decreto-lei federal n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942, em cuja exposição o ministro Gustavo Capanema considerava: (...) “destinado a realizar logo, no vasto território das indústrias enquadradas na Confederação Nacional da Indústria, o programa que o projeto

de lei orgânica do ensino industrial estabelece como parcela importante de sua finalidade: a formação dos aprendizes”.⁵⁵¹

Enquanto a Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, transformava as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus, a Lei Orgânica do Ensino Industrial, em 1942, dava à essas escolas a equivalência às escolas de nível médio.

Assim, a Lei Orgânica do Ensino Industrial, dispunha em seu 1.º artigo: “Esta lei estabelece as bases de organização e de regime do ensino industrial, que é o ramo de ensino, de segundo grau, destinado à preparação profissional dos trabalhadores da indústria e das atividades artesanais e ainda dos trabalhadores dos transportes, das comunicações e da pesca”.

A partir de então, o ensino profissional chamado ensino industrial, deixava de ser um desconectado elo da estrutura educacional, articulando-se agora com o sistema de ensino. Dessa forma, dois dos incisos do Cap. IV da Lei Orgânica do Ensino Industrial, que tratava da articulação do ensino industrial com outras modalidades de ensino considerava: 2. “Os cursos de formação profissional do primeiro ciclo estarão articulados com o ensino primário, e os cursos técnicos, com o ensino secundário de primeiro ciclo, de modo que possibilite um recrutamento bem orientado. 3. É assegurada aos portadores de diploma conferido em virtude de conclusão de curso técnico a possibilidade de ingresso em estabelecimento de ensino superior, para matrícula em curso diretamente relacionado com o curso técnico concluído, verificada a satisfação das condições de preparo, determinadas pela legislação competente”.⁵⁵²

O Decreto-lei n.º 4.119, de 21 de fevereiro de 1942, estabelecia “as disposições transitórias para a execução da Lei Orgânica do Ensino Industrial”, determinando que os estabelecimentos estaduais, municipais, particulares ou federais, deveriam adaptar-se em regime e organização à normatização fixada pela Lei Orgânica do Ensino Industrial. Entretanto, o fato da Lei Orgânica do Ensino Industrial ter sido promulgada posteriormente à da criação do SENAI, prejudicou os alunos deste – lembrando a

⁵⁵¹ Silva, Maria Evangelina Ramos, A Formação do Técnico de Nível Médio: origens, uma visão de alunos e sinais de mudanças, Dissertação de Mestrado, USP São Paulo, 1997, p.24.

⁵⁵² Silva, Maria Evangelina Ramos, op. cit. p.25.

situação dos alunos das escolas profissionais antes da criação daquela Lei – já que os cursos do SENAI estavam desarticulados com os outros ramos de ensino, impedindo o acesso desses alunos a outros cursos. Essa situação foi corrigida em 1950, inicialmente com a Lei n.º 1.076, de 31 de março, a qual permitiu aos estudantes egressos do primeiro ciclo do ensino industrial, comercial e agrícola, a possibilidade de matrícula nos cursos científico e clássico, de ensino secundário, na medida em que prestassem exame das disciplinas ausentes naqueles cursos e relativas ao primeiro ciclo do curso secundário. Esse curso, também organizado pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 9 de abril de 1942, mesmo ano das citadas leis, e dessa forma integrando a Reforma Capanema, era dividido em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos e o colegial, de três anos e dividido em dois cursos: o clássico e o científico, tentando romper a dicotomia entre o ensino secundário e o ensino profissional.

Posteriormente, essa iniciativa foi ampliada com a Lei n.º 1.821, de 12 de março de 1953, a qual proporcionava aos diplomados dos cursos técnicos agrícolas, industriais e comerciais o possível acesso aos cursos de nível superior através de vestibulares e de exames das disciplinas que completavam o curso secundário. Em 16 de fevereiro de 1959, a Lei n.º 3.552, dispoendo sobre a nova organização administrativa e escolar dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, promulgada por Juscelino Kubitschek, revogava a Lei Orgânica do Ensino industrial.

Francisco Montojos, da Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura assim se manifesta com relação à lei em reunião comemorativa aos 50 anos da criação da rede federal de ensino industrial no Brasil, 21 a 26 de setembro de 1959: “Em todos os cursos ordinários além das práticas de oficina, denominação genérica atribuída pela Lei n.º 3.552 a todas as matérias especializadas diretamente relacionadas com a formação profissional ministrada, haverá matérias de cultura geral para alargar os fundamentos da cultura e possibilitar a inclusão do ensino industrial no regime de equivalência, e porque uma eficiente formação profissional deve repousar em uma boa formação humana”. (...) “uma nova etapa do processo trifásico a que se submeteu o ensino industrial na república: primeira fase, iniciada por Nilo Peçanha, em 1909, de instituição de uma rede federal de ensino; segunda fase, começada em 1942, de elevação desse ensino ao nível médio e articulação com os demais ramos desse grau e

com o nível superior; terceira fase, agora descortinada pela lei n.º 3.552, de autonomia, diversificação e flexibilidade”.⁵⁵³

Esta lei se fundamentava na necessidade de um ensino industrial mais flexível, autônomo e mais adaptado às peculiaridades regionais. Dessa forma, foi abandonado o plano simétrico de escolas “com estruturas idênticas” por uma organização adaptável às condições regionais e de mercado de trabalho. Foi considerada uma lei avançada para a época, reforçando o princípio da descentralização, dando autonomia administrativa, financeira, técnica e didática às escolas técnicas federais, assim como às escolas estaduais e municipais ou particulares, no sentido delas serem regidas pelas respectivas legislações, “obedecidas as diretrizes e bases da legislação federal”. O ensino industrial passou a ser propedêutico e finalístico, preparando o jovem para uma profissão e o tornando apto ao prosseguimento dos estudos, mantendo as vantagens da lei de “equivalência do ensino secundário”.

Entretanto, a exigência de exames de adaptação continuava e essa situação só foi resolvida com a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a primeira lei de diretrizes e bases da educação nacional. Essa nova legislação estabelecia a verdadeira equivalência. A lei n.º 4.024/61 dava nova estrutura para a educação profissional, sendo que esta ficou dividida em dois ciclos: o ginásial, correspondentes às quatro últimas séries do ensino fundamental atual, com 4 anos de duração e o colegial, correspondente ao ensino médio atual, com duração de três anos, dirigidos à formação específica na área profissional, com diploma de técnico industrial de nível médio “para o prosseguimento de estudos em nível superior”.⁵⁵⁴

⁵⁵³ Silva, Maria Evangelina Ramos, op. cit. p.28.

⁵⁵⁴ Silva, Maria Evangelina Ramos, op. cit. pp.30/31.

12. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL EM 1963

Retornando à apreciação da Escola de Aprendizizes. Artífices de São Paulo e seus registros de matrículas em 1956, sugerindo “o fim das seções de ofícios”. As oficinas registradas: fundição, serralheria, marcenaria, mecânica e até cerâmica (em 1957), sugerem a experiência de alguma especialização na formação profissional da Escola, numa época em que a seriação metódica e a formação especializada por função estavam em franco desenvolvimento nas Escolas do SENAI e possivelmente nas Escolas Profissionais Estaduais, levando-nos a questionar se as oficinas referidas poderiam estar sofrendo alguma influência dessa nova forma de qualificação.

O Sr. Luiz Gonzaga Ferreira⁵⁵⁵, interventor na Escola Técnica Federal de São Paulo (nova denominação da Escola de Aprendizizes Artífices e funcionando na Rua Appa) de outubro de 1963 até outubro de 1964, afirmou que assumiu a Escola em franca decadência em 1963, com 110 professores e 108 alunos, sendo que o Curso de Edificações possuía 12 professores para 3 alunos. O referido interventor, hoje assessor da diretoria regional do SENAI de São Paulo, relatou que a decadência da escola era decorrente “do prédio velho, equipamento mais velho ainda e quebrado (de 36 máquinas, apenas duas funcionavam) e preponderância das disciplinas teóricas em detrimento dos mestres (de oficina)”, embora tivesse encontrado “um grupo de professores de boa qualidade”. Ele, também, declarou, que reformou e consertou as oficinas, o telhado e construiu na ponta do terreno da escola, um laboratório de línguas e um grande laboratório de física para o curso de resistência de materiais.

Indagado sobre o sistema das oficinas, se compunham grupos de ofícios correlatos ou eram oficinas tradicionais, o referido ex-interventor e também funcionário importante da administração do SENAI desde 1943, lembrou da disposição dessas oficinas: no primeiro pavilhão à esquerda estavam as máquinas operatrizes, com tornos mecânicos, frezadores, retificadores esmeris; no segundo as oficinas de ajustagem, com bancadas para trabalhos de ajustagem, oficina de fundição, e como não havia marcenaria,

⁵⁵⁵ Sr. Luiz Gonzaga Ferreira, atual assessor da diretoria regional do SENAI de São Paulo; entrevista concedida na administração regional do SENAI em 10 de dezembro de 1999.

oficina de modelação; e no último pavilhão havia a seção de eletricidade. Comentou que os setores eram variados mas pertencentes ao mesmo curso. Destacou também que apenas melhorou as condições dos equipamentos, reformando ou comprando novas máquinas, mas a organização continuou a mesma, ou seja, várias oficinas com alguns cursos em torno delas.

O referido assessor da diretoria atual do SENAI declarou, também, que à partir da reforma das oficinas, construção de laboratórios, de uma quadra de basquete e inúmeros recursos recebidos do governo federal a escola, em 1966, já funcionava com 360 alunos.

Dessa forma, resta saber se a escola passa a funcionar com seriação metódica, ou seja, à partir do método do russo Della Vos, de dificuldades crescentes na aprendizagem totalmente orientadas, com auxílio de testes psicotécnicos para encaminhar alunos com “determinadas aptidões”e, no caso da Escola Profissional de Mecânica do Liceu (1924), das Escolas Ferroviárias e do CEFESP (Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, 1934) e do SENAI (1942), o aprofundamento desse método através do estilo Buyse, de decomposição da produção até sua parcelização. Pelo que o sr. Luíz Gonzaga declarou, os alunos chegaram a ser formados metodicamente. Explicando melhor o estágio da Escola em termos de qualificação na aprendizagem, o referido assessor do SENAI acrescentou que o estabelecimento “já tinha recebido informação sobre seriação metódica, conhecimento tecnológico, o que não havia era a utilização dos equipamentos”, já que a maioria estava danificada.

Possivelmente, a Escola de Aprendizes Artífices, assim como suas congêneres profissionais na capital paulista, utilizou a seriação metódica, mas a *parcelização da produção característica de uma qualificação da mão-de-obra industrial por função*, ficou por conta das instituições reformuladas ou criadas por influência do engenheiro suíço Roberto Mange. Estas foram a já citada Escola de Mecânica Prática do Liceu, laboratório experimental do método de racionalização da aprendizagem, o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CEFESP) , para o ensino ferroviário, sendo que todas essas experiências fazem parte do processo de gestação do SENAI, o qual representa a perspectiva de pleno desenvolvimento desse novo modelo de qualificação, agora por função e não mais por ofício, baseado em seriações metódicas aprofundadas,

de decomposição mecânica do conhecimento em tarefas parcelizadas, evitando qualquer intervenção do pensamento subjetivo do aluno ou do operário na produção.

Contra todo o idealismo de Aprígio Gonzaga, o ex-diretor da Escola Profissional Masculina, para o qual era fundamental a formação completa do operário, o operário-cérebro, aquele que percorria todos os setores de seu ofício e jamais deveria se especializar em alguma função, vence a extrema especialização, a parcelização, o operário-máquina. Inclusive, é significativo o fato de Aprígio Gonzaga, em 1934, ser preterido para exercer a direção da recém criada Superintendência do Ensino Profissional e em seu lugar ter sido nomeado Horácio da Silveira, diretor da escola feminina, simpático às idéias de Mange”.⁵⁵⁶

“As posições de Aprígio Gonzaga estavam definitivamente superadas. A fábrica tornara-se presença dominante na sociedade”. As práticas e o discurso racionalizadores gerados no espaço fabril repercutem em todo o universo social. A racionalização crescente da produção controlava e homogeneizava o conhecimento do trabalhador permitindo “a intercambialidade de operários fora da estrutura de ofícios”. Dessa maneira, os movimentos do trabalhador, os tempos de produção e os métodos de ensino “são padronizados de forma a intensificar o trabalho”, operando-se a seleção dos trabalhadores segundo “padrões” de inteligência e “aptidões”.

Portanto, observa-se, que também no ensino profissional, os setores dominantes gestaram e atualizaram “estratégias pedagógicas” para sujeitar os trabalhadores aos planos de uma sociedade determinada pelos ditames da indústria, sendo que à frente dos fatos estavam os “liberais-reformadores” aos quais se articulava Mange.⁵⁵⁷

Sobre a industrialização da Escola, determinada pela Consolidação, em 1926, o referido ex-interventor, sr. Luiz Gonzaga, esclarece que essa modalidade de produção, até com mão de obra contratada, era de pouca expressão, comparando-se ao Liceu de

⁵⁵⁶ “No final dos anos vinte...já estavam caracterizadas as duas posições com relação à qualificação do trabalhador: a de Aprígio Gonzaga, que ocupava o mais alto cargo da hierarquia do ensino profissional no Estado e, a de Roberto Mange, identificada com as concepções dos liberais reformadores e seus aliados, os educadores da renovação educacional. O fato de Gonzaga não constar entre os entrevistados do Inquérito de Fernando de Azevedo, em 1926, é mais uma indicação do seu afastamento progressivo do grupo ilustrado”. Moraes, Carmen Sylvia Vidigal. Op. cit. p.228.

⁵⁵⁷ Moraes, Carmen Sylvia Vidigal, op. cit. p. 229.

Artes e Ofícios (verdadeira fábrica, em detrimento do ensino aprofundado) e não se efetivava mais na época da intervenção da Escola, em outubro de 1963.

Com relação ao regime disciplinar ele admitiu que teve “dificuldades” com alguns elementos do corpo docente, quando de sua intervenção em 1963, por questões pessoais, de disciplina e de caráter ideológico, sendo que oito professores foram afastados e aposentados.⁵⁵⁸

O sr. Luiz Gonzaga, também, referiu-se à construção de uma quadra de basquete, esclarecendo que havia um professor de educação física que ministrava sua aula em “espaço adequado”, e a substituição do refeitório por um laboratório de física, provocando protestos por envolver a questão alimentar.

Além disso, o referido assessor do SENAI referiu-se ao período analisado da Escola, décadas de 1910 e 1920, com a seguinte informação: o espaço da Rua Appa, onde funcionou por muito tempo a Escola de Aprendizizes Artífices de São Paulo, fôra anteriormente um quartel de cavalaria, sendo que as oficinas foram instaladas no local das as baias.

Em suma, podemos ratificar através do já citado Livro de Matrícula 2 da Escola de Aprendizizes Artífices que na década de 1920, a maioria quase absoluta dos alunos matriculados era formada de brasileiros, filhos de brasileiros e poucos estrangeiros.⁵⁵⁹ Os egressos da Escola são registrados em 1925, exercendo as seguintes profissões e na seguinte proporção: de 159 ex-alunos da Escola de Aprendizizes Artífices de São Paulo, 42 se encontravam exercendo a profissão de entalhador; 33 de marceneiro; 17 demecânicos; 15 de torneiro; 6 de eletricista e 6 de carpinteiro, sendo que para os primeiros 39 registrados no Relatório do Ministério da Agricultura de 1925, não está discriminada a profissão exercida.⁵⁶⁰

⁵⁵⁸ Segundo outras opiniões colhidas à respeito do episódio da resistência à interventoria pelos professores citados, o grupo de docentes não era homogêneo em sua linha ideológica, sendo que o “movimento” pode ter extrapolado para além dos problemas políticos, para problemas “fisiológicos” e pessoais entre o interventor e alguns dos professores citados. Essa questão demandaria uma pesquisa mais aprofundada.

⁵⁵⁹ Livro de Matrícula da Escola de Aprendizizes Artífices de São Paulo 1925 a 1930, pp. 1 até 53.

⁵⁶⁰ Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio 1925. Relatório do Engenheiro Luderitz 1925, pp.160/161/162.

Também tivemos acesso aos Livros de Ponto de Funcionários da Escola, inclusive alguns da década de 1910, nos quais pode-se perceber as assinaturas de mestres de origem italiana já citados em tabelas, como Ricardo Cipicchia, Alberto Piramo. Em 1930 aumentam as assinaturas com sobrenomes brasileiros, como Antonio Medeiros Junior, João Ramos, Adão C. Costa, etc. embora constem ainda Alberto Piramo (mestre), Luiz Daffra (mestre), não mais constando a assinatura de Ricardo Cipicchia (mestre entalhador), por exemplo.⁵⁶¹

Quanto aos diretores da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, do período analisado, podemos citar; o bacharel João Evangelista Silveira da Mota, primeiro dirigente, que ocupou o cargo durante 22 anos; Sebastião de Queirós Couto, nomeado em 22 de fevereiro de 1932; Francisco da Costa Guimarães, que assumiu o cargo em 13 de novembro de 1933; Glicério Rodrigues Filho, que ocupou o posto em 18 de junho de 1934; Francisco da Costa Guimarães, nomeado em 19 de setembro de 1939; Eng.º Isaac Elias Moura; Luís Domingues da Silva Marques e Djalma da Fonseca Neiva, “afastado” com a intervenção na Escola em 1963.

Devido à Lei Federal n.º 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que deu autonomia às escolas técnicas e industriais, o primeiro Conselho de Representantes foi nomeado, tendo o industrial Rubem de Melo como Presidente e o Eng.º Eduardo Corona como Vice-Presidente. Esse Conselho escolheu o Prof. Djalma da Fonseca Neiva, para continuar como Diretor da Escola, entre os três indicados pelo corpo docente.⁵⁶²

⁵⁶¹ Livros de Ponto de Funcionários da Escola de Aprendizes Artífices de S. Paulo: 1916, 1918, 1921, 1924, 1930.

⁵⁶² Fonseca, Celso Suckow, História do Ensino Industrial no Brasil, Rio de Janeiro, SENAI, 1986, 5.º Vol. p.84.

CONCLUSÃO

A Escola de Aprendizizes Artífices de São Paulo, possivelmente constituía-se numa instituição bem especial com relação às suas congêneres federais. Nestas, a Escola de Aprendizizes da Paraíba era um paradigma, no sentido de formar pobres e desvalidos, o “subproletariado”, para profissões urbanas nas quais se destacavam: a alfaiataria, a serralheria, a marcenaria, a encadernação e a sapataria.

A situação em São Paulo, pelo fato de ser o polo dinâmico do país, é radicalmente diversa. Para a população pobre e desvalida, subproletária, havia Casas de Correções, Instituto Disciplinar, no caso de infratores, e várias instituições assistencialistas como orfanatos e asilos.

A Escola de Aprendizizes Artífices de São Paulo, não possuía esse tipo de alunado. Observando-se as profissões dos pais de alunos no Livro de Matrícula, pode-se ver que a referida escola, recebia em suas salas de aulas filhos de operários, profissionais urbanos e ou os próprios operários nos cursos noturnos e de desenho. Dessa forma, a criação da Escola em São Paulo, em 1909, com o início de seu funcionamento em 1910, insere-se numa conjuntura de “efervescência” do movimento anarquista e de constante preocupação das elites paulistas no sentido de *nacionalizar a mão de obra estrangeira* através de escolas de uma forma geral e em especial das escolas profissionalizantes. Estas unidades deveriam ser criadas com o sentido de “racionalizar” a aprendizagem de ofícios, num ensino sistematizado, que substituisse o saber fazer prático dos mestres e operários estrangeiros dentro das fábricas, reduzindo, também, a influência do seu projeto sócio-político fora das fábricas. Esse movimento, naturalmente não ocorreu de forma linear, mas à medida que os confrontos sociais tornavam mais evidentes para o capital a necessidade de disciplinamento dos trabalhadores.

Considerando-se que houve um movimento de substituição de mestres considerados inadequados pela Inspeção do Ensino Profissional e pelo Serviço de Remodelação em 1920, é possível imaginar que esses instrutores de ofícios, alguns até “aleijados”, fossem portadores de conhecimentos e práticas consideradas empíricas e

inadequadas aos novos padrões de produção pelos ‘modernos’ representantes do empresariado paulista.

A Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, estava mais próxima das escolas profissionais paulistas, como a Escola Profissional Masculina ou até o Liceu de Artes e Ofícios, guardando as devidas proporções, no sentido de arregimentar uma clientela de origem estrangeira. Ela era um espaço de “desanalfabetização”, formação moral e profissional de crianças, jovens e até adultos que teriam que ser reeducados para atender às necessidades de um mercado de trabalho que exigia mestres e contramestres mais baratos, já que essa mão-de-obra era importada e cara.

A nacionalização do mercado de trabalho facilitaria o controle da população e do trabalhador, servindo, ainda, para evitar possíveis problemas e conflitos de caráter racial, enquanto que a educação podia servir para melhor condicionar o trabalhador às necessidades do capital. Nacionalizar significava ensinar a língua portuguesa, a cultura brasileira, aos quais seriam acrescentados os valores de moralização do trabalho, da hierarquia da disciplina e os ofícios de forma sistematizada e “racionalizada”.

Durante a década de 1910, era muito forte a preocupação das elites paulistas com os imigrantes, suas escolas estrangeiras, suas organizações, mobilizações e greves. Se a formação do trabalhador dava-se em geral na fábrica e havia constantes conflitos, era importante encaminhá-la para um estabelecimento de ensino profissionalizante, normatizado segundo os critérios para a constituição de uma mão-de-obra disciplinada, segundo uma sistematização baseada na assiduidade, pontualidade, respeito à hierarquia, docilidade, submissão, numa racionalidade baseada na valorização da cultura brasileira.

Provavelmente, a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, representou também a resposta das elites “industriais” paulistas, em nível pedagógico, às manifestações de resistência operária às investidas do capital, no período. Esse projeto coincide com as “vilas operárias” nas quais havia o controle racional da vida do trabalhador, em todos os níveis, objetivos e subjetivos. Esse projeto pedagógico já pertence à um período, em que as elites empresariais, não reconhecem somente a eficácia da repressão, na rua, da polícia às passeatas, greves, comícios, mas acreditam que, utilizando a pedagogia moderna, unida à psicologia e ao processo científico e racional da

aprendizagem, poderia conseguir melhores resultados na preparação de trabalhadores ordeiros e produtivos.

As elites empresariais enfrentavam os trabalhadores anarquistas e anarcossindicalistas com a repressão, mas temiam suas organizações dentro e fora das fábricas. Era necessário homogeneizar a cultura, a educação brasileira para resolver seguramente essa questão. Era preciso educar os trabalhadores, impondo-lhes através de uma orientação racional/científica, novos hábitos, costumes, valores e crenças. Era preciso vencer os anarquistas não somente através de deportações e prisões, mas impondo aos trabalhadores novos valores e novo ritmo de trabalho.

Era necessário abandonar o conhecimento dos primeiros artífices e mestres importados, através de contínuas especializações na produção. Era preciso formar um outro tipo de operário, cuja formação e atuação no processo produtivo apontasse para uma “ascensão” social, que pudesse afastar ou reduzir os conflitos entre capital e trabalho, ao mesmo tempo que se procurava melhor atender às necessidades de mão-de-obra especializada do setor produtivo.

Possivelmente esse também foi o papel da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, considerando-se que após 1913, com o decréscimo da imigração e com as inúmeras greves ocorridas na década, o discurso das elites no sentido da valorização do imigrante estrangeiro como símbolo do trabalhador eficiente e produtivo frente à desvalorização do nacional indolente, é substituído, passando este a ser símbolo do trabalhador ideal, menos propício a mobilizações de caráter reivindicativo e propiciador de menores despesas para o empresário..

Dessa forma, a Escola de Aprendizes Artífices, aproximando-se “em desempenho” das outras escolas profissionalizantes da capital, divergia destas, no sentido da dependência de verbas do governo federal, menores que o investimento do governo paulista nas Escolas profissionais estaduais, e pela vinculação à uma legislação com relação à aprendizagem dos ofícios, a qual, vai se adaptando, às transformações ocorridas no processo produtivo e sua demanda em termos de qualificação. Na década de 1910, as fábricas demandavam mestres, contramestres e artífices formados por ofícios, entretanto, os constantes conflitos sociais e o desenvolvimento tecnológico efetuado para superação dessas tensões vão acabar por interferir na forma de qualificação da mão-de-obra

industrial., Assim, nos anos iniciais da década de 1920, especificamente em 1924, é inaugurado, através da Escola de Mecânica Prática do Liceu de Artes e Ofícios, um novo tipo de qualificação que se baseava na racionalização da aprendizagem; nos testes psicotécnicos para averiguar aptidões; na seriação metódica, baseada na aprendizagem de dificuldades crescentes e aprofundada pelo método Buyse, de decomposição do conhecimento e do objeto a ser produzido de forma mecânica e normatizada.

Era o início da qualificação por função, a especialização, a parcelização do conhecimento e da produção. Era a contrapartida do capital com relação à vitória da jornada de 8 horas, a qual Roberto Mange reputava como “extremamente danosa” à produção. Era a compensação da diminuição da jornada através do aumento da produtividade à partir do controle de tempos e movimentos, assim como da organização racional do trabalho e da parcelização das tarefas.

Deve-se considerar, também, que nessa década 1920 o número de operários brasileiros já começava a superar o de estrangeiros, já que ocorrem migrações de outras regiões para São Paulo, e não é de se estranhar na Escola de Aprendizes Paulista, que essa realidade se revele na quantidade de matrículas de filhos de brasileiros. Enquanto são preparados os mestres e contramestres, um setor de comando com relação ao restante dos operários, era introduzida no mercado de trabalho industrial uma mão-de-obra provinda de regiões brasileiras sem experiência fabril ou de luta operária, sendo que as mulheres e as crianças significavam boa parte da quantidade absorvida por esse mercado. Enquanto isso, o Curso de Mecânica Prática do Liceu se revelava como uma experiência bem sucedida para ser aplicada nas escolas ferroviárias, dando origem ao Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional em 1934, selecionando os “mais aptos” para determinadas funções

Nas décadas analisadas 1910 e 1920, a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo apresentou, segundo os Relatórios dos Ministros da Agricultura, Indústria e Comércio pesquisados, quadros de aprendizado e produção nas oficinas, caracterizando uma formação por ofícios em mecânica, marcenaria, entalhação, fundição.

No final da década de 1920 (1927, 1928), já aparecem os grupos de ofícios, evidentes no Livro de Matrícula, nos quais o aluno percorria várias oficinas de uma

determinada profissão, sem especializar-se em nenhuma tarefa mas em determinada profissão.

Nessa época considerada, possivelmente a influência da formação por função ainda não havia se desenvolvido plenamente a ponto de atingir as escolas profissionalizantes como a Estadual e a Federal, uma vez que Aprígio Gonzaga, o próprio diretor da Escola Profissional Masculina durante 23 anos, era terminantemente contra a especialização.

É interessante observar, que exatamente nesse período (1926) Fernando de Azevedo⁵⁶³ elaborava um Inquérito através do jornal O Estado de S. Paulo, para “colher” opiniões e sugestões sobre o ensino regular primário, secundário, normal, profissional e superior, embora essas questões possivelmente já fossem elaboradas de forma tendenciosa, no sentido de “redimir” a sociedade do final da década cujos problemas sociais assolavam o país, através de um projeto educacional.⁵⁶⁴

Fernando de Azevedo, em nome dessa fração de classe paulista, que se ligava às Ligas Nacionalistas e à criação do Partido Democrático, como uma dissidência do Partido Republicano Paulista, criticando o encaminhamento das reformas federais de ensino, especialmente a de 1925, considerando-as confusas e mal definidas para as múltiplas demandas das mudanças sociais da época, propunha uma reforma que abrangesse o ensino primário e normal, o ensino profissional industrial e agrícola; o ensino secundário e o superior, capaz de dar unidade ao ensino, formar a nacionalidade brasileira e respeitar as diferenças regionais.

Toda essa questão, referente à nacionalização da mão-de-obra e qualificação da força de trabalho, tem uma conotação mais profunda quando analisamos as forças políticas que se enfrentavam na viabilização de seus projetos.

⁵⁶³ Educador, redator e crítico literário do jornal O Estado de S. Paulo, escritor, Diretor Geral da Instrução Pública em 1927/1930, intelectual orgânico da fração de classe da burguesia industrial paulista, oriunda dos cafeicultores do Oeste do Estado. Sobre o assunto, ler: Nacionalismo e Tradição na Prática Discursiva de Fernando de Azevedo. Diana Gonçalves Vidal. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, S.Paulo nr.37 p.35-51, 1994.

⁵⁶⁴ Ler Soares, Manoel de Jesus Araújo. A Educação Preventiva: Fernando de Azevedo e o Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo 1926. Dissertação de Mestrado, Departamento de Administração de Sistemas Educacionais do Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – IESAE/FGV/RJ, 1978.

Nilo Peçanha, representante do PRF (Partido Republicano Fluminense), criou as Escolas de Aprendizes Artífices em 19 cidades do país, das quais 18 eram capitais de Estado, provavelmente na linha de raciocínio das “elites mais tradicionais brasileiras”, agricultores de vários Estados e especialmente os cafeicultores de regiões em que a produção de café já era decadente como Minas, Rio de Janeiro, por exemplo, que no Congressos Agrícolas de 1878, ocorridos no Rio de Janeiro e em Recife, propunham projetos de aproveitamento da mão-de-obra nacional, livre e pobre ou ex-escrava, através até de salários razoáveis e de formação em escolas agrícolas. Estas elites tiveram suas teses vencidas. A elite representante do polo dinâmico brasileiro, os cafeicultores do oeste Paulista, ganharam com a proposição da imigração, e viabilizaram as Sociedades de Imigração, trazendo milhares imigrantes, importantes no reabastecimento do mercado de mão-de-obra para o café, mas, também, fundamentais para a manutenção de baixos salários, não obstante esses trabalhadores freqüentemente mudassem de fazendas e se transferissem para os centros urbanos.

Essa fração de classe da “burguesia paulista”, e a posterior “burguesia industrial”, também, tinha seu projeto para o Brasil, no sentido de educar a população para a nacionalidade brasileira, combatendo o analfabetismo, investindo no ensino profissionalizante para formar o operário-cidadão; discurso “moderno” comparado com o de Nilo Peçanha destinando as Escolas de Aprendizes Artífices aos “deserdados da sorte”.

Essa facção oriunda dos “modernos” cafeicultores do Oeste Paulista, já se pronunciara através da Sociedade Propagadora de Instrução Popular (1873) e criação do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Essa classe dirigente autodenominada, posteriormente, “grupo do Estadão”, considerada liberal e ligada a setores da cafeicultura, tinha um projeto “científico” para a educação da população brasileira e, provavelmente, foi quem melhor definiu a proposta de formação da classe trabalhadora brasileira. Seu projeto foi o mais claro, no sentido de formar uma sociedade de classes, fundamentada na exclusão e hierarquização, e essa proposição fica evidente, tanto no ensino via escola como via fábrica.

Dessa forma, em São Paulo, a educação profissionalizante desde o final do século XIX fica a critério desse grupo de particulares, que cria instituições com o propósito de

formar um mercado de trabalho sob o controle do capital. Essa elite liberal republicana, no final do século XIX, descobre-se como fração de classe capaz de, rompendo com o Estado centralizador Imperial, liderar o processo de transição controlada do mercado de trabalho escravo para o livre. Através de importante organização e intensa propaganda, esses militantes republicanos, nem sempre abolicionistas, difundem seus ideais de formar uma nova sociedade baseada no trabalho assalariado, e depois na industrialização.

Instrumentalizados por ideais evolucionistas, spencerianos,, positivistas, darwinistas e liberais, eles propõem um novo sistema político e novas propostas em termos de ensino industrial, tanto para a elite como para as camadas populares. Criticam o ensino assistencialista do Império, destinado a pobres e órfãos, e propõem um papel pioneiro para as instituições particulares apoiadas pelo Estado, não mais no sentido caritativo, mas objetivando a preparação das camadas populares na aprendizagem de ofícios, formando um mercado livre de trabalho à partir de cidadãos educados na disciplina, hierarquia e obediência, valores representativos de uma sociedade burguesa.

São intelectuais orgânicos do capital cafeeiro do Oeste Paulista, os quais vivenciando as ocorrências européias em seus estudos acadêmicos no velho continente, procuram adaptá-los para o Brasil, no final do Império. Esses republicanos liberais, estão vinculados à criação de inúmeras escolas populares, cursos noturnos promovidos por lojas maçônicas e por fim acabam criando a Sociedade Mantenedora de Instrução Popular em 1873 e o Liceu de Artes e ofícios de São Paulo em 1883.

A ausência de divulgação da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo pela imprensa paulistana da época, como o Correio Paulistano e o Estado de S. Paulo, inclusive na informação sobre o início do funcionamento da Escola, enquanto que o Anuário do Ensino do Estado de São Paulo continha alguns poucos dados, mas quase nenhum comentário sobre o estabelecimento profissional federal, possivelmente seria um indicador das rivalidades políticas entre o criador da Escola, Nilo Peçanha, e a elite paulista moderna.

Nilo Peçanha pertencia a um Estado, Rio de Janeiro, que não compunha diretamente a política do café com leite e era amigo de Campos Sales, paulista da ala mais “conservadora” do PRP. Este republicano histórico, em sua gestão como presidente da República (1898-1902) estabeleceu uma política de câmbio alto e negociou o funding

loan, caracterizando uma política econômico financeira de valorização cambial, renegociação da dívida externa e saneamento financeiro, “prejudicando” os cafeicultores na troca de suas divisas por mil réis. Essa mesma política financeira de câmbio alto, é restabelecida por Nilo Peçanha em 1909, quando de sua gestão como presidente da República (1909/1910). através de seu ministro Leopoldo Bulhões. Posteriormente, em 1921, quando disputava a presidência em nome da Reação Republicana contra o candidato da situação, Artur Bernardes, ele nem é recebido em São Paulo.

Em todo caso, a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo continuava seu desempenho pela República Velha afora, apresentando um número de alunos e de oficinas, que inicialmente até se equiparavam à Escola Profissional Masculina da Capital, mas que aos poucos começava a apresentar diferenças importantes. Dessa forma, poderíamos pensar que o parâmetro para a escola de aprendizes federal fosse essa escola estadual profissional mas, analisando os Relatórios do Ministério da Agricultura, percebemos que, na realidade, era o Instituto Parobé, instituição gaúcha ligada à Escola de Engenharia de Porto Alegre, que determinava os parâmetros para todas as Escolas de Aprendizes Artífices Federais, inclusive a de São Paulo.

O engenheiro João Luderitz, diretor do Instituto Parobé, passa a dirigir também o Serviço de Remodelação em 1920, estabelecendo reformas para as escolas de aprendizes federais, que vão desde a criação de oficinas, substituição de “mestres” e professores, até a uniformização dos currículos e padronização dos livros e manuais.

João Luderitz, engenheiro gaúcho, era respeitado nos meios paulistas e ouvido, inclusive quando comentando sobre o Liceu de Artes e Ofícios, refere-se à uma carência de formação geral nos alunos desse estabelecimento, já que o mesmo priorizava sua produção para o abastecimento do mercado, em detrimento do ensino, caracterizando a instituição como “uma fábrica de pouca qualidade”.

João Luderitz era representante da burguesia industrial gaúcha, positivista e sofrendo influência alemã, a qual tinha também um projeto para a educação da população brasileira. Aí seria importante, através de pesquisas mais profundas percebermos até que ponto os projetos dessas frações de classe ligadas à burguesia industrial gaúcha e paulista se cruzavam; se havia disparidades e como essas idéias se entrecortavam nos bastidores do colapso do regime agro-exportador e na emergência da Revolução de 1930. Ou

melhor colocado, até que ponto os intelectuais orgânicos representativos da burguesia industrial gaúcha consideravam a reforma educacional como “preventiva”, como “redentora” de uma sociedade em constante tensão, como era a sociedade brasileira no final da década de 1920 e como foi encaminhado o processo de reformas no ensino brasileiro à partir do maior acesso das elites gaúchas ao aparelho do estado no governo Getúlio Vargas. Havia rivalidades entre os projetos paulista e gaúcho com relação à qualificação da mão-de-obra industrial ou o polo dinâmico brasileiro através das experiências de Roberto Mange no ensino e seleção profissional ainda eram paradigmáticas para todo o país?

Indagamos ao sr. Luiz Gonzaga Ferreira,⁵⁶⁵—se havia espírito de emulação entre João Luderitz e Roberto Mange e ele nos respondeu que “o Luderitz comia na mão do Mange”. Ele, afirmou, ainda, que ambos fizeram parte de uma comissão que foi para a Europa, na época em que o governo Getúlio Vargas tencionava arrecadar fundos junto aos empresários, para viabilizar o Ensino Profissional Federal. Essa comissão voltou da França com o projeto do SENAI, pelo qual cada empresa arrecadaria 1% da folha de pagamento para a criação de um órgão nacional de formação profissional de cunho empresarial e não público.

Roberto Mange, com sua prática na Escola Profissional de Mecânica, no Centro Ferroviário de Formação e Seleção Profissional, CEFESP, e por fim no SENAI, era o grande articulador da racionalidade e seleção na aprendizagem e o introdutor do aprofundamento da seriação metódica via método Buyse, em São Paulo. Possivelmente ele representava o modelo para a burguesia industrial paulista e seus articuladores, no ensino profissional industrial.

Embora os gaúchos tenham ganho o aparelho do Estado com a Revolução de 1930, era ainda do polo dinâmico paulista que emanavam os projetos, cada vez mais modernos em termos de qualificação, sendo que o próprio Luderitz chegou a ser diretor do SENAI.

Com relação à função “estético-regeneradora”, realizada pelas Escolas de Aprendizes Artífices, no sentido de “educarem” as camadas urbanas que apavoravam as

⁵⁶⁵ Funcionário do SENAI há 56 anos, tendo ocupado vários cargos importantes na instituição, como: professor, subdiretor, diretor da Escola Roberto Simonsen, diretor de administração e atual assessor da diretoria regional do SENAI S. Paulo.

elites com o “inchamento das cidades” nas últimas décadas do século XIX e na primeira do século XX, podemos dizer que: se no caso da Paraíba a Escola de Aprendizes cuidava dos pobres , do subproletariado, formando artífices e disseminando a “ética do trabalho”, em São Paulo, essa função deve ter ocorrido dentro de sua especificidade, pois a população da escola caracterizava-se pela origem operária ou profissional urbana e o objetivo da “nacionalização”, além do disciplinamento dos alunos, era fundamental, já que a capital paulista foi palco de enorme afluxo de imigrantes e de inúmeras greves, sendo que uma das mais importantes, a greve geral de 1907, antecedeu em dois anos apenas, a criação das Escola de Aprendizes Artífices Federal.

BIBLIOGRAFIA

1.Fontes Impressas e Documentos

Annaes do Senado Federal, 1906, v.4, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1907.

Annaes da Camara dos Deputados, 1906, vols. VII E VIII.Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1907.

Annuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908. Diretoria Geral da Instrução Pública.

Annuário do Ensino do Estado de São Paulo 1908-1909. Diretoria Geral da Instrução Pública.

Annuário do Ensino do Estado de São Paulo 1909-1910. Diretoria Geral da Instrução Pública.

Annuario do Ensino do Estado de São Paulo 1910-1911. Diretoria Geral da Instrução Pública.

Annuario do Ensino do Estado de São Paulo 1911-1912. Diretoria Geral da Instrução Pública.

Annuario do Ensino do Estado de São Paulo 1913. Diretoria Geral da Instrução Pública.

Annuario do Ensino do Estado de São Paulo 1914. Diretoria Geral da Instrução Pública.

Annuario do Ensino do Estado de São Paulo 1915. Diretoria Geral da Instrução Pública.

Annuario do Ensino do Estado de São Paulo 1916. Diretoria Geral da Instrução Pública.

Annuario do Ensino do Estado de São Paulo 1917, vols. 1 e 2. Diretoria Geral da Instrução Pública.

Annuario do Ensino do Estado de São Paulo 1918.Diretoria Geral da Instrução Pública.

Annuario do Ensino do Estado de São Paulo 1919. Diretoria Geral da Instrução Pública.

Annuario do Ensino do Estado de São Paulo 1921-1921. Diretoria Geral da Instrução Pública.

Annuario do Ensino do Estado de São Paulo 1922-1923. Diretoria Geral da Instrução Pública.

Anuario do Ensino do Estado de São Paulo 1923. Diretoria Geral da Instrução Pública.

Colleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo tomo XX , 1910, São Paulo, Typographia do Diario Official.

Colleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo 1911, São Paulo, Typographia do Diario Official.

Relatório do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio 1910, vols.1e2 Rio de Janeiro, Officinas da Directoria Geral de Estatística 1910.

Relatorio do Ministerio da Agricultura Industria e Commercio de 1910-1911, v. 1 Rio de Janeiro.Rio de Janeiro.

Relatorio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio 1912, v.1 Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 1912.

Relatorio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio 1913, v.1, Rio de Janeiro Imprensa Nacional.

Relatorio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio 1914 v..1, Rio de Janeiro, Typographia do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Relatorio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio 1916, v.1 /2.

Relatorio do Minsterio da Agricultura, Industria e Commercio 1920, Rio de Janeiro.

Relatorio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio 1921, Rio de Janeiro, Papelaria e Typographia Villas Boas.

Relatorio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio 1922, Rio de Janeiro Imprensa Nacional.

Relatorio do Minsterio da Agricultura, Industria e Commercio 1923, Rio de Janeiro Imprensa Nacional.

Relatorio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio 1924, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

Relatorio do Ministerio da Agricultura – Relatorio do Eng.º Luderitz 1925.

Relatorio do Minsterio da Agricultura, Industria e Commercio 1926, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

Relatorio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio 1927, Rio de Janeiro.

O Ministério da Educação e Saúde Pública em 1932 (Relatório).Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1934.

Secretaria do Interior, Relatório de 1910, S. Paulo, Casa Garraux.

Secretaria do Interior, Instrução Pública, 1910 a 1924.

Jornal O Correio Paulistano 1909/1910.

Jornal O Estado S. Paulo 1909/1910.

Livro de Matricula da Escola de Aprendizizes Artífices de São Paulo 1925 a 1957.

Livro de Ponto dos Funcionários da Escola de Aprendizizes Artífices de São Paulo 1916/1918/1921/1924/1930/.

Montojos, Francisco. Ensino Industrial. Biblioteca do Ensino Industrial, Série B, Vol.5, Ministério da Educação e Saúde, Comissão Brasileira de Educação Industrial, Rio de Janeiro,1949.

2. Entrevistas

Professor Francisco Gayego Filho – Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, Escola Técnica Federal de São Paulo.

Sr. Luiz Gonzaga Ferreira – Assessor da Diretoria Regional do SENAI São Paulo.

Sr. Roberto Spada – Coordenador dos Torneios de Formação Profissional do SENAI São Paulo.

3. Artigos, Teses e Livros

Antonacci, Maria Antonieta M. A Vitória da Razão (?) O Idort e a Sociedade Paulista, Marco Zero, CNPq, São Paulo, 1993.

Azevedo, Célia Maria Marinho. Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – Século XIX, Paz e Terra, 1987.

Azevedo, Fernando. A Cultura Brasileira. 3.^a ed. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1958.

Bandeira, Moniz. O Ano Vermelho, A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1980.

Candido, Antonio. Um reformador. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros n.37, São Paulo, IEB, 1994.

Cano, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, Rio de Janeiro/São Paulo, 1977.

Carone, Edgard. A República Velha (Instituições e Classes Sociais). São Paulo, DIFEL, 1970.

Carvalho, Marta Maria Chagas. Fernando de Azevedo, pioneiro da Educação Nova. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros n.37, São Paulo, IEB, 1994.

Carvalho, José Murilo. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

Casalecchi, José Ênio. O Partido Republicano Paulista: Política e Poder (1889-1926).São Paulo, Edit. Brasiliense, 1987.

Chalhoub, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque, São Paulo, Brasiliense, 1986.

Cruz, Heloísa de Faria.Trabalhadores em Serviços; dominação e resistência (São Paulo – 1900/1920), São Paulo, Marco Zero, 1991.

Cunha, Luiz Antonio. O ensino de ofícios manufatureiros em arsenais, asilos e liceus. Forum Educacional, Rio de Janeiro, 3 (3), jul/set. 1979.

_____.O SENAI e a sistematização da aprendizagem industrial. Síntese, Rio de Janeiro, 22, mai/ago, 1981.

_____.As escolas de aprendizes artífices e a produção manufatureira. Revista da Faculdade de Educação da UFF, Niterói, v.10, n.1 e 2, p.53-67, jan/jun/jul/dez. 1983.

_____.Política educacional no Brasil: a profissionalização no ensino médio. Rio de Janeiro, Eldorado, 1977.

Cunha, Luiz Antonio e Soares, M. J. ^a A formação escolar da força de trabalho industrial no Brasil, as escolas de aprendizes artífices. Rio de Janeiro: FGV, IESAE: FINEP, 1980.

Damiani, Miguel Paulo. I Nostri Damiani. Esboço Histórico-Genealógico da Família Damiani. São Paulo, abril 1998.

Dean, Warren. A industrialização de São Paulo (1880-1945). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

Decca, Maria Auxiliadora Guzzo. Indústria, Trabalho e Cotidiano, Brasil - 1889 a 1930. História em Documentos. São Paulo, Atual, 1991.

Escola Técnica Federal de São Paulo. Homem e Técnica: A Experiência da Escola Técnica Federal de São Paulo, Exposição Histórica-Retrospectiva 1910-1986. São Paulo, dezembro de 1986.

Fausto, Boris. Crime e cotidiano; A Criminalidade em São Paulo (1880-18240. São Prasilense, 1984.

Ferreira, Maria Nazareth. A Imprensa Operária no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1978.

Ferreiro, Almiro de Sá. A Escola de Aprendiz Artífices no Estado da Paraíba; Processos Disciplinares e de Reordenamento para o Trabalho assalariado. Brasília, MEC, INEP, Série Documental: Relatos de Pesquisa, n.19, jul/1994.

Franco, Luiz Antonio Carvalho. O ensino Técnico Industrial Federal: das escolas de aprendizes artífices às atuais escolas técnicas federais. São Paulo, CENAFOR, 1985.

Fuchtnet, Hans. Os sindicatos Brasileiros, Organização e Função Política. Rio de Janeiro, Edições Graal, Biblioteca de Ciências Sociais, 1980.

Fonseca, Celso Suckow. História do Ensino Industrial no Brasil, Rio de Janeiro, SENAI, 1986, vols.1/5.

Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1971.

Gebara, Ademir. O Mercado de Trabalho Livre no Brasil (1871-1888). São Paulo, Brasiliense, 1986.

Ghiraldelli Jr., Paulo. Educação e Movimento Operário. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1987.

Giannotti, Vito. Reconstruindo Nossa História: 100 anos de luta operária no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1988.

Ianni, Octavio. Teorias de Estratificação Social: leituras de Sociologia. São Paulo, Edit. Nacional, 1972.

Kowarick, Lúcio. Trabalho e Vadiagem: A Origem do Trabalho livre no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1987.

Kuenzer, Acácia Z. Pedagogia da Fábrica; as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo, Cortez, 1995.

Lamounier, Maria Lúcia. Da Escravidão ao Trabalho Livre: A Lei de Locação de Serviços de 1879, Campinas, Papirus, 1988.

Lanna, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: a Passagem para o Trabalho Livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*, Campinas, Editora da Unicamp, 1989.

Lanna, Ana Lúcia Duarte. *Uma Cidade na Transição, Santos: 1870-1913*, São Paulo, Hucitec, 1996.

Laurindo, Arnaldo. *Cinquenta Anos de Ensino Profissional no Estado de São Paulo*. São Paulo, Fundo do Ensino Profissional, 1962, vol.1.

Le Ven, Michel e Neves Magda Almeida. *A Crise da Indústria Automobilística: Automação e Classe Trabalhadora na FIAT*. In: ANPOCS, *Ciências Sociais Hoje*, 1985. *Anuário de Antropologia, Política e Sociologia*. S. Paulo, Cortez, 1985.

Luz, Nícia Vilela. *A luta pela Industrialização do Brasil (1808 a 1930)*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961.

Luizetto, Flávio. *A Cultura e Educação Libertária no Brasil no Início do Século XX* Univ. Federal de São Carlos. *Revista Educação e Sociedade*, CEDES, São Paulo, anoIV, n.12, setembro de 1982.

Mate, Cecília Hanna. *Dimensões da Educação Paulista nos anos 20; Inquirindo, Reformando, Legitimando uma Escola Nova*. São Paulo, PUC, Tese de Mestrado, 1991.

Moraes, Antonio Dimas. *Os primeiros leitores de A cultura Brasileira*. *Revista de Estudos brasileiros* n.37, São Paulo, IEB, 1994.

Moraes, Carmen Sylvia Vidigal. *A Socialização da Força de Trabalho: Instrução Popular e Qualificação Profissional no Estado de São Paulo-1873 a 1934*. São Paulo, USP, FFLCH, Tese de Doutorado, 1990.

Manacorda, Mário Alighiero. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*, São Paulo, Cortez, 1995.

Moura, Esmeralda Blanco Bolsonaro. *Trabalhadores italianos em São Paulo: em busca do trabalhador ideal*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* n.37, São Paulo, IEB, 1994.

_____. *O Trabalho da Mulher e do Menor na Indústria Paulistana (1890/1920)*. São Paulo, FFLCH, USP, Dissertação de Mestrado, 1977.

_____. *O Processo de Imigração em São Paulo nas Primeiras Décadas Republicanas: Questões em Aberto*. São Paulo, USP, CEDHAL, Texto n. 8, Série Cursos e Eventos, 1996.

- Nagle, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo, EDUSP, 1974.
- Oliveira, Sueli Teresa. Uma Colméia Gigantesca: Escola Profissional Feminina de São Paulo – 1910/20/30. São Paulo, PUC, Dissertação de Mestrado, História, 1992.
- Ott, Margot Bertoluci. Escola, Cidadania e Profissionalização. Brasília, MEC, INEP, Série Documental: Relatos de Pesquisa, n.3, maio/1993.
- Pereira, Astrogildo. Memória e História n.º1. São Paulo, Edit. Ciências Humanas, 1981.
- Pesavento, Sandra Jatahy. A Burguesia Gaúcha. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- Picanço, Iracy Silva. Gênese do Ensino Técnico Industrial no Brasil. UFBA, Brasília, MEC, INEP, Série Documental: Relatos de Pesquisa, n.33, jul./1995.
- Piletti, Nelson. Fernando de Azevedo: da Educação Física às Ciências Sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros n.37, São Paulo, IEB, 1994.
- Pinto, Maria Inez Machado Borges. Cotidiano e Sobrevivência: A Vida do Trabalhador Pobre na Cidade de São Paulo (1890-1914), Edusp, FAPESP, 1994.
- Prado Júnior, Caio. História Econômica do Brasil, São Paulo, Editora Brasiliense, 1965.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira. Fernando de Azevedo: o sociólogo. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros n.37, São Paulo, IEB, 1994.
- Rago Margareth. Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil, 1890-1930, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- Ribeiro, Maria Alice Rosa (coord.); Caetano, Coraly Gará; Gitahy, M.Lúcia Caíra. Trabalhadores urbanos e ensino profissional. Campinas, UNICAMP, 2. Ed., 1986 (Série Pesquisas).
- Saes, Décio. Classe Média e Política na Primeira República (1889-1930). Petrópolis, Vozes, 1975.
- Saes, Flávio Azevedo Marques. A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850-1930. São Paulo, Hucitec, 1986.
- Schwartzman, Simon. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro, Paz e Terra, EDUSP, 1984.
- Segnini, Liliana R. Petrilli. Ferrovia e Ferroviários. São Paulo, Edit.Cortez, 1982.
- SENAI S. Paulo. Núcleo de Memória, Guia de Acervo, 1994.

_____. O Giz e a Graxa: meio século de educação para o trabalho. Projeto Memória, São Paulo, 1992.

_____. De homens e máquinas, 2 vols. Projeto Memória, São Paulo, 1991.

Sferra, Giuseppina. Anarquismo e Anarcossindicalismo. Série Princípios. São Paulo, Edit. Ática, 1987.

Singer, Paul. A formação da classe operária. Discutindo a História. São Paulo, Atual, 1994.

Soares Júnior, Rodrigo. Jorge Tibiriça e sua Época. São Paulo, Cia Editora Nacional, Brasileira, 2.º v., 1958.

Soares, Manoel de Jesus Araújo . A Educação Preventiva, Fernando de Azevedo e o Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo, 1926. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Tese de Mestrado, 1978.

_____. As Escolas de Aprendizizes Artífices e suas fontes inspiradoras. Rio de Janeiro, Forum Educacional, IESAE/FGV – Finep, v.5 out/dez.1981.

_____. As escolas de Aprendizizes Artífices – estrutura e evolução. Rio de Janeiro, Forum Educacional, v. 6, n. 3, jul/set. 1982.

_____. Uma Nova Ética do Trabalho nos anos 20 – Projeto Fidelis Reis. USU/RJ, Brasília, MEC, INEP, Série Documental: Relatos de Pesquisa, n.33, jul./1995.

Silva, Maria Evangelina Ramos. A Formação do Técnico de Nível Médio: origens, uma visão de alunos e sinais de mudanças. São Paulo, USP, Faculdade de Educação, Dissertação de Mestrado, 1997.

Sodré, Nelson Werneck. História da Burguesia Brasileira. Rio de Janeiro, Edit. Civilização Brasileira, 1967.

Souza, Maria do Carmo Campello. O Processo Político-Partidário na Primeira República, in Brasil em Perspectiva , Motta, Carlos Guilherme (coord), São Paulo, Corpo e Alma do Brasil, DIFEL, 1885.

Teixeira, Palmira Petratti. A Fábrica do Sonho, Trajetória do industrial Jorge Street. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

Tinoco, Brígido. A vida de Nilo Peçanha. Rio de Janeiro, Livraria José Olympo Editora, Coleção Documentos Brasileiros, 1962.

Vargas, Milton (organizador). História da Técnica e da Tecnologia no Brasil. São Paulo, Edit. UNESP, CEETEPS.

Vargas, Nilton. Gênese e Difusão do Taylorismo no Brasil. In: ANPOCS, Ciências Sociais Hoje, 1985. Anuário de Antropologia, Política e Sociologia. S. Paulo, Cortez, 1985.

Vasconcelos, Itamar de Abreu. Do Artífice ao Técnico: Subsídios para a História da Escola Técnica Federal de Pernambuco. Recife, Edição ETFPE, 1991.

Vidal, Diana Gonçalves. Nacionalismo e tradição na prática discursiva de Fernando de Azevedo. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros n.º 37, São Paulo, IEB, 1994.

_____. Técnica e Sociedade no Brasil. São Paulo, Edit. Contexto, 1988. (Coleção Repensando a História).

Vita, Luis Washington. Alberto Sales: Ideólogo da República. Brasileira, vol.327. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1965.

ANEXOS

Anexo I

ANNAES
DA
CAMARA DOS DEPUTADOS

SESSÕES DE 1 A 30 DE NOVEMBRO DE 1906

VOLUME VII

RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1907

Sala das Comissões, 1 de novembro de 1906. – Gonçalo Souto. –
Salvador Pires. – Castro Pinto.

N. 190 C - 1906

Redacção final do projecto n. 190 A, deste anno, (substitutivo das Comissões reunidas de Finanças e de Agricultura ao projecto desta), creando uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministerio dos negocios e Agricultura, Industria e Commercio.

(Vide projectos n. 237, de 1902, e ns. 190 e 190 A, de 1906)

O Congresso Nacional decrta:

Art. 1º É creada uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministerio dos Negocios da Agricultura Industria e Commercio.

Art. 2º Este Ministerio terá á seu cargo o estudo e despacho de todos os assumptos relativos:

1 – *A' agricultura e a Industria Animal:*

- a) ensino agricola, estações agronomicas, mecanica agricola, campos de experimentação e institutos de biologia agricola;
- b) immigração e colonização, catechese e civilização dos indios;
- c) industria animal, escolas veterinarias, postos zootechnicos, protecção contra as epizootias, importação e selecção das raças aperfeiçoadas e mais adequadas ao paiz, estudo de pastos, agrostologia ou classificação e analyses das gramineas;
- d) registro dos animaes importados ou nascidos no paiz, de conformidade com o decreto n. 1414, de 21 de fevereiro de 1891, com as alterações que forem convenientes, regulamentos sanitarios para importação, exportação de animaes, sementes e plantas;

- e) estatística e informações sobre produção, consumo, mercados internos e externos, exportação e importação, previsões de colheitas, movimento das safras, saldos e *stocks*, zonas e áreas de produção, coeficientes por hectares de terreno ou processo de cultura e indústria mineral;
- f) jardim botânicos, hortos, museus, laboratórios, aquisições e distribuições de plantas e sementes;
- g) legislação rural e agrícola, estudos científicos com o intuito de promover o progresso da agricultura e da indústria animal, congressos, conferências, sociedades de agricultura, sindicatos, cooperativas, bancos, caixas de crédito agrícola e companhias para explorações agrícolas no país.
- h) Observatórios astronômicos, estações meteorológicas e carta geográfica (organização e publicação);
- i) Hidráulica agrícola, irrigação e drenagem;
- j) terras públicas, registros de terras possuídas e legitimação ou revalidação das posses ou concessões feitas, medição, demarcação, descrição, distribuição e venda das terras pertencentes à união e sua separação das que pertencem ao domínio particular;
- k) informações, propaganda, publicidade e divulgação de tudo quanto interessar à agricultura, indústria e comércio no interior e no exterior.

2 – A' *industria*:

- a) mineração e legislação respectiva, explorações e serviço geológico, estabelecimentos metalúrgicos e escolas de minas;

- b) industria em geral, industrias novas, desenvolvimento dos diversos ramos da industria, ensino profissional, compreendendo os estabelecimentos industriaes;
- c) patentes de invenção, desenhos e modelos industriaes, marcas de fabrica e de commercio;
- d) conservação e reconstituição das florestas e mattas comprehendida as da industria extractiva, execução dos regulamentos consenrentes á pesca nos mares territoriaes e rios do dominio federal;
- e) museu e bibliotheca.

3 – *Ao commercio;*

- a) preparo de tratados de commercio e navegação;
- b) camaras de commercio, associações, juntas commerciaes e bolsas de corretores;
- c) exposições agricolas, industriaes e commerciaes, nacionaes e internacionaes;
- d) ensino profissional, academinas de commercio e museu commercial;
- e) regimen dos pesos e medidas;
- f) estudo economico das vias ferreas, em suas relações com a agricultura em todos os Estados, estradas de rodagem, custo dos transportes, acondicionamento, embalagem, seguros, fretes e tarifas.

Art. 3º O novo Ministro ou Secretario de Estdo terá as mesmas honras, prerogativas e vencimentos dos outros ministros.

Art. 4º Serão reorganizadas as secretarias de Estado e repartições subordinadas, descentralizando os serviços, podendo transferir de uns para outros ministerios, serviços e estabelecimentos de qualquer natureza;

dividindo-os em directorias, divisões ou secções, conforme for conveniente em cada caso ao respectivo funcionamento, e uniformizará, quanto possível, as classes de funcionarios, seus direitos e vantagens em categorias iguaes, sendo tudo sujeito a approvação do Congresso Nacional, observadas as seguintes bases;

1ª, ficarão pertencendo a jurisdição administrativa do novo ministerio os estabelecimentos, instituições e repartições publicas que se proponham á realização de estudos, serviços ou trabalhos especificados no art. 2º, como são entre outros o observatorio astronomico do Rio de Janeiro, a Repartição de Estatistica, a Estatistica Commercial, o Jardim Botanico, a Escola de Minas, o Museu Nacional, a hospedaria da Ilha das Flores e a Fabrica de Ferro do Ipanema;

2ª, serão reorganizadas ou remodeladas as repartições a que se refere a 1ª base de modo a systematizar os diversos serviços tornal-os adequados aos fins a que se propõe o ministerio;

3º, para dirigir serviços e exercer funcções technicas, poderá, em qualquer tempo, ser contractada no paiz ou no estrangeiro pessoa de provada competencia;

4º, será aproveitado o pessoal de reconhecida competencia das differentes repartições que passarem para o novo ministerio, ficando os funcionarios que não o forem addidos ás Secretarias de Estado actuaes si contarem mais de dez annos de serviço;

5º, será reorganizado o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, mantendo o pessoal das diversas repartições e divisões que continuarem sob sua jurisdição, fazendo nova distribuição de materias, e com a denominação de Ministerio da Viação e Obras Publicas;

6º, o pessoal estranho aos quadros actuaes, que for nomeado, servirá em commissão, emquanto o Congresso não tomar conhecimento da nova organização e os seus vencimentos se regularão pelo disposto no artigo

4º, excepto os do pessoal technico contractado que terá a remuneração ajustada.

Art. 5º O Presidente da Republica é autorizado a abrir or credits necessarios para as despesas do novo ministerio e dotação dos serviços que julgar conveniente ampliar ou crear desde já.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Commissões 1 de novembro de 1906. – *Gonçalo Souto*. – *Salvador Pires*. – *Castro Pinto*.

Anexo II

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

RELATORIO

APRESENTADO AO

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

PELO

Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio

Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda

NO ANNO DE 1910

22ª DA REPUBLICA

VOLUME I

RIO DE JANEIRO
Officinas da Directoria Geral de Estatistica
1910

Decreto n. 7.566, de 23 de Setembro de 1909

Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil, em execução da lei n. 1.606, de 29 de Dezembro de 1906;

Considerando:

que o augmento constante da população das cidades exige que se facilite ás classes proletarias os meios de vencer as difficuldades sempre crescentes da luta pela existencia;

que para isso torna-se necessario não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo technico e intellectual, como fazel-os adquirir habitos de trabalho proficuo, que os affastará da ociosidades ignorante, escola do vicio e do crime;

que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos uteis á nação;

Decreta:

Art. 1º Em cada uma das capitaes dos Estados da Republica o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, uma Escola de Aprendizizes Artifices, destinada ao ensino profissional primario e gratuito.

Paragrapho único. Estas escolas serão installadas em edificios pertencentes á União, existentes e disponiveis nos Estados ou em outros que pelos Governos locaes forem cedidos permanentemente para o mesmo fim.

Art. 2º Nas Escolas de Aprendizizes Artifices, custeadas pela União, se procurará formar operarios e contramestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretenderem aprender um officio, havendo para isso, até o numero de cinco, as officinas de trabalho manual ou mechanico, que forem mais

convenientes e necessarias no Estado em que funcçionar a Escola, consultadas, quanto possivel, as especialidades das industrias locaes.

Parapho único. Estas officinas e outras, a juizo do Governo, ir-se-ão installando á medida que a capacidade do predio escolar, o numero de alumnos e demais circumstancias o permittirem.

Art. 3º O curso de officinas durará o tempo que fôr marcado no respectivo programma, approvado pelo ministro, sendo o regimen da Escola o de externato, funcçionando das 10 horas da manhã ás 4 horas da tarde.

Art. 4º Cada Escola terá um director, um escriptuario, tantos mestres de officinas quantos sejam necessarios e um porteiro-continuo.

§ 1º O director será nomeado por decreto e vencerá 4:800\$000 annuaes.

§ 2º O escriptuario e o porteiro-continuo serão nomeados por portaria do ministro, vencendo o primeiro 3:000\$000 e o ultimo 1:800\$000 annuaes.

§ 3º Os mestres de officinas serão contractados por tempo não excedente a quatro annos, vencendo 200\$000 mensaes, além da quota a que se refere o art. 11 do presente decreto.

Art. 5º As Escolas de Aprendizizes Artifices receberão tantos educandos quantos comporte o respectico predio.

Art. 6º Serão admitidos os individuos que o requererem dentro do prazo marcado para a matricula e que possuirem os seguintes requisitos, preferidos os desfavorecidos da fortuna:

- a) idade de 10 annos no minimo e de 14 annos no maximo;
- b) não soffrer o candidato molestia infecto-contagiosa, nem ter defeitos que o impossibilitem para o aprendizado do officio.

§ 1º A prova desses requisitos se fará por meio de certidão ou attestado passado por auctoridade competente.

§ 2º A prova de ser o candidato destituído de recursos será feita por attestação de pessoas idoneas, a juizo do director, que poderá dispensal-a quando conhecer pessoalmente as condições do requerente á matricula.

Art. 7º A cada requerente será apenas facultada a aprendizagem de um só officio, consultada a respectiva aptidão e inclinação.

Art. 8º Haverá em cada Escola de Aprendizes Artifices dous cursos nocturnos:

Primario, obrigatorio para os alumnos que não souberem lêr, escrever e contar; e outro de desenho, também obrigatorio para os alumnos que caracerem dessa disciplina para o exercicio satisfactorio do officio que aprenderem.

Art. 9º Os cursos nocturnos, primario e de desenho, ficarão a cargo do director da Escola.

Art. 10. Constituirá renda da Escola o producto dos artefactos que sahirem de suas officinas.

§ 1º Esta renda será arrecadada pelo director da escola que, com ella, satisfará a compra de materiaes necessarios para os trabalhos das officinas.

§ 2º Semestralmente o director dará balanço na receita e despeza das officinas e recolherá o saldo á Caixa Economica ou Collectoria Federal, para o destino consignado no artigo seguinte.

Art. 11. A renda liquida de cada officina será repartida em quinze quotas eguaes, das quaes uma pertencerá ao director, quatro ao respectivo mestre e dez serão distribuidas por todos os alumnos da officina, em premios, conforme o gráo de adeantamento de cada um e respectiva aptidão.

Art. 12. Haverá annualmente uma exposição dos artefactos das officinas da Escola, para o julgamento do gráo de adeantamento dos alumnos e distribuição dos premios aos mesmos.

Art. 13. A comissão julgadora para a distribuição dos premios a que se referem os arts. 11 e 12, será formada pelo director da Escola, o mestre da respectiva officina e o inspector agricola do districto.

Art. 14. No regimento interno das Escolas, que será opportunamente expedido pelo ministro, serão estabelecidas as attribuições e deveres dos empregados, as disposições referentes á administração da Escola e das officinas e outras necessarias para seu regular funcionamento.

Art. 15. Os programmas para os cursos serão formulados pelo respectivo director, de accôrdo com os mestres das officinas e submettidos á approvação do ministro.

Art. 16. As Escolas de Aprendizizes Artifices fundadas e custeadas pelos Estados, Municipalidades ou associações particulares, modeladas pelo typo das de que trata o presente decreto, poderão gosar de subvenção da União, marcada pelo ministro, tendo em vista a verba que fôr cosignada para esse effeito no orçamento do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Art. 17. Aos inspectores agricolas compete, dentro dos respectivos districtos, a fiscalisação das Escolas de Aprendizizes Artifices, custeadas ou subvencionadas pela União.

Art. 18. Revogaram-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 1909, 88° da Independencia e 21° da Republica. – NILO PEÇANHA. – A. *Candido Rodrigues*.

Anexo III

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio

RELATORIO

APRESENTADO AO

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

PELO

Ministro de Estado da Agricultura, Industria e Commercio

Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda

NO ANNO DE 1910

22ª DA REPUBLICA

VOLUME II

RIO DE JANEIRO
Officinas da Directoria Geral de Estatistica
1910

VII

Escolas de Aprendizizes Artifices

Considerando que um dos principaes deveres do Governo da Republica é interessar-se pela sorte dos menores, principalmente dos desprovidos de meios de vencer a lucta pela existencia, cabendo-lhe portanto amparal-os contra qualquer especie de exploração que sobre elles se possa exercer, o Ministerio a meu cargo fez consistir em um dos seus primeiros actos nas capitaes dos Estados escolas de aprendizizes artifices, para o ensino profissional e primario gratuito.

Procurou-se por essa fórmula, não só impedir a tendencia do menor á ociosidade, despertando-lhe o amor pelo trabalho, mas também convertel-o em creatura util á sociedade, pelo aprendizado profisisonal, completado pelo ensino theorico escolar.

Para ampliar as medidas constantes do citado decreto, foi expedido o de n. 7.649, de 11 de Novembro de 1909, creando nas escolas de aprendizizes artifices os logares de professores dos cursos primario nocturnos e de desenho, e, reconhecendo-se mais tarde ser conveniente dar melhor execução a esses dous actos, fez-se baixar o decreto n. 7.763, de 23 de Dezembro de 1909, no qual estão consolidadas as disposições anteriores e feitas alterações consideradas necessarias ao alludido fim.

Por portaria de 15 de Janeiro ultimo, foram expedidas as instrucções que este Ministerio resolveu mandar observar quanto ás attribuições e deveres dos funcçionarios e á administração das escolas e officinas, contendo outras providencias necessarias ao seu regular funcçionamento.

A maior parte desses estabelecimento acha-se funcçionando nas capitaes dos Estados, excepto o do Estado do Rio de Janeiro, que

funciona na cidade de Campos, de accôrdo com o disposto no art. 12, § 2º, do citado decreto n. 7.763.

Existindo no Estado do Rio Grande do Sul o Instituto Technico Profissional, com séde em Porto Alegre, custeado pelo mesmo Estado, o Governo Federal, de accôrdo com o art. 17 do citado decreto, deixou de installar alli a escola de aprendizes artifices, auxiliando o referido estabelecimento com uma quota igual á destinada para a installação e custeio de cada escola.

Não se pôde considerar definitiva a organização actual dessas escolas, porquanto a execução do regulamento que as creou tem demonstrado a necessidade de ser adoptado um novo plano capaz de attender melhor aos requisitos especiaes de cada estado da república, não só no que diz respeito ao desenvolvimento industrial de alguns, mas também no que se refere ás condições climatericas de outros, de modo a poderem ser adaptados a taes circumstancias o devido regimen e disciplina escolar.

Uma vez, portanto, sufficientemente estudados os diversos aspectos que o assumpto offerece, e que não poderam ser convenientemente ponderados nos actos já expedidos, deverão ser dotadas as escolas de aprendizes artifices de um novo regulamento, que, abrangendo o mais possivel os casos particulares a cada estado, torne-se mais facilmente exequivel e por conseguinte efficaz.

O número de alummos matriculados nas diversas escolas, até o presente, é o seguinte: na do Pará 20, Maranhão 74, Piauhy 51, Ceará 105, Rio Grande do norte 100, Parahyba 117, Pernambuco 120, Alagôas 70, Espirito Santo 133, Rio de Janeiro 191, S. Paulo 135, Paraná 190, Santa Catharina 51, Goyaz 33, Matto-Grosso 87, Rio Grande do Sul 167. Nos Estados do Amazonas e Minas Geraes, por não acharem ainda os respectivos edificios em condições convenientes, não foram inauguradas as respectivas escolas. O de Sergipe o governo está providenciando sobre a

adquisição de um edifício apropriado a esse fim e no da Bahia será em breve inaugurada a escola em prédio cedido pelo Ministério da Guerra.

Anexo IV

Este documento foi transcrito de
“Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo 1911,
São Paulo, Typographia do Diario Official”

Decreto nº 2118-B – de 28 de setembro de 1911

Organiza as Escolas Profissionais da Capital, de acordo com a lei n. 1214, de 24 de Outubro de 1910 e dá-lhes regulamento.

O Presidente do Estado de São Paulo, em execução d lei n. 1214, de 24 de Outubro de 1910, decreta:

Artigo único: Ficam creados nesta Capital dois institutos de educação profissional, sendo um para o sexo masculino, sob a denominação de “Escola Profissional Masculina”, e outro para o sexo feminino, sob a denominação de “Escola Profissional Feminina”.

§ único. Nessas escolas será observado o regulamento que com este baixa.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, de 28 de Setembro de 1911.

M. J. ALBUQUERQUE LINS

CARLOS GUIMARÃES

Regulamento das Escolas Profissionais da Capital de São Paulo

CAPITULO I

DO ENSINO

Artigo 1º As Escolas Profissionais da Capital são estabelecimentos destinados ao ensino de artes e officios a alumnos do sexo masculino, e, de economia domestica e prendas manuaes a alumnos do sexo feminino.

Artigo 2º O ensino pratico será dado nas officinas e distribuido em grâus, ou classes a que os alumnos pertencerão, confôrme sua applicação e intelligencia.

Artigo 3º A Escola Profissional Masculina comprehende as secções seguintes:

- a) de mathematicas;
- b) de desenho;
- c) de mecanicos (ferreiros, fundidores e ajustadores);
- d) de pintores;
- e) de pedreiros;
- f) de tecelões;
- g) de latreiros;
- h) de chauffeurs.

Artigo 4º A Escola Profissional Feminina comprehende as secções seguintes:

- a) de desenho;
- b) de dactylographia;
- c) côrte e feitio de vestidos e roupas para senhoras e creanças;
- d) de côrte e feitio de roupas brancas;
- e) de bordados e rendas;
- f) de fabrico de flôres e ornamentação de chapéus;
- g) de arte culinaria em todos os seus ramos e de economia domestica.

CAPITULO II

DO PESSOAL: ADMINISTRATIVO E DOCENTE

Artigo 5º O pessoal de cada uma das escolas constará de:

- a) um director;
- b) um professor de mathematica (para a Escola Masculina);
- c) um professor de desenho;
- d) um professor de dactylographia (para a Escola Feminina);
- e) um mestre para cada officina;
- f) um zelador;
- g) dois serventes.

§ 1º O director será nomeado pelo Presidente do Estado, e o zelador pelo Secretario do Interior.

Os professores e os mestres serão contractados pelo Secretario do Interior, por tempo que convier.

Os serventes serão contractados pelo director, com approvação do Secretario do Interior, por tempo indeterminado.

§ 2º Os vencimentos do pessoal serão os da tabella annexa.

Artigo 6º Ao director compete:

- 1º Exercer a inspecção geral do estabelecimento;
- 2º Escripturar os livros a seu cargo;
- 3º Organizar e remeter directamente ao Thesouro as folhas mensaes de pagamento do pessoal;
- 4º Justificar, até 15 por anno, as faltas que, por motivo de molestia, derem os empregados ou alumnos;
- 5º Esforçar se por imprimir ao ensino um cunho de utilidade pratica;

6º Contractar todas as obras que por encomenda particular se houverem de fazer nas officinas;

7º Propor ao Secretario do Interior todas as medidas que entender convenientes á Escola;

8º Impôr, de accôrdo com o Secretario do Interior, penas disciplinares aos professores, mestres e empregados da Escola;

9º Impôr penas disciplinares aos alumnos;

10º Informar e encaminhar aos poderes competentes os papeis destinados a estes;

11. Recolher mensalmente ao Thesouro do estado a parte do producto de trabalhos que não pertença aos alumnos;

12º Apresentar, trimestralmente, ao Secretario do Interior, um balancete dos productos de trabalhos da Escola;

13. Adquirir, com auctorização do Secretario do Interior, o mterial necessario ás officinas e ao expediente;

14. Organizar o regimento interno da Escola;

15. Expelir certificados de habilitação aos alumnos que terminarem a aprendizagem;

16. Apresentar, annualmente, ao Secretario do Interior, um relatorio circumstanciado dos trabalhos escolares;

Artigo 7º Aos profesores e mestres cumpre:

1º Comparecer conforme o horario e dirigir os trabalhos da respectiva Secção segundo os programmas e instrucções approvadas;

2º Imprimir ao ensino feição pratica e proveitosa, incutindo nos alumnos o habito da economia;

3º Organizar e escripturar regularmente o livro de comparecimentos, o registro de trabalhos da Secção e o inventario das machinas, ferramentas e utensilios da officina;

4º Cuidar do asseio, conservação e bom uso das machinas, ferramentas e utensilios da officina e do bom emprego do material;

5º Executar e fazer executar todos os trabalhos que forem determinados pelo director;

6º Formular mensalmente o pedido do material necessario á officina;

7º Velar pelo estricto cumprimento dos deveres dos alumnos, dando conta ao director de qualquer irregularidade na conducta, assiduidade e applicação ao trabalho;

8º Fixar, de accôrdo com o director, o preço dos trabalhos executados pelos alumnos;

9º Substituir a quem o director ordenar;

10º Apresentar annualmente ao Director um relatório da respectiva officina e propor as modificações necessarias;

Artigo 8º E' prohibido aos professores e mestres.

1º Ausentar-se das secções durante as horas do trabalho sem permissão do Director;

2º Executar nas officinas da Escola trabalhos de seu particular interesse;

3º Occupar se na Escola de assumptos a ella extranhos.

Artigo 9º Ao zelador compete:

1º Velar pela conservação e asseio do estabelecimento e suas dependencias;

2º Guardar o material e distribuil-o pelas officinas;

3º Executar todas as determinações do Director.

Artigo 10 Ao servente compete:

1º Conservar o edificio em perfeito estado e asseio;

2º Executar as ordens do director e do zelador;

§ único. Os serventes não poderão ser occupados em serviços extranhos ao estabelecimentos nas horas em que este funccionar.

CAPITULO III

DAS SECÇÕES

Artigo 11. As aulas serão por classes ou grupos de alumnos, divididos conforme o seu grau de adeantamento.

Artigo 12. O anno lectivo começa a 15 de Janeiro e termina a 15 de Dezembro.

§ único. São feriados os dias como taes considerados pelo regulamento geral da Instrucção publica e os dias que decorrem de 11 de Junho a 16 de Juho.

Artigo 13. O tempo diario de funcionamento das secções será o que fôr exigido pela natureza dos trabalhos e pela idade dos alumnos.

Artigo 14. Nenhuma secção poderá funcioinar com menos de 20 alumnos matriculados, sendo de 40 o maximo de matricula.

CAPITULO IV

DA MATRICULA

Artigo 15. A matricula será feita na Escola, de 11 a 14 de Janeiro.

Artigo 16. Para ser admitido á matricula deve o candidato provar:

a) ter a idade de 12 annos completos;

- b) ter o curso das Escolas Primarias ou conhecimentos equivalentes;
- c) ser vaccinado e não soffrer de molestia contagiosa.

CAPITULO V

DOS ALUMNOS

Artigo 17. O director dará mensalmente notas das faltas de comparecimento, da conduta e applicação dos alumnos, bem como a média geral de sua classificação, no fim do anno lectivo.

Artigo 18. Os alumnos ficam sujeitos ás penas de admoestação, reprehensão, suspensão até 15 dias e expulsão, conforme a gravidade da falta.

Artigo 19. A promoção á clasze immediatamente superior será feita segundo a escala pela fôrma adoptada nas Escolas Normaes Primarias.

Artigo 20. Os mestres apresentarão ao director, no fim de cada mez, s classificações obtidas pelos alumnos, não podendo ter cada alumno menos de 3 notas para cada média de applicação.

§ único. No calculo da média da applicação toda a fracção não menor de 50 centesimos será contada em favor do alumno.

Artigo 21. Do producto das obras realizadas nas escolas, descontado o custo do material empregado, reverterá uma parte correspondente a 50% em favor do alumno ou alumnos que tiverem executado o trabalho.

§ único. Nas officinas, como a de cosinha e outras, em que se não possa avaliar com precisão o trabalho de cada alumno, a porcentagem será dividida com egualdade entre todos elles.

Artigo 22. As escolas poderão encarregar-se de trabalhos para particulares, desde que não seja prejudicado o funcçãoamento das officinas.

Artigo 23. Cada alumno receberá uma caderneta em que será creditada a porcentagem que lhe couber pelos trabalhos que houver executado.

Artigo 24. Perderá o direito ao premio de que trata o artigo 21 o alumno que fôr expulso da Escola.

Artigo 25. Na Escola Profissional Masculina, terão os alumnos (exceptuados os da secção de chauffeurs) uma retribuição pecuniaria, segundo a tabella que fôr approvada pelo Secretario do Interior.

§ 1º Só terão direito a essa retribuição os alumnos que tiverem boas notas depois de dous mezes de estudos.

§ 2º A importancia dessa retribuição será entregue mensalmente, mediante recibo, aos alumnos ou aos seus responsaveis.

Artig 26. Findo o anno letivo, senão promovidos os alumnos que tiverem alcançado média geral acima de má.

O alumno que não obtiver aquella média poderá repetir o curso uma vez.

Artigo 27. Os alumnos aprovados em exame receberão um certificado de habilitação.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES GERAES

Artigo 28. O pessoal das Escolas Profissionaes está sujeito ás pemas disciplinares de que tratam as leis e regulamentos geraes.

Artigo 29. O director será substituido em seus impedimentos temporarios pelo professor de mathematica (na Escola Masculina) e pelo de desenho (na Escola Feminina).

Artigo 30. O regimento interno, os programmas e horarios das Escolas Profissionaes serão approvados pelo Secretario do Interior.

Artigo 31. A escripturação nas escolas será feita em tantos livros, quantos o regimento interno determinar.

Artigo 32. As licenças aos empregados serão concedidas nos casos e termos das leis em vigor.

Artigo 33. Nos pontos em que este regulamento fôr omissão, as escolas profissionaes reger-se-ão pelo regulamento geral da Instrucção Publica.

Artigo 34. O presente regulamento entrará em vigor desde já.

Artigo 35. Revogam-se as disposições em contrario.

DISPOSIÇÃO TRANSITORIA

Artigo único. O anno lectivo corrente começará a 6 de Novembro proximo, para o que será feita desde logo a primeira matricula.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, 28 de Setembro de 1911.

M. J. ALBUQUERQUE LINS
CALOS GUIMARÃES

Tabella dos vencimentos annuaes

Director	7:200\$000
Professor	3:600\$000
Mestre	3:600\$000
Mestra	3:600\$000
Zelador	2:400\$000
Servente	1:500\$000

Anexo V

ANEXO V

Entrevista com o Sr. Luiz Gonzaga Ferreira, interventor da Escola Técnica Federal de São Paulo, em 1963/1964, realizada em 10/12/1999, na sede administrativa do SENAI – São Paulo.

M. D. – Eu gostaria que o sr. me contasse sobre a Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo; qual a impressão que o sr. tinha frente ao Ensino Profissional de uma forma geral, já que existia a Escola Profissional Masculina (G. V.) e o Liceu de Artes e Ofícios...

L. G. F. – Comecei a trabalhar no SENAI em 1943, são 56 anos de trabalho em formação profissional. Naquela época, existiam 70 escolas profissionais no Estado de São Paulo. Havia um Departamento de Ensino Técnico e as escolas profissionais haviam se adaptado à Lei Capanema. Em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Industrial havia tirado das Escolas Técnicas sua preocupação com menores artífices, já entrando numa certa equivalência, que a lei permitia, ao antigo ginásio. Então, não conheci a Escola Técnica Federal trabalhando com aprendizes artífices. O curso não era bem técnico mas já tinha o primeiro grau, atendia ao antigo ginásio. Tive contato direto com a Escola Técnica Federal de São Paulo em 1945, quando o SENAI não tinha ainda escolas instaladas e para mostrar serviço, estabeleceu um acordo (em 1943) com a Escola Técnica Federal, a Escola Getúlio Vargas e o Colégio Salesiano São José, situado ao lado da antiga Politécnica, no sentido de utilizar suas oficinas no período da noite. Encontrei uma escola com características de aprendizes artífices, mas nas aulas teóricas, já tinha engenheiros, professores de alto nível.

M. D. – O que seria ter características de Escola de Aprendizes Artífices?

L. G. F. – O SENAI foi criado em 1942, para atender a aprendizagem industrial. A aprendizagem industrial era um curso, sem nenhuma ligação com o sistema formal de educação mas atendendo a filhos de trabalhadores e menores empregados nas indústrias. Todas as indústrias têm obrigação, ainda hoje, de matricular um determinado número de aprendizes menores no SENAI, em relação ao total de mão-de-obra qualificada que existe. Exemplo: uma empresa automobilística tem 500 trabalhadores qualificados – trabalhador qualificado é aquele, cuja formação demandou tempo, experiência, etc., caso de torneiro mecânico, ajustador mecânico, serralheiro, caldeireiro, fundidor, e nessas condições o SENAI tinha como dois grandes objetivos e tem até hoje, embora tenhamos extrapolado: a preparação desses menores aprendizes e de trabalhadores já ingressados no mercado de trabalho (cursos noturnos). Esses eram os grandes objetivos do SENAI. Isso de certa forma representou um certo cruzamento de atividades entre os sistema formal de educação técnica e o SENAI, e como o SENAI começou com dinheiro e recursos suficientes, não demora, a partir de três anos depois do seu início, o SENAI já tinha 5 ou 6 escolas construídas especialmente, com equipamento moderníssimo, com gente altamente bem preparada. Isso começou a criar um certo ciúme entre as Escolas do Governo Estadual, Governo Federal e o SENAI. Aqui em São Paulo o ciúme foi acentuadamente exagerado com referência às Escolas do Estado, mas o SENAI tinha uma faixa de trabalho para atuar e não se importava com isso. Em 1959, foi criada a Lei 3552 – vale a pena pensar nessa lei – em que o governo federal entregou às comunidades onde as escolas estavam instaladas a sua direção e condução. Direção porque o Conselho era quem admitia o diretor e admitia professores e o

governo federal somente fornecia os recursos. Isso funcionou bem até 1969, quando - eu acompanhei isso, estava em Brasília - o diretor do Ensino Industrial, que era um coronel do Exército - é meio perigoso falar isso, mas em todo caso - , estou para lembrar o nome dele... Eu, assessor especial do Ministro do Trabalho, ele me disse: Luiz, eu não consigo entender que um ministro não tem poder para nomear o diretor de uma escola que é nossa; então nós vamos mudar a lei. E acabou com os Conselhos Técnicos e Administrativos. Ele era um coronel pouco inteligente. A partir daí, as Escolas - algumas delas já se haviam transformado em Escolas Técnicas a partir da Lei Capanema - adquiriram uma expressão muito maior, porque dos Conselhos Técnicos Administrativos das Escolas faziam parte: 1 representante da Federação das Indústrias, 1 representante de ex-alunos formados na própria Escola, 1 representante da FIESP, 1 representante do Instituto de Engenharia e 1 educador estranho aos quadros da Escola. Éramos 6 membros. Eu entrei na Escola, como interventor, sobreveio a revolução, tivemos IPM e algumas demissões decorrentes da posição deles, eu não tive influência nenhuma porque um dos indivíduos que foi aposentado continua meu inimigo até hoje. Ele achava que eu tinha sido responsável pela demissão, pela aposentadoria dele, mas não fui. Isso foi em 1964, eu entrei como interventor em outubro de 1963, cinco meses após estourou a revolução. Trabalhei na Escola como interventor até outubro de 64; aí foi reconstituído o Conselho, eu fui nomeado Conselheiro pelo presidente Castelo Branco e escolhido como presidente pelos membros do Conselho e fiquei como presidente até 1970. Aquele terreno - na Pedro Vicente - onde está a Escola hoje, fui eu quem consegui com o Faria Lima. Fizemos um concurso arquitetônico para determinar os edifícios. A concorrência foi ganha pelo Vicente Lutufo, o grande arquiteto de São Paulo, e começou a construção e continua até hoje, porque eles não têm recurso; agora receberam bastante recurso e estão fazendo mais um pavilhão, etc.

M.D. - Mas como o Sr. percebeu, como o Sr. encontrou a Escola em 63?

L.G. F. - Eu encontrei em plena decadência. A Escola tinha 110 professores e 108 alunos. Tinha um curso de edificações em que havia 12 professores e 3 alunos, são 3 anos de curso. Eu tive um problema muito sério porque um curso desse com 3 alunos somente, a primeira conclusão que você retira é de que aquilo não serve; tentei acabar, houve uma revolução terrível. Nós não íamos demitir, mas os professores pensavam que iam ser demitidos, etc., e havia um grupo de professores de muito boa qualidade. Acertei todas as oficinas, fiz uma reforma completa nas oficinas, consertei telhados. Aquele prédio de esquina da Alameda Nothman com a Comandante Salgado - a Escola era ainda na Rua Appa - esse terreno era nosso e eu construí na esquina, um laboratório de Línguas e um grande laboratório de Física que eu consegui, ganhei de uma empresa alemã, da Fif e montei lá um laboratório de resistência de materiais. Você tem a Rua Comandante Salgado onde fica a entrada da escola, a Rua Appa que passa nesse lado e a Alameda Nothman que passa nesse lado aqui. Ela fica entre a Appa e a Nothman e a Comandante Salgado. Montamos a escola e a escola começou a funcionar. Em 1966, tínhamos aumentado a capacidade da escola para 360 alunos.

M. D. - A que o Sr. atribuí a essa decadência da Escola?

L. G. F. - É difícil fazer uma atribuição dessa, responder a uma pergunta dessa. A decadência era decorrente do seguinte: prédio velho, equipamento muito mais velho ainda, quebrado. Para você ter uma idéia, numa oficina de máquinas que havia, de 36 máquinas, 2 estavam funcionando, 34 estavam quebradas e ninguém se preocupava com isso. Ou seja, havia uma preponderância dos professores de disciplinas teóricas em detrimento dos professores que trabalhavam nas oficinas, os mestres. Então, a coisa foi caindo, caindo, e chegou a uma

conclusão como essa: o curso de edificações, que tinha capacidade para mais de 120 alunos, tinha 3.

M. D. – E o curso de mecânica, também estava em decadência?

L. G. F. – Também decadente, eu acabei de dizer. As oficinas com máquinas quebradas, uma situação absolutamente caótica. Eu era nessa época e sou, funcionário do SENAI desde 1943, 56 anos de serviço. Eu não conhecia ninguém no Ministério a não ser o Armando Hildebrando, que era Diretor do Ensino Industrial. Era ministro nessa ocasião, aquele fulano de São Paulo, o Paulo de Tarso, e ele perguntou a uma pessoa que acidentalmente me conhecia, se ele conhecia – era o diretor do Colégio Rio Branco – alguém que conhecesse formação profissional e ensino técnico. Como ele disse que me conhecia, eu recebi o telefonema do Ministro da Educação. Quando ele se identificou como Ministro da Educação achei que fosse uma brincadeira, mas ele disse que era realmente o Ministro e quando eu lhe disse : vamos ao que ao ministro interessa, ele me pediu que fosse para Brasília e que pagaria minha passagem depois. Fui para Brasília e saí de lá nomeado interventor. Isso foi em outubro 1963. Fiz toda a reforma, consertei todas as máquinas, levava coisa para o SENAI, trazia gente do SENAI; era diretor da maior escola do SENAI do país que era a Roberto Simonsen. Tinha recursos imensos, pude fazer a coisa em 6 ou 7 meses com um mínimo de despesas; montei laboratórios, montei novas salas de aulas, etc., arrumei as oficinas e a escola passou a funcionar e aí nós começamos a pensar também na aquisição de um terreno.

M.D. – A minha dissertação de mestrado vai da criação da Escola até 1927. Em 1926, ocorreu uma reforma na Escola e ela passou de oficinas mais gerais para sessões de ofícios. Quando o sr. encontrou a Escola em 63, como eram essas oficinas? Existia a seção de trabalhos de metal, a seção de trabalhos de madeira? Era dessa forma a divisão das oficinas?

L.G. F. – Era dessa mesma forma. Tentando identificar: aquele primeiro pavilhão entrando no corredor da esquerda, era uma oficina de máquinas operatrizes; então você tinha lá tornos mecânicos, frezadoras, retificadoras e esmeris. Era uma oficina comum. A oficina seguinte era de ajustagem, onde havia bancadas onde os alunos faziam trabalhos de ajustagem. Tinha um pequeno laboratório de instrumentos de medidas. Tinha depois a fundição. Não havia propriamente marcenaria, havia uma seção de modelação de fundição; os modelos para fundição são feitos de madeira. E havia no último pavilhão uma seção de eletricidade. Como é normal, em qualquer escola técnica, você tem setores variados, embora pertencentes muitas vezes ao mesmo curso. Era a mesma situação que eu encontrei. E as reformas que eu fiz, eu somente melhorei as condições dos equipamentos, ou comprando equipamentos novos ou reformando os que lá estavam, mas a organização continua a mesma em 1963, quando eu fui para lá. Em 1926, houve no Estado de São Paulo uma experiência muito significativa. Em 1919, após a Guerra, a Escola Politécnica de São Paulo contratou uma série de professores no exterior, e na Suíça contratou um suíço, que havia sido formado em Zurique, nas havia feito estágio na Alemanha chamado Roberto Mange. E o Mange, tinha feito um estágio de formação na Alemanha, nas ferrovias alemãs e ele descobriu lá, a metodologia que os alemães usavam para preparar mão-de-obra para as ferrovias alemãs. É um trabalho baseado num trabalho russo que tinha sido apresentado em 1876, na feira de Filadélfia. O russo chamava-se Victor Della Vos. O Mange foi contratado pelo Liceu de Artes e Ofícios para fazer a orientação do Liceu. Depois de 3 anos ele resolveu fazer uma experiência entre alunos formados metodicamente e trabalhadores formados dentro da própria Sorocabana. Pegou 60 trabalhadores e 60 alunos e apresentou a eles uma peça de prova para fazer; ajustador, torneiro, etc. O resultado foi 68% maior pelos alunos formados metodicamente do que

aqueles que aprenderam durante o ofício. Isso levou a Cia. Ferroviária Sorocabana a montar o Serviço de Ensino e Seleção de Pessoal e aconteceu entre 26 e 28 essa história. O Celso Suckow aborda isso muito bem.

M.D. – A Escola Profissional de Mecânica do Liceu, que começa com esse processo, foi em 23, 24, quando o Mange o introduziu...

L.G.F. – As escolas profissionais brasileiras não tinham metodologia nenhuma, faziam trabalhos, faziam máquinas. A Escola Técnica Federal de São Paulo, inclusive, fez uma locomotiva.

M.D. – Em 1914, tem a foto. Eu deveria ter trazido a foto para o sr. mas esqueci, numa próxima oportunidade eu lhe mostro.

L.G. F. – Inclusive, eu sou de Mococa, interior do Estado, e Mococa tinha uma escola profissional. Os professores eram de muito bom nível, tinha alguns estrangeiros, etc., e o trabalho era feito pelos alunos que trabalhavam como ajudantes mas eram os mestres que faziam. Não havia uma seleção metódica, ou seja; aquilo que o Victor Dalla Vos mostrou na exposição de Filadélfia. Até 1927, predominava no Brasil essa..., e você parece que quer comprovar a pecha de que formação profissional é só para menor abandonado e deserdado da fortuna.. Você vê que a própria Lei de Nilo Peçanha, artigo 3.º, se não me falha a memória, fala que as Escolas de Aprendizes Artífices destinam-se prioritariamente para menores aos deserdados da fortuna. Bonito nome, mas em todo caso... Se você analisar, se fizer uma comparação do que uma escola exige com relação ao curso formal, curso colegial, por exemplo, além dos conhecimentos científicos que a escola tem, que o curso exige, há uma outra coisa, ou seja: a aquisição de hábitos motores também, se a pessoa não tem habilidade manual nenhuma, ela não será nunca um técnico bem formado. Então, eu tive dois filhos. Os dois fizeram curso técnico, o último morreu a semana passada, com 48 anos. Foi brutal, menino formidável, formou-se na Escola Técnica Federal de São Paulo. Teve derrame cerebral violentíssimo e entrou em coma já com ruptura total dos vasos cerebrais, etc. Quem é pai ou mãe, sabe bem o que é isso.

M. D. – O Sr. perdeu um filho a semana passada...? Nossa, imagine, o Sr. está assim tão bem disposto! Sr. Luiz Gonzaga, posso lhe chamar de doutor?

L. G. F. – Não. Me chame de Luiz Gonzaga. Sr. não, por favor, Luiz Gonzaga. Quem me chama de senhor, doutor, ou coisa outra, eu me sinto um pouco velho, eu gosto de me sentir jovem.

M. D. – Me falaram mesmo que o Sr. é um menino, o Sr. é muito amado aqui.

L. G. F. – Eu sou muito brincalhão, adoro scandalizar os outros. Não há coisa que mais me agrada do que scandalizar alguém. Mas voltando ao problema do ensino técnico, você citou a figura do João Luderitz, que era o diretor da Escola Parobé.

M. D. – Isso; eu gostaria que o Sr. falasse um pouquinho de João Luderitz, porque ele representava – de acordo com as minhas pesquisas – a Escola Parobé., que era vinculada à Escola de Porto Alegre, e era respeitado nos meios paulistas. Ele foi contratado para observar e ver as falhas do ensino profissional. Depois, ele foi diretor do ensino profissional geral e vai fazer uma reforma. Aí, eu fui um pouquinho mais fundo e percebi o seguinte: que a elite

gaúcha, que seria a fração de classe da burguesia industrial, que fazia parte da burguesia gaúcha, no governo Borges de Medeiros, tinha uma proposta. Essa elite era extremamente positivista, todas as elites eram, mas eles eram positivistas muito arraigados porque tinham muita influência alemã, colônia alemã muito forte. Quando ele vem para São Paulo, ele vai fazer a reforma e tal, ele vai encontrar os representantes de uma outra elite, que é dos cafeicultores do Oeste Paulista, a elite paulista, que tem um projeto, que eu acho que até culmina no SENAI, esse projeto.. Essa elite paulista está dentro do Liceu, eles são acionistas do Liceu, eles estão ligados à formação da Escola Masculina do Brás, à Escola de Mecânica e por fim ao SENAI. Estou colocando tudo isso para questionar, até que ponto essas elites tinham projetos diferentes, porque aí seriam os bastidores da Revolução de 30. Isso aconteceu no final da década de 20. Até que ponto João Luderitz realmente se confrontava com os projetos de São Paulo, ou ele vai arrematar tudo isso. Porque isso aqui eu estou lançando para uma outra pessoa pesquisar, mas como eu já aponto no meu trabalho... quer dizer: o Rio Grande do Sul era a 3.^a potência na década de 20. Era Minas, São Paulo, a política café com leite e em 3.^o lugar o Rio Grande do Sul. Eu tive que recorrer à História do Rio Grande do Sul, ao movimento operário, à História da Burguesia Industrial; tem uma tese muito boa sobre isso...e o Sr. falou do João Luderitz sendo um diretor do SENAI.

L.G. F. – Foi o 1.^o diretor geral do SENAI.

M. D. – Olha, interessante a gente saber como se deu isso daí. Ele foi diretor geral do SENAI, do país todo?

L.G. F. – Do SENAI, do país todo. Veja bem; a história do SENAI remonta a 1937. Em 37, Francisco Montojos já era diretor do Ensino Industrial, e muito amigo do Getúlio Vargas, gaúcho, ele era da cidade do Rio Grande. Ele tentou estabelecer no período da ditadura, logo depois de 37, o imposto de 1 real, que todo empresário deveria pagar para cada trabalhador, para a manutenção das escolas de aprendizes artífices. Essa foi a intenção de Montojos. Mas o Roberto Simonsen e mais o Euvaldo Lodi, empresários que eram; o Roberto Simonsen presidente da FIESP e o Euvaldo Lodi, presidente da CNI, entraram em contato com o governo e conseguiram que o governo criasse uma comissão que visitasse a Alemanha, França, Itália, Suíça, etc., e fizesse um relatório, propondo uma solução para o problema, porque eles estavam se recusando a pagar esse imposto. Essa comissão da qual fizeram parte o Dr. Mange, João Luderitz, viajou à Europa em fevereiro ou março de 1939, pouco antes da Guerra. Valentim Bouças, era um sociólogo muito respeitado na ocasião, também fez parte dessa comissão e a comissão quando voltou, fez um relatório à presidência, ao Getúlio Vargas propondo a criação de um serviço semelhante ao que existia na França. Na França, naquela época, ainda hoje, toda empresa que tinha mais de 500 operários, tem que montar uma escola de formação profissional; na Alemanha, etc. Esses alunos são preparados dentro da empresa e ao final do curso, eles fazem um exame perante uma banca composta de representantes de sindicatos, representante do governo, Ministério da Educação, etc., para verificar se eles tiveram um bom aproveitamento, acrescido de uma coisa: se a empresa, o número de alunos não é suficiente, eles teriam que ter uma aprovação superior a 50%, a empresa perdia o direito de manter a escola e admitir menores. O SENAI foi montado à imagem e semelhança do sistema francês, com uma grande diferença: como o número de empresas que tivesse mais de 400 operários era na ocasião muito pequeno, e quase todos eram do ramo têxtil – porque o Brasil só tinha indústrias têxteis nessa época, havia também indústrias mecânicas, mas só em São Paulo; empresas grandes que eu conhecia quando comecei a trabalhar no SENAI: Irmãos Cavaleiros, por exemplo, Souza Neschiesi, grande número de empresas situadas no Brás – propuseram o seguinte: que se criasse uma

instituição dirigida e comandada pela Federação Nacional da Indústria, pela Confederação e toda empresa devia pagar. Ou seja, há aí uma grande diferença: criou-se basicamente para o SENAI uma solução cooperativa: todas as empresas tinham que pagar 1% sobre o total da folha de pagamento e com isso montou-se o SENAI. O SENAI foi criado em São Paulo, em 27 de agosto de 1942. A lei que criou o SENAI, é de 22 de janeiro de 42. E o SENAI começou a trabalhar imediatamente. Como ele não tinha escolas, ele fez aqueles contratos com a Escola Técnica Federal de São Paulo, Salesiano, Getúlio Vargas. O Salesiano ficava ao lado da Politécnica, Rua Três Rios, coisa assim...E começou imediatamente o SENAI a construir suas escolas, uma pelo menos em cada Estado. Havia uma preocupação muito grande, que a revolução não ia durar para sempre. Em 1945, caiu Getúlio Vargas. Houve a primeira eleição, eu votei em 1945, e criou-se uma Constituinte que, em 46 fez a constituição do país. A grande preocupação do SENAI era que na Constituinte acabasse com o SENAI e então houve uma corrida brutal em todos os Estados, inclusive aqui em São Paulo. A Escola que nós construímos foi na Rua Tajibu, atrás da Igreja de S. Geraldo, numa rua paralela, na divisa dos bairros Barra Funda e Perdizes. A Escola chamava e chama ainda Escola SENAI Horácio Augusto da Silveira – Horácio Augusto da Silveira foi um diretor do Departamento do Ensino Técnico do Estado de São Paulo. Trabalharam-se 24 horas por dia e a escola ficou pronta em 8 meses. A Escola existe até hoje, é impecável e especializada em panificação. Foi a primeira escola, outras começaram a ser construídas também, e a intenção era que o SENAI, enfrentando a Constituinte, demonstrasse que ele já tinha investimentos feitos, etc., que assegurou, de uma certa forma, bem real, a continuidade do SENAI, que hoje tem 57 anos de existência; 56 anos de serviço tenho eu. E o SENAI começou a trabalhar. Em 1959, quando houve a lei 3552, o Montojos ainda era o diretor. O Montojos ficou como Diretor do Departamento do Ensino Profissional 10 ou 12 anos. O Montojos fez um acordo com o SENAI e com São Paulo, Departamento de Ensino Técnico. Aliás você deveria procurar a História do Ensino Industrial de Arnaldo Laurindo; são 3 documentos; esse trabalho do Arnaldo não é como aquele do Celso. O grosso do trabalho são cópias de leis, de resoluções, etc., mas ele traz algumas informações: o Instituto Profissional Masculino foi criado em 1911 e o Instituto Feminino também. Valeria a pena você observar lá, no livro do Arnaldo, o que aconteceu de 1911 até 27. Ele foi deputado federal, depois se aposentou, foi diretor do Departamento do Ensino Técnico, substituindo Horácio Augusto da Silveira e depois veio trabalhar no SENAI. Trabalhou na minha sala, nós trabalhamos juntos. Foi até engraçado. Vou lhe contar uma história. Minha sala era comprida. Eu ficava numa ponta e o Arnaldo noutra. Eu ouvia um barulhinho e falei para o zelador, para ele mexer num armário que deveria ter rato. Eles iam trabalhar no sábado e domingo. Na segunda feira, eu chamei o encarregado, ele chegou rindo e me disse que não havia rato nenhum, mas que sabia que o barulhinho era do barulho da dentadura do Sr. Arnaldo, que ele ficava batendo (risos). A respeito de dentadura, há outra passagem interessante. O Horácio Augusto da Silveira fazia aniversário e fizeram uma homenagem para ele, estava aposentado. O Departamento de Ensino Técnico funcionava na Rua Vitória, perto da Estação da Luz. O Ensino Profissional do Estado tinha muito curso para mulher, artes domésticas, nutrição, essa história... Então, fizeram uma homenagem a ele, era seu aniversário, ele estava fazendo 70 anos. Colocaram 70 velinhas. Pediram para ele soprar as velas e quando ele soprou, a dentadura caiu em cima do bolo. Eu estava ao lado, eu era assessor do gabinete do Ministro da Educação.

M. D. – E quem comeu esse bolo?

L. G. F. – No dia seguinte acharam bolo por tudo quanto era lado, atrás de móveis, de cadeiras, etc., ficou uma situação constrangedoríssima... eu caí numa risada total. Saí correndo para rir lá fora (risos). Essas duas histórias de dentaduras do pessoal do Ensino

Técnico eu conto sempre. Mas veja, em 1952, foi assinado um contrato pelo qual o governo federal e o governo estadual de São Paulo permitiram a montagem pelo SENAI de cursos técnicos que não fossem oferecidos pelo sistema federal ou estadual de educação técnica. Então, o SENAI começou com a Escola Técnica Têxtil. Foi criada no Rio de Janeiro, a Escola Técnica Têxtil, lá no Jacaré, até hoje uma grande escola, porque o Estado não tinha. Depois criou-se uma Escola para papel, papel e celulose, também o Estado não tinha. Metalurgia; as escolas federais tinham fundição. Nós montamos uma Escola de Metalurgia em Osasco. E assim por diante, e hoje montamos uma Escola Técnica de Mecatrônica e Robótica que, a partir do próximo ano passa a ser escola de nível superior. A Escola Técnica de Artes Gráficas já tem curso superior, que funciona à noite. O SENAI passa hoje por uma situação completamente diferente. Até 1959, nós fazíamos aprendizagem e qualificação de pessoal, à noite, em cursos noturnos. A partir de 59, começamos a entrar no ensino técnico e hoje temos 8 ou 9 escolas desse tipo em todo o país, mantendo a mesma linha; só mantemos cursos que as escolas do Estado não têm, seja o governo federal ou o governo estadual. Em linhas gerais o que poderia te trazer de comparação até 1927 é que o SENAI não existia, conseqüentemente nós não poderíamos ter nenhuma comparação aí. Nós começamos a trabalhar na aprendizagem em 1943, em 1.º de agosto de 1943. Eu entrei como professor do SENAI em 7 de setembro de 43. Lecionava Ciências Físicas e Naturais e Tecnologia também nos cursos mais avançados. A minha vida é muito interessante. O que já fui nessa vida, você nem imagina! 56 anos de serviço. Fui diretor de escola, fiz um curso de engenharia na França, fiz um curso livre de 2 anos e meio, aproveitando um curso de Pedagogia que já tinha, mas nunca tive a intenção nem interesse de registrar meu diploma. Montei todo um sistema de avaliação de funções para a indústria automobilística brasileira, colocada à disposição pelo SENAI no sindicato. Fui coordenador do PIPMOI em São Paulo – Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial –; fui diretor do CENAFOR; fui perito da UNESCO; da OIT; da UNITO em 16 países, na América do Sul, na Turquia, no Paquistão; fui primeiro diretor do CENAFOR, quem montou, quem instalou, quem fez tudo aquilo, você chegou a conhecer o CENAFOR? Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional, ficava na Rua Rodolfo Miranda, no Bom Retiro. Depois saí do CENAFOR e fui para Brasília, fiquei 12 anos. Primeiro como assessor especial do ministro Arnaldo Prieto e depois eu dirigi, durante 8 anos, fui diretor executivo de um projeto do Banco Mundial. Para o Banco Mundial eu trabalhei muito no Bancotem, um projeto em cada país, que contrata profissionais naquela área para tentar ajudar os países a resolver os seus problemas. Estive em 16 países a serviço do Banco, daí meu trabalho na África, Paquistão, Turquia, México – passei lá 6 meses coordenando um projeto grande –. Nosso projeto com o Banco Mundial é de 150 milhões de dólares; construí 22 escolas do SENAI, 22 do SENAC; mandei uns 170 bolsistas para o exterior; montei a FUNDACENTRO aqui de São Paulo. Fiz 73 viagens para o exterior, das quais só paguei duas.

M. D. – Isso que é o melhor Então, parabéns pela carreira...

L.G. F. – Às vezes eu me assusto porque com 56 anos de trabalho, por exemplo; esse trabalho que eu estou fazendo: Directive Générale pour la Planification des Ateliers Laboratoires des Écoles d'Éducation Professionnelle, 94 páginas; esse é o forte do relatório, dizendo como se montar uma oficina, fazer com que ela funcione, isso é o que estou fazendo. Eu insisto. Se tivesse que começar minha vida profissional de novo, gostaria de ter a mesma vida que eu tive. Porque todo jovem tem um certo sonho do que quer ser. Eu vim para o SENAI com 21 anos e comecei no SENAI e cresci dentro do SENAI e ultrapassei em muito, todos aqueles sonhos que tive como jovem.

M. D. – Olha que beleza! Uma pessoa bem sucedida... é difícil... Claro, a realização profissional é fundamental.

L. G. F. – No SENAI eu cheguei a cumprir todos os postos, menos o de diretor regional porque não quis, porque sou meio violento e não quis enfrentar nenhuma situação... amigos meus, etc., pessoa da própria casa... assumir uma posição dessa...ou arranja um monte de inimigos e restrinjo muito os amigos. Qualquer uma das situações estaria e eu como sou meio pesado de cargo, prefiro ficar assim, sou assessor do diretor regional. Estou aqui; se precisar ir para algum país eu vou; se precisar dar assistência técnica também. Estou indo para o Paraguai, montar uma grande escola, em princípio de fevereiro. Já trabalhei no Paraguai. Eu fiz um trabalho pela OEA. O Paraguai estava fazendo uma reforma educacional e a OEA montou um grupo de 8 especialistas e passamos 4 meses no Paraguai. Era bom porque você pega um avião e vem para São Paulo. Quase todo o fim de semana eu vinha para cá. Minha experiência é bem diversificada e profunda na área.

M. D. – O SENAI foi criado em 42, mas começou a ser gestado praticamente na Escola Profissional de Mecânica que o Mange criou em 23, 24. Esse ensino racional, essa aprendizagem racional, foi ele que introduziu no Brasil, inclusive com psicotécnico e isso vai ser plenamente utilizado nas escolas ferroviárias, no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional.

L. G. F. – Porque, veja bem: o Mange começou no Liceu e em 1930 passou a ser diretor do Sistema de Ensino Ferroviário de Seleção Profissional da Sorocabana e a esse Sistema foram agregadas as outras Companhias de Estradas de Ferro do país. Trabalhou até vir para o SENAI. Trabalhou de 30 a 42 para o Sistema de Ensino Ferroviário. E toda a experiência do SENAI foi baseada na tradição francesa, na metodologia francesa e na experiência do Centro Ferroviário, CEFESP – Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional –. Tinha uma Escola em Sorocaba que era muito boa, tinha uma outra em Rio Claro e tinha uma outra... E um detalhe interessante: grande número dos primeiros instrutores do SENAI, vieram das escolas ferroviárias. Para você ter uma idéia do que o SENAI teve ou apresentou: as séries metódicas inventadas por Della-Vos e usadas pela Alemanha, estavam adequadas perfeitamente ao temperamento do jovem alemão. O alemão é sério, seguro. Os alunos alemães recebiam um tijolo de ferro fundido e durante o primeiro ano inteiro limavam aquele tijolo e daí faziam várias ferramentinhas. O SENAI usou somente uma peça da série do DAT, que era o sistema ferroviário alemão. Para nós, cada operação era transformada numa tarefa de ordem prática ou um conjunto de operações. Se tinha que limar em ângulo, fazia um martelo; se limava redondo fazia um compasso externo, compasso interno. Essa foi a grande novidade que o Mange lançou no SENAI, ou seja: se os alunos obtivessem notas superiores a 70, numa escala de 0 a 100, nas aulas teóricas, adquiriam direito de levar as ferramentas que faziam. Já era a preocupação de entralçar a formação cultural com formação profissional. Isso, no sistema do governo federal ou estadual praticamente inexístiam, porque eles faziam máquinas. Eu me lembro muito bem, que em 1946, houve uma feira de amostras onde é o campo do Palmeiras hoje – Parque da Água Branca, depois Parque Antártica –. Fizeram uma exposição. O SENAI resolveu montar uma escola lá, funcionou uma escola dentro da exposição e continuou funcionando por 2 anos lá dentro. Quando ficou pronta a Escola da Barra Funda, aquela que lhe falei, os cursos foram transferidos para a Escola da Barra Funda. Mas essa escola funcionou a partir de 44. O Dr. Mange uma vez resolveu visitar a feira 10 e meia da noite, a feira já estava fechada; ele quis ver como estava a escola.

M. D. – Ele era muito metódico, racional, o Sr. chegou a conhecê-lo? Eu fiquei impressionada com a biografia dele, eu li a biografia dele.

L. G. F. – Muito; eu trabalhei com ele de 43 a 55. Tem um livro muito interessante sobre a vida do Mange, de Ítalo Bologna: Mange e a Historia do SENAI. Mas ele chegou lá às 10 e meia. Bateu na porta e veio um guarda. Ele falou: Eu quero entrar para ver como é que está a escola. – O senhor não vai entrar. – Mas como eu sou Roberto Mange, diretor do SENAI. – Eu não conheço o senhor, então o senhor não entra. Não deixou o Mange entrar. Esse fulano foi depois promovido a zelador exatamente pela atitude que ele teve.

M. D. – Foi promovido... por ele mesmo, pelo Mange... ele tinha essa mania mesmo...

L. G. F. – Eu vou contar a você a origem da minha carreira no SENAI. Eu entrei no SENAI em 43 e fui trabalhar no Belenzinho, Avenida Celso Garcia 1224, 7 de setembro de 43. No mês de março, eu fui transferido para a escola da Lapa, que ficava na Rua N. Sra. da Lapa. O SENAI tinha comprado dois prédios, duas casinhas, montou umas salas de aula e construiu no fundo uma oficina, até que o prédio principal fosse construído. Eles tinham construído um barracão e o diretor da escola tinha sofrido um enfarte e eu tinha sido promovido a professor chefe, uma espécie de substituto do diretor. Numa 6.^a feira, 5 horas da tarde, 4 horas da tarde, eu recebo um telefonema da administração central, dizendo que iam inaugurar a oficina na segunda-feira às 11 hs da manhã. Oficina cheia ainda de pintura, estava pronta, etc., mas tinha que limpar, lavar chão etc. Eu falei: Meu Deus do céu, como é que vou arrumar? Eu tinha 4 funcionários trabalhando na oficina. Fui lá e falei: escuta, nós vamos trabalhar amanhã, amanhã e domingo, que temos que lavar a oficina, deixar isso em ordem porque vamos inaugurar segunda-feira às 11 hs. da manhã. Todo mundo vem, ele falou. Não, mas eu venho com vocês. Eu me lembro que era um dia de calor. Eu peguei a vassoura e comecei a varrer, fiquei incumbido de varrer o chão e o pessoal lá limpando vidro, limpando isso, limpando máquina, tirando graxa de máquina. Eram umas 3 h. da tarde, eu suava, estava de bermuda, suava..., um calor danado... Nisso ouvi uma voz: ô moço, o diretor está na casa? Eu olhei e era o Dr. Mange. Falei: Dr. Mange, o Josué, professor Josué teve um enfarte e está afastado e eu sou responsável pela administração. Mas o Sr. está assim? É, telefonaram ontem, 5 h. da tarde que a inauguração vai ser segunda-feira; estava sujo e nós estamos limpando e eu vim ajudar o meu pessoal. Ele olhou bem para mim, 6 meses depois eu fui nomeado diretor da Escola Roberto Simonsen. A minha carreira começou assim.

M. D. – Ele era um barato...

L. G. F. – Minha carreira começou assim. Eu tinha 22 anos e pouco e era a maior unidade do SENAI do Brasil. Ele me usava como exemplo. Chegava no estrangeiro, com as visitas, ele me apresentava, me chamava: esse é um exemplo do SENAI, jovem.... Eu tinha 22, 23 anos. Eu não tinha barba nem bigode. Isso foi em 1945. Esse folclore que rodeia as instituições... Eu sou ainda hoje, ou hoje, a memória viva da instituição porque, além de ter todo esse tempo todo de serviço, eu sempre trabalhei ligado à administração, porque a partir de 47, a administração central que ficava na Rua Boa Vista mudou para a R. Monsenhor Andrade. A Escola usava o 1.º, 2.º, 3.º andares e a administração era no 4.º e o 5.º andar.

M. D. – Era no mesmo prédio que a Escola Feminina? Na mesma rua?

L. G. F. – Não, era na mesma rua. A Escola Feminina fica depois do trilho, depois daquela porteira e nós ficamos a uma quadra da Rua do Gasômetro, num prédio grande. Hoje a Escola

tem 4 mil alunos. Na minha época já tinha, mas hoje tem escolas, cursos de nível superior, inclusive.

M. D. – Com relação a essa formação geral, eu li, tem um livro especial do Luderitz de 1925, que ele vai pegar a Escola Parobé, elogiando, mostrando todo o serviço e começa a comentar inclusive sobre o Liceu de Artes e Ofícios, dizendo que era uma boa Escola mas carecia – e ele fala com muita propriedade, com muito jeito – de uma formação geral, que o Instituto Parobé oferecia e a gente pode perceber, pela programa, pelo currículo. O Sr. achava isso? Porque o Liceu, para mim, e a Escola de Mecânica, vão ser um parâmetro para o SENAI. Essa formação geral que ele cita, uma formação mais profunda em Física, uma formação profunda em tecnologia.

L. G. F. – Ele tem absoluta razão.

M. D. – E ele sugere, aí ele faz as reformas e tudo mais. Eu não sei se ele conseguiu pela... eu paro em 27, ele faz esse comentário em 25. Eu paro porque eu estou em cima da documentação histórica. Eu parei em 27 porque aqui em São Paulo não tem mais documentação histórica; eu teria que ver, acho que nem no Rio, a documentação está dispersa e também porque a minha dissertação tem mais de 200 folhas e estou só em 27 e comecei em 10.

L. G. F. – Você deve ter começado em 9, em 1909, com a Lei Nilo Peçanha.

M. D. - Comecei antes, eu falo do Império, fiz levantamento das escolas do Império, começo com ensino profissional até pegando o Suckow , até mais anterior, porque a minha dissertação chama assim: A criação da Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo, um projeto das elites para uma sociedade assalariada. Então, estou mexendo com esse projeto que foi formado a partir de 71, com a Lei do Ventre Livre. O que ia fazer do ingênuo, o que ia fazer da população ex-escrava, livre, depois houve a opção de imigração, que é dos cafeicultores do Oeste Paulista. Então, a minha dissertação é bem anterior e culmina em 27. Mas essa questão, a gente faz um gancho aí com a qualificação porque se a gente for ler a literatura, teses, inclusive sobre a formação de mão-de-obra industrial, a gente percebe assim: que já na Escola Masculina, por exemplo, o Aprígio Gonzaga tinha uma postura fechada em torno da formação completa e o Liceu também faz formação completa.

L. G. F. – Faz talvez hoje, mas naquela época não fazia. A grande diferença do Liceu com as Escolas Profissionais é que o Liceu era uma entidade fabril, fabricava coisas para todas as obras de São Paulo: portões, fechaduras, medidores de água, etc., e eles usavam a mão-de-obra dos alunos para fazer isso. A grande diferença entre o Liceu e uma Escola Profissional, nesse período que você está examinando era exatamente isso, o Liceu era fabril, ou seja; ele era uma fábrica e usava a mão-de-obra dos alunos.

M. D. – Também, mas as escolas são industrializadas, Luiz Gonzaga.

L. G. F. – Não, mas veja bem: o processo de industrialização era diferente.

M. D. – Em 26, a Consolidação dos Dispositivos Concernentes, na época do próprio Luderitz, em 26, existe uma legislação em cima da industrialização. Podia-se contratar mão de obra estranha.

L. G. F. – Podia.

M. D. – Então, na sua época, quando o Sr. foi para a Escola, o Sr. encontrou a Escola industrializada ainda?

L. G. F. – Não. Era escola somente, porque a partir de 59, as escolas abandonaram totalmente esse problema de produção e passaram a fazer outras coisas dentro de uma certa metodologia ligada ao processo de seriação metódica, no qual o SENAI era lei. Nós lançamos e temos metodologia...

M. D. – O Sr. está falando uma coisa fundamental para entender a qualificação. Porque qualificação/desqualificação/requalificação, na realidade, para chegar a essa seriação metódica.

L. G. F. – Exatamente. Nós tínhamos os cursos de Aprendizes de Ofícios; era o CAO. Tínhamos o CAI, uma percentagem muito pequena, que era um curso para aspirantes à indústria. Eram meninos que não trabalhavam mas que vinham ao SENAI isso representava 10 a 15%. 85%, a média do SENAI, de menores que nós tínhamos, ganhavam o salário para estudar e essa era a grande diferença entre o SENAI e as Escolas do Estado. Eles estavam aqui, tinha uma cadernetinha que nós carimbávamos diariamente frequência, faltou, presente, etc., e no final do mês ele era dispensado da Escola um período, para ir à fábrica receber o dinheiro. Inicialmente o SENAI começou com o sistema sanduíche, você deve ter ouvido falar, desse sistema, que os alemães hoje mudaram., ao invés de ser sistema sanduíche hoje chama-se sistema dual, ou seja: o menor fica 5 dias na empresa e 1 dia na escola, onde recebe informações teóricas, etc.. E o Liceu nitidamente ficou fora do processo, ou seja: ele não era nenhuma instituição escolar stricto sensu.

M. D. – Como o Luderitz fala.

L. G. F. – O papel do Luderitz, ele fez parte daquela comissão e como ele era muito amigo do Getúlio Vargas, ele era diretor do Instituto Parobé. E no Rio Grande do Sul houve um problema: como o Parobé já existia, eles colocaram a Escola Técnica em Pelotas e hoje é uma excepcional escola. Isso em 1909/1910.

M. D. – Em 1909, como no Rio Grande do Sul já existia o Parobé, a Escola Parobé ficou a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Sul.

L. G. F. – Não. O Celso Suckow aborda muito esse problema: criou-se a Escola de Pelotas porque a Escola Parobé era estadual e ligada à Faculdade de Engenharia e o Luderitz era o diretor e quando o SENAI se instalou, em janeiro de 42, o Luderitz foi nomeado diretor geral do SENAI e ficou até 1946,47, voltou para o Rio Grande do sul e morreu depois.

M. D. – Ah! sim, agora estou entendendo esse processo: porque claro: gaúcho... Getúlio gaúcho... é a elite gaúcha. O Sr. percebe? Quem ganhou o Estado, quem ganhou o aparelho do Estado nessa briga?... gaúcho.

L. G. F. – Claro, gaúcho, sem dúvida.

M. D. – Até que ponto ele diferia hein, com relação à qualificação,? Porque vocês do SENAI têm uma proposta em cima do Della Vos, que é diferente; quer dizer: a seriação metódica é

diferente da anterior, que era de dificuldade progressiva e o Della Vos é o contrário, você pega a peça feita e vai decompondo. Então, como é que fica essa consideração do Luderitz, uma vez que ele fazia críticas ao ensino do Liceu, que carecia de uma formação mais geral?

L. G. F. – A grande crítica do Luderitz ao Liceu era a produção industrial predominante.

M. D. – Também. Inclusive, ele fala: uma fábrica de má qualidade; interessante não é? Quer dizer: tudo bem, produz, não é nem escola, nem fábrica direito.

L. G. F. – De má qualidade, sem dúvida. Mas aí eu gostaria que você prestasse bem atenção ao que vou dizer: o Mange era diretor regional do SENAI de São Paulo. Naquela época, nós tínhamos regiões no país. A 2.^a região cobria São Paulo, Goiás e Mato Grosso; tanto que o Mange em 1949, abriu uma escola em Porto Velho. A intenção dele era montar uma escola para preparar gente para um processo de industrialização que teria que se fazer lá, pelo menos de manutenção. Quando o SENAI se instalou, foi dada preferência total a trabalhos de mecânica e eletricidade, porque a intenção do SENAI, era atender a todas as empresas de todos os grupos industriais; indústrias de alimentação, indústria disso, indústria daquilo, e todas as empresas de qualquer ramo industrial, têm que ter manutenção, e então nós partimos inicialmente para formação de gente capaz de fazer a manutenção na empresa têxtil, na empresa de mecânica, na empresa de eletricidade, e assim por diante. Daí, a preferência que de uma certa forma continua até hoje, o grosso do SENAI é o curso de mecânica.

M. D. – É, isso a gente percebe também na Escola de Aprendizes Artífices, na Escola Masculina, a mecânica...

L. G. F. – O papel do Luderitz no SENAI, foi aproveitar a experiência do Mange. O Mange instalava os departamentos regionais em todo o país e todo mundo dependia de São Paulo para séries metódicas, para a progressão, etc.. Tudo foi feito aqui em São Paulo em termos das necessidades de atendimento às necessidades do SENAI.

M. D. – E o Luderitz?

L. G. F. – O Luderitz estimulava isso.

M. D. – Estimulava... então o Sr. percebe? O Luderitz representa a elite, a burguesia industrial gaúcha.

L. G. F. – Engenheiro que era...

M. D. – Engenheiro da Escola... vamos colocar assim; o Mange, o Roberto Simonsen, o ensino do Liceu e mais precisamente a Escola Masculina e o SENAI, vão representar uma decorrência do poder industrial, da burguesia “industrial” paulista. Houve o que, um encontro? Houve uma disputa? O que o Sr. sentiu, na época?

L. G. F. – Não houve disputa não, houve uma preocupação dos empresários industriais brasileiros de evitar de pagar um real sobre cada operário por mês ao governo, já sabendo que o governo ia receber esse dinheiro e eventualmente não iria usar na formação profissional. Por isso que aquela missão propôs a instituição de uma entidade que fosse organizada e dirigida por eles.

M. D. – Pelos próprios empresários.

L. G. F. – A situação jurídica do SENAI é absolutamente anômala, porque criado através de um decreto lei, tinha status de lei; estabelece-se um imposto e se entrega a organização e administração a um órgão privado. Veja a incongruência legislativa!

M. D. – Subsídio, tinha do governo?

L. G. F. – Não.

M. D. – O governo apenas cedeu algumas instalações?

L. G. F. – Nem isso.

M. D. – Você falou que cedeu a Masculina e o ..., no comecinho?

L. G. F. – Nós pagávamos o aluguel, fornecíamos máquinas, ferramentas, material. Tudo era pago e as escolas puderam utilizar as ferramentas, as máquinas. Nós colocamos máquinas novas no Instituto Profissional Masculino, na Escola Técnica Federal de São Paulo; o SENAI comprou e pôs lá, os equipamentos estavam em péssima condição. Então, a grande figura que atuou nessa posição do SENAI, sobretudo aqui em São Paulo foi Roberto Simonsen. Roberto Simonsen era presidente da Federação, depois senador, empresário de grande expressão, economista. Eu trabalhei para o Roberto Simonsen em 1942. Fui contratado pela Folha da Manhã, hoje Folha de S. Paulo. Eu era revisor dos artigos de economia – Constantino Ianni, Roberto Simonsen – e minhas aulas começavam às 9 h. da manhã. Eu trabalhava da meia noite às 6. Eu morava em Pinheiros. Eu pegava um bonde e ia até lá.

M. D. – O Sr. trabalhava da meia noite às 6? Na Folha? Como o Sr. dormia?

L. G. F. – Eu dormia na aula. Eu chegava para os professores e dizia que trabalhava da meia noite às 6 e fazia revisão de artigos de economia...e me ajudaram imensamente. Eu fazendo Pedagogia e lendo os artigos de economia, eu aproveitava tudo. Se eu estiver dormindo não reparem que estou com sono. Os professores me entendiam, só um padre alemão que era... naquele tempo a PUC não existia, era a Faculdade de Filosofia de São Bento, a origem da PUC. Eu pedia licença para os professores e o diretor e dormia. E trabalhava à noite, das 7 às 10, numa escola em Pinheiros. Eu dava aula em curso livre.

M. D. – O Sr. também trabalhava à noite? Ah! Nossa! O que o Sr. fez com a sua saúde e está tão saudável?

L. G. F. – Eu dormia da 1 até às 6 da tarde, senão não iria agüentar. Eu separei isso aqui porque quero lhe dar. Interessado Mantenedora: Conselho Nacional de Educação. O nosso diretor é conselheiro do Conselho Nacional de Educação. Assunto; Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Esse documento não foi publicado ainda, mas eu faço questão de te dar. Você tem o Histórico, Parecer, Introdução, Educação e trabalho e os parâmetros de cada curso ligados a 20 áreas profissionais diferentes.

M. D.- Olha que interessante! É o ensino modular. Muito obrigada!

L. G. F. – Está rabiscado aqui mas fica para você. Tem algumas observações que eu fiz. Isso se já não saiu vai sair por esses dias. Será publicado como resolução do Conselho. Nós

fizemos isso para a comissão, veja aí o relator é um rapaz do SENAC. Vale a pena você ler, sobretudo a parte inicial está excepcionalmente boa, onde se aborda o aspecto histórico da evolução da formação profissional brasileira. Este trabalho está muito bom. E foi feito com auxílio de um grupo de profissionais das escolas técnicas federais, nosso pessoal aqui. Foi tudo feito aqui mas foi apresentado ao Conselho.

M. D. – Interessante... tem mais gente trabalhando, fazendo tese sobre o ensino profissional. Inclusive, estão esperando sair a minha, porque a minha é sobre a própria Federal. A minha é o começo, estou falando até 27. Tem um pessoal que vai pesquisar daí para a frente. Eu acho que o Sr. tem muito a contribuir comigo e com esse pessoal também.

L. G. F. – Primeiro o ensino industrial é tratado como entidade própria e segundo, se cria uma figura nova que é da certificação. Certificação significa que a experiência obtida por alguém no próprio trabalho pode ser considerada como créditos até para o ensino superior.

M. D. – O SR. está falando sobre A Nova Lei de Diretrizes e Bases.

L. G. F. – A Nova Lei de Diretrizes e Bases. Essa publicação vai te ajudar muito como fecho. Cuida-se aí de toda a evolução até chegar a essa maravilha que é a certificação. Certificação que se for bem estruturada... um dos trabalhos que eu fiz para a Costa do Marfim, fala só sobre certificação. Tem 50 ou 60 páginas. Porque eles têm lá uma Certificação do Aprendiz, o CAP – Certificado de Aptidão Profissional – o equivalente ao Curso do SENAI, a Carta de Ofício nossa. Mas o que a Certificação tem de fundamental é a possibilidade de certificar aquilo que o indivíduo aprende no seu próprio trabalho. Você veja: dá uma abertura sobretudo na educação brasileira, que é muito cartorial. Dá uma abertura, mas o grande segredo da certificação que existe na Inglaterra e funciona muito bem, na Alemanha, na França menos, mas na Alemanha e na Inglaterra, principalmente na Inglaterra, o indivíduo, quer fazer um curso de Engenharia, trabalha 20 anos na empresa. Aquilo que aprendeu na empresa pode ser certificado e fica isento das matérias do curso que ele quer fazer. Agora, o grande segredo é que o processo de certificação seja o mais rigoroso possível, sem o que vão pensar que o processo de certificação é dar certificado e não é bem isso.

M. D. – Luiz Gonzaga, me fala um pouquinho mais, a gente passou rapidamente, sobre a industrialização. Você falou, que o Liceu era mais uma indústria – uma fábrica de má qualidade – do que uma escola. O SENAI não tem essa preocupação, é uma escola profissional. A Escola Masculina do Brás, futura G. V., foi industrializada. A Escola de Aprendizes Artífices foi industrializada.

L. G. F. – Eu sei, mas a produção era tão pequena que, mesmo as máquinas feitas, eram usadas na própria escola ou em outras escolas. A G. V., na feira de 1946, apresentou uma furadeira radial, máquina grande feita na própria escola. Lá em Mococa, um tio meu cuidou – Mococa, na época, era grande fabricante de queijos, hoje é só manteiga, leite Mococa, etc.,– eles montaram uma instalação para produção de queijo e arrendaram para um grupo industrial que fazia queijo lá e vendia, porque a escola não tinha dinheiro para ficar comprando queijo, fazendo queijo, jogando queijo fora.

M. D. – Quer dizer, que a produção industrial, mesmo contratando pessoal estranho, era muito pequena, em sua avaliação?

L. G. F. – Muito pequena, não tenha dúvida.

M. D. – Outra coisa: só para fechar, vou voltar nesse assunto do Luderitz e da postura dele, enquanto representante de uma elite gaúcha, que teve total acesso ao governo Getúlio Vargas. Você falou, você respondeu o que eu lhe perguntei, mais no sentido assim, com o envolvimento burocrático do governo que os criadores do SENAI vão querer ter uma distância, no significar mais a coisa em termos empresariais do que mexer com a burocracia pública. Mas assim, em termos de rivalidade de oligarquias, de elites entre São Paulo e Rio Grande do Sul, certo? Porque terminou a política café com leite, quem é que vai ganhar o aparelho do Estado? A oligarquia gaúcha, que era a 3.^a potência. Isso você percebeu, por exemplo, na postura do Luderitz e dos representantes paulistas?

L. G. F. – Não Percebi. Eu conheci pessoalmente o Dr. Luderitz. A influência do Mange era de tal ordem que – vou usar de um termo meio grosseiro – o Luderitz comia na mão do Mange.

M. D. – Pelo que você está falando estou percebendo isso: que o Mange traz, ele é representante...o Luderitz. deve ser uma descendência alemã, tinha muito respeito, quer dizer, o Mange embora em São Paulo, junto com os paulistas... Depois que a gente estuda um pouquinho a História do Rio Grande do Sul, entende melhor a História do Brasil. Porque a Revolução de 30 foi gestada, lógico, na década de 20, e fica bem explícito e essas reformas no ensino profissional com esses expoentes como Luderitz, como Mange, como esse pessoal ligado, o Fernando de Azevedo, que a gente nem citou...

L. G. F. – Fernando de Azevedo, a ligação dele foi meio paralela, como o Anísio Teixeira também.

M. D. - ... intelectual, ligado à educação, ligado à Júlio de Mesquita, inclusive ele faz um inquérito em 26, etc. Eu aponto na tese, eu pergunto, eu não respondo, isso aí vai ser uma pesquisa... tem que pegar a História do Rio Grande do Sul e São Paulo mas o que eu senti pela nossa conversa, pelo que você colocou é isso mesmo, quer dizer: o Luderitz vai ter uma projeção em nome do que significava o Parobé, a Escola de Engenharia, o governo Getúlio Vargas que é gaúcho, mas ele, como você fala, come na mão do Mange, porque São Paulo era o polo dinâmico...

L. G. F. – ...da industrialização.

M. D. - ...que trazia essa seriação metódica que ele, isso que eu quero entender: ele vai aderir à seriação metódica?

L. G. F. – Aderiu totalmente. O Mange traçava todas as diretrizes.

M. D. – Mas, como ele fala tanto da necessidade de uma formação mais geral?

L. G. F. – Mas nós tínhamos. O nosso aluno ficava 4 h. de manhã, das 7 às 11, em aulas teóricas e 4 h. à tarde em oficinas e trocavam. Nós tínhamos os dois grupos, um funcionava de manhã, outro à tarde e outro à noite. E não havia preocupação de industrialização para vender o produto, coisa que até hoje existe nas nossas escolas. Como são as empresas que nos mantêm, nós não podemos estar vendendo produtos, concorrendo com quem nos mantém. Tem uma história: eu era presidente de uma comissão do MEC, chamada Comissão do Leste

Europeu. Grande parte daquele equipamento da Escola Técnica Federal de São Paulo, máquinas de grande produção industrial, etc., foi o meu projeto que forneceu. E nós montamos a Escola de Artes Gráficas aqui na Mooca, com o SENAI. O governo não queria ter uma Escola de Artes Gráficas. Naquela linha de montar cursos que não existiam nas escolas. As escolas da época tinham uma pequena gráfica, onde faziam boletins, jornalzinho, mas não tinham nenhuma técnica realmente empresarial. Fizemos uma licitação para comprar equipamento dos países do Leste Europeu. Os países do Leste Europeu nos deviam muito e não tinham como pagar, então o Roberto Campos instituiu uma comissão; ele tinha um representante lá. Isso foi em 1967, em plena revolução. Roberto Campos era Ministro do Planejamento. E fizemos uma licitação, concorrência e para cada grupo industrial nós tínhamos um grupo de técnicos, de industriais, dirigentes de sindicatos, etc. Na Escola de Artes Gráficas, o presidente da Comissão era o diretor da Abril Editora. Fizemos o trabalho. Fui examinar junto com ele e havia a necessidade de comprar 2 máquinas de 320 mil dólares cada uma, impressora a 4 cores; e dizia esse fulano, que a indústria gráfica iria depender muito da história em quadrinhos, de cartazes para impressão a cores, etc. Eu chiei que era caro, mas ele: “-tem que comprar”, tem que comprar, e comprei. E montamos. No dia da inauguração da Escola, o ministro não pôde vir e eu fui representá-lo. Teobaldo de Nigris era o presidente da Federação. Paulo Ernesto Doli, diretor regional nosso e eu. O Teobaldo de Nigris, representante da Federação e eu representante do Ministro da Educação. Quando chegamos perto da máquina – você pode estar pensando: que ligação tem essa história com isso que estou falando – a máquina tinha 12 metros de comprimento, 4 colunas em cores e trabalhava, como na imprensa, com bobinas de 1,10 m. de diâmetro. O Teobaldo de Nigris chegou: bom, o que essa máquina faz? Eu falei: é impressora, 4 cores, etc. Quantas cópias ele faz? Ela faz 360 mil cópias por hora. – Ah não!, disse ele; vocês não vão funcionar essa máquina, eu não permito. Ele era presidente do Sindicato da Indústria Gráfica. Eu parei e disse: – Mas presidente, fizemos um investimento de 640 mil dólares, tem uma máquina que não foi montada, porque na escola não cabe, tem que fazer um prédio aqui. – Não, mas não pode funcionar, vocês vão matar a indústria gráfica. O SENAI compra uma porção de coisas da indústria gráfica e agora vocês vão fazer aqui. Eu falei: – Então o Sr. acha que vamos jogar a máquina fora,? Eu fui até meio agressivo. – Não, você tem uma solução: pega a bobina, coloca a bobina no começo da produção, gira as máquinas sem imprimir nada. A bobina enrola de novo lá e você passa a bobina para cá, então fica transferindo a bobina. O aluno aprende a mexer a máquina, etc., mas não imprime, não usa tinta, não usa nada. Isso define bem a posição do industrial com referência à produção industrial.

M. D. – quer dizer que o SENAI nunca fez concorrência ... a diferença do ensino industrial do Liceu ...

L. G. F. - ...do Liceu. As Escolas também não faziam isso, porque não tinham condições. O grande problema das Escolas do Estado, mesmo as Federais, hoje nem tanto, é que elas não tinham recursos. Os recursos orçamentários eram muito pequenos, então havia muita dificuldade em comprar tinta, insumos, etc. O negócio era meio sério. Então, as Escolas de Aprendizes Artífices faziam coisas: locomotivas, máquinas de furar, máquinas operatrizes etc, não para vender, mas para uso próprio.

M. D. – Tem móveis, também. A produção moveleira era belíssima. Não era para vender? Vendia-se um pouquinho também?

L. G. F. – Nós vendíamos para os empregados. O aluno tinha preferência para compra. Se o aluno fizesse uma peça, ele tinha preferência para compra e depois nós vendíamos. Nós

fazíamos sapatos. Eu tive uma indústria de sapatos na Roberto Simonsen, quando eu era diretor. Chegamos a produzir 25 mil pares de sapatos e começou a criar um problema desgraçado, porque a gente vendia para o pessoal, mas sobrava 15, 16, 20 mil pares de sapatos. Eu distribuía para casas de caridade, etc., o problema é que não se podia vender.

M. D. – Isso no SENAI; na Aprendizizes Artífices há uma sala com móveis que devem ter sido produzidos nas décadas de 20 e 30. Era industrializado. Vendia-se um pouquinho?

L. G. F. – Muito pouquinho.

M. D. – Para finalizar: a questão do regime disciplinar. O que você percebeu quando chegou na Escola? Por exemplo; era um sistema muito rígido? Havia problema com aluno? Se bem que você vai chegar numa época de efervescência ideológica e também quase começo de uma ditadura. Dava para sentir o regime disciplinar da Escola?

L. G. F. – Não. A Escola tinha agentes de portaria que ficavam no pátio, nos intervalos, para evitar briga ou qualquer atitude menos conveniente. Não havia regime militar, não senti absolutamente nenhuma influência de um militarismo dentro da Escola. Isso em 1963, 64 até 70. Nos 7 ou 8 anos que eu passei na Escola, eu não senti absolutamente nada.

M. D. – Os alunos davam trabalho. Eram indisciplinados, participavam de greves? Também, nessa época não podia ter greve ...

L. G. F. – É, ...não participavam. Eu nunca senti uma inten...Havia um grupo de 8 ou 10 professores que me hostilizavam muito. Interventor, naquela época... Eu pegava o jornal e minha primeira preocupação era ver se havia um artigo contra mim e quase todo dia havia. Inclusive, aquele Maurício Loureiro, jornalista da Folha, escreveu muita coisa contra mim e depois ele se desdisse totalmente porque um amigo meu o procurou e disse: - Você vai conhecer o Sr. Luiz Gonzaga de quem você fala tão mal assim. Almoçamos juntos e a partir daí ele mudou. Mas não senti. Fiquei até espantado de você me contar que tinha um diretor que andava a cavalo... O Celso Suckow não aborda isso...

M. D. – Isso foi em 1913. Isso aí eu peguei, meu material de pesquisa, de fonte primária, porque foi num relatório, porque todos os diretores mandavam – eu não sei se você chegou a mandar – mandavam o relatório daquele ano para, no seu caso seria para o Ministério da Educação e Saúde, na época era o Ministério da Agricultura, não existia o Ministério da Educação até 30. Foi criado por Getúlio o Ministério da Educação. Então, os relatórios anuais dos diretores das 19 Escolas, iam para o Ministro da Agricultura Indústria e Comércio.

L. G. F. – Eu nunca mandei relatório nenhum para o Ministério da Educação, mesmo porque, a Lei 3552, deu autonomia às escolas, que passaram a ser autarquias administrativas. Então, nós tínhamos poder total para admitir pessoal, demitir pessoal, etc.,

M. D. – Não precisava mandar relatório...

L. G. F. – Nada.

M. D. – E com relação ao regime disciplinar, oferecimento de oficinas, eu citei a Escola da Paraíba, que, pelo relatório do diretor percebe-se que não havia preocupação de se fazer laboratório, não havia laboratório de Física, laboratório de Química, não havia um pátio para

fazer Educação Física, porque achava que não era necessário o aluno fazer Educação Física. Era necessário o aluno aprender a produzir e só. Você sentiu isso na Escola?

L. G. F. – Não, porque nós tínhamos Educação Física. Eu montei laboratório de Física que não existia, laboratório de Química. Eles faziam Educação Física e um dos indivíduos que passou a ser inimigo ferrenho meu, o Pedro Gomes, dava aula de tropical inglês e a janela da diretoria dava para o pátio. Ali, à direita, eu montei uma quadra de basquete. Eu fiz junto com os alunos, ajudando os alunos a socar, etc., fizemos a quadra.

M. D. – Quando você chegou não tinha?

L. G. F. - Tinha um professor de Educação Física que dava aula num espaço que havia lá e nesse espaço eu construí uma quadra de basquete. E um dia, eu cheguei na janela e ele estava lá de tropical inglês. Com apito na boca e os alunos jogando basquete. Eu fechei, desci, bati na porta. Tinha um painel de madeira que separava. Ele virou lá dentro e falou; quem é? Eu disse: sou eu. Ele virou; o Sr. não pode entrar aqui porque sou professor e estou dentro de minha sala. Isso aqui é minha sala de aula. Chamei três pessoas e mandei derrubar a parede. Para você ter uma idéia de como eu era. Derrubei a parede. Suspendi Pedro Gomes por um mês. Coloquei uma suspensão nele por um mês. Ele, antes de eu assumir, pegava uma cadeira, o diretor chamava-se Djalma Neiva, você deve ter lido esse nome. Ele encostava a cadeira na maçaneta da porta, sentava. e não deixava o Neiva sair da sala. O Neiva ficava preso o dia inteiro lá. Esse Pedro Gomes fazia isso.

M. D. – Deixa ver se entendi: você chegou lá como interventor, mas o diretor continuou?

L. G. F. – Não, o diretor foi afastado e pediu aposentadoria.

M. D. – E era esse Djalma Neiva?

L. G. F. – Djalma Neiva. Eu então nomeei um diretor: o Renée François Joseph Chavier, o pai dele era francês. Era professor de Matemática, excelente professor, foi dos introdutores da Matemática Moderna no Brasil. Depois eu o promovi. Coloquei-o como diretor durante o IPM que tivemos lá. Depois eu coloquei o Teles – Francisco de Oliveira Teles – Depois o Moacir Bevenutti e foi com ele que começamos a construção da Escola Nova, na Pedro Vicente. Depois, com a saída do Moacir Bevenutti, entrou o Ribas Kosloski, que já morreu também. A galeria de fotografias ficou naquele corredor da Escola, lá mesmo?

M. D. – Ficou na ante sala da direção.

L. G. F. – Porque no dia da inauguração ficou naquele corredor. Eu fui assessor do Carlos Pasquali, ele foi presidente do INEP, membro do Conselho Federal de Educação e diretor regional do SENAI. Um dia, eu era assistente dele, ele tinha um hábito engraçado, ele chegava às 3hs. da tarde e saía às 9 da noite. Eu tinha uma mulher que era uma fera. Eu tinha que brigar todo dia porque ele me segurava até 9 hs. E o Carlos Pasquale me disse em conversa: – o dia em que colocarem a sua fotografia na parede, ou derem o seu nome para alguma instituição, você se prepare para dependurar a chuteira, porque está ultrapassado totalmente. Então, eu fui lá, puxei aquele negócio para inaugurar minha fotografia com essa sensação. Não sei se eu fui claro, se você entendeu bem a observação. Eu estou lá, sou o único que está rindo. Essas homenagens ...eu como sou muito irreverente... no começo suporto, daí a pouco eu começo a fazer...(risos).

M. D. – Você estava falando do Pedro Gomes, que ele hostilizava, que achava que teria que ter autonomia enquanto professor. E aí, como ficou a história?

L. G. F. – Não é autonomia. Eles se uniram a Salvador Losacco, que era um líder sindical da época, em 1964.

M. D. – Já no início da ditadura.

L. G. F. – Exato. Eu comecei em outubro de 63 e em março houve a revolução e foi designado um militar...

M. D. – Antes do golpe você vai lá como interventor?

L. G. F. – Sim. A Lei 3552, no artigo 6.º ou 7.º, diz que em casos de comoção grave, colocando em perigo a administração da escola, o Ministério da Educação pode intervir nomeando um delegado.

M. D. – E qual era a convulsão que estava acontecendo na escola?

L. G. F. – O que havia era essa história que o Pedro Gomes punha a cadeira e começou a desmoralizar o diretor. E isso foi antes do golpe. Eu assumi no dia 3 de outubro de 63. Comecei a trabalhar. Não estava interessado em agradar ninguém. Eu vi que a Escola tinha coisa para fazer e passei a fazer.

M. D. – O diretor reclamou dessa situação e houve a intervenção?

L. G. F. – Não, não. Ele foi afastado por uma delegação. Ele foi demitido no mesmo dia que fui nomeado delegado. Então, havia o Pedro Gomes, havia o Miguel Costa Jr. – filho do Gal. Miguel Costa – que foi uma figura extraordinária. No Inquérito, no IPM, o major que comandava o IPM perguntou; o Sr. é comunista? Ele disse: sou, sou há muito tempo, o meu pai foi comunista e eu sou comunista. Todo mundo dizia que não era comunista.

M. D. – Ele enfrentou. E aí, foi torturado?

L. G. F. – Não. O Pedro Gomes teve um problema mais difícil. Meu nome é Luíz Gonzaga Ferreira e na lista telefônica tem 8 Luíz Gonzaga. Ferreira. Ele deve ter pego em algum lugar, informações e mandou umas acusações por escrito ao 2.º Exército. Que eu havia feito uma reforma na minha casa, que eu tinha feito uma mansão durante o período que estava lá. Realmente, eu fiz uma reforma. Eu contratei um arquiteto da Escola, o Jonas Spalter. Spalter que fez a reforma para mim. Uma casinha que havia comprado no IAPI. Eu simplesmente melhorei o aspecto da casa e paguei a ele 10% de toda a compra. Comprava areia, comprava cimento e 10% era para ele. Que eu tinha 2 apartamentos em Santos, que eu tinha um iate, que tinha uma empresa de transportes, tudo isso com o dinheiro da Escola; em 2, 3 meses. O major me chamou, perguntou tudo isso e eu disse não. Eu mostrei o que havia gasto em minha casa, as notas. Ele mandou chamar o Jonas. Este disse que era uma casinha pequena, com 2 quartos e sala. Aí, o major mandou chamar o Pedro e fez uma acareação entre os dois; Sr. Pedro, o Sr. disse que o Sr. Luíz Gonzaga tem tais coisas e ele dizia: – A e tem ...O major disse: – Não tem não, seu cachorro, seu cafajeste e pediu um carro do DOPS. O Pedro ficou 15 dias preso.

M. D. – Foi torturado?

L. G. F. – Não, isso eu tenho certeza porque eu acompanhei. E depois, o resultado do IPM, propuseram a aposentadoria de 8 professores: Pedro Gomes, Miguel Costa, Nelson Avelar, o professor de Física. O major que coordenou o IPM na Escola Federal em 1964 chama-se Edvaldo da Silva Botto e hoje é o diretor mundial dos Correios. O pessoal do Pedro Gomes era ligado a Salvador Losacco – jornal Última Hora –, tinha linha comunizante e questionava a administração. Sobre o local onde funcionava a Escola de Aprendizes Artífices, na Rua Appa, teria sido um quartel de cavalaria, sendo que o espaço das oficinas seriam as baias.

Anexo VI

Relatório do Ministério da Agricultura Indústria e Commercio 1925

Relatório do Engenheiro Luderitz, pp.147/160/161/162.

Ex-aprendizes das Escolas de aprendizes Artífices que se acham presentemente exercendo cargos e trabalhando pelo officio:

Nesta relação de ex-aprendizes que se habilitaram ao ganho honesto para prover sua subsistência, ainda bem jovens e que se acham presentemente disseminados por varios Estados ganhando salarios ou ordenados relativamente bons, e de outros cujo paradeiro é desconhecido, não figuram todos os eggressos bem como não poudes conhecer o que percebem alguns e em que localidade conquanto se conheçam os empregos actuaes.

São Paulo

1. Nicolau Decimo.
2. João Silveira.
3. Francisco Mensorio.
4. José Pereira Braga.
5. Fausto da Silva.
6. Orlando Chiode.
7. Rodolpho de Mesquita.
8. Joaquim dos Santos.
9. Wenceslau Brandão Arruda.
10. Luiz Barssante.
11. Wagner de Carvalho e Silva.
12. Lourival da Silva Cunha.
13. Celestino Rabello.
14. Carlos Botelho.
15. Hermogenes dos Santos.
16. Angelino Rosetti.
17. Benedicto Gomes.
18. Miguel Decimo.
19. José Furtado Linhares Filho.
20. Francisco Sabino.
21. Ercides Sant'Anna.
22. Angelino Bond.
23. Antonio Chiarella.
24. João Vecciati.
25. Paulino Ferrari.
26. Ernesto Moreira.
27. Emygdio de Franco.
28. João Baptista Tessier.

29. Mario Carbonari.
30. Emygdio Rinaldi.
31. Ricardo Grassmann.
32. Luiz Ribeiro.
33. Luiz Collina.
34. João da Silva.
35. José da Rocha.
36. Jacyntho Sacco.
37. Frederico Gomes.
38. Carlos José Rezende.
39. Aldrovando L. de Albuquerque.
40. José Maestro, Mecanico.
41. Arthur Teixeira, Mecanico.
42. Alceste Christofano, Mecanico.
43. Bento Leal da Cunha, Mecanico.
44. Humberto Laghly, Mecanico.
45. Antonio Marques, Mecanico.
46. Francisco Marques, Mecanico.
47. Rockfor Passini, Mecanico.
48. Paulo Francisco de Araujo, Mecanico.
49. Ernesto Pinto Dias, Mecanico.
50. Benedicto Luiz de Camargo, Mecanico.
51. Ignacio Vecchiato Junior, Mecanico.
52. Antonio Vecchiato, Mecanico.
53. João de Souza, Mecanico.
54. Guilherme Lorey, Mecanico.
55. João Domingos de Lima, Mecanico.
56. Sebastião de Campos, Torneiro.
57. Paschoal Rego, Torneiro.
58. Seraphim da Silva, Torneiro.
59. Fiorentino Dangelo, Torneiro.
60. Antonio Cardoni, Torneiro.
61. Lucio Soares de Medeiros, Mecanico.
62. Victorino Lazzari, Torneiro.
63. Antonio Fernandes, Torneiro.
64. João Baptista, Torneiro.
65. Camillo Cezar, Torneiro.
66. Dino Janeiro, Torneiro.
67. Custodio da Costa, Torneiro.
68. Aristides Charella, Torneiro.
69. Alberto Pereira de Carvalho, Torneiro.
70. Domingos Justino, Torneiro.
71. Reynaldo Talarico, Torneiro.
72. Luiz Fragetti, Entalhador.
73. Vicente Galluci, Entalhador.
74. Jacyntho martinez, Entalhador.
75. Matheus Fortes, Entalhador.

76. Nicolau Mazzarella, Entalhador.
77. Luiz (2.º) do Asylo, Entalhador.
78. Geraldo Alvarado, Entalhador.
79. Joaquim Rocha Ferreira, Entalhador.
80. Eugenio da Fonseca, Entalhador.
81. Sebastião M. Gonçalves, Entalhador.
82. Henrique Alvarado, Entalhador.
83. Ovidio Pereira de Almeida, Entalhador.
84. Archangelo Romano, Entalhador.
85. Vicente Pulicine, Entalhador.
86. José Poncio, Entalhador.
87. Affonso Finelli Entalhador.
88. Nicolau Gianini, Entalhador.
89. Raphael Angelo Nacarato, Entalhador.
90. Romeu Travinciolini, Entalhador.
91. Nicolau Sbano, Entalhador.
92. Antonio Mercadante, Entalhador.
93. Angelo Agarella, Entalhador.
94. Armando Gianetti, Entalhador.
95. Angelo Nonomo, Entalhador.
96. Renato Marcello Germeck, Entalhador.
97. Alcides Dias Coelho, Entalhador.
98. Antonio Friguglietti, Entalhador.
99. Angelino Morgante, Entalhador.
100. Leopoldo Cuoco, Entalhador.
101. José Gomes da Silva, Entalhador.
102. Américo Cassolini, Entalhador..
103. Henrique Chemy, Entalhador.
104. Antonio Lagrosa, Entalhador.
105. Francisco Paschoal Riesi, Entalhador.
106. Alberto Janotta, Entalhador.
107. Enéas Barufaldi, Entalhador.
108. Miguel Feliconi, Entalhador.
109. Luiz Micossi, Entalhador.
110. Guilherme Ambroggi, Entalhador.
111. Joaquim Monteiro, Entalhador.
112. Rinaldo Cima, Entalhador.
113. Abramo Picerne, Entalhador.
114. Luiz do Asylo, Marceneiro.
115. João Maria Camaragibe, Marceneiro.
116. Carlos Perrulli, Marceneiro.
117. Raymundo S. José da Rosa, Marceneiro.
118. Evaristo Augusto, Marceneiro.
119. José Pineiro, Marceneiro.
120. Carlos Silva Monarcha, Marceneiro.
121. Cyro Christofano, Marceneiro.
122. José Roberto, Marceneiro.

123. Americo Rodrigues da Silva, Marceneiro.
124. Benedieto Leite, Marceneiro.
125. Antonio Pizani, Marceneiro.
126. Mario Teixeira de Barros, Marceneiro.
127. João Evangelista Nascimento, Marceneiro.
128. Isaac Cesar, Marceneiro.
129. Paschoal da Silva, Marceneiro.
130. José B. Oliveira Lima, Marceneiro.
131. João Moura, Marceneiro.
132. Flavio de Britto, Marceneiro.
133. Americo Bond, Marceneiro.
134. Elio Sandrino, Marceneiro.
135. Mario André das Neves, Marceneiro.
136. Pedro Vermier, Marceneiro.
137. Luiz Gianetti, Marceneiro.
138. Jorge Vellardi, Marceneiro.,
139. João Morgante, Marceneiro.
140. José Roberto de Souza, Marceneiro.
141. Israel de Almeida, Marceneiro.
142. Pagetti Florizeu, Marceneiro.
143. Hugo Mario, Marceneiro.
144. Manoel dos Santos Anjos, Marceneiro.
145. Euclides Clemente, Marceneiro.
146. Eugenio Casalini, Marceneiro.
147. Isaac de Castro, Electricista.
148. João Pinto, Electricista.
149. Paulo Meichor, Electricista.
150. Antonio Francisco Ramos, Electricista.
151. Pedro Cassoli, Electricista.
152. Caetano Virardi, Electricista.
153. Alexandre Daffre, Carpinteiro de moldes.
154. Archangelo Pizani, Carpinteiro de moldes.
155. Victor Antonio Chiarella, Carpinteiro de moldes.
156. Joaquim da Silva, Carpinteiro de moldes.
157. Erminio Rinaldi, Carpinteiro de moldes.
158. Virgilio Carbonari, Carpinteiro de moldes.

Escola de Aprendizes Artífices de São Paulo

ASPECTO DA EXPOSIÇÃO DE 1911

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio 1912.

Escola de Aprendizes Artífices de S. Paulo
Ministerio da Agricultura;

Aspecto da Exposição de 1912.

Outro aspecto da Exposição de 1912.

Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco

OFFICINA DE MARCENEIRO

Escola de Aprendizes Artífices de Pernambuco

OFFICINA DE CARPINA

ESCOLA DE APRENDIZES ARTIFICES DE S. PAULO

Caldeira da Locomotiva em construção — 1914

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio 1914, p.152.

ESCOLA DE APRENDIZES ARTIFICES DO MARANHÃO

Escola de Aprendizes Artífices do Paraná — Alunos respondendo á chamada

Escola de Aprendizes Artífices de Curitiba, PARANÁ.

O Director da Escola á frente de seus alumnos.